

## **Análise Minimalista das Extensões Verbais em Nyungwe**

Tese apresentada em cumprimento dos requisitos parciais exigidos para a obtenção do grau de Doutora em Linguística no Departamento de Linguística e Literatura da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

**Candidata:** Crisófia Cristóvão Francisco Langa da Câmara

**Supervisor:** Professor Catedrático, Armindo Ngunga

O Juri

Presidente

---

Supervisor

---

Arguente Principal

---

Arguente Externo

---

Arguente Interno

---

Maputo, Fevereiro de 2018

## **Lista de Conteúdos**

Declaração.....	i
Lista de Abreviaturas.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Dedicatória.....	iv
Resumo.....	v
<b>CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.0 Introdução .....	18
1.1 A língua em estudo.....	23
1.2 Estudos anteriores de Nyungwe .....	25
1.3 Apresentação do Problema de pesquisa .....	26
1.4 Objectivos da pesquisa.....	26
1.5 Questão de partida.....	27
1.6 Hipóteses .....	27
1.7 Justificação do estudo.....	27
1.8 Delimitação do estudo.....	28
1.9 Organização do estudo .....	28
1.10 Sumário do capítulo .....	29
<b>CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>30</b>
2.0 Introdução .....	30
2.1 Morfologia do verbo nas línguas Bantu .....	30
2.2 Extensões Verbais nas Línguas Bantu .....	35
2.2.1 Extensões verbais em Nyungwe .....	49
2.3 Estudos sobre a morfossintaxe das línguas bantu à luz do PM .....	58
2.4 Sumário do capítulo .....	68
<b>CAPÍTULO III: QUADRO TEÓRICO.....</b>	<b>69</b>
3.0 Introdução .....	69

3.1	Antecedentes da Gramática Generativa .....	70
3.1.1	Estruturalismo .....	71
3.1.2	A Gramática Generativa .....	72
3.1.3	Teoria de Princípios e Parâmetros (P&P) (Chomsky (1979)).....	82
3.1.4	Programa Minimalista (Chomsky (1995)) .....	88
3.2	Sumário do capítulo .....	102
<b>CAPÍTULO IV: METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....</b>		<b>105</b>
4.0	Introdução .....	105
4.1	Método de Abordagem.....	105
4.2	Métodos de recolha de dados .....	105
4.3	Escolha da Amostra.....	111
4.4	Manuseamento de dados .....	113
4.5	Tratamento de dados .....	114
4.6	Aspectos éticos .....	115
4.7	Metodologia da análise de dados .....	115
4.8	Sumário do capítulo .....	116
<b>CAPITULO V: ANÁLISE MINIMALISTA DAS EXTENSÕES VERBAIS EM NYUNGWE.</b>		
5.0	Introdução .....	117
5.1.1	Extensão causativa .....	117
5.1.1.1	Causativa Directa vs Indirecta em Nyungwe .....	127
5.1.2	Extensão applicativa.....	144
5.1.2.1	A Extensão Applicativa em Nyungwe.....	147
5.1.3	Extensão passiva .....	162
5.1.3.1	A Extensão Passiva em Nyungwe.....	164
5.1.4	Extensão recíproca .....	181
5.1.4.1	A Extensão Recíproca em Nyungwe .....	183
5.1.5	Extensão estativa.....	191
5.1.5.1	A Extensão estativa em Nyungwe .....	194
5.1.6	Extensão reversiva.....	201

5.1.6.1	A Extensão reversiva em Nyungwe .....	202
5.1.7	Extensão intensiva.....	205
5.1.7.1	A Extensão Intensiva em Nyungwe.....	206
5.2	Resumo da sub-secção .....	210
<b>SECÇÃO 5.3: A CO-OCORRÊNCIA DE DUAS EXTENSÕES VERBAIS .....</b>		<b>211</b>
5.3.0	Introdução.....	211
5.3	A Co-ocorrência de Extensões Verbais em Nyungwe .....	215
5.3.1	A co-ocorrência da extensão Causativa e outras EVs.....	215
5.3.2	A co-ocorrência da extensão applicativa e outras EVs.....	229
5.3.3	A co-ocorrência da extensão Passiva e outras EVs .....	242
5.3.4	A co-ocorrência da extensão recíproca e outras EVs.....	248
5.3.5	A co-ocorrência da extensão Estativa e outras EVs .....	255
5.3.6	A extensão reversiva e a intensiva .....	259
5.3.7	A co-ocorrência da extensão intensiva e a extensão estativa .....	261
5.4	Sumário da sub-secção .....	263
<b>SUB-SECÇÃO 5.5: A CO-OCORRÊNCIA DE TRÊS EXTENSÕES VERBAIS.....</b>		<b>264</b>
5.5.0	Introdução.....	264
5.5.1	A Co-ocorrência de três extensões verbais .....	264
5.5.1.1	Extensões causativa, applicativa e passiva .....	264
5.5.1.2	Extensões causativa, recíproca e applicativa .....	266
5.5.1.3	Extensões reversiva, causativa e applicativa .....	268
5.5.1.4	Extensões reversiva, causativa e passiva.....	270
5.5.1.5	Extensões Causativa, Recíproca e Passiva.....	272
5.5.1.6	Extensões reversiva, causativa e recíproca .....	274
5.5.1.7	Extensões estativa e intensiva e applicativa.....	276
5.5.1.8	Extensões reversiva, estativa e intensiva.....	278
5.5.1.9	Extensões passiva, intensiva e estativa .....	280
5.5.1.10	Extensões intensiva e recíproca e applicativa.....	281
5.6	A co-ocorrência de quatro Extensões Verbais .....	283

5.6.1	Extensões causativa, applicativa, recíproca e passiva .....	283
5.7	Sumário da sub-secção .....	286
CAPÍTULO VI: JUSTIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TEÓRICAS ADOPTADAS.....		287
6.0	Introdução .....	287
6.1	Introdução de argumentos .....	287
6.2	Hipótese de Pylkkänen (2002, 2008): Desagregação dos núcleos Voice <sup>o</sup> e Caus <sup>o</sup> ..	290
6.2.1	O parâmetro desagregação de voice em Nyungwe .....	294
6.3	Seleção do núcleo Causativo .....	306
6.3.1	v <sup>o</sup> Cause c-selecciona um Sv .....	307
6.3.2	v <sup>o</sup> Cause c-selecciona um Sv-fásico .....	309
6.4	Seleção do núcleo Causativo em Nyungwe.....	312
6.5	Aplicativo Alto.....	317
6.5.1	Aplicativo Alto em Nyungwe.....	320
CAPÍTULO VII: CONCLUSÕES.....		323
7.0	Introdução .....	323
7.1	Reverificação dos objectivos, questão de partida e hipóteses .....	323
7.2	Novas áreas de investigação.....	327
Referências bibliográficas.....		328

## **Declaração**

Declaro, por minha honra, que esta tese nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito. É resultado da minha pesquisa pessoal, estando incluídas ao longo do texto e na bibliografia as fontes bibliográficas por mim utilizadas.

Crisófia Cristóvão Francisco Langa da Câmara

---

Maputo, Fevereiro de 2018

## Lista de Abreviaturas

A	Adjectivo
ACTrans	Aplicativo Causativo transitivo
ACL	Axioma de Correspondência Linear
Adj.	Adjectivo
Adv.	Advérbio
Apl	Aplicativo
Apl-Caus	Aplicativo-causativo
AULP	Associação das Universidades de Língua Portuguesa
CATrans	Causativo Aplicativo transitivo
CAC	Caso Acusativo
CARP	Causador, Aplicativo, Recíproco e Passiva
Caus	Causativo
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
C	Complemento
-C-	Consoante
-CV-	Consoante Vogal
-CVC-	Consoante Vogal Consoante
-CVCVC-	Consoante Vogal Consoante Vogal Consoante
-CVCVCVC-	Consoante Vogal Consoante Vogal Consoante Vogal Consoante
Conc.	Concordância
CPOL	Construções de pequenas orações livres
C-I	Conceptual Intencional
CI	Constituintes Imediatos
C/T	Complemento/Tempo

D	Determinante
EP	Estrutura Profunda
ES	Estrutura de Superfície
Exts	Extensões
EVs	Extensões Verbais
Est	Estativa
EspSF	Especificador de Sintagma Flexional
Esp-núcleo	Especificador-núcleo
FL	Forma Lógica
FF	Forma Fonética
Flex	Flexão
GLF	Gramática Léxico-Funcional
GT	Gramática Transformacional
GU	Gramática Universal
GG	Gramática Generativa
INF.	Infinitivo
Int	Intensiva
LBs	Línguas Bantu
Lgs	Línguas
MO	Marca de Objecto
MS	Marca de Sujeito
MM	Marca de Modo
MT	Marca de Tempo
N	Nome
N-Esp	Nome Especificador



OSV	Objecto Sujeito Verbo
OVS	Objecto Verbo Sujeito
Pas	Passiva
PIC	Programa de Investigação Científica
PM	Programa Minimalista
P&P	Teoria dos Princípios e Parâmetros
PB	Português brasileiro
PE	Princípio de Espelho
PPE	Princípio de Projecção Estendida
Prep.	Preposição
Pro	Pronome
PB	Proto-Bantu
Pronome	Pro
Raiz verbal	RV
Rec	Recíproca
Rev	Reversiva
RL	Regência e Ligação
SAdjs	Sintagmas Adjectivais
SConc	Sintagma Concordância
SD	Sintagma Determinante
SFlex	Sintagma Flexional
SNeg	Sintagma Negacional
SC	Sintagma Complemento
SConcS	Sintagma Concordância com sujeito
SConcO	Sintagma Concordância com objecto

ST	Sintagma Tempo
SVO	Sujeito, Verbo e Objecto
SG	Singular
SN	Sintagma Nominal
SUJ	Sujeito
Suf.	Sufixo
SV	Sintagma Verbal
T°	Tempo
TC	Tempo Composto
TCM	Teoria de Controle do Movimento
TMA	Tempo Aspecto Modo
TML	Teoria de Mapeamento Lexical
TRL	Teoria de Regência e de Ligação
T/F	Tempo/Flexão
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
V	Verbo
V-Rec-Caus	Verbo-Recíproca-Causativo
VF	Vogal Final
VC	Vogal Consoante
VSO	Verbo, Sujeito e Objecto
X°	Núcleo Lexical

## **Agradecimentos**

Eu devo agradecimentos a mais gente do que acredito que conseguirei enumerar neste pequeno espaço, mas espero sinceramente que seja qual for o nome de quem eu não cite, o dono se lembre somente da importância que teve na minha formação sendo, por isso, merecedor(a) da minha eterna gratidão, a despeito do meu esquecimento involuntário de fazer constar desta página.

Começo por agradecer a Jeová Deus pela saúde, pelo perdão e por iluminar os meus passos sempre... Por me fortificar todas as vezes em que pensei que não aguentaria seguir em frente!

A seguir aos meus pais, Lourino Cristóvão Langa e Constância Armando Mondlane, por terem sido os primeiros a acreditarem na filha que têm. Estes dois são os meus maiores ídolos a quem agradeço por serem o meu espelho. Por serem os meus ouvidos e primeiros críticos. O meu pai é um dos homens mais inteligentes que eu conheço. Agradeço-lhe do fundo do coração por ser o grande feminista que é e sempre foi! Agradeço-lhe por me ter ensinado a andar de passos firmes e de cabeça erguida, sempre! Por ter repetido sempre que fosse necessário: "...estou a formar uma mulher africana, aquela que não só cuida do seu lar, mas também participa na construção do seu país...". Cá estou eu, essa mulher com esses atributos, essas missões!

Em seguida, abro um parágrafo só para agradecer a minha mãe, porque ela merece! Ela conseguiu não apenas ensinar-me os maiores valores que ainda cultivo, mas também acreditou em mim quando todos pensavam que eu não conseguiria. Enfrentou momentos difíceis, sem socorro, mas não deixou que me faltasse "caneta" e "pão" para que eu conseguisse ir à Faculdade. A minha mãe não só me manteve neste longo e estreito caminho, mas também me acompanhou, por isso, espero que sinta, o que estou a sentir, que o fim de mais uma jornada já chegou. Que venham outras!

Ao meu supervisor, Professor Catedrático Armino Ngunga, gostaria de poder demonstrar o tamanho da minha eterna gratidão por ser, para mim, mais do que um supervisor, um pai não só académico, mas também social. Para sempre lhe deverei a magnanimidade de perceber em mim algum talento para a Linguística e para a Sintaxe, em particular. Além disso, agradeço pelas oportunidades de estágio em outras universidades; pela paciência e por me fazer perceber que "a

ciência é feita com sacrifícios”. Enfim, não possuo as palavras que se fariam necessárias para demonstrar a tamanha gratidão que enche o meu peito. Mas mesmo assim, insisto em dizer hoje e sempre, *ndatenda kwene-kwene*. Que Jeová Deus ilumine os seus passos, sempre!

Endereço o meu agradecimento ao Prof. Dr Fábio Bonfim Duarte, por ser o grande ser humano que é; pelos cursos de Sintaxe Generativa e pelo acompanhamento acadêmico e humano na Universidade Federal de Minas Gerais. A importância dos seus cursos está reflectida, em parte, nesta tese. Agradeço igualmente pela paciência em responder a todas as minhas dúvidas generativas! Pelo favorável ambiente de trabalho que me proporcionou em Belo Horizonte e pelo calor humano que me fez perceber que apesar de estar longe dos meus familiares e amigos, não estava sozinha em Minas Gerais. Professor Fábio, muito obrigada!

O meu agradecimento é extensivo aos colegas da turma de Sintaxe Avançada e de Pós-graduação em Letras na UFMG, pelo apoio prestado. Nunca me esquecerei das inúmeras “vaquinhas”... Vocês são a certeza de que ainda existem seres humanos que se preocupam com o seu semelhante.

Agradeço igualmente ao Quesler Camargos pelas longas conversas sintáticas por Skype para responder a todas as minhas dúvidas teóricas! Pela paciência e pela disponibilização de todo o material necessário para as minhas discussões teóricas. Como moçambicana que sou digo, *Khanimambo*.

A minha gratidão é extensiva ao João Reis Fungulane por ser o falante nativo incansável que é e por se ter predisposto em fornecer a maior parte dos dados analisados neste trabalho. A sua boa vontade sempre superou a distância que nos separa. Por isso, *Munyangwe wa ntima wa bwino, ndatenda kwene-kwene!*

Propositadamente deixo para agora os agradecimentos à pessoa que ocupa o lugar mais especial na minha vida, meu marido. Sem ele, eu não teria conseguido o que consegui até agora. Agradeço-lhe por transformar meus sonhos em “nossos sonhos”. É nele que encontro forças para

enfrentar as adversidades da vida. Chegada esta fase já não me posso ver a alcançar qualquer vitória, se dela ele não puder partilhar.

Mais ainda, agradeço ao meu marido por ter sido pai e mãe da nossa menina todas as vezes que tive que viajar, o que garantiu que eu me formasse sem grandes preocupações. É olhando para o que ele fez, faz, e, por que não, fará um dia, que acredito na poderosa mão divina em todas as etapas da minha vida. Que Jeová cuide dele hoje, amanhã e sempre! Agora só podemos dizer, o futuro já chegou! Terminaram o calvário, a solidão, a incerteza!

Em seguida agradeço aos nossos padrinhos, Pedro Afonso e Catarina Massango, a verdadeira prova de que Jeová Deus sempre coloca as pessoas certas nas nossas vidas. Obrigada por tudo!

O meu agradecimento é extensivo a todos os Langas e Mondlanes por tudo o que fizeram, fazem e farão por mim. O que seria de mim?!...

Agradeço aos meus colegas da turma de 2005 do curso de Licenciatura em Ensino das Línguas Bantu, aos da turma de mestrado e os da turma de doutoramento, em especial à Célia Cossa e Nelsa Nhantumbo, por tudo...dentro e fora da sala 58 do CEA (Centro de Estudos Africanos) da Universidade Eduardo Mondlane!

Agradeço igualmente aos meus amigos e amigas de infância, da adolescência, da juventude, que para não deixar de fora nenhum opto por não citar nomes. Obrigada por tudo!

Endereço o meu profundo agradecimento à Direcção da Universidade Eduardo Mondlane pela bolsa de estudos concedida no doutoramento. Ela foi importante para a minha formação.

Agradeço igualmente a *Association of African Universities* e a Universidade Eduardo Mondlane pela bolsa de estágio que me permitiu frequentar o curso de Teorias de Gramática na Universidade de Botswana. O meu agradecimento é extensivo à Professora Rose Letsholo e os colegas de turma Maemo Dikerwa e Nkobi Kehetile. As suas contribuições estão visíveis, em parte, nesta tese!

O meu agradecimento é também endereçado à Professora Budzani Mogara pela carta de aceitação à Universidade de Botswana, e não só. Aos Professores Stephen Lukusa, Herman

Batibo, Ethelbert Kari pelas contribuições para o melhoramento do projecto de pesquisa que culminou com a elaboração desta tese.

Agradeço igualmente à AULP que através da CAPES concedeu e financiou a bolsa de estudos que me permitiu frequentar os cursos avançados de Sintaxe Generativa e não só, durante o período em que estive na Universidade Federal de Minas Gerais.

Para terminar, agradeço ao Osvaldo Faquir por ter aceite o desafio de fazer a revisão linguística e não só desta tese. Eu tenho noção do trabalho que teve! *Ndatenda*.

**Chegada esta fase a todos os amigos e familiares digo: há vida depois do doutoramento!**

### **Dedicatória**

À quatro grandes mulheres que representa(ra)m todos os mais decisivos papéis na minha vida:  
minha avó materna (em memória), minha mãe e minhas filhas Asante e Rafaela.

## Resumo

No presente trabalho, descrevemos a (co)-ocorrência de sete extensões verbais em Nyungwe à luz do Programa Minimalista, com enfoque para as propostas teóricas de movimento como último recurso e traços e verificação de traços. A nossa análise estendeu-se para abordagens mais recentes enquadradas no PM, nomeadamente, as hipóteses de Pylkkänen (2002, 2008) sobre a selecção de argumentos (a separação dos núcleos *Voice*<sup>o</sup> e *Caus*<sup>o</sup>), a selecção do núcleo causativo e a tipologia de aplicativos.

Este trabalho mostra que toda a computação sintáctica é conduzida pela necessidade de verificação de traços. Portanto, o movimento de todos os itens lexicais que compõem cada derivação sintáctica ocorre sempre que o item lexical tem um traço a ser verificado e que não pode ser verificado de nenhuma outra forma que não seja através do movimento.

No entanto, o trabalho ilustra que o PM de Chomsky (1995) explica de forma parcial a co-ocorrência das EVs em Nyungwe. Daí, o recurso a Baker (1988); Ngunga (1999) e Hyman (2002) para explicar por que as extensões verbais em Nyungwe (co-)ocorrem na ordem em que o fazem.

Através de Chomsky (1995), não poderíamos explicar a desagregação dos núcleos *Voice* e *Caus*<sup>o</sup>, o tamanho complemento do *Caus*<sup>o</sup> e a não ocorrência do agente afectado quando as extensões causativa e applicativa co-ocorrem. Daí que, recorreremos à Pylkkänen (2002, 2008) e com base nas suas propostas teóricas, este trabalho traz três propostas de análise: (1) em Nyungwe, os núcleos *Voice*<sup>o</sup> e *Caus*<sup>o</sup> tem realização fonológica e, por isso, devem ser projectados como sendo dois núcleos separados; (2) *Caus*<sup>o</sup> c-selecciona um SV-fásico. E (3) os dados analisados apontam para a ocorrência do aplicativo alto. No entanto, lembramos ao leitor que estas propostas teóricas enquadram-se no Programa Minimalista, concretamente, na tentativa de se desenvolver ideias de economia de derivação e de representação, uma vez que o PM está assente no pressuposto de que a GU contém apenas o que é necessário para atender às nossas necessidades conceptuais, físicas e biológicas.

**Palavras-chave:** Gramática Generativa, Programa Minimalista, Computação Sintáctica, Extensões Verbais, Movimento.



## **Abstract**

In this study, we have described the (co-)occurrence of seven verbal extensions in Cinyungwe in the light of the Minimalist Program (MP). Our study focused on the theoretical proposals of movement as last resort and features checking theory. However, our analysis has also been extended to the more recent approaches in the MP, such as the separation of the Voice and Cause in the universal inventory of functional heads, variation in cause selection: Roots, Verbs, or Phases and applicative typology.

This study shows that all syntactic computation is driven by the need of feature checking. Therefore, the movement of all lexical items occurred whenever the lexical item has a feature to be checked. It also shows that the Chomsky's (1995) MP explains only partially the co-occurrence of the Verbal Extensions in Cinyungwe. This is the reason why we have used Baker (1988), Ngunga (1999) and Hyman (2002) as resources to theoretical assumptions to explain why verbal extensions in Cinyungwe (co-)occur in the order they do.

We also used Pylkkänen (2008) as another theoretical assumption to show that in Cinyungwe, Voice and Cause are two separated functional heads; Cause is phase-selecting and, thirdly, the analyzed data points out that we have high applicative.

In sum, we can say that this study brings these three theoretical proposals to analyze the (co-)occurrence of Verb Extensions in Cinyungwe.

However, we have to recall that these theoretical proposals are part of the Minimalist Program, in particular, in the attempt to develop ideas of economic derivation and representation, since the MP argues that UG contains only what is necessary to meet our conceptual, physical and biological needs.

**Key-words:** Generative Grammar, Minimalist Program, syntactic computation, verbal extensions, Move.

## **CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO**

### **1.0 Introdução**

A complexidade da estrutura verbal das línguas bantu (MEEUSSEN 1967) precisa de uma análise cuidadosa, pois, primeiro, permite a concatenação de vários morfemas (HYMAN 2007); segundo, permite que um mesmo morfema ocupe várias posições. Por exemplo, os morfemas de negação e de tempo/aspecto podem ocupar duas ou mais posições (MAHO 2007; NURSE 2003); terceiro, uma unidade morfológica de mais ou menos a mesma forma pode realizar funções diferentes (MUZALE 1998); e, para terminar, a presença de um morfema pode impedir a realização de outro, por exemplo, os morfemas de negação podem substituir os de tempo/aspecto (SWILLA 1998; TANDA e NEBA 2005). Tendo em conta estes pressupostos, O presente estudo olha para esta complexidade verbal analisando as extensões verbais em Nyungwe.

As extensões verbais são um conjunto de morfemas (sufixos verbais) presentes em muitas línguas bantu que, ao ocorrerem na estrutura verbal, podem alterar a valência e a semântica do verbo (GOOD 2005). Para muitos autores (COCCHI 2008; JEFFERIES 2000; LANGA 2007; NGUNGA 2014), estes sufixos têm o nome de extensões verbais, um nome que se deve ao facto de, para além das funções acima descritas, serem responsáveis pela *extensão* da raiz verbal em que ocorrem (GUTHRIE 1967 e SITOIE 2009). Portanto, as extensões verbais desempenham um papel muito importante nas línguas bantu. É provável que seja por isso que Guthrie (1967) considerou extensões verbais como um dos elementos a ter em conta na identificação dos principais critérios que definem uma língua como bantu ou não.

Pela sua importância na marcação das relações de transitividade, concretamente, pelos seus efeitos sobre a estrutura argumental do verbo em que ocorrem e pelo seu estatuto no estudo da sintaxe e da gramática como um todo, as extensões verbais sempre despertaram o interesse de vários linguistas que se dedica(ra)m à investigação das línguas bantu. De acordo com Good (2005), um destes trabalhos pertence a Baker (1988). A partir dele, a existência das extensões verbais e a forma como podem co-ocorrer, foi usada em defesa de uma arquitetura de gramática onde a morfologia e a sintaxe estão estritamente relacionadas. Portanto, o estudo das extensões

verbais nas línguas bantu levou a propostas teóricas que estabelecem interface entre a morfologia e a sintaxe.

Como se pode perceber, a investigação sobre as extensões verbais leva à investigação da relação entre morfologia e sintaxe, da relação entre a fonologia e morfologia (LUSEKELO 2012), bem como da relação entre morfologia e semântica. De acordo com o autor, a fonologia e a morfologia interagem e contribuem para os estudos sobre a morfofonologia das línguas. Katamba e Stonham (2006) afirmam que a interação morfologia-fonologia ocorre quando a selecção da forma que manifesta um dado morfema é influenciada pelos sons que realizam os morfemas vizinhos. Esta interação foi percebida em línguas diferentes das línguas bantu, o caso de Holandês por (BOOIJ 2002). Segundo Booij (2002), em Holandês a estrutura morfológica das palavras determina a sua estrutura prosódica. Nas línguas bantu, esta interação ocorre em circunstâncias em que a introdução de um morfema derivacional no verbo altera o seu padrão fonológico (HYMAN e MATHANGWANE 1998; MARLO 2007; NGUNGA 2014). Hyman e Mathangwane (1998), ao estudarem a estrutura do verbo em Ikalanga chegaram à conclusão de que a afixação do sufixo aplicativo e da marca de objecto altera o padrão tonal dos verbos desta língua. Adicionalmente, Marlo (2007) afirma que em Lumarachi e Lunyala, os sufixos causativo e passivo têm um tom alto na estrutura profunda, o que leva à alteração do padrão tonal do verbo quando estes entram em contacto com os outros tons altos do tema. De acordo com Ngunga (2014: 200), “em Changana e Yao, por exemplo, não se pode afixar um morfema de extensão monomórica a um radical amórico. Por isso, estas línguas criam mecanismos internos para que o radical em questão se transforme em mórico e só depois é que se afixa uma extensão monomórica”.

Assim, olhando para os estudos acima, pode-se inferir que, provavelmente, a concatenação de extensões verbais em Cinyungwe, tal como acontece em muitas outras línguas bantu e não só, pode ter implicações morfológicas e fonológicas que devem ser consideradas quando se descreve a complexidade verbal da língua.

Nas línguas do mundo, a interface não acontece apenas entre a morfologia e a fonologia, pois, a morfologia pode interagir com outros ramos da linguística como a sintaxe, uma interação amplamente discutida em literatura linguística. A questão central em teorias de interface entre a morfologia e a sintaxe é: em que medida a sintaxe tem acesso à estrutura morfológica das palavras? (BOOIJ 2005; AUDRING E BOOIJ 2007). Para estes autores, esta interação é óbvia

em muitas línguas do mundo e, por isso, há pelo menos três aspectos a ter em conta quando se considera a relação entre a morfologia e a sintaxe, a saber: (i) o uso de processos morfológicos que podem estar restritos a construções sintácticas específicas e manipulação de partes da estrutura interna da palavra e o acesso à estrutura interna desta, (ii) operações morfológicas que afectam as relações sintácticas, (iii) aspectos sintácticos que afectam as expressões morfológicas. Para o presente estudo, destas questões importa uma: operações morfológicas que afectam as operações sintácticas. Para explicar a interface morfologia-sintaxe, Ngunga (2004; 2014) afirma que o número inerente de argumentos internos de um radical determina a escolha da extensão que se deve afixar ao verbo.

Neste trabalho será importante, entre outros aspectos, analisar até que ponto os argumentos internos dos radicais determinam a escolha da extensão verbal.

No estudo das extensões verbais, a interacção morfologia-semântica ocorre nos casos em que a afixação de uma extensão verbal é determinada pelo significado da extensão e do radical (NGUNGA 2014). Por exemplo, um verbo que inerentemente não permite a formação de um antónimo pelo processo derivacional não permite que se lhe afixe a extensão reversiva. Vejamos alguns exemplos retirados de Ngunga (2014: 199).

<b>Changana</b>		
1. -von-	‘ver’	cf. *-von- <b>ul-</b>
-lav-	‘gostar’	cf. *-lav- <b>ul-</b>
<b>Yao</b>		
2. -pak-	‘pintar’	cf. *-pak- <b>ul-</b>
-sak-	‘querer’	cf. *-sak- <b>ul-</b>

De acordo com Ngunga (2014), os exemplos acima mostram a impossibilidade de estabelecer-se uma relação de antonímia entre o verbo não derivado e o derivado.

Portanto, ignorar as consequências das interacções morfologia-fonologia, morfologia-sintaxe e morfologia-semântica pode resultar em análises enganosas. Deste modo, neste estudo, discutimos, sempre que se justificar, as consequências da afixação das extensões verbais na fonologia, morfologia e semântica do Nyungwe.

Os estudos apresentados até agora já nos permitem perceber que o nosso objecto de estudo já mereceu muita atenção de linguistas que se dedica(ra)m ao estudo das LBs. Mas,

mesmo com a multiplicação destes estudos ao longo dos anos, continua a necessidade de estudos em línguas particulares, o caso em apreço. Esta necessidade deve-se ao facto de, primeiro, o número e as formas das extensões verbais variarem de língua para língua (KARI 1995; COCCHI 2008). Segundo, em estudos comparativos (cf. HYMAN 2007; GOOD 2006; 2005; HYMAN e KATAMBA 1991) não aparecem dados de Nyungwe na discussão sobre as extensões verbais nas línguas Bantu e em Ngunga (2014) os dados de Nyungwe terem sido usados apenas para ilustrar a regra de harmonia vocálica. Daí que, os dados a serem discutidos neste estudo poderão contribuir para estudos comparativos futuros e não só.

Neste estudo, analisamos não apenas a ocorrência das extensões verbais em Cinyungwe, mas também a sua co-ocorrência. Segundo Hyman (2007), embora seja um tema fascinante, a co-ocorrência das extensões verbais continua pouco explorado em línguas bantu particulares e, por isso, há necessidade de mais estudos. O mesmo é referido por alguns autores (NGUNGA 2000; LUSEKELO 2012) para quem continuam poucos os estudos descritivos que exploraram a combinação das extensões verbais e a transitividade dos verbos derivados em línguas particulares.

As extensões verbais em Nyungwe foram em parte descritas por (NGUNGA 2014; MARTINS 1991; COURTOIS 1899). De forma concreta, em Ngunga (2014: 38), tal como referimos anteriormente, os dados de Nyungwe foram usados exclusivamente para a descrição das regras de harmonia vocálica que se verifica nas línguas Bantu.

Martins (1991: 93-99) afirma que o Nyungwe tem oito partículas usadas para formar verbos derivados: forma reflexiva, forma recíproca, passiva, médio-passiva, forma de relação, forma de continuação, forma causativa ou forma intensiva e forma repetitiva. Este estudo, apesar de usar exclusivamente dados de Nyungwe, foi, à semelhança de Ngunga (2014), um estudo meramente descritivo. Contudo, importa acrescentar que antes dos estudos de (NGUNGA 2014 e MARTINS 1991), Courtois (1899) já tinha descrito as extensões que ocorrem nesta língua. Segundo o autor, esta língua tem oito formas principais de verbos que podem ser obtidas pela mudança da desinência dos verbos transitivos e intransitivos: passiva, neutro passiva, causativa, intensiva, dativa ou de desvantagem, reflexa, recíproca e reiterativa.

Como se vê, nenhum destes estudos explora a co-ocorrência das extensões verbais em Nyungwe, por exemplo. Além disso, os estudos de Courtois e Martins são baseados em dados de

1899 e 1991, respectivamente. Por isso, achamos imperioso confrontá-los com dados actuais, visto que as línguas mudam com o tempo (BATIBO 2005).

Olhando para os estudos sobre as extensões verbais feitos na língua e não só, na presente pesquisa, analisamos a (co)-ocorrência das extensões verbais em Nyungwe à luz do Programa Minimalista (doravante PM), retomando, desta forma, o trabalho iniciado no mestrado.

Jefferies (2000), citando Langacker (1975), afirma que no estudo científico das línguas, os linguistas dividem-se em dois grupos. Ao primeiro grupo pertencem os ‘linguistas teóricos’, aqueles cujo trabalho linguístico centra-se no uso de dados de algumas línguas para a construção de teorias linguísticas. Pertencem ao segundo grupo, os ‘linguistas da língua’, aqueles que fazem uso das teorias linguísticas já existentes para perceberem e explicar de forma profunda os dados linguísticos que observam.

O presente trabalho pode ser enquadrado no segundo grupo, pois, nele pretendemos, à luz do PM, descrever e analisar a (co)-ocorrência das extensões verbais em Nyungwe.

O PM é uma teoria da Gramática Generativa (GG, doravante). De acordo com Borges (2001), a GG tem por objectivo demonstrar que é um programa de investigação científica, que segue a proposta feita por Lakatos (1978) para o tratamento da história das ciências. Segundo Lakatos, a ciência deve iniciar com um programa de investigação científica (PIC) constituído por um Núcleo e uma Heurística. A GG não é uma teoria linguística, mas sim um programa de investigação científica com um Núcleo e uma Heurística. A história da GG divide-se em três períodos: (i) Teoria de Estruturas Sintácticas (1957-1965), (ii) Teoria Padrão, mais tarde Teoria Padrão Estendida (1965-1980) e de (iii) Teoria Princípios e Parâmetros (1980-1990). Dos anos noventa até aos nossos dias, no quadro da Teoria dos Princípios e Parâmetros, tem-se desenvolvido o Programa Minimalista (PM). Em resumo, pode-se dizer que duas grandes mudanças criativas ocorreram no programa da GG ao longo da sua história, a saber: entre a Teoria de Estruturas Sintácticas e a Teoria Padrão e entre a Teoria Padrão e a de Princípios e Parâmetros, actualmente PM, que é uma das versões mais recentes do generativismo. O PM, enquanto parte da teoria de Princípios e Parâmetros é orientado pela ideia de que devem ser evitadas redundâncias na descrição das estruturas.

Segundo Gamon (s/d), o PM diverge da teoria de P&P porque eliminou as estruturas de superfície e profunda como níveis de representação; a construção da estrutura da frase e as operações de movimento são exemplos de transformações generalizadas; entre um conjunto de

derivações da frase, onde a mais económica bloqueia todas as outras e o movimento só ocorre pela necessidade de verificação de traços morfológicos.

A escolha do PM para quadro teórico do nosso estudo deve-se a três razões: primeira, por concordarmos com a visão que considera que ele faz a abordagem mais avançada do estudo de fenómenos morfossintáticos das línguas aglutinantes (WAWERU 2011). Segunda, por diferir das teorias generativas anteriores, pois, para além da sintaxe, inclui a morfologia. Destarte, o PM mostra-se flexível e pode dar conta dos fenómenos que ocorrem em todas as línguas. Terceira, esta teoria, como todas as teorias da Gramática Generativa, foi construída em torno de Inglês e de línguas isolantes (GEORGALA 2012). Daí que seja importante testar a sua aplicabilidade numa língua aglutinante. Além disso, ainda são poucos os trabalhos (cf. WAWERU 2011) em que o PM foi usado como quadro teórico na análise das extensões verbais e de outros afixos verbais em línguas aglutinantes em geral e nas línguas bantu em particular.

### **1.1 A língua em estudo**

Os dados que serão analisados na presente pesquisa pertencem a Nyungwe, uma língua bantu falada por 457.292 pessoas de cinco ou mais anos de idade nos distritos de Moatize, Changara, Cahora Bassa e partes de Marávia, na província de Tete, e no distrito de Guro, na província de Manica (NGUNGA e FAQUIR 2011).

Na classificação das línguas bantu, Doke (1945), citado por Cole (1961), afirma que Nyungwe é um dos dialectos pertencentes à Zona 52 (Este-Central), do grupo linguístico 52/3 (Occidental). Neste grupo linguístico encontram-se outras três línguas: Nyanja (52/3/1), Nsenga (52/3/2) e Sena (52/3/3). Nesta classificação, Nyungwe, com o código (52/3/3a), é variante de Sena.

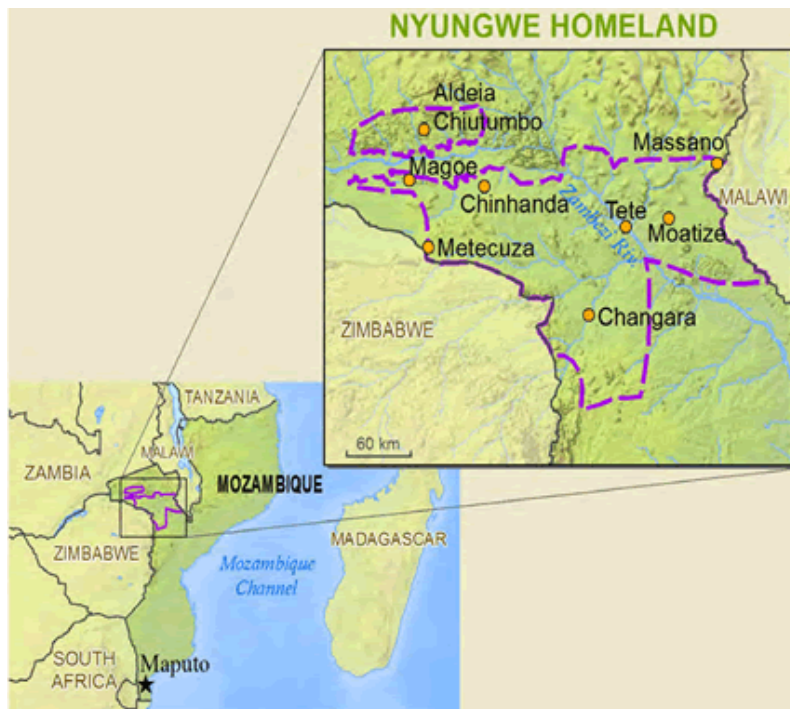
Mais tarde, em Doke (1954) encontramos uma outra classificação para esta língua. Nela, Nyungwe pertence ao grupo Shona, da Zona Sul-Centro. As línguas faladas neste grupo linguístico são: Korekore, Zezuru, Karanga, Manyika, Ndau e Kalanga, surgindo o Nyungwe como uma das variantes de Korekore.

Em estudos recentes sobre a reconstituição do Proto-Bantu, Schadeberg (2003) afirma que Nyungwe pertence ao grupo bantu da família Níger-Kordofaniana.

Na classificação de Guthrie (1967-71), a usada neste trabalho, Nyungwe tem o código (N43) e pertence ao grupo Nsenga-Sena (N40) de que fazem parte outras três línguas

mutuamente inteligíveis, nomeadamente: Cinsenga (N41), Cikunda (N42) e Cisená (N44). Nesta classificação, Nyungwe apresenta três variantes: Citonga (falada em Guro) e Cidema (falada em Cahora Bassa) e o Nyungwe falada em Marara, Moatize, Cidade de Tete, Changara e Marávia.

Nos trabalhos sobre a padronização da ortografia de línguas moçambicanas, Siteo e Ngunga (2000) e, mais recentemente, Ngunga e Faquir (2011), afirmam que Nyungwe não é variante de Sena e muito menos de Korekore (DOKE 1945; 1954). Para estes autores, esta língua não apresenta variações dialectais de relevo. Consequentemente, a variante que deve ser usada como referência é a falada na cidade de Tete e nos distritos de Marara, Moatize, Changara e Cahora Bassa, portanto, regiões onde a língua é falada na província. No mapa abaixo é possível visualizar estas regiões:



Fonte: <https://www.google.com/search?q=Nyungwe+homeland> (acessado em Junho de 2018).

O mapa mostra onde a língua Nyungwe é falada. Da legenda fornecida pelo mapa importa destacar a cidade capital e os distritos de Moatize e Changara. Igualmente, é olhando para a localização dos falantes desta língua que Sóstenes (2012) afirma que ela é falada nas margens à direita do rio Zambeze, na província de Tete e partes da província de Manica mas, nunca atravessando as fronteiras de Moçambique.



No presente trabalho, serão analisados dados da variante de Nyungwe falada no distrito de Marara (antes pertencente ao distrito de Changara) e na cidade de Tete, nosso campo de pesquisa.

## 1.2 Estudos anteriores de Nyungwe

O estudo desta língua e de outras línguas bantu começou no século XIX quando estudiosos europeus usaram o método histórico-comparativo no estudo das línguas africanas (NGUNGA 2004, NGUNGA 2014; NGUNGA e SIMBINE 2012).

Os primeiros materiais escritos em Nyungwe começaram a surgir nessa altura a partir do seu uso na igreja. No grupo dos primeiros textos escritos constam: *Nthawe za kupemba* (igreja católica, Missionários Combonianos 1962), produção de literatura religiosa, *Cuma Cathu Natisunge* (Igreja Católica, Missionários Combonianos 1962-2012), um trabalho contendo adivinhas, provérbios e contos. Contudo, estes trabalhos não corresponderam à produção científica sobre esta língua. Daí que ao longo de muitos anos, os trabalhos sobre Nyungwe se resumam a quatro (COURTOIS 1899; DUPEYRON 1900; JOHNSTON 1919; MARTINS 1991) que são, regra geral, descrições baseadas na gramática de Latim ou na gramática da língua portuguesa ou outras línguas.

Em Moçambique, o cenário de recurso a línguas não bantu para descrever as línguas bantu começou a mudar com a introdução, em 1978, de estudos de Linguística Bantu nos cursos de Formação de Professores de Português da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e, mais tarde, no Instituto Superior Pedagógico (NGUNGA 2004; NGUNGA 2014).

Portanto, depois dos estudos realizados no século XIX, foi durante a parte final do século XX que começaram a surgir trabalhos de estudantes de linguística que usavam dados do Nyungwe para as suas análises, entre os quais se pode mencionar as seguintes: Macajo (1996), Domingos (1999), Xavier (2004), Adalima (2005), Rego (s/d), Rego (2012), trabalhos que vieram mitigar a escassez de estudos sobre esta língua.

O presente estudo vem juntar-se aos trabalhos realizados por Ngunga e Câmara (2012; 2014), Martins (1991), Courtois (1899) e Câmara (2014) inaugurando, assim, uma nova era de estudos teórico-descritivos de Nyungwe.

### 1.3 Apresentação do Problema de pesquisa

No Programa Minimalista, a morfologia desempenha um papel muito fundamental. Nele, defende-se que a quantidade de movimentos de um item lexical na estrutura sintáctica depende de quão rica ou pobre é a morfologia dessa língua. Assim, línguas com morfologia rica licenciam mais movimentos e aquelas com uma morfologia pobre permitem menos movimentos. Tendo em conta o conceito de economia que norteia toda a pesquisa minimalista, a operação *Mover* só ocorre para satisfazer a propriedades morfológicas das expressões sintácticas que não poderiam ser satisfeitas de outro modo (RAPOSO 1999). Uma vez que, como já foi mencionado, o movimento só deve ocorrer para a verificação de traços, estabelece-se a diferença entre o traço morfológico forte e o traço morfológico fraco o que, por sua vez, leva à distinção entre movimento aberto e movimento coberto (EPSTEIN e SEELY 2002).

De acordo com Raposo (1999), a parametrização do movimento do verbo finito encontra fundamento na distinção entre os traços morfológicos de concordância. Há línguas como o Espanhol, por exemplo, que, por possuírem um elemento flexional forte requerem o alçamento do verbo para o Sintagma Concordância (doravante SCONC) antes de *spellout*, para a verificação de traços morfológicos. Mas em Inglês, por esta língua ter traços morfológicos fracos, a verificação pode ser procrastinada até à Forma Lógica (doravante FL). Assim, a flexão em Espanhol ocorre na sintaxe explícita e é, portanto, audível na Forma Fonética (doravante FF), o que não ocorre em Inglês (MAIA s/d). Como se pode depreender, por incluir a componente morfológica, o PM pode ser usado para explicar fenómenos de línguas com uma morfologia forte. No caso em apreço, pode ser usado para a análise das extensões verbais em Nyungwe, língua com uma morfologia complexa (NGUNGA 2004).

O presente estudo pretende testar o nível de adequação explicativa do PM (CHOMSKY 1995) usando dados de outras línguas, como é o caso de Nyungwe, uma preocupação que se deve ao facto de Waweru (2011), ao analisar o mesmo fenómeno em Gikuyu ter encontrado adequação explicativa na versão de Chomsky (1998).

### 1.4 Objectivos da pesquisa

São objectivos do presente trabalho os seguintes:

#### a) Geral:

1. Estudar a (co)-ocorrência das extensões verbais em Nyungwe à luz do PM.

**b) Específicos:**

1. Descrever as extensões verbais que ocorrem em Nyungwe.
2. Analisar a (co)-ocorrência das extensões verbais na língua à luz do Programa Minimalista.
3. Avaliar a aplicabilidade do PM à análise da morfossintaxe do Nyungwe.

### **1.5 Questão de partida**

A questão de partida em torno da qual se desenvolveu a presente pesquisa é a seguinte:

- Será que o PM explica a (co)-ocorrência das extensões verbais em Nyungwe?

### **1.6 Hipóteses**

A presente pesquisa é orientada pelas seguintes hipóteses que constituem possíveis respostas à questão de partida:

1. O PM fornece uma adequação explicativa para a (co)-ocorrência das extensões verbais em Nyungwe.
2. Através da proposta segundo a qual a operação *Mover* só ocorre para a verificação de traços morfológicos, o PM explica de forma adequada os fenómenos relacionados com a (co)-ocorrência das extensões verbais em Nyungwe.
3. A (co)-ocorrência das extensões verbais em Nyungwe não pode ser explicada à luz de (CHOMSKY 1995 e CHOMSKY 1998).

### **1.7 Justificação do estudo**

No presente estudo fazemos a descrição e análise minimalista das extensões verbais em Nyungwe na expectativa de que os seus resultados contribuam, ainda que de forma singela, para preencher as lacunas teórico-descritivas que se verificam nesta língua uma vez que, como tinha referido Stegen (2002), Nyungwe carece de estudos descritivos. Este facto confere uma relevância especial ao presente estudo numa fase particularmente importante da história das línguas moçambicanas que são chamadas a dar o seu contributo como meio de ensino nas escolas do país.

O segundo motivo que justifica a realização deste estudo relaciona-se com o facto de persistir a necessidade de estudos teórico-descritivos sobre a morfologia e sintaxe das línguas moçambicanas.

O último motivo prende-se ao facto de este estudo ser importante para a Universidade Eduardo Mondlane que se propõe ser um centro de excelência em investigação, pois, para além de usar um quadro teórico recente no estudo da morfossintaxe das línguas bantu, poderá ser um ponto de partida para novas pesquisas na área de sintaxe não só de Nyungwe, mas também de outras línguas moçambicanas.

### **1.8 Delimitação do estudo**

No presente trabalho limitamo-nos a analisar a (co-)ocorrência de sete extensões verbais: causativa, aplicativa, recíproca, passiva, estativa, reversiva e intensiva, deixando fora todas as outras extensões verbais que possivelmente possam ocorrer na língua. A nossa análise é focada na morfossintaxe da língua, embora, sempre que se achar pertinente, discutamos aspectos fonológicos e semânticos com influência na (co)-ocorrência das extensões verbais.

Os nossos dados são analisados à luz do PM, um quadro teórico recente nos estudos sintácticos da actualidade. Tomamos em conta o facto de o PM ser uma teoria de traços, desenvolvida dentro da teoria de Princípios e Parâmetros, mas com influência de outros estudos, ainda que dentro da Gramática Generativa, referimo-nos às propostas de autores como POLLOCK 1989; LARSON 1988 e de HALLE e KEYSER 1993. No entanto, a nossa análise inclui outras propostas teóricas recentemente desenvolvidas dentro do PM (PYLKKÄNEN 2002, 2008).

### **1.9 Organização do estudo**

O presente estudo está organizado em oito capítulos, a saber: Capítulo I, Introdução, onde se apresentam a língua em estudo, os estudos anteriores de Nyungwe, o Problema de pesquisa, os objectivos da pesquisa, a questão de partida, as hipóteses, a justificação, a delimitações do estudo e o sumário do capítulo; Capítulo II, reservado à revisão de literatura. Para iniciar o capítulo, falamos sobre a morfologia do verbo nas línguas bantu; depois, descrevemos estudos realizados sobre as extensões verbais nas línguas bantu; em seguida, apresentamos estudos sobre as extensões verbais em Nyungwe; depois, estudamos a co-ocorrência das extensões verbais nas

línguas bantu; em seguida, discutimos a Morfossintaxe das línguas bantu à luz do PM; e, para terminar, apresentamos o sumário do capítulo; no Capítulo III, fazemos uma resenha histórica do quadro teórico adoptado onde descrevemos, para começar, o programa minimalista desde as Estruturas Sintáticas até a actualidade; em seguida, descrevemos a proposta de Pollock (1989) e depois a proposta de Larson (1988) e de Halle e Keyser (1993), sobre a divisão do SF e a estrutura complexa do SV respectivamente, e, para terminar, o sumário do capítulo. No Capítulo IV, descrevemos a metodologia usada para a realização do nosso trabalho. O V capítulo é reservado a descrição e análise minimalista da (co-)ocorrência das sete Extensões Verbais em análise no presente trabalho. A seguir, no capítulo VI apresentamos as justificações das propostas teóricas adoptadas. Para terminar, no capítulo VII apresentamos a conclusão geral do trabalho.

### **1.10 Sumário do capítulo**

No capítulo que agora termina, apresentamos o nosso tema de pesquisa e o problema, através da pergunta: Será que o PM explica os fenómenos sintácticos decorrentes da (co)-ocorrência das extensões verbais em Nyungwe?

Tendo em conta o problema de pesquisa, definimos três objectivos, primeiro, descrever as extensões verbais que ocorrem em Nyungwe; segundo, analisar a (co)-ocorrência das extensões verbais na língua à luz do Programa Minimalista; e, para terminar, terceiro, avaliar a aplicabilidade do PM à análise da morfossintaxe do Nyungwe. Esperamos que os resultados do estudo contribuam para preencher as lacunas teórico-descritivas que se verificam nesta língua, em particular, e nas línguas moçambicanas em geral.

## **CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.0 Introdução**

No capítulo anterior, fizemos uma introdução geral do nosso trabalho e apresentamos o problema de pesquisa. No presente capítulo, apresentamos os estudos existentes sobre as extensões verbais (EVs) e sua morfossintaxe à luz do PM e de outras teorias a ele relacionadas.

Para uma melhor análise e facilidade de leitura dividimos o capítulo em secções. Destarte, na secção 2.1 apresentamos a morfologia do verbo nas línguas bantu (LBs). Depois, na secção 2.2, descrevemos os estudos existentes sobre as EVs nas LBs. Esta secção é composta por duas sub-sessões, a 2.2.1, reservada a descrição das EVs que ocorrem em Nyungwe, e a 2.2.2, na qual apresentamos estudos sobre a (co-)ocorrência destas nas LBs. A seguir a esta secção, descrevemos, em 2.3, estudos anteriores que analisam a morfossintaxe das línguas bantu à luz do PM e outras teorias a esta relacionadas. Para terminar, na sessão 2.4, apresentamos o sumário do capítulo.

### **2.1 Morfologia do verbo nas línguas Bantu**

Esta secção dedica-se a descrição e análise de estudos realizados sobre a morfologia do verbo nas LBs. O nosso estudo começa com a apresentação e definição de dois conceitos operatórios básicos: morfologia e verbo.

Segundo Bauer (2003) a morfologia estuda as palavras e a sua estrutura. De forma mais clara, a morfologia estuda a formação das palavras, incluindo a forma como novas palavras são integradas em diferentes línguas, e a variação da sua forma, dependendo do seu uso nas frases (LIEBER 2010). Por sua vez, os verbos são palavras de forma variável que exprimem o que se passa, isto é, relatam factos, acções, descrevem estados, situações e podem indicar pessoa, número, tempo, modo e voz (NGUNGA 2014; MATEUS ET AL 2007; FARIA 1999). Tendo em conta as definições acima, nesta secção, vamos visitar estudos sobre a estrutura e formação de novos verbos. Para tal começamos por apresentar estudos reconstrutivos do verbo nas LBs.

De acordo com Hedinger (1985), Meeussen (1967) reconstruiu a estrutura do verbo do Proto-Bantu e concluiu que este exibe uma estrutura clara com elementos definidos que ocorrem numa ordem fixa, com a seguinte designação:

1. Pré-inicial
2. Inicial
3. Pós-inicial
4. Formativo
5. Limitativo
- 6.1. Infixo
- 6.2. Radical } Base
- 6.3. Sufixo } Base
7. Pré-final
8. Final
9. Pós-final

Tal como Hedinger (1985) referiu na análise da estrutura do verbo em Akɔɔ, a estrutura do verbo nas línguas bantu proposta por Meeussen (1967), parece ser constituída por muitos elementos que não permitem a discussão da estrutura do verbo nestas línguas. Por isso, juntamos a este estudo, um outro que, apesar de similar, isto é, reconstrutivo, permite uma melhor análise da evolução da estrutura do verbo nestas línguas na expectativa de que tal nos ajude a perceber a estrutura proposta por Meeussen (1967). O referido estudo foi realizado por Nurse (2007). Este autor afirma que é improvável que a forma final do PB que deu origem às línguas bantu contemporâneas tivesse tido uma estrutura completamente analítica, e que com contacto com várias línguas relacionadas tivesse sofrido influência destas e, por isso, tivesse havido uma cliticização e o pré-tema tenha mudado para uma estrutura sintética. No entanto, ele adverte que por a sua pesquisa ter partido de bases que considera incompletas, não se pode afirmar, partindo-se apenas do seu estudo, que o PB tenha tido uma estrutura do verbo totalmente sintética, ou se essa estrutura totalmente sintética só se desenvolveu mais tarde, depois que a tal protolíngua se expandiu. Contudo, prefere considerá-la sintética, por esta ser a solução mais económica.

A seguir, Givón (1971) considerou a hipótese de que os predicados complexos são derivados de uma série abstracta de predicados átomos amplamente aceites e considerados no estudo destas línguas. Para ele, a origem dos afixos verbais nas LBs começou nos verbos. Com o tempo, estes verbos sofreram alterações morfológicas que os reduziram a meros afixos. O

mesmo pode ter acontecido com alguns prefixos verbais. A sua conversão em prefixos ou a sua morfologização aconteceu em algum estágio mais tarde.

Portanto, seguindo (NURSE 2007; GIVON 1971), pode-se afirmar que, talvez, a estrutura do verbo do PB proposta por Meeussen (1967) seja o reflexo, ainda que inicial, de uma cliticização de alguns elementos que possivelmente numa proto-língua tivessem sido originalmente separados.

Segundo Hyman (2010), Guldemann (2010), baseando-se em argumentos tipológicos e de área, afirma que o Proto-Níger-Congo e o Proto-Bantu não tinham mais do que um modesto sistema de sufixos verbais derivacionais e que em ambas Proto faltava prefixos flexionais verbais. Embora Guldemann (2010) tenha usando os mesmos dados de Hyman (2004, 2007a, b) chegou a uma conclusão oposta, segundo a qual as línguas da família Níger-Congo que têm essa morfologia, em particular as línguas bantu e atlânticas, teriam sido obrigadas a inovar essa múltipla sufixação e prefixação. Para Hyman (2010), as hipóteses de Guldemann apresentam dois problemas graves: (i) as proto línguas usadas possivelmente remontam de 10.000-12.000 atrás e claramente tiveram tempo suficiente para que a sua morfossintaxe mudasse ciclicamente mais de uma vez. (ii) as propriedades das línguas da área usada por Guldemann, cintura Macro-sudanesa, apresentam actualmente inovações que se difundiram depois que a família Níger-Congo se dividiu. As distribuições espaciais actuais são em grande parte irrelevantes para a reconstrução linguística de longo alcance. No texto, Hyman (2010) apresenta mais uma prova de que a sufixação e prefixação múltipla devem ter existido, mesmo em línguas que as perderam. Portanto, para Hyman (2007), as distribuições das línguas em áreas actuais são, em grande parte, irrelevantes para a reconstrução de longo alcance.

Como facilmente se pode inferir, as propostas de (GIVON 1971; NURSE 2007; HYMAN 2007 e mesmo GULDEMANN 2010) sugerem que houve uma mudança da estrutura do verbo que vai levando à inovação e conseqüente alteração, incorporando múltiplos sufixos e prefixos. Mas, Nurse (2007) e, de alguma forma, Hyman (2007), preferem admitir que o PB tenha tido uma estrutura sintética inovativa com o tempo e Guldemann (2010) prefere considerar que esta tenha sido analítica, mas apenas com um conjunto modesto de sufixos verbais derivacionais.

Ainda em relação a estudos reconstrutivos, Schadeberg (2003), afirma que a base verbal é o domínio da derivação a partir da qual vários temas verbais são formados através da adição do sufixo flexional final. A reconstituição de morfemas flexionais particulares continua incompleta.



Muzenga (1981), citado por Schadeberg (op. cit.), reconstruiu as seguintes marcas de negação e de tempo: *\*nkà-* (pré-inicial) e *\*tí-/\*i-* (pós-iniciais, opcionais) e *\*-à-*, *\*-á*, *\*-ka-* respectivamente. Fonologicamente, os clíticos são morfemas presos a todas as palavras *\*na-* (associativo) e *\*nga-* (normalmente acoplado às formas nominais); os enclíticos *\*-ini* presos às formas verbais e os locativos *\*-po*, *\*-ko* e *\*-mo* presos aos verbos.

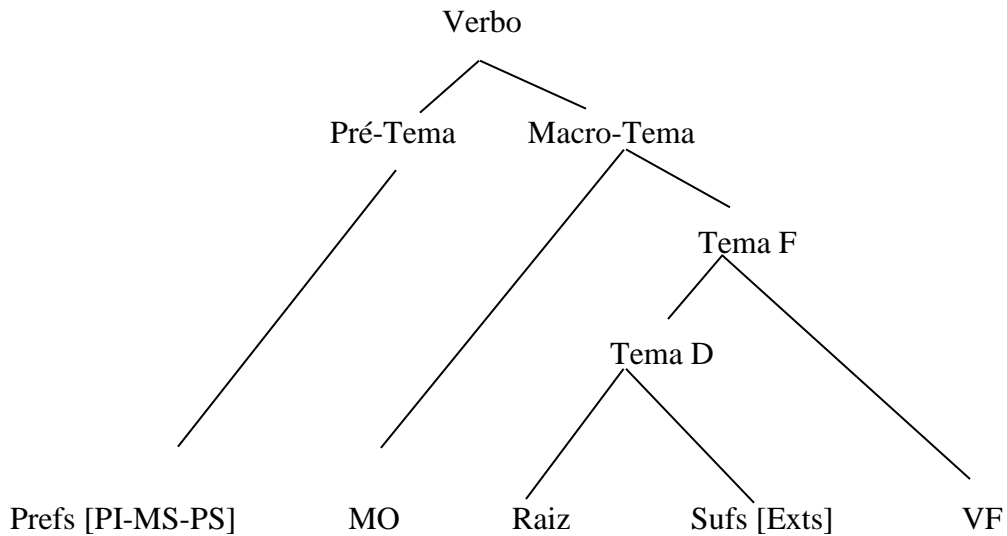
Por conseguinte, vemos neste estudo que Schadeberg (2003) analisa a reconstrução dos prefixos flexionais que mais tarde Guldemann (2010) afirmou não ter encontrado dados que confirmassem a sua existência no PB que deu origem às LBs actuais. Perante estes estudos, no presente trabalho, preferimos seguir Nurse (2007) e considerar que o PB teve uma estrutura do verbo sintética, mas com inovações decorrentes do contacto com outras línguas perdeu alguns elementos.

O exposto acima pode ter levado a que alguns autores (NGUNGA 2000; STEGEN 2002; NURSE 2003; SITO 2009) se tenham limitado a estudar apenas os elementos que podem ocorrer numa estrutura verbal. Daí que nos trabalhos por eles realizados afirmam que a estrutura do verbo compreende uma pré-raiz, constituída por: Inicial -sujeito- negativo- T(A)- o formativo e o objecto, seguido da raiz-Extensão- VF-Sufixo. Portanto, a estrutura do verbo nas LBs compreende muitos afixos, entre prefixos (marcas de sujeito, tempo, aspecto, modo, objecto) e sufixos, isto é, morfemas derivacionais e a vogal final (KATUSHEMERERWE 2013). Os prefixos seriam todos os elementos à esquerda do radical e os sufixos, os que ocorrem à direita deste. Deste modo, o verbo nas LBs seria composta por elementos pré-iniciais (prefixos), raiz, sufixos e vogal final. Contudo, importa referir que “não é obrigatório que toda a LB tenha todos os elementos aqui apresentados” (NGUNGA 2004: 149).

Em suma, seguindo diversos autores (HYMAN 2007; MCHOMBO 2007; NGUNGA 2000; NURSE 2003; SITO 2009; STEGEN 2002), neste trabalho, assumimos, em primeiro lugar, que a actual estrutura verbal das LBs poderá ser resultado da evolução de uma estrutura sintética hipotética do PB e que, em segundo, a morfologia verbal das LBs compreende tradicionalmente uma raiz verbal (RV, doravante) à qual são sufixadas extensões verbais, tais como: causativa, applicativa, recíproca, passiva, etc. e são prefixados morfemas que codificam as marcas de negação, sujeito, de objecto, tempo/aspecto. Os últimos diferem dos primeiros em forma e função. Formalmente, os sufixos têm uma estrutura -VC-, em oposição à estrutura

canônica da sílaba que é CV. Funcionalmente, os sufixos afectam a estrutura argumental do verbo (MCHOMBO 2007).

Em seguida apresentamos a proposta simplificada de estrutura do verbo nas LBs de Ngunga (2000; 2004; 2014) que foi também usada na análise da (co-)ocorrência das extensões verbais em Nyungwe por Câmara (2014):



“Onde: Tema F: Tema flexionado; Tema D: Tema derivado; MS: Marca de Sujeito; PS: pós-Sujeito; PI: pré-inicial; MO: Marca de Objecto; Exts: Extensões (Verbais); VF: Vogal final” (NGUNGA 2014:164).

Como se pode ver, o esquema que acima apresentamos sintetiza a estrutura do verbo nas LBs. Nela, as EVs, nosso objecto de análise, ocorrem imediatamente a seguir à raiz e antes da vogal final (VF, doravante).

Todavia, no presente trabalho, adoptaremos uma estrutura do verbo mais simples ainda, que embora não seja muito diferente daquela, tem o mérito de ter sido descrita como sendo a sistematização da estrutura do verbo em Nyungwe por (NGUNGA e CÂMARA 2014:71):

$$MS- \left\{ \begin{array}{l} MT/A \\ MM \end{array} \right\} -MO-Raiz-EV-VF/MM$$

Como se vê, a MS ocupa a posição inicial, depois a seguir a ela, ocorre a MT/A e Modo, que precedem a MO. Esta, por sua vez, precede a raiz, ou seja, ocorre imediatamente antes da raiz. A MO é seguida pela raiz e esta, por sua vez, pelas extensões verbais e depois pela VF e em algumas vezes pela marca de modo (MM).

Nesta sub-secção acabamos de descrever e analisar estudos reconstrutivos sobre a estrutura do verbo nas LBs e a estrutura do verbo a ser adoptada no presente trabalho. Na sub-secção que se segue apresentamos estudos sobre as extensões verbais.

## **2.2 Extensões Verbais nas Línguas Bantu**

Como temos vindo a fazer menção, nos verbos das LBs podem ocorrer afixos que ‘extendem’ ou mudam o significado lexical dos verbos. Estes afixos diferem dos que marcam o TAM que não alteram o significado básico do verbo (GUTHRIE 1967; MUTAKA e TAMANJI 2000; DAMONTE 2007; BLENCH E WILLIAMSON 2011).

Por modificarem os significados dos verbos e a sintaxe das frases, as Evs desempenham um papel muito importante nestas línguas, motivo de interesse dos estudiosos das línguas bantu.

Segundo Mutaka e Tamanji (2000), As EVs são sufixos que alteram o significado e a valência dos verbos. Assim, com a adição de uma extensão a uma raiz, o novo verbo pode passar a seleccionar mais de um complemento (directo/indirecto), instrumento, locativo, beneficiário ou pode reduzir um ou mais complementos. Siteo (2009) acrescenta que as EVs geralmente têm um significado particular, mas há aquelas que são polissémicas e as que formam pares antónimos. Elas podem ser associadas simultaneamente ao mesmo radical.

As EVs podem ser classificadas em produtivas e não produtivas. O primeiro grupo compreende os sufixos que afectam a valência do verbo (MUTAKA e TAMANJI 2000; MAHO 2001). A estes sufixos pode-se atribuir um significado e uma função particular. Os sufixos do segundo grupo podem ser formalmente isolados, mas não se lhes pode atribuir qualquer significado e, em muitos casos, não têm nenhuma implicação sintáctica. São os que marcam apenas o TAM.

Os estudos das EVs duram há mais de setenta anos. No grupo dos primeiros estudos sobre o tema constam (MEINHOF 1948, DOKE 1943, 1954; MEEUSSEN 1967).

Doke (1943; 1954; 1966) realizou um estudo comparativo das EVs que ocorrem nas LBs com o intuito de analisar um número maior de dados de línguas pertencentes a este grupo. De

acordo com o autor, os sufixos verbais derivativos que comumente ocorrem nas LBs são: passivo (-iwa, -uwa, -ibwa, etc); neutro (-ika ou -eka, de acordo com a harmonia vocálica); aplicativo (-ela, -ila, -ena e -ina); causativo, cujo morfema varia consideravelmente de língua para língua. Assim, o morfema do Ur-Bantu proposto por Meinhof -yâ ocorre variavelmente como -isa, -ishya, -iza, etc. O sufixo intensivo cujo morfema coincide com o causativo; o recíproco (-ana); o associativo -akana; -aŋkana. O sufixo reversivo (-ula, -ulula formas transitivas e -uka, -uluka como formas intransitivas); o extensivo (intransitivos -āka, -auka ou -aika e transitivos -āla, -āula ou -āila; os causativos -asya, -ausya ou -aisya), perfectivo (-elela); frequentativo e o diminutivo.

Mais tarde, Doke (1966) reafirmou que os derivativos verbais presentes nas línguas semíticas e hamíticas também ocorrem nas LBs da África central, apesar de ser num número maior e não tanto nas do LBs do Sudoeste.

Antes de Doke (1966), Meinhof (1948) tinha estudado os afixos verbais em Bantu tendo reconstituído o causativo e o passivo. Meeussen (1967), considerado como um dos precursores da reconstrução do Proto-Bantu (PB), distinguiu dois tipos de afixos: os expansionais e os deverbativos. Os expansionais são aqueles com a estrutura [V (N) C] e derivacionais são os que têm a estrutura [-VC-]. O mérito deste trabalho é ter fornecido diretrizes sólidas do PB que são amplamente utilizadas até hoje (ver NGUNGA 2000, LODHI 2002, MITI 2006, LANGA 2007; entre outros).

Além dos estudos acima, um outro trabalho que pela sua relevância no estudo das EVs nas LBs importa aqui citar foi realizado por Guthrie (1967-71). Este estudioso alargou o número de LBs analisadas e, conseqüentemente, o universo de dados, permitindo deste modo que estudos reconstrutivos subsequentes tivessem uma base de análise mais ampla.

No entanto, a quantidade e a qualidade de estudos descritivos e reconstrutivos das EVs está longe de ser conclusivo, desafiando linguistas a continuarem a apostar na sua pesquisa. No conjunto desses estudos recentes constam Schadeberg (2003) e Miti (2006). A seguir, apresentamos estes estudos sistematizados em uma tabela:

**Tabela 1:** Extensões verbais em Bantu.

Extensões Verbais	Schadeberg (2003)	Miti (2006)
Aplicativa	*-il-	*-id-
Causativa	*-i- ou *-ici-	*-ik- ou *-i- ou *-iká-
Impositiva	*-ik-	
Neutra/Potencial	*-ik-	*-ik-
Posicional ou estativa	*-am-	*-am-
Associativa ou recíproca	*-an-	*-an-
Repetitiva	* -ag-; *-ang-	
Extensiva	*-al-	
Contactiva	*-at-	
Separativas ou reversivas/ (transitiva e intransitiva)	*-ul-; *-uk-	*-an- e *-uk-
Passiva	*-u- ou *-ibu-	*-u-
Persistiva		*-idid-
Intensiva		*-ikɿ-

Na primeira coluna da Tabela 1, podemos perceber que Schadeberg (2003) reconstruiu onze EVs do PB que, na sua óptica, ocorrem em todas as línguas e tem a mesma estrutura canónica -VC-. O autor afirma que estas extensões têm um sistema vocálico reduzido a cinco

vogais, diferem na produtividade e algumas podem (co-)ocorrer no mesmo radical. A partir da sua análise, Schadeberg (2003) concluiu que as vogais médias (\*e, \*o) ocorrem apenas como resultado da harmonia vocálica com extensões possuindo uma vogal de segundo grau (\*i \*U). A harmonia afecta, igualmente, as consoantes \*l e \*k e as nasais. As EVs com a estrutura -VC- têm uma tonalidade neutra (ou alternativamente baixa) e há uma leve evidência de que o tom das duas extensões com a estrutura -V- \*-i- e -\*u- pode ter sido alta.

Na segunda coluna mostramos a reconstrução das EVs feita por Miti (2006). Este autor reconstruiu dez EVs, menos uma se compararmos com Schadeberg (2003), a extensão impositiva. Miti vai para além dos trabalhos anteriormente realizados que aqui citamos, porque conclui que a sufixação de EVs ao radical não só obedece a regras de harmonia vocálica e de assimilação consonântica, mas também de harmonia da nasal. Segundo o autor, em algumas línguas ocorre apenas a harmonia vocálica, em outras as duas e, em outras ainda, não ocorre nenhuma. Para ele, há dois tipos de harmonia vocálica: quando a vogal final do radical é média, a vogal da extensão é /-e-/. Quando a vogal final do radical é não-média, a vogal da extensão é /-i-/. Regra de harmonia da nasal: primeira, quando a consoante final do radical é nasal, a consoante da extensão é /-n-/. Quando a consoante final do radical é uma não-nasal, a consoante da extensão é /-l-/.

A partir da tabela podemos concluir que o número de EVs difere de língua para língua. A razão para esta afirmação resulta do facto de os dados das línguas analisadas por Schadeberg (2003) sugerirem a inclusão na lista de extensões impositiva, contactiva, repetitiva e extensiva e os de Miti (2006) sugerirem a ocorrência da persistiva e intensiva e, além disso, a distinção entre a resersiva transitiva e a intransitiva. Igualmente, a diferença entre os morfemas usados para a reconstrução pode estar relacionada com a realização actual de cada uma das EVs nas LBs analisadas (cf. Miti 2006).

Na lista de estudos sobre o tema deve-se incluir o de Lodhi (2002). Este autor fez um estudo comparativo das extensões verbais que ocorrem em Swahili e Nyamwezi com base em Ashton (1944) e Jonsson (1949) revista em Jonsson (1954). A sua definição de extensões verbais vai para além de as considerar sufixos verbais. Ele inclui todos os elementos pós-radicaís ou pré-finaís do tema verbal. Segundo o autor, Doke (1943) fornece a lista mais longa de EVs nas LBs. Em Swahili e Nyamwezi ocorrem as seguintes EVs: aplicativa, estativa, causativa, estática, contactiva, conversiva, inceptiva (-pa), associativa, aumentativa, subtractiva e passiva. Todavia,

por ter pouca influência de outras línguas, Nyamwezi preserva mais as formas do PB do que Swahili.

Os estudos comparativos acima foram realizados ao mesmo tempo que alguns bantuistas estudavam a sua ocorrência em LBs particulares. Estes estudos podem ser divididos em: descritivos e teórico-descritivos. No grupo destes estudos encontramos autores como (HORTON 1949; WHITELEY 1968; KATUPHA 1991; ODDEN 1996; MATSINHE 1994; MUTAKA e TAMANJI 2000; NGUNGA 2000; MAHO 2001; ELWELL 2006; MOOKETSI 2006; LANGA 2007; COCCHI 2008; FERNANDO 2008; SEIDEL 2008; SITO E 2009; SMITH 2011; BLISS 2009; BLENCH e WILLIAMSON 2011, só para citar alguns). A seguir apresentamos e analisamos alguns destes estudos por ordem cronológica desta lista.

Um dos primeiros estudos realizados numa LB particular pertence a Horton (1949) que escreveu a gramática de Luvale, uma LB falada em Angola e na Zâmbia. Sobre as EVs, o autor começa por afirmar que os verbos nesta língua podem ser flexionados de várias formas para formar verbos derivados que modificam o seu significado. O número de derivativos verbais que continuam activos na língua é reduzido: passivo (-wa), neutro (-ika/-eka), aplicativo (-ila/-ela ou -ina/-ena), causativo e intensivo (-isa/-esa), recessivo, separativo, reversivo, repetitivo (-uka, -ula, -uma, -oka, -ola e -ona); extensivo (-uka, -ula/-una); persistiva; perfectivo e aproximativo e o frequentativo. A classificação de acordo com a ordem de ocorrência é: (i) tema simples, (ii) neutro/passivo, (iii) recessivo/reversivo, (iv) extensiva/ persistiva, (v) causativa, (vi) aplicativo, perfectiva, aproximativa. Portanto, a extensão neutro/passiva é a que mais ocorre na língua e as que menos ocorrem são: aplicativo, perfectiva, aproximativa. No entanto, pelo tempo que o estudo tem seria importante verificar, seguindo o pensamento de Batibo (2005) qual é o comportamento das EVs da língua actualmente, pois, olhando para a descrição do autor, pode-se pensar que a passiva é a que continua actualmente activa, o que pode não ser.

Mais tarde Whiteley (1968) estudou a transitividade em Swahili. Porque a transitividade nas LBs também está relacionada com as EVs, ela abriu um capítulo para falar da derivação verbal. Segundo a autora, em Swahili, tal como em todas LBs, todos os radicais podem ser caracterizados como mínimos e 'extendidos'. Os verbos extendidos adquirem significados diferentes que afectam não apenas o padrão das extensões, mas também o padrão de transitividade. Segundo o autor, nesta língua, os afixos que ocorrem são: causativa, recíproca, estativa, preposicional. Mais uma vez, tendo em conta as transformações que as línguas podem

sofrer com o tempo, o número de EVs actualmente existente na língua pode ser maior do que a lista aqui apresentada.

Dos estudos citados neste trabalho, o estudo que por ordem cronológica segue ao que acabamos de citar, o de Whiteley (1968), foi realizado por Katupha (1991). Este autor analisou a relação que as extensões verbais estabelecem com os verbos em que ocorrem e as implicações sintácticas e semânticas dessa ocorrência. Distingue EVs que expressam significados aspectuais daquelas que modificam a estrutura argumental dos verbos em que ocorrem. Em Emakhuwa as extensões verbais podem ser subdivididas em: temáticas e modais. As extensões temáticas são: -ana (recíproca); -ela (aplic.); -eya (estat.); -iha (caus.); -iya (passiv.). Estas extensões interferem na estrutura temática da matriz do verbo. As extensões modais são aquelas que não afectam a estrutura argumental do verbo: -aca (interativa/dual); -akaca (interativa /frequentativa); -esa (intensiva /frequentativa). Há um subconjunto de morfemas cuja característica é incrementar os papéis *theta* à estrutura argumental prevista no verbo, inclui: -ana (recíproc.), -ela (aplic.), -iha (caus.). As extensões que elidem/reduzem um argumento são: -eya (estat.), -iya (passiv.).

Mais tarde, Odden (1996) analisou a fonologia e morfologia de Kimatuumbi. Para o autor, o verbo em Kimatuumbi é composto por um radical e uma vogal final (VF) que pode ser estendido através de sufixos verbais, cuja selecção obedece a princípios morfológicos. Para Odden (1996), o sentido do verbo é construído em torno da raiz com qualquer número de afixos opcionais, onde encontramos as EVs. A afixação das EVs obedece a regras de Harmonia Vocálica. Nesta língua, certas EVs são mais produtivas (causativa, passiva, applicativa, recíproca, causativa e estativa) e outras (reversiva, contactiva) são lexicalmente restritas.

Depois, Maho (2001) descreveu as EVs que ocorrem nas LBs faladas em Namíbia. De acordo com o autor, as EVs podem ser divididas em produtivas e não produtivas (tornaram-se fixas ao verbo). As EVs que ocorrem nestas línguas são: applicativa cujos morfemas podem ser: -el-; -er-; -en- ou -êts-. Igualmente, em algumas línguas quando o sufixo é reduplicado indica que a acção verbal é intensificada. Portanto, a reduplicação deste sufixo dá, ao verbo, a semântica de intensidade. A outra EV que ocorre é a passiva. Esta é a mais comum de todas as EVs. Depois temos a causativa, também comum, mas com formas diferentes, talvez porque, segundo o autor, pode ser reconstruída de duas maneiras: \*/-i-/ e \*/-ici-/. Os morfemas da extensão causativa nas línguas faladas em Namíbia são: -ik-; -ek-; -is-; -ith- e mais. Importa referir que, segundo o autor, pode-se verificar esta variação na mesma língua. Para terminar, as extensões que também



ocorrem nestas línguas são: recíproca e reversiva, esta última quando reduplicada em Thimbukushu indica a intensificação da acção descrita pelo verbo, função normalmente desempenhada pela applicativa.

Estes estudos são importantes para o presente trabalho, porque analisam várias LBs e mostram as EVs que ocorrem e as modificações decorrentes dessa ocorrência e, no fim, agrupam-nas de acordo com a sua produtividade.

Friesen (2002) analisa o processo de mudança da valência dos verbos em Mbonge e outros dialectos de Okoro, falada no sudoeste dos Camarões. Nesta língua existem cinco posições para os dez sufixos que, na língua, alteram a valência e/ou as relações gramaticais. As EVs que ocorrem na língua são: a estativa -am, a causativa -ise, causativa indirecta -ele, a passiva -ab, de companhia ou instrumental -an, recíproca -en, a inversiva -o, -u, intensiva -en, a anticausativa -ee e tempo relativo -en, que também pode ser marcado através do prefixo ka-. Destas, as que diminuem a valência do verbo são: passiva, estativa, reflexiva e sufixos anticausativos (-ee). Esta última assemelha-se à estativa por descrever estado ou posição e difere por descrever evento ou processo que realmente tenha tido lugar. As que aumentam a valência do verbo são: causativa (-ise), causativa do agente indirecto (-ele), causativa do efeito indirecto (-isele), a causativa lexicalizada -e, a applicativa (-ee) e a instrumental ou de companhia (-an). Mbonge tem quatro construções causativas diferentes. Para além das acima descritas, existe a causativa sintáctica (uso do verbo *bola* 'fazer'). A distinção semântica entre as quatro causativas pode ser explicada nos termos de causação directa vs indirecta e através do papel do sujeito: agente. Em relação à applicativa, o autor acrescenta que Mbonge, diferente de outras LBs, não usa o sufixo applicativo para introduzir o argumento com papel de instrumento ou companhia/associativo. Para tal usa-se um sufixo específico (-na). A língua permite a co-ocorrência de muitos sufixos verbais. Os sufixos que alteram a valência do verbo podem combinar, resultando numa completa mudança da valência deste. Com apenas poucas excepções estas mudanças de valências são predizíveis pela adição de todas as mudanças causadas por estes sufixos permitindo apenas dois objectos.

Com base no estudo de Friesen (2002) pode-se inferir que em algumas LBs ocorre uma variação na forma e na semântica de algumas EVs. Além disso, este estudo espelha a necessidade de estudos recentes sobre as EVs que ocorrem em cada uma das LBs.

Talvez foi pensando na necessidade de estudos mais recentes que Mchombo (2004) descreveu a sintaxe do Chichewa. Neste estudo o autor analisa as EVs que ocorrem nesta língua. Para o autor, o tema verbal é o domínio de significantes processos linguísticos. Portanto, pode haver princípios de ordenação dos morfemas que operam neste domínio, mas que não operam fora dele. Seguindo Guthrie (1962), o autor divide as EVs em três tipos: (1) aquelas que aumentam o número de argumentos expressíveis em um, como causativa e applicativa; (2) aquelas que reduzem para um o número de argumentos expressíveis (passiva, estativa e recíproca) e o último tipo, as neutras. Estas afectam o significado do predicado, mas não o número de argumentos, a reversiva (que já não é produtiva e, por isso, ocorre em uma número menor de verbos). As EVs que ocorrem em Chichewa são: causativa (-its- e -ets-). Na língua distingue-se a causação directa da indirecta, a applicativa (-il- ou -el-), passiva (-idw-/-edw-), a estativa (-k-/-ik-/-ek-) e a recíproca (-an-).

Mais tarde, o mesmo autor, Mchombo (2007), analisou a ligação dos argumentos e a morfologia do Chichewa. Neste estudo reafirma as posições anteriores e divide as EVs em apenas dois grupos, tendo em conta as suas implicações sintácticas: aquelas que alteram a estrutura argumental do verbo e as menos produtivas. No primeiro grupo contam as seguintes extensões são: causativa, applicativa, estativa (neutra), recíproca e passiva e as menos produtivas: reversiva, contactiva e posicional.

Os estudos de Mchombo (2004, 2007) complementam-se, na medida em que os primeiros descrevem e classificam as EVs que ocorrem em Chichewa, uma LB mutuamente inteligível com Nyungwe, daí a sua importância para o presente trabalho.

Mooketsi (2006) fez o mesmo estudo em Setswana, uma LB falada em Botswana. De acordo com a autora, esta língua tem um conjunto de extensões derivacionais que aumentam, diminuem e mantêm a valência do verbo: causativa, applicativa, extensiva, recíproca, reversiva, passiva e neutra. As que aumentam a valência do verbo são: applicativa (-el-). Transforma intransitivos em transitivos e estes em bitransitivos. A causativa (-ets-) torna intransitivo em transitivo e este em bitransitivo. Esta extensão em verbos transitivos não afecta a valência do verbo em que ocorre, porque o verbo derivado tem o mesmo número de SN pós-verbal como os primitivos. A extensão que reduz a valência do verbo é a neutra (-eg-). Ela não afecta a valência de verbos intransitivos e transforma alguns transitivos em intransitivos. Os bitransitivos tornam-se transitivos. A extensão recíproca não ocorre em verbos intransitivos. Ela torna verbos

transitivo em intransitivo e bitransitivos em transitivos. A passiva não afecta verbos intransitivos, transforma transitivos em intransitivos. As extensões que não afectam a valência do verbo são: extensiva (-ak- e a contraparte reduplicada -akak-), reversiva (-ol- e a contraparte reduplicada -olol-), intensiva (-isis-), reflexiva (-il-).

Com base neste estudo podemos levantar uma questão relacionada com a afixação da causativa em verbos ditransitivos: será que os argumentos que constam na frase, o sujeito, por exemplo, passa automaticamente a ser o agente mais alto? Ou este é/pode ser substituído por um SN agente que passou a ser seleccionado pelo verbo causativo?

Em Changana, uma língua bantu que em Moçambique é falada em Gaza e partes de Maputo e Inhambane, foram realizados quatro estudos similares (descrevem as EVs), são eles: (MATSINHE 1994; LANGA 2007; SITOIE 2009 e NGUNGA e SIMBINE 2012). Sistematizamos os quatro estudos na tabela que se segue:

**Tabela 2:** Exrtensões verbais em Changana.

Extensões Verbais	Matsinhe (1994)	Langa (2007)	Sitoe (2009)	Ngunga e Simbine (2012)
Aplicativa	-el-	-el-	-el-	-el-
Causativa	-is-	-is-	-is-	-is-
Causativa intensiva/intensiva		-isis-	-isis-	-isis-
Passiva	-iw-	-iw-	-iw-	-iw-
Persistiva		-elel-		
Recíproca	-an-	-an-	-an-	-an-
Atributiva		-an-		
Reversiva (transitiva)		-ul-	-al-/ -ul-	-ul-
Reversiva intransitiva;				-uk-

separativa				
Associativa				-an-
Interativa		-etel-		
Contactiva		-et-		
Estativa/neutro- estativa/pseudo-passiva	-ek-	-ek-	-al-/-akal-	-ek-
Frequentativa			-etel-	-etel-
Perfectiva			-elel-	
Diminutiva			-nyana	
Reflexivo	-ti-			
Impositiva				-ek-

Na Tabela 2, acima apresentada, vemos, na primeira coluna, a descrição das EVs que ocorrem em Tsonga proposta por Matsinhe (1994). Para o autor, na língua ocorrem seis ‘afixos’ derivacionais: causativo, aplicativo, passivo, recíproco, estativo e reflexivo. Esta deve ser a razão porque vemos o morfema reflexivo na sua lista e não o vemos nas outras colunas. Na segunda coluna, apresentamos a descrição das EVs que ocorrem em Changana, estudo realizado por Langa (2007). O autor afirma que a sua descrição é baseada em Doke (1954), Ribeiro (1965) e Baumbach (1988). O autor, com o seu estudo, pretende estabelecer um número coerente e consistente de EVs em Changana. Desta forma, vemos mais cinco EVs na sua lista, se comparada a de Matsinhe (1994). Para ele, em Changana, a recíproca é igual a atributiva e a passiva pode ocorrer em verbos intransitivos quando o objecto implícito se torna ‘recuperado’ como o sujeito pronominal da classe 17. Porém, num olhar atento à tabela pode-se perceber que tanto Siteo (2009) como Langa (2007) afirmam ocorrer em Changana 11 EVs. A diferença entre eles reside no facto de, na terceira coluna, Siteo (2009) apresentar mais quatro extensões à classificação de Langa (2007): a perfectiva *-elel-* e a diminutiva *-nyana* e não ocorrem as

extensões persistiva, atributiva, interactiva e contactiva, descritas por Langa (2007). Na quarta e última coluna vemos o estudo de Ngunga e Simbine (2012). De acordo com os autores, em Changana deve-se distinguir a extensão reversiva transitiva da reversiva intransitiva e acrescentam à lista das EVs que ocorrem em Changana a extensão impositiva e associativa. Contudo, à semelhança do que referiram (MATSINHE 1994, SITOE 2009), Ngunga e Simbine (2012) parecem sugerir que na língua não ocorre as extensões persistiva, interactiva e contactiva.

Em seguida apresentamos o estudo de Cocchi (2008) que descreve as EVs que ocorrem em Tshiluba. Para ela, as extensões verbais são sufixos colocados entre o radical e a flexão final do verbo, ‘extendendo-o’ e formando verbos derivados. O morfema aplicativo indica que a acção descrita é realizada em benefício de alguém, um objecto aplicado. A extensão causativa introduz a noção de cooperação (fazer/ajudar/obrigar) alguém a fazer algo. A extensão recíproca -angan- indica que a acção ocorre entre duas pessoas. A passiva, -ibu- intransitiva, ela faz com que o agente da transitiva desaparece. A neutro-passiva -ik- intransitiva e o único argumento tem o papel temático de paciente/tema. A neutro-passiva/impositiva tem a semântica de ajudar em uma posição. Ela transforma radicais intransitivos em transitivos. A estativa/ posicional expressa estado, situação. A reversiva -ul- inverte o sentido da acção descrita pelo radical. A repetitiva -ulul- indica a repetição da acção descrita. Extensiva/Intensiva, -akan- indica a extensão/amplificação da acção em tempo e espaço. A contactiva indica que dois ou mais objectos passaram a estar em contacto. As extensões verbais podem ser agrupadas em: sintácticas (para além de alterar a semântica, acrescentam um argumento na frase) e lexicais (simplesmente acrescentam um significado extra ao radical). Esta é uma divisão que se assemelha à proposta por Mchombo (2004, 2007) em relação a produtividade das EVs.

Seidel (2008) estudou a gramática de Yeyi, uma LB falada na Namíbia e no Botswana. De acordo com o autor, as extensões derivacionais em Yeyi cobrem um conjunto de funções que vão desde a mudança na valência dos verbos, as alterações semânticas do tema verbal até a distinção do aspecto expresso derivacionalmente e do expresso flexionalmente. As EVs que ocorrem nesta língua são: applicativa (-ir-, -in- se uma nasal preceder a extensão); causativa (-is-, -iz-, -ik-). Em relação a causativa importa referir que o morfema -ik- só aparece em um número reduzido de raízes verbais. A neutro-passiva (-eh-, -ik-, -uk-/ -ahar-), reversiva (-ur-, -un- se uma nasal preceder a extensão). Extensão associativa (-an-); frequentativa (-ang-); passiva (-uw- em bases monossilábicas e -w-); contactiva (-at-). A seguir o autor refere-se a extensões extensivas,

as que indicam a extensão temporal e espacial da acção descrita pelo verbo: neutro-passiva, extensiva, causativa e agentiva. Estas extensões na maior parte das vezes são combinações fossilizadas de extensões que envolvem uma extensão \*-al- subjacente, que nas outras LBs ocorre como marca de uma extensão. Este estudo é importante por estender o papel da EVs para a distinção aspectual.

Num estudo mais recente, Blench e Williamson (2011) descreveram as extensões verbais que ocorrem em Izon, uma língua Bantu falada no Delta do Níger e na Nigéria que pertence a um grupo maior de línguas denominado Ijoid. Para os autores, talvez porque as extensões verbais na língua têm uma morfologia e comportamento diferentes dos de outras LBs, o tema tem sido pouco estudado. As extensões que ocorrem na língua são: médio passiva, recíproca e intensiva (-í/í (n) ou -yaí); causativa (-mɔ-); e direcional (-mɔ); colectividade (-meín) e seriação/ *seriation* (-ímó). Nesta língua, apresenta-se apenas um único caso de combinação das extensões verbais -í/í e -mɔ. Os sufixos que alteram a valência do verbo (causativo e direcional) são comuns nas línguas Bantu e outras da família Níger-Congo, mas as suas formas parecem exclusivas, sugerindo inovação resultante do contacto de línguas, mas não através de empréstimos directos.

De acordo com Blench e Williamson (2011), nesta língua a fossilização levou a diminuição do número das extensões verbais existentes e a dificuldades de determinação dos seus significados, sugerindo que houve uma fusão, em algum momento, no passado.

No mesmo ano, Smith (2011) também descreveu as EVs de Ila (também conhecida por Seshukulumbwe), uma LB falada no nordeste da antiga Rhodesia e na região central do sul de África. De acordo com o autor, todas as raízes ou verbos originais do Ile têm duas sílabas daí que, se se estiver perante um verbo com mais de duas sílabas pode-se concluir que o mesmo é derivado. Estes verbos são formados através da adição de sufixos à raiz, modificando e estendendo consideravelmente o significado original do verbo. Os sufixos que ocorrem na língua são: relativo (-ila/-ela, -ina/-ena). Quando afixados um sufixo relativo, os verbos transitivos seleccionam dois objectos (directo e indirecto). O objecto directo é regido pelo verbo e o indirecto pelo sufixo. O sufixo causativo (-zha, -ha, -ya), recíproco (-ana), estativa (-uka/-oka), de capacidade (*capable*) -eka, -ika; intensiva (-isha/-esha), reversiva, repetitiva e persistiva repetitiva, indica a realização contínua de uma acção.

Sandy (s/d) realizou um estudo similar em Abo, uma língua Bantu falada no sudoeste dos Camarões. O estudo de Sandy focalizou-se nas formas segmentais e nas implicações históricas e

comparativas dos resultados. De acordo com o autor, as EVs em Abo parecem muito reduzidas na forma e algumas integradas na raiz. No entanto, duas delas, a passiva e a associativa parecem não serem o reflexo das EVs do PB. As EVs que ocorrem na língua são: causativa que se divide em directa e indirecta. A causativa directa (-V)s), é a mais produtiva. Ela ao ocorrer em raízes de estrutura CVV, onde ocorre um encurtamento da vogal da extensão e a raiz afixa-se o -s. Mas quando a última letra da raiz é uma consoante, a causativização é feita através da sufixação -Vs. A causativa indirecta (-si) é a menos produtiva e a mais diferente. Além disso, a presença da vogal alta -i mostra que esta continua conservadora ao PB, reconstruída como \*-i/-ici Schadeberg (2003). O sufixo recíproco -an assemelha-se ao do PB \*-an. Esta EV ocorre em raízes que terminam em V ou C. A extensão recíproca é usada em combinação com a associativa. Isto explicaria a ocorrência de -n em algumas formas associativas e -l em algumas formas recíprocas. A outra extensão que ocorre na língua é a associativa (-l)a) que licencia a expressão de um argumento instrumental ou comitativo do verbo. Em raízes que terminam com uma consoante, normalmente, adiciona-se -a e em raízes monossilábicas que terminam numa vogal normalmente ocorre uma consoante entre a raiz e a extensão. Para além destas EVs, ocorre a passiva (-l)abε). Ela, ao ocorrer promove o paciente para a posição de sujeito. Esta extensão não parece ser reflexo da passiva do PB, mas sim da passiva reconstruída para as línguas das zonas A e B, concretamente línguas A70 \*-(a)b(e). Em sílabas monossilábicas a passiva é formada através da adição do sufixo -labε e em raízes polissilábicas que terminam numa vogal é encurtada e adiciona-se o sufixo -abε. As raízes que terminam numa consoante adiciona-se o sufixo -abε. As outras extensões que ocorrem na língua são: aplicativa (-V) e resultativa (-l'ú). Formalmente, estas extensões têm segmentação idêntica, mas permanecem tonalmente distintas. Parece serem do PB \*-il. A resultativa deve ser considerada a flexão morfológica de tempo/aspecto. Tanto a aplicativa como a resultativa são formadas pela adição da vogal final (pode ser -i ou uma vogal copiada). Nesta língua, a extensão gerundiva (-ak) é usada para formar verbos infinitivos, nomes deverbais e o imperfectivo. As extensões associativa e aplicativa ocorrem imediatamente a seguir à raiz. As extensões passiva, recíproca e causativa ocorrem um pouco mais distante se comparadas com as primeiras. A extensão gerundiva ocorre mais distante ainda. O comportamento das EVs (forma e implicações) em Abo mostra que as LBs faladas no interior da Nigéria ou nas regiões fronteiriças dos Camarões parecem menos conservadoras e,

consequentemente, similares a línguas não Bantu. Por isso, aparece a passiva mais semelhante a línguas do grupo A70.

Para terminar esta sub-secção, citamos o estudo de Bostoen e Mundeke (2011). Estes autores afirmam que os morfemas causativo (C) e aplicativo (A) tem uma realização morfofonológica incaracterística em Mbuun, uma língua bantu falada na República Democrática do Congo. Elas acionam a geminação da consoante final da raiz. O texto analisa se o isoformismo C/A é resultado de um desdobramento semântico ou de uma fusão fonêmica. Para o primeiro caso, a extensão semântica só pode ter ocorrido a partir de aplicativo para causativo e não o contrário. No caso da fusão fonêmica, o aplicativo pode ter-se tornado homófono com um sufixo original distinto e com um efeito causativo. Este morfema não pode ser o causativo \*-ic- do PB. A raiz verbal do Mbuun tem no máximo duas sílabas. O contacto directo entre a consoante final da raiz e a consoante do sufixo aplicativo faz com que ocorra uma assimilação completa desta última resultando numa consoante geminada. Contrariamente, o sufixo causativo \*-ici- é observável apenas no léxico. Não é mais sincronicamente produtivo, que se possa equiparar morfofonologicamente ao aplicativo.

Estes estudos são importantes para o presente trabalho porque confirmam o que disse Cocchi (2008) em relação à variação na forma e do número das EVs de língua para língua. Além disso, evidenciam as mudanças na forma e na semântica das EVs resultante do contacto de línguas.

A partir dos estudos aqui alistados podemos concluir que desde a lista de Meinhof (1948) a Doke (1943), as extensões que têm sido citadas como ocorrendo em quase todas as línguas bantu são: causativa, aplicativa, passiva, reversiva, recíproca, intensiva, neutra. Daí, os conceitos de produtivas e não produtivas para enquadrar aquelas que mesmo existindo, já não podem ser separadas das raízes verbais em que ocorrem.

Depois de nesta secção termos apresentado estudos comparativos e descritivos que analisam as EVs nas LBs, na sub-secção que se segue, apresentamos estudos existentes sobre as extensões verbais em Nyungwe. A separação é intencional, pensamos que é necessário, um espaço onde analisamos os trabalhos existentes sobre a língua que é objecto do nosso trabalho como forma de evidenciar o que se diz e como se diz.



### 2.2.1 Extensões verbais em Nyungwe

Segundo Rego (2012), apesar de datarem de 1888, são escassos os estudos publicados de Nyungwe que se conhecem.

O autor acrescenta que as primeiras obras que se conhecem são de carácter religioso cujo objectivo era envagelização nas línguas autóctones. Mas, “os primeiros trabalhos inaugurais mais relevantes daquilo a que se pode considerar de linguística *Nyungwe*, ainda que linguística tradicional, são os do padre Victor José Courtois, *Elementos da gramática tetense* (1888; 1900), *Diccionario Cafre-Tetense-Portuguez* (1899;1900), *Gramática Cafre Tetense* (1939), e do padre Manuel dos Anjos Martins, *Elementos da língua nyungwe – Gramática e Dicionário* (1991)” (REGO, 2012: 62).

Mais tarde, aos trabalhos acima citados, juntou-se o de Ker (2011), inaugurando assim, “...a fase de transição para uma linguística moderna de vertente mais científica” (REGO, 2012: 62).

Nos trabalhos acima citados, as extensões verbais em Cinyungwe foram descritas por Martins (1991) e Courtois (1898). Mas, a esta lista deve-se acrescentar os trabalhos de Ngunga (2004, 2014) que embora não sejam estudos exclusivos do Nyungwe, trazem alguns dados da língua. Portanto, à lista de estudos apresentados por Rego (2012) deve-se incluir os estudos de (NGUNGA 2004; 2014) que fornecem algumas bases para o estudo sobre classes nominais, marcação da negação, extensões verbais e ordem das palavras, só para citar alguns exemplos.

Ngunga (2004, 2014) apresenta a lista de extensões verbais existentes nas LBs faladas em Moçambique, onde consta o Nyungwe. Para o autor, as EVs nesta língua podem ser sistematizadas da seguinte maneira, +O são: applicativa, causativa e impositiva. As =O, isto é, as que mantêm o número de argumentos são: frequentativa, perfectiva, intensiva e reversiva. As –O são: estativa, passiva e recíproca.

Segundo Courtois (1900), os verbos em Nyungwe são de várias formas, derivados ou compostos e de raiz simples. Alguns tem simultaneamente a forma simples e derivada, outros somente uma delas. A forma simples ou primitiva (verbos activos e neutros) é ordinariamente uma palavra dissílaba finalizando em **a**. Assim, “a partir do verbo primitivo, formam-se, por meio de partículas, os verbos derivados” Martins (1991:93).

A seguir apresentamos estes estudos sistematizados numa tabela. Os dados serão apresentados tal como estão descritos pelos autores, isto é, adoptaremos os conceitos por eles

usados e a respectiva ortografia. Assim, na tabela deve-se considerar que a expressão “formas” é usada por Courtois (1900) e “partículas” por Martins (1991). Causativa por Courtois e intensiva por Martins, respectivamente.

**Tabela 3:** Extensões verbais em Nyungwe.

Formas/partículas	Courtois (1900:66-70)	Martins (1991:93-99)
Passiva	edua/ ewa	e(d)wa/i(d)wa
Médio-passiva		eka/ika
Neutro-passiva	ika/eka	
Causativa/intensiva	isa/esa	esa/isa
Intensiva	esisa/esesa; isira/esera	
Dativa ou de vantagem/relação	ira/era	ira/era
Reflexa	dzi	dzi
Recíproca	na	na
Reinterativa		
Continuação		erera/irira
Completamente ou imediatamente		tu
Repetitiva		reduplicação da raiz

Na Tabela 3, apresentamos a descrição dos sufixos derivacionais propostos por Courtois (1900) e por Martins (1991). Para Courtois (1900), a formação de novos verbos em Nyungwe é feita através de oito “formas” verbais e para Martins (1991) através de doze “partículas”, portanto, mais quatro na lista de Courtois (1900). Na tabela, uma análise mais cuidadosa permite

inferir que há diferenças na designação de alguns sufixos derivacionais, por exemplo: causativa, dativa ou de vantagem para Courtois (1900) e intensiva e de relação, para Martins (1991). Os conceitos (formas e partículas) usados pelos dois autores pode estar na razão da inclusão do morfema reflexivo *dzi* e do sufixo *tu* que, quanto a nós, o primeiro morfema é a realização do núcleo Voice, tal como veremos no capítulo VIII e o último parece ser a marca do aspecto perfectivo. A mesma explicação pode ser dada em relação a inclusão dos sufixos *-bve*, *-di* e *-mbo*, por Martins (1991).

Outra ilação que pode ser tirada a partir da tabela reside no facto de a descrição de Martins (1991) parecer a extensão de Courtois (1900) em relação às ‘formas/partículas’, aos sufixos propostos e às regras de harmonia vocálica a ter em conta na afixação destes sufixos. Todavia, apesar das semelhanças entre as duas descrições e da actualidade do trabalho de Martins (1991), o trabalho de Courtois (1900) parece ser o que mais se aproxima à descrição das EVs nas LBs em estudos recentes (cf. MCHOMBO 2007; MAHO 2002; NGUNGA 2014). Um dos exemplos elucidativos está na forma a que Courtois (1900) chamou de dativa ou de vantagem e Martins (1991) chamou de partícula de relação. Outro caso está relacionado com o sufixo causativo e intensivo. Para Courtois (1900), são sufixos diferentes e que merecem tratamento específico, mas Martins (1991) considera ser o mesmo sufixo.

Para terminar, tanto Courtois (1900) como Martins (1991) sugerem a não existência do sufixo reiterativo, pois, Courtois não indica o morfema e Martins (1991) nem se quer o menciona. O sufixo continuação descrito por Martins (1991) parece ser o que alguns autores consideram extensão extensiva (HORTON 1949; SCHADEBERG 2003; SIEDEL 2008). O nosso estudo fará, sempre que se justificar, um cruzamento destas duas fontes na análise minimalista das EVs que ocorrem em Nyungwe.

Nos estudos de Courtois (1900) e de Martins (1991) nada se diz em relação a (co-)ocorrência dos sufixos verbais. Isto sugere que este, provavelmente, será um dos primeiros trabalhos a descrever a (co-)ocorrência das possíveis EVs que ocorrem em Nyungwe à luz de um quadro teórico da GG.

### **2.2.2 Co-ocorrência das Extensões verbais nas línguas bantu**

Na sub-secção anterior, apresentamos dois estudos existentes sobre as EVs em Nyungwe. Na presente sub-secção, analisamos os trabalhos existentes sobre a (co-)ocorrência

das EVs nas LBs, estudos importantes para esta pesquisa, porque a existência das EVs e a forma como co-ocorrem tem sido usada para argumentar a favor de uma arquitetura da gramática na qual a Morfologia e a Sintaxe estão intrinsecamente relacionadas (GOOD 2005). A análise minimalista das extensões verbais em Nyungwe é um trabalho que estabelece uma forte relação entre a Morfologia e a Sintaxe. No mesmo trabalho, Good (2005) faz um estudo comparativo dos estudos anteriores para determinar as restrições aplicáveis ao ordenamento dos sufixos causativo (C) e aplicativo (A) em bantu. Os dados analisados mostram que estes sufixos tinham uma ordem fixa no Proto-bantu (PB). Assim, a proposta morfológica de Hyman (2003a) sobre os efeitos templéticos é uma herança do PB e não necessariamente uma inovação. O sufixo A foi reconstruído como \*-id- e o C como \*-ic-. Algumas línguas distinguem a causativização directa da indirecta. Nas línguas em que se permitem a ordem AC, o primeiro encontra-se lexicalizado. A lexicalização do morfema causativo em algumas línguas levou à perda de quaisquer restrições da ordem ACTrans. No entanto, isso não significa desvio da ordem padrão. A ordem padrão que pode revelar a estrutura do verbo no PB seria aquela em que houve uma combinação lexicalizada de sufixos A e C que contraponha ao padrão CATrans. Este estudo mostra que a ordem fixa de ocorrência dos morfemas em algumas línguas bantu pode estar relacionada com a ordem de ocorrência destes no PB. Só se pode falar da ordem AC nos casos em que o primeiro está lexicalizado.

O estudo de Good (2005) e os outros que aqui citaremos reflectem a ideia de que, actualmente, a preocupação dos linguistas que trabalham com as LBs é também explicar por que razão os prefixos e sufixos ocorrem na ordem em que o fazem.

Um dos trabalhos que apresenta a preocupação acima pertence a Hyman (2002). Segundo o autor, até então as explicações dadas sobre a ordem de (co-)ocorrência das EVs têm sido de natureza semântica (Bybee 1985) e sintáctica (Baker 1985). Não há evidência de que a ordem de sufixos verbais derivacionais em Bantu obedeça ao espoco semântico ou Princípio de Espelho (Baker op. cit.), pois estes têm um *ranqueamento* baixo nas línguas bantu. Cada sufixo representa a resolução específica da língua para duas pressões concorrente: a pressão para que a sequência dos sufixos seja composicional vs. a pressão para que a ordem de afixação seja fixa. Recorrendo à metalinguagem da Teoria de Optimalidade (OT) de Prince & Smolensky (1993) dir-se-ia que para a morfologia: as diferentes possibilidades de ordenamento de sufixos encontrados em diferentes línguas bantu ou na mesma língua são obtidas através de diferentes

*ranqueamentos* de duas famílias de restrições: Espelho e Padrão. A sequência dos sufixos em Bantu é padrão, pois há igualmente princípios fonológicos que contribuem para a sua sequência.

Como facilmente se pode perceber, o trabalho de Hyman (2002) é uma perspectiva morfológica que explica a sequência das extensões verbais nas LBs. Para o autor, a sequência dos afixos verbais na estrutura verbal não tem motivações sintáticas nem semânticas, mas sim morfológicas, pois as línguas impõem restrições morfotáticas específicas para as quais não há uma explicação extra-morfológica sincrônica. As restrições morfotáticas podem representar uma relação entre pares de morfemas específicos ou podem definir um modelo através do qual vários afixos são automaticamente ordenados. Este estudo, apesar de usar uma perspectiva teórica diferente, irá ajudar-nos a melhor discutir a ordem de co-ocorrência das EVs na língua.

Outro estudo que analisa as restrições de (co-)ocorrência das extensões verbais numa LB foi realizado por Ngunga (1999). Segundo o autor, as línguas bantu são conhecidas pela sua complexidade morfológica que encontra a sua expressão mais alta no verbo. O artigo estuda a morfologia sufixal em Yao - uma língua bantu falada em Malawi, Moçambique e Tanzania - através da análise dos factores que determinam a combinação e ordem dos sufixos derivacionais: morfotático, sufixo X deve preceder sufixo Y; fonotático, sufixo X deve ocorrer no contexto fonológico Y e morfossintático, cada sufixo age sobre a base à qual é acrescentado. As extensões estudadas são: aplicativa (-il-), causativa (-y-, -is-y-, aas-y-); impositiva (-ik-); passiva (-iw-, -ig-w-); estativa (-ik-); reversiva (-ul-, -uk-); recíproca (-an-) e intensiva (-is-y-). Dois sufixos que reduzem a valência da base não podem co-ocorrer imediatamente um depois do outro. O sufixo que termine em /y/ precedido por uma consoante não pode ser seguido de sufixos que não tenham /a/ em posição inicial. A ocorrência de certos sufixos é restringida a determinadas posições no tema verbal.

Um outro estudo importante foi realizado por Sandy (s/d) que analisa, de forma preliminar, a combinação das EVs em Abo, uma LB falada na Nigéria e Camarões. Para o autor, a língua permite a combinação de apenas algumas EVs. As combinações possíveis são: associativa + recíproca; aplicativa+causativa; aplicativa+associativa; associativa+gerúndio. Essa ordenação também obedece a princípios fonológicos.

Horton (1949), que descreve as EVs em Luvale, analisa igualmente a sua ordem de co-ocorrência. Segundo o autor, EVs que podem co-ocorrer na língua são: passiva + causativa + aplicativa; passiva + aplicativo; persistiva + causativa + aplicativo; passiva + causativa. Esta

descrição, à semelhança de Sandy (s/d), peca por não debater a motivação ou os verbos que permitem a co-ocorrência das referidas EVs.

Odden (1996) também prestou atenção à combinação das EVs em Kimatuumbi, uma LB falada na Tanzânia. De acordo com o autor, a ordenação dos morfemas correlaciona-se com as funções sintáticas. Assim, as extensões produtivas (passiva, causativa, estativa, recíproca e aplicativa) podem co-ocorrer. Mas a passiva e a estativa não podem, muito menos com a recíproca.

A partir dos estudos citados até agora, pode-se perceber que, em algumas LBs, a sequência dos sufixos verbais obedece a vários princípios, entre eles o fonotático, morfotático e produtividade. Assim, estes estudos são aqui trazidos porque irão ajudar-nos não só a descrever as EVs que ocorrem na língua nyungwe, mas também a analisar a ordem em que podem co-ocorrer.

Igualmente Buell e Sy (s/d) descrevem a consequência de ocorrência de dois ou mais sufixos verbais em Wolof, uma língua atlântica falada no Senegal, Gâmbia e Mauritânia. Para os autores, ao usar-se o Princípio de Espelho (doravante PE), a abordagem de movimento directo do núcleo é inadequada, porque leva a contradições e escopo incorrecto. Usa a abordagem de movimento do sintagma, porque, para eles, esta pode derivar várias ordens. A análise segue a proposta de Koopman (2004). De acordo com Buell e Sy (s/d), as palavras são formadas na sintaxe e por princípios exclusivamente sintáticos. As extensões verbais do Wolof são: benefativa, instrumental, causativa, causativa impessoal. A ordem de ocorrência é: CausImp > Caus > Ben > Instr > V. A abordagem escolhida permite que se mantenha uma relação entre a ordem morfológica e a estrutura sintática. Permite que se trate a variação trans-linguística da ordem dos morfemas de mudança de valência verbal e da complexidade verbal.

Para Damonte (2007) o Princípio de Espelho relaciona a morfologia com a sintaxe, mas não especifica que princípios explicam como os afixos são concatenados na estrutura sintática. No texto, o autor analisa o paralelismo entre a ordem das extensões verbais e os complementos a estes associados em Pular, uma língua da família Níger-Congo falada na Guiné, Guiné-Bissau, Serra Leoa e Senegal. As extensões do Pular são: reversiva repetitiva, reflexiva, intensiva, contactiva, completiva, causativa, modal, locativa, instrumental, benefativa, recíproca e distantiva. A ordem destas extensões é Causativa > Comitativa > Instrumental > Benefativa. Seguindo Cinque (1999, 2006), Damonte (2007) assume que os afixos são concatenados numa

hierarquia de projecções funcionais para a verificação dos seus respectivos traços. Em Pular, as extensões verbais são concatenadas em núcleos funcionais, numa hierarquia fixa relacionada com o respectivo papel *theta*. Os complementos que introduzem ocorrem no especificador dessas projecções funcionais. A ordem de ocorrência das extensões verbais em Pular é fixa e corresponde a ordem dos seus complementos, não sendo semanticamente baseada. A estrutura funcional de uma frase contém uma hierarquia fixa de projecções funcionais que introduzem os complementos do predicado em posições diferentes.

Portanto, nos dois estudos acima referidos, os autores usam o PE para discutir a ideia de movimento em Wolof, primeiro estudo, e para analisar os núcleos que introduzem cada um dos sufixos derivacionais em Pular, segundo estudo. A abordagem escolhida para a análise da ordem de afixação em Wolof permite que não se tenha contradições e mesmo usando o PE apenas a abordagem de movimento do sintagma permite que se mantenha uma relação entre a ordem morfológica e a estrutura sintáctica. Mas em Pular, este debate não se levanta, porque a ordem de ocorrência dos morfemas é fixa. Estes estudos permitem discutir a ordem de (co-)ocorrência das EVs em Nyungwe, a projecção dos seus núcleos funcionais, os lugares de ocorrência dos seus argumentos e as implicações sintácticas da ocorrência das EVs na ordem em que o fazem, uma vez que o nosso estudo estabelece uma relação entre a morfologia e a sintaxe.

Outro estudo sobre a (co-)ocorrência das EVs à luz do PE foi recentemente realizado por da Câmara (2014). A autora analisa as implicações sintácticas da (co-)ocorrência das extensões causativa e applicativa em Nyungwe, uma LB falada em Moçambique à luz do PE. De acordo com a autora, o PE explica de forma adequada as implicações sintácticas da co-ocorrência das extensões causativa e applicativa em Nyungwe, pois, a partir da estrutura argumental dos verbos derivados, mostrou-se haver três evidências: primeira, o morfema causativo sempre ocorre antes do morfema applicativo; segunda, a ordem dos morfemas (causativo e applicativo) espelha a ordem em que o agente e o beneficiário devem ocorrer. Concretamente, o que se nota é que o agente ocorre em posição mais alta que o beneficiário e este, por sua vez, figura em posição mais alta que os demais argumentos da frase. A terceira evidência é de que o objecto aplicado com o papel temático de beneficiário sempre ocorre imediatamente a seguir ao verbo causativo-aplicado. Portanto, existe uma hierarquia temática que deve ser obedecida: agente>beneficiário/maleficiário/paciente>tema>locativo>instrumento.

Este trabalho fornece-nos bases teóricas para explicar a relação morfologia e sintaxe em Nyungwe, através de um número mais abrangente de EVs.

Mchombo (2004), ao descrever e analisar as EVs que ocorrem em Chichewa, também se refere à co-ocorrência destas. Segundo o autor, nesta língua, as extensões causativa e aplicativa podem co-ocorrer, mas a ordem de ocorrência comum é aplicativa mais próxima do radical e depois causativa, e raramente o contrário. As construções causativo-aplicadas podem ser passivizadas, mas a co-ocorrência causativa + aplicativa + passiva, não é comum e, por isso, está reservada a exceções mínimas. Na língua, a ordem comum é: aplicativa + causativa + passiva. A outra co-ocorrência a que o autor faz menção é: causativa + recíproca + passiva.

O outro estudo importante e que importa trazer nesta secção foi realizado por Fernando (2008). Neste estudo, o autor analisa igualmente a ordem de ocorrência de seis afixos verbais em Kikongo. Segundo o autor, a ordem e a co-ocorrência de afixos verbais podem ser explicadas sob três perspectivas amplas, a saber: sintática (Baker 1985), semântica (Bybee 1985 e Rice 2000) e morfológica (Hyman 2002). O ponto de vista sintático é atribuído a Baker (1985), pois para ele a ordem dos afixos derivacionais reflecte a ordem correspondente das derivações sintáticas. A perspectiva semântica defende que a ordem dos afixos é determinada pela abrangência e função semântica de cada afixo (Bybee 1985 e Rice 2000). Segundo eles, os afixos com maior relevância para a acção da raiz do verbo aparecerão mais perto dele. No entanto, mesmo que sob mesma perspectiva, Bybee referia-se a afixos flexionais e Rice (2000) explica os casos em que os afixos não são rigidamente ordenados.

De acordo com McPherson e Paster (2009), vários estudos mostram que a ordem dos afixos em bantu obedece a diferentes princípios: escopo semântico (Rice 2000); ordem das operações sintáticas (Baker 1985, Alsina 1999). Algumas extensões nas línguas bantu têm uma ordem fixa que não segue a estes princípios e, em alguns casos, viola-os. De acordo com os autores, as línguas bantu sempre desempenharam um papel importante na identificação de princípios trans-linguísticos da ordem dos afixos verbais, mas nenhum estudo foi feito em Lugada. Daí a pertinência do estudo por eles realizado. Para McPherson e Paster (2009), as extensões verbais que ocorrem na língua são: causativo, aplicativo, recíproca, passiva, estativa, reversiva e transitiva. Em Lugada, alguns falantes mostram inovação ao Princípio de Espelho e alguns dialectos são conservadores seguindo o CARP do PB e alguns aceitaram a ordem



recíproca-aplicativa. Este estudo e o de Mchombo (2004) mostram que a ordem de ocorrência dos sufixos causativo e aplicativo também pode ser aplicativo-causativo (AC).

Igualmente, Waweru (2011) investiga as extensões verbais em Gikuyu, no que diz respeito à sua ocorrência e co-ocorrência. Segundo Waweru (2011), a complexidade da morfologia das línguas bantu é mais evidente na morfologia derivacional e flexional. Os sufixos derivacionais analisados neste texto são: causativa, aplicativo, passiva, recíproca e reversiva, à luz do Programa Minimalista de 1995. A análise é baseada em 400 verbos classificados de acordo com a sua transitividade. Segundo o autor, nesta língua, a concatenação das extensões verbais é determinada pela interação morfologia, semântica e sintaxe, mas ocasionalmente a semântica substitui os outros dois. O causador introduzido pelo causativo torna-se o novo sujeito da frase derivada cujos traços são verificados no especificador. Na análise minimalista a recíproca é interpretada como uma projecção; a reversiva é projectada como núcleo e para a verificação de seus traços. A passiva também é projectada como núcleo. A aplicativo tem projecção completa.

Recentemente, Langa (2014) analisou a combinação das EVs em Changana, uma LB falada na África do Sul, em Moçambique e Zimbabwe. Para o autor, a combinação e ordem de extensões verbais tem sido muitas vezes referenciada como obedecendo a processos externos à Morfologia, princípio de espelho de Baker (1985). Mas estudos recentes têm vindo a mostrar que algumas extensões verbais LBs têm uma ordem fixa que não obedece a princípios externos à morfologia, o CARP (Hyman 2002). O autor testa o CARP e os três factores que determinam a combinação e ordem das extensões verbais propostos por Ngunga (1999, 2000), nomeadamente: morfotáctico, fonotáctico e morfossintáctico. O factor morfotáctico é determinante na ordem das extensões verbais, tanto na combinação de duas como na associação de três. Assim, para Langa (2014) o modelo CARP não se aplica em Changana ou se aplica parcialmente, porque só é possível combinar três extensões verbais e nunca quatro.

Na secção que agora termina discutimos estudos realizados sobre a (co-)ocorrência das EVs nas LBs. Vimos que, em algumas línguas, podem co-ocorrer duas ou mais extensões, mas a ordem e a produtividade dessa co-ocorrência varia de língua para língua.

### 2.3 Estudos sobre a morfossintaxe das línguas bantu à luz do PM

Na presente secção apresentamos estudos sobre a morfossintaxe das línguas à luz do PM e de outras teorias a ela relacionadas.

Desde Chomsky (1957), muitos linguistas têm usado dados de várias línguas como ferramenta descritiva para contribuir para o principal objectivo da GG: explicar o que é que um falante nativo de uma língua sabe depois que adquire a sua língua materna. Uma parte destes linguistas tem usado dados das LBs. Por isso, nesta subsecção, descrevermos os estudos existentes que analisam a morfossintaxe das LBs à luz do PM e de outras teorias da GG. A apresentação dos estudos está de acordo com a cronologia do quadro teórico. Assim, tendo em conta este aspecto, o primeiro estudo que aqui citamos foi realizado por Ngonyani (2001). Este autor descreve e analisa a negação frásica em Kiswahili, usando a teoria de Princípios e Parâmetros (P & P), particularmente, a proposta de Pollock (1989) de dividir o SFlex em várias categorias funcionais, incluindo o Sintagma negacional (Sneg.). Assim, a marcação da negação em Kiswahili é uma instância de projecção da negação, Sneg. A maior evidência é encontrada em orações relativas e condicionais, onde a negação bloqueia o movimento de Flex-Comp. Na teoria P&P, defende-se que o movimento faz com que haja dependência entre vários constituintes frásicos. Ao mover-se, o constituinte deixa uma cópia que deverá ser apagada. A teoria de movimento está ligada à restrição de movimento de elementos na estrutura. Nesta teoria, uma projecção máxima, como SX e X<sup>o</sup>, pode mover-se para satisfazer os requisitos da estrutura. Nesta língua, a marcação da negação é projectada no Sneg que ocorre próximo do SC e SV e faz parte do SFlex.

Kiswahili é uma LB e, como tal, este estudo fornece bases para a análise da negação e, principalmente, a de movimento em Nyungwe.

Um estudo que também discute as categorias funcionais é de Leitch (2007). De acordo com o autor, na TRL, Chomsky (1981, 1986) e no PM, Chomsky (1995, 1999) há um interesse nas categorias funcionais de Tempo, Concordância, Número, Determinante e na sua relação com as categorias lexicais: Verbo, Nome e Adjectivo. O autor assume a proposta teórica do PM para explorar as relações entre projecções funcionais no verbo e de domínio nominal em Dibole, língua falada no Congo Brazaville. O fragmento da sintaxe de Dibole não requer a projecção do Sintagma Complementador, mas, sim, uma única projecção funcional que inclua os vários e complexos traços através do tom, pois há expressão de traços morfossintáticos através de traços

fonológicos suprasegmentais. Se morfemas segmentais Tempo, Concordância e Complementador fossem distintos seriam necessárias projeções funcionais distintas que dessem conta da co-ocorrência dos traços. As construções relativas e adjectivas atributivas têm uma estrutura sintáctica semelhante, reflectindo a interpretação semântica paralela da modificação.

Este estudo irá ajudar-nos a perceber que traços são verificados através da operação Mover em Nyungwe, pois, à semelhança do de Ngonyani (2001), reafirma que nas LBs, as categorias funcionais são necessárias para a verificação de traços. A diferença entre Kiswahili e Dibole reside no facto de, na última precisar-se apenas de uma única projecção funcional que inclua os vários e complexos traços tonais, pois os traços morfossintáticos que ocorrem noutras LBs aqui são expressos através de traços fonológicos suprasegmentais.

Num estudo mais recente, Rwamba (2014) analisa, à luz do PM, a realização morfossintáctica do tempo e aspecto do sintagma verbal do Kimbeere, uma língua Bantu falada no Quênia. Kimbeere tem cinco tempos: passado (imediato, recente e remoto), futuro (imediato e distante) e quatro aspectos básicos: perfectivo, perfeito, imperfectivo e repetitivo. Kimbeere licencia as categorias tempo e aspecto e afirma que a sua realização morfológica no sintagma verbal necessita de criação de núcleos relevantes. O verbo é movido para os núcleos criados para a verificação de traços interpretáveis (tempo e aspecto) para a correcta realização da derivação da frase. Este estudo é importante para o nosso trabalho, pois usa o Programa Minimalista para a discussão da flexão verbal em Kimbeere, uma língua bantu, como Nyungwe em que se presume que o movimento deve ocorrer para a verificação de traços.

Outro estudo sobre a morfossintaxe de uma LB à luz do PM foi realizado recentemente por Onyango (2015). Este autor analisou a morfossintaxe da flexão verbal em Igikuria e centrou a sua análise na estrutura do verbo e determinou que este é flexionado para denotar as marcas de número, infinito, sujeito, objecto, negação e foco. Cada marca tem um papel específico a desempenhar na estrutura verbal. Este estudo é aqui citado porque corrobora com o que Rwamba (2014) já tinha referido.

Para além dos estudos acima, Henderson (2007), usando a teoria de P & P, também analisou a variação de concordância, mas em construções relativas sem sujeito que envolvem um complementador nas LBs. As construções relativas nas LBs têm vindo a ser consideradas interessantes, primeiro, o efeito V2 que se pode encontrar nelas e não noutras. Nas outras línguas, estas construções requerem a inversão do verbo e do sujeito quando o argumento não

sujeito é relativizado. Segunda, a variação na concordância. Deste modo, para o autor, existem três formas tipológicas de examinar se o complemento e/ou o verbo exibem concordância: Tipo 1: Concordância com o sujeito e o SN relativizado; Tipo 2: Concordância apenas com o sujeito; Tipo 3: Concordância apenas com o SN relativizado.

De acordo com Henderson (2007) é frequente considerarem-se características que são responsáveis pela relativização e o movimento wh-(Q-) como geralmente residindo em C (complementador) enquanto características relacionadas com a flexão em T (tempo). Podemos, portanto, tomar esta variação para reflectir sobre a presença ou ausência de *traços-phi* em C e/ou T nas três estratégias de relativização. A ideia de que os sujeitos evidentes (*overt subjects*) em certas línguas Bantu são tópicos residentes no domínio SC (ao invés de sujeitos estruturais que residem no domínio ST) foi proposta por Letsholo (2002). Por seu turno, Rizzi (1997) defende que o domínio CP deve ser dividido em quatro projecções possíveis: a projecção mais alta, a *ForceP* e a projecção menor (*FinP*). Tendo em conta esta discussão, o autor, seguindo a ideia segundo a qual os complementos podem residir na projecção *ForceP* ou na *FinP*, propõe um parâmetro para a posição de COMP. Para Rizzi (1997), as línguas diferem em relação ao lugar dos complementadores, se é na projecção *Force* ou na *Fin* um parâmetro morfológico: Parâmetro de posição FLEXÃO: características Flexionais podem residir em T (tempo) ou Fin. Para o autor, as várias estratégias de variação de concordância com sujeito em frases relativas das LBs acontece a partir de dois parâmetros morfológicos simples e de condições gerais de (anti-) locativo. Assim, a inversão em frases relativas de Bantu apesar de não ser um fenómeno unificado resulta tanto da não topicalização do sujeito, o caso de relativas do tipo 3, bem como da cópia de baixa-pronúncia (*pronounce-lower*), o caso de relativas do tipo 1. Logo, Henderson (2007) propõe a adição de um parâmetro para a posição do complementador em construções relativas, para dar conta da variação linguística da posição deste.

Onambélé (2012) também analisou um tipo específico de frase numa LB: as imperativas. De acordo com o autor, hoje existem várias tentativas de formalizações para implementar os princípios minimalistas introduzidos por Chomsky (1995). A primeira é: gramáticas minimalistas (GM) de Edward Stabler (1997, 1999, 2001). Elas são constituídas por: V, Cat., Lex., F. V (conjunto finito de traços sintácticos). Lex (conjunto finito de expressões constituídas a partir de V e Cat.) e F *Merge* e *Move*. No trabalho, Onambélé (2012) analisa se as frases imperativas inclusivas do Ewondo, uma língua bantu falada nos Camarões. Nestas frases o falante inclui-se

no comando. As frases imperativas inclusivas têm a estrutura SC, onde o C° é definido pelo lugar de interpretação do operador imperativo - é semelhante à sintaxe das frases interrogativas. Elas têm um operador directivo com o traço [dir] em C°. Esta força locucional está codificada na sintaxe, o traço [dir] está incluso no traço morfossintático do operador em C° e é responsável por conduzir o movimento do verbo para o núcleo C° em frases imperativas.

Voltando à concordância, é importante citar mais alguns estudos realizados em algumas LBs. Wal (2012), por exemplo, analisa a concordância através da reanálise do parâmetro de concordância proposto por Collins (2004) e suas variantes em Carstens (2005) e Baker (2003, 2008) e rediscute, ainda que de forma breve a teoria de movimento no PM. De acordo com o autor, estudos sugerem que nas LBs, não se pode separar a concordância do movimento. No PM, estas são operações separadas. O Princípio de Projecção Estendida (doravante PPE) defende que toda a frase deve ter um sujeito ocupando a posição que lhe cabe na frase. Este princípio é claro para o Inglês, mas não nas línguas com a inversão de concordância, onde, se o sujeito ocorre na posição pós-verbal, a posição pré-verbal não estará preenchida, violando este princípio universal. Distinguem-se dois tipos de inversão de concordância: aquela em que o sujeito não está associado ao movimento do gatilho/traço PPE (Makwe, Matengo, Matuumbi) e aquela em que o sujeito que concorda é movido, mas há um remanescente do verbo complexo para derivar a ordem invertida (Makhuwa). Uma forma de explicar a variação paramétrica da concordância nestas línguas é dizendo que os traços  $\phi$  em SConc. estão associados ao gatilho de movimento/traços do PPE.

O mesmo tema foi igualmente discutido por Henderson (2006). Este autor analisa a concordância múltipla e a verificação de caso em Swahili, Dzamba e Kirundi. A análise dos dados destas línguas tem em conta dois pressupostos teóricos: primeiro, Chomsky (2000), segundo a qual a verificação das características de concordância (nula  $\emptyset$ -) em núcleos como o verbo resulta na verificação simultânea de concordância de características de caso no sintagma nominal (SN) que desencadeia essa concordância. No entanto, uma vez que é o caso de um único SN que desencadeia a concordância com mais de um verbo, existem condições específicas para tal ocorrência. Por isso, Chomsky propõe que é apenas a concordância completa nula que resulta da verificação de caso. Segundo, Carstens (2001) nas estruturas de tempo composto (TC) em bantu o sujeito move-se primeiro através de especificadores de verbos secundários antes de chegar a posição final, nos especificadores de verbos principais da sequência. Por isso, uma vez

que o SN se torna inerte para a concordância porque o seu caso está marcado, deve ser o auxiliar mais alto na sequência TC responsável por verificar o caso do sujeito. Para Carstens, as estruturas de TC em bantu colocam um desafio para a abordagem de Chomsky, pois, nestas construções, cada um dos verbos do TC exibe concordância plena com o sujeito.

Os dados analisados levam o autor a defender que acordo e concordância envolve duas relações fundamentais na gramática: primeira, a relação de concordância é de contexto sensível que pode ocorrer à distância e requer a noção de c-comando; segunda, a relação de acordo é uma relação de contexto livre que apenas pode realizar-se de uma forma estritamente próxima. Assim, enquanto a concordância envolve uma relação de aprofundamento (*probe-goal*), o acordo não envolve nenhuma dessas coisas. Em vez disso, o acordo morfológico de um elemento numa relação de concordância será sempre parasitário nas características nulas ( $\emptyset$ -) de outros elementos com que estabelece uma relação próxima. Nas orações relativas em Kirundi e Dzamba um verbo movido deve concordar com o sintagma nominal relativizado ao invés do sujeito movido. Igualmente, para o autor, a verificação de caso, tal como Carstens sugere, não pode ser dependente da verificação das características nulas ( $-\emptyset$ ), como Chomsky sugere, mas deve ter-se sempre em mente a generalização de que os verbos principais em sequências TC, geralmente, têm um conjunto mais completo de características nulas ( $-\emptyset$ ) dos verbos secundários que eles seleccionam. Logo, os dados descartam a abordagem de Carstens (2001), referente à verificação completa de caso ( $-\emptyset$ ).

Os estudos sobre a concordância e movimento aqui citados mostram que nas LBs há uma forte relação entre estas duas operações. Deste modo, corroboram com o que Wal (2012) tinha referido em relação ao tratamento destas operações sintácticas.

Em seguida, Zeller (2015) analisou a formação do verbo nas LBs. Para começar, afirma que nas Lbs há duas abordagens sintácticas sobre a formação do verbo: movimento de núcleo para núcleo (Princípio de Espelho) e através do movimento do sintagma. As duas teorias são baseadas na premissa de que os sufixos derivacionais projectam suas próprias categorias frasais. Nem sempre a sufixação em bantu obedece ao PE. Seguindo Muriungi (2014), as relações semânticas entre os sufixos em bantu estão sintacticamente reflectidas através de relações c-comando assimétrico. A evidência para um mapeamento dos sufixos verbais da semântica para a sintaxe e, através da morfologia, é ilustrada pelo facto de diferentes relações semânticas serem, às vezes, expressas através da diferenciação da ordem dos afixos em algumas línguas bantu. Em

Chichewa e Bemba, quando a causativa tem maior escopo que a recíproca, o significado é representado pela ordem V-Rec-Caus.

Este estudo alarga o debate trazido pelo PE e propõe que as relações semânticas entre os sufixos em bantu estejam sintacticamente reflectidas através de relações c-comando assimétrico, como forma de explicar relações semânticas expressas através da diferenciação da ordem dos afixos em algumas LBs.

Mchombo (2007) testa diferentes pressupostos teóricos que explicam a co-ocorrência das EVs. Para o autor, as EVs são sufixos com estrutura -VC- e afectam a estrutura argumental do verbo. Neste trabalho, o autor afirma que propostas concernentes a restrições morfotácticas variaram inspiradas no Princípio de Espelho de Baker (1988): uma estrutura morfológica para cada derivação sintáctica e, talvez, um escopo semântico. Hyman (1991, 2003) propõe um modelo morfológico independente da sintaxe e da morfologia para a ordenação dos sufixos verbais. Na ausência de factores orientadores, a ordem proposta por Hyman é geralmente a preferida para tratar estes morfemas. De acordo com Mchombo (2007), Chichewa mostra que a ordem destes morfemas pode ser CARP, mesmo quando a derivação sintáctica ou interpretação semântica exigija ordem inversa. Em bantu, o sufixo recíproco, contrariamente ao reflexivo, na teoria de ligação, não é um sujeito do argumento nominal, mas, sim, um processo de derivação de predicados léxico-morfológico aparentemente não explicável à luz da teoria de ligação. Concluindo, Mchombo (2007) sugere que a explicação da co-ocorrência das EVs em Bantu seja dada à luz do CARP de Hyman (1991, 2003).

Contrariamente a Mchombo (2007), Elwell (2006) analisa apenas como as extensões verbais nas línguas bantu podem lançar luz para a interface morfologia/sintaxe à luz da Gramática Categórica Combinatória Multimodal de Baldrige (2002). Esta abordagem contradiz a abordagem baseada no Princípio de Integridade Lexical (Bresnan & Mchombo 1995) e de alguma forma o PM. Os dados de Chichewa analisados pelo autor mostram que a abordagem das extensões verbais sob perspectiva sintáctica permite a selecção adequada dos argumentos e a discussão da relação de dependência. Por isso, a Teoria de Mapeamento Lexical (TML), que é necessária para a selecção de argumentos, torna-se um mecanismo não necessário para a análise das mudanças da estrutura argumental e tipologia linguística.

Mais tarde, Diercks (2010) analisa um dos pressupostos teóricos do PM. Segundo o autor, nas línguas bantu, ocorrem construções que levantam inúmeras questões sobre a universalidade

da teoria de Caso proposta no PM. Para Chomsky (2000), postular traços não interpretáveis é afirmar que eles são justificados pelos seus efeitos visíveis na sintaxe. O artigo discute a universalidade da teoria de Caso a partir de evidências das línguas Digo, Swahili, Lubukusu, Kifuliiru, Kiruúndi e Shona. Na teoria de Caso, todos os argumentos do SN têm um traço *Casou* (*uCase*) que deve ser verificado no curso da derivação. Nas configurações em que a verificação de Caso ocorre, esta controla a distribuição do SN. É uma das componentes fundamentais da teoria de P & P, importante na arquitectura da gramática e na derivação de estruturas. Nas línguas bantu, não ocorrem os efeitos sintácticos previstos pela teoria de Caso, traços *Casou* (*uCase*). As evidências são de construções onde a verificação de caso pode requerer que o DP deixe de ser activo, mas, mesmo assim, que não o faz, e de construções em que a verificação de traços não poderia ter ocorrido, mas mesmo assim as construções são aceitáveis. Os traços de Caso não interpretáveis não ocorrem nas LBs e, pelo contrário, são os traços de género que se activam para tornar possível a concordância.

No presente trabalho, iremos analisar, sempre que se justificar, como é que a verificação de caso ocorre em Nyungwe.

O SN numa LB é também analisado por Ibara (s/d). Este autor analisa a relação de ligação dos SNs evidentes (*overt NPs*) e categorias lexicais visíveis em Embosi, uma LB falada no norte do Congo. O objectivo é verificar se a dicotomia [ $\pm$  Anáfora] e [ $\pm$  pronominal] de Chomsky (1981) da TRL pode adequadamente representar dados das línguas do mundo ou pode não explicar as questões paramétricas de variação. Estudos têm mostrado que alguns princípios da teoria de ligação, nomeadamente, o Princípio A, não conseguem explicar a distribuição das construções reflexivas por estas poderem ocorrer fora da sua categoria de domínio e sujeito acessível. Em Embosi, uma abordagem sintáctica adequada da anáfora e pronominais seria possível se admitir-se que alguns Princípios da TRL não explicam as variações paramétricas. Nesta língua, as construções relativas partilharem os traços [+Anáfora] e [+Pronominais].

Um outro trabalho sobre o SN numa LB, à luz de uma das teorias da GG, foi realizado por Nweke (2011). Este autor analisou o impacto do uso da teoria minimalista na análise do SN de Igbo, uma língua falada na Nigéria, na construção da frase. O PM foi concebido para remover o supérfluo da descrição sintáctica. O especificador ajuda a descrever a acção do núcleo e, por isso, não pode ocupar a posição de núcleo.



De acordo com o autor, em Igbo, o especificador segue o seu núcleo e junta-se aos outros elementos para formar um complemento, por isso, não se pode afirmar que Igbo não tenha especificador, pois o elemento que serve de especificador juntou-se ao complemento. Portanto, existem palavras que servem para especificar o núcleo. O conceito de ordem de palavras tornou fácil determinar o núcleo de uma frase em qualquer construção no PM. Esta ideia tornou o PM superior a outras teorias sintáticas antecedentes.

Por sua vez, Zwart (1997) propõe um estudo alternativo para a tradicional análise da variação da ordem das palavras em frases de sujeito inicial e encaixadas nas línguas germânicas ocidentais. A análise de Zwart baseia-se no PM, particularmente na teoria de movimento e na teoria de verificação de caso. Propõe que a análise morfossintática do movimento do verbo em Holandês seja descrita como envolvendo apenas o movimento para a esquerda e que com a aplicação rigorosa dos princípios minimalistas, a análise do domínio funcional desta língua torna-se simples. Os dados sugerem que em Afrikaans é permitido o movimento em frases encaixadas, o que em línguas escandinavas não é permitido. A análise de Zwart não abre espaço para a existência de línguas como o Afrikaans que permitem a inversão de construções encaixadas. Embora este problema possa ser resolvido por se assumir um SComp. duplo.

Diferente dos estudos que temos vindo a citar, o artigo de Yuka (2008) examina o conceito de economia proposto por Chomsky (1995) através da análise do processo derivacional de construções de nomes pessoais em Lamnso', língua falada pelos Nso' em algumas regiões dos Camarões e da Nigéria. O autor investiga as realidades representadas pelas estruturas de nomes pessoais e traça processos linguísticos específicos prevaletentes na derivação destes nomes. Os itens lexicais aceitáveis como por exemplo, nomes pessoais podem ser obtidos através da adição de afixos aos substantivos, extensões verbais a verbos e outros processos morfológicos que derivam extensões semânticas das palavras em uso. Para Chomsky (1995), a economia computacional na derivação de itens lexicais e frases requer que os *outputs* contendam o menor número de unidades lexicais possíveis e as derivações sintáticas envolvam o menor número de operações gramaticais possíveis. A investigação mostra que ao contrário da derivação lexical e oracional, a computação nominal é económica. Os SNs cujos traços podem ser interpretados a partir dos traços de outra unidade lexical são cortados enquanto as extensões verbais restringem a estrutura do argumento.

Para além dos estudos acima citados, Msaka (2014) analisa a reflexividade obrigatória em Chichewa, uma língua bantu falada em Malawi. A reflexividade obrigatória ocorre em construções onde um elemento pronominal é referencialmente dependente de outras expressões antecedentes na frase. O estudo pretende determinar se a abordagem minimalista de Oosthuizen (2013), para a análise de estruturas reflexivas obrigatórias, explica o mesmo tipo de construções em Chichewa. Para o efeito, analisa-se três tipos de construções reflexivas: objectos verbais reflexivos, reflexivos verbais infinitos e reflexivos nominais infinitos. Os dados analisados no estudo mostram que este quadro teórico explica o estabelecimento de uma relação de co-referência entre o marcador reflexivo *-dzi-* e o seu antecedente, sem que haja nenhum item lexical especial incompatível com os pressupostos básicos da abordagem minimalista usada.

Um outro estudo, que, apesar de não ser de uma LB, importa aqui trazer por usar Chomsky (1995) para analisar os seus dados, pertence a Koopman (s/d). No texto, o autor usa a forte hipótese de concordância para analisar a sintaxe do SD de Maasai (falada em Tanzânia e no Quênia), uma língua rica em padrões assimétricos de concordância internos do SD. Segundo o autor, a configuração do núcleo do especificador (N-Esp) tem sido considerada como representando a configuração da concordância canónica: se Y concorda com SX, SX e Y estão ou estiveram numa relação N-Esp. durante a derivação. Assim, parece haver um consenso geral sobre a questão: será esta a única configuração que leva a pronúncia (*spell-out*) ou não? Em resposta Chomsky (1995) afirma que esta visão padrão é incorrecta porque a concordância deve ser neutralizada pela Conc. e não pelo N-Esp. Este trabalho traz acréscimos na construção de blocos dos Sintagmas Determinantes, derivações do SD interno e no tratamento das assimetrias de concordância estruturais. Toda a concordância dentro do SD resulta do movimento local do SN, com o SCaso eventualmente atraído para uma posição oracional. O SD pode ser constituído por: um constituinte oracional, uma frase relativa e elementos predicativos. O Determinante nunca tem um complemento SN cujo núcleo é um nome comum, mas sempre com um complemento oracional que, por sua vez, contém um SN como predicado.

Tabé (2014) também usou Chomsky (1995) para estudar a gramaticalização. De acordo com o autor, a gramaticalização é a derivação gradual no uso de expressões linguísticas de uma gramática. Os marcadores gramaticais compreendem morfemas flexionais que expressam: tempo, aspecto, modo, número e pessoa nos verbos e número e gênero nos nomes. Resultam na mudança de categoria. O tamanho da mudança depende da função da nova categoria na

gramática. Quando a derivação está maximamente saturada, a categoria fonte pode desaparecer ou ser atribuída outra especificação. Quando a mudança é gradual e em andamento, a nova categoria pode adquirir uma nova função para além da inerente, resultando em níveis de funções ambíguas cuja resolução depende da sua distribuição. O texto, seguindo Chomsky (1995) e textos subsequentes, situa os factos de gramaticalização em Kenyanga em um conjunto mais amplo de padrões comprovados de mudança linguística. Kenyanga é uma língua do Bantoid do sul, da família Mamfe, falada no sudoeste dos Camarões. O mecanismo minimalista existente para a computação e para a interpretação dos sujeitos de orações finitas requer que o processo de avaliação seja de nomes para verbos e não o contrário. Os dados sugerem uma mudança dos mecanismos dos traços de avaliação para acomodar *Pro* sujeito e os princípios do Princípio de Uniformidade.

Para terminar apresentamos a tese de Buell (2005), que analisa diversas questões da morfossintaxe do verbo em Zulu. De acordo com o autor, há uma estreita correspondência entre a morfologia e a sintaxe e uma teoria restritiva da sintaxe permite apenas adjunção à esquerda de núcleos e sintagmas. Entre os temas explorados, consta a composição do tema verbal, incluindo, entre outros, as extensões verbais, tais como a recíproca e causativa e a selecção de sufixos. A análise baseia-se na teoria de Axioma de Correspondência Linear (ACL) de Kayne (1994) e a Morfologia Distribucional. Em Zulu, há construções em que o argumento aplicativo locativo é alçado para a posição de sujeito, deixando o agente com propriedades semelhantes às de objecto. A diferença entre esta e outras construções locativas pode ser explicada assumindo-se que em uma construção, o sintagma locativo é juntado num nó acima do agente, enquanto em outra o sintagma locativo é juntado abaixo do agente. Os argumentos aplicado, locativo e SD comportam-se como argumentos não agente em Zulu. O sufixo recíproco deve ser juntado num nível baixo na estrutura sintáctica tal como acontece com as marcas de objecto prefixais, incluído a marca de objecto **zi-**.

Nesta secção apresentamos estudos realizados sobre a morfossintaxe das LBs à luz de vários pressupostos teóricos da GG, desde a teoria de P&P até ao minimalismo. Estes estudos mostram que o minimalismo é uma teoria em construção e, por isso, muitos estudos devem ser feitos para que se possa alcançar a adequação explicativa.

Na secção que se segue apresentamos o resumo do capítulo.

## 2.4 Sumário do capítulo

No presente capítulo fizemos a revisão de literatura que cobriu estudos sobre a morfologia do verbo nas LBs, as EVs, sua variação mórfica e, no fim, a sua morfossintaxe.

Como se deve ter notado, dividimos o capítulo em secções, como forma de facilitar a leitura. Assim, na secção 2.1 apresentámos a morfologia do verbo nas LBs. Perante uma diversidade de estudos reconstrutivos analisados, preferimos seguir a proposta de Nurse (2003) e assumimos que o verbo em PB tinha uma estrutura sintéctica.

Dissemos igualmente que, duma maneira geral, o tema verbal flexionado e/ou derivado em Bantu é composto por uma Marca de Sujeito, uma marca de Pós-Sujeito, um morfema Pré-inicial, uma Marca de Objecto, EVs e uma Vogal final. Para efeitos do presente trabalho, dissemos que usaríamos a seguinte estrutura do verbo: MS, MT/A, MM; MO, Raiz, VF/MM.

Depois, na secção 2.2, dividida em duas, começamos por descrever estudos reconstrutivos e não só sobre as EVs nas LBs. A partir dos estudos aqui alistados, podemos concluir que desde a lista de Doke (1943) a Meinhof (1948), as extensões que têm sido citadas como ocorrendo em quase todas as línguas Bantu são: causativa, applicativa, passiva, reversiva, recíproca, intensiva, neutra. O número de EVs nas LBs difere porque em algumas línguas algumas tornaram-se não produtivas, as que já não se podem separar das raízes verbais e outras produtivas, podem ser separadas das raízes. As EVs que compõem cada grupo variam de língua para língua. A sub-secção 2.2.1 foi reservada à descrição de diversos estudos sobre Em as EVs que ocorrem em Nyungwe e vimos que a descrição de Martins (1991) parece ser uma expansão de Courtois (1900), mas apesar da actualidade daquele (Martins 1991) o estudo deste (Courtois 1900) parece ser o que mais se aproxima à descrição das EVs nas LBs em estudos linguísticos recentes. Para Courtois (1900), as EVs que ocorrem em Nyungwe são: passiva, neutro-passiva, causativa, intensiva, dativa, reflexa e recíproca.

Em 2.2.2, apresentámos estudos sobre a (co-)ocorrência de extensões verbais nas LBs. Os estudos citados mostram que, duas ou mais extensões podem co-ocorrer, mas a ordem e a produtividade dessa co-ocorrência varia de língua para língua.

Para terminar, na secção 2.3 descrevemos estudos que analisam a morfossintaxe das línguas bantu à luz do PM. Estes estudos mostram que o PM abre espaço para que os seus pressupostos teóricos continuem a ser discutidos e reformulados, com o fim único de se alcançar a adequação explicativa.

## CAPÍTULO III: QUADRO TEÓRICO

### 3.0 Introdução

No capítulo anterior apresentámos a literatura que julgamos relevante na descrição e análise da estrutura do verbo nas LBs, das EVs e da sua morfossintaxe à luz do PM e não só. O presente capítulo é reservado a apresentação do quadro teórico a ser usado na análise dos nossos dados, o Programa Minimalista (doravante PM), uma teoria da Gramática Gerativa (GG, doravante) iniciado por Chomsky (1995).

A GG, segundo Kenedy (2008), é uma corrente de estudos da ciência de linguagem que iniciou nos Estados Unidos com os trabalhos de Noam Chomsky. Ela surgiu como rejeição à corrente behaviorista, para a qual o comportamento linguístico de um indivíduo devia ser interpretado como uma resposta completamente previsível a partir de um dado estímulo. Contrariamente, Chomsky defendeu que o comportamento linguístico de um indivíduo deve ser interpretado como resultado de um dispositivo inato, uma capacidade genética e por isso interna ao organismo humano, destinado a construir a competência linguística do falante. Esta disposição inata para construir a competência linguística ficou conhecida como *faculdade da linguagem*.

Assim, o modelo teórico da GG é construído através de tentativas de descrever e explicar a natureza, o funcionamento e as características dessa faculdade mental, isto é, dizer como funciona e como é possível que esteja geneticamente determinada para a linguagem se as línguas do mundo parecem ser tão diferentes entre si. Desta forma, a linguística generativista propõe uma análise da linguagem humana que se afasta do trabalho empírico da gramática tradicional e aproxima-se das *ciências cognitivas*. Além disso, levou à resposta do problema de Platão: como é que a criança aprende a falar facilmente a língua da sua comunidade sem uma exposição que justifique a rica estrutura de conhecimento linguístico destas.

Para muitos generativistas (AMIN s/d; CHESI 2005; JARNALO s/d; KENEDY 2008; OROZ 1996; RADFORD 2007; só para citar alguns), a GG iniciou a partir de *Syntactic Structures*. Mas, Chomsky numa entrevista concedida a Dillinger e Palácio (1996) afirma que tal pensamento é enganoso. Uma vez que, para ele, a linguística iniciou há 2500 anos atrás com a gramática de Panini e outros trabalhos relacionados nos séculos XVII, XVIII, XIX e de Otto Jespersen, no século XX. Na mesma entrevista, Chomsky refere que, depois deste período, a primeira teoria de linguagem genuína (a que mostrou como é possível superar o conflito entre

adequação descritiva e adequação explicativa) nasceu através do trabalho: *Lectures on Government and Binding*.

Com base no parágrafo acima, na secção que se segue passamos a falar dos antecedentes dos estudos linguísticos antes de *Syntactic Structures* de Chomsky (1957).

### **3.1 Antecedentes da Gramática Generativa**

A linguagem é a única ciência que explica o seu objeto de estudo através dela própria (Araújo s/d). Neste processo, segundo Nespoli (2007), a linguística sustentou-se inicialmente na Tese Religiosa I - a capacidade de conhecer e dominar uma língua dá pureza e capacidade de se ser superior aos outros. Deste modo, antes de Cristo, no século IV, os indianos tentaram explicar o funcionamento do Sânscrito através do estudo de textos sagrados: Vedas e Bramanas. Os sacerdotes passavam a cultura oralmente de geração para geração e, por isso, alguns sons perderam-se – um problema para os religiosos, pois, a utilização incorrecta dos sons poderia provocar insatisfação dos Deuses e invalidação da cerimónia. Por conseguinte, começaram a reconstruir os sons vocais do sânscrito. Depois, seguiram-se estudos gregos divididos em: helênico (significação no interior da linguagem) e helenístico (o correcto é mais importante que qualquer variação), a gramática normativa. Como resultado destas investigações, surgiu, ainda no mesmo século, a primeira gramática, a gramática do Sânscrito, escrita por Panini, a referida por Chomsky na entrevista concedida a Dillinger e Palácio (1996).

Na Idade Média, surgiu o primeiro tratado gramatical grego que dominou nos séculos XIV a XVI. No séc. II d. C., Varrão descreveu o Latim com influência das escolas gregas e depois, no séc. V Donato e Prisciano codificaram a gramática grega.

No Renascimento, os estudos linguísticos visavam facilitar a aprendizagem do Latim. Todavia, com o nacionalismo e a reforma da igreja começaram a surgir várias gramáticas e no séc. X os gramáticos medievais Gerbert d'Aurillac, Santo Anselmo, Abelardo e Pierre Hélie discutiram a teoria geral da linguagem.

No séc. XIII Siger de Courtrain, Jean Aurifaber e Tomás d'Erfurt defenderam a autonomia absoluta da gramática em relação à lógica, com os trabalhos dos neogramáticos (Curtius 1858-1868; e Paul 1880).

Depois, no séc. XIX, a linguística histórica baseou-se nos princípios positivistas da ciência e da Filosofia. No entanto, no séc. XX, Ferdinand Saussure define o objeto de estudo da

linguística: a língua. A definição do objecto de estudo da linguística, provavelmente levou a que, contrariando a opinião de Chomsky, Nespoli (2007) considerasse este período como sendo o de surgimento da linguística, o estruturalismo.

É do estruturalismo que falamos na secção que se segue.

### 3.1.1 Estruturalismo

Na sub-secção anterior vimos que os estudos linguísticos do século XIX cingiam-se em tentar reconstruir línguas ‘mortas’ baseando-se em similaridades entre línguas que se pensavam estar historicamente relacionadas a elas, perspectiva diacrónica (HABIB 2005; LOIS TYSON 2006).

Mas, no século XX, Saussure, não satisfeito com o estudo histórico-comparativo das línguas por apenas responder a pergunta: “de onde vem a língua?”, e não “o que é a língua?” fundou através do livro *curso de linguística geral*, uma proposta teórica para o estudo da linguagem que se enquadrava com as exigências da época: uma linha positivista com conceitos, objectivos e pressupostos bem delimitados (SALGADO 2009; SILVA 2011). Houve, neste período, duas correntes estruturalistas: estruturalismo europeu (1920) e americano (1930). A distinção entre eles reside no facto de, no estruturalismo europeu, os estudos serem num nível abstracto e no americano concreto, giravam em torno do que as pessoas realmente dizem. Um dos princípios desta corrente era de que a linguística é uma ciência descritiva (descrever o que as pessoas dizem e não o que devem dizer). Este pensamento levou à descrição de línguas índias. O nome sonante desta corrente é Leonard Bloomfield.

Com o estruturalismo como teoria linguística, Saussure e, por extensão, o estruturalismo europeu defenderam que a língua tinha uma estrutura e, por isso, as palavras deviam ser analisadas num contexto de uma estrutura maior de que fazem parte. Dá a definição da língua como um sistema de signos e operando a dois níveis: *langue* e *parole* ou língua e fala.

Andrade (2011) faz referência às dicotomias estudadas por Saussure, a saber, língua e fala, sintagma e paradigma, sincronia e diacronia e significado e significante, que levaram ao surgimento de várias correntes linguísticas entre seguidoras e discordantes. A primeira dicotomia definiu o objeto de estudo da linguística moderna, a língua. Além disso, as seguintes: esquema e uso, expressão e conteúdo de Louis Hjelmslev (1975), código e mensagem de Roman Jakobson (1963, 1981) e competência e performance de Noam Chomsky. A segunda levou ao rompimento

com os estudos linguísticos históricos e comparatistas do século XIX. Da dicotomia significado e significante, surgiram duas grandes correntes da linguística moderna: a linguística formal - Generativismo e o funcionalismo a linguística não formal - a sociolinguística e outras. A subsecção que se segue, é dedicada a uma dessas correntes linguísticas, o generativismo, devido à sua relevância para o presente estudo.

### **3.1.2 A Gramática Generativa**

Na sub-secção anterior abordámos o estruturalismo e vimos que ele está, de alguma forma, relacionado com o surgimento da GG, o que justifica que lhe tenhamos dedicado uma sub-secção do nosso trabalho para revermos aspectos da sua história.

Na presente sub-secção descrevemos a GG. Descrevermos as suas principais propostas teóricas partindo de Chomsky (1957), Estruturas Sintáticas; a seguir abordamos sobre a Teoria Padrão, a Teoria Padrão Extendida (Chomsky 1970) e para terminar, da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1980).

Segundo Kenedy (2008), a linguística generativista propõe uma análise da linguagem humana que se afasta do trabalho empírico da gramática tradicional e se aproxima das *ciências cognitivas*, “disciplinas que têm em comum o objectivo de compreender a natureza e o funcionamento da mente humana, a nossa cognição” (KENEDY 2013: 15). Assim, de acordo com Kenedy (2013) e Lasnik e Lohndal (2013), um dos fenómenos mentais mais importantes no estudo da cognição humana é a linguagem, e é a ela que se dedica a linguística. Deste modo, a linguística busca respostas às seguintes perguntas:

1. Em que consiste o conhecimento linguístico existente na mente das pessoas?
2. Como esse conhecimento é adquirido pela criança já nos primeiros anos de vida?
3. Como esse conhecimento é posto em uso, em situação real, pelos indivíduos?
4. Como esse conhecimento é produzido pelo cérebro humano?

A busca de respostas para as perguntas acima subdividiu a linguística em três áreas de especialidade: a teoria linguística, a psicolinguística e a neurolinguística. Como facilmente se pode depreender, o generativismo de Chomsky enquadra-se na área de teoria linguística. Por isso, para Chomsky, a teoria linguística deve descrever os procedimentos mentais que “geram” as estruturas da linguagem, como as palavras, as frases e os discursos. Para explicitar o seu



pensamento levantou a hipótese de que “ as frases são criadas na mente das pessoas por meio de aplicações de regras inconscientes, as quais se aplicam sobre certas palavras de modo a “gerar” as frases que pronunciamos e compreendemos” (Kenedy 2013: 17). Estas ideias iniciais de Chomsky constavam do seu primeiro livro **Estruturas sintáticas**, de 1957. Para Kenedy (2013), a partir destas ideias, Chomsky revolucionou os estudos linguísticos que até então, antes de 1957, dedicavam-se à dimensão social e histórica da linguagem humana, e passaram a ir além, procurando explicações para como a mente humana era capaz de adquirir e processar essas estruturas. Como se pode depreender, a linguagem e as línguas naturais passaram a morar na mente.

Logo, as propostas de Chomsky divergem do estruturalismo em relação ao objeto de estudo, definição dos objectivos e em relação às tarefas da linguística Borges (2001).

A seguir, apresentamos as ideias revolucionárias de Chomsky (1957), ‘onde tudo começou’.

### **3.1.2.1 Estruturas Sintáctica (Chomsky 1957)**

De acordo com Amin (s/d), Chomsky (1957), em Estruturas Sintáticas (ES), desenvolveu a ideia de frases *kernel*. A frase *kernel* é um conjunto irreduzível básico de estrutura simples produzida por regras obrigatórias de estruturas sintagmáticas de uma gramática. A esta frase simples ele chamou de *kernel*. O modelo ES contém transformações obrigatórias e opcionais. Assim, a frase *kernel* é derivada por uma série de regras transformacionais obrigatórias. Num conjunto de frases relacionadas (simples, declarativa, depois negativa, interrogativa, interrogativa-negativa, passiva, passiva-negativa, passiva-interrogativa, passiva-interrogativa-negativa) a primeira (activa simples, declarativa) é designada *kernel* (aquela a partir da qual derivam outras frases).

De acordo com o autor, na ES, a sintaxe consistia em regras: as regras da estrutura do sintagma, que criavam a estrutura profunda das frases; as regras transformacionais que operavam nesta estrutura profunda para produzir a estrutura de superfície da língua (é a partir daqui que se formavam as frases negativa, interrogativa, passiva, etc.), simples e complexa e as mudanças através das regras morfofonémicas das formas lexicais onde necessário (*go + past= went*).

Em jeito de conclusão podemos afirmar que para Chomsky (1957), a frase *kernel* era produzida por regras sintagmáticas obrigatórias. A ela aplicavam-se regras transformacionais

para produzir a estrutura de superfície. Mais tarde, em **Aspectos da Teoria da Sintaxe** Chomsky (1965) trouxe algumas inovações, vamos a elas na sub-secção que se segue.

### 3.1.2.2 Teoria Padrão (Chomsky 1965)

Na sub-secção anterior referimos que as primeiras propostas teóricas de Chomsky constaram do seu livro *Estruturas Sintáticas*, lançado em 1957. Mas, estas e outras ideias foram sistematizadas e inovadas num livro posteriormente lançado, *Aspectos da Teoria da Sintaxe* (Chomsky 1965).

Neste livro, um dos conceitos debatidos é o de língua. Por isso, antes de avançarmos, achamos importante a definição deste conceito na GG. Uma das definições de língua que, pelo tempo, pode estar relacionada às propostas teóricas de Chomsky pertence a Huddleston (1988). Segundo o autor, a língua é um conjunto de frases, cada uma finita em comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos. Assim, “a sintaxe está preocupada com a forma como as palavras se combinam para formar frases” Huddleston (1988: 7). Daí que, seguindo Huddleston (1988), a frase é a maior unidade da sintaxe e, a palavra o menor.

Antes, Chomsky tinha definido a língua como “um conjunto (finito ou infinito) de sequências (ou frases), cada uma delas finita em comprimento, e construídas por concatenação sobre um conjunto finito de elementos (o vocabulário ou alfabeto)” (Chomsky 1965: 20). Esta definição é adequada tanto para línguas naturais como para línguas artificiais. Tal como referimos, a definição de Huddleston (1988) nasce da leitura de Chomsky, que leva a que estas duas definições não sejam diferentes uma da outra. No presente trabalho, consideramos língua como sendo conjunto de frases criadas a partir da concatenação de um conjunto de elementos.

De acordo com Chomsky (1965), atribui-se às frases da língua descrições estruturais que são, essencialmente, um conjunto de relações abstractas entre os elementos de uma frase. Por exemplo na frase, retirada de Chomsky (1965:13):

1. O João comprou todos os livros.

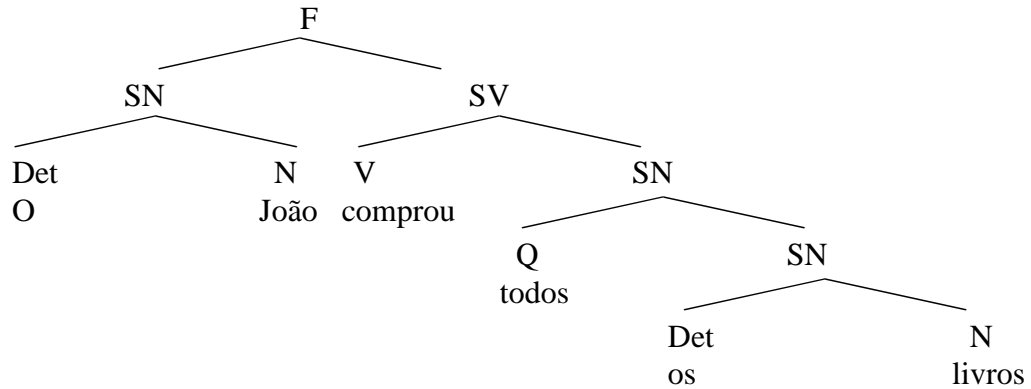
Na frase acima, pode-se perceber que determinados vocábulos estão numa relação intuitivamente mais próxima do que outros: **os** e **livros** ou **o** e **João**, a relação entre eles é de uma forma mais directa do que, por exemplo, **João** e **livros** ou **comprou** e **livros**, constituindo assim,

uma espécie de ‘grupos naturais’. Podemos perceber igualmente que mesmo estes ‘grupos naturais’ podem associar-se novamente a outras unidades constituindo novos grupos, de dimensão maior, como: os livros, o João, todos os livros, assim por diante. É a cada um destes elementos que chamamos constituintes. Portanto, os elementos que constituem as frases se escalonam em sucessivos níveis de organização que exibem entre si uma relação de dependência. É daqui que nasce a ideia de estruturação hierárquica, que pode ser representada através de vários dispositivos entre eles, o diagrama em árvore, “a famosa maneira pela qual os generativistas representam estruturas sintáticas” (Kenedy 2008:132).

Deste modo, a análise em constituintes imediatos (CI) permite, primeiro, mostrar de que modo os elementos que constituem a frase se agrupam entre si para constituírem unidades (constituintes) que, por sua vez, se vão associar a outras unidades para formarem novos constituintes, mais elevados e assim sucessivamente até alcançar o constituinte máximo, a frase.

Além disso, a análise em CI também visa fornecer uma caracterização dos diferentes tipos de constituintes em que uma frase se pode decompor, isto é, classe de constituintes ou categoria. É por isso que um conjunto de constituintes, mesmo com uma estrutura interna diferente, pode classificar-se numa mesma categoria desde que os diferentes elementos desse conjunto sejam mutuamente substituíveis numa determinada posição da frase, sem que esta deixe de ser gramatical. Portanto, os constituintes da frase (1) integram-se em várias classes de vocábulos: **João e livros** são Nomes (N); **o e os** são Determinantes (Det); **comprou** é um verbo (V), mais ainda **os livros, o João e todos os livros** constituem unidades do mesmo tipo, o Sintagma Nominal (SN). As duas informações que a análise em CI fornece podem ser combinadas num diagrama em árvore, como se ilustra a seguir (diagrama retirado de Chomsky (1965:17):

2.



Para Chomsky (1965), a árvore acima permite a descrição da relação hierárquica dos constituintes e a sua classificação em categorias, a que se chama de relação de dominância (ser um constituinte de um determinado tipo, ou, que elementos são um constituinte). Esta representação sob a forma de uma árvore etiquetada com símbolos dá-se o nome de indicador sintagmático.

A partir de Chomsky (1965), percebe-se que a geração de frases consiste essencialmente na aplicação sucessiva de diferentes regras que integram a gramática contribuindo, desta forma, para o surgimento da Gramática Transformacional (GT) como sendo a que melhor abrange as estruturas sintáticas da linguagem. A Gramática Transformacional é a capacidade de mudar sintagmas, ou é o conjunto de processos de transformação pelos quais passa um sintagma através de regras sintagmáticas (geram estruturas abstractas) e as transformacionais (que convertem as estruturas anteriores em sequências terminais, as frases).

De acordo com o autor, a componente base de uma gramática generativa transformacional é formada por uma gramática sintagmática (um tipo de sistema formal capaz de exprimir determinada informação sobre a estrutura das frases). Portanto, todas as regras de reescrita definem uma gramática sintagmática. Segundo Kaplan (1989), sintagma é uma palavra ou grupo de palavras que funcionam como unidade dentro da frase. Igualmente, a estrutura do sintagma é a divisão da frase em partes e a divisão dessas partes em sub-partes. Sintagmas: Nominal, Verbal, Adjectival, Adverbial e Preposicional. Portanto, seguindo Chomsky (1965), os

sintagmas são compostos por constituintes (palavras ou grupo de palavras que funcionam como unidades e podem tornar-se unidades gramaticais maiores).

Inicialmente, a GT previa a ocorrência de quatro transformações: substituição, apagamento (transformação imperativa); a adição (transformação passiva, que apresenta três adições: do verbo ser, do particípio passado e da preposição por) e a permutação (os SNs, sujeito e objecto na transformação passiva). A partir de Chomsky (1965) estas transformações sofreram algumas alterações: foi abolida a adição, a permutação e acrescentou-se a adjunção.

Chomsky passou a defender que as transformações dividem-se em opcionais (dão conta da variação existente entre frases com o mesmo sentido) e obrigatórias (transformações relacionadas com a concordância, devem forçosamente aplicar-se). Outras transformações acrescentadas são: movimento (elevação) obrigatório (wh) e opcional (topicalização) e coordenação. Estas operações são testes de estrutura dos constituintes.

Além disso, nesta fase, considerou-se que a gramática é composta por outros elementos: a estrutura da frase, que corresponde mais ou menos à forma fonética, é a estrutura de superfície (a forma mais aparente das frases, como ouvimos e pronunciamos) e a estrutura profunda, que determina a compreensão semântica da frase, isto é, relações semânticas pertinentes. Tanto a estrutura de superfície como a estrutura profunda são da mesma natureza: utilizam o mesmo tipo de categorias gramaticais. O estabelecimento da relação entre a estrutura profunda e a estrutura de superfície é através de regras transformacionais.

Portanto, podemos afirmar que, seguindo Radford (2004) e Matthews (2014), a Teoria Padrão é uma teoria da GT que considera que a gramática é composta por três componentes: sintáctico (central), semântico e fonológico (interpretativos). O sintáctico é formado pela base do enunciado, que gera as estruturas profundas e pelas transformações, que levam às estruturas superficiais. Já os dois componentes interpretativos incidem sobre o componente sintáctico, a saber: o semântico, sobre a EP; o fonológico, sobre a ES.

Em suma, Chomsky (1965) abandonou a noção de frase *kernel* de Chomsky (1957) e adoptou a estrutura profunda das frases, gerada por regras sintagmáticas, e a de superfície, gerada da estrutura profunda através de regras transformacionais; a semântica foi integrada na teoria e a propriedade recursiva da gramática passou a ser captada nas regras sintagmáticas.

### 3.1.2.3 Teoria Padrão Estendida (Chomsky 1970)

Depois de na sub-secção anterior termos apresentado a Teoria Padrão, na presente sub-secção descrevemos a Teoria Padrão Estendida, proposta em 1970 e revista a partir de 1972. Com a revisão, a teoria passou a designar-se teoria padrão estendida revista.

O desenvolvimento da GT passou por vários estágios e um deles é a Teoria Padrão Estendida. Cada estágio representa o desenvolvimento da teoria anterior a fim de se alcançar a adequação explicativa.

*“...explanatory adequacy is achieved when a descriptively adequate fragment of a particular grammar can be shown to be derivable from two ingredients: Universal Grammar with its internal structure, analytic principles, etc., and a certain course of experience, the linguistic facts which are normally available to the child learning the language during the acquisition period”<sup>1</sup>*  
Chomsky (2002:10).

Portanto, alcança-se a adequação explicativa quando a descrição adequada de uma gramática particular pode ser mostrada a partir da Gramática Universal e da experiência do falante. Assim, a Teoria Padrão Estendida visava responder às limitações da Teoria Padrão e, por consequência, da teoria de estruturas sintáticas.

Recordemos que inicialmente considerava-se que a gramática era composta por um conjunto de regras de estruturas sintagmáticas que geravam a estrutura profunda e por um conjunto de regras transformacionais que, através de várias operações na estrutura profunda, geravam a estrutura de superfície, Ouhalla (1999). Vimos ainda que as regras de estrutura sintagmática são reescritas, pois, reescrevem a frase em partes que a constituem. Essas regras são de dois tipos:

Primeiro, a forma livre do contexto  $X \rightarrow Y$ , que geram categorias frásicas como S, SN, SV, SP, SAdv, SAdj.

Segundo, a forma sensível ao contexto  $X \rightarrow WYZ$ , onde W e Z representam o contexto que introduz itens lexicais nos contextos apropriados na estrutura profunda.

Já na teoria padrão estendida, segundo Horrocks (1987), Chomsky colocou a estrutura profunda e a estrutura de superfície mais próximas uma da outra, permitindo a interpretação

---

<sup>1</sup> “...a adequação explicativa alcança-se quando um fragmento descritivamente adequado de uma gramática particular pode ser tido como susceptível de derivar de dois ingredientes: a Gramática Universal com a sua estrutura interna, seus princípios analíticos, etc., e alguma experiência, factos linguísticos que estão normalmente disponíveis à criança que aprende uma língua durante o período da aquisição” (Nossa tradução).

semântica da estrutura de superfície e, sobretudo, restringindo o poder excessivo de transformações da teoria Padrão. O autor acrescenta que estas propostas teóricas surgiram numa altura em que o debate se prendia na natureza da EP e na relação entre a Sintaxe e a Semântica.

No livro *Studies on Semantics in Generative Grammar* (1972) Chomsky mudou, deixando de atribuir a EP como sendo a residência do significado.

“Chomsky did not follow the generative semantic path but instead modified the standard theory to an extended standard theory”<sup>2</sup> (Allerton 1979: 167).

O mesmo pensamento pode ser encontrado de uma forma mais resumida em Amin (s/d). De acordo com o autor, as transformações trazidas pela teoria padrão estendida foram apresentadas por Ray Jackendoff (1972). Jackendoff (1972) propôs que as transformações fossem aplicadas sem menção à semântica. E é ainda dentro da necessidade de se alcançar a adequação explicativa que Jackendoff e Chomsky (1970) desenvolveram a teoria X-barras, uma teoria que dá conta da estrutura interna dos constituintes sintáticos, alternativa à estrutura sintagmática e categorias lexicais. A teoria X-barras defende que há uma certa similaridade estrutural entre todas as categorias sintagmáticas das línguas. Assim, a preocupação é identificar características sintáticas universais comuns a todas as línguas humanas propostas em Chomsky (1965).

De acordo com de Sousa (s/d), isso só foi possível a partir da teoria X-barras, onde se passou de regras particulares para cada categoria de sintagma:

3.      SV → V (SN) (SP)

         SP → (Det) (SA) N (SP)

         SP → (Adv) A (SP)

         SP → (Adv) P SN

Para uma regra geral para todos os tipos de sintagmas, isto é, uma teoria dos núcleos X (de relação de qualquer núcleo com qualquer complemento) e não dos núcleos N, V, P.

4.a)   SX → (Spec) X'

---

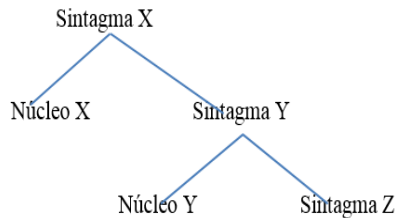
<sup>2</sup> Chomsky não seguiu o caminho da semântica generativa, mas modificou a teoria padrão para teoria padrão estendida. (Nossa tradução)

b)  $(X' \rightarrow X' SY)$

c)  $X' \rightarrow X (SY)$

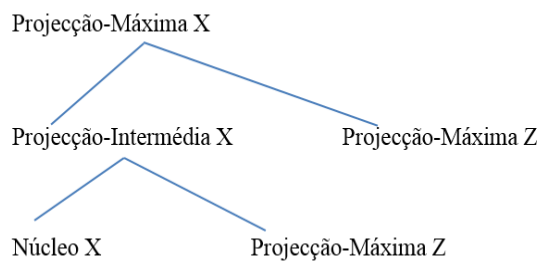
Destarte, chegou-se ao X da “teoria X-barra” e, partindo de Chomsky (1970), chegou-se a seguinte estrutura:

5.



Nesta árvore, o X representa o núcleo do Sintagma-X, o Y representa o núcleo do Sintagma-Y, etc., em que sintagma-Y é o complemento de sintagma-X. No entanto, nas versões mais recentes, postula-se uma estrutura arbórea binária. A composição de uma estrutura com ramos binários e duas posições de concatenação num mesmo XP, bem como a representação das relações de concatenação que parecem diferentes da complementação lexical recebe a proposta de um nível intermédio entre X e SX (entre a unidade menor núcleo e a unidade maior sintagma). Assim, surgem as noções de Projecção máxima (o antes Sintagma) e o nível intermédio (projecção intermédia):

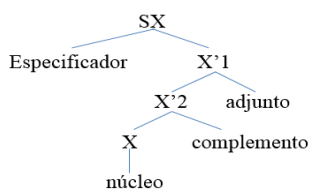
6.





Assim, chega-se ao Barra da teoria X-Barra, por propor níveis de projecção dos núcleos. Em termos axiomáticos, a estrutura arbórea que mostra que a construção de objectos sintácticos envolve três tipos de concatenação, a complementação (os complementos são irmãos de um núcleo X), a modificação (os modificadores são adjuntos a X') e a especificação (especificadores são filhos de XP) é:

7.



As propostas teóricas de Chomsky continuaram e, por isso, Chomsky (1973) surgiu com propostas teóricas que ‘estendiam’ mais ainda, a teoria Padrão Estendida e para diferenciar esta ‘extensão’ da outra, chamou a última de teoria Padrão estendida revista.

### 3.1.2.4 Teoria Padrão Estendida revista (Chomsky 1973-1976)

Após a teoria padrão estendida, Chomsky propôs, um ano mais tarde (1972), a teoria-padrão estendida revista. Segundo Amin (s/d) esta proposta teórica continha: restrições à teoria X-barra e o pressuposto da posição COMP.

Estas propostas teóricas eram sempre encobertas pelo mesmo propósito: valorizar cada vez mais a ES, dando menos importância à EP, desprestigiando o papel das transformações. No entanto, estas várias reformulações na teoria levantam o questionamento do tipo “era realmente necessário fazer essa distinção entre ES e EP?” Se não era, a contribuição da gramática transformacional foi realmente ideológica: serviu para desmontar a concepção comportamental da linguagem que sustentava o estruturalismo.

### 3.1.3 Teoria de Princípios e Parâmetros (P&P) (Chomsky (1979))

A teoria de P&P foi pela primeira vez apresentada por Chomsky no seu texto *Lectures on Government and Binding* em 1979. No texto, Chomsky defendia que a sintaxe das línguas é descrita de acordo com princípios gerais e parâmetros específicos (AMIN s/d). Deste modo, a ideia de competência linguística como sistemas de regras específicas cedeu lugar à hipótese de Gramática Universal (GU), propriedades gramaticais comuns em todas as línguas naturais e diferenças previsíveis entre elas, de acordo com o leque de opções disponíveis na GU (Kennedy 2008). O autor acrescenta que a ideia de GU é um aprimoramento do conceito de Faculdade da Linguagem (dispositivo inato presente em todos os seres humanos) que nos torna aptos para desenvolver a gramática de uma língua.

De acordo com Amin (s/d), esta teoria salienta a ideia de que os princípios gramaticais são inatos e fixos, e as diferenças entre as línguas são caracterizadas em termos de ajustes de parâmetros no cérebro. Isto explica o facto de, ao aprender uma língua, a criança precisar apenas adquirir os itens lexicais necessários (palavras, morfemas gramaticais, etc.) e um conjunto de parâmetros adequados.

Para Kennedy (2008), esta teoria possui pelo menos duas fases: a fase da teoria de regência e de ligação (TRL), que perdurou toda a década de 1980 e o programa minimalista (PM), em desenvolvimento desde o início da década de 1990 até ao presente. Portanto, como se pode notar, a componente da linguagem que tem vindo a ocupar a atenção dos linguistas generativistas é a Sintaxe (CARNIE 2002; KENEDY 2013). Esta preferência não é casual, deve-se, segundo estes autores, ao facto de, para Chomsky, a Sintaxe funcionar como a componente central da cognição linguística humana. Portanto, na visão Chomskiana, a Sintaxe funciona como uma espécie de “logística central” que estabelece conexões entre todos os sub-módulos da linguagem.

Resumidamente, seguindo Amin (s/d), a ideia central da teoria de P&P é de que o conhecimento sintáctico da pessoa consiste em dois aspectos: primeiro, um conjunto finito de princípios fundamentais comuns a todas as línguas, e, o segundo e último, um conjunto finito de parâmetros que determinam a variabilidade sintáctica entre as línguas.

A teoria de P&P deu origem à teoria de Regência e de Ligação. É sobre ela que a seguir falamos.

### 3.1.3.1 Teoria de Regência e de Ligação (TRL) (Chomsky 1980)

Na secção anterior, vimos que uma das fases da teoria de P&P é a teoria de Regência e de Ligação (doravante TRL) que dominou a década 80.

De acordo com Boskovic (s/d), a TRL é uma teoria modular que divide a gramática em sub-componentes com uma forte componente transformacional baseada na regra de mover  $\alpha$  que em princípio, permite que qualquer elemento se mova para qualquer sítio em qualquer ponto. De acordo com o autor, na TRL são postulados quatro níveis de representação, onde as condições da Gramática Universal se aplicam: Estrutura Profunda (EP), Estrutura de Superfície (ES), a forma Lógica (FL) e a forma Fonética (FF). Delas, a EP, ES e a FL juntas constituem a representação sintáctica da estrutura. Estes níveis de representação foram postulados porque se pensava que desempenhavam um papel decisivo na determinação de onde os traços (ex. traços de caso) eram verificados Letsholo (2002).

A relação gramatical central é a regência, uma relação sintáctica abstracta (Amin s/d). Acrescida a esta relação gramatical está o princípio geral da teoria, segundo o qual os SNs (mesmo aqueles que não mostram a distinção de caso abertamente) devem ocorrer apenas em posições onde se pode atribuir caso, devido à verificação de traços de caso (*case filter*) que se verificam em todas as construções que contém SNs sem caso na ES, Boskovic (2013). Este pensamento leva a um outro princípio teórico, o Princípio de Projecção Estendida (PPE) segundo o qual todas as frases devem ter sujeito.

Falar destes e de outros princípios pode ter levado ao surgimento de sub-teorias dentro da TRL. Este pensamento pode ser encontrado de forma resumida em Amin (s/d) para quem dentro da TRL encontramos outras sub-teorias: X-barra, Theta, Caso, Ligação e de Regência.

O mesmo autor dividiu em duas partes o nome para melhor explicá-la. Por isso, afirma que, na teoria, o nome Regência deve-se à sua maior aplicação na atribuição de Caso. A ideia central é, todas as línguas têm um caso abstracto, e a diferença reside apenas na sua marcação morfológica rica, em algumas, e limitada, noutras. Dito de outra forma, a teoria de caso atribui caso abstracto aos SNs e, ao fazê-lo, fornece uma explicação baseada em princípios para vários aspectos relacionados com o movimento (Cook e Newson 1996).

A ideia de movimento, tal como vimos em relação a outras ideias, levou ao princípio de minimalidade relativizada (*relativized minimality*) de Rizzi (1990) e da distinção entre movimento aberto (*overt movement*), que ocorre antes da ES, o ponto em que a estrutura é enviada para a FF,

a que determina a pronúncia e, por isso, tem um efeito na pronúncia, e o movimento coberto (*covert movement*) que ocorre durante o mapeamento da ES para FL que, por consequência, não tem nenhum efeito sobre a pronúncia.

Ainda sobre a teoria de caso, Droste e Joseph (1991) salientam que esta é construída sobre uma série de pressupostos entre eles o que diz respeito à atribuição de caso a fim de explicar a diferença entre frases flexionadas e infinitivas. Assim, o nó [+ tempo; Conc.], símbolo complexo do nó INF. é atribuidor do caso nominativo ao sujeito NP. Segundo, uma outra maneira de expressar o comportamento complementar das frases flexionadas e infinitas em relação à realização da posição de sujeito, é considerar que o SN sujeito apenas pode ocorrer fonologicamente em frases flexionadas. Deste modo, em frases onde o atribuidor do caso nominativo não ocorre, por exemplo, em frases infinitivas, a posição de sujeito não pode estar fonologicamente realizada, porque a presença de um SN fonologicamente realizado ao qual se atribui caso torna a frase agramatical. Terceiro, a atribuição de caso é licenciado por regência: apenas se o atribuidor de caso é dominante (*governor*) pode um SN regido ser atribuído caso. Para Droste e Joseph (1991) a teoria de caso pode ser resumida da seguinte forma:

- a) Os únicos atribuidores de caso são: Flex [+ tempo], Verbo, Preposição ou Nome.
- b) O atribuidor de caso deve dominar o SN que recebe o caso.
- c) \*SN, quando um SN fonologicamente realizado não tem caso.

Portanto, na TRL, o aspecto importante é que não pode haver a marcação de caso sem regência, pois, uma posição não regida não pode receber caso. No entanto, para Cook e Newson (1996), o aspecto mais importante da teoria de caso não é necessariamente que casos são atribuídos para que posição, mas o princípio que força a atribuição de caso, o filtro de caso (*Case Filter*). Outra condição relevante está relacionada com o Princípio de Projecção Estendida (todas as frases devem ter um sujeito).

Igualmente, nesta teoria, os papéis *theta* são licenciados na Estrutura Profunda sob regência. A regência é definida da seguinte maneira:

A domina B se, e apenas se

- a) A é um regente
- b) A c-comanda B e B c-comanda A.

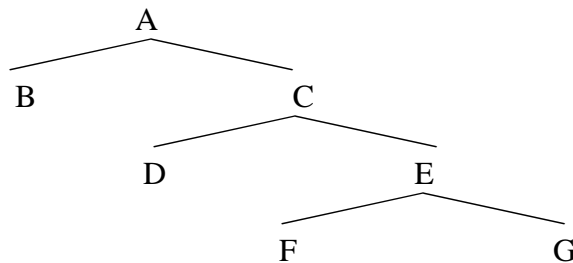
Os regentes são núcleos.

Para Matthews (2014), o domínio é a extensão ou o conjunto de formas para as quais algumas regras se aplicam. Este conceito é muitas vezes ligado a um outro, o de C-comando.

O conceito de C-comando é definido por Radford (2007) da seguinte maneira:

*“X c-commands Y iff (= if and only if) the first branching node dominating X dominates Y, and X does not dominate Y, nor Y dominate X (a branching node is a node which branches into two or more immediate constituents)”* Radford (2007: 15)<sup>3</sup>

8.



Segundo Radford (2007), a explicação de C-comando a partir da árvore deve ser a seguinte: o primeiro nó de ramificação acima de D é C. Assim, a partir da nossa definição, qualquer outro nó dominado por C será C-comandado por D. Já que C domina E, F e G (mas não A ou B), significa que D C-comanda E, F e G (mas não A ou B). Uma vez E ser irmão de D, e uma vez que F e G são sobrinhos of D (num sentido óbvio). Segue-se, portanto, que:

Nó A C-comanda suas irmãs, e seus descendentes (X é descendente de Y se X é dominado por Y).

Numa definição mais simples ainda, a de Matthews (2014), C-comando é uma relação entre uma unidade sintáctica e outra que numa análise de constituintes pode ser sua irmã ou estar incluída na sua irmã.

---

<sup>3</sup> X C-comanda Y, se, e somente se, o primeiro nó de ramificação que domina X domina Y e X não dominam Y, nem Y domina X (o nó de ramificação é um nó que se ramifica em dois ou mais constituintes imediatos). (Nossa tradução)

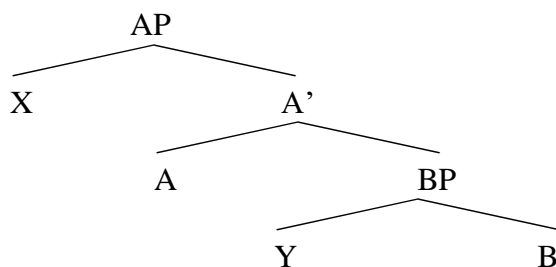
O terceiro e último conceito importante nesta teoria é o de M-comando, definido por Marcolli (2015:21) da seguinte maneira:

*A M-comand B iff*

*-neither node dominates the other*

*-the maximal projection AP of A dominates B<sup>4</sup>*

9.



Segundo Marcolli (2015), a árvore ilustra que A m-comanda B, mas B não m-comanda A.

A m-comanda B se A não domina B e B não domina A e a primeira projecção máxima de A, X domina B.

O nome Ligação da TRL está, por sua vez, relacionado com os referentes das anáforas, pronomes e expressões referenciais.

De acordo com Buring (2005), a teoria de ligação explora como diferentes expressões nominais como, nomes, sintagmas e pronomes passam a ter relações anafóricas uma com a outra, e como passam a ter referência a coisas do mundo. Este deve ser o pensamento por trás da proposta de Matthews (2014) segundo a qual a teoria de Ligação como parte da TRL preocupe-se com unidades que podem ou devem estar ligadas, com as estruturas dentro das quais a ligação é possível. Para o autor, a Ligação é um meio de atribuição de referência. Esta teoria consiste em três princípios que dominam a distribuição permitida dos SDs e distingue três tipos de SNs, que incluem: pronomes não reflexivos (pronominais): ele, dele, expletivo (*it*), ela, dela, eu. Reflexivos e recíprocos (anáforas): ele próprio (*himself*) ela própria (*herself*) *itself*, vocês

---

<sup>4</sup> A M-comanda B,  
-se nenhum nó domina outro  
-a projecção maxima AP de A domina B. (Nossa tradução)

próprios (*yourselves*) e eu própria (*myself*), etc. e, por fim, SNs completos, incluindo nomes (Expressões Referenciais): Pedro, o estudante, a baronesa, isto, etc.

Para Buring (2005), um pronome é similar a uma anáfora por não se referir a algo no mundo, mas ganha referência a partir de um outro lugar (*from somewhere else*). Eles são referencialmente dependentes, isto é, devem estar em co-referência com um outro SN (antecedente) na frase. Por isso, a anáfora depende de uma outra coisa na frase e as expressões referenciais obtém o seu significado referindo-se a algo no mundo. Assim, é dentro deste pensamento que se estipulam os seguintes princípios:

**Princípio A:** as anáforas devem estar ligadas a um domínio sintático específico; elas têm um antecedente local que os c-comanda dentro da sua categoria dominante.

**Princípio B:** os pronomes pessoais devem estar livres dentro das suas categorias dominantes; eles apenas podem estar ligados por elementos fora das categorias que as dominam.

**Princípio C:** as expressões referenciais devem estar livres.

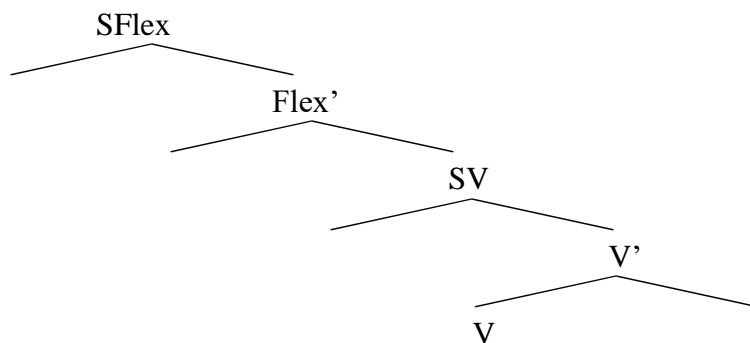
Buring (2005) afirma que SN1 liga SN2 se:

- ✓ SN1 c-comanda SN2
- ✓ SN1 está co-indexado com SN2
- ✓ SN1 precede SN2
- ✓ SN1 e SN2 são orações companheiras (*clauses mates*)
- ✓ SN1 é o ligador (*binder*) do SN2 e SN2 está ligado por SN1

Portanto, como se pode facilmente perceber, a teoria de Ligação fornece restrições sobre as possibilidades de co-referência de elementos nominais e, por isso, tenta responder à pergunta: quando é que usamos anáforas, pronomes e expressões referenciais?

A acomodação de todas as investigações que ocorreram durante a década 80 levou a estrutura arbórea que se segue:

10.



Chegados a esta fase, importa recordar dois aspectos. O primeiro está relacionado com o facto de na entrevista que Chomsky concedeu a Dillinger e Palácio (1996) ele ter referido que depois dos trabalhos de Panini e de Otto Jespersen, a teoria de RL ser a primeira teoria de linguagem genuína que mostrou como é possível superar o conflito entre adequação descritiva e a adequação explicativa. Portanto, a partir daqui, chegou-se à fase em que a descrição adequada de uma gramática particular pode ser mostrada a partir da Gramática Universal e da experiência do falante.

O segundo aspecto relaciona-se com o referido por Kenedy (2008): a segunda fase da teoria de P&P está em desenvolvimento desde o início da década de 1990 até ao presente momento. Esta parte da teoria de P&P chama-se Programa Minimalista (PM), nosso quadro teórico, e é sobre ele que nos debruçamos na secção que se segue.

### 3.1.4 Programa Minimalista (Chomsky (1995))

Antes de começarmos a falar do PM recordemo-nos que para os generativistas, os seres humanos nascem com uma capacidade mental inata que lhes permite adquirir, falar e compreender a língua. Na linguística generativa, especificamente na TRL, considera-se que todas as línguas são subjacentemente semelhantes. Qualquer que seja a variação que possa existir é superficial e restringida por princípios invariáveis e parâmetros da GU (constituída por princípios universais da linguagem, alguns fixos e outros parametrizados).

Apesar do sucesso que a TRL teve durante a década 80, nos recentes desenvolvimentos teóricos, mostrou-se que postular quatro níveis de representação pode ser uma complexidade desnecessária e evitável na teoria (Chomsky 1995; LETSHOLO 2002; FILHO 2011) e, por isso,



devia-se considerar que apenas existem dois níveis de representação necessários: articulatório conceptual (FF) e conceptual intencional (FL). Esta é a ideia que originou, em parte, o PM, uma teoria que se esforça para ter um mínimo de princípios e construções gramaticais.

Segundo Amin (s/d), foi assim que o PM foi desenvolvido dentro da GG desde o início dos anos noventa, mais concretamente com a publicação por Chomsky (1993) do texto “*A minimalist program for linguistic theory*” (Um programa minimalista para a teoria linguística) onde o autor pretendia desenvolver ideias de economia de derivação e de representação. O autor acrescenta que Chomsky apresentou o PM não como teoria, mas como um programa que funciona com o pressuposto de que a GU constitui o *design* perfeito, pois contém apenas o que é necessário para atender às nossas necessidades conceptuais, físicas e biológicas. Através deste pensamento, Chomsky restringe a possível estrutura da língua, postula princípios gerais de organização hierárquica das frases de uma língua e substitui transformações específicas por uma operação de movimento (Mover x). As estruturas sintáticas são construídas a partir do *léxico*, o Sistema Computacional constrói estruturas sintáticas por aplicação sucessiva de operações simples que culminam na Forma Lógica e num ponto da derivação ocorre uma bifurcação à Forma Fonética.

As operações básicas desta teoria são: selecção, juntar (*merge*) e mover (OROZ 1996). No entanto, diferente do que acontecia na TRL (qualquer elemento pode ser movido para qualquer lugar) e no fim da derivação verifica-se a violação de traços, no PM, o movimento ocorre por alguma razão, verificar traços. Desta forma, o movimento deixa de ser uma operação composta que consiste em juntar e mover, e passa a ser uma operação independente cuja tarefa única é, por exemplo, satisfazer o Princípio de Projecção Estendida de um núcleo funcional. Isto ocorre porque este princípio apenas pode ser satisfeito por movimento mesmo em construções expletivas (SHIM 2001). Logo, podemos inferir que, a partir daqui, Chomsky reformula um conjunto de princípios que os considera fixos e válidos para todas as línguas e, como consequência, por exemplo, a teoria de Ligação é reduzida a um mecanismo interpretativo (GAMON s/d). Igualmente, esta teoria, tal como a teoria Padrão inclui restrições na aplicação das regras transformacionais. No PM há apenas duas regras transformacionais: Juntar e Mover (EPSTEIN e SEELY 2002).

Outra característica do PM foi mencionada por Waweru (2011) e Kenedy (2013) para quem esta teoria sempre mostrou uma relativa negligência à Morfologia. Contudo, com as melhorias (se é que assim podemos considerar) que o PM vem sofrendo, a Morfologia passou a

desempenhar um papel central. Com efeito, passou a considerar-se que por causa da Morfologia, a quantidade de movimentos dos itens lexicais na Sintaxe depende de quão rica ou fraca é a Morfologia dessa língua.

Neste trabalho, adoptamos os pressupostos teóricos do PM para explorarmos a sua adequação descritiva e explicativa na análise da (co-)ocorrência das EVs em Nyungwe.

Como referimos anteriormente, a TRL foi dominante na década 80 e, por isso, amplamente usada na análise de várias línguas. É a partir desses trabalhos que se mostrou que a estrutura básica da teoria X' não podia dar conta da possível variação da ordem das palavras em diferentes línguas. Um dos estudos que trouxe esta conclusão é da autoria de Pollock (1989). Por conseguinte, a par da ideia de dois níveis de representação, a proposta de Pollock (1989) é uma das que também originou o minimalismo. Na sub-secção que se segue apresentamos esta proposta teórica.

#### **3.1.4.1 Proposta de Pollock (1989)**

Pollock (1989) fez um estudo comparativo da variação da ordem das palavras em Francês e Inglês, analisando a sintaxe da negação frásica, perguntas, advérbios, quantificadores e quantificação à distância. Para o autor, as diferenças entre as duas línguas estão correlacionadas. No estudo, o autor mostra que elas podem ser deduzidas a partir da estrutura da GU e um parâmetro abstracto que tem a ver com o que chama de 'opacidade' e 'transparência' de concordância (Conc.) em Francês e Inglês. No seu trabalho, Pollock (1989) adopta uma abordagem para a estrutura do SFlexional (SF) que é mais articulada que a sugerida em trabalhos anteriores. Assim, sugere que SF não pode ser um constituinte com dois conjuntos de traços distintos ([±Tempo, ±Conc.]), mas sim que cada conjunto de traços é o núcleo sintáctico de uma projecção máxima, Sconc. e SF (ST). O autor sugere igualmente que tanto o Francês como o Inglês têm uma projecção máxima para o SNegação (SNeg.). Igualmente, cada uma destas projecções máximas é uma potencial barreira para certo tipo de movimento.

O autor usa evidências estruturais para sugerir a existência de categorias funcionais como, Sconc. e SF (ST). Parte do pressuposto de que o advérbio ocupa uma posição fixa e, por isso, se ocorrer antes do verbo, significa que houve um movimento para uma projecção funcional acima do SV, e se ocorrer depois o verbo não se moveu.

Os conceitos de ‘opacidade’ e ‘transparência’ de concordância (Conc.) enquadram-se no contexto em que se uma língua tiver Conc. com traços transparentes, ocorrerá uma atracção do verbo para si, isto é, ocorrerá um movimento. Contudo, se os traços de Conc. forem opacos, o verbo não se moverá. Vejamos os exemplos retirados de Pollock (1989:407):

11. Jean        embrasse        solvente                Marie.  
    João        beijar                frequentemente        Maria  
    ‘O João beija frequentemente a Maria’

Em Francês a Conc. tem traços transparentes. Por isso, atrai o verbo para si. Portanto, ocorre um movimento que resulta em o verbo ocorrer à esquerda do advérbio.

12. John        often                    kisses        Mary.  
    João        frequentemente        beijar        Maria  
    ‘O João frequentemente beija a Maria’

O Inglês é uma língua que apresenta Conc. com traços opacos, por isso, não ocorre nenhum movimento, o que explica a ocorrência do verbo à direita do advérbio. Vejamos os exemplos que se seguem (Pollock 1989: 373 e 376):

13. Not to be happy...        ‘não estar feliz’  
14. Ne pas être heureux...    ‘não estar feliz’

Nos exemplos acima estamos perante orações infinitivas retiradas em Pollock (1989). De acordo com o autor, em Inglês (13), os verbos auxiliares apenas podem ocorrer à direita da negação. Em contrapartida, em Francês (14), os verbos auxiliares podem ou não ocorrer à direita da partícula negativa ‘*pas*’.

Pollock (1989) também analisou o lugar do marcador da negação em Francês e Inglês. Para o autor, em Francês, o Sneg. introduzido pelo marcador na negação (*pas*) ocupa uma projecção na zona da flexão. Assim, o verbo antecede o marcador de negação indicando, deste modo, que ocorreu um movimento. Vejamos os exemplos retirados de Pollock (1989: 393):

- 15.a) Pierre ne mange pas.  
      Pierre ne comer não  
      ‘o Pierre não comeu’  
    c) \*Pierre ne pas mange.

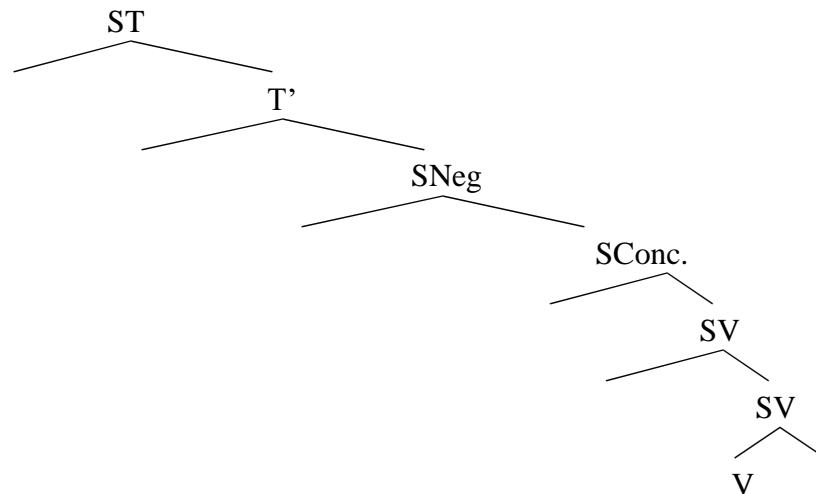
Em Inglês, diferente do que ocorre em Francês, o verbo lexical sempre ocorre à direita da negação. Vejamos os exemplos:

- 16.a) John does not watch TV.
- b) \*John watches not TV
- c) John is not happy.

Como se pode ver, se o verbo lexical ocorrer à direita da partícula negativa, a frase fica agramatical. Além disso, por não atribuírem nenhum papel temático na língua, os verbos auxiliares ‘do’ e ‘be’ podem mover-se para a flexão. Por isso, ocorrem à esquerda da negação.

Em jeito de conclusão, para Pollock (1989), a ordem das palavras em Francês parece ser influenciada pelo Tempo (*tense*) da frase. Nesta língua, ocorre um movimento do verbo e não do advérbio ou partículas negativas, pois, estes últimos ocupam uma posição fixa. Em Francês, os verbos finitos movem-se obrigatoriamente para fora do SV e juntam-se ao Sintagma Flexional (Concordância), isto é, para a verificação de traços de flexão, mas tal movimento é opcional em frases infinitivas. Deste modo, o autor estava, a partir das conclusões do seu estudo, a sugerir que a estrutura arbórea em vigor até então (X’) não podia dar conta da possível ordem de palavras em diferentes línguas, tendo, por isso, sugerido a estrutura abaixo:

17.



A estrutura arbórea acima reflecte a divisão proposta por Pollock (1989) do SF em ST e SConc. e inclui um lugar fixo para a marca da negação.

Depois de termos apresentado a proposta de Pollock (1989), que é usada por Chomsky (1993), a seguir apresentamos uma outra proposta inclusa no PM, a de Larson (1988) e Halle e Keyser (1993).

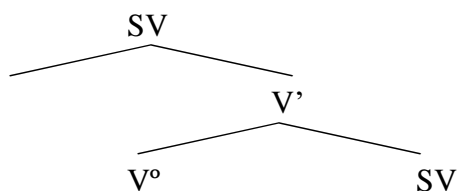
### 3.1.4.2 Proposta de Larson (1988) e de Halle e Keyser (1993)

Larson (1988) propõe os primeiros argumentos a favor de uma estrutura argumental complexa do sintagma verbal. A sua proposta deriva do facto de o modelo estrutural do SV simples não suportar coerentemente as configurações de verbos ditransitivos (constituídos por um argumento externo e dois argumentos internos), visto que apenas têm dois lugares para estruturas argumentais nucleares. Assim, os verbos ditransitivos teriam um terceiro argumento nuclear que não estaria alocado na estrutura argumental.

Igualmente, Halle e Keyser (1993) realizaram um outro estudo onde defendiam que a Sintaxe é projectada a partir do léxico e a representação apropriada da estrutura argumental de predicados é em si a própria Sintaxe. Eles assumem as categorias lexicais tradicionais: V, N, A e P e afirmam que estas categorias esgotam as grandes categorias lexicais. Assim, as projecções categoriais de N são N' e SN; de P são P' e PP; e assim por diante. Para os autores, a projecção categorial máxima é um nó que não projecta outro nó acima. O Sintagma Determinativo (SD), isto é, *Determiner Phrase* (DP) não é uma projecção da categoria N, nem o ST é uma projecção máxima da categoria SV, e assim por diante, Hale & Keyser (2002).

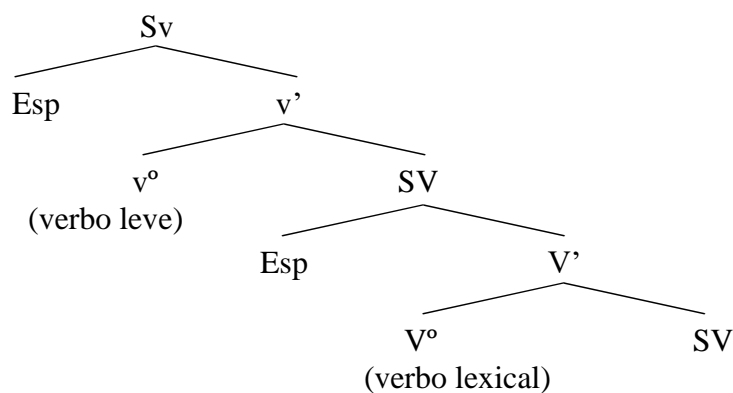
Hale e Keyser (1993, 2002) propõem que os verbos, através da hipótese de SV cindido, têm uma estrutura argumental complexa, pois cada núcleo lexical projecta a sua categoria para um nível sintagmático acima e cada núcleo lexical tem uma projecção máxima e nela se determinam relações estruturais entre o núcleo, suas projecções categoriais e seus argumentos (especificador e complementos). Portanto, as categorias V, P, N e A projectam níveis de projecções máximas XPs. Veja-se os casos do núcleo V° abaixo:

18.



Halle e Keyser (1993) afirmam, igualmente, que estas estruturas são complexas, visto que têm dois SVs, um mais baixo que tem como núcleo um verbo lexical  $V^{\circ}$  e o outro superior cujo núcleo é um verbo leve  $v^{\circ}$ , de natureza causativa ou aplicativa.

19.



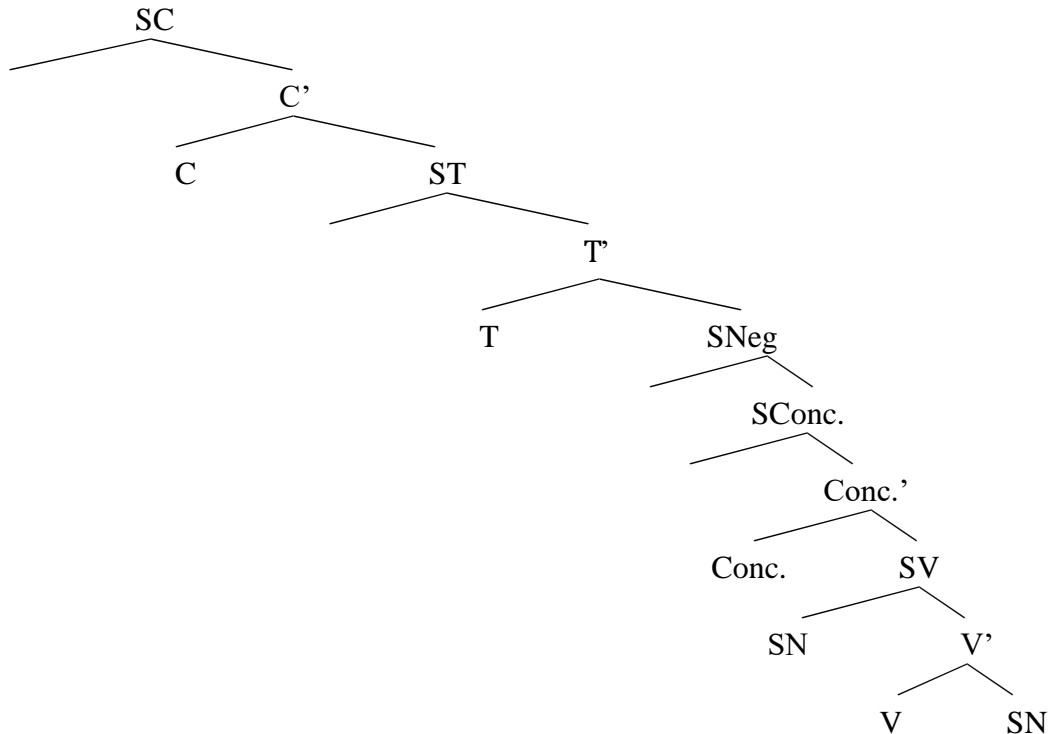
Para Halle e Keyser (1993), o verbo leve, em suas diversas manifestações, é o núcleo do verbo complexo. Os predicados são, na verdade, constituídos por projecções maiores: uma projecção mais baixa tendo como núcleo um verbo lexical e outra tendo como núcleo um verbo leve de natureza causativa ou aplicativa. Assim, de acordo com a proposta teórica, o lugar de especificador (Esp.) do Sv é ocupado pelo argumento externo de frases transitivas inergativas e ditransitivas, enquanto o lugar de complemento de V do SV é ocupado pelo argumento interno, como tema de verbos inacusativos.

Esta proposta teórica irá ajudar-nos a analisar as construções de duplo objecto, visto que ela é recuperada em Chomsky (1995) e é estendida a todas as frases transitivas. Segundo Letsholo (2002), a proposta de um SV complexo ajuda a evitar o problema que se levanta na estrutura simples do SV da TRL, onde não se via como o SN sujeito podia ocorrer fora do especificador SV sem a violação da minimalidade relativizada de Rizzi (1990), uma teoria de localidade que impede que os elementos movidos saltem os elementos da mesma categoria. Ela restringe o movimento de núcleo, A-movimento (movimento que desloca de um sintagma para uma posição onde uma função gramatical fixa é atribuída, como o movimento do objecto para a posição de sujeito em construções passivas) e A'- movimento (movimento que desloca um

sintagma para uma posição em que uma função gramatical fixa não é atribuída, o caso do movimento de um SN sujeito ou objecto para uma posição pré-verbal em interrogativas).

Deste modo, com base em Pollock (1989), Chomsky (1993, 1995) assume a seguinte estrutura para o PM:

20.



Nesta estrutura arbórea pode perceber-se que diferente de Pollock (1989), Chomsky coloca o Tempo acima do sintagma de Concordância e alerta para o facto de a estrutura arbórea variar em função dos dados que o sintaticista analisa.

Depois de até aqui termos estado a apresentar uma parte das propostas teóricas que deram surgimento ao PM, a seguir apresentamos outras propostas teóricas que compõem o PM recuperados ou não de quadros teóricos antecedentes. A apresentação está dividida em subsecções como forma de facilitar a leitura, começando por 3.1.5.2.1 onde revisitamos a ideia de último recurso.

### 3.1.4.3 Último Recurso (Last Resort)

De acordo com Bošković (2013), o minimalismo, em conexão com a ideia de economia, tem, desde o início, insistido que o movimento só deve ocorrer como último recurso. Portanto, este só deve acontecer por uma forte razão, em particular uma razão formal e a verificação de caso pode ser uma dessas razões. Vejamos o exemplo retirado de Bošković (2013:102):

21. Mary is certain *t* to leave.  
Mary está certa *t* partir  
'Mary tem a certeza de partir'

De acordo com o autor, em Inglês *Mary* não pode receber caso na posição de *t* e só com um alçamento para a posição de Especificador de SF (EspSF) esse problema pode ser resolvido. Assim, na posição para a qual *Mary* foi movido permite que se licencie o caso nominativo e, por isso, não estará mais disponível para o A-movimento (*A-movement*) para uma posição onde possa ocorrer ou não a verificação de caso. Deste modo, o A-movimento foi o último recurso para que ocorresse a verificação de caso. Mas se *Mary* tivesse o seu caso licenciado na posição de *t* o último recurso bloquearia um outro movimento de *Mary*.

O autor acrescenta que uma das linhas de pesquisa relacionadas com a noção de último recurso diz respeito a: onde reside a inadequação formal que conduz ao movimento, no atrator (*target*), (*attractor*) ou no elemento a ser movido (*Greed*). De acordo com Bošković (s/d), para Chomsky (1993), este conceito baseia-se na ideia de movimento cíclico. Assim, para esta abordagem, X pode mover-se apenas se X tem uma inadequação formal e se o movimento irá ajudar a rectificar essa inadequação. Para Chomsky (1995), sob a perspectiva de atração pura, o núcleo atrator sempre causa o movimento, o que significa que o atrator deve sempre ter uma inadequação formal a ser verificada através do movimento. Assim, o movimento de *Mary* no exemplo (21) é conduzido por T/F: o núcleo tem uma propriedade, o Princípio de Projecção Estendida (PPE) que deve ser satisfeito por um SN que força o movimento de *Mary* (verificação de caso). Então, este movimento é o Último Recurso, o movimento aconteceu porque era necessário para a convergência no nível de interface das FF e FL. Segundo Chomsky (1995), Movimento F alça F para um alvo K apenas se F entra numa relação de verificação de traços com um sub-nível (*sub-label*) de K.



No grupo dos princípios minimalistas que restringem o movimento encontramos ainda o *Greed* e a procrastinação.

Para Chomsky (1995), a ideia de *Greed* está assente no pressuposto de que um elemento  $\alpha$  move-se apenas se propriedades morfológicas desse elemento  $\alpha$  não podem ser satisfeitas de outra forma. Mover  $\alpha$  não pode alçar  $\alpha$  para ajudar outro elemento  $\beta$  para satisfazer as suas propriedades. O princípio de Procrastinação assenta na ideia de que a operação de movimento deve ocorrer na sintaxe fechada (*covert syntax*), isto é, depois do *spell-out*, a menos que essa operação seja necessária para convergência na FF, *Spell-out* é o ponto no qual o resultado da derivação é alimentado para a FF. Para Letsholo (2002) este princípio dá conta da larga variação paramétrica trans-linguística e leva à opinião de Huang (1982), citado pela autora, segundo a qual todas as gramáticas têm as mesmas operações, mas aplicam-nas em tempos diferentes.

Em suma, a partir desta sub-secção pode-se afirmar que Último Recurso, procrastinação e *Greed* são princípios económicos que no PM restringem o movimento.

Depois de nesta sub-secção termo-nos centrado nos conceitos de Último Recurso, procrastinação e *Greed*, a seguir discutimos o conceito de regência, recuperado da TRL.

#### **3.1.4.4 Regência (Government)**

Um dos objectivos iniciais do PM era reexaminar todas as relações postuladas na TRL e eliminar as que eram arbitrárias. Assim, a atenção foi centrada em regência, uma relação estrutural central em todos os módulos da TRL Bošković (2013). Vimos anteriormente que na TRL, os papéis temáticos eram atribuídos na EP através da regência. No PM eliminou-se a EP e a ES e deixou-se apenas dois níveis de interface FF e FL, assim os papéis temáticos e a atribuição de caso passaram a não ser através de regência e foram reduzidos a uma relação Esp-núcleo (LETSHOLO 2002; BOŠKOVIĆ 2013). Portanto, os papéis temáticos são considerados propriedades da ‘base’ restringidas a configurações de inserção lexical, pois segundo Chomsky (1995), estes são atribuídos no domínio interno da cadeia do núcleo, não no domínio da verificação, que requereria uma relação Esp-núcleo.

Deste modo, no PM a relação crucial é Esp-núcleo, mas como papéis *theta* não são vistos como traços, eles não requerem uma relação Esp-núcleo.

Vejamos a seguir o conceito condição de inclusividade, também importante no PM.

### 3.1.4.5 Condição de Inclusividade

A condição de inclusividade limita o poder da sintaxe de fazer rearranjos de itens lexicais e criar novos objectos. Não há razões empíricas que motivam os rótulos de categorias como, SN, N' e N° (CHOMSKY 1995; LETSHOLO 2002; BOŠKOVIĆ 2013). Assim, a teoria X' é incompatível com a condição de inclusividade (LETSHOLO 2002). A teoria de inclusividade defende três ideias principais:

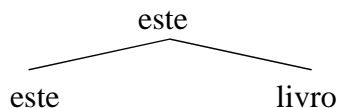
- a) As gramáticas contêm apenas alguns traços entre os quais: caso, PPE, traços-*phi* de T e V e traços-*phi* de N e V.
- b) Os itens lexicais são constituídos por estes traços.
- c) As gramáticas contêm operações que manipulam os traços destes itens lexicais. Estas operações são *juntar* e *mover*.

Como se vê, a condição de inclusividade é conceptualmente atraente por ser restritiva. Limita o poder da sintaxe de fazer rearranjos de itens lexicais, isto é, criar novos objetos.

Deve ser por isso que Bošković (2013) afirma que a Condição de Inclusividade levou à reanálise de vários fenómenos (entre eles aos da teoria X') que levaram a um resultado muito importante.

Chomsky (1995) propôs a *bare phrase structure* onde tanto a projecção mínima como a projecção máxima são determinadas a partir da estrutura na qual aparecem sem nenhuma marcação específica. Vejamos a seguir o exemplo extraído de Bošković (2013:109):

22.



De acordo com o autor, no exemplo acima, temos dois itens lexicais *este* e *livro*. Através da operação *juntar*, formou-se um novo objecto sintático. O objecto resultante é etiquetado (*labeled*) por *este*, o que significa que este novo objecto é a projecção de *este*.

O autor acrescenta que esta nova proposta de Chomsky coloca algumas questões às suas propostas anteriores: projecção máxima vs mínima, como falar de especificadores e complementos, visto que eles não podem ser identificados por uma marcação específica (cf. BOŠKOVIĆ 2013 para mais detalhes).

Tendo em conta este debate, neste trabalho, apesar de usarmos o PM, adoptaremos a marcação de categorias (*category labels*) e não *bare phrase structure* para fins elucidativos.

A seguir apresentamos um outro fenómeno reanalisado no PM, a verificação de traços.

#### 3.1.4.6 Traços e Verificação de Traços

No PM a computação sintáctica é conduzida pela verificação de traços. Assume-se que os itens lexicais entram para a computação como um conjunto de traços (CHOMSKY 1995). Alguns destes traços requerem a verificação de traços, isto é, estabelecem uma relação com outros traços durante a computação sintáctica.

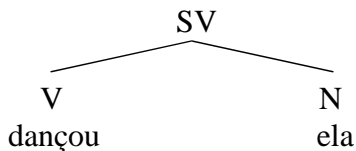
Assume-se, portanto, que os verbos e nomes aparecem no léxico com os seus traços especificados, Nome (traços de concordância, género e caso).

Chomsky distingue igualmente duas propriedades de traços distintas e importantes: traços interpretáveis e traços não interpretáveis. O critério de distinção reside na interpretação semântica, isto é, na interpretação na interface da Forma Lógica (FL). Assim, **caso**, por exemplo, é um traço não interpretável. Outros traços ainda são interpretáveis apenas para alguns itens lexicais: o traço **número** não é interpretável no verbo, mas interpretável no nome. É dentro desta discussão que surge o Princípio de Interpretação Plena, que defende que tudo o que está presente nos níveis de interface tem que ser interpretável pelas interfaces. As características não interpretáveis, em seguida, têm que ser eliminadas a partir da estrutura antes da interface FL. Isto só acontece através da verificação de traços (BOŠKOVIĆ 2013).

Assim, no PM há três operações de construção de uma estrutura *juntar* (leva dois objectos sintácticos A e B e forma uma terceira D), *mover* e *concordar*. Contudo, neste trabalho apenas falaremos de duas *juntar* e *move*, pois, consideramos que a operação *concordar* pode estar inclusa nas duas (cf. LETSHOLO 2002; BOŠKOVIĆ 2013; BOŠKOVIĆ e JAIRO 2007)

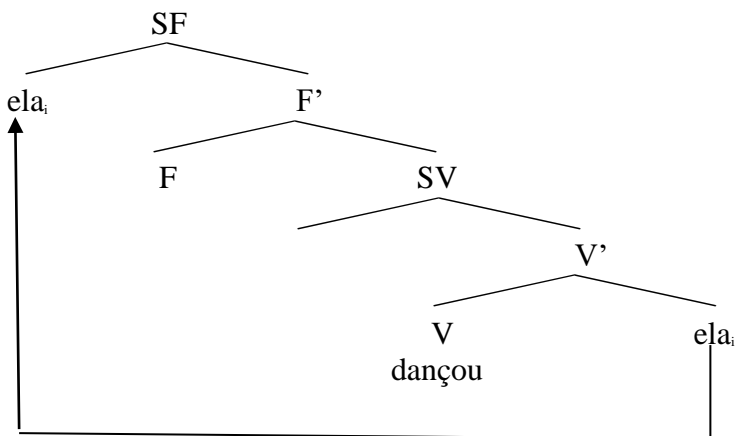
Exemplo:

23.



No exemplo acima, com base em dois objectos sintácticos A= dançar e B= ela, a operação *juntar* formou um novo objecto sintáctico SV= dançar ele. A seguir, a operação *mover* ‘move’ um objecto sintáctico B do conjunto D para uma posição H, deixando um traço do objecto movido (LETSHOLO 2002, BOŠKOVIĆ e NUNES 2007). Vejamos o exemplo que se segue:

24.



Como se pode ver, é a operação *mover* deslocou o objecto sintáctico *ela* para uma outra posição acima do SV. A seguir falamos da teoria de cópia por movimento.

### 3.1.4.7 Teoria de cópia por movimento

Os objectos sintácticos podem ser interpretados em posições diferentes das posições em que aparecem realizados foneticamente (JAIRO s/d; BOŠKOVIĆ 2007; JAIRO e BOŠKOVIĆ 2007). Esta é uma das propriedades fundamentais das línguas naturais. Na TRL esta dependência

era implementada através de movimento e traços. Isto é, dada uma configuração estrutural, um objecto sintáctico se move para uma posição diferente para satisfazer certas condições gramaticais de boa formação das frases, deixando na posição original um vestígio co-indexado (JAIRO s/d). Igualmente, o vestígio é uma categoria sintáctica sem realização fonética que possui as propriedades relevantes para a interpretação adequada do elemento movido. Assim, o elemento movido e o seu vestígio formam um objecto sintáctico descontínuo, uma cadeia (não-trivial) (JAIRO s/d). Vejamos o exemplo:

30. Quem que pintou a casa?

No exemplo acima, *quem* no início da frase é interpretado como objecto de casa. Na TRL a estrutura desta frase deve ser representada como no exemplo a seguir:

31. [quem<sub>t</sub>[que [pintou [a casa <sub>t</sub>]]]]

No exemplo acima pode-se perceber que na cadeia, *t* é vestígio de *quem*, C= (quem<sub>t</sub>, <sub>t</sub>).

No PM, Chomsky (1993) abandona a teoria de traço e reactiva a teoria de cópia por movimento. Nela defende-se que o vestígio é uma cópia do elemento movido que é apagado na componente fonológica, mas que está disponível para interpretação na FL (JAIRO s/d; BOŠKOVIĆ 2007). Em suma, o elemento movido deixa na posição de onde vem uma cópia de si mesmo, em vez de um traço. Vejamos o exemplo:

32. [quem[que [pintou [a casa quem-QU]]]]

No exemplo acima mostramos o que se disse acima. Nele, a cópia mais baixa não é apagada no componente fonológico. Este exemplo seria compatível com a Condição de Inclusividade (cf. subsecção 3.1.5.2.2), pois traços são exemplos de criação na sintaxe. Logo, violam a condição de inclusividade.

No entanto, para Jairo (s/d), um exemplo como o de (32), além de ser compatível com a Condição de Inclusividade, mostra que a teoria de Movimento por Cópia tem vantagens dentro do PM: permite que a teoria de ligação seja formulada em termos de FL e que as operações de

construção sejam eliminadas. Mas se não houver uma explicação para o apagamento das cópias mais baixas no componente fonológico, pode-se estar a reintroduzir a noção de vestígio. Para o autor, a ideia de apagamento das cópias mais baixas revela-se enigmática tendo em conta o pressuposto minimalista de economia de derivação que tornaria o exemplo (32) mais económico que (31).

Tendo em conta este debate, Nunes (2004) propôs que a impossibilidade de uma cadeia ter mais de um elo foneticamente realizado deve-se ao Axioma de Correspondência Linear de Kayne (1994) – a ordem linear de uma sequência de itens lexicais na FF é determinada por c-comando assimétrico (se  $\alpha$  precede  $\beta$ , então  $\beta$  não segue  $\alpha$ ). Assim, as duas cópias de (32) referem-se ao mesmo item da numeração inicial. Por isso há necessidade de se reduzir a estrutura. Deste modo, a derivação (32) não é a mais económica se comparada com a derivação (30), por não levar a um resultado convergente. Os vestígios, e não as cabeças, são apagados para efeito de linearização. A ideia por trás deste pensamento pode ser encontrada em Nunes (s/d) de acordo com quem as cabeças de cadeias participam em mais relações de verificação de traços formais. Dado que nenhum traço formal é interpretável na FF, o autor vai além afirmando que uma vez verificados, tornam-se invisíveis na FF. Deste modo, a cópia *quem* tem o seu traço interrogativo –QU eliminado para efeito de FF.

33. [quem[que [pintou [a casa quem-QU]]]]

Assim, no exemplo (33), a operação de apagamento não é necessária, pois o traço QU da cópia mais alta já foi eliminado por uma operação de verificação. Assim, o apagamento de vestígios é mais económico que o apagamento de cabeças de cadeias.

### 3.2 Sumário do capítulo

O capítulo que agora termina foi dedicado à apresentação do PM, quadro teórico a ser usado na descrição e análise da (co-)ocorrência das EVs em Nyungwe.

Vimos que, para Chomsky, os estudos linguísticos começaram com a gramática de Panini, no século IV. Depois deste período, a primeira teoria de linguagem genuína nasceu através do trabalho *Lectures on Government and Binding*, a TRL, uma teoria modular que divide a gramática em sub-componentes com uma forte componente transformacional baseada na regra

de mover  $\alpha$ . Nela são postulados quatro níveis de representação: Estrutura Profunda (EP), Estrutura de Superfície (ES), a forma Lógica (FL) e a forma Fonética (FF). Delas, a EP, ES e a FL juntas constituem a representação sintáctica da representação, níveis que desempenhavam um papel decisivo na determinação de onde os traços são verificados.

A relação gramatical central é a regência. Os SNs devem ocorrer apenas em posições onde se pode atribuir caso, devido à verificação de traços de caso (*case filter*) que se verificam em todas as construções que contém SNs sem caso na ES. Por sua vez, a teoria de ligação explora como diferentes tipos de expressões nominais como nomes, sintagmas e pronomes passam a ter relações anafóricas uma com a outra, e como passam a ter referência a coisas do mundo.

Vimos igualmente que PM foi desenvolvido dentro da GG desde o início dos anos noventa, com a publicação do texto de Chomsky (1993) *A minimalist program for linguistic theory* onde o autor desenvolveu ideias de economia de derivação e de representação. A sua concepção teve em conta Pollock (1989), Larson (1988) e Halle e Keyser (1993).

Chomsky apresentou o PM não como teoria, mas como um programa que funciona com o pressuposto de que a GU constitui o *design* perfeito, pois, contém apenas o que é necessário para atender às nossas necessidades conceptuais, físicas e biológicas. As estruturas sintácticas são construídas a partir do *léxico*, através da aplicação sucessiva de operações simples que culminam na Forma Lógica e num ponto da derivação ocorre uma bifurcação à Forma Fonética. As operações básicas da teoria são: selecção, juntar e mover.

Vimos igualmente que o PM recupera propostas teóricas da TRL ou P&P. Um dos pressupostos teóricos que foi recuperado é o de movimento. No entanto, diferente do que acontecia na TRL, no PM, o movimento é visto como Último Recurso, deixa de ser uma operação composta que consiste em juntar e mover, e passa a ser uma operação independente cuja tarefa única é, por exemplo, satisfazer o Princípio de Projecção Estendida de um núcleo funcional. Outro conceito recuperado é o de Regência. Na TRL os papéis temáticos eram atribuídos na EP através da regência. No PM eliminou-se a EP e a ES e deixou-se apenas dois níveis de interface FF e FL, assim os papéis temáticos e a atribuição de caso passaram a ser através da relação Esp-núcleo.

Chomsky introduziu a teoria de Inclusividade que é restritivo e limita o poder da sintaxe de criar novos objetos. A partir dela Chomsky propôs a *bare phrase structure* onde tanto a

projecção mínima como a projecção máxima são determinadas a partir da estrutura na qual aparecem sem nenhuma marcação específica.

No PM a computação sintáctica é conduzida pela verificação de traços. Assume-se que os nomes e verbos entram para a computação como um conjunto de traços e alguns requerem a sua verificação.

Para terminar, falamos da teoria de Cópia por Movimento. Nela defende-se que o vestígio é uma cópia do elemento movido que é apagado na componente fonológica, mas que está disponível para interpretação na FL.

Como se pode perceber, o PM comporta diversas discussões teóricas, é por isso que a descrição de dados no nosso trabalho é baseada essencialmente na teoria de verificação de traços.



## **CAPÍTULO IV: METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

### **4.0 Introdução**

Depois de no capítulo anterior termos apresentado o quadro teórico que orienta a discussão dos dados recolhidos para a presente pesquisa, reservamos o presente capítulo para a descrição da metodologia usada na recolha e na análise de dados. Deste modo, dividimos o capítulo em oito secções: na primeira, apresentamos o método de abordagem do nosso estudo; na segunda, descrevemos os métodos de recolha de dados; na terceira, descrevemos os critérios de escolha da amostra; na quarta, falamos do manuseamento de dados; na quinta secção, falamos da análise de dados; na sexta, dos aspectos éticos acautelados durante o trabalho de campo bem como da transcrição dos dados. Na sétima secção descrevemos a metodologia da análise de dados. Para terminar, na secção oito, apresentamos o sumário do capítulo.

### **4.1 Método de Abordagem**

Em estudos linguísticos, para que os dados sobre a estrutura das línguas sejam precisos, deve-se usar metodologias rigorosas na recolha de dados (CHELLIAH 2013). Seguindo este pensamento, esta pesquisa é qualitativa, pois descrevemos e analisamos as extensões verbais que (co-)ocorrem em Nyungwe.

As pesquisas qualitativas têm como objectivo entender detalhadamente a razão por que um indivíduo faz determinada coisa (CHIZZOTTI 2010). Elas não se preocupam com a representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. (NEVES 1996). É por isso que têm um carácter exploratório, isto é, estimulam os entrevistados a pensar e falar livremente sobre algum tema, objecto ou conceito. As suas características são: o ambiente natural como fonte directa de dados e o investigador como instrumento fundamental. Segundo Neves (1996), a pesquisa qualitativa permite que o investigador explique o fenómeno em análise de forma exaustiva, visto que lida com a descrição dos fenómenos observados nos dados.

### **4.2 Métodos de recolha de dados**

Depois de termos apresentado a abordagem metodológica do nosso estudo, nesta secção respondemos às seguintes perguntas: (a) como, onde e quando os dados foram recolhidos e (b) como foram analisados e interpretados.

Em trabalhos de Gramática Generativa (GG) poucos têm sido os estudos que discutem os aspectos metodológicos. Esta constatação é de Newmeyer (2013). De acordo com o autor, esta falta de interesse pode estar relacionada com a afirmação de Chomsky (1957) logo no princípio da construção da GG: pode-se chegar a gramática através de várias formas, intuição, trabalhos de adivinha (*guess-work*), ou todo o tipo de sugestões metodológicas. Com esta afirmação, Chomsky fazia perceber o seguinte: como chegar à gramática tem pouca relevância para a correcção da teoria generativa. Logo, apenas o produto final conta. Esta é a explicação para o facto de os dados utilizados para a construção da teoria generativa tenham sido maioritariamente fruto do juízo introspectivo do falante nativo Newmeyer (2013).

Contudo, os dados introspectivos sempre mereceram análise sob dois ângulos: suas vantagens e limitações. Schutze (1996), citado pelo autor, aponta seis razões para o uso do julgamento de gramaticalidade. As primeiras três razões são teoricamente independentes: eles fornecem dados que não podem ser obtidos a partir do discurso espontâneo ou dados gravados; fornecem informação acerca do que não é possível para o falante; permitem a remoção rápida de dados irrelevantes como: lapsos de língua, falsos começos, etc. As razões mais controversas da sua utilização estão relacionados com o facto de permitirem que o pesquisador se abstraia da função comunicativa da linguagem e, assim, concentrar-se na gramática mental como um sistema estrutural. Igualmente, os factores que afectam os julgamentos tendem a ser menos misteriosos que aquelas que afetam o uso, e fornecem um caminho alternativo para a gramática do uso da língua. A crítica que frequentemente tem sido feita a julgamentos introspectivos é de que neles há instabilidade putativa inerente (*putative inherent instability*) (COWART 1997; DERWING 1973, citados por NEWMAYER 2013). Sob este ponto de vista defende-se que o maior perigo inerente a introspecção é que o pesquisador pode ser inconscientemente levado a julgar a aceitabilidade de uma frase com base no resultado teórico desejado, em vez do objectivo.

Perante a crítica acima, Schutze (1996) defende que os julgamentos introspectivos são indispensáveis para o linguista, apesar de estarem longe de serem suficientes. Daí que, o cuidado e esforço deve ser colocar na elicitacção de gramaticalidade desses julgamentos, se quisermos ter uma chance de ser consistentes e ter resultados precisos. Os dados introspectivos têm sido criticados não apenas pela sua suposta irreabilidade, mas pela sua suposta irrelevância. Assim, uma percentagem considerável de estudiosos nesta área sente que por muitas frases serem produzidas por linguistas provavelmente nunca ocorrerão numa situação de comunicação real, elas não têm

influência na natureza da gramática. Contudo, há pouca evidência que leve a acreditarmos que um foco no que ocorre numa conversa natural levaria a uma teoria gramatical diferente da construída com base em dados introspectivos. Pode-se contra-argumentar que os dados obtidos numa situação de comunicação, em princípio, levariam a um olhar teórico diferente do baseado em dados introspectivos, dado que a GG captura a capacidade cognitiva, em vez da habilidade de comunicar. Esta ideia não pode ser descartada, mas precisa de ser suportada por fortes evidências.

Uma outra discussão e sugestão metodológica para trabalhos sobre descrição da gramática pode ser encontrada em Chelliah (2013). Esta autora, provavelmente seguindo o essencial de (COWART 1997; DERWING 1973; SCHUTZE 1996), deixa de fora o método introspectivo e afirma que há dois métodos de recolha de dados num trabalho linguístico orientado para a descrição gramatical que, embora sobrepostos, são epistemologicamente distintos: método de elicitación com base no questionário e o método de elicitación com base no texto.

No primeiro método, o pesquisador arrola de forma sistemática construções específicas usando um conjunto pré-determinado de possíveis perguntas a serem respondidas, construções na língua de contacto a serem traduzidas pelo falante ou respostas a estímulos linguísticos e não-linguísticos gravados.

No trabalho de campo, o pesquisador normalmente, balanceia as tarefas (*tasks*) difíceis com as fáceis como forma de minimizar o cansaço do falante. A dificuldade das tarefas pode ser determinada pela complexidade da pergunta e do conhecimento que se requer, não só na língua alvo, mas também na língua de contacto para a conclusão da tarefa.

O pesquisador não pode esperar que os falantes respondam de forma directa às perguntas do questionário, pois, em muitos casos, o falante não estará familiarizado com a terminologia linguística usada. Como forma de contornar este problema, o pesquisador pode planear um conjunto de tarefas que conduzam às respostas das perguntas colocadas. Ele pode, igualmente, pedir ao falante que crie frases usando um léxico previamente seleccionado ou estimulá-lo através de exemplos sistemáticos e pedir ao falante que julgue as frases.

O método de elicitación com base no questionário tem a vantagem de potencialmente dar cobertura a um determinado facto linguístico. Mas limita o falante a aquilo que o pesquisador pensa em perguntar e às respostas que este dá, deixando de fora a genialidade individual da

linguagem (*individual genius of a language*) Sapir (1920). Em casos similares, as respostas podem parecer estranhas para outros falantes. Mas, se os dados forem obtidos através de um texto escrito será raro falantes considerarem dados textuais como estranhos. É aqui onde entra o método de elicitación de dados com base no texto, que é outra estratégia que o pesquisador pode usar se pretender obter dados sobre construções gramaticais específicas. Ela reduz as potenciais limitações do questionário, pois a anotação do texto produzido pelo falante está interligada com a obtenção e complementação dos dados a partir do questionário. Logo, este método não é apenas coleção ou anotação de textos. Neste método, é necessário o uso de uma variedade de géneros textuais dado que em cada um pode-se utilizar uma variedade de construções gramaticais. Mas, se um investigador de campo precisa de informação sobre construções gramaticais específicas, ele poderá fornecer um estímulo que obrigará ao falante a produzir tais estruturas como parte do discurso.

Para a obtenção do significado das palavras, o investigador pode simplesmente apontar um objecto e perguntar como se chama, ou fornecer um nome e perguntar a que se refere. Apontar ou nomear dar-nos-á o nome, mas não o sentido ou apropriação do uso do nome. Na obtenção de informação sobre os significados ou apropriação das construções deve-se aproveitar várias tarefas dos métodos experimentais usados na aquisição da língua materna.

Portanto, neste método, o pesquisador conduz o falante à produção de construções como parte de um discurso natural. Para que isso aconteça, ele pode pedir ao falante, se souber ler, que leia um livro e reconte a história, descreva fotografias ou imagens, assista a um filme e narre os eventos, traduza uma história escrita da língua de contacto para a língua alvo, reconte uma história contemporânea ou parafraseie uma história escrita. O importante é que o estímulo seja culturalmente relevante.

Uma vez recolhidos os textos, a sua anotação torna-se uma das principais tarefas na sessão de campo. O pesquisador deve preparar os arquivos de som e/ou transcrição de texto para revisão durante a sessão. A criação de um corpus anotado de dados naturais envolve, portanto, uma série de etapas, e quase todas requerem a assistência de um falante nativo, ou falantes diferentes em diferentes estágios de anotação.

A elicitación de dados com base no texto foi muitas vezes criticada por algumas deficiências nomeadamente (i) uma estrutura gramatical específica que interessa ao pesquisador pode não ocorrer num corpus obtido de um discurso natural, (ii) por ser confusa porque a

informação acerca de partes particulares da gramática vem em tempos diferentes, (iii) ela consome muito tempo, dado que nem todo o pesquisador tem muito tempo para se dedicar à criação de um texto de corpus anotado.

Seguindo o debate metodológico proposto por (CHELLIAH 2013; NEWMeyer 2013), para a realização do presente trabalho combinámos quatro métodos de recolha de dados não nesta ordem necessariamente: (a) **Introspectivo**, confiando no nosso conhecimento da língua como falantes; (b) **Filológico**, recorrendo ao material escrito sobre a língua (COURTOIS 1890, MARTINS 1991, FERRÃO s/d) e Ngunga e Faquir (2011); (c) um **Questionário** morfológico e sintáctico administrado a dois falantes nativos de Nyungwe residentes em Marara e (d) **Entrevista** semi-estruturada não apenas aos dois primeiros falantes, mas também a outros dois falantes da língua residentes na cidade de Tete. A entrevista semi-estruturada foi conduzida com base num outro questionário sintáctico composto por perguntas de esclarecimento em relação às frases previamente definidas por forma a que obtivéssemos dos falantes a informação que pretendíamos. A produção deste último questionário deveu-se ao facto de termos percebido que, muitas vezes, a tradução dos falantes mostrava que estes não tinham entendido a frase em língua portuguesa (cf. anexo).

Durante o trabalho de campo usámos num primeiro momento um questionário morfológico composto por 1826 verbos não derivados, previamente seleccionados em Martins (1991) e as possíveis extensões verbais que podem ocorrer na língua. A selecção das raízes verbais teve em conta a seguinte tipologia: raízes verbais de estrutura -C-, -CVC-, -CVCVC- e -CVCVCVC- (intransitivos, transitivos e ditransitivos). Os dois falantes residentes em Marara tiveram a responsabilidade de indicar a extensão que pode ocorrer em cada verbo e, em seguida, as extensões que podem (co-)ocorrer. Depois de completo o questionário morfológico, aplicámos aos mesmos falantes o questionário sintáctico. Nele estavam escritas frases em Português cujos verbos (derivados) retirámos do questionário morfológico, obedecendo as categorias acima descritas. Os consultores linguísticos forneceram-nos as traduções equivalentes em Nyungwe. O objectivo deste questionário era mostrar as implicações sintácticas da (co-)ocorrência das extensões verbais em cada verbo.

A escolha do questionário como um dos métodos de recolha de dados para esta pesquisa deveu-se ao facto de, seguindo (CHELLIAH 2013; LITOSSELITI 2010), este ser o mais usado em situações de limitações financeiras, como foi o caso.

No entanto, como Chelliah (2013) referiu, o uso do questionário limita o falante a aquilo que o pesquisador pensa em perguntar e às respostas que o entrevistado, por sua vez, dá, deixando de fora a genialidade individual da linguagem (SAPIR1920) e os falantes sem habilidade na escrita (RIBEIRO 2008). Por isso, como forma de cobrir as limitações que advém do uso deste instrumento, auxiliamo-nos da entrevista. A base para a entrevista foram os aspectos não respondidos no questionário sintáctico. Segundo Bogdan & Biklen (2010), a entrevista é utilizada na recolha de dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo. Deve ser por isso que Chizzotti (2000) afirma que a entrevista permite o esclarecimento de várias questões relacionadas com o fenómeno em estudo. Ela é usada quando o entrevistador deseja ouvir mais sobre determinado assunto e, por isso, não se deve hesitar em fazer mais perguntas, principalmente quando se sente insatisfeito com as respostas ouvidas Miguel (2010). As entrevistas podem ser: livres, estruturadas e semi-estruturadas. Neste trabalho usamos a entrevista semi-estruturada para esclarecer, como referimos anteriormente, algumas questões que, apesar de terem sido respondidas no questionário sintáctico, levantaram algumas dúvidas. As entrevistas semi-estruturadas têm um roteiro com perguntas abertas e são indicadas para estudar um fenómeno com uma população específica: grupo de professores; grupo de alunos; grupo de enfermeiras, etc. Deve existir flexibilidade na sequência da apresentação das perguntas ao entrevistado e o entrevistador pode realizar perguntas complementares para entender melhor o fenómeno em pauta.

A escolha da entrevista semi-estruturada deveu-se à necessidade de garantir não só um questionamento profundo, mas também o controlo das respostas (RIBEIRO 2008; MACALANE 2013). Assim, neste estudo entrevistamos mais dois jovens residentes na cidade de Tete que não tinham respondido ao primeiro questionário. Durante a entrevista pedimos aos falantes que fizessem o julgamento das estruturas sintácticas previamente seleccionadas, tendo em conta, como referimos, o questionário sintáctico administrado aos outros dois falantes residentes em Marara.

Como forma de auxiliar a anotação das respostas nos questionários, a “conversa” com os consultores linguísticos foi gravada através de um gravador digital da marca Olympus VN-731PC que garante uma gravação de alta fidelidade de 790 horas. Uma vez carregado com 2 pilhas do tipo AAA, o gravador, que tem uma capacidade de armazenamento de 2GB, pode ser usado durante 100 horas. Possui um indicador da carga actual da pilha, possui um indicador de

pastas para a gravação de todas as conversas. Assim, antes de cada gravação seleccionou-se a pasta onde se ia guardar a gravação. Igualmente, possui um número actual de ficheiros na pasta ou número total de ficheiros gravados na pasta e um indicador de protecção de ficheiro. O gravador possui um cabo USB e um microfone que funciona como filtro de redução de ruídos, que realça a voz e garante uma gravação de alta qualidade com estéreo. O microfone é integrado na direcção do som a gravar. O gravador de voz tem *templates* pré-existentes com as definições que se adaptam às várias aplicações de gravação como conferências e ditado. É um dispositivo leve, de fácil manuseamento, que pode caber no bolso de uma camisa. Quando conectado a um computador, o gravador pode ser usado nos seguintes ambientes operacionais: Windows, no sistema operativo Microsoft Windows XP/Vista/7/8, instalação padrão e Macintosh, sistema operativo Mac OS X 10.5 a 10.9, instalação padrão.

Apesar de o gravador usado para a recolha de dados poder gravar durante 100 horas, para não cansar o falante, as sessões de recolha de dados foram curtas, não tendo durado mais de duas horas de gravação cada uma.

O outro instrumento de recolha de dados que foi usado é o bloco de notas. Nele, registámos dados que, não tendo sido captados no acto da condução do questionário, entrevista e respectiva gravação, julgaram-se importantes para a descrição da (co-)ocorrência das extensões verbais em Nyungwe à luz do PM.

### **4.3 Escolha da Amostra**

Depois de termos descrito os instrumentos de recolha de dados que usamos, nesta secção definimos a escolha da amostra adequada aos dados e aos instrumentos.

As pesquisas são realizadas através de estudos dos elementos que compõem uma amostra extraída da população que se pretende analisar. Com o conceito de população refere-se a um conjunto de indivíduos ou objectos com determinadas características definidas para o estudo. Portanto, a amostra é um sub-conjunto da população que reflecte a população no seu todo (MARTINS 2000; DORNEYI 2007; BUCHSTALLER & KHATTAB 2013). Mas Martins (2000) chama atenção para o facto de que a amostra dever ser significativa, isto é, representar da melhor forma possível a população em estudo. Segundo este autor, a construção da amostra envolve três fases: (i) a identificação da população alvo (totalidade dos elementos sobre os quais se deseja obter determinado tipo de informação), (ii) o método de selecção de amostra (a

extracção da amostra visa a obtenção de uma representatividade ‘honestas’ da população que conduza a estimativas das características da população com ‘boa’ precisão relativamente aos custos de amostragem, isto é, obter uma amostra representativa da população) e (iii) a dimensão da amostra.

Existem dois grandes métodos para a selecção da amostra: métodos de amostragem não aleatória (de carácter pragmático e intuitivo, possibilitam estudos rápidos e com menos tempo: amostra intencional, *snowball*, por quotas e por conveniência) e métodos de amostragem aleatória (todos os elementos da população têm a possibilidade de serem escolhidos de acordo com probabilidades pré-definidas: amostragem aleatória simples, casual sistemática, estratificada, por *clusters*, multi-etapas, multi-fásica). Igualmente, sobre os métodos de escolha de amostra, Buchstaller & Khattab (2013) acrescentam as seguintes: amostra em redes sociais e amostras baseadas em abordagens etnográficas.

Segundo Buchstaller & Khattab (2013), a amostra por conveniência é tomada a partir de um grupo/determinados sujeitos por conveniência e está por vezes ligada à acessibilidade aos mesmos. Este tipo de recolha de dados pode conduzir a generalizações limitadas, pois nem sempre o que convém é o certo. Ela é mais usada em estudos pilotos e em estudos teóricos como a Sintaxe, Semântica e Fonologia. Contudo, para Dorneyi (2007), a amostra por conveniência, apesar de ser a mais usada na selecção de amostra em pesquisas de pós-graduação, é a menos desejada, pois a saturação pode não ser atingida. Esta estratégia de selecção de amostra usa participantes dispostos, um pré-requisito para se ter uma rica base de dados. É mais usada em pesquisas de pós-graduação por estas ocorrerem em circunstâncias de um tempo muito limitado e com restrições financeiras, pois permite a economia de tempo, dinheiro e esforço.

De acordo com Buchstaller & Khattab (2013), um outro aspecto relativo à amostra é o tamanho da mesma. Para eles, um grande número de membros de uma comunidade é melhor, pois um número elevado abre espaço para mais inferência sobre o comportamento de toda a população. Mas esta afirmação pode conduzir-nos a questões como: o que significa um número elevado? Quais os critérios de definição de um número elevado? Como gerir o factor tempo? Os autores acrescentam que estudos linguísticos tendem a usar um número relativamente baixo de amostra populacional, privilegiando-se a observação.

Assim, o presente estudo, levando o essencial de MARTINS (2000); DORNEYI (2007) e BUCHSTALLER & KHATTAB (2013), para a selecção da amostra usamos o método de



amostragem não aleatória. Concretamente, a selecção da amostra foi por conveniência. Fizeram parte da presente pesquisa quatro falantes de Nyungwe residentes no distrito de Marara e na cidade de Tete. Destes falantes 2 são professores do ensino bilingue que trabalham na escola primária de Mufa-Caconde. A escolha destes professores teve em conta a faixa etária e o tempo de serviço no ensino bilingue. Um dos professores tem 40 anos e trabalha há mais de 20 anos como professor, dos quais 6 no ensino bilingue. O outro professor tem 30 anos, trabalha como professor há 9 anos e há 3 no ensino bilingue. Como já referimos, depois de conversar com estes dois falantes, houve necessidade de entrevistar, usando um guião de entrevistas semi-estruturadas, 2 jovens de 20 e 25 anos de idade falantes nativos de Nyungwe. A escolha destes jovens teve em conta os seguintes critérios: ser falante de Nyungwe como língua materna e disponibilidade em participar na pesquisa. O guião de entrevistas compreendeu questões extraídas das perguntas que surgiram durante a aplicação do questionário sintáctico I (cf. anexo).

Como se pode ver, nesta pesquisa participaram falantes mais velhos (40 anos) e mais novos (abaixo dos 20 anos). Os falantes mais velhos deram a sua contribuição através de construções conservadoras e os mais novos o fizeram através da clareza na fala e capacidade de inovação, característica linguística deste grupo. Um olhar atento à metodologia de escolha da amostra para o presente estudo permite inferir que esta não considerou a variável sexo. Esta opção deveu-se ao facto de considerarmos esta variável irrelevante para a pesquisa. Pois, na escolha da amostra preocupavam-nos falantes (podiam ser de ambos sexos) com capacidades de manipular a língua de forma livre e clara.

#### **4.4 Manuseamento de dados**

Depois de termos falado sobre a escolha da amostra na secção anterior, nesta secção, descrevemos as estratégias de manuseamento dos dados recolhidos.

Por forma a garantir a segurança dos nossos dados, no final de cada dia, ou durante o dia, sempre que o tempo permitisse, transcrevemos os dados gravados e armazenámo-los num computador portátil de marca Dell Inc., modelo *Inspiron 3537* com a capacidade de armazenamento de 465 GB, cuja bateria, uma vez carregada numa tomada eléctrica tem a capacidade de cinco horas de trabalho ininterruptas. Além do computador, uma cópia do ficheiro foi guardada em 2 *pen drives*, com a capacidade de 32 GB e um outro de 16 GB.

Segundo Chelliah (2013), a gestão dos dados recolhidos constitui uma componente importante no trabalho de campo. Por isso, a recolha deve incluir anotação habilidosa, detalhada e armazenamento seguro. Durante o trabalho de campo, mesmo usando questionário, os linguistas anotam os dados directamente no *laptop* ou num engenho idêntico, como forma de salvá-los digitalmente. Deste modo, durante o trabalho de campo, o computador, os *pen drives*, e o bloco de notas, garantiram o armazenamento seguro dos dados recolhidos com recurso às quatro técnicas escolhidas para a recolha de dados (introspectivo, filológico, questionários e entrevistas).

Como se pode depreender, nesta pesquisa, os falantes foram a nossa principal fonte de dados primários, pois foi deles que obtivemos os dados que alimentaram a nossa análise, e os livros, a fonte de dados secundários donde extraímos os dados que foram testados no campo.

#### **4.5 Tratamento de dados**

Segundo Teixeira (2003), o ciclo de pesquisa compreende três momentos: inicia com a fase exploratória, onde são interrogados aspectos relacionados com o objecto de pesquisa, os pressupostos, as teorias, a metodologia apropriada e as questões operacionais necessárias para desencadear o trabalho de campo. Segue-se o trabalho de campo, nesta etapa combina-se várias técnicas de recolha de dados, como entrevistas, observação, pesquisa documental e por fim a fase de tratamento dos dados recolhidos, que pode ser subdividido da seguinte forma: ordenação, classificação e análise. De acordo com o mesmo autor, os processos de análise e interpretação de dados variam significativamente em função dos diferentes delineamentos de pesquisa. A presente pesquisa, por ser de natureza teórico-descritiva, e tendo em conta os instrumentos usados na recolha de dados usados, ordenámos e categorizámos os dados recolhidos em: dados de natureza morfológica (verbos de radicais com a estrutura do tipo -C-, -CVC-, -CVCVC- e -CVCVCVC-) e dados de natureza sintáctica (argumentos seleccionados por cada verbo derivado analisado) e a combinação das EVs. Esta categorização foi sucedida por uma dedução das regras de (co-)ocorrência das extensões verbais e os argumentos seleccionados observadas por cada um dos verbos derivados.

#### **4.6 Aspectos éticos**

Segundo Denzin (1970) citado por Ribeiro (2008), os investigadores devem manter-se sempre dentro dos limites e das regras de etiqueta em relação aos entrevistados. Eles devem sempre prestar atenção aos limites estabelecidos de respeito à identidade e à cultura dos entrevistados e das instituições que representam. Deste modo, na presente pesquisa, usamos dados fornecidos por falantes que participaram e consentiram o uso da informação por eles fornecida para os objectivos do estudo e para a documentação da língua em estudo. Apesar de alguns falantes se terem voluntariado para trabalhar connosco, não revelamos a sua identidade. Portanto, todas as gravações feitas tiveram o consentimento dos falantes.

#### **4.7 Metodologia da análise de dados**

Depois de na secção anterior termos falado sobre os aspectos éticos observados na realização da presente pesquisa, nesta secção descrevemos os procedimentos de análise dos dados recolhidos.

Numa pesquisa qualitativa, a análise dos dados é normalmente descritiva Mangoya (2013). Sendo esta pesquisa qualitativa, a análise de dados é feita através da descrição detalhada dos fenómenos observados referentes a (co-)ocorrência das extensões verbais em Cinyungwe. Esta descrição detalhada teve em conta dois aspectos que norteiam o nosso estudo: primeiro, a tipologia do radical (verbos de radicais com a estrutura -C-, -CVC-, -CVCVC- e -CVCVCVC-) e o segundo e último, a consequência da (co-)ocorrência das extensões verbais na transitividade dos verbos analisados. Contudo, porque o nosso questionário morfológico é composto por 1840 verbos de cada conjunto, escolhemos de forma aleatória apenas alguns verbos que pudessem representar o conjunto e alimentar a nossa análise. Igualmente, à semelhança do que fizemos em relação aos dados retirados do questionário morfológico, no questionário sintáctico seleccionámos, aleatoriamente, num universo de 25 frases analisadas por cada extensão, 3 frases de cada. A formação de frases e a escolha dos verbos teve em conta o questionário morfológico. A razão para a escolha de apenas 3 frases está assente no facto de o questionário sintáctico ser composto por 205 frases (25 para a descrição da ocorrência de cada uma das EVs analisadas e 30 referentes a possíveis (co-)ocorrências da EVs).

Em suma, a nossa análise de dados obedeceu dois momentos: primeiro, descrição e explicação das regras de (co-)ocorrência das extensões verbais em Nyungwe e segundo,

descrição e explicação das consequência dessa (co-)ocorrência na transitividade dos verbos, isto é, descrição dos argumentos sintácticos seleccionados por cada verbo derivado aplicando os conceitos operatórios do PM.

#### **4.8 Sumário do capítulo**

O presente capítulo foi reservado à descrição detalhada da metodologia usada para a recolha e análise de dados. Como se fez notar, trata-se de uma pesquisa qualitativa onde se analisa de forma detalhada as extensões verbais que (co-)ocorrem em Nyungwe à luz do PM.

Usou-se quatro métodos de recolha de dados: Introspectivo, Filológico, Questionário (no caso, morfológico e sintáctico) e Entrevista.

Esclareceu-se que a selecção da amostra foi por conveniência e a ordenação dos dados teve em conta os instrumentos de recolha de dados usados.

Relativamente à metodologia da análise de dados, esta consistiu na dedução e explicação das regras observadas quer as de carácter morfológico, isto é, a (co-)ocorrência da extensões verbais, quer as de carácter sintáctico (as relações de transitividades resultantes do processo de afixação da extensões verbais).

Neste trabalho, ampliamos para 1826 verbos, e mais de 205 frases no nosso universo de análise, o que é expressivo se compararmos aos 23 verbos e 37 frases analisadas na pesquisa que realizamos no mestrado.

## **CAPÍTULO V: ANÁLISE MINIMALISTA DAS EXTENSÕES VERBAIS EM NYUNGWE**

### **5.0 Introdução**

O capítulo anterior esteve centrado na apresentação da metodologia utilizada para a análise dos nossos dados. No presente capítulo descrevemos e analisamos os dados tendo como foco a (co-)ocorrência das EVs em Nyungwe.

No entanto, importa lembrar ao leitor que, seguindo Jefferies (2000), o nosso trabalho pertence ao grupo de estudos linguísticos que fazem uso das teorias linguísticas já existentes para perceberem e explicar de forma profunda os dados linguísticos que observam.

Para este fim, organizamos o capítulo em quatro sub-secções. A primeira analisa a ocorrência das sete EVs em estudo. Assim, na sub-secção 5.1.1 descrevemos e analisamos a extensão causativa, em 5.1.2 a aplicativa. Na sub-secção 5.1.3, a extensão passiva; 5.1.4, a extensão recíproca, 5.1.5 a reversiva; em 5.1.6, a intensiva e no fim, em 5.1.7 a extensão estativa. Depois, na sub-secção 5.2 apresentamos o resumo desta sub-secção.

#### **5.1.1 Extensão causativa**

Muitas línguas bantu têm uma categoria morfológica que se chama causativa e que acrescenta um novo argumento agente ao padrão de valência do verbo. Esta constatação foi formulada com base na conclusão segundo a qual o morfema causativo pertence a uma categoria de morfemas derivacionais de mudança de valência muito comum nas LBs (BYBEE 1985; WAWERU 2011).

À semelhança de outras EVs, ela já foi largamente estudada (BYBEE 1985; PAYNE 1997; MUTAKA e TAMANJI 2000; LODHI 2002; PYLKKANEN 2002; SCHADEBERG 2003; GOOD 2005; WAWERU 2011, só para citar alguns exemplos). Com efeito, Schadeberg (2003) reconstituiu onze EVs do PB que acreditava ocorrerem em todas as línguas bantu e que tinham a mesma estrutura canónica -VC-. Uma das extensões reconstruídas é a causativa, como \*-i-/\*-ici-. De acordo com o autor, estes alomorfes da extensão causativa foram reconstruídas reconhecendo-lhes uma distribuição complementar em que \*-i- ocorre depois de uma consoante (C) e \*-ici- depois de uma vogal (V). A extensão causativa, independentemente da sua realização, pode ocorrer em verbos transitivos e intransitivos de estrutura -CV- ou -CVC- para introduzir um novo argumento com a função sintática de sujeito e a função semântica de agente

causador. Portanto, para Schadeberg (2003), a extensão causativa indica o sujeito e o agente causador.

De acordo com alguns autores (DOKE 1954; LODHI 2002), a extensão causativa indica que o sujeito gramatical do verbo derivado faz com que um outro agente desempenhe a acção descrita pelo verbo. Dá a ideia de causar fazer.

Igualmente, Payne (1997) e Good (2005) definem as construções causativas como instâncias linguísticas de noção conceptual de causalidade. Os seus argumentos centrais são: o causado (*causee*) e o causador, onde o *causado* é o agente do evento e o *causador* agente do predicado de causa.

Esta definição é partilhada por Pykkänen (2002) e Waweru (2011), para quem as construções causativas são bi-eventivas, isto é, são aquelas em que o verbo causativo introduz um argumento do evento causador implícito no SV que descreve o evento causado.

Como se vê, vários estudiosos que se interessam pela descrição e análise das extensões verbais nas línguas bantu convergem na definição de construções causativas ou morfemas causativos. Mais precisamente, nota-se que todos os autores reconhecem que as construções causativas têm a semântica de causativização e, por isso, introduzem o agente causado, e alteram, desta forma, o padrão de valência do verbo. É olhando para esta semelhança de percepção que Good (2005) afirma que a causativização nas diferentes línguas bantu é semanticamente semelhante.

No entanto, apesar de reconhecermos esta semelhança, no presente trabalho, seguimos a definição de Doke (1954; Lodhi (2002) pela sua simplicidade.

Os trabalhos de Chabata (2007), Mugari (2012) e Cuervo (2015) mostram que o estudo das construções causativas vai para além das definições aqui apresentadas. Estes autores fazem estudos teóricos das construções causativas sob diferentes quadros teóricos que a seguir vamos descrever e analisar.

Chabata (2007) estuda a extensão causativa em Nambya, dialecto de Kalanga, uma língua bantu (S16, na classificação de Guthrie 1967-71) falada na região noroeste de Zimbabwe e norte de Botswana. No estudo, o autor analisa as implicações sintácticas e semânticas da adição da extensão causativa em verbos não causativos. O seu estudo é ancorado em dois pressupostos teóricos, nomeadamente, a teoria de Mapeamento Lexical (sub-teoria da LFG) e a Gramática Cognitiva.

De acordo com o autor, em Nambya distingue-se a causativização directa da indirecta. Seguindo a teoria de Mapeamento Lexical, o autor considera as causativas morfológicas em Nambya como verbos que semanticamente descrevem situações complexas nas quais um evento causa o outro. Estes verbos são formados pela junção do morfema causativo a uma base verbal no nível da estrutura argumental para formar uma outra, a complexa. Essa junção forma novos argumentos expressos de forma diferenciada dependendo (i) da semântica da causação e (ii) da natureza da base verbal.

Desta forma, a alternância das expressões morfo-sintácticas do causado (*causee*) depende da diferenciação entre a causação directa e indirecta. As construções causativas derivadas de verbos intransitivos expressam, invariavelmente, o causado como objecto e as construções causativas baseadas em verbos transitivos podem expressá-lo tanto como objecto quanto como oblíquo opcional. Além disso, a introdução do causador sempre leva a que o causado mude as relações sintácticas por forma a caber como o novo argumento acrescido do verbo causativo. A semântica do verbo determina a sua estrutura argumental (número e tipo de argumentos) bem como determina a expressão do causado.

Igualmente, de acordo com o autor, os verbos causativos são geralmente polissémicos. Podem ser posicionais ou não posicionais (cf. Chabata (2007) para mais detalhes).

A partir deste estudo, podemos perceber que, apesar de ter uma semântica semelhante em todas as línguas bantu (GOOD 2005), a causativa tem um comportamento diferenciado. Daí que não basta apenas referir que ela acrescenta um argumento à estrutura argumental do novo verbo.

O texto de Mugari (2012) analisa a semântica das construções causativas em Shona, uma língua bantu (S10, na classificação de Guthrie 1967-71) falada no Zimbabwe e Moçambique, usando a abordagem da Estrutura do Evento, a Forma Lógica das Frases de Acção, proposta por Davidson (1967).

De acordo com o autor, em Shona, as causativas morfológicas e perifrásticas são as mais produtivas e a componente que expressa o significado do evento causador tem realização evidente. O estado resultante não é expresso por uma morfologia especial, mas incorporada no significado de verbos específicos em construções causativas. A tese do autor é de que o sufixo causativo forma um predicado complexo não apenas morfológicamente, mas também sintáctica e semanticamente. Esta predicção complexa resulta numa estrutura de evento complexa. O sufixo e o predicado juntos como um único verbo seleccionam um objecto. O predicado complexo herda

propriedades dos dois predicados, pois na sua formação preserva a semântica da estrutura argumental dos dois predicados.

Portanto, em Shona, as construções causativas são predicados complexos restringidos pela conexão tempo-participante, em que a diferença de tempo entre o primeiro sub-evento e o segundo podem ter simultaneamente, no caso de causativização directa e indirecta, graus de variação dependendo do verbo base e o efeito percebido no tema.

Estes dois estudos (CHABATA 2007; MUGARI 2012) mostram que as construções causativas são complexas e conectam-se à definição de construções causativas proposta por Pylkkänen (2002) e Waweru (2011), para quem as construções causativas são bi-eventivas.

Para os autores, a construção causativa forma um predicado complexo não apenas morfológicamente, mas também sintáctica e semanticamente, o que permite o estabelecimento de uma relação que constitui a tríade entre a morfologia, a sintaxe e a semântica. Percebe-se, portanto, que o verbo derivado preserva a sintaxe e a semântica dos predicados do qual se formou, características que vão determinar a sua estrutura sintáctica.

A causativização não é um processo exclusivo das línguas bantu. É um fenómeno presente em todas as línguas naturais. Por isso, nas próximas linhas, descrevemos e analisamos alguns estudos sobre o mesmo fenómeno em línguas não pertencentes a este grupo.

Começamos a descrição com o trabalho de Cuervo (2015) que desenvolve uma abordagem construcionalista para a análise das causativas lexicais, usando exemplos de Inglês e Espanhol. As causativas por si analisadas não fazem uso de um operador de causa como núcleo sintáctico nem como predicativo semântico primitivo associado aos itens lexicais.

De acordo com Cuervo (2015), o seu trabalho constitui uma abordagem alternativa para as causativas baseada na ideia de que a causação emerge como interpretação de uma certa configuração sintáctica e não do significado do núcleo, pois, nela, as construções causativas são uma espécie de estrutura semântica associada a itens lexicais (verbos) no léxico.

Portanto, o significado da causação é sempre configuracional. A causação é a relação entre dois eventos, mas essa relação não é representada por um núcleo lexical ou funcional específico. Vejamos o exemplo que se segue extraído de Cuervo (2015:7):

1. Daniel broke the vase.  
'Daniel quebrou o vaso'



Para Cuervo (2015), o significado da frase, como a de (1), traz a ideia de que houve três eventos relacionados: um novo estado do vaso resultante de uma acção do Daniel. O verbo *broke* especifica o estado do SD *the vase*. Não está especificado o que é que o sujeito SD Daniel fez exactamente para quebrar o vaso. Por isso, seja o que for, o seu papel é agentivo. A ideia central é de que as construções causativas expressam dois, apenas dois, eventos relacionados, um dos quais é o estado do SD objecto, especificado através do significado do verbo. Não há uma componente especial que expresse o processo pelo qual o objecto andou. O outro evento ao qual o sujeito SD está relacionado é interpretado como dinâmico, não especificado, que culmina num certo estado do objecto. Este evento dinâmico é a diferença entre a complexidade de evento expressa em (1) e o estado no exemplo (2), que se apresenta a seguir:

2. The vase is broken.  
'o vaso está quebrado'

Em (2), apenas se vê um estado e a análise não traz a complexidade do exemplo (1), acima apresentado.

Para Cuervo (2015), não se pode ligar o significado da causativa a um predicado de causa atómico como sendo por si um tipo de evento a ser distinguido de outros eventos dinâmicos e agentivos. A causação tem um significado configuracional ao qual se chega como resultado da interpretação da combinação sintáctica de dois núcleos verbais: o v mais alto que representa o evento de causação (dinâmico e não específico) e o v mais baixo representando o estado resultante codificado na raiz verbal (o estado). Esta estrutura contrasta com a de verbos transitivos de actividade, que são mono-eventivos.

Para a mesma autora, é a semântica que relaciona os eventos, a sintaxe apenas o faz em um conjunto restrito de tipos de eventos. Além disso, a causação emerge como interpretação de uma certa configuração sintáctica e não do significado do núcleo.

Este estudo, à semelhança dos anteriores aqui citados, mostra que em abordagens recentes sobre as construções causativas não basta apenas referir-se a elas como introdutoras de um novo argumento com o papel temático de agente, pois há informação interna que ainda carece de debate. A natureza dos eventos internos expressos por estas construções, mesmo naquelas em não ocorre um verbo ou morfema de causa (CUERVO 2015) é a relação que elas estabelecem entre a sintaxe, a semântica e o léxico (CHABATA 2007; MUGARI 2012; CUERVO 2015). No

entanto, para esta última, a interpretação das construções causativas deve ser configuracional e não sintáctica, pois, para ela, é a semântica que relaciona os eventos.

Um estudo diferente dos que até agora apresentamos foi realizado por Goertz (s/d). Neste estudo, o autor descreve como são expressas as causativas em Navajo, uma língua SOV falada no novo México, Arizona e Utah. De acordo com o autor, todas as construções causativas envolvem duas situações: a causa e o resultado. Estas construções variam de língua para língua tendo em conta o significado pragmático da causação e como a sequência alvo (*goal*), evento e resultado são expressos. Por isso, o estudo das causativas envolve a sintaxe e a semântica.

Para Goertz (s/d), há três tipos de causativas em Navajo: 1) construções analíticas, usadas em causação indirecta. Estas construções estão subdivididas em quatro subclasses: justaposição analítica, construções analíticas temporariamente marcadas, construções causativas analíticas justapostas, construções causativas lexicais; 2) a morfológica, usada quando a causação é directa. Ela tem duas subclasses: construção causativa activa e causativa estativa. Estas construções requerem um agente como causa e 3) Causativas metafóricas.

O estudo de Goertz (s/d) mostra que, apesar de universal, a causativização manifesta-se de forma distinta nas línguas do mundo. A distinção entre as construções causativas pode ser também encontrada em vários autores (COMRIE 1981; PAYNE 1997; KULA 2000; HYMAN 2002; GOOD 2005; CHABATA 2007; SILVA 2009; WAWERU 2011, da CÂMARA 2015, só para citar alguns).

A partir de exemplos em Nkore e Nyoro, duas línguas bantu faladas em Uganda, Good (2005) afirma que algumas línguas bantu distinguem formalmente a causativização directa da indirecta. Na causativização directa o causador da acção também é o agente dessa mesma acção e, portanto, nenhum novo argumento causador é introduzido. Em contrapartida, a causativização indirecta é marcada através do sufixo causal que transmite a semântica de construções causativas em que o causador da acção não é necessariamente o agente dessa acção.

Outra distinção das causativas encontra-se em vários trabalhos (NGUNGA 1997; KULA 2000; HYMAN 2002; GOOD 2005). De acordo com os autores, as causativas morfológicas podem ser: de morfemas causativos curtos e longos. O afixo causativo longo é estruturalmente composto por uma consoante e uma vogal enquanto o afixo causativo curto é composto por uma vogal. Para Good (2005), a causativa curta é transitiva, pois provoca uma causativização directa e ocorre mais em verbos intransitivos. A ideia de Good (2005) pode ser, em parte, encontrada em

Ngunga (1997) onde o autor analisou as causativas directas *vs* indirectas em Yao. Para ele, nesta língua, há três alomorfes da extensão causativa: *-y-* (mais produtiva na língua); *-is-y/-es-y-* (menos produtiva na língua); *-aas-y-* (produtiva, mas limitada a raízes verbais que terminam por uma consoante). A distribuição destes alomorfes é condicionada por princípios semânticos e morfológicos. A causativização indirecta é marcada pelo sufixo *-aas-y-* e a directa por: *-y-* e *-is-y/-es-y-*. No entanto, o autor refere que a causativização directa é mais restritiva apesar de ser expressa por meio de dois alomorfes (cf. NGUNGA 1997: 178-183 para mais detalhes).

A última distinção das causativas é entre as causativas lexical ou sintéctica, morfológica e perifrástica ou analítica (COMRIE 1981; PAYNE 1997; CHABATA 2007; MUGARI 2012; SONG 1996). As causativas lexicais são aquelas em que a noção de “causa” está contida no significado lexical do próprio verbo e não é expressa por meio de um afixo adicional (WAWERU 2011; SILVA 2009).

As causativas lexicais assemelham-se às outras causativas nos seguintes termos: (i) apresentam duas fases ou eventos, sendo uma a causada (efeito) e outra (causa) a fase causadora; (ii) a fase causada depende da fase causadora (causa); e (iii) não trazem um verbo causativo **mandar**, **fazer** e **provocar** realizado na sintaxe, mas, ao contrário, esta acepção vem realizada abstratamente sem realização do sufixo causativo (*-es-*). Vejamos os exemplos que se seguem, retirados de Câmara (2014:34), que por sua vez foram adaptados de Waweru (2011):

- 3.a) poto 1-a-book-a.  
5-panela 5-MT-furar-se-VF  
'a panela furou-se.'
- b) Siriza w-a-bool-a poto. (Siriza w-a-cit-a kuti poto li-booke).  
Siriza 2-MT-furar-VF 5-panela Siriza MS-MT-fez-VF que 5-panela 5-furar-se  
'Siriza furou a panela.' '(Siriza fez com que a panela se furasse).'
- 4.a) mwana w-a-pwetekek-a.  
criança 1-MT-aleijar-se-VF  
'a criança está aleijada'
- b) Amojhi w-a-pwetek-a mwana. (Amojhi w-a-cit-a kuti mwana a-pwetekeke).  
Amojhi 1-MT-aleijar-VF 1-criança Amojhi 2-MT-fez-VF que 1-criança 1-aleijar-se  
'Amós aleijou a criança.' '(Amós fez com que a criança se aleijasse).'
- 5.a) nguwo y-a-ng'ambek-a.  
9-capulana 9-MT/MA-rasgar-VF  
'a capulana está rasgada.'

- b) n'kazi w-a-ng'amb-a nguwo. (mwana w-a-cit-a kuti nguwo yi-ng'ambeke)  
 1-mulher 2-MT-rasgar-VF 9-capulana 1-criança 2-MT-fez-VF que 9-capulana 9-rasgar-se  
 'a mulher rasgou a capulana.' '(a criança fez com que a capulana se rasgasse)'

Nos exemplos em (3), a semântica de causativização está codificada nos verbos (-*bool-* (3.a), -*pwetek-* (4.a) e -*ng'amb-* (5.a). Portanto, estes predicados permitem a recuperação da semântica de causativização mesmo sem o morfema causativo ou um predicado com a semântica causativa.

É importante referir que, nas frases acima, a fase causada (efeito) está em (3.a), (4.a) e (5.a) e esta fase está dependente da fase causadora (causa) codificada em (3.b), (4.b) e (5.b).

Contudo, na análise dos mesmos dados, seguindo Cuervo (2015), podemos afirmar que, na construção causativa de (3.b), vemos a relação entre a acção do sujeito (expressa pelo predicado) e a mudança de estado do objecto (tornar-se; estado).

No exemplo (4.b) houve três eventos relacionados: um novo estado do *mwana* como resultado da acção de Amojhi. O verbo -*pwetek-* especifica o estado do SD *mwana* e, apesar de a acção do sujeito SD Amojhi não estar especificada, o seu papel é agentivo. Neste exemplo, temos a relação de dois eventos: o estado do SD objecto e o outro evento ao qual o sujeito SD Amojhi está relacionado é dinâmico e culmina num certo estado do objecto.

Em (5.b), também temos uma construção causativa bi-eventiva em que se relacionam semanticamente dois eventos. A acção do SD *n'kazi* que causa a mudança de estado do SD objecto *nguwo*. O verbo -*ng'amb-* especifica o estado do SD *nguwo* resultante da acção do agente *n'kazi*.

Depois da análise das causativas lexicais em Nyungwe, passamos a seguir a discutir as causativas morfológicas.

Nas construções causativas morfológicas, diferente do que vimos nas lexicais, o evento de causação é obtido por meio de um morfema causativo. São formadas através da afixação do morfema causativo no radical verbal. Esta causativização é muito produtiva em muitas línguas bantu. Vejamos os exemplos que se seguem:

- |      |                               |                     |                  |                          |
|------|-------------------------------|---------------------|------------------|--------------------------|
| 6.a) | n'kazi                        | w-a- bzin-is-a      | kachece.         | kachece k-a-bzin-a.      |
|      | 1-mulher                      | 1-MT-dançar-CAUS-VF | 12-bebé          | 12-bebé 12-MT- dançar-VF |
|      | 'a mulher fez dançar o bebé.' |                     | 'o bebé dançou.' |                          |

- |    |  |   |  |  |
|----|--|---|--|--|
| b) | mamuna<br>1- homem<br>'o homem fez encher a lata.'     | w-a-dzaz-is-a ngolo.<br>1-MT-encher-CAUS-VF | n'golo<br>3-lata<br>'a lata está cheia.' | y-a-dzal-a.<br>3-MT-encher-VF  |
| c) | Kapenu<br>Kapenu<br>'o Kapenu fez dormir as crianças.' | w-a-gon-es-a<br>1-MT-dormir-CAUS-VF         | wana.<br>2-crianças                      | wana wa-gon-a.<br>2-crianças 2-gona-VF<br>'as crianças dormiram.'              |
| d) | baba<br>1-pai<br>'a pai fez escrever a carta.'         | wa-nemb-es-a<br>1-MT-escrever-CAUS-VF       | tsamba.<br>5-carta                       | tsamba 1-a-nemb-iw-a.<br>tsamba 5-MT-escrever-PAS-VF<br>'a carta foi escrita.' |
| e) | iwo<br>eles<br>'eles fizeram caçar o porco.'           | a-da-sodz-es-a<br>1-MT-caçar-CAUS-VF        | nkhumba.<br>9-porco                      | nkhumba y-a-sodz-iw-a.<br>9-porco 9SG-MT-caçar-PAS-VF<br>'o porco foi caçado.' |
| f) | Maliya<br>Maliya<br>'a Maria fez a bicicleta andar.'   | w-a-famb-is-a<br>1-MT- andar-CAUS-VF        | njinga.<br>3-bicicleta                   | njinga y-a-famb-a.<br>njinga 1-MT-andar-VF<br>'a bicicleta andou.'             |
| g) | iye<br>ele<br>'ele fez comer a carne.'                 | w-a-dy-es-a<br>1-MT-comer-CAUS-VF           | nyama.<br>9-carne                        | nyama y-a-dy-iw-a.<br>9-carne 3-MT-comer-PAS-VF<br>'a carne foi comida.'       |

Os exemplos acima sugerem que, da adição da extensão causativa a um verbo não derivado, obtém-se, um novo verbo com a semântica de causar ou fazer alguém fazer alguma coisa.

Para além desta conclusão, com base nestes exemplos, mais três conclusões podem ser igualmente tiradas. Primeira, o morfema causativo pode ocorrer tanto em verbos transitivos (6.b, d, e, g) como em verbos intransitivos (6.a, c, f). A segunda é de que estes morfemas podem ocorrer em radicais de todo o tipo: -C- (6.f); -CVC- (6.a, b, c, d, e) e -CVCVC- (6.g). A terceira e última conclusão está relacionada com o facto de alguns argumentos estarem revestidos de agentividade, isto é, co-participam na acção empreendida pelo causador, no caso vertente, os argumentos *kachece* (6.a) e *wana* (6.c).

Segundo Mugari (2012), o sufixo causativo forma um predicado complexo que resulta numa estrutura de evento complexo. Todos os verbos que aqui mostramos herdaram propriedades dos dois predicados do qual se formou. Deve ser por isso que Cuervo (2015) defende que as construções causativas devem ter uma análise mais configuracional. Igualmente, a ocorrência de um morfema causativo no radical acrescenta o número de participantes necessários na frase, ou seja, a estrutura argumental do verbo não-causal altera através da adição

de um novo argumento que assume a função gramatical de causador e também de sujeito da frase. Deste modo, o agente da frase não-causativizada, isto é, o sujeito, torna-se objecto na frase causativizada. Voltemos aos exemplos acima:

- 7.a) kachece            k-a-bzin-a.  
 12-bebé            12-MT- dançar-VF  
 ‘o bebé dançou.’
- b) n’kazi            w-a- bzin-is-a            kachece.  
 1-mulher            1-MT-dançar-CAUS-VF            12-bebé  
 ‘a mulher fez dançar o bebé.’

A diferença entre (7.a) e (b) no predicado das duas construções reside no facto de em (b) o predicado ser formado pela raiz e o sufixo causativo. Por isso, é complexo e, como consequência, o evento verbal também é complexo (fazer alguém (*kacheche* ‘bebé’) realizar uma acção *kubzina* ‘dançar’).

Igualmente, outra diferença entre a frase (7.a) e (b) está nos argumentos selecionado por cada verbo. No primeiro é apenas o sujeito/agente *kacheche* ‘bebé’, mas no segundo o sujeito/agente mudou para *n’kazi* ‘mulher’ e ocorre antes do verbo e o SN que antes era sujeito *kacheche* ‘bebé’ passou para a posição de objecto, ocorrendo depois do verbo.

O terceiro e último tipo de construções causativas compreende as causativas analíticas ou perifrásticas, aquelas em que a causativização é expressa por meio de um verbo causal separado.

Nelas, há predicados separados que expressam causa e efeito. Por conseguinte, em construções deste tipo, a causalidade é expressa através do uso de dois predicados, onde um é um verbo causativo que codifica o evento da causação e outro é um verbo lexical que codifica o evento causado (WAWERU 2011; CÒ 2012; SILVA 2009), como se ilustra nos exemplos abaixo:

- |      | <b>evento</b>                         |                | <b>efeito do evento</b> |                              |
|------|---------------------------------------|----------------|-------------------------|------------------------------|
| 8.a) | baba                                  | w-a-cit-a      | kuti mayi               | a-bzine.                     |
|      | 1-pai                                 | 1-MT-fazer- VF | que                     | 1-mamã 1-dance               |
|      | ‘o papá fez com que a mamã dançasse.’ |                |                         |                              |
| b)   | alumbwana                             | w-a-cit-a      | kuti                    | ntsikana            alime.   |
|      | 2-rapazes                             | 2-MT-fazer- VF | que                     | 1-menina            1-capine |

‘os rapazes fizeram com que a menina capinasse.’

	<b>evento</b>		<b>efeito do evento</b>		
c)	Tereza	w-a-cit-a	kuti	mwana	apse.
	Teresa	1-MT-fazer- VF	que	1- criança	1-queimasse
	‘a Teresa fez com que a criança queimasse.’				

Nos exemplos em (8), as estruturas causativas envolvem duas fases: a fase causadora, sintacticamente expressa pelo verbo *-cit-* ‘fazer’ (8.a-c), e a fase causada, codificada nos verbos *-bzin-* ‘dançar’ (8.b), *-lim-* ‘cultivar’ (8.b) e *-ps-* ‘queimar’ em (8.c). Assim, nestes exemplos, os dois verbos vêm realizados separadamente, de modo a expressar a *causa* e o *efeito*. Deste modo, o evento da causação está contido no primeiro predicado enquanto o evento causado está codificado no segundo predicado. Daí a designação de causativas analíticas ou perifrásticas para estas construções.

Chegados aqui, podemos, em síntese, afirmar que as construções causativas estabelecem a relação entre dois eventos. São, portanto, construções bi-eventivas. O Nyungwe usa as três estratégias de causativização, sendo as mais produtivas as causativas morfológicas e as perifrásticas ou analíticas.

### 5.1.1.1 Causativa Directa vs Indirecta em Nyungwe

De acordo com Comrie (1985), citado por Chabata (2007), quando há um evento causal que envolve um causador (pessoa, coisa ou força) e uma situação causada, o parâmetro semântico do grau de aproximação entre a causa e a situação resultante torna-se importante. É esta aproximação que distingue a causativização directa da indirecta.

Para Whaley (1997), a causação directa descreve situações em que as acções do causador (*causer*) têm impacto imediato sobre as acções do causado (*causee*). Nela, o causador diz ou faz algo directamente para o causado. Portanto, o causador e o efeito estão muito próximos. Diferente do que acontece na causativização directa, na indirecta a causação é mais distante. A relação entre a causa e o efeito é distante.

Igualmente, Haiman (1983), citado por Whaley (1997), defende que quando a língua utiliza mais do que uma estratégia para a formação das construções causativas, as “menores” são usadas para expressar causativas mais directas e “maiores” são usadas em causativas menos directas.

O controle do causador sobre a acção também pode ser diferenciado pelos diferentes tipos de causativa. Voltemos aos exemplos em Nyungwe acima apresentados:

- 9.a) poto 1-a-book-a.  
 panela 5-MT-furar-se-VF  
 ‘a panela furou.’
- b) Siriza w-a-bool-a poto.  
 Siriza 2-MT-furar-VF 5-panela  
 ‘Siriza furou a panela.’

Como vimos, esta é uma causativa lexical. Esta causativa é directa, pois, o causador (Siriza) tem mais controle sobre a acção. Deste modo, estamos perante uma situação em que o *causee* tem [+Controlo] sobre a acção verbal.

Um outro exemplo que importa trazer para diferenciar a causativa directa da indirecta em Nyungwe é a analítica. Vejamos mais um exemplo retirado dos exemplos acima:

- 10.a) baba w-a-cit-a kuti mayi a-bzine.  
 1-pai 1-MT-fazer- VF que 1-mamã 1-dance  
 ‘o papá fez que a mamã dançasse.’

Neste exemplo estamos perante uma causativa analítica. Nele podemos facilmente perceber que por ser uma causativa “maior” (mais material lexical para construí-la), o *causee* tem [-Controle] sobre o evento causado. Neste caso, *mayi* ‘mãe’ pode até não realizar a acção. Portanto, tal como vimos em relação ao trabalho de Goertz (s/d), acima citado, o Nyungwe marca a causativa indirecta através de construções causativas analíticas.

Na classificação do tipo de causativas propostas por Haiman (1983), a causativa morfológica está entre estas duas (directa e indirecta) e parece sugerir que ela tem traços da causação directa e da indirecta. Em Navajo (cf. GOERTZ (s/d)) esta causativa é directa.

A causativa morfológica em Nyungwe pode ser enquadrada na análise desenvolvida por Chabata (2007). De acordo com o autor, as causativas morfológicas em Nambya e por extensão noutras línguas bantu podem expressar contrastes semânticos. Vejamos o exemplo abaixo:

- 11.a) n’kazi w-a- gw-es-a mwana.  
 1-mulher 1-MT-dançar-CAUS-VF 1-criança  
 ‘a mulher fez cair a criança.’



Esta causativa tem duas interpretações:

- a) A mulher fez cair a criança sendo ela própria a fazê-lo (estava nos seus braços, por exemplo).
- b) A mulher através de um obstáculo que terá (não colocado intencionalmente) fez cair a criança.

Numa situação como a de a) estaremos numa causativa directa, pois, o *causee* (a mulher) exerce uma acção directa sobre a criança, o causado, o bebé.

Na interpretação b) estamos perante uma situação em que não há uma acção directa e intencional da mulher sobre o bebé. Estamos perante uma situação em que o *causee* tem [ $\pm$ Controlo]. Agora podemos perceber por que é que Haiman (1983) colocou a causativa morfológica entre as causativas directa e indirecta. Provavelmente deixava espaço para situações em que se tem estas duas interpretações.

Em jeito de conclusão podemos afirmar que Haiman (1983) defende que o controle do causador sobre a acção é diferenciado através das construções causativas adoptadas. Quanto menos material morfológico ou sintáctico na construção, o causador terá [+Controlo], a causativa morfológica e quanto mais material morfológico ou sintáctico este terá menos [-Controle], a causativa analítica. A esta diferenciação o autor chamou de Pirâmide de Iconicidade.

#### 5.1.1.1.1 A Extensão Causativa em Nyungwe à luz do PM

Na sub-secção anterior vimos que em Nyungwe faz-se a distinção de três tipos de causativas: (a) lexicais, a causativização directa; (b) as morfológicas (podem ser directas e indirectas) e (c) analíticas ou perifrásticas (indirectas). O nosso interesse está nas causativas morfológicas, marcadas, como vimos, pelos sufixos **-is-/-es-** tanto em verbos transitivos como em verbos intransitivos. A variação da vogal da extensão é determinada pela regra de harmonia vocálica (cf. NGUNGA 2004).

A seguir são apresentados dados sobre a ocorrência destes sufixos em diferentes verbos.

#### Verbos Intransitivos

##### Inergativos

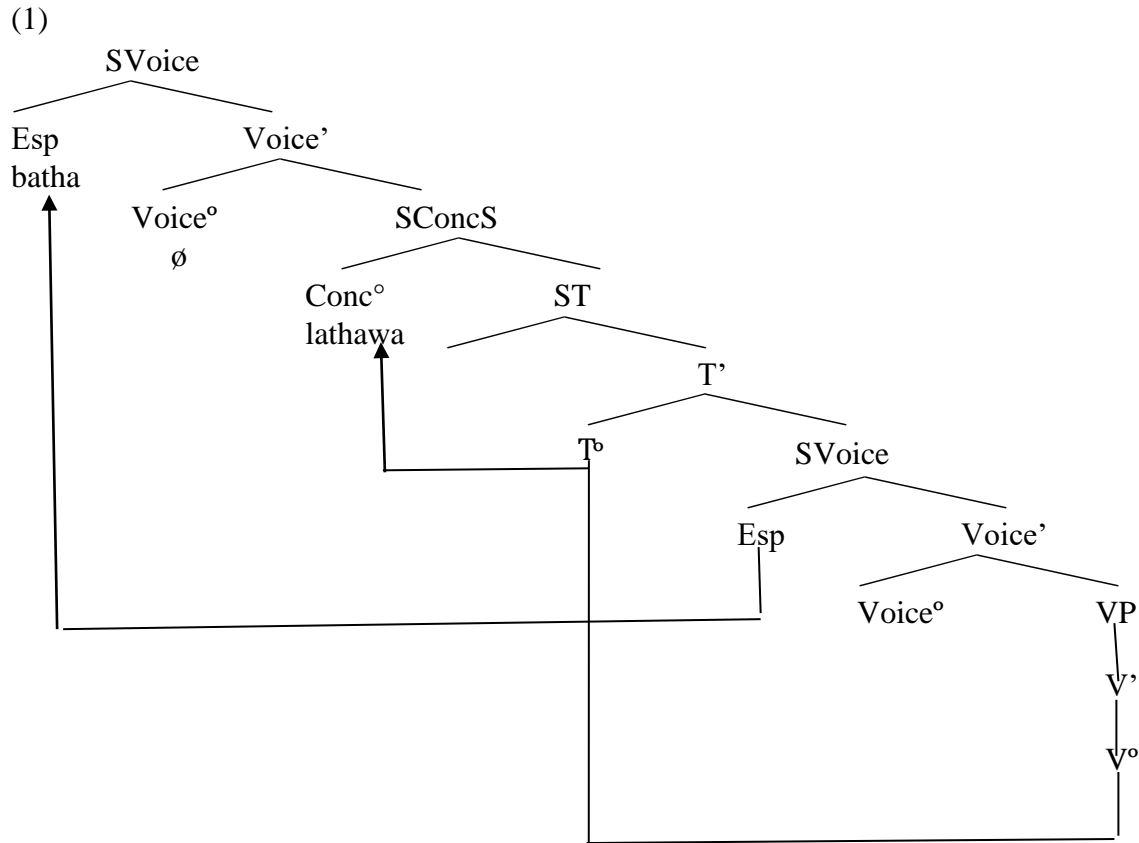
- 12.a) dzulo, mwana            w-a-pfekul-a.  
ontem 1-criança            1-MT-pentear-VF

- ‘ontem, a criança penteou.’
- b) dzulo, mayi w-a-pfekul-is-a mwana.  
ontem 1-mãe 1-MT-pentear-Caus-VF 1-criança  
‘ontem, a mãe fez a criança pentear.’
- 13.a) batha l-a-thaw-a.  
5-pato 5-MT-fugir-VF  
‘o pato fugiu.’
- b) congwe a-thaw-is-a batha.  
9-galo 1-MT-fugir-CAUS-VF 5-pato  
‘o galo fez o pato fugir.’

Nos exemplos acima, apresentamos construções causativas em Nyungwe. No entanto, em (12.a) e (13.a) apresentamos frases simples, ou seja, aquelas em cujo verbo não se afixou o morfema causativo. Estes exemplos mostram que estamos perante um verbo inergativo, aquele que selecciona um argumento externo com o papel de agente.

Em (12.b) e (13.b) estamos perante frases cujos verbos são derivados através da extensão causativa cuja afixação alterou a estrutura argumental das frases (12.a) e (13.a) introduzindo um argumento extra com o papel semântico de agente causador. Assim, nestas frases temos uma causativização directa com dois argumentos centrais: o causador, *mayi* ‘mãe’ e *congwe* ‘galo’ e o causado *mwana* ‘criança’ e *batha* ‘pato’, (12.b) e (13.b), respectivamente.

A estrutura argumental de (12.a) e (13.a) é:

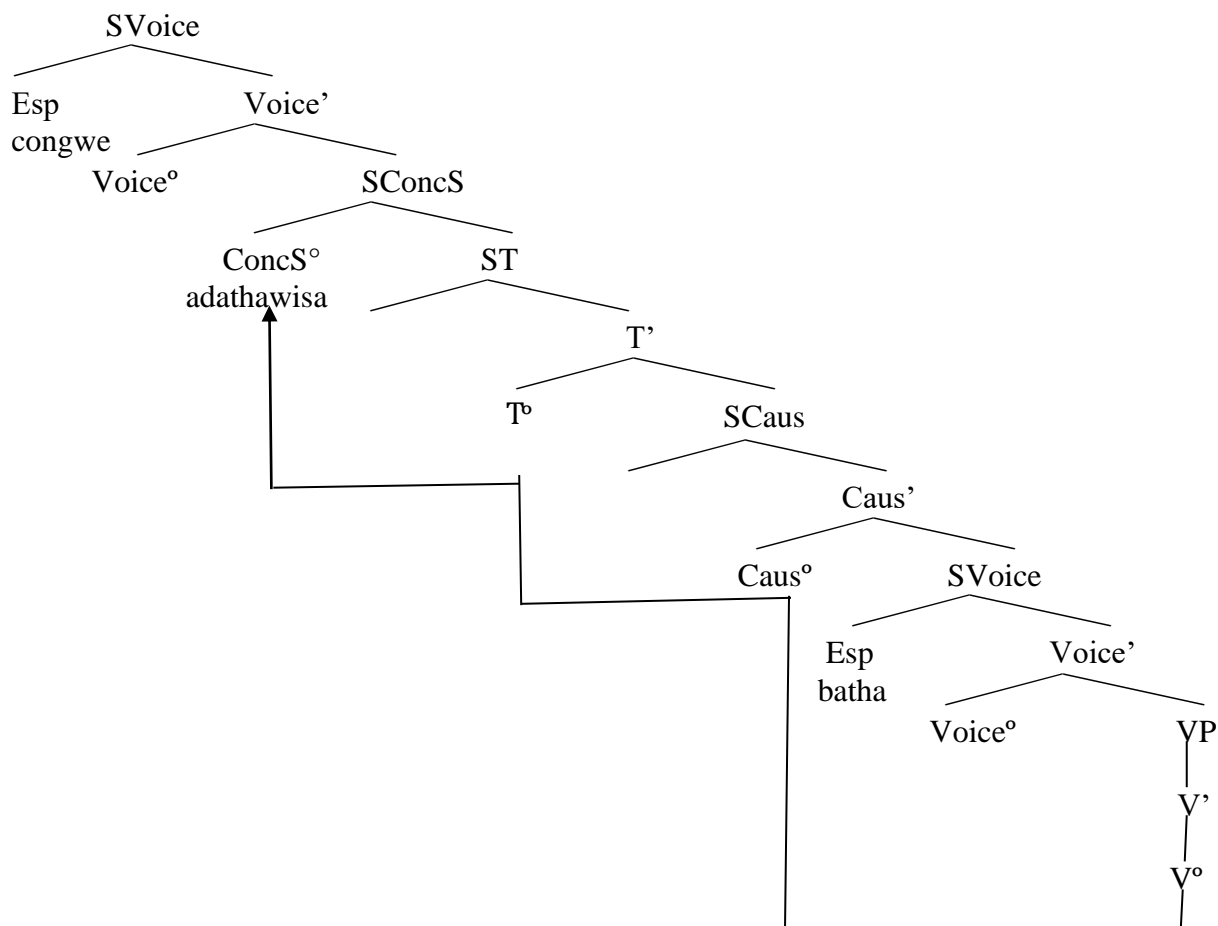


Na estrutura arbórea acima, está representada a estrutura argumental de um verbo inergativo, gerado num nível mais baixo, que se move para o ST para a verificação de traço de tempo.

A seguir, ocorre um outro movimento para o SConc. para a verificação do traço de concordância com o sujeito. O SN foi gerado no [Esp/SV]. Mas para cumprir o Princípio de Projeção Estendida (PPE) e atribuição de caso, este move-se para o lugar de especificador do SConcS. Portanto, o PPE força o movimento do SN *batha* ‘pato’ para a verificação de caso nominativo que não seria verificado de nenhuma outra forma. O movimento foi o último recurso para que a derivação convergisse. O SN agente sempre recebe caso nominativo atribuído pela flexão [+Tempo, +Concordância].

Vejamos, a seguir, a estrutura arbórea da causativa do verbo inergativo que acima vimos, o exemplo (13.b):

(2)



A estrutura arbórea acima ilustra o carácter bi-eventivo das construções causativas. Nela, podemos ver que o SN *batha*, antes agente da construção não derivada, passou a objecto da frase causativizada. Portanto, *batha* ‘pato’ é agente do evento e *congwe* ‘galo’ o agente do predicado de causa. Pelo que, temos dois SVs: lexical e o causativo.

Teoricamente, vemos que o SN *batha* ‘pato’ move-se do lugar onde é gerado [Esp/SV] para o [Esp/Sv] com vista a verificar o traço causativo. Passando a ser o objecto do predicado de causa. Depois, a derivação é enviada para o *Spell-out*.

O verbo lexical também move-se para o núcleo [Sv-Caus°] para a verificação do traço causativo. Depois, move-se desta posição para o núcleo do ST para a verificação do traço de tempo, mas, porque mesmo assim a derivação não convergiria, houve a necessidade da projecção do SConcS para que o verbo, através do movimento, passasse a ocupar a sua posição no núcleo [SconcS-ConcS°] para a rectificação da inadequação formal que não seria rectificada de outra

forma. Em seguida, a derivação vai ao *Spell-out*, o ponto no qual o resultado da derivação é alimentado para a FL e FF.

Até agora, o centro da discussão era o SN *batha* ‘pato’ e o verbo *athawisa* ‘fez fugir’, mas falta explicar a derivação do agente causador *congwe* ‘galo’. Este SN, seguindo o essencial de Kratzer (1996), é projectado pelo Svoice, um sintagma proposto para o licenciamento do argumento externo. De acordo com a autora, o Svoice relaciona o argumento externo e o evento descrito pelo verbo e, por isso, não é introduzido pelo verbo. Igualmente, a projecção do Svoice não visa apenas relacionar o SN e o verbo, mas também cumprir o PPE e atribuição do caso nominativo.

Vejamos a seguir exemplos de causativização de verbos inacusativos:

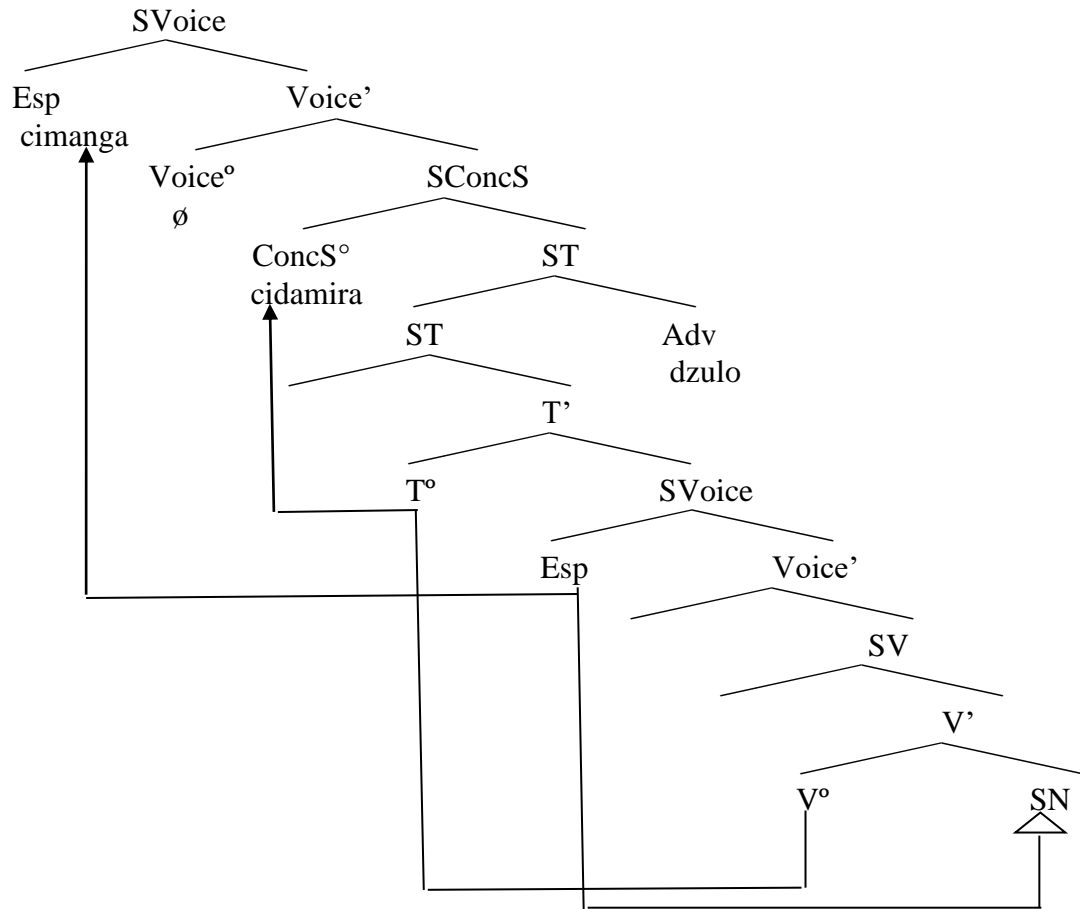
- 14.a) ci-manga      ci-da-mir-a      dzulo.  
 7-milho      7-MT-germinar-VF      ontem  
 ‘o milho germinou antes de ontem.’
- b) mbvura      yi-da-mir-is-a      ci-manga      dzulo.  
 9-chuva      7-MT-germinar-Caus-VF      7-milho      ontem  
 ‘a chuva fez germinar o milho antes de ontem.’
- 15.a) livu      l-a-gak-a.  
 5-livro 5      -MT-arder-VF  
 ‘o livro ardeu.’
- b) alumbwana      w-a-gak-is-a      livu.  
 2-rapazes      2-MT-arder-Caus-VF      5-livro  
 ‘os rapazes fizeram arder o livro.’

Com os exemplos acima, pretende-se representar a causativização de verbos inacusativos em Nyungwe. Podemos ver que partimos dos exemplos (14.a) e (15.a), frases com verbos não derivados, com apenas um argumento que, como veremos, é gerado, pela natureza do verbo, como complemento do SV lexical.

Contrariamente aos exemplos (14.a) e (15.a), em (14.b) e (15.b) estamos perante verbos derivados através da afixação do morfema causativo. Como consequência, a estrutura argumental dos verbos alterou. O novo verbo passou a seleccionar um argumento com o papel temático de agente causador.

Vejamos a seguir a ilustração do que dissemos em relação às frases (14.a) e (15.a) numa estrutura arbórea:

(3)



A estrutura arbórea acima representa a estrutura argumental de um verbo inacusativo não derivado onde o verbo é gerado num nível mais baixo, mas, porque há traços por verificar, ocorre um movimento para o núcleo do ST para a verificação de traço de tempo. Depois de receber o traço de tempo, ocorre um outro movimento para o núcleo [Esp/SConcS'] para a verificação do traço de concordância com o sujeito. Posteriormente, a derivação é enviada para o *spell-out* e para as interfaces FL para a interpretação semântica e PF para a pronúncia.

Por se tratar de um verbo inacusativo, sem agente, o SN objecto directo move-se para [Esp/SConcS] a fim de satisfazer os princípios: PPE, caso e concordância. Deste modo, do núcleo onde foi gerado, complemento do SV, o SN *cimanga* 'milho' move-se para para a verificação do traço de concordância cujo atrator é o verbo. Refira-se que este movimento não é apenas para a verificação do traço de concordância, mas é também para a verificação do caso

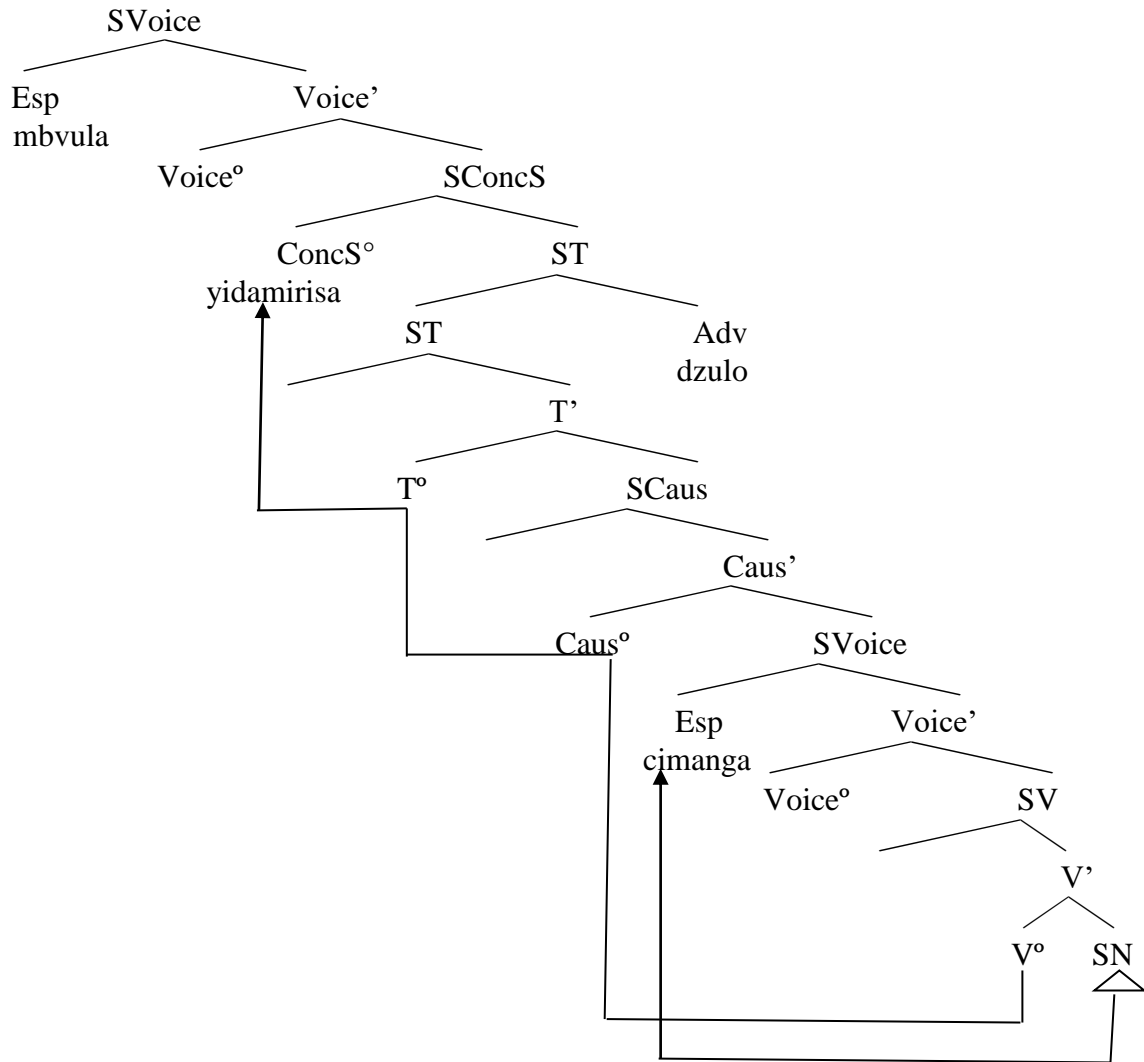
nominativo e cumprir o PPE. Portanto, os movimentos do verbo e do SN só ocorreram como último recurso para que a derivação convergisse.

Importa, igualmente, referir que o movimento tanto do verbo como do SN só ocorreu para a satisfação de traços que não seriam verificados de nenhuma outra forma. Além disso, para se observar a ideia de economia defendida pelo PM, os vestígios dos itens movidos são apagados para efeito de linearização, pois são os núcleos que participam em mais relações de verificação de traços formais.

Na estrutura arbórea é também visível a projecção de uma outra categoria, o Sadv, mostrando que o advérbio tem escopo sobre o tempo justificando, assim, a sua projecção que ocorre em adjunção ao ST.

A seguir, apresentamos a estrutura arbórea da causativização do mesmo verbo, a frase do exemplo (14.b):

(4)



A estrutura arbórea acima ilustra, mais uma vez, o carácter bi-eventivo das construções causativas. Nela temos um verbo inacusativo causativizado. Esta operação levou a que o verbo passasse a seleccionar um SN com o papel temático de agente que na construção não causativizada não ocorria. O agente (*mbvula* ‘chuva’) seleccionado pelo verbo causativo é introduzido através do [Esp/SVoice] satisfazendo, deste modo, o PPE, os traços de concordância com o verbo derivado de caso atribuídos pelo verbo. Depois de todos os traços verificadas a derivação é enviada para o *spell-out*.

A necessidade de verificação de traços não leva apenas ao movimento do SN antes sujeito, mas também do verbo lexical. Na árvore, vemos que este move-se da posição onde foi



gerado [V°/SV] para [v°/Sv] para a verificação do traço causativo. Depois de verificado, o verbo derivado move-se para ST para a verificação de traço de tempo. Depois de receber o traço de tempo, e porque mesmo assim a derivação não converge, o verbo, já com a marca de tempo afixada, move-se mais uma vez para [ConcS°/SConcS'] para a verificação do traço de concordância com o sujeito. Em seguida, a derivação é enviada para o *spell-out*.

Como se pode perceber facilmente, estes movimentos ocorreram porque o verbo lexical tinha que entrar numa relação de verificação de traços com núcleos funcionais para que a derivação convergisse.

Antes agente da frase não derivada, com a causativização do verbo, o SN passou a complemento directo. Moveu-se do lugar onde foi gerado, complemento do SV, para o lugar de especificador do Sv para a verificação do traço causativo. Depois da verificação deste traço, a derivação é enviada para o *spell-out*.

O Adv *dzulo* 'ontem', tal como vimos na árvore anterior, continua adjunto na construção causativizada, isto é, não é directamente seleccionado pelo verbo derivado e, por isso, podia não ocorrer na frase. Ele é projectado em adjunção ao ST.

Vejamos os verbos intransitivos meteorológicos que se seguem:

16.a) ku-ndza-bvumb-a.

expl-MT/A-chover-VF

'choverá.'

b) mulungu a-ndza-bvumb-is-a.

1-Deus 1-MT-chover-Caus-VF

'Deus fará chover.'

17.a) kw-a-yetim-a.

expl-MT-relampejar-VF

'relampejou.'

b) mbvula yi-ndza-yetim-is-a (kudzulu).

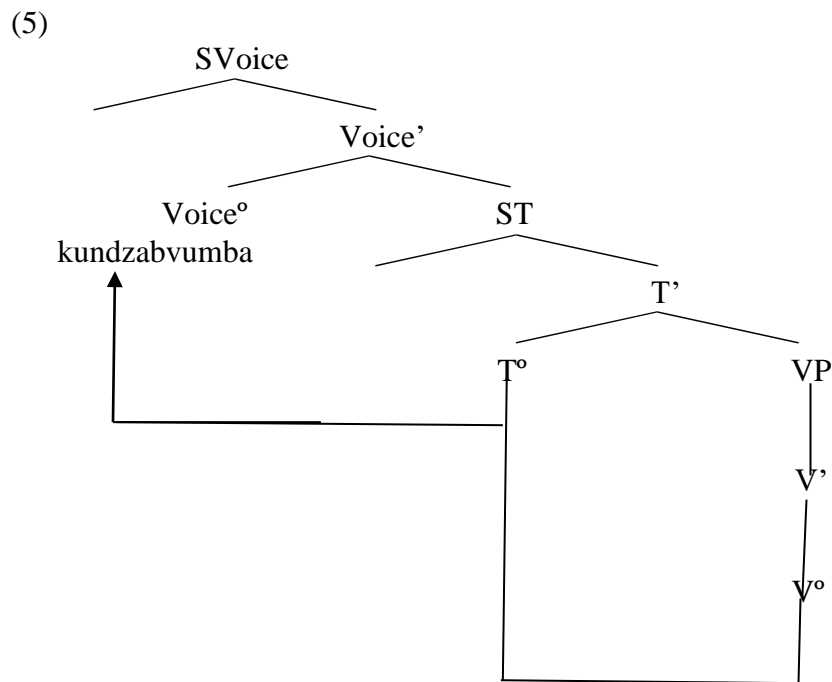
chuva 9-MT-relampejar-Caus-VF o céu

'a chuva fará (o céu) relampejar.'

Nos exemplos acima, apresentamos verbos intransitivos meteorológicos. Estes verbos não têm argumentos. No entanto, como se pode perceber a partir dos exemplos (16.b) e (17.b), ao acrescentar-se o morfema causativo, estes passam a seleccionar um argumento externo com o papel temático de agente causador da acção descrita pelo verbo.

Importa referir que em (16.b), para alguns falantes, a inclusão do morfema causativo no verbo leva a que o verbo derivado passe a seleccionar dois argumentos, um interno *kudzulu* ('o céu') com o papel de agente afectado pelo evento do verbo e um externo *mbvula* ('chuva') que seria o agente causador da frase causativa. Contudo, para os dois grupos de falantes, a inclusão do argumento externo apenas seria suficiente. Decidimos incluir as duas formas porque o acréscimo do argumento interno não torna a frase agramatical para nenhum falante entrevistado.

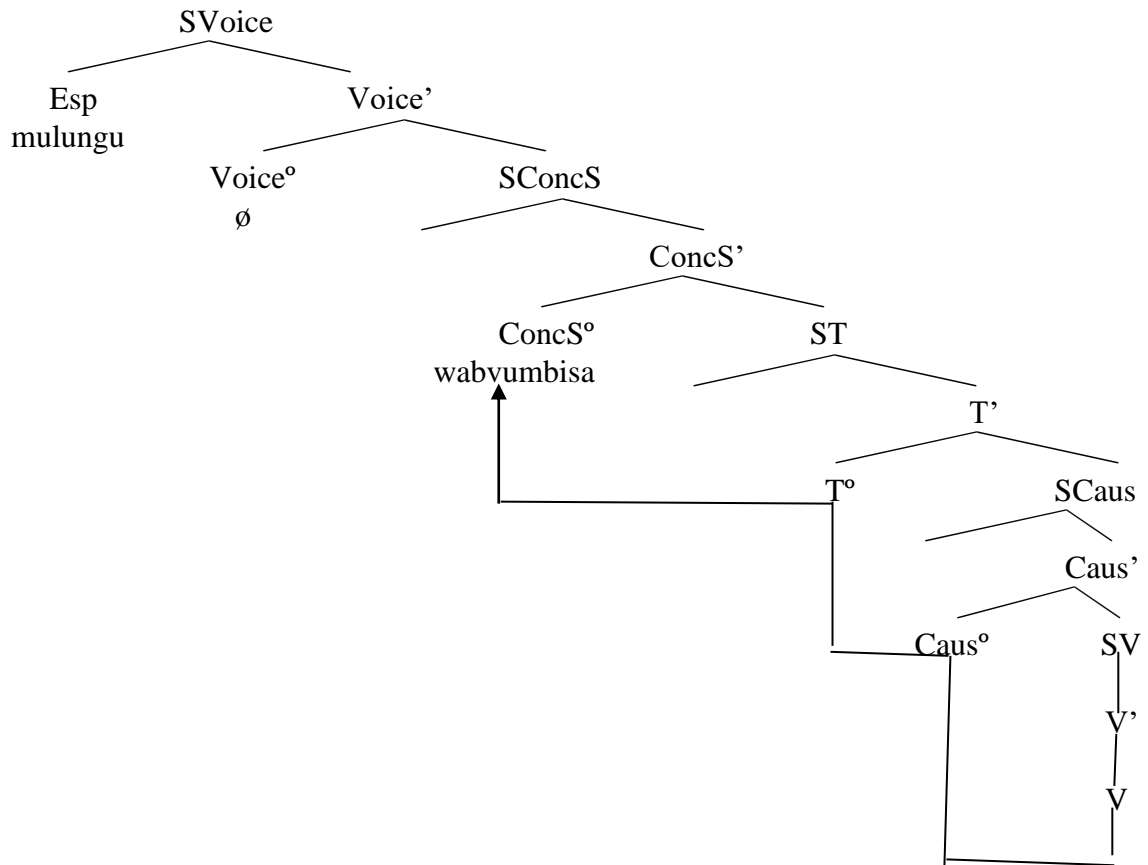
A seguir apresentamos a estrutura arbórea de (16.a):



Na estrutura arbórea acima, derivamos a flexão do verbo *kubvumba* ('chover'), um verbo intransitivo por excelência. Este verbo, diferente dos inergativos e inacusativos, não selecciona nenhum argumento. No entanto, à luz do PM, a derivação só converge depois da verificação de traços. Por isso, ocorre em movimento do núcleo  $V^\circ$  onde é gerado para o núcleo  $T^\circ$  para que a verificação do traço tempo ocorra. No entanto, mesmo assim ela não converge e, por causa disso, não pode ir ao *spell-out*. Para verificar esta inadequação formal o verbo é novamente movido para o núcleo  $Voice^\circ$  para a verificação do traço de concordância com o sujeito.

O exemplo que abaixo apresentamos ilustra a causativização do mesmo verbo meteriológico, exemplo (16.b):

(6)



Na árvore acima representamos a causativização de um verbo intransitivo metereológico. Nela, vemos que uma vez causativizado, este verbo passou a seleccionar um argumento externo com o papel temático de causador da acção do verbo.

Vemos igualmente que, na derivação, ocorreram três movimentos do verbo: o primeiro é do núcleo verbal para o núcleo causativo para a verificação do traço causativo. A seguir, ocorreu um outro movimento para o núcleo T para a verificação do traço de concordância com o sujeito introduzido pelo SVoice. Tal como temos vindo a referir, SVoice é responsável pela introdução do argumento externo, na proposta de Kratzer (1996).

Veja-se os exemplos abaixo.

- 18.a) mwana a-da-bis-a bzakudya.  
 1-criança 1-MT-esconder-VF comida  
 ‘a criança escondeu comida.’
- b) akazi a-da-bis-is-a mwana bzakudya.  
 2-mulher 2-MT-esconder-Caus-VF 1-criança comida  
 ‘as mulheres fizeram a criança esconder a comida.’
- 19.a) ntsikana a-ni-pas-a karu baba.  
 1-menina 1-MT-dar-VF carro papá  
 ‘a menina dará um carro ao pai.’
- b) \*mayi a-ni-pas-is-a ntsikana karu baba.  
 1-mãe 1-MT-dar-Caus-VF 1-menina carro papá
- c) mayi a-ni-cit-a kuti ntsikana a-pase karu baba.  
 1-mãe 1-MT-fazer-VF que 1-menina 1-dar- carro 1-papá  
 ‘a mãe fará que a menina dê o carro ao papá.’
- d) mayi a-ni-pas-is-a karu baba.  
 1-mãe 1-MT-fazer-VF carro 1-papá  
 ‘a mãe fará alguém dar o carro ao papá.’

Em (18.a), apresentamos um exemplo em que o verbo é transitivo directo - a acção do verbo transitou directamente do sujeito para o objecto sem necessidade de uma palavra intermediária ([www.Ipeu.com.br/q/md6a1](http://www.Ipeu.com.br/q/md6a1), acessado a 06/10/2016). Ele selecciona dois argumentos um externo e um interno e ambos SNs. No nosso exemplo, os dois SNs são: sujeito *mwana* ‘criança’ e objecto *bzakudya* ‘comida’. Ao ser causativizado, este verbo passa a seleccionar três argumentos: um externo *akazi* ‘mulheres’ e dois internos *mwana* ‘criança’ e *bzakudya* ‘comida’. Nesta frase, *mwana* ‘criança’ passa a agente causado, objecto e *bzakudya* ‘comida’ a tema.

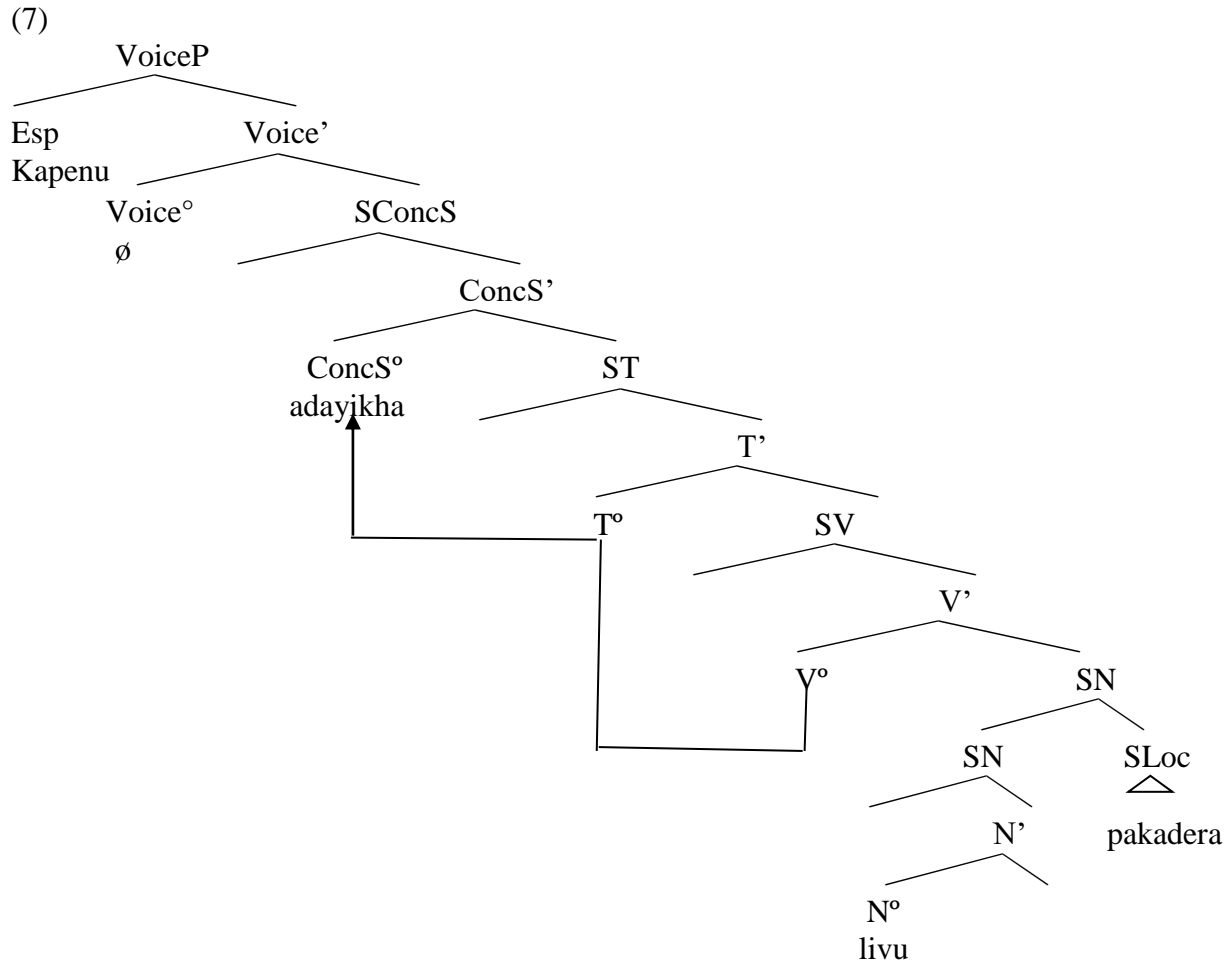
Em (19.a) o verbo também é di-transitivo directo, selecciona três argumentos: um externo (SN) e dois internos: um SN e um SP. No entanto, como se vê, em Nyungwe, os argumentos internos seleccionados pelo verbo *kupasa* ‘dar’ são dois SNs (*karu* ‘carro’ e *baba* ‘papá’).

Em (19.b), quando causativizado, o verbo passa a seleccionar um novo argumento externo com o papel temático de agente causador, mas, este, ao ser acrescentado na frase, não permite que o agente causado também ocorra. Isto é, não pode ocorrer um terceiro argumento interno, nem como adjunto. Portanto, os falantes não a reconhecem como gramatical. Para que a derivação convirja, os falantes optam por uma construção causativa perifrástica (19.c) ou por uma construção como a de (19.d) em que se omite o agente causado embora continue presente para a interpretação na FL. A seguir apresentamos um outro verbo di-transitivo:

- 20.a) Kapenu a-da-yikh-a livu pa-kadera.  
 Kapenu 1-MT-pôr-VF livro 16-cadeira  
 ‘Kapenu pôs livro na cadeira.’
- b) Fungulani a-da-yikh-is-a Kapenu livu pa-kadera.  
 Fungulani 1-MT-pôr-Caus-VF Kapenu livro 16-cadeira  
 ‘Fungulani fez o Kapenu pôr livro na cadeira.’
- c) Fungulani a-da-yikh-is-a livu pa-kadera.  
 Fungulani 1-MT-pôr-Caus-VF livro 16-cadeira  
 ‘Fungulani fez alguém pôr livro na cadeira.’

À semelhança do que vimos no exemplo (20.a) o verbo *kuyikha* ‘pôr’ também seleciona, para além do argumento externo, dois argumentos internos, um SN *livu* ‘livro’ e um Sintagma Locativo *pa-kadera* ‘na cadeira’, identificável pelo prefixo locativo da classe 16. No entanto, é importante referir que, segundo Waweru (2011), os objectos locativos não são considerados argumentos, pois, todos os verbos podem seleccioná-los. Portanto, os verbos ditransitivos são poucos sendo *kupasa* ‘dar’ um deles. Contudo, no presente trabalho, consideramos o sintagma locativo como um dos argumentos, pois, parece que em Nyungwe, ou seja, neste verbo em particular, ele parece obrigatório.

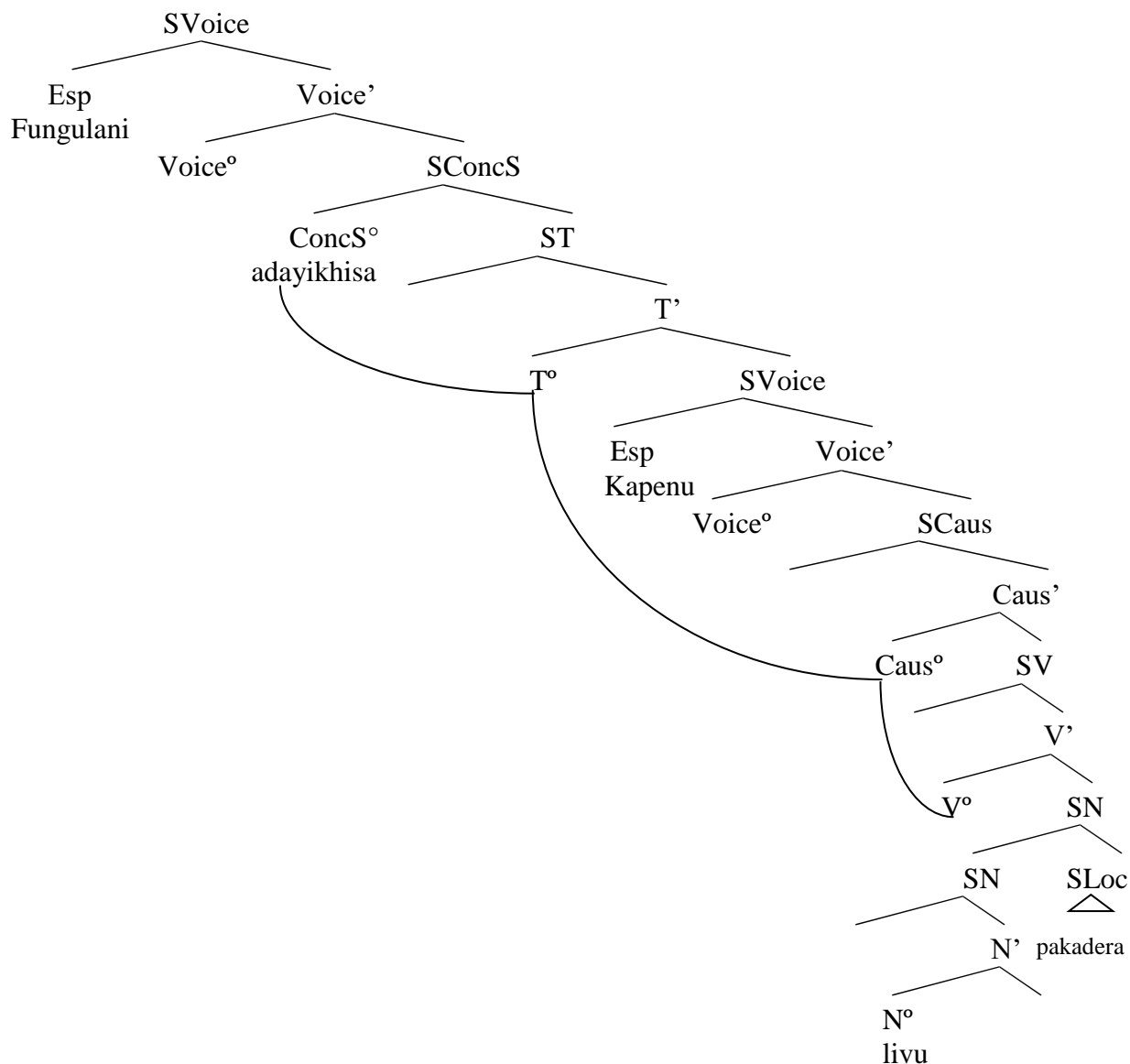
É igualmente importante referir que, diferente do que vimos em (18.b), quando causativizado o verbo, tanto o novo argumento externo como o agente causado podem estar foneticamente realizados sem que isso signifique agramaticalidade da construção causativizada. É possível que uma parte da explicação esteja relacionada com a natureza dos argumentos internos. No entanto, os falantes reconhecem como gramatical a construção causativa em (20.c), tal como a (19.d). Vejamos a seguir as projecções de (20.b) e (20.c), que são semelhantes a (19.d). Para a projecção da causativa analítica em Nyungwe veja da Câmara (2015).



Na estrutura arbórea acima, vemos o mapeamento sintáctico dos argumentos do verbo *kuyikha* ('pôr'). Como se pode ver, o argumento externo é gerado no [Esp/SVoice] e daqui é enviado para o *spell-out*. O verbo por sua vez, moveu-se de [V°/SV] para [T°/ST] para se juntar ao morfema de tempo e deste núcleo moveu-se para [ConcS°/SConcS] para que o traço de concordância com o sujeito fosse verificado. Igualmente, vemos que o verbo selecciona um argumento interno, um SN cujo núcleo é o N *livu* ('livro') e mais um Adjunto, o SLoc que ocorre em adjunção ao SN *livu* ('livro').

Olhemos a derivação de (20.b) que se segue:

(8)



Na árvore acima, representamos a estrutura arbórea de um verbo com três argumentos internos e um externo, introduzido pelo núcleo Voice.

Um olhar atento a esta representação permite dizer que estes argumentos estão sintacticamente mapeados de acordo com a hierarquia temática canónica: agente/causador > agente afectado/causado > beneficiário (não presente) > tema e locativo. O SN *Kapenu* antes agente na construção não causativa, passou a objecto da oração derivada (agente afectado). Na

árvore, também é visível o movimento do verbo lexical para verificar o traço causativo em [vº/Caus] e deste núcleo para o núcleo Tº para que o morfema de tempo seja afixado. Em seguida, ocorre um outro movimento para o SConcS para a verificação do traço de concordância com o sujeito. Depois, a derivação é enviada para o *spell-out* e de lá para as interfaces.

Depois de nesta sub-secção termos tratado da extensão causativa, na sub-secção que se segue iremos analisar a extensão applicativa.

### 5.1.2 Extensão applicativa

Waweru (2011), citando Carochi (1983), afirma que o termo “applicativo” surgiu no século XVII, quando missionários que descreviam a gramática das línguas Uto-Asteca (*Uto-Aztecan*) designaram como “verbos aplicados” as formas verbais que indicavam que a acção do verbo se realiza em benefício de uma outra pessoa. A partir daí, em estudos posteriores (MARANTZ 1993), por exemplo, o termo applicativo passou a ser usado para designar uma flexão verbal especial que acrescenta um objeto extra à estrutura argumental do verbo.

Na literatura bantu, o termo *aplicado* passou a referir-se a construções em que a presença de um morfema aplicado no verbo está directamente correlacionada com o acréscimo de um argumento extra, um objecto *afectado* ou *beneficiado*, na frase (GUTHRIE 1967; HOFFMAN 1991; MAVIMBELA 1995; PAYNE 1997; SHIBATANI 1996; CHABATA 2007). Uma definição mais completa, mas ao mesmo tempo simples, pode ser encontrada em Jeong (2006) para quem a applicativização é geralmente entendida como uma construção em que um verbo tem um morfema específico que licencia um argumento oblíquo que não seria argumento do verbo não derivado. Esta é a definição que adoptamos para o presente trabalho, pelos motivos anteriormente referidos.

Jeong (2006) refere igualmente que, em muitas línguas bantu, a marca do morfema applicativo é: -i-/ir. No entanto, segundo Kimenyi (1980), em Kinyarwanda, uma língua bantu (Código D61, na classificação de Guthrie 1967-71) falada em Ruanda, Sul de Uganda e Leste da República Democrática do Congo, existe muitas marcas applicativas dependendo do papel temático do objecto aplicado. Portanto, apesar de os morfemas -i-/ir- serem, em muitas línguas, marcas do applicativo, pode acontecer que em algumas línguas, como é o caso de Kinyarwada, existam mais morfemas.



A extensão applicativa, também conhecida por dativa \*-il- transitiva nos verbos em que ocorre. Os verbos applicativos podem ser derivados de qualquer outro verbo. O objecto dos verbos dativos preenche os papéis semânticos de (i) beneficiário, (ii) lugar e, por extensão, tempo, causa e razão e (iii) instrumento. Destes papéis, o beneficiário parece ser trans-linguisticamente o mais proeminente (SIMANGO 2012, MARTEN e KULA 2014). Contudo, quando o verbo base é transitivo, este morfema super-transitiviza-o e, como consequência, o objeto do verbo não derivado perde as suas propriedades de objecto na construção dativa. Mas, se o verbo base for intransitivo, o morfema applicativo torna-o transitivo (SCHADEBERG 2003; GOOD 2005; SIMANGO 1998).

Um outro estudo que descreve os papéis temáticos do objecto aplicado foi realizado por Ngonyani (1995) para quem em bantu há três tipos de applicativos: benefactivo, instrumental e locativo. Para o autor, em construções aplicadas há dois SVs envolvidos: um em que ocorre o tema/paciente que é fundido num outro SV que contém o objecto aplicado. O morfema applicativo é um núcleo predicado que selecciona um SV menor e um objecto aplicado. Para ele, as diferenças de mapeamento dos argumentos na frase têm a ver com a diferença de significado dos vários tipos de applicativos. Mais tarde, o mesmo autor analisou o mesmo fenómeno, mas apenas em duas línguas: Kindendeule e Kiswahili. Neste estudo, Ngonyani (1998) analisa os objetos seleccionados pelo afixo applicativo nas referidas línguas. Segundo o autor, os dados mostram que o morfema applicativo pode ocorrer em todos os verbos derivando verbos transitivos de intransitivos, verbos ditransitivos de verbos transitivos. Os objectos aplicados podem ser interpretados como beneficiário, maleficiário, objectivo (*goal*), instrumento, razão (*reason*), motivo (*motive*), ingrediente (*ingrediente*), localização (*location*) ou tema. Portanto, só o agente não é seleccionado por este sufixo. Além disso, o autor, baseando-se na ordem e marcação de objecto, na passivização, reciprocidade e reflexividade, diz que os objectos são classificados em três tipos: os do tipo benefactivo, instrumental e locativo, tal como tinha referido em Ngonyani (1995).

O estudo de Bliss (2009) mostra que em Shona, os objectos aplicados (benefactivo, instrumental e locativo) introduzidos pela extensão applicativa recebem o caso acusativo em v (no núcleo verbal), mas os objectos aplicados locativos são ilegíveis para a verificação de caso por lhes ser atribuído o caso locativo lexical pelos prefixos locativos da classe do nome.

Para Lam (2007), em Chichewa, tal como em Shona, o afixo aplicativo acrescenta um papel semântico adicional que é frequentemente benefactivo, instrumental ou locativo. A estrutura da palavra pode ser representada numa árvore que ilustra a interface morfologia-sintaxe, tornando possível fazer referência não apenas a partes da palavra, mas também os níveis de representação associados a cada morfema. A análise é baseada nas árvores de interface morfologia-sintaxe. O morfema aplicativo altera a estrutura argumental e ilustra a interacção entre a raiz verbal e outros morfemas de mudança da estrutura argumental precedentes na forma morfológica. Com a árvore de interface, é possível fazer referência a um nível intermédio da estrutura argumental associado a um morfema particular na árvore e sem ter que assumir itens lexicais intermédios.

Um outro estudo teórico foi realizado por Georgala (2012). Este autor investiga a arquitetura sintáctica das construções aplicativos seguindo a pesquisa iniciada por Marantz (1993). Segundo Marantz (1993), o núcleo do verbo leve, o chamado núcleo aplicativo tem duas tarefas conceptualmente diferentes: licenciamento sintáctico de um objecto extra e a atribuição de papel temático. O autor expande a abordagem de Georgala et al (2008) para as construções aplicativos, concretamente, a hipótese de alçamento/aplicativo temático, de acordo com a qual a projecção aplicativo está acima do SV lexical. Esta hipótese relaciona-se com a proposta de Pylkkänen (2002, 2008) em relação ao comportamento do aplicativo nas línguas bantu.

O Grego tem dois tipos de argumentos aplicados, dois tipos de alçamento e papéis temáticos. Os argumentos aplicados alçados são os realizados como Sintagmas Determinantes acusativos, enquanto os aplicativos temáticos devem ser realizados tanto como Sintagmas Preposicionais genitivos ou como complemento da preposição *se*. Nesta língua, o genitivo beneficiário e o SP *se* partilham a mesma posição na estrutura de superfície com o beneficiário acusativo, mas os beneficiários acusativos não são alçados para posição [Esp., ApplP].

Em jeito de conclusão podemos afirmar que há unanimidade na implicação sintáctica da extensão aplicativo, pois a presença de um morfema aplicado no verbo está directamente correlacionada com o acréscimo de um argumento extra. Os autores aqui citados parecem sugerir que os papéis temáticos mais proeminentes do objecto aplicado são: benefactivo, instrumental e locativo. Os estudos teóricos citados parecem igualmente sugerir que o núcleo aplicativo constitui o núcleo do verbo leve e ocorre acima do SV lexical, o chamado aplicativo alto em

Pylkkänen (2002, 2008). Este núcleo não só introduz um objecto aplicado, mas também atribui caso.

### 5.1.2.1 A Extensão Aplicativa em Nyungwe

Até agora vimos que o morfema aplicativo em bantu geralmente realiza-se por meio de um sufixo aplicativo reconstruído como *\*-id-* (GOOD 2005) ou *\*-il-* (SCHADEBERG 2003) e, conseqüentemente, realiza-se como *-il-* ou *-ir-* em diferentes LBs.

Em Nyungwe este morfema é realizado como *-ir-/er-*, a variação da vogal é ditada pela regra de harmonia vocálica (cf. NGUNGA 2004). Nos exemplos que se seguem mostramos a ocorrência do morfema aplicativo em verbos intransitivos e transitivos do Nyungwe:

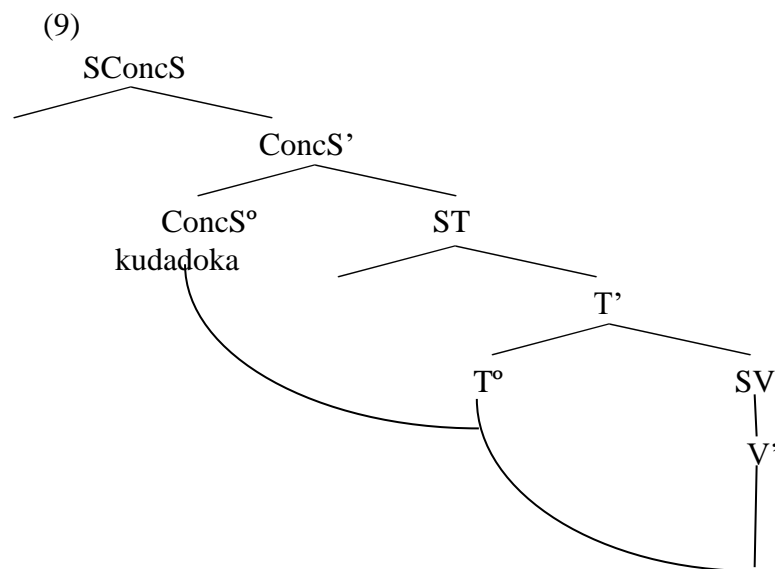
- 21.a) ku-dok-a.  
15-anoitecer-VF  
'anoitecer.'
- b) ku-ndza-dok-a.  
expl-MT-anoitecer-VF  
'anoitecerá.'
- c) ku-ndza-dok-er-a                      amuna.  
expl-MT-anoitecer-Apl-VF              homens  
'anoitecerá em benefício dos homens.'
- d) \*ku-ndza-dok-er-a.  
expl-MT-anoitecer-Apl-VF
- 22.a) ku-bvumb-a.  
15-chover-VF  
'chover.'
- b) mbvula                      yi-da-mbvumb-a.  
9-chuva                      9-MT-chover-VF  
'choveu.'
- c) mbvula                      yi-da-bvumb-ir-a                      kumunda.  
9-chuva                      9-MT-chover-Apl-VF                      18-machamba  
'a chuva caiu na machamba.'
- d) \*mbvula                      yi-da-bvumb-ir-a.  
9-chuva                      9-MT-chover-Apl-VF

Nos exemplos em (21.a) mostramos que partimos de um verbo intransitivo meteorológico *kudoka* 'anoitecer'. Em (21.b) mostramos a flexão do verbo e através desta podemos perceber que o verbo não seleciona nenhum argumento, mas a construção é gramatical. Contrariamente, em (21.c), quando se afixa o morfema aplicativo ao radical, este passa a selecionar um

argumento interno obrigatório. A sua ausência resulta numa construção agramatical como em (21.d).

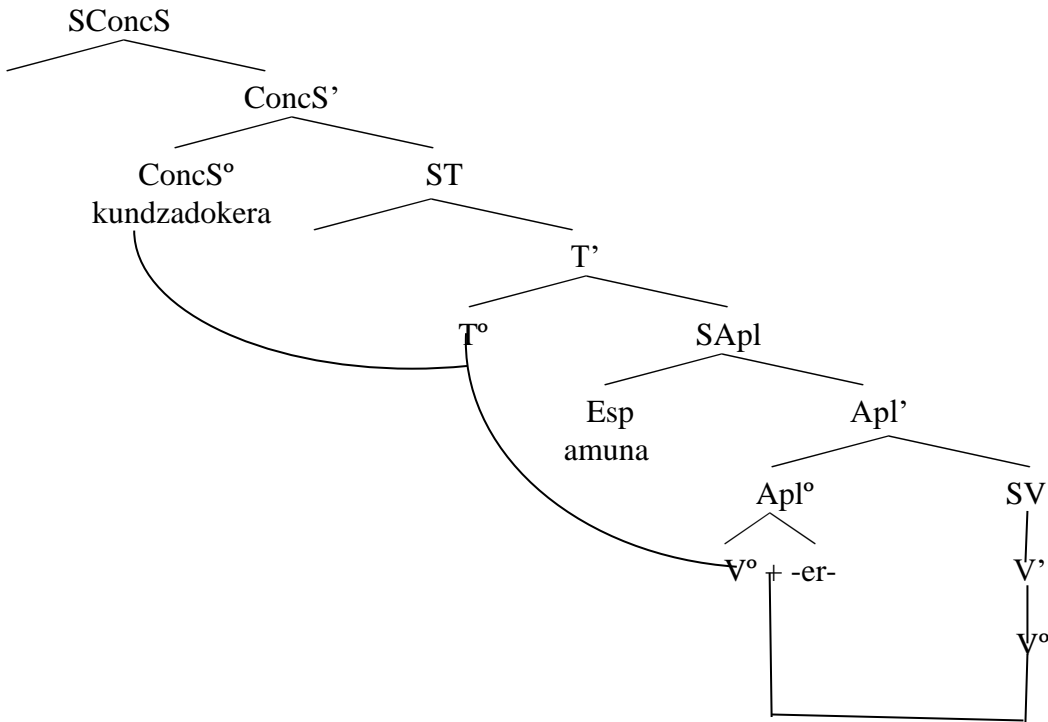
O mesmo pode ser dito em relação ao exemplo (22.a-d). A diferença reside no facto de em (22.b), com a flexão, ocorrer na estrutura argumental do verbo, o que Waweru (2011) chamou de nominal cognato (nomes morfológicamente relacionados com o verbo). Portanto, o SN *mbvula* ‘chuva’ não é obrigatório. Destarte, a sua ausência não resultaria numa construção agramatical. Em (22.c), à flexão anterior acrescentamos a extensão applicativa **-ir-** e como resultado temos mais um argumento *kumunda* ‘na machamba’, um sintagma locativo cuja ausência em (22.d) resultaria numa construção agramatical apesar de, como se pode ver, ocorrer na estrutura argumental o SN cognato.

Vejam os a seguir a estrutura arbórea de (21.b):



Tal como nos referimos acima, o verbo meteorológico *kudoka* ‘anoitecer’ é intransitivo, sem argumentos, mesmo flexionado. Por isso, na estrutura arbórea acima vemos apenas o movimento do verbo que começa no núcleo [V°/SV] onde é gerado para T° como única forma de verificar o traço de tempo. Depois da afixação do morfema de tempo há uma outra propriedade morfológica que deve ser verificada e, por isso, o verbo move-se novamente para o núcleo [ConcS°/SConcS] para a verificação do traço de concordância com o expletivo **ku-** que é um morfema preso à morfologia do verbo. Depois de todos os traços verificados, a derivação é enviada para o *spell-out* e de lá para as interfaces.

Acabamos de ver a derivação da flexão verbal de um verbo não derivado. Vejamos o que acontece na representação arbórea (10) da construção applicativa em (21.c):



No diagrama (10) acima representamos a derivação da construção applicativa de (16.c). Nele, é possível ver que através da afixação do morfema aplicativo, o verbo passou a selecionar um objecto aplicado. O processo da introdução do argumento aplicado começa com o movimento do verbo não derivado para o núcleo aplicativo a fim de receber o traço aplicativo através da inserção do sufixo aplicativo e da ocorrência do objecto aplicado. Portanto, a introdução do objecto aplicado foi procrastinada para depois da verificação do traço aplicativo (afixação do **-ir-**). Em seguida, o verbo aplicado moveu-se para o núcleo [T°/ST] para a verificação do traço de tempo. Mesmo assim a derivação não converge, por isso o verbo moveu-se, em seguida, para o núcleo [ConcS°/SConcS] para a verificação do traço de concordância com o sujeito que é na verdade um morfema expletivo preso ao radical verbal, consubstanciando o movimento para o núcleo ConcS°. Nesta árvore mostramos que o movimento foi o último recurso para a verificação de traços morfológicos correspondentes.

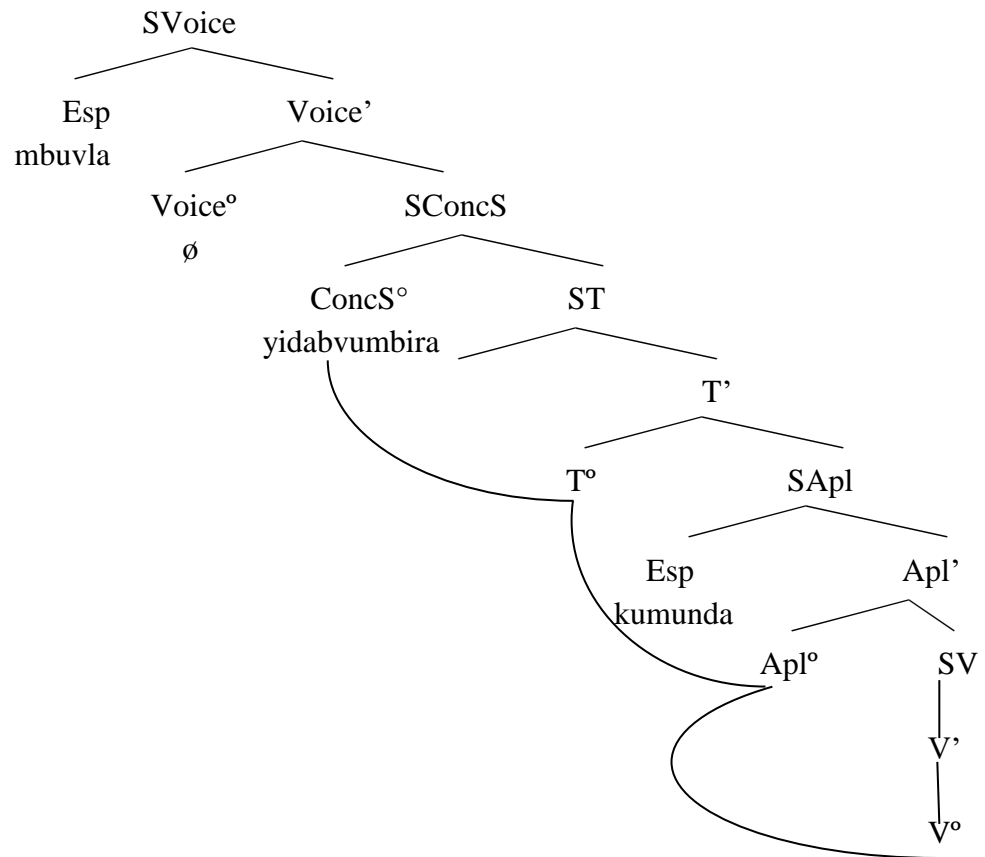
Seguindo a tipologia de aplicativo discutida por Pykkänen (2002, 2008), podemos perceber que na estrutura acima estamos perante um aplicativo alto, que ocorre acima do SV e

denota uma relação entre o evento descrito pelo verbo e o SN. Assim, há uma relação entre *kundzadokera* ‘anoitecerá por’ e o SN *amuna* ‘homem’. Como vimos, o morfema aplicado também atribui o papel temático, no nosso exemplo, o beneficiário.

Seguindo a teoria de Filtragem de Caso (*Case Filter*), e o comportamento dos argumentos aplicados em Shona (BLISS 2009), defendemos que o SN *amuna* ‘homem’ recebe caso acusativo, atribuído pelo verbo aplicado e, por isso, não pode ser substituído por um outro SN que não possa receber caso acusativo sob pena de termos uma construção agramatical.

Olhemos agora para a derivação de (22.c), relativamente diferente da que acabamos de explicar:

(11)



Na árvore que acima apresentamos, é possível perceber que, diferente do que vimos no exemplo anterior, o núcleo aplicativo introduz um argumento aplicado com o papel temático de locativo.

A introdução deste argumento ocorre depois que o verbo lexical se move do seu núcleo [V°/SV] para verificar o traço aplicativo no núcleo [Apl°/SApl]. Depois que o morfema aplicativo ocorre na estrutura verbal, o verbo em seguida move-se para a verificação do traço de tempo em T°. Em seguida, ocorre um outro movimento para o núcleo ConcS° para a verificação do traço de concordância com o sujeito *mbvula* ‘chuva’. Depois, a derivação é enviada para o *spell-out* e de lá para as interfaces FL e FF.

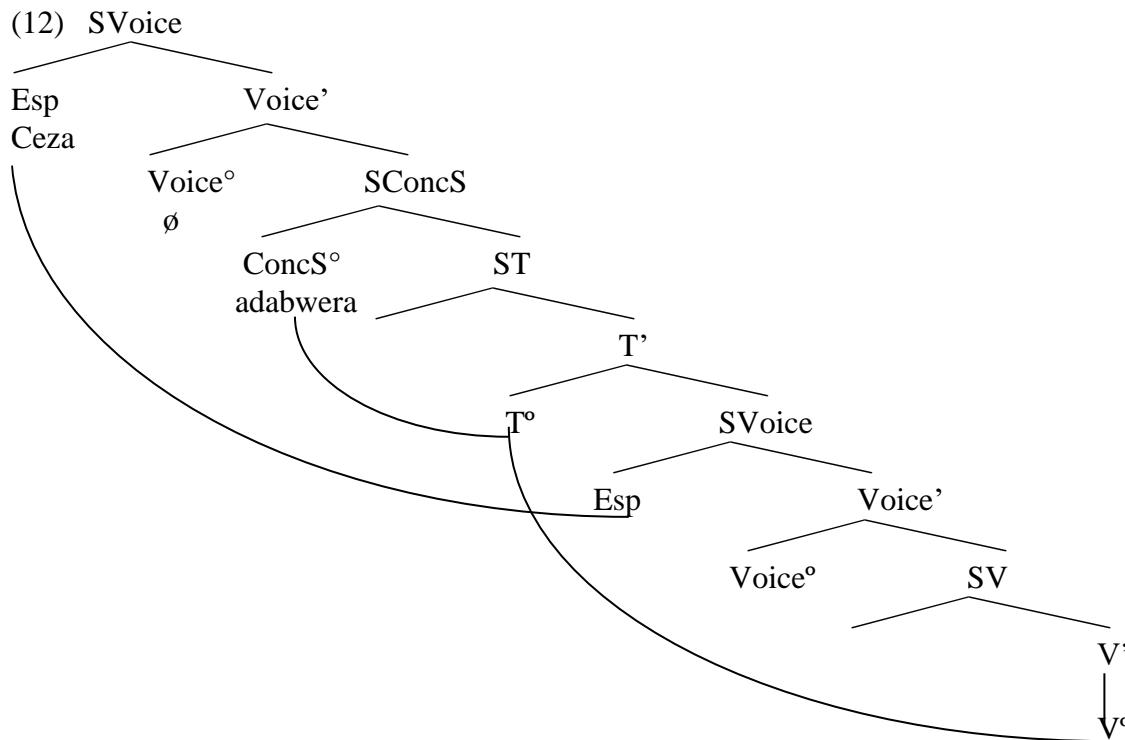
Na árvore, o argumento aplicado *kumunda* é introduzido no especificador do SApl. Neste exemplo, estamos perante um aplicativo alto, na proposta de Pylkkänen (2002, 2008), que relaciona um indivíduo adicional ao evento descrito pelo verbo. Este SN tem o seu traço de caso locativo atribuído núcleo Apl°. E, o SN agente introduzido pelo núcleo *Voice* tem o seu traço de caso nominativo atribuído pela flexão T°.

Vejamos os exemplos que se seguem:

- 23.a) ku-bwer-a.  
15-vir-VF  
‘vir.’
- b) Ceza a-da-bwer-a.  
Ceza 1-MT-vir-VF  
‘Ceza veio.’
- c) Ceza a-da-bwer-er-a ka-ntsikana.  
Ceza 1-MT-vir-Apl-VF 12-menina  
‘Ceza veio pela menina.’
- d) \*Ceza a-da-bwer-er-a.  
Ceza 1-MT-vir-Apl-VF
- 24.a) ku-cok-a.  
15-sair-VF  
‘sair.’
- b) Samu a-n-cok-a lero.  
Samu 1-MT-sair-VF hoje  
‘Samu sairá hoje.’
- c) Samu a-n-cok-er-a mayi wace lero.  
Samu 1-MT-sair-Apl-VF mãe dele hoje  
‘Samu saiu pela mãe dele hoje.’
- d) \*Samu a-n-cok-er-a.  
Samu 1-MT-sair-Apl-VF

Nos exemplos em (23.a) e (24.a), mostramos que a derivação começa a partir de dois verbos inergativos no infinitivo *kubwera* ‘vir’ e *kucoka* ‘sair’, respectivamente. A seguir, nos exemplos (23.b) e (24.b) mostramos a flexão destes verbos. A partir dela podemos perceber que estes são verbos que selecionam argumentos externos com o papel de agente. Sendo assim, temos Ceza e Samu como dois argumentos com o papel temático de agente da acção verbal.

Em (23.c) e (24.c) onde o morfema aplicativo ocorre na estrutura do verbo, o novo verbo passa a selecionar um argumento interno obrigatório com o papel de beneficiário da acção verbal cuja ausência geraria uma construção agramatical como nos exemplos (23.d) e (24.d). A seguir, mostramos as derivações do exemplo (23.b) acima apresentado:

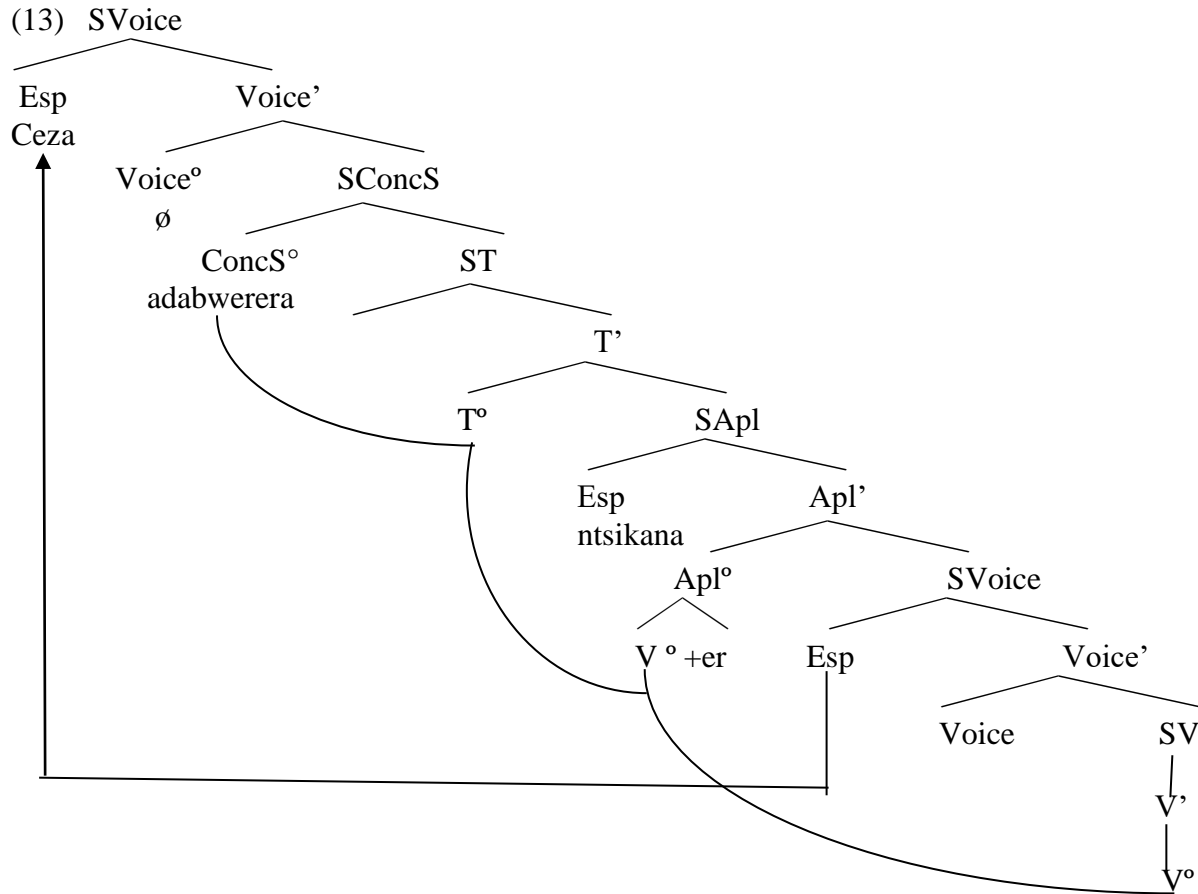


Na estrutura arbórea acima, está representada a estrutura argumental do verbo *kubwera* ‘vir’. Por ser um verbo inergativo seleciona apenas um argumento externo introduzido pelo Voice, o núcleo responsável pela introdução do argumento externo. Este SN agente tem o seu traço de caso nominativo atribuído pelo núcleo T°. Essa atribuição de caso ocorre depois do movimento do verbo do núcleo V° para os núcleos T° e ConcS° afim de verificar o traço de



concordância com o sujeito. Depois de receber a marca de sujeito a derivação é enviada para o *spell-out*.

Vejamos o que acontece quando o verbo é derivado, exemplo (23.c):



Na árvore acima vemos a mudança de valência verbal como resultado da ocorrência da morfema aplicativo no radical. A extensão applicativa introduziu um argumento obrigatório, o beneficiário *ntsikana* ‘menina’, gerado no especificador do SApl, onde recebe o caso acusativo.

A nossa árvore não só ilustra a introdução do beneficiário, mas também a ocorrência de dois movimentos: do verbo e do argumento externo.

O verbo move-se de [V°/SV] para o núcleo Apl° para a afixação do morfema aplicativo. Em seguida, move-se para [T°/ST] para a verificação de traços de tempo e por fim, para o núcleo ConcS° para a verificação do traço de concordância com o sujeito. O SN Ceza, gerado no

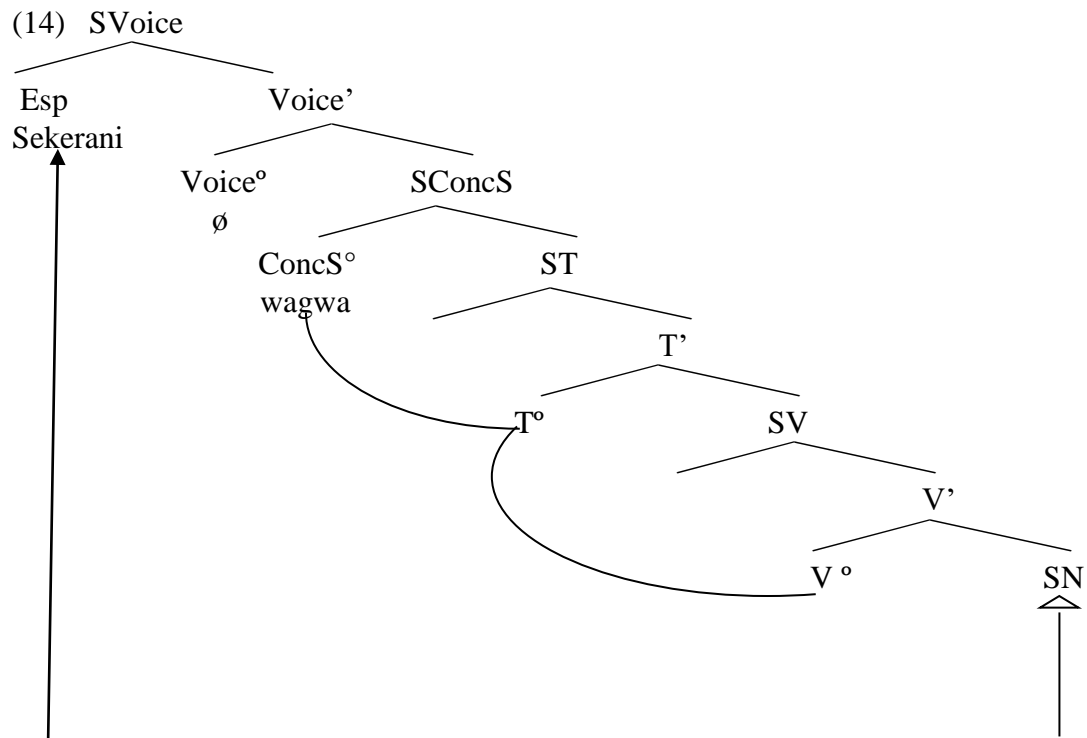
especificador do SVoice também se move para o especificador do SVoice que ocorre acima do SConcS para cumprir o PPE e receber caso nominativo, atribuído por T.

A seguir, derivamos construções aplicativas a partir de verbos inacusativos:

- 25.a) ku-kul-a.  
15-crescer-VF  
'crescer'
- b) Tendayi a-n-kul-a.  
Tendayi 1-MT-crescer-VF  
'Tendayi crescerá.'
- c) Tendayi a-n'-kul-ir-a mayi wace.  
Tendayi 1-MT-crescer-Apl-VF mãe dele  
'Tendayi crescerá pela mãe dele.'
- d) \*Tendayi a-n-kul-ir-a.  
Tendayi 1-MT-crescer-Apl-VF
- 26.a) ku-gw-a.  
15-caiu-VF  
'cair'
- b) Sekerani w-a-gw-a.  
Sekerani 1-MT-cair-VF  
'Sekerani caiu.'
- c) Sekerani w-a-gw-er-a m'madzi.  
Sekerani 1-MT-cair-Apl-VF 18-dentro da água  
'Sekerani caiu para dentro da água.'
- d) \*Sekerani w-a-gw-er-a.  
Sekerani 1-MT-cair-Apl-VF

Nos exemplos (25.a-25.d) e (26.a-26.d) mostramos a aplicativização de verbos inacusativos: *kukula* 'crescer' e *kugwa* 'cair', respectivamente. Estes verbos quando não derivados selecionam apenas um argumento interno que depois se move para a posição de sujeito, são os casos dos exemplos (25.b) e (26.b). Mas quando derivados, através da extensão aplicativa como no caso em análise, os mesmos passam a ter mais um argumento interno obrigatório com o papel de locativo, para onde o SN caiu. Estamos a falar de *mayi wace* 'mãe dele' em (25.c) e *m'madzi* 'dentro da água' em (26.c). A certeza de que estes argumentos internos são obrigatórios está na agramaticalidade de (25.d) e (26.d).

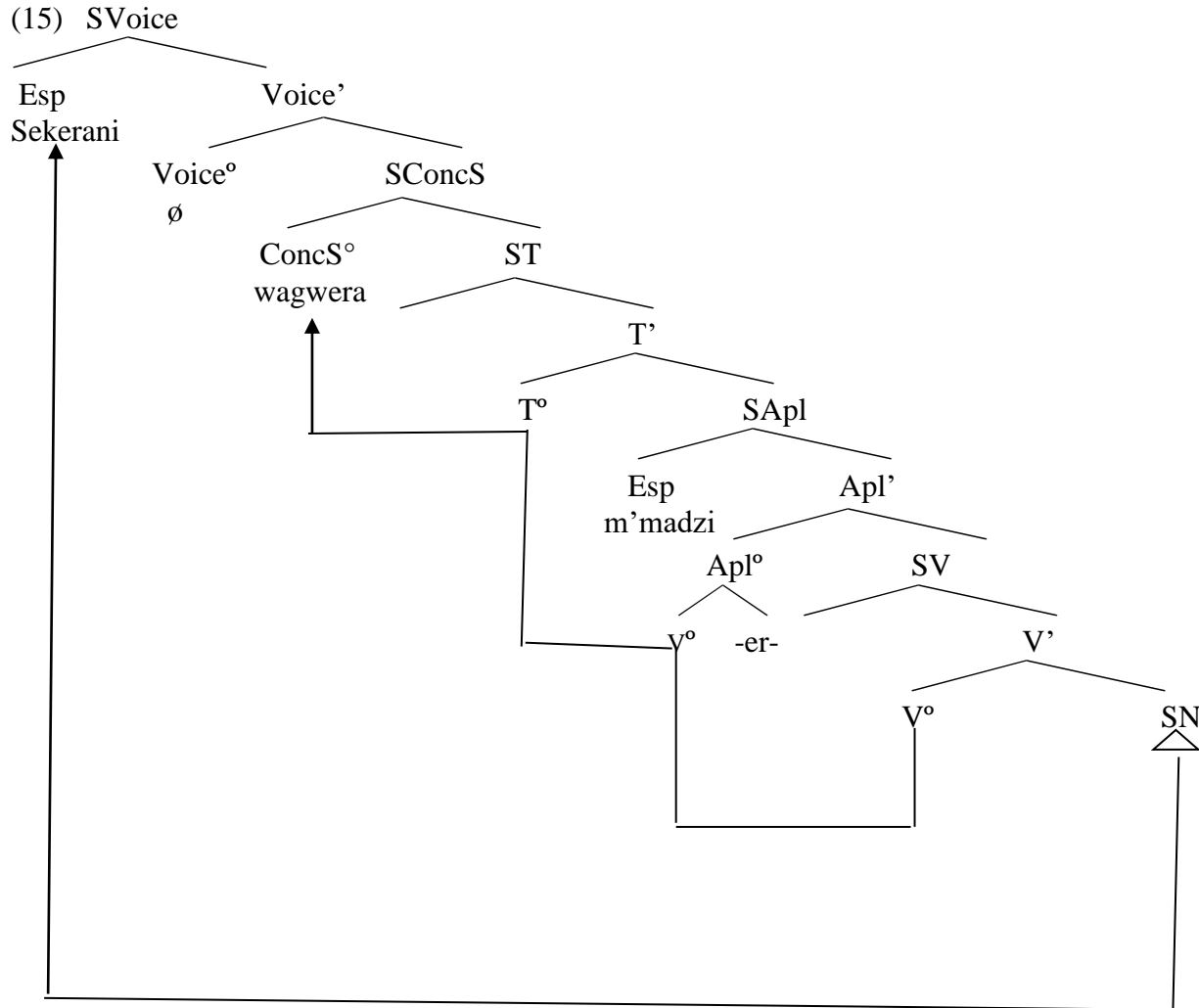
Vejamos, a seguir, a representação arbórea de (26.b):



A árvore acima reflecte a estrutura argumental de um verbo inacusativo não derivado. Estes verbos têm apenas um argumento interno que se move para a posição de especificador do S<sub>Voice</sub> para receber caso nominativo e cumprir o princípio generativista segundo o qual toda a frase deve ter sujeito (PPE) e de lá para o *spell-out*.

Igualmente, o verbo também se move do núcleo onde é gerado [V °/SV] para o núcleo [T °/ST] para a verificação do traço de tempo, e daqui para o núcleo ConcS° para a verificação do traço de concordância com o sujeito. Daqui a derivação é enviada para o *spell-out* e de lá para as interfaces.

A seguir apresentamos a estrutura argumental do verbo inacusativo aplicado, o exemplo (26.b).



No diagrama acima, mostramos que o verbo inacusativo *kugwera* ‘cair em detrimento de’ seleciona um argumento interno que recebe o caso locativo, atribuído pelo Apl°.

O SN Siriza move-se de lugar de complemento [V°-SN] para concordar com o verbo e receber caso nominativo em [Esp/SVoice]. Daqui a derivação é enviada para o *spell-out*.

O verbo também se move do núcleo [V°/SV] para Apl° a fim de verificar o traço aplicativo, tornando-se deste modo, um verbo derivado. Para que a derivação convirja, o núcleo V°+Apl move-se para verificar o traço tempo no núcleo [T°/ST] e depois o traço de concordância como sujeito em [ConcS°/SConcS].

A árvore mostra igualmente que com a ocorrência da extensão applicativa no verbo, este passa a seleccionar obrigatoriamente um outro argumento com o papel temático de locativo

introduzido no especificador do SApl. Portanto, tem uma posição fixa e não é movido. Desta posição, é enviada para o *spell-out*.

Até agora estivemos a analisar a derivação de verbos aplicados a partir de verbos intransitivos. A seguir, voltamos a nossa atenção para a aplicativização de verbos transitivos.

- 27.a) ku-chol-a.  
15-partir-VF  
'partir'
- b) Tsoka a-da-chol-a muti.  
Tsoka 1-MT-partir 3-pau  
'Tsoka partiu o pau.'
- c) Tsoka a-da-chol-er-a mwana muti.  
Tsoka 1-MT-partir-Apl-VF criança 3-pau  
'Tsoka partiu o pau pela criança.'
- d) \*Tsoka a-da-chol-er-a muti.  
Tsoka 1-MT-partir 3-pau
- 28.a) ku-pas-a  
15-dar-VF  
'dar'
- b) Suzi a-ndza-pas-a nyumba mayi.  
Suzi 1-MT-dar-VF 9-casa 1-mãe  
'Suzi dará uma casa à mãe'
- c) ?Suzi a-ndza-pas-ir-a Tendayi nyumba mayi.  
Suzi 1-MT-dar-Apl-VF Tendayi 9-casa 1-mãe  
'Suzi dará uma casa à mãe em benefício do Tendayi' (por/em nome do Tendayi)
- d) ?Suzi a-ndza-pas-ir-a nyumba mayi.  
Suzi 1-MT-dar-Apl-VF 9-casa 1-mãe  
'Suzi dará uma casa à mãe em benefício do Tendayi.'
- e) Suzi a-ndza-pas-ir-a mayi nyumba.  
Suzi 1-MT-dar-Apl-VF 1-mãe 9-casa  
'Suzi dará uma casa à mãe em benefício do Tendayi.'

Para terminar, temos os exemplos (27.a-d) e (28.a-d). Em (27.a), o verbo *kuchola* 'partir' é um verbo transitivo que seleciona dois argumentos: um externo (Tsoka) e outro interno (*muti* 'pau'). Com a afixação da extensão aplicativa, o verbo *kucholera* passou a selecionar, para além do argumento externo, dois argumentos internos. Um dos seleccionados relaciona-se com a extensão aplicativa, o beneficiário *mwana* 'criança', e o outro com o papel de tema *muti* 'pau'.

O verbo *kupasa* 'dar' em (28.b) seleciona três argumentos: um externo (Suzi) e dois internos (*nyumba* 'casa' e *mayi* 'mãe'). A ocorrência do morfema aplicativo em (28.c) leva a que o verbo passe igualmente a selecionar um argumento com o papel de beneficiário, mas que, ao ser acrescentado na estrutura argumental, parece resultar numa frase pouco aceitável para alguns

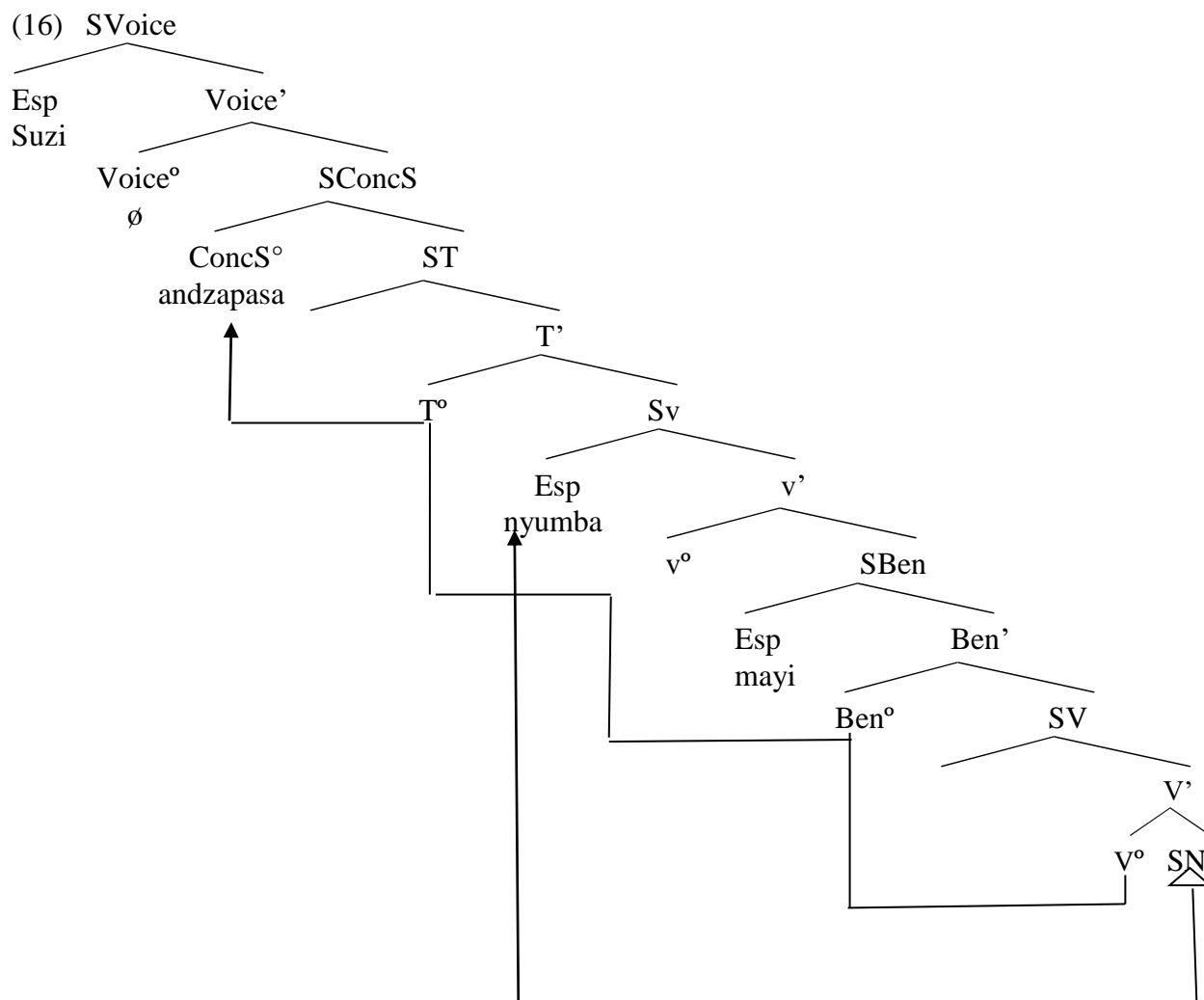
falantes e agramatical para outros. O mesmo comportamento dos falantes é verificado em relação ao exemplo (28.d). Para alguns falantes a ausência do argumento aplicado resulta numa construção pouco aceitável para uns e agramatical para outros.

Este comportamento dos falantes parece estar relacionado com o facto de o verbo *kupasa* ‘dar’ mesmo não derivado seleccionar dois argumentos em que um deles é o beneficiário da acção verbal. Portanto, em (28.b) *mayi* ‘mãe’ é beneficiária da acção verbal.

Os falantes entrevistados sugerem que apesar da ocorrência do morfema aplicativo no verbo não se deve acrescentar nenhum outro argumento à estrutura verbal, pois o beneficiário já é um dos argumentos do verbo não derivado.

Para alguns falantes, depois de derivado, o verbo apenas altera o mapeamento dos argumentos sintácticos passando este a ser: agente>beneficiário>tema. No entanto, para outros falantes a ordem dos argumentos não interfere, de forma alguma, na interpretação da frase. Possivelmente, estaríamos perante um caso de movimento coberto (que não ocorre ao nível da sintaxe visível).

A nossa representação arbórea irá cingir-se a (28.b) e (28.e) para mostrar a diferença no mapeamento dos argumentos sintácticos nos dois verbos.



Na árvore acima representamos a estrutura argumental do verbo *kupasa* ‘dar’. Dela, a interpretação que se tem é de que se trata de um verbo transitivo com três argumentos: um externo com o papel de agente (Suzi) e dois internos, dos quais um com o papel de tema (*nyumba* ‘casa’) e o outro com o papel de beneficiário (*mayi* ‘mãe’). O SN Suzi é gerado no especificador do SVoice, onde cumpre o PPE e recebe caso nominativo pelo traço tempo. O argumento tema *nyumba* ‘casa’ move-se do SN, argumento interno do SV para o especificador do Sv, onde recebe o caso dativo, cumprindo o *Case Filter*, seguindo a proposta de Bliss (2009).

Neste trabalho defendemos que este movimento que viola a hierarquia temática deve-se ao facto de o núcleo  $v^\circ$  atribuir caso acusativo ao seu complemento, papel que não seria do SN *nyumba* ‘casa’.

O SN *mayi* ‘mãe’ recebe caso acusativo atribuído pelo V°, quando este se move para verificar o traço benefactivo em Ben°. Portanto, este não constitui barreira para este movimento, porque já tem o seu traço de caso valorado.

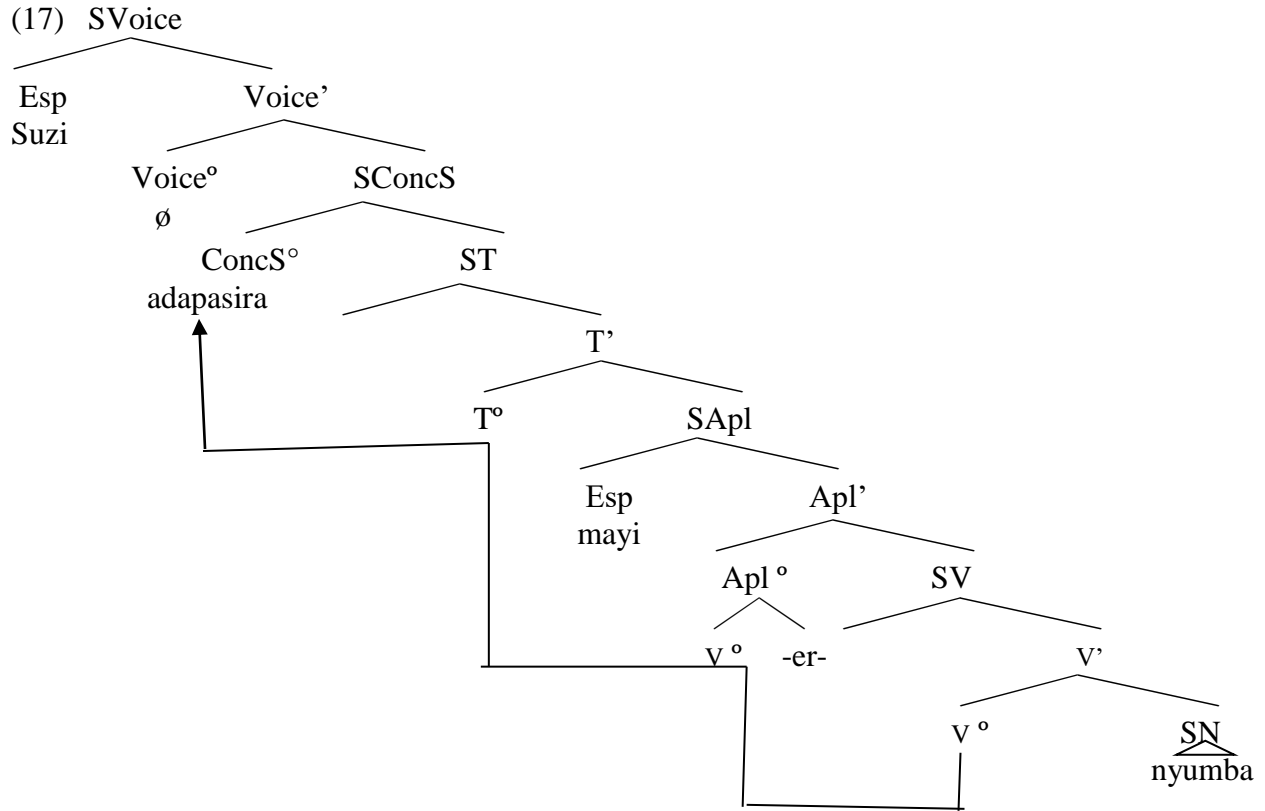
Por sua vez, o verbo tem a obrigação de se mover do núcleo lexical para receber o traço benefactivo em Ben° e de lá volta a mover-se para v°, o núcleo do verbo leve, que introduz o tema. Em seguida ocorre um outro movimento para verificar o traço de tempo em [T°/ST]. Igualmente, ocorre um outro movimento para o SConcS para a verificação do respectivo traço e depois, a derivação é enviada para o *spell-out*.

Portanto, a partir desta estrutura percebemos que o primeiro movimento do verbo ocorre do núcleo [V°/SV] para o núcleo do verbo leve, que na proposta de Halle e Keyser (1993) é responsável pela introdução do argumento com o papel de tema. Depois, o verbo move-se para T° onde se afixa os morfemas de tempo e de concordância com o sujeito. O verbo não se move do núcleo lexical V° para Ben° para não violar a minimalidade relativizada de Rizzi (1990), uma teoria de localidade que não permite que os elementos movidos saltem os da mesma categoria. Deste modo, o movimento do verbo ocorre de V°-v°-Ben° e só depois é que se move para T°.

Com esta estrutura arbórea, o nosso interesse não era apenas que ela reflectisse a estrutura argumental do verbo não derivado, mas também a opinião dos falantes que defendem que mesmo com a extensão applicativa o mapeamento sintáctico não se alteraria. Numa estrutura igual a esta, com verbo derivado ou não, é possível perceber que não respeita a ordem canónica dos argumentos sintácticos, pois o beneficiário mais alto na hierarquia ocorre depois do tema, o que não seria de esperar.

A seguir, representamos a estrutura argumental do verbo aplicado em que o mapeamento dos argumentos verbais altera.





No diagrama acima representamos a estrutura argumental do verbo *kupasira* ‘dar em benefício de alguém’. De acordo com os falantes, com o acréscimo do morfema aplicativo, o verbo derivado passa a selecionar um novo argumento com o papel de beneficiário. Este argumento é introduzido no especificador do SApl, onde receber o caso dativo. Por sua vez, o SN *nyumba* ‘casa’ recebe caso acusativo atribuído pelo SV e, por isso, não se move, pois, tem o seu traço de caso verificado e é deste núcleo que a derivação é enviada para o *spell-out*.

Nesta estrutura é possível perceber que o SN agente é introduzido pelo SVoice. No entanto, ocorre um movimento: do verbo. O verbo move-se do núcleo lexical para [Apl°/SApl] onde verifica o traço aplicativo. Deste núcleo move-se para [T°/ST] a fim de verificar o traço de tempo e, depois para [ConcS°/SConcS] para verificar o traço de concordância com o sujeito. Em seguida, a derivação é enviada para o *spell-out*.

Em jeito de conclusão podemos afirmar que a extensão applicativa é muito produtiva em Nyungwe, pois pode ocorrer em verbos intransitivos (meteorológicos), nos exemplos (21.a-d) e (22.a-d). Em verbos inergativos, cujos exemplos estão identificados da seguinte forma: (23.a-d e 24.a-d); em verbos inacusativos, exemplos (25.a-d e 26.a-d) e para terminar em transitivos (27.a-d e 28.a-d). O mesmo morfema é referido como ocorrendo em todos os tipos de radicais -C-, -CVC- e -CVCVCVC- (cf. DA CÂMARA 2014).

Os exemplos mostram igualmente que os verbos applicados derivados de todas as classes verbais seleccionam um argumento com o papel temático de beneficiário que ocorre adjacente ao verbo, excepto casos específicos.

Depois de termos falado da extensão applicativa, na secção que se segue passaremos a descrever a extensão passiva.

### 5.1.3 Extensão passiva

De acordo com Khumalo (2007), a passivação é geralmente a ‘promoção para sujeito’ gramatical de um SN objecto. Portanto, ela topicaliza o paciente que se torna sujeito. Mais tarde, Khumalo (2009) deu uma definição de construções passiva mais detalhada. De acordo com o autor, trans-linguisticamente, numa frase transitiva activa, o agente nominal é sujeito, enquanto o paciente ou tema é objecto directo. Contrariamente ao que acontece na frase activa, na passiva o paciente desempenha a função de sujeito e o agente, quando sintacticamente expresso, tem o estatuto gramatical de adjunto. Portanto, ela altera o mapeamento sintáctico dos argumentos. Esta é a definição que adoptamos neste trabalho.

Contudo, Lodhi (2002) chama a atenção para o facto de, em bantu, a passiva não poder ser tratada como *Voz (Voice)* em mera oposição à activa, pois há formas passivas de applicativas, contactiva, reversiva e causativa. De acordo com o autor, em Zulu, por exemplo, até a recíproca tem uma forma passiva. Os sufixos usados para marcar a passiva são: **-w-**, **-ew-**, **-iw-** ou **-ibw-**, **-idw-**/**-edw-** e, em algumas línguas (Chaga, por exemplo) **-o**. Algumas línguas perderam a forma passiva e, em substituição, usam a forma estativa **-am-** (Ngombe e Ngala, por exemplo) em seu lugar.

De acordo com Woolford (1993) e Waweru (2011), na literatura, as construções passivas podem ser classificadas em dois grupos: passivas pessoais e impessoais. As passivas pessoais são construções para as quais um agente específico está implicado, mas não está expresso ou é

expresso como oblíquo. As construções passivas são formadas a partir de verbos transitivos e podem ser lexicais, morfológicas e perifrásticas. As passivas lexicais não são comuns. São obtidas a partir de verbos que são inerentemente passivos. As passivas morfológicas são as mais comuns. Elas são formadas através da afixação de um morfema passivo num verbo transitivo, como acontece nas línguas bantu. A formação das passivas perifrásticas requer um verbo auxiliar, o caso do Inglês. As construções passivas impessoais são formadas tanto a partir de verbos transitivos como a partir de verbos intransitivos. Elas reduzem a importância do agente. Comrie (1977), citado pelo autor, afirma que nestas construções não há o alçamento do objecto, pois o agente/sujeito fica relegado. O autor acrescenta que nenhuma língua usa uma morfologia específica apenas para passivas impessoais e outra para passivas pessoais.

As construções passivas, tal como as que vimos até agora, têm sido largamente estudadas. Um destes estudos foi realizado por Kula e Lutz (2010) em Bemba.

De acordo com os autores, Bemba usa duas estratégias para a formação de construções passivas: através da extensão passiva **-iw-** e a estratégia mais recente envolvendo prefixo nominal da classe 2 **ba-**. As construções passivas baseadas na segunda estratégia são ambíguas, pois possuem um marcador da passiva não especificado num conjunto de palavras cujo prefixo é **ba-**. Combina características de construções activas e passivas e o aspecto central da construção reside na interpretação e na função sintáctica de **ba-**. Sob a interpretação passiva, nestas construções, o paciente exhibe propriedades semânticas semelhantes às de sujeito e objecto, constituindo um problema para a análise da estrutura argumental destas construções em bantu. A extensão passiva **-iw-** é usada em verbos transitivos, e em predicados com valência reduzida através da extensão neutro-passiva **-ik-**. As construções passivas usando **ba-** são usadas em contextos de construções passivas típicas e as que usam **-iw-** são restringidas a contextos gramaticais marginais. Estas construções estão num amplo processo de gramaticalização, rumo à desassociação. As marcas de sujeito e de objecto não podem ser consideradas como indicador confiável de sujeito sintáctico e objecto.

Usando dados do Ndebele, uma língua bantu falada na África do Sul e no Zimbabwe, Khumalo (2007) também analisou as construções passivas. De acordo com o autor, em Ndebele, a passiva não deriva da activa, tem significado independente. As activas transitivas podem ser passivizadas. No entanto, alguns SNs objecto não podem ocorrer como sujeitos da passiva.

A passiva foi igualmente estudada em Bengali, língua falada em Bangladesh e na Índia e outros países asiáticos. O texto de Bhattacharya (2006) analisa o carácter dinâmico da construção passiva em Bangla propondo que, historicamente, estas construções tenham resultado de uma certa tensão no interior da frase que pode ter outras análises diferentes das análises propostas pela teoria de P&P. As características estruturais da passiva convidam a um tratamento computacional que enfatiza as intuições básicas do *Parser* do PM. Anteriormente, na TRL, Chomsky (1981) estabeleceu uma separação entre as construções passivas e activas. Chomsky (1995) reafirma que estas construções têm histórias derivacionais diferentes. As construções passivas em Bangla são muito prolíficas. Esta língua não tem passivas flexionadas. Uma construção passiva com objecto nominativo não é natural na língua. Na passiva em Bangla, um algoritmo de análise implementável não pode imitar o movimento de objectos sintácticos fora do domínio do SV, hospedando a morfologia da passiva no Analisador (*Parser*) minimalista baseado na análise *ProbeGoal*. É desnecessário postular um Sintagma Voice para dar conta das construções passivas.

Tendo em conta os trabalhos aqui citados, no presente estudo, iremos centrar a nossa atenção na descrição e análise dos verbos em que a extensão passiva pode ocorrer e as construções que podem ser passivizadas em Nyungwe.

### 5.1.3.1 A Extensão Passiva em Nyungwe

Em Nyungwe, tal como em muitas línguas bantu, a passivização é obtida através do acrescécimo da extensão passiva (-**ew**-/**iw**-; **idw**-/**edw**-) no radical verbal. Esta extensão diminui a valência do verbo, topicalizando o paciente, que passa a ser o novo sujeito gramatical da frase enquanto o agente da frase não passivizada, se sintacticamente expresso, desempenha o papel de adjunto.

Vejamos, a seguir, a ocorrência da extensão passiva em verbos intransitivos, começando pelos meteorológicos, os verbos sem argumentos.

- 29.a) ku-dok-a  
15-anoitecer-VF  
'anoitecer'
  - b) \*ku-dok-iw-a  
15-anoitecer-Pas-VF
  - c) \*ku-ndza-dok-ew-a  
expl-MT-anoitecer-Pas-VF
- 30.a) ku-bvumb-a

- 15-chover-VF  
'chover'
- b) \*ku-bvumb-iw-a  
15-chover-Pas-VF
- c) \*mbvura yi-da-mbvumb-idw-a.  
9-chuva 9-MT-chuver-Pas-VF
- 31.a) ku-yetim-a.  
15-relampejar-VF  
'relampejar'
- b) \*ku-yetim-iw-a.  
15-relampejar-Pas-VF
- c) \*ntsiku yi-ndza-yetim-iw-a.  
dia 9-MT-relampejar-Pas-VF

Os exemplos acima mostram que os alomorfes da extensão passiva (-iw-/ew-) por serem -O (NGUNGA 2014), ou seja, por diminuírem a valência do verbo em que ocorrem, só podem seleccionar radicais verbais transitivos como forma de alçar o objecto para a posição de sujeito e este para adjunto.

Desta forma, nos exemplos apresentados, a agramaticalidade de (29.b-c; 30.b-c; 31.b-c) resulta justamente do facto de a extensão passiva ocorrer em verbos sem argumentos. Portanto, nos exemplos referidos, não há objecto a ser alçado e nem um agente para ser relegado ao papel de adjunto.

Contudo, chamamos a atenção do leitor para os exemplos que se seguem:

- 32.a) ku-dok-a ku-dok-**edw**-a  
15-anoitecer-VF expl-anoitecer-Pass-VF  
'anoitecer' 'anoitecer com reflexo sobre alguém.'
- b) ku-cen-a ku-cen-**edw**-a  
15-amanhecer-VF 15-amanhecer-Pass-VF  
'amanhecer' 'ser surpreendido pelo amanhecer.'
- c) ku-bvumb-a ku-bvumb-**idw**-a  
15-chover-VF 15-chover-Pass-VF  
'chover' 'ser molhado pela chuva.'
- d) ku-yetim-a ku-yetim-**idw**-a  
15-relampejar-VF 15-relampejar-Pass-VF  
'relampejar' 'ser iluminado pelo relâmpago.'

Nos exemplos (31.a-d) mostramos que aos mesmos verbos meteorológicos (intransitivos) acima apresentados acrescentamos o morfema da passiva -**idw**- e, diferentemente do que esperaríamos, as construções resultantes são gramaticais. Além disso, estas construções têm a semântica passiva e reflexiva. Provavelmente, é a natureza semântica do verbo derivado que

permite que esta extensão ocorra em verbos intransitivos sem que isso resulte em construções agramaticais.

Estes exemplos também ilustram que a extensão passiva apesar de ser -O (NGUNGA 2014), pode seleccionar radicais verbais intransitivos sem que isso signifique o alçamento do objecto para a posição de sujeito e este para adjunto.

Portanto, diferente do referido por Guthrie (1967) e Ngunga (2014), em Nyungwe, esta extensão pode ser afixada a radicais -O desde que se seleccione o alomorfo adequado.

Vejamos, a seguir, o que acontece quando a extensão passiva ocorre em verbos inergativos (seleccionam apenas um argumento, o agente).

- 32.a) ku-chul-a  
15-nadar-VF  
'nadar'
- b) nkazi                    a-da-chul-a.  
1-mulher                1-MT-nadar-VF  
'a mulher nadou.'
- c) ku-da-chul-idw-a.  
expl-MT-nadar-Pas-VF  
'nadou-se.'
- 33.a) ku-mog-a.  
15-saltar-VF  
'saltar'
- b) ntsikana                a-ndza-mog-a.  
1- menina                1-MT-saltar-VF  
'a menina saltou.'
- c) ku-ndza-mog-iw-a.  
expl-MT-saltar-VF  
'saltar-se-á.'

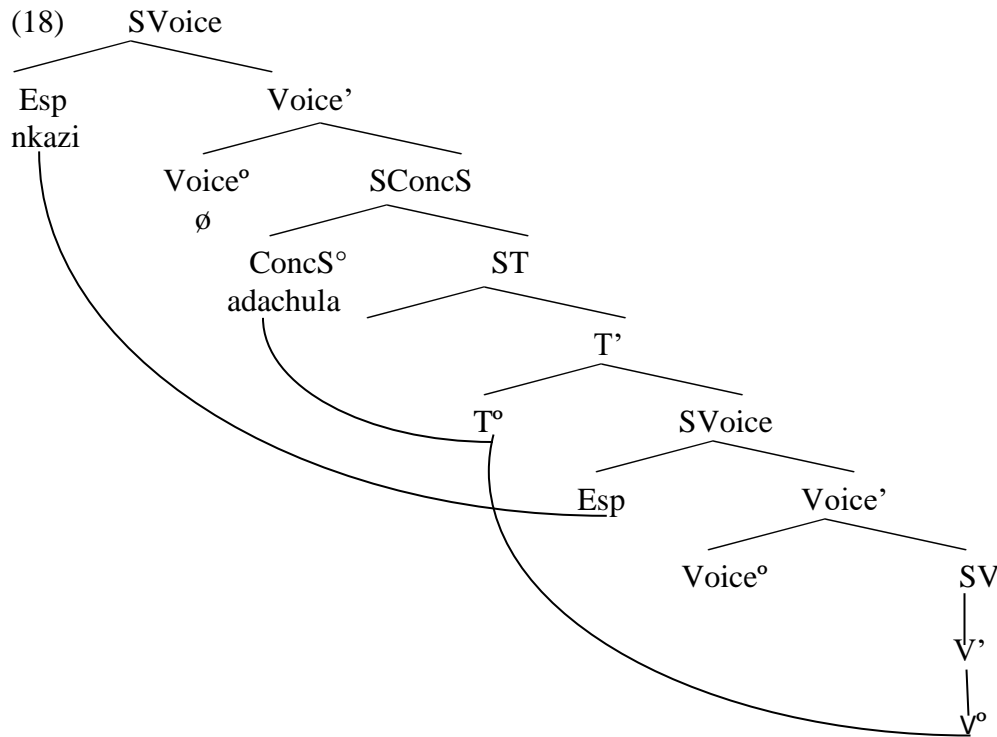
Os exemplos acima ilustram que a extensão passiva não introduz nenhum argumento e, pelo contrário, diminui-os.

Os exemplos mostram a estratégia de passivização de verbos inergativos. Pode-se perceber que, em frases com este tipo de verbo, ocorre apenas o sujeito e não o objecto, e, conseqüentemente, este não pode ser alçado à posição de sujeito, pois não se tem nenhum argumento para ser promovido a agente. Para contornar este problema, Nyungwe introduz na forma verbal o morfema expletivo, o **ku-**, para indicar que a acção de nadar foi realizada por alguém (32.c) e que alguém saltará (33.c). A ocorrência do expletivo pode ser derivada da

nessecidade do cumprimento do PPE, já que não temos o candidato que deveria ocupar esta posição, o objecto.

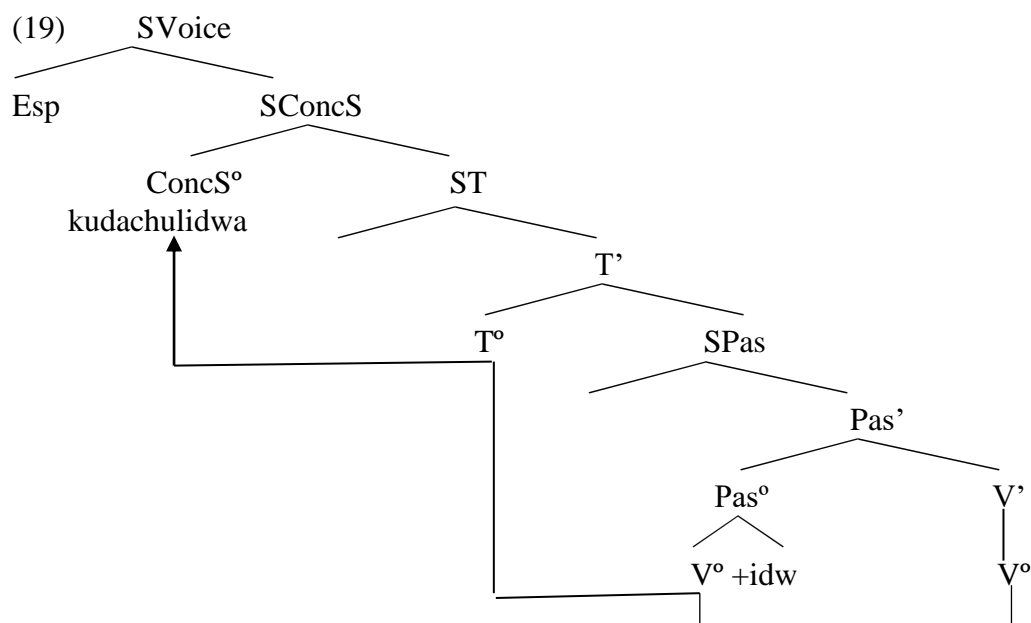
Os nossos exemplos mostram que estamos perante construções passivas impessoais que, no caso em apreço, são formadas a partir de verbos intransitivos (inergativos). Elas excluem o agente. Nelas, não há o alçamento do objecto, pois o agente/sujeito ficou relegado e no seu lugar ocorre o expletivo **ku-**.

A seguir apresentamos a estrutura arbórea de (32.b) e (33.c).



Na estrutura arbórea de (32.b) é visível que estamos perante um verbo inergativo que seleciona um agente, o SN *nkazi* ‘mulher’, introduzido pelo SVoice que ocorre acima do SV lexical. No entanto, move-se para especificador do SVoice que ocorre acima do ST para cumprir o PPE e para receber caso nominativo. Depois de todos os traços verificados a derivação é enviada ao *spell-out* e daqui para as interfaces.

O outro movimento que ocorre é do verbo. Este move-se do núcleo V° onde é gerado para o núcleo T° para a afixação do morfema de tempo e desta forma verificar o traço de tempo. Deste núcleo ocorre um outro movimento para ConcS° para verificar o traço de concordância com o sujeito. A seguir apresentamos a estrutura arbórea de (32.c), a passiva de (33.b):



O diagrama mostra que a afixação da extensão passiva leva à projecção de um sintagma passivo para que o verbo possa mover-se do núcleo  $V^{\circ}$  para  $[Pas^{\circ}/SPas]$  para a afixação do afixo da passiva e verificar o respectivo traço passivo. O verbo derivado depois se move para  $T^{\circ}$  a fim de verificar o traço de tempo. Depois, move-se para o núcleo  $ConcS^{\circ}$  para verificar o respectivo traço. Portanto, estamos a assumir que o morfema **ku-**, o expletivo, é marca de sujeito.

Por isso, acreditamos que, mais uma vez, estes exemplos mostram que estamos perante construções passivas impessoais, as formadas a partir de verbos intransitivos (inacusativos). Nelas não há o alçamento do objecto, pois o agente/sujeito ficou relegado. Vejamos a árvore de (32.b) como estratégia de ilustração do que dissemos até agora.

A seguir apresentamos exemplos de passivização de verbos inacusativos:

- 34.a) ku-gw-a  
15-cair-VF  
'cair'
- b) Tsamba l-a-gw-a.  
carta 5-MT-cair-VF  
'a carta caiu.'
- c) \*l-a-gw-iw-a.  
5-MT-cair-Pas-VF
- d) ku-da-gw-iw-a  
expl-MT-cair-Pas-VF



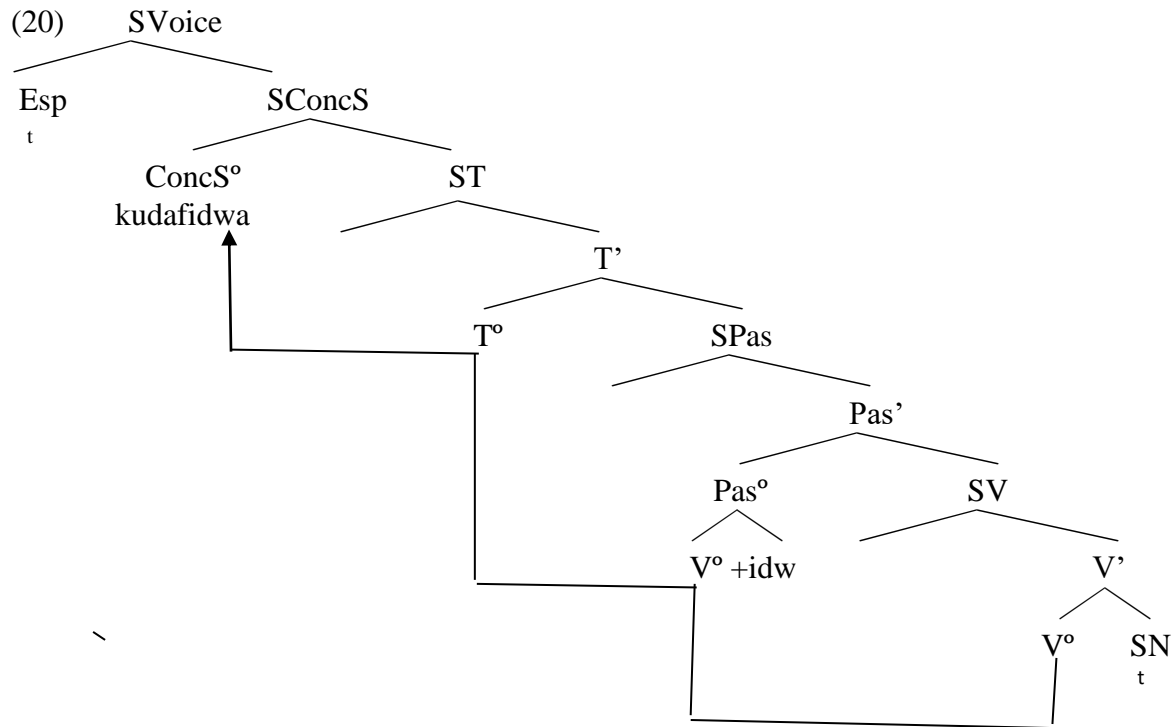
- ‘caiu-se.’
- 35.a) ku-f-a  
15-morrer-VF  
‘morrer’
- b) cimanga c-a-f-a.  
7-milho 7-MT-morrer-VF  
‘o milho secou.’
- c) \*c-a-f-iw-a  
7-MT-morrer-Pas-VF
- d) ku-da-f-iw-a  
expl-MT-morrer-Pas-VF  
‘morreu-se.’

Nos exemplos acima, vemos que diferente do que acontece em verbos inergativos, a passivização de verbos inacusativos pode produzir construções agramaticais (34.c e 35.c). A explicação para esta agramaticalidade pode estar assente na natureza argumental deste tipo de verbo. Como se disse antes, os verbos inacusativos selecionam um SN como argumento interno, mas que depois se move para a posição de sujeito para a verificação de traços e cumprir o PPE. Portanto, há um movimento que visa a promoção de um argumento interno para a posição de sujeito, operação que também é realizada na passiva. Quando a extensão passiva ocorre no radical, o argumento interno já não está lá para ser promovido.

No entanto, em (34.d) e (35.d) apresentamos exemplos que ilustram uma passivização dos verbos inacusativos. Estas construções são passivas impessoais, mas com significados diferentes que não nos permitem que as consideremos passivas das activas (34.b e 35.b).

Contudo, abrem espaço para que pensemos que a passivização de verbos inacusativos resulta em novos significados *kudafiwa* ‘morreu-se’, várias mortes causadas por uma epidemia numa determinada aldeia e *kudafikiwa* ‘chegou-se’ ao destino. Nestes exemplos podemos notar que também ocorre o morfema expletivo **ku-**, como na passivização de inergativos. Acreditamos que estes exemplos mostram que estamos perante construções passivas impessoais, mas não apenas porque o sujeito foi relegado (verbos inergativos), mas também porque, teoricamente, não ocorre o alçamento do objecto, pois este já foi antes alçado da posição de complemento do SV, onde foi gerado para especificador do SVoice. Portanto, é justo falar-se da relegação do agente/sujeito em verbos inergativos, visto que neles há um sujeito gerado no especificador do SV. Não pretendemos de forma alguma defender que em verbos inacusativos não ocorre a relegação do sujeito/agente, mas achamos que esta explicação não é suficiente para o que acontece em verbos inacusativos onde o sujeito só está na posição de especificador do SVoice

(**ku-**) porque ocorreu um movimento para a verificação de traços e para cumprir o PPE. Então, já se promoveu o objecto para o especificador. Vejamos a árvore de (35.d) como ilustração do que dissemos até agora.



Na árvore acima é visível que o SN objecto é gerado na posição de complemento (comp., doravante) do SV, mas foi movido para especificador de SVoice pelos motivos acima descritos. Tanto no SN como no especificador do SVoice, o traço visa apenas ilustrar a ocorrência de um movimento anterior a passivização.

Tanto em verbos inergativos como em inacusativos, nas passivizações que ilustramos como correctas não há um objecto a ser colocado para a posição de sujeito e, por isso, introduz-se o expletivo **ku-** que ocorre antes da marca de tempo para ocupar a posição de sujeito.

Vejamos mais exemplos com verbos da mesma classe verbal:

- 36.a) ku-gak-a  
15-arder-VF  
'arder'
- b) folya l-a-gak-a.

- tabaco 5-MT-arder-VF  
 ‘o tabaco ardeu.’
- c) \*1-a-gak-iw-a  
 5-MT-arder-Pas-VF
- d) ku-da-gak-iw-a  
 expl-MT-arder-Pas-VF  
 ‘ardeu-se’
- 37.a) ku-pfond-a  
 15-ferroar-VF  
 ‘ferroar’
- b) nyoci yi-da-pfond-a.  
 9-abelha 9-MT-ferroar-VF  
 ‘a abelha ferroou.’
- c) w-a-pfond-ew-a.  
 2-MT-ferroou-Pas-VF  
 ‘ele/a foi ferroadou.’

Os exemplos acima mostram mais uma vez a impossibilidade de passivização de alguns verbos inacusativos. A tentativa de passivização do exemplo (36.c) resultou numa construção não aceite pelos falantes, daí a sua agramaticalidade. Mas, o mesmo não pode ser dito em relação (36.d), construção aceite pelos falantes.

Quanto a nós, a agramaticalidade do exemplo (36.c) pode, mais uma vez, estar relacionada com a estrutura argumental dos verbos inacusativos. O argumento interno destes verbos é um SN objecto que, na estrutura de superfície, ocorre na posição de especificador do SVoice movido do lugar de complemento do SV para a verificação de traços e para cumprir o PPE. Destarte, a extensão passiva não encontra um objecto para o promover a sujeito da frase passiva, excepto casos como o do exemplo (36.d).

Os exemplos mostram que é possível uma passivização impessoal. Contudo, a passivização não é exactamente da construção (36.b), mas sim de uma construção indefinida, como, por exemplo, *nyumba zidagasiwa* ‘as casas foram queimadas’ e a passiva seria, segundo alguns falantes, uma construção como a (36.d).

Neste trabalho, defendemos que a passivização de verbos inacusativos resulta em construções com novos significados.

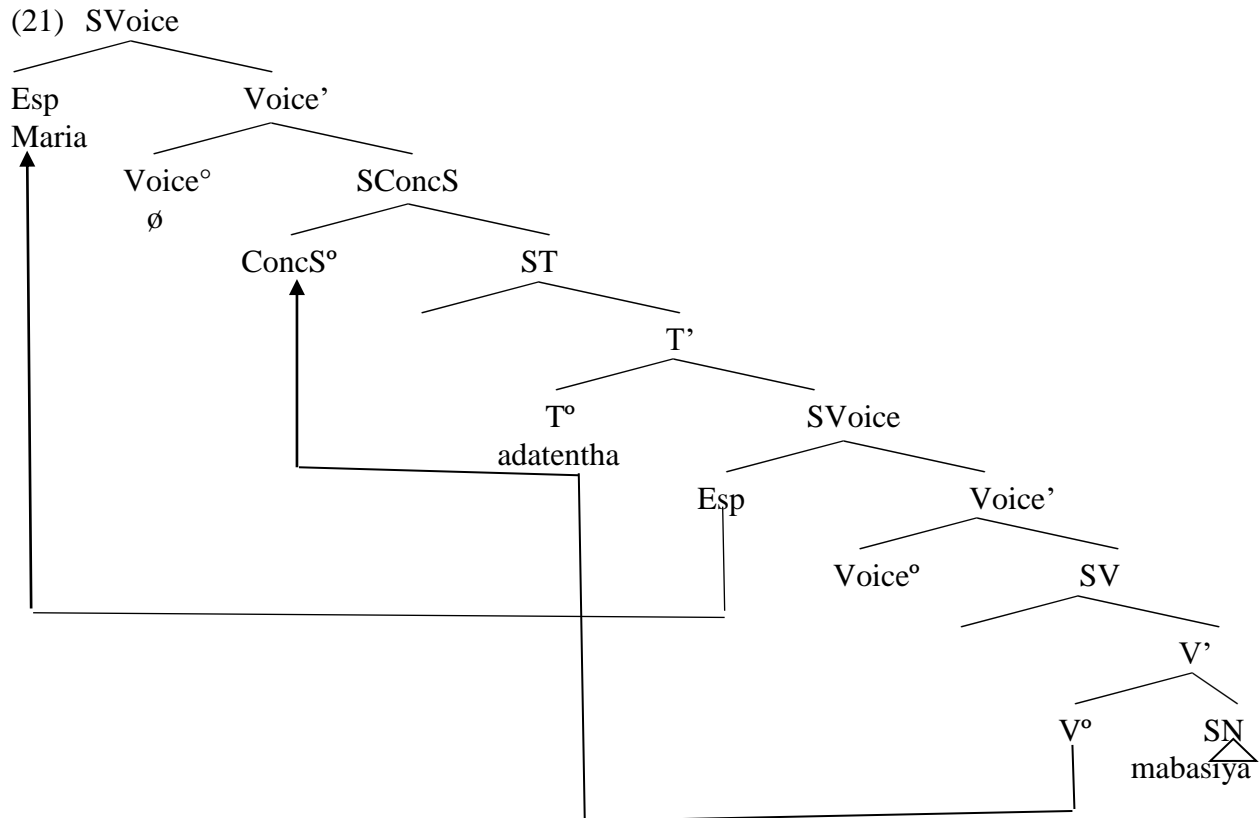
Vejamos, a seguir, a ocorrência da extensão passiva em verbos transitivos (monotransitivos e di-transitivos):

- 38.a) ku-mal-a  
15-acabar-VF  
'acabar'
- b) Kapenu a-ndza-mal-a folha.  
Kapenu 1-MT-acabar-VF 5-tabaco  
'o Kapenu acabará o tabaco.'
- c) folha li-ndza-mal-iw-a (na Kapenu).  
5-tabaco 5-MT-acabar-Pas-VF (pelo Kapenu)  
'o tabaco será acabado pelo Kapenu.'
- d) ku-ndza-mal-iw-a folha  
expl-MT-acabar-Pas-VF 5-tabaco  
'acabar-se-á o tabaco.'
- 39.a) ku-tenth-a  
15-queimar-VF  
'queimar'
- b) Maria a-da-tenth-a mabasiya.  
Maria 1-MT-queimar-VF 6-bacias  
'a Maria queimou as bacias.'
- c) mabasiya ma-da-tenth-edw-a (na Maria).  
6-bacias 6-MT-queimar-Pas-VF (pela Maria)  
'as bacias foram queimadas pela Maria.'
- d) ku-da-tenth-edw-a mabasiya.  
expl-MT-queimar-Pas-VF 6-bacias  
'queimou-se bacias.'

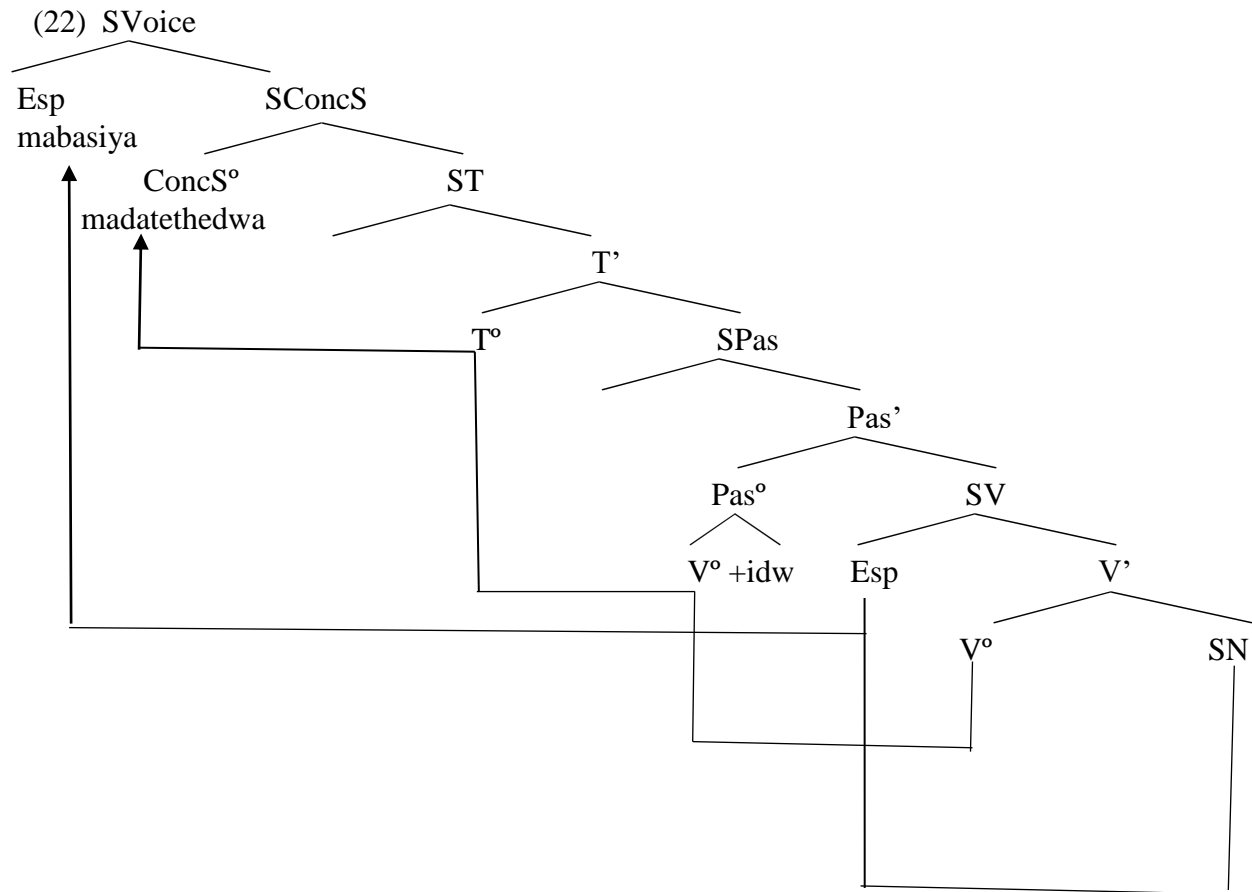
Nos exemplos acima, apresentamos a passivização de verbos monotransitivos, com dois argumentos. No exemplo (38.a) e (39.a) apresentamos o verbo *kumala* 'acabar' e *kutentha* 'queimar' cujos argumentos são: Kapenu e *folha* 'tabaco' e Maria e *basiya* 'bacia', respectivamente. No exemplo (38.b) e (39.b) quando se afixa o morfema passivo forma-se uma construção passiva pessoal, na qual um agente específico está implicado, mas não está expresso ou é expresso como oblíquo. No exemplo (38.c) e (39.c) o SN objecto *folha* 'tabaco' e *basiya* 'bacia' são promovidos a sujeito e os SN antes sujeito, Kapenu e Maria, ocorrem como opcionais.

Os exemplos (38.d) e (39.d) ilustram que é possível a formação de uma passiva impessoal cuja semântica não será muito diferente daquela que temos vindo a referir em relação a este tipo de passivas nos exemplos com verbos inergativos e inacusativos. Nos exemplos acima, nota-se que os objectos continuam com o seu papel de objecto, ou seja, não são promovidos, mas os sujeitos são relegados e um expletivo (morfema **ku-**) ocupa o seu lugar na estrutura do verbo. Assumindo-se que (38.d) não surge no discurso como informação nova, pode-se omitir o objecto.

A seguir, representamos a estrutura de (39.b) e (39.c) apenas porque a estrutura (39.d) não será muito diferente da que apresentamos acima.



Na árvore está representada a estrutura argumental de um verbo monotransitivo. Nele vemos dois movimentos do verbo e do SN Maria. O verbo move-se do núcleo V° para o núcleo T° para receber o traço de tempo e deste núcleo para ConcS° para verificar o traço de concordância com o sujeito. Por sua vez, o SN Maria move-se do especificador do SVoice para cumprir o PPE e receber caso nominativo no SVoice que ocorre acima do ST. A seguir apresentamos a construção passiva da frase acima.



A árvore mostra que diferentemente da estrutura activa acima apresentada, com a passivização da estrutura (39.b), o SN *mabasiya* ‘bacias’, SN objecto em (38.b), move-se desta posição para especificador do SVoice para se tornar o sujeito da frase. É neste núcleo onde recebe caso nominativo e cumpre o PPE. Depois a derivação é enviada para o *spell-out* e de lá para as interfaces: FF e FL.

O outro movimento que ocorre é do verbo. Este move-se de V°, seu núcleo, para [Pas°/Spas] para que se afixe a extensão passiva e deste modo verificar o traço passivo e em seguida, ocorre um outro movimento para o núcleo T° para a verificação do traço de tempo e, a seguir, para o núcleo ConcS° para verificar o traço de concordância com o sujeito. Para terminar, a derivação é enviada ao *spell-out* e para as interfaces.

A seguir, apresentamos a passivização de verbos transitivos, que têm um argumento externo e dois internos. Pertencem a esta classe os verbos de transferência de posse como **dar** e

de posicionamento, **colocar** ([www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint11/.php](http://www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint11/.php), acessado a 13/10/2016). Para Waweru (2011) os verbos de posicionamento em bantu, para além do tema, seleccionam um objecto locativo mas, este último não é tratado como argumento obrigatório seleccionado por verbos ditransitivos, uma vez que todos os verbos podem seleccionar SLocs como objectos. Seguindo este pensamento, neste trabalho defendemos que se os argumentos seleccionados pelos verbos servem para os dividir em classes (intransitivos, inergativos, inacusativos, monotransitivos e ditransitivos), os argumentos locativos por ocorrerem com todos os verbos de posicionamento não podem ser tratados como ditransitivos. Vejamos os exemplos abaixo:

- 40.a) ku-pas-a  
15-dar-VF  
'dar'
- b) Siriza            a-ni-pas-a            yavu            cisayi.  
Siriza            1-MT-dar-VF            1-avó            7-carril  
'a Siriza dará carril à avó.'
- c) cisayi            ci-ni-pas-iw-a            yavu            (na Siriza)  
7-carril            7-MT-dar-Pas-VF            1-avó            pela Siriza  
'o carril será entregue à avó pela Siriza.'
- d) yavu            a-ni-pas-idw-a            cisayi            (na Siriza)  
1-avó            1-MT-dar-Pas-VF            7-carril            pela Siriza  
'a avó ser-lhe-a dada carril (pela Siriza).'
- e) cisayi            ci-ni-pas-idw-a.  
7-carril            7-MT-dar-Pas-VF  
'o carril será entregue a alguém.'
- f) yavu            a-ni-pas-idw-a.  
1-avó            1-MT-dar-Pas-VF  
'entregar-se-á algo à avó.'

As construções ditransitivas que temos vindo a mostrar ilustram que em Nyungwe podem ocorrer construções de duplo objecto mesmo sem a ocorrência da extensão applicativa.

No exemplo (40.a), temos um verbo transitivo directo, aquele cujo complemento vem ligado ao verbo directamente, sem nenhuma preposição obrigatória ([www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint11/.php](http://www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint11/.php), acessado a 13/10/2016). Ele selecciona três argumentos, um externo e dois internos. O argumento externo é Siriza e os internos, *yavu* 'avó', beneficiário da acção verbal e *cisayi* 'caril', o tema.

Em (40.c) ilustramos que ao ser passivizado o verbo *kupasa* 'dar', o tema *cisayi* 'caril' é promovido para a posição de sujeito, e, por isso, move-se da posição onde foi gerado, complemento indirecto do SV para especificador do SConcS enquanto *yavu* 'avó' continua na

posição onde foi gerado complemento directo do SV. O SN antes sujeito Siriza passa a adjunto na passiva.

No exemplo (40.d) mostramos uma outra estratégia de passivização. Nela, promove-se o SN complemento directo, ou seja, o beneficiário *yavu* ‘avó’ para o sujeito e o SN antes complemento indirecto, ou tema, *cisayi* ‘caril’, também é alçado para a posição de complemento directo da passiva. As duas construções passivas (40.c) e (40.d) não são muito dependentes da construção activa que as originou, pois a partir delas tem-se a informação verbal completa, isto é, informação completa sobre a acção que teve lugar. Por não ser muito dependente da activa pode ocorrer como informação nova no discurso.

Para terminar, em (40.e) e (40.f) estamos perante outras estratégias de passivização, a que promove o tema *cisayi* ‘caril’ para a posição de sujeito e dispensa não só o sujeito da activa, mas também o beneficiário (*yavu* ‘avó’) que ocorria no exemplo (40.c). A passiva (40.f) promove para a posição de sujeito o beneficiário *yavu* ‘avó’ e dispensa tanto o sujeito Siriza como o tema *cisayi* ‘caril’ para a posição de sujeito. Estas passivas são muito dependentes da construção activa da qual resultaram, pois têm uma semântica de indifinitude, mas com a garantia de que a acção realmente teve/terá lugar, uma espécie de aspecto perfectivo. Contudo, para alguns falantes, nos dois exemplos (40.e) e (40.f), as construções passivas estão incompletas e, por isso, são pouco aceitáveis.

Olhemos para outras estratégias de passivização nos exemplos abaixo:

- 41.a) ku-yikh-a  
15-pôr-VF  
‘pôr’
- b) Maria a-da-yikh-a madosi pa-m-phasa.  
Maria 1-MT-por-VF 6-doces 16-9-esteira  
‘a Maria pôs os doces na esteira.’
- c) madosi ma-da-yikh-idw-a (pa-mphasa).  
6-bacia 1-MT-queimar-Pas-VF na 16-9-esteira  
‘os doces foram postos na esteira.’
- d) pa mphasa pa-da-yikh-idw-a madosi.  
na 9-esteira 16-MT-pôr-Pas-VF 6-doces  
‘na esteira, foram postos doces.’
- e) \*pa mphasa, pa-da-yikh-idw-a.  
na 9-esteira 16-MT-pôr-Pas-VF
- f) ?pa-da-yikh-idw-a  
16-MT-pôr-Pas-VF  
‘pôs-se’



- g) ma-da-yikh-idw-a (madosi pamphasa)  
 6-MT-pôr-Pas-VF 6-doces 16-esteira  
 ‘foram postos (os doces na esteira).’

O verbo (41.a) também é ditransitivo. Selecciona três argumentos: um externo (SN Maria) e dois internos: um SN *madosi* ‘doces’, o tema e um SLoc *pamphasa* ‘na esteira’. Seguindo Waweru (2011) o verbo *kuyikha* ‘pôr’ tem apenas dois argumentos: um externo (Maria) e um interno, o tema (*madosi* ‘doces’).

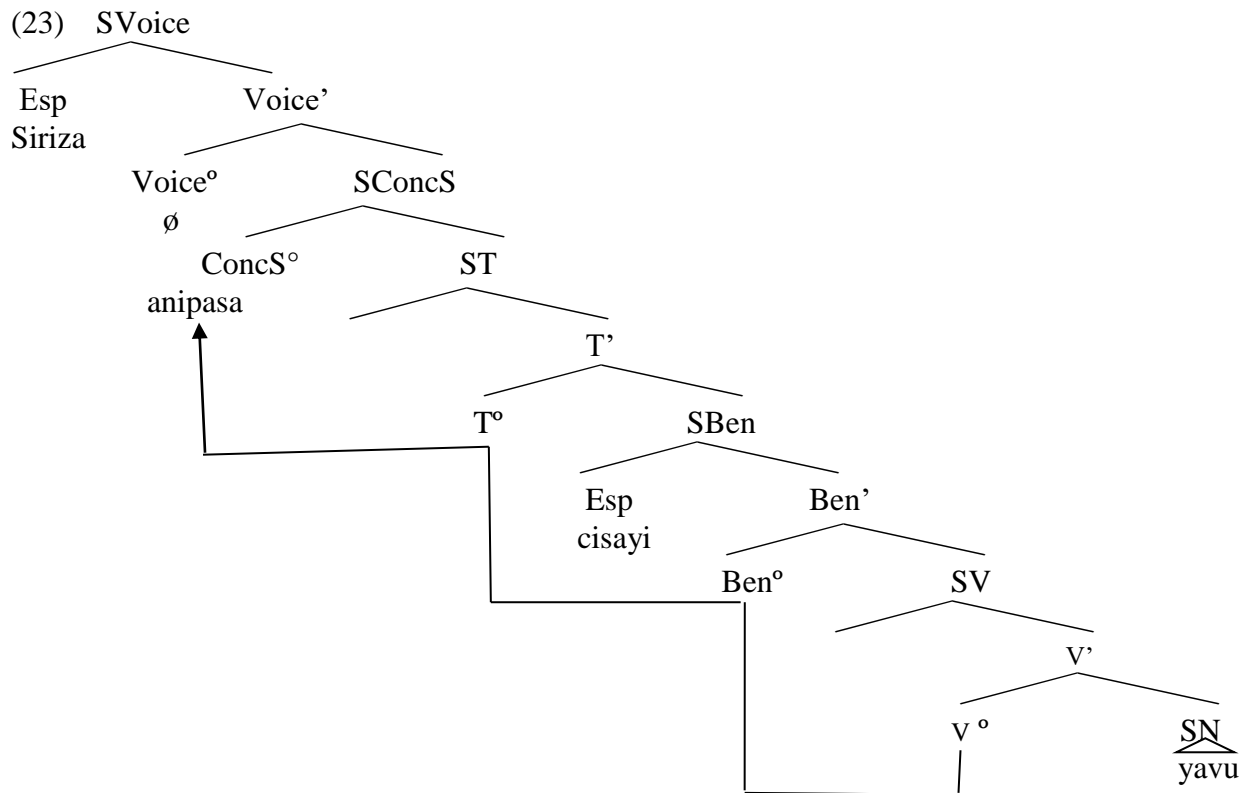
No exemplo (41.c), onde ocorre a extensão passiva, o tema é promovido a sujeito e o SLoc ocorre como opcional. A sua ausência não interfere na gramaticalidade muito menos na semântica dela em relação a activa. No entanto, no exemplo (41.d) mostramos que é possível numa passiva promover-se o SLoc para a posição de sujeito, tópico, mas o tema deve obrigatoriamente ocorrer. A sua ausência resultaria numa estrutura agramatical, como a (41.e). O exemplo (41.f) ilustra uma construção passiva pouco aceite pelos falantes. Nela, ocorre o alçamento do Loc para a posição de sujeito e exclui-se o tema e o sujeito da activa. A pouca aceitabilidade desta passiva pode estar relacionada com o facto de o SLoc não ser um complemento obrigatório seleccionado pelo verbo *kuyikha* ‘pôr’.

Diferente do que verificamos no exemplo (41.f), em (41.g), vemos que estamos perante uma estratégia de passivização que alça o tema através de um morfema que ocorre na estrutura verbal. A construção resultante é muito dependente da activa e é aceite pelos falantes, mesmo sem o SN tema *madosi* ‘doces’ e o SLoc *pamphasa* ‘na esteira’.

Os exemplos (41.b-f) e (41.b-f) mostram o que Woolford (1993) já tinha observado em Kinyarwanda, Norueguês e Sueco, onde os dois SNs podem ser passivizados, as chamadas passivas simétricas que diferem das passivas assimétricas onde apenas um SN pode ser passivizado (Inglês, Fula, Chichewa) e Gikuyu (cf. Waweru 2011: 119).

A seguir apresentamos a estrutura arbórea de (40.b) e (40.c), construções resultantes de um verbo di-transitivo:

- 40.b) Siriza a-ni-pas-a cisayi yavu. .  
 Siriza 1-MT-dar-VF 7-carril 1-avó  
 ‘a Siriza dará carril à avó.’



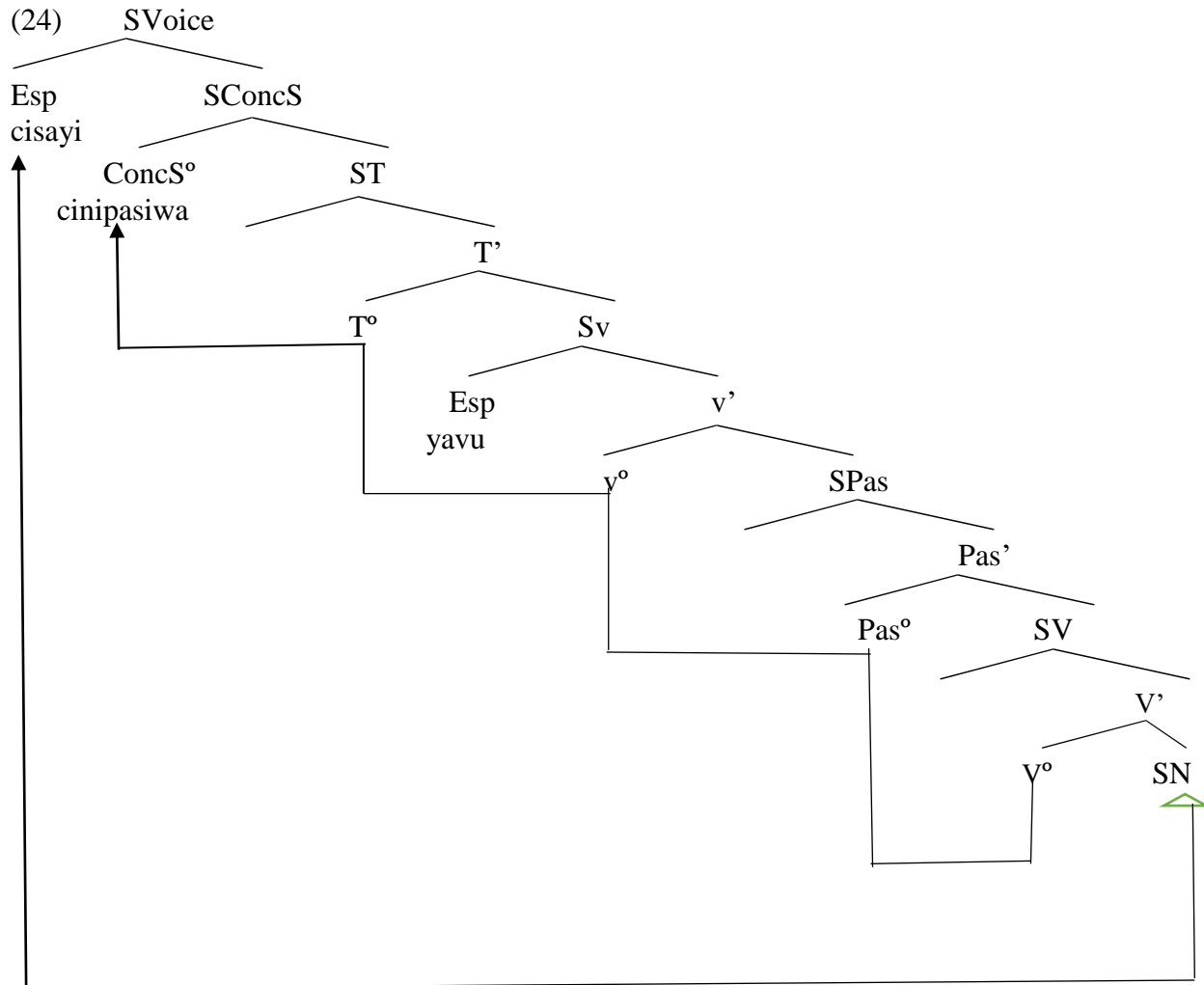
Na árvore acima, mostramos a estrutura argumental de um verbo ditransitivo onde se vêem dois tipos de movimentos. O primeiro movimento é do verbo do núcleo lexical onde é gerado para o núcleo benefactivo, cuja projecção máxima é responsável pela introdução do argumento com o papel de beneficiário *yavu* ‘avó’. Em seguida, o verbo com o traço benefactivo move-se para o núcleo do verbo leve na proposta de Halle e Keyser (1993) que é responsável pela introdução do argumento com o papel de tema. Depois, o verbo move-se para T° e ConcS° onde se afixam os morfemas de tempo e de concordância com o sujeito, respectivamente. Os movimentos do verbo são curtos para não violar a minimalidade relativizada de Rizzi (1990), uma teoria que não permite que os elementos movidos saltem os elementos da mesma categoria. O outro movimento que ocorre é do SN *cisayi* ‘caril’ que é movido da posição de argumento interno do verbo para receber caso dativo no especificador do Sv. Em seguida, a derivação é enviada para o *spell-out* e de lá para as interfaces.

A inclusão do Sbenefactivo, apesar da inexistência do morfema aplicativo, visa dar resposta à introdução do beneficiário *yavu* ‘avó’ na estrutura arbórea.

O SVoice introduz o SN agente à estrutura. Este SN agente recebe caso nominativo atribuído pelo núcleo T° e cumpre o PPE.

A seguir, ilustramos a projecção da estrutura passivizada:

40.c) cisayi            ci-ni-pas-iw-a            yavu            (na Siriza).  
 7-carril            7-MT-dar-Pas-VF            1-avó            pela Siriza  
 ‘o carril será entregue à avó pela Siriza.’



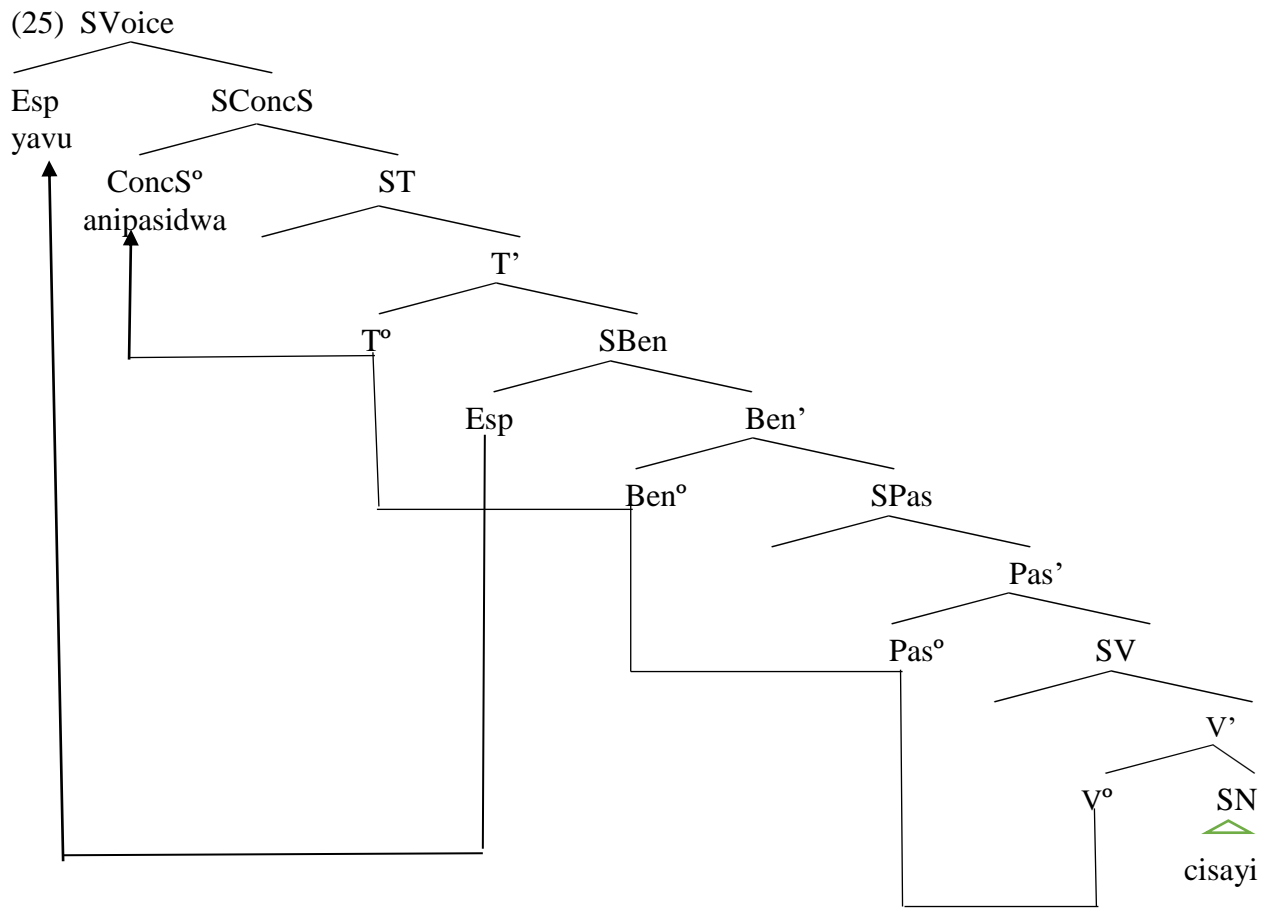
Segundo Woolford (1993), que analisa as construções passivas em Norueguês e Sueco, defendemos que na estrutura acima, o verbo mantém a capacidade de atribuir caso estrutural aos seus dois objectos. Nelas, o verbo atribui caso estrutural acusativo ao SN que permanece no SV, no nosso exemplo SN *yavu* ‘avó’. O SN *cisayi* ‘carril’ move-se para especificador do SVoice para receber caso nominativo.

O verbo lexical move-se do V° para Pas°, onde se afixa a extensão passiva. Em seguida, respeitando a teoria de minimalidade relativizada de Rizzi (1990) move-se para v°.

A seguir ocorre um outro movimento para o núcleo T° para a verificação do traço de tempo e, deste para ConcS° para a afixação do morfema de concordância com o sujeito.

Olhemos agora a árvore da passiva em que *yavu* ‘avó’ está no especificador do SConcS:

40.d)    *yavu*    *a-ni-pas-idw-a*            *cisayi*            (na Siriza).  
           1-avó    1-MT-dar-Pas-VF            7-carril            pela Siriza  
           ‘a avó ser-lhe-á dada carril (pela Siriza).’



Na proposta de Woolford (1993), na árvore acima, o verbo passivo atribuiu o caso acusativo ao SN *cisayi* ‘caril’ que ocorre como complemento do SV, onde recebe o caso acusativo. Mas o SN *yavu* ‘avó’ é alçado de especificador do SBen para especificador de SVoice para receber caso nominativo.

O verbo lexical move-se do núcleo V° para Pas°, onde se afixa a extensão passiva. Em seguida move-se para v° respeitando a teoria de minimalidade relativizada de Rizzi (1990). Depois ocorre um outro movimento para T° para a verificação do traço de tempo e depois para ConcS° para que o morfema de concordância com o sujeito seja afixado.

Em Nyungwe, tal como em Norueguês e Sueco, os dois SNs podem permanecer no SV, recebendo o caso semelhante ao que receberiam na construção activa.

Em jeito de conclusão podemos afirmar que em Nyungwe as construções passivas são obtidas através de um morfema passivo. A língua usa dois tipos de passivas: pessoais e impessoais. As passivas pessoais são construções para as quais um agente específico está implicado, mas não está expresso ou é expresso como oblíquo, enquanto as passivas impessoais são construções que reduzem a importância do agente e, por isso, não há o alçamento do objecto, pois o agente/sujeito fica relegado.

Em termos gerais, a extensão passiva projecta o seu núcleo e o verbo lexical move-se do núcleo V° para verificar traço da passiva.

Depois de termos falado da extensão passiva, na sub-secção que se segue analisamos a extensão recíproca.

#### **5.1.4 Extensão recíproca**

De acordo com Ngunga (2014), a extensão recíproca, tal como a passiva, pertence ao grupo de extensões -O, aquelas que reduzem o número de argumentos na frase. A conclusão de Ngunga (2014) deve-se ao facto de esta extensão derivar um predicado de um lugar a partir de um predicado de dois lugares, ou, reduzir, em geral, para um, os argumentos associados ao predicado não recíproco (MCHOMBO 2007; COCCHI 2008). Esta extensão também deriva predicados com uma interpretação semântica de reciprocidade, ou seja, mostra que o SN sujeito é ao mesmo tempo agente e paciente. Visto que a acção é mutuamente realizada entre os participantes, eles agem um para o outro (MATSINHE 1994; KAMFULI 2009; WAWERU 2011).

Neste trabalho adoptaremos a definição de Cocchi (2008) pela sua praticidade. De acordo com a autora, esta extensão indica uma acção que acontece entre duas partes, e pode ocorrer em qualquer verbo compatível com esta interpretação semântica.

De acordo com Ngunga (1997), por expressar a semântica de ‘juntos’, ‘coesão’

(associação), esta extensão é também descrita por alguns autores (SCHADEBERG 2003; KIMENYI 2013) como sendo ‘associativa’ ou ‘comitativa’, com comportamentos distintos dos da recíproca.

Como se pode facilmente perceber a partir destas definições, apesar de ser sintacticamente intransitiva, esta extensão é semanticamente transitiva, pois dois participantes estão a realizar a mesma acção um para o outro (WAWERU 2011) sendo os dois sujeitos e objectos do mesmo verbo (KIMENYI 2013). Ela apenas pode ser afixada em verbos transitivos com sujeito não simples, mas animados ou em poucos inanimados capazes de se movimentarem (WAWERU op. cit).

De acordo com Mchombo (2007), nas línguas bantu, ela é realizada através do morfema (-**an-**). No entanto, em algumas línguas a extensão recíproca é realizada por mais de um morfema. Em Ciyao e Luganda (-**agan-**); Kikongo (-**azyán-**); Runyambo, Tshiluba (-**angan-**). Esta extensão já despertou o interesse de vários bantuístas (MCHOMBO 1993; MCHOMBO 2007; MCHOMBO e NGUNGA 1994; COCCHI 2008; MWAMZANDI 2012; KHUMALO 2014; BOSTOEN e NZANG-BIE 2010). Nestes estudos, tem-se feito a distinção das diferentes construções recíprocas. São estas distinções que a seguir apresentamos.

Plank (2002) afirma que a distinção morfológica das construções recíprocas é baseada no facto de se ter que analisar se na formação do predicado recíproco se usou um argumento pronominal ou quantificacional com a semântica de reciprocidade ou esta foi formada através de uma operação na estrutura argumental no verbo e se esta operação ocorre produtivamente na sintaxe ou no léxico. Outra distinção é feita entre construções recíprocas dedicadas *vs* polissêmicas (recíprocas e reflexiva, colectiva) (cf. WAWERU 2011).

Igualmente, Mwamzandi (2012) centrou o seu estudo na realização semântica das construções recíprocas. Para o autor, semanticamente, ligou-se a variação das construções recíprocas ao significado dos verbos e factores metalinguísticos específicos da língua. Portanto, a semântica dos verbos em que o(s) morfema(s) recíproco(s) pode(m) ocorrer e os factores metalinguísticos podem levar à distinção intralinguística destas construções. Vamos com base nesta ideia ver, neste estudo, o que acontece em Nyungwe.

Para Kimenyi (2013), o sufixo -**an-** representa um caso abstracto, o caso comitativo, que licencia diferentes tipos de argumentos: recíproco, comitativo, modo, objectos não especificados. Esta ideia explica por que razão os seus complementos não podem ser tratados de

uma forma unificada. De acordo com o autor, este tipo de assimetria não pode surpreender se ela for tratada como outros sufixos que atribuem caso, o aplicativo, que é polissemântico e poli-funcional.

A par das distinções das construções recíprocas, Bruening (2006) faz uma análise da morfossintaxe e semântica das construções recíprocas que ainda que preliminar, pelo debate que levanta é importante para o nosso estudo. Neste estudo, o autor defende que a extensão recíproca é um tipo de núcleo *Voice*. É um predicado de ordem superior que tem um SV com um argumento de um indivíduo não saturado como seu argumento. Em seguida, introduz a semântica de reciprocidade afirmando que o argumento que ele projecta no Esp-SVRecip é tanto o agente como o argumento interno não saturado do SV. Com base em dados do Japonês, o autor defende que os verbos recíprocos devem ser tratados como inergativos. São verbos transitivos que perderam os seus argumentos internos. Esta ideia (considerar a morfologia recíproca como uma parte da morfologia introdutora do argumento externo) leva a que esta extensão recíproca seja incompatível com verbos inacusativos. Fora este pormenor, esta extensão pode ocorrer com verbos intransitivos, introduzindo um argumento interno.

Num estudo diferente dos que citamos até agora, Mchombo (1993) analisou as construções recíprocas em Chichewa. Para o autor, a distribuição assimétrica destes morfemas nos verbos deve ser explicada dentro de uma teoria adequada que não os trate como anáforas presas. Por isso, as versões recentes da TRL não poderiam explicar essas assimetrias.

No presente trabalho, descrevemos a tipologia de construções recíprocas que ocorrem e analisámo-las à luz do PM.

#### **5.1.4.1 A Extensão Recíproca em Nyungwe**

Na sub-secção anterior descrevemos a extensão recíproca nas línguas bantu. A presente sub-secção é reservada à análise dos dados em Nyungwe. Em Nyungwe, as construções recíprocas são formadas através da afixação do sufixo **-an-** na raiz verbal.

Tal como vimos, esta extensão deriva um predicado de um lugar a partir de um predicado de dois lugares, ou, reduz, em geral, para um, os argumentos associados ao predicado não recíproco. Por ter esta característica esta extensão tem sido descrita como não muito produtiva, pois só pode ocorrer em verbos transitivos cujos argumentos são animados ou em poucos

inanimados capazes de se movimentarem. Portanto, não podem ocorrer em verbos intransitivos (inergativos e inacusativos).

Vejamos nos exemplos abaixo as consequências da ocorrência da extensão recíproca num verbo inergativo:

- 42.a) dzulo, atsikana            w-a-der-a.  
       ontem 2-menina        2-MT-pilar-VF  
       ‘ontem, as meninas pilaram.’
- b) \*dzulo atsikana            w-a-der-an-a.  
       ontem 2-menina        2-MT-pilar-Rec-VF
- c) dzulo, atsikana            w-a-der-es-an-a.  
       ontem 2-menina        2-MT-pilar-Caus-Rec-VF  
       ‘ontem as meninas fizeram-se pilar.’
- d) dzulo, atsikana            w-a-der-er-an-a.  
       ontem 2-meninas       10-MT-pilar-Apl-Rec-VF  
       ‘ontem as meninas pilaram uma em benefício da outra.’

Os exemplos acima apresentam a ocorrência da extensão recíproca num verbo inergativo. No exemplo (42.b), vemos que a afixação desta extensão resulta numa construção agramatical, pois tanto a extensão como o verbo no qual ela ocorre são intransitivos. O facto de o sujeito da frase ter dois participantes, não foi suficiente para que a frase fosse gramatical. Por esta extensão ser intransitiva, deve-se transitivizar o verbo ao qual se irá afixar antes da sua ocorrência. É o que fizemos em (42.c) através da ocorrência da extensão causativa (+O) antes da recíproca e a construção é aceite pelos falantes.

No exemplo (42.d) o verbo passou a ser transitivo depois que se afixou a extensão applicativa. A construção resultante é gramatical. Ela denota que a acção verbal é sofrida pelos dois sujeitos. Portanto, as meninas pilaram uma para a outra, numa situação em que cada uma tem o seu milho por pilar e, uma pilando pela outra.

A ocorrência da extensão recíproca num verbo inergativo resulta numa construção agramatical. A mesma construção vira gramatical quando se afixa uma extensão +O.

A seguir apresentamos exemplos da ocorrência da extensão recíproca num outro verbo que por ser intransitivo não fugirá muito do que vimos no exemplo anterior:

- 43.a) nkazi            na        mamuna        a-ndza-bwer-a.  
       1-mulher        e        1-homem       2-MT-vir-VF  
       ‘a mulher e o homem virão.’
- b) \* nkazi            na        mamuna        a-ndza-bwer-an-a.



- |    |   |    |         |                        |
|----|---|----|---------|------------------------|
|    | 1-mulher                                  | e  | 1-homem | 2-MT-vir-Rec-VF        |
| c) | nkazi                                     | na | mamuna  | a-ndza-bwer-es-an-a.   |
|    | 1-mulher                                  | e  | 1-homem | 2-MT-vir-Caus-Rec-VF   |
|    | 'a mulher e o homem far-se-ão vir.'       |    |         |                        |
| d) | nkazi                                     | na | mamuna  | a-ndza-bwer-er-an-a.   |
|    | 1-mulher                                  | e  | 1-homem | 2-MT-vir-Caus-Rec-VF   |
|    | 'a mulher e o homem irão reconciliar-se.' |    |         |                        |
| e) | *mwala                                    | na | cisu    | bzi-ndza-bwer-es-an-a. |
|    | 3-pedra                                   | e  | 7-faca  | 8-MT-vir-Caus-Rec-VF   |
| f) | *mwala                                    | na | cisu    | bzi-ndza-bwer-er-an-a. |
|    | 3-pedra                                   | e  | 7-faca  | 8-MT-vir-Caus-Rec-VF   |

À semelhança do que vimos em relação a ocorrência da extensão recíproca em verbos inergativos, no exemplo acima (43.b), vemos que a afixação desta extensão (-O) num verbo intransitivo resulta numa construção agramatical. Esta frase é agramatical apesar do SN ser composto por nomes animados. No exemplo (43.c), a extensão recíproca ocorre depois da extensão causativa (+O) e o resultado é uma construção gramatical em que os dois sujeitos fazem-se realizar a acção descrita pelo verbo. Em (43.d) afixamos a extensão applicativa antes da recíproca e a construção resultante tem a semântica de reconciliação. Portanto, os dois SNs virão um para o outro, mas no sentido de reconciliação.

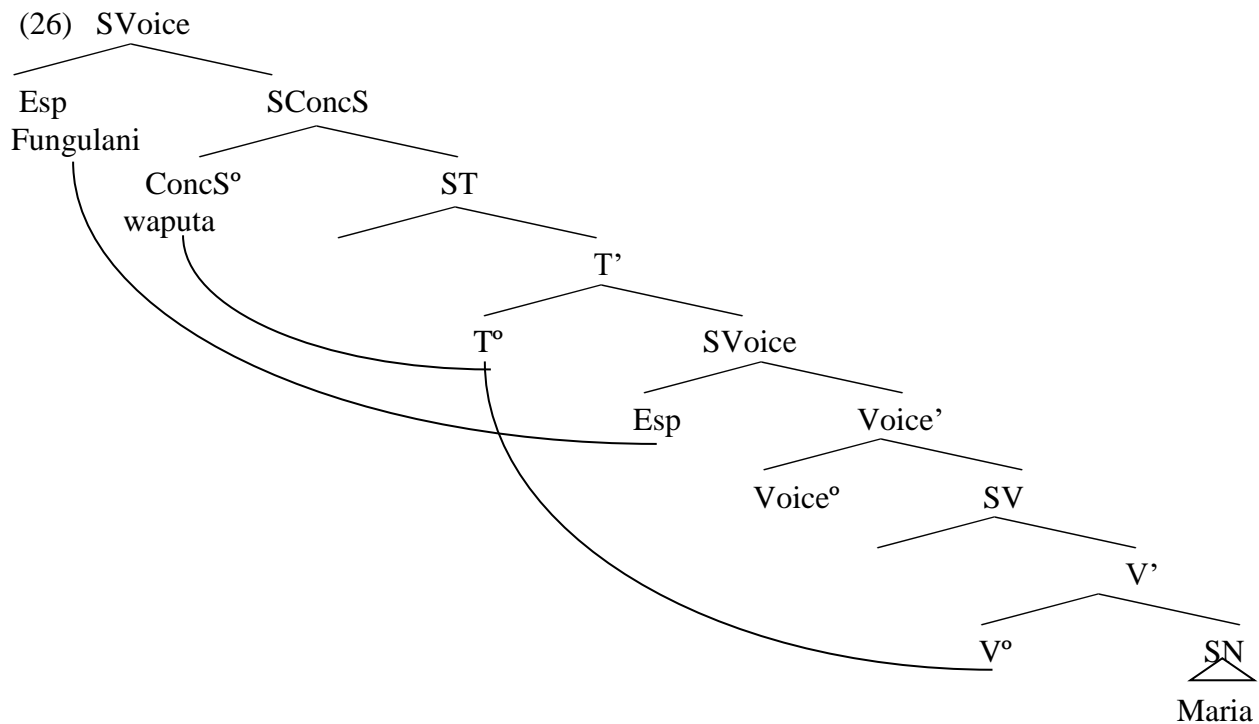
Através dos exemplos (43.e) e (43.f) pretendemos mostrar que a animacidade, tal como tínhamos referido, desempenha um papel preponderante na gramaticalidade das construções mesmo com a transitivização do verbo intransitivo.

Em suma, a extensão recíproca não pode ocorrer num verbo intransitivo sob risco de a construção resultante ser agramatical. Ela só pode ocorrer em verbos transitivizados, isto é, (V+O-O).

No exemplo abaixo mostramos as implicações da ocorrência da extensão recíproca num verbo monotransitivo:

- |       |  |    |                  |                      |
|-------|--|----|------------------|----------------------|
| 44.a) | Fungulani                              |    | w-a-put-a        | Maria.               |
|       | Fungulane                              |    | 2-MT-provocar-VF | Maria                |
|       | 'o Fungulane provocou a Maria.'        |    |                  |                      |
| b)    | Maria                                  |    | w-a-put-a        | Fungulani.           |
|       | Maria                                  |    | 2-MT-provocar-VF | Fungulane            |
|       | 'a Maria provocou o Fungulane.'        |    |                  |                      |
| c)    | Fungulani                              | na | Maria            | w-a-put-an-a.        |
|       | Fungulane                              | e  | Maria            | 2-MT-provocar-Rec-VF |
|       | 'o Fungulane e a Maria provocaram-se.' |    |                  |                      |

Através dos exemplos acima, pretendemos ilustrar as implicações da ocorrência da extensão recíproca num verbo monotransitivo. No exemplo (44.a) é possível perceber que para além do argumento externo, Fungulani, o verbo selecciona um argumento interno, o SN Maria. No exemplo (44.b), o sujeito/agente da acção passou a ser Maria e o objecto/afectado Fungulani. Em (44.c), onde ocorre a extensão recíproca, o agente mais alto e o agente afectado passaram a compor o SN ilustrando que eles agem e sofrem a mesma acção verbal. Portanto, com a extensão recíproca no verbo, o argumento interno de (44.a) e (44.b) passaram para a posição de sujeito e, consequentemente sofrem simultaneamente a acção verbal. Vejamos a estrutura arbórea de (44.a):

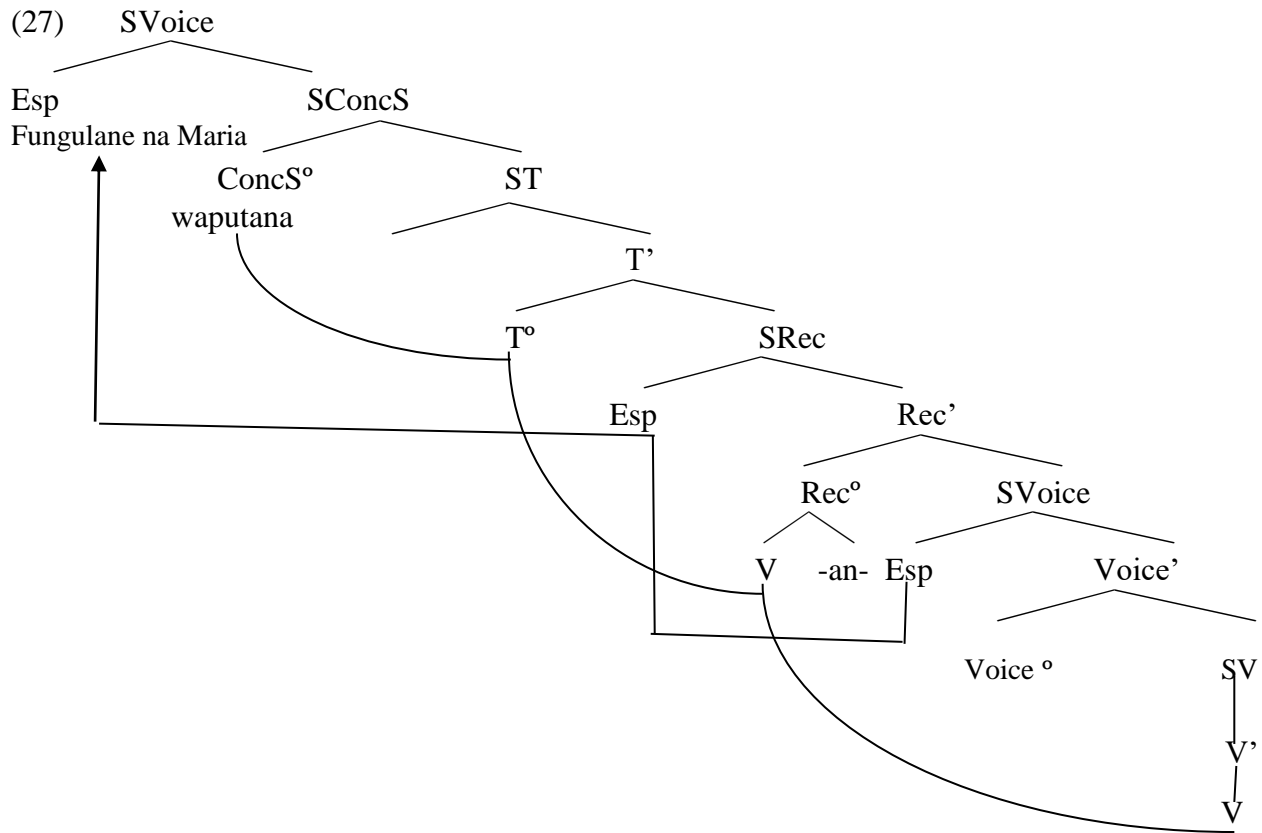


A árvore acima representa a estrutura (44.a) onde se nota a ocorrência de dois movimentos: do verbo e do SN Fungulani do especificador de SVoice que ocorre acima do SV para especificador do SVoice que ocorre acima do ST para cumprir o PPE e receber caso nominativo atribuído pela combinação dos traços [+Tempo; +concordância]. Por sua vez, o verbo move-se de V° para [T°/ST] para verificar o traço tempo e para [ConcS°/SConcS] para

verificar o traço de concordância com o sujeito. Em seguida, depois da saturação de todos os traços, a derivação é enviada para o *spell-out* e de lá para as interfaces.

Se tivéssemos que representar o exemplo (44.b), o SN Maria seria gerado no especificador do SVoice e Fungulani como argumento interno do SV. O verbo iria mover-se para verificar os mesmos traços, por isso optamos por não representarmos. Pois, não traria muita novidade.

Vejam a árvore abaixo, exemplo (44.c):



A partir do diagrama acima, é possível perceber que o verbo *kuputa* ‘provocar’, antes monotransitivo, tornou-se intransitivo com a afixação da extensão recíproca. O verbo move-se do núcleo V° para o verificar o traço de reciprocidade em Rec°. Depois de ter este traço recíproco verificado, move-se novamente para verificar o traço de tempo em T° e em seguida de concordância com o sujeito. Depois de estes traços serem verificados a derivação é enviada para o *spell-out*.

O SN, que ficou complexo, constituído por dois sujeitos e/ou objectos da acção verbal, é gerado no especificador do SVoice acima do SV. Move-se primeiro para [Rec°/SRec] para verificar o traço de reciprocidade e no fim, para o núcleo [Voice°/SVoice] para que a frase tenha sujeito e para, por via disso, receber o caso nominativo. Em seguida, a derivação é enviada para o *spell-out*.

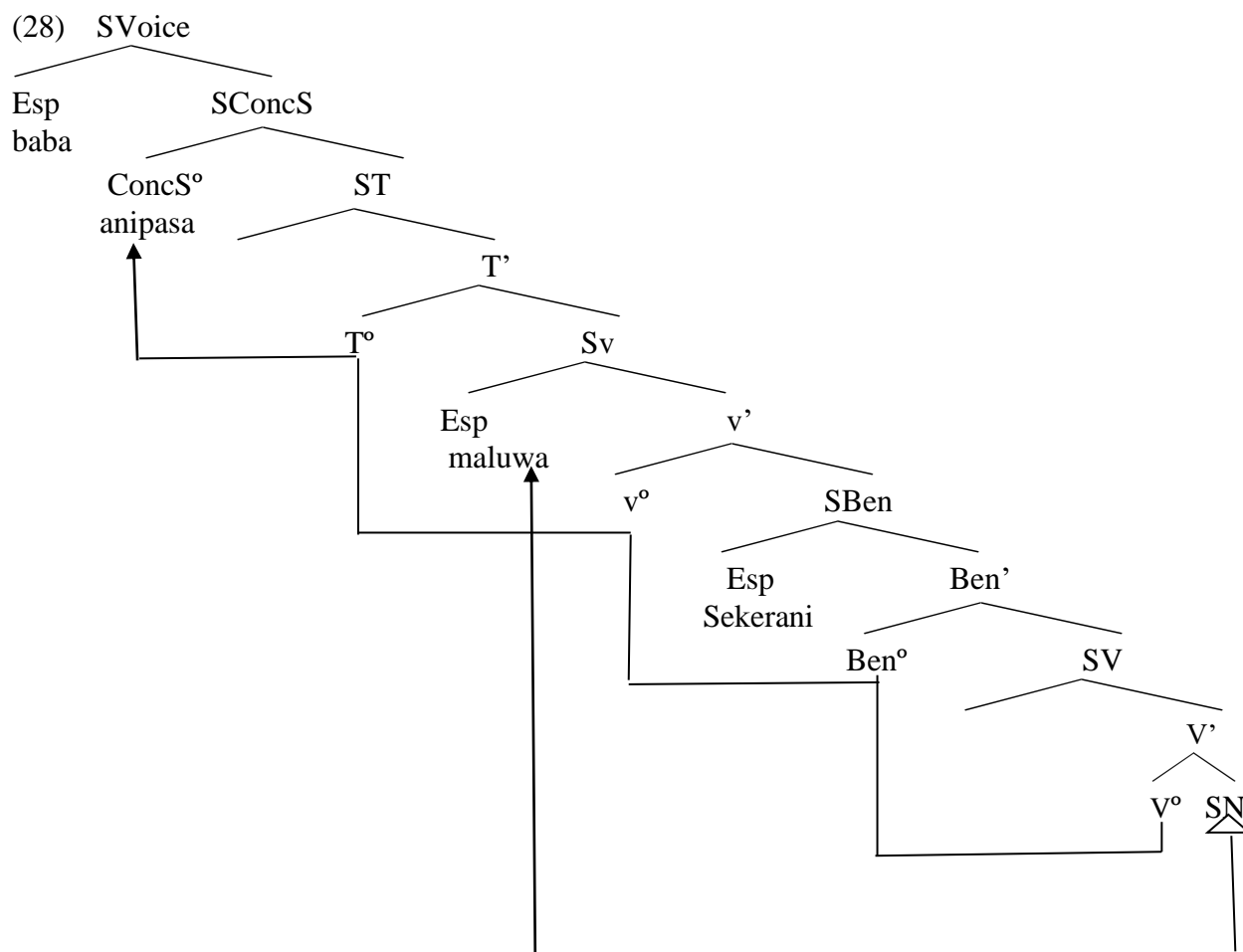
O movimento do verbo e do SN ocorre como último recurso para que os respectivos traços sejam verificados.

Vejam, a seguir, o que acontece quando o verbo é ditransitivo:

- 45.a) Sekerani                                  a-ni-pas-a      maluwa      baba.  
        Sekerani                                  1-MT-dar-VF   6-flores      papá  
        ‘a Sekerani dará flores ao pai.’
- b) baba    a-ni-pas-a                                  maluwa                                  Sekerani.  
        1-pai    1-MT-dar-VF                                  6-flores                                  Sekerani  
        ‘o pai dará flores à Sekerani.’
- c) baba    na            Sekerani                  a-ni-pas-an-a                                  maluwa                                  .  
        1-pai    e            Sekerani                  2-MT-dar-Rec-VF                                  6-flores  
        ‘o pai e a Sekerani dar-se-ão flores.’

O exemplo (45.a) mostra que o verbo ditransitivo não derivado, para além do argumento externo, Sekerani, tem mais dois argumentos internos: *maluwa* ‘flores’ e *baba* ‘pai’. No exemplo (45.b) *baba* ‘pai’ deixa de ser um dos argumentos internos e passa a ser o agente da acção verbal. No entanto, quando a extensão recíproca ocorre na estrutura verbal *baba* ‘pai’ e Sekerani passam a compor um SN complexo com a função de agente e beneficiário da acção verbal e o objecto *maluwa* ‘flores’ permanece onde foi gerado, argumento interno do SV. Portanto, com a afixação da extensão recíproca, o verbo *kupasa* ‘dar’ passou de ditransitivo para monotransitivo.

A seguir representamos o diagrama de (45.a):



No diagrama acima ilustramos a estrutura argumental do verbo dar, um verbo que, como temos vindo a referir, é ditransitivo. Mas a ordem dos argumentos não obedece a hierarquia canónica dos argumentos:

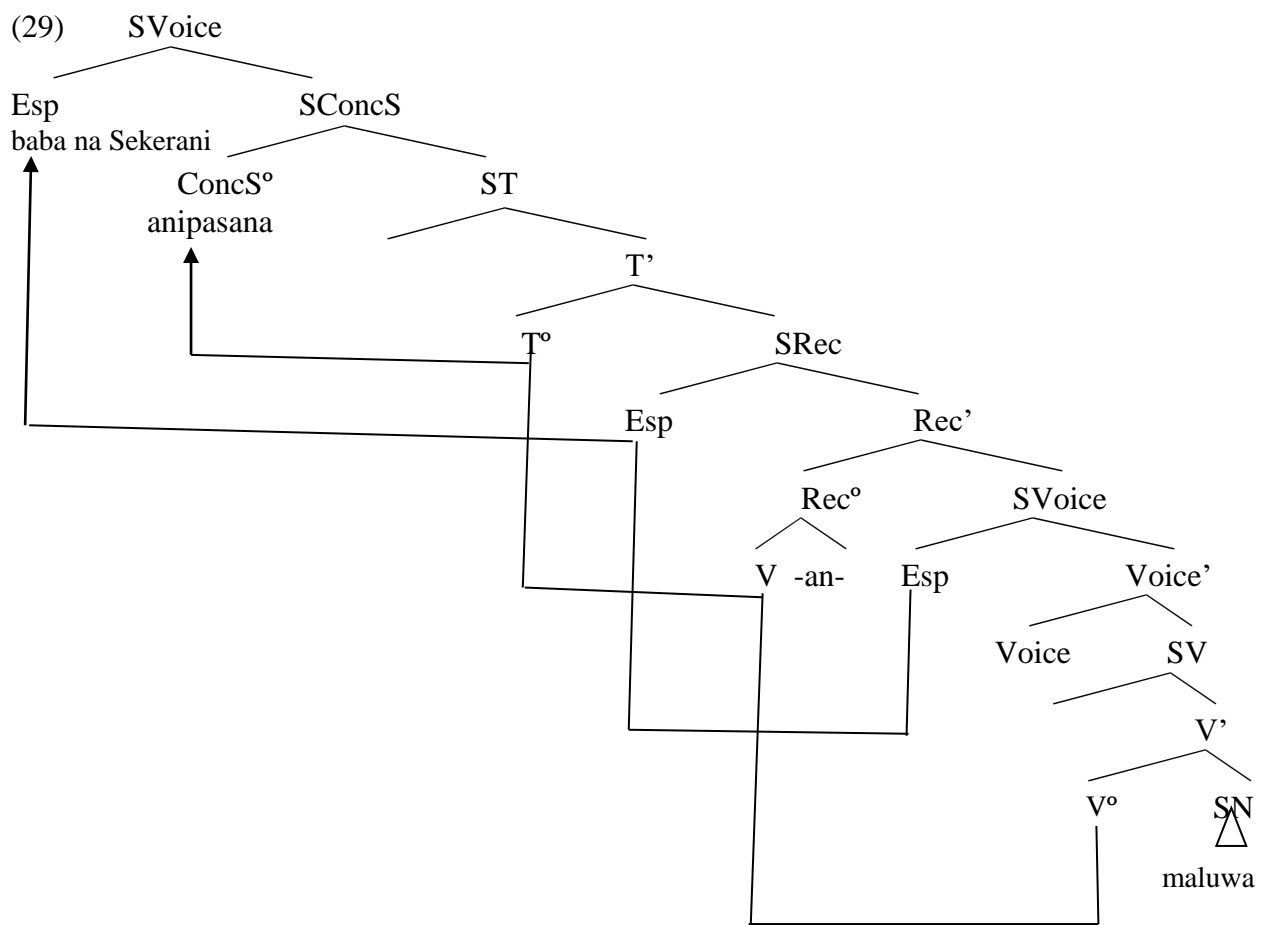
Agente>Agente afectado>Beneficiário>tema>locativo>instrumento>fonte.

A estrutura argumental acima sugere que o tema ocorre numa posição mais alta que o beneficiário, abrindo espaço para o alargamento da proposta de um possível movimento para atribuição de caso para a possibilidade de existência de um aplicativo baixo (denota uma relação de transferência de posse) na língua. Sem querer entrar em debate sobre este tema neste trabalho, propomos que, tal como a árvore mostra, o tema *maluwa* 'flores' se tenha movido da posição mais baixa (complemento do SV) para especificador do Sv para que possa receber caso dativo, ou seja, para ter o seu traço verificado. O SN *baba* 'pai', que seria o candidato mais próximo a

mover-se, não o faz porque já tem o traço de caso acusativo verificado atribuído pelo V+ traço dativo. O SN Sekerani é introduzido pelo SVoice para cumprir o PPE e receber caso nominativo.

Para terminar, referimo-nos ao movimento do verbo. Como se pode ver na árvore, ele move-se de V° para verificar o traço benefactivo em Ben°. Em seguida, volta a mover-se para v° para verificar o traço do verbo leve que é introdutor do argumento tema. Depois move-se para o núcleo [T°/ST] e para [ConcS°/SConcS] para a afixação do morfema de tempo e de sujeito, os últimos traços. Em seguida, a derivação é enviada para o *spell-out*.

Vejamos, a seguir, a estrutura arbórea do mesmo verbo, mas derivado:



No diagrama acima vemos que o verbo *kupasa*, antes com três argumentos, passou para apenas dois argumentos quando se afixou a extensão recíproca na estrutura do verbo. Portanto, o verbo passou de ditransitivo para monotransitivo, seleccionando um argumento externo e um interno. Na árvore é visível o movimento do verbo lexical do núcleo V° para verificar o traço de

reciprocidade no núcleo [Rec°/SRec]. Em seguida, o verbo volta a mover-se para verificar o traço de tempo em T°. Depois, a derivação é enviada para o *spell-out*.

O SN complexo gerado no especificador do SV recíproco move-se para [Voice°/SVoice] para cumprir o PPE e saturar o caso nominativo. Em seguida, a derivação é enviada para o *spell-out*. O movimento do verbo e do SN é forçado pela necessidade de verificação dos respectivos traços.

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que em Nyungwe, tal como acontece em muitas línguas bantu, a extensão recíproca é sintacticamente intransitiva e semanticamente transitiva.

Ela apenas pode ser afixada a radicais de verbos transitivos com sujeito não simples, mas animados ou em poucos inanimados capazes de se movimentar (WAWERU 2011).

Vimos igualmente que há factores metalinguísticos que influenciam a ocorrência deste morfema.

Depois de nesta secção termos falado sobre a extensão recíproca, na secção que se segue passamos a descrever e analisar as implicações da ocorrência da extensão estativa na estrutura verbal.

### **5.1.5 Extensão estativa**

De acordo com Lodhi (2002), a extensão estativa indica postura ou posição. Indica que a acção do verbo é possível ou pode ser facilmente realizada Chabata (2007). No trabalho de Chabata (2007), podemos encontrar uma definição mais alargada tendo em conta os radicais verbais em que esta extensão pode ocorrer. É esta definição que adoptamos para este trabalho. De acordo com o autor, Gowlett (1967) afirma que a extensão estativa indica que o sujeito do verbo entra ou está em algum estado ou condição resultante de uma acção, ou ainda tem o potencial para se submeter à acção expressa pelo radical não derivado sem que haja nenhum agente implicado em tal estado, condição ou potencialidade.

Sintacticamente, a extensão estativa pertence ao grupo das extensões produtivas. Ela é - O, ou seja, reduz o número de argumentos ou participantes na frase, sendo que o agente é o que se perde e o paciente/tema torna-se o papel temático exclusivo e hierarquicamente mais alto (RUGEMALIRA 1993; CHABATA 2007; HYMAN 2007; NGUNGA 2014). Deste modo, esta extensão intransitiviza verbos transitivos.

A extensão estativa foi reconstruída como \*-ik- em (MEEUSSEUN 1967; SCHADEBERG 2003) e realiza-se como -ik-/-ek- em muitas línguas bantu.

No entanto, antes de começarmos a falar da sua ocorrência em Nyungwe, importa referir que de acordo com Seidl e Dimitriadis (2003), muitos sufixos derivacionais têm as suas funções claramente definidas. Contudo, há sufixos como a extensão estativa que são difíceis de caracterizar. Por isso, na literatura, têm recebido diferentes designações: estativa, intransitiva, neutra, neutro-estativa, neutro-passiva, passiva sem agente e potencial. Neste trabalho, seguindo vários autores (RUGEMALIRA 1993; CHABATA 2007; HYMAN 2007; NGUNGA 2014) tratámo-la como extensão estativa.

A operação lexical da extensão estativa também tem sido descrita como intransitiva ou anticausativa. A anticausatividade é discutida em Schäfer (2007). De acordo com o autor, trans-linguisticamente, os verbos que expressam uma mudança de estado podem participar na chamada alternância causativa, isto é, podem ser usados como transitivos, causativos ou como intransitivos (este último chamado de anticausativo ou inchoativo (*inchoative*)).

Vejamos os exemplos que se seguem:

- |       |                               |                     |           |
|-------|-------------------------------|---------------------|-----------|
| 46.a) | Siriza                        | w-a-bool-a          | poto.     |
|       | Siriza                        | 1-MT-furar-VF       | 5-panela  |
|       | 'Siriza furou a panela.'      |                     |           |
| b)    | poto                          | la-boo-k-a.         |           |
|       | 5-panela                      | 5-furou-Est-VF      |           |
|       | 'a panela furou.'             |                     |           |
| 47.a) | Amojhi                        | w-a-pwetek-a        | mwana.    |
|       | Amojhi                        | 1-MT-aleijar-VF     | 1-criança |
|       | 'Amós aleijou a criança.'     |                     |           |
| b)    | mwana                         | w-a-pwetek-ek-a.    |           |
|       | criança                       | 1-MT-aleijar-Est-VF |           |
|       | 'a criança está aleijada.'    |                     |           |
| 48.a) | nguwo                         | y-a-ng'ambek-a.     |           |
|       | 9-capulana                    | 9-MT-rasgar-VF      |           |
|       | 'a capulana está rasgada.'    |                     |           |
| b)    | n'kazi                        | w-a-ng'amb-a        | nguwo.    |
|       | mulher                        | 1-MT-rasgar-VF      | capulana  |
|       | 'a mulher rasgou a capulana.' |                     |           |

Nos exemplos acima, estamos perante verbos que expressam mudança de estado. Neles, é possível ver as implicações sintáticas da extensão estativa.



O significado de (46.a) está relacionado com o significado de (46.b), no sentido de que é o evento causado, resultativo do evento causador, exemplo (46.a). Vemos que o objecto da variante transitiva, *poto* ‘panela’, e o sujeito da variante intransitiva (43.b), *poto* ‘panela’, têm o mesmo papel temático (tema) e a variante transitiva tem um argumento externo com o papel de agente ou causador (Siriza) que não ocorre na variante intransitiva. A mesma descrição é válida para os exemplos em (47.a e b) e (48.a e b).

Deste modo, tendo em conta a explicação dos exemplos similares em Inglês, Alemão e Italiano, Schäfer (2007) propõe a seguinte alternância causativa:

- a) Agente V-transitivo tema (causativo)
- b) Tema V-intransitivo (anticausativa)

Verbos anticausativos são tratados como inacusativos. Sob este ponto de vista de que o tema é gerado como objecto, mas que se move para a posição de sujeito durante a derivação, tal como acontece em muitos verbos inacusativos.

No entanto, se o leitor estiver atento irá recordar-se que citamos, neste estudo, o trabalho de Cuervo (2015) que contraria, em parte, este pensamento. Para esta autora, as construções resultativas, obtidas através da extensão estativa, ligadas a um significado de causa atómico não devem ser vistas como sendo, por si, um tipo de evento a ser distinguido de outros eventos dinâmicos e agentivos. A causação tem um significado configuracional ao qual se chega como interpretação da combinação sintáctica de dois núcleos verbais: o v mais alto que representa o evento de causação (dinâmico e não específico) e o v mais baixo representando o estado resultante codificado na raiz verbal (o estado). Esta estrutura contrasta com a de verbos transitivos de actividade, que são monoeventivos.

Para a autora, é a semântica que relaciona os eventos, a sintaxe apenas o faz em um conjunto restrito de tipos de eventos. Além disso, a causação emerge como interpretação de uma certa configuração sintáctica e não do significado do núcleo.

Esta breve discussão prévia serve para mostrar, não apenas a razão para a designação diferenciada da extensão estativa tendo em conta as suas implicações, mas também para alertar o leitor sobre a relação que se estabelece entre estas construções e as causativas e não só (cf. CUERVO 2015; KIBORT 2004 e SCHÄFER 2007 e FERNANDO 2013, para discussão teórica mais detalhada).

### 5.1.5.1 A Extensão estativa em Nyungwe

Em Nyungwe, tal como em muitas LBs, o morfema da extensão estativa é **-ik-/-ek-**. Esta extensão diminui a valência do verbo, na medida em que nelas se perde o agente e os papéis temáticos exclusivos são o paciente/tema.

A seguir apresentamos a ocorrência da extensão estativa em verbos intransitivos, começando pelos meteorológicos, os verbos sem argumentos.

- 49.a) ku-dok-a  
15-anoitecer-VF  
'anoitecer'  
b) \*ku-dok-ek-a  
15-anoitecer-Est-VF  
50.a) ku-bvumb-a  
15-chover-VF  
'chover'  
b) \*ku-bvumb-ik-a  
15-chover-Est-VF

A agramaticalidade dos exemplos acima mostra que a extensão estativa, por sintacticamente diminuir a valência do verbo em que ocorre, só pode seleccionar radicais verbais transitivos (com um agente e um tema) para que o sujeito seja preterido e o tema/paciente seja o único papel temático a ocorrer na frase estativa.

Vejam, a seguir, o que acontece quando a extensão estativa ocorre em verbos inergativos.

- 51.a) ku-chul-a  
15-nadar-VF  
'nadar'  
b) nkulo u-da-chul-ik-a.  
3-rio 3-MT-nadar-Est-VF  
'o rio esteve nadável.'  
52.a) ku-sw-a.  
15-partir-VF  
'partir'  
b) khapo yi-da-sw-ek-a.  
5-copo 5-MT-partir-Est-VF  
'o copo está partido.'

Através dos exemplos acima mostramos que a extensão estativa pode ocorrer em verbos inergativos. Em (51.b), o SN sujeito *nkulo* 'rio' está numa condição que possibilita que as pessoas nadem, o que mostra que houve uma pré-acção que resultou neste estado: pode ser o

bom tempo, por exemplo. No exemplo (52.b), mostramos o estado em que está o SN paciente *khapo* ‘copo’ resultante de uma acção que não está expressa. Por conseguinte, o paciente é o argumento mais alto.

Nos exemplos abaixo ilustramos a ocorrência da extensão estativa em verbos inacusativos:

- 53.a) ku-gak-a  
15-arder-VF  
‘arder’
- b) folha                    1-a-gak-ek-a.  
5-tabaco                5-MT-arder-Est-VF  
‘o tabaco foi acendível.’
- 54.a) ku-khosomol-a  
15-tossir-VF  
‘tossir’
- b) \*Maria                w-a-khosomol-ek-a.  
Maria                    1-MT-tossir-Est-VF

Os exemplos acima ilustram as consequências da ocorrência da extensão estativa em dois verbos inacusativos. O exemplo (53.b) faz-nos deduzir que apesar de ser -O, esta extensão pode ocorrer em verbos inacusativos (sem argumento externo). Deste modo, este exemplo mostra o evento resultante de uma possível acção não expressão que tornou o SN paciente *folya* ‘tabaco’ acendível. Todavia, o exemplo (54.b) surge para contrariar uma possível generalização deste tipo, pois, a extensão estativa não pode ocorrer no verbo *kukhosomola* ‘tossir’ visto que a sua ocorrência resulta numa construção agramatical.

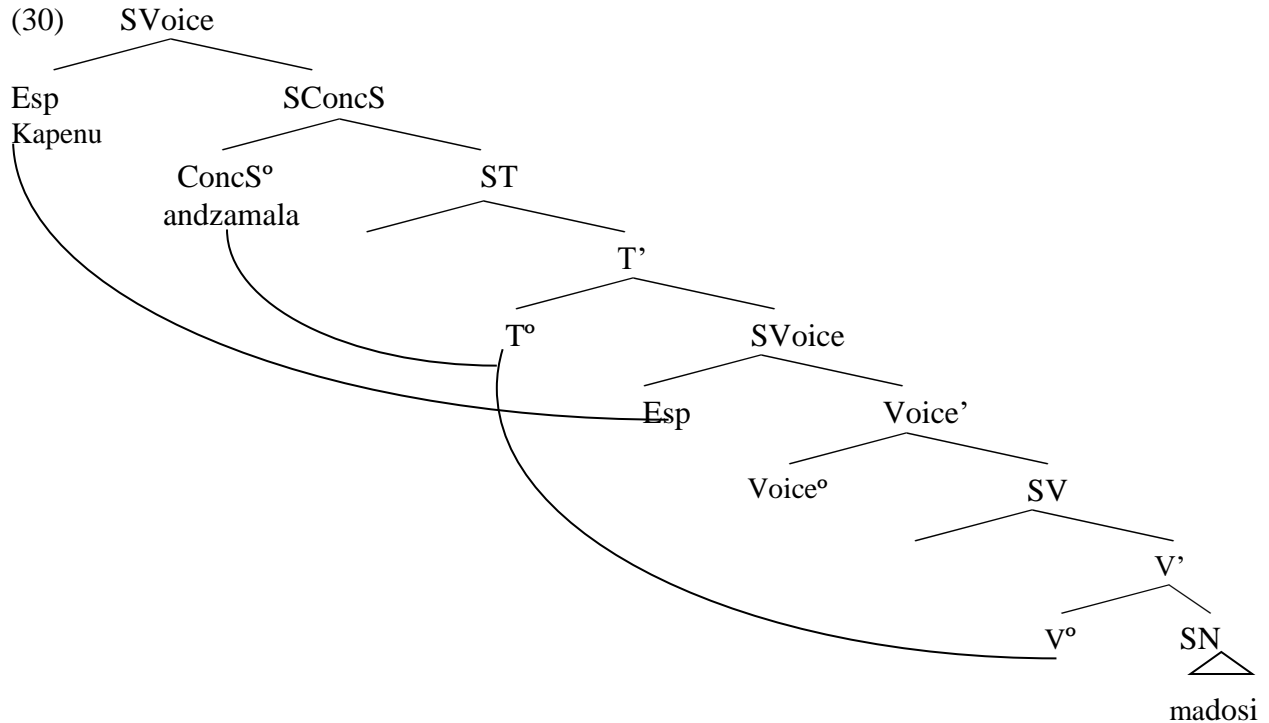
Nos exemplos que se seguem mostramos o que acontece quando a extensão estativa ocorre em verbos monotransitivos e ditransitivos:

- 55.a) ku-mal-a  
15-acabar-VF  
‘acabar’
- b) Kapenu                a-ndza-mal-a                madosi.  
Kapenu                1-MT-acabar-VF            6-doce  
‘o Kapenu acabará o doces.’
- c) madosi                ma-ndza-mal-ek-a.  
6-doce                6-MT-acabar-Est-VF  
‘o doces serão acabáveis.’

No exemplo acima, apresentamos a ocorrência da extensão estativa num verbo monotransitivo. Este verbo selecciona dois argumentos, um externo Kapenu e um interno *madosi* ‘doces’. No exemplo (55.c), podemos perceber que a ocorrência da extensão estativa

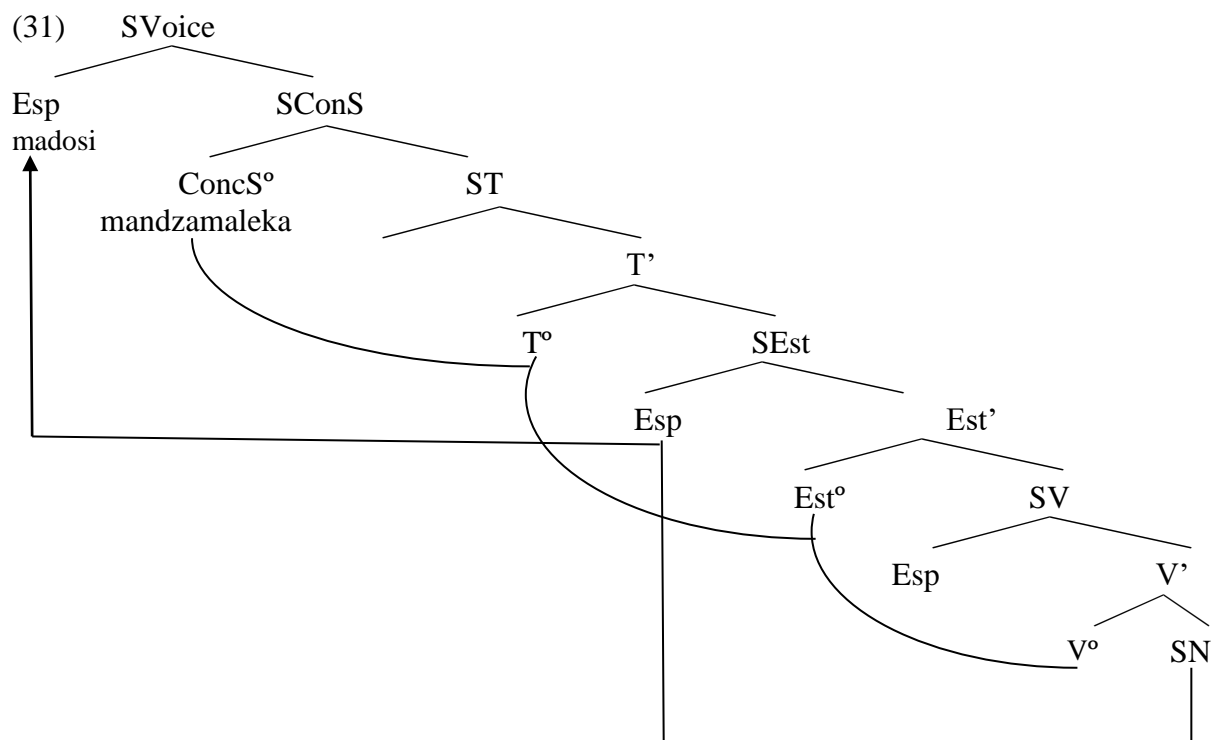
reduziu o número de argumentos necessários para que a construção se torne gramatical. O SN com o papel de tema *dosi* ‘doce’ que em (55.b) é gerado como objecto do verbo não derivado passa a sujeito/paciente no exemplo (55.c) e o SN *Kapenu*, agente na construção não derivada, perde-se e, por isso, não ocorre quando o verbo é estativizado. Neste exemplo estamos perante uma clara intransitivização de um verbo transitivo.

A estrutura arbórea de (55.b) é:



Na estrutura acima vemos dois movimentos: do SN *Kapenu*, gerado no especificador do *SVoice*, para o especificador do *SVoice* mais alto para cumprir o PPE e receber caso nominativo atribuído pela flexão de *T°*. O outro movimento é do verbo. Do núcleo *V°* para [*T°/ST*] para verificar o traço de tempo. Em seguida, para o núcleo *ConcS°* para que o traço de concordância com o sujeito seja verificado. Depois, a derivação é enviada para o *spell-out*.

Na árvore que se segue apresentamos a estrutura de (55.c):



Na árvore acima está representada a estrutura arbórea da construção estativa do exemplo (55.c). Como temos vindo a referir, esta extensão indica que a acção do verbo é possível ou pode ser facilmente realizada. Esta construção é resultante de uma acção prévia que não está expressa na frase derivada.

Na árvore podemos igualmente ver que o agente Kapenu do exemplo (55.b) que ocorria no especificador de SVoice perdeu-se, ou seja, não ocorre na estrutura derivada. Sintacticamente vemos uma diminuição do número de argumentos na frase, o agente, e o paciente/tema tornou-se o papel temático exclusivo e hierarquicamente mais alto e, por isso, ocorre no especificador do SVoice para cumprir o PPE e recebe o caso acusativo atribuído pelo T°.

O movimento não foi apenas do SN *madosi* ‘doces’, mas também do verbo. Este moveu-se do núcleo lexical de V° para [Est°/SEst] para verificar o traço estativo e a seguir para T° para a verificação do traço de tempo. Depois da verificação do traço de tempo, ocorre um outro movimento para o núcleo ConcS° para a verificação do respectivo traço. Depois, a derivação converge e, por isso, ela é enviada para a *spell-out* e daqui para as interfaces.

Agora, vejamos a ocorrência da extensão estativa num verbo di-transitivo:

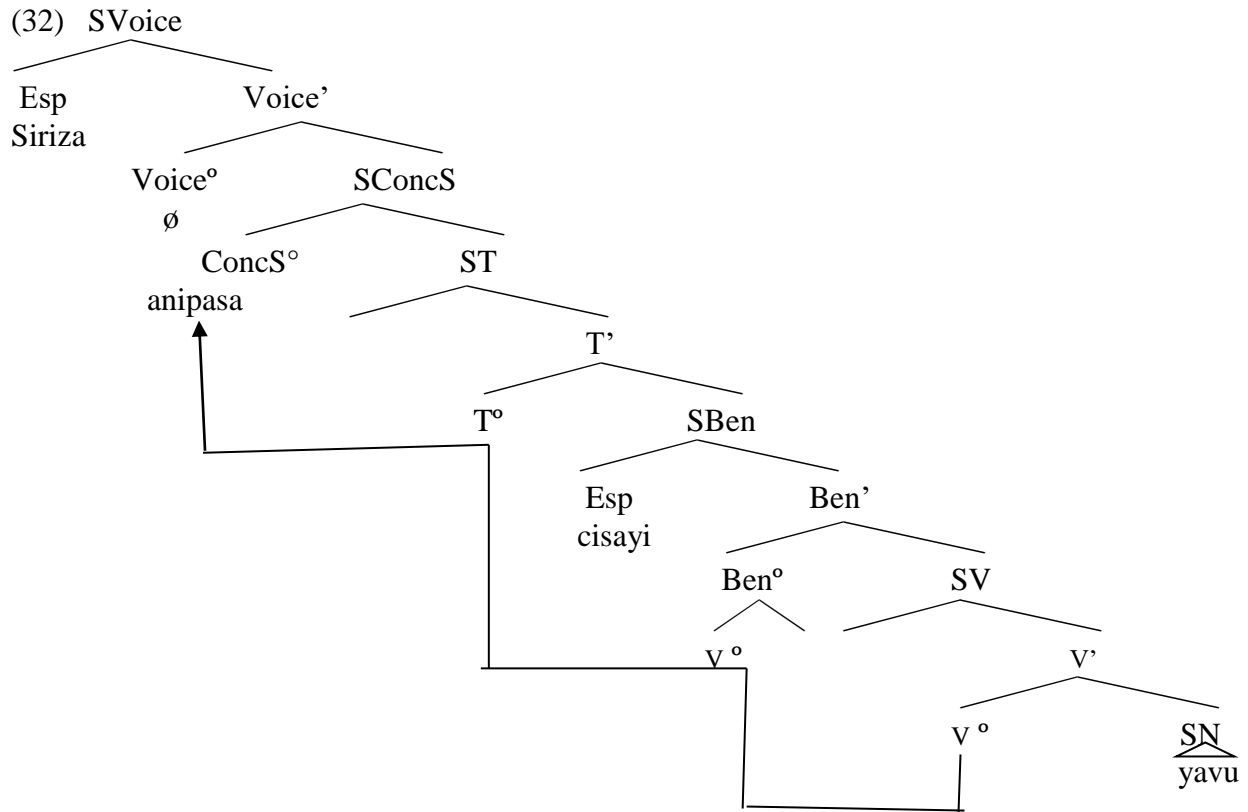
- 56.a) ku-pas-a  
15-dar-VF  
'dar'
- b) Siriza            a-ni-pas-a            yavu            cisayi.  
Siriza            1-MT-dar-VF            1-avó            7-caril  
'a Siriza dará caril à avó.'
- c) cisayi            ci-ni-pas-ek-a.  
7-carril            7-MT-dar-Est-VF  
'o carril será entregável.'
- d) \*cisayi            ci-ni-pas-ek-a            yavu.  
7-caril            7-MT-dar-Est-VF            1-avó

No exemplo acima temos um verbo transitivo com três argumentos, um externo e dois internos. O argumento externo é *Siriza* e os internos, *yavu* 'avó', beneficiário da acção verbal e *cisayi* 'caril', o tema.

Em (56.c) mostramos que, quando estativizado, o verbo *kupasa* 'dar' torna-se intransitivo. O tema *cisayi* 'caril', passa a ser o sujeito da nova frase, e, por isso, move-se da posição onde foi gerado, complemento indirecto do SV para ocupar a posição de sujeito sem que com isso signifique que tenha deixado de ser paciente/tema. Aliás, em construções estativas é o tema/paciente que ocupa esta posição.

Com o exemplo (56.d) o objectivo é mostrar que o verbo estativo não permite a ocorrência de nenhum argumento interno. A sua ocorrência resulta numa construção agramatical. É possível que seja porque este SN é hierarquicamente o candidato mais provável para ocupar a posição do SN *cisayi* 'caril'. Este exemplo mostra de forma clara a intransitivização de um verbo transitivo.

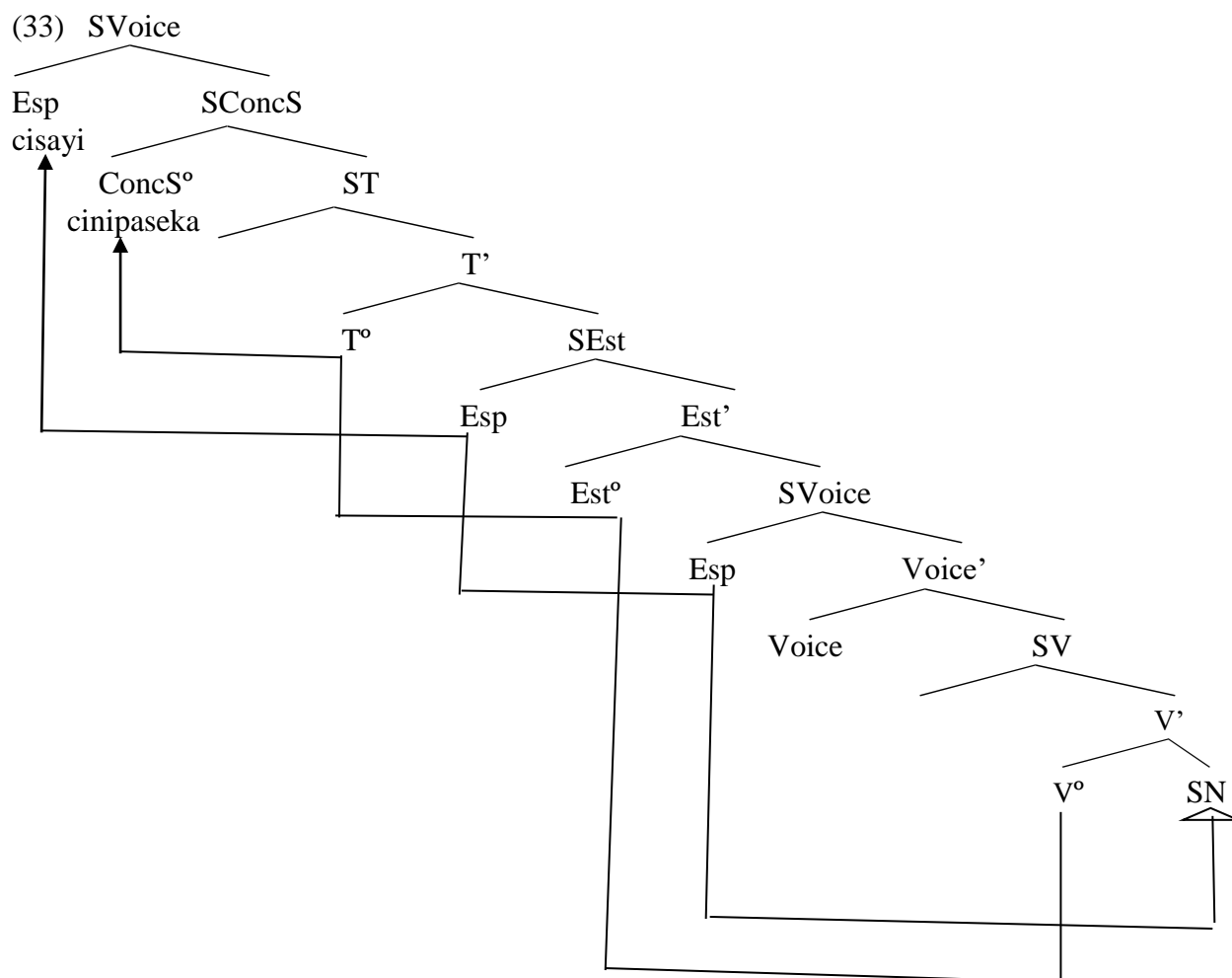
A seguir apresentamos a estrutura arbórea de (56.c):



A árvore acima ilustra a estrutura argumental do verbo di-transitivo *kupasa* ‘dar’ no exemplo (56.c). É o único verbo ditransitivo que não tem dois argumentos internos em que um é introduzido pelo locativo. Daí a razão de recorrermos a ele sempre. A árvore ilustra dois movimentos. O primeiro movimento é do verbo do núcleo lexical onde é gerado para o núcleo [Ben°/SBen], responsável pela introdução do argumento com o papel de beneficiário, *yavu* ‘avó’. Em seguida, move-se para o núcleo *v*°, cuja projecção máxima é responsável pela introdução do argumento com o papel de tema, o SN *cisayi* ‘caril’. Depois, o verbo move-se para verificar o traço de tempo no núcleo T° e em seguida para ConcS° para que ocorra a afixação do prefixo de concordância com o sujeito. No fim, a derivação é enviada para o *spell-out* e de lá para as interfaces.

O SN agente *Siriza*, é introduzido na derivação através do especificador do S<sub>Voice</sub> cumprindo, desta forma, o PPE e recebe caso nominativo.

Veja-se a árvore que se segue:



Neste diagrama é possível visualizar-se os efeitos da ocorrência da extensão estativa num verbo ditransitivo. Neste diagrama, não vemos o beneficiário *yavu* ‘avó’ e o agente *Siriza* da árvore (56.c). A extensão estativa excluiu estes dois argumentos e a frase expressa uma acção realizável sem nenhum agente. Portanto, a extensão estativa tornou intransitivo um verbo ditransitivo.

No diagrama, vemos dois movimentos: do verbo e do tema. O verbo move-se do núcleo lexical  $V^\circ$  para a afixação da extensão estativa no núcleo estativo  $Est^\circ$  e daqui para o núcleo tempo para a verificação do traço de tempo, depois move-se para o núcleo  $ConcS^\circ$  para a verificação do traço de concordância com o sujeito. O outro movimento é do tema *cisayi* ‘caril’



da posição de especificador do *SVoice* mais baixo para especificador do *SEst* a fim de verificar o traço estativo e daqui para o *SVoice* mais alto para cumprir o PPE.

Em suma, na análise da extensão estativa em Nyungwe vimos que sintacticamente, esta extensão reduz o número de argumentos ou participantes na frase. O agente é o argumento que se perde e o paciente/tema torna-se o papel temático exclusivo e hierarquicamente mais alto.

Nesta sub-secção estivemos a analisar a extensão estativa. Na sub-secção que se segue ocupar-nos-emos da extensão reversiva.

### **5.1.6 Extensão reversiva**

Na sub-secção anterior estudámos a extensão estativa. Na presente sub-secção descrevemos a extensão reversiva.

Segundo Waweru (2011), os estudos sobre a extensão reversiva são muitos poucos, se comparados com os estudos realizados sobre outras extensões verbais nas línguas bantu.

A extensão reversiva indica uma inteira reversão do significado da acção expressa pelo verbo não derivado (LODHI 2002; COCCHI 2008; ZEMBA 2015). O sufixo reversivo ocorre como -ul-/-ol-. No entanto, em algumas línguas bantu, o caso de Yao, por exemplo, os alomorfes, -uk-/-ok- são usados em intransitivos (NGUNGA 1997).

Em Ngunga (2014), esta extensão foi classificada como =O, isto é, como pertencendo ao grupo das extensões também conhecidas como lexicais, aquelas que apenas afectam a morfologia do verbo. É por isso que em alguns estudos ela é tratada como neutra e apenas ocorre em verbos monotransitivos (COCCHI 2008; WAWERU 2011).

Cocchi (2008) também afirma que a extensão reversiva apenas muda a semântica e a estrutura morfológica do verbo em que ocorre sem, no entanto, alterar a sua transitividade. Ela é restritiva, pois, ocorre apenas em alguns verbos e em algumas línguas, como é o caso de Mbonge e Londo (FRIESEN 2002), está completamente lexicalizada.

Todavia, em Yao, a extensão reversiva intransitiva altera a subcategorização da raiz transitiva inerente (cf. NGUNGA 1997).

Neste estudo interessa-nos descrever e analisar os verbos em que a extensão reversiva pode ocorrer e a ordem de co-ocorrência com outras EVs.

Depois de termos dedicado esta subsecção à extensão reversiva nas línguas bantu, a sub-secção que se segue está reservada à descrição da mesma extensão em Nyungwe.

### 5.1.6.1 A Extensão reversiva em Nyungwe

Em Nyungwe, o morfema que marca a extensão reversiva é **-ul-**. Ela ocorre em poucos verbos, uma vez que em alguns casos ela está completamente lexicalizada e, por isso, impossível dissociá-la da raiz verbal.

Vejamos os exemplos que se seguem:

57.a)	ife		ti-ndza-tsudz-ul-a	mandoto.		
	nós		MC-MT-raiz-Rev-VF	tranças		
	‘nós desmancharemos as tranças.’					
	b)	* ife	ti-ndza-tsudz-a	mandoto.		
		nós	MC-MT-raiz-VF	tranças		
58.a)	Maria		a-da-fuk-ul-a	manjoka.		
	Maria		1-MT-raiz-Rev-VF	6-mandioca		
	‘a Maria desenterrou a mandioca.’					
	b)	*Maria	a-da-fuk-a	manjoka.		
		Maria	1-MT-raiz-VF	6-mandioca		
59.a)	*Joana na	Maria	w-a-gaw-ul-a.			
	Joana e	Maria	2-MT-raiz-Rev-VF			
	‘a Joana e a Maria lavraram.’					
	b)	* Joana na	Maria	w-a-gaw-ul-a.		
		Joana e	Maria	2-MT-raiz-Rev-VF		
60.a)	iwepo		w-a-pamb-ul-a	malalanja.		
	tu		1-MT-raiz-Rev-VF	6-laranjas		
	‘tu diminuístes as laranjas.’					
	b)	*iwepo	w-a-pamb-a	malalanja.		
		tu	1-MT-raiz-VF	6-laranjas		
61.a)	mayi		a-mba-kunkhum-ul-a	muliwo	akanati	kugwata.
	1-mãe		1-MT/A-raiz-Rev-VF	3-verdura	1-antes	15-cortar
	‘a mãe sempre sacode a hortaliça antes de cortar.’					
	b)	*mayi	a-mba-kunkhum-a	muliwo	akanati	kugwata.
		1-mãe	1-MT/A-raiz-VF	3-verdura	1-antes	15-cortar
62.a)	lero	wana	alumbirira	kucita	ku-gid-ul-a.	
	hoje	2-crianças	1-Ø-jurar	15-fazer	15-raiz-Rev-VF	
	‘hoje as crianças juraram usando o dente.’					
	b)	*lero	wana	a-lumbirir-a	kucita	ku-gid-a.
		hoje	2-crianças	1-Ø-jurar-VF	15-fazer	15-raiz-VF

Através dos exemplos acima pretendemos mostrar que a lexicalização da extensão reversiva torna difícil separá-la do radical verbal sem que isso resulte na agramaticalidade da raiz não reversiva. Na língua, existe, por exemplo, o verbo *kutsudzula* ‘desmanchar’ de (57.a) e não a forma contrária deste verbo, o verbo não reversivo, ou não derivado *\*kutsudza*, o exemplo (57.b). A mesma explicação é válida para os exemplos (58.a e b); (59.a e b); (60.a e b); (61.a e b)

e (62.a e b). Não traduzimos as formas resultantes da não ocorrência da extensão reversiva nos exemplos das alíneas (b) de cada número por serem formas verbais inexistentes na língua.

Os exemplos acima sugerem igualmente que esta extensão ocorre em verbos monotransitivos de acção. Este pensamento resulta do facto de a extensão reversiva ser =O, isto é, ela apenas afecta a morfologia do verbo e não a estrutura argumental deste. Portanto, tanto o argumento interno como o externo já eram, possivelmente, os argumentos centrais dos verbos não derivados. Em suma, a extensão reversiva lexicalizou-se em radicais monotransitivos e manteve os argumentos destes intactos.

Olhemos para os exemplos abaixo:

- |       |                               |                   |                |
|-------|-------------------------------|-------------------|----------------|
| 63.a) | Kapenu                        | a-gwanankh-ul-a   | poto.          |
|       | Kapenu                        | 1-Ø-raiz-Rev-VF   | 5-panela       |
|       | 'o Kapenu destapou a panela.' |                   |                |
| b)    | *Kapenu                       | a-gwanankh-a      | poto.          |
|       | Kapenu                        | 1-Ø-raiz-VF       | 5-panela       |
| c)    | Kapenu                        | a-gwanankhir-a    | poto.          |
|       | Kapenu                        | 1-Ø-tapar-VF      | 5-panela       |
|       | 'o Kapenu tapou a panela.'    |                   |                |
| d)    | Kapenu                        | a-gwanankhir-ir-a | mayi poto.     |
|       | Kapenu                        | 1-Ø-tapar-Apl-VF  | 1-mãe 5-panela |
|       | 'o Kapenu tapou a panela.'    |                   |                |

Os exemplos acima servem para mostrar que, diferente do que vimos nos exemplos anteriores, existe na língua nyungwe um verbo contrário usado para referir a 'tapar', embora não seja obtido através da 'desafixação' da extensão reversiva da raiz verbal por resultar numa forma verbal agramatical, como observa no caso de (63.b). A forma não reversiva do verbo destapar *kugwanankhula* é *kugwanankhira* 'tapar'. O exemplo (63.d) surge para mostrar que o morfema -**ir**- que ocorre antes da vogal final não pode ser tratado como extensão applicativa, isto é, *kugwanankhira* significa 'tapar' e *kugwanankhirira* 'tapar por alguém'. Portanto, apesar de um olhar desatento para o verbo tapar em Nyungwe sugerir a presença do morfema da extensão applicativa -ir- lexicalizada, este faz parte do radical.

Os exemplos acima também servem para mostrar de forma explícita que, realmente, a extensão reversiva é afixada a verbos monotransitivos, pois a sua presença em (63.a) não alterou

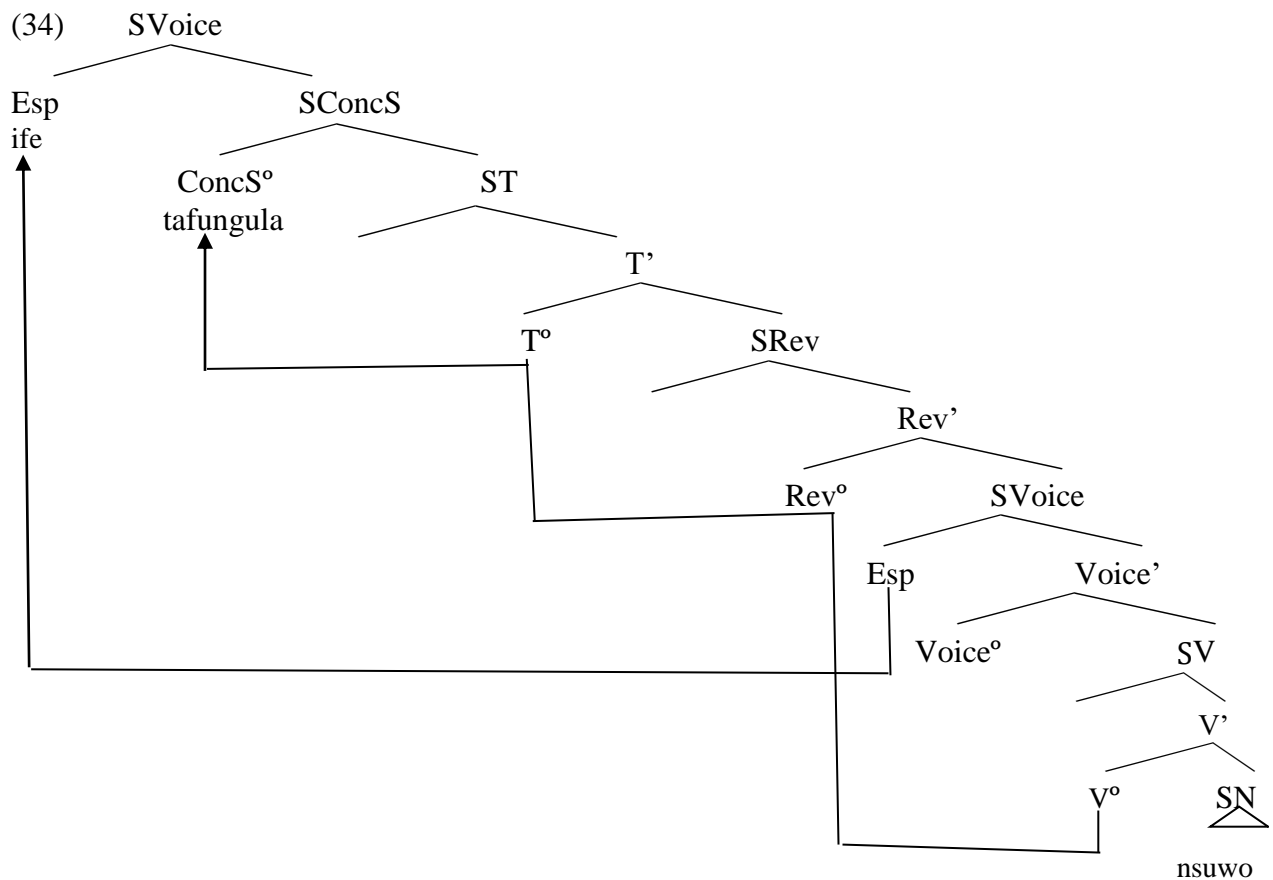
a estrutura argumental do verbo não derivado em (63.c) e a presença da extensão applicativa em (63.d) apenas levou a que o verbo passasse a seleccionar um argumento aplicado, *mayi* ‘mãe’.

A seguir apresentamos mais um exemplo em que a extensão reversiva ocorre:

- 64.a) ife t-a-fung-a nsuwo.  
 nós MC-MT-fechar-VF 3-porta  
 ‘nós fechamos a porta.’
- b) ife t-a-fung-ul-a nsuwo.  
 nós MC-MT-fechar-Rev-VF 3-porta  
 ‘nós abrimos a porta.’

No nosso exemplo, em (64.a) apresentamos o verbo não derivado *kufunga* ‘fechar’ e em (64.b) o contrário de fechar, *kufungula* ‘abrir’. Mais uma vez vemos que o verbo *kufunga* ‘fechar’ continua monotransitivo quando se acrescenta a extensão reversiva, uma extensão =O.

A seguir apresentamos a estrutura argumental de (64.b), onde a extensão ocorre:



No diagrama acima mostramos que a extensão reversiva é neutra. Altera a estrutura morfológica do verbo, mas não mexe com a sua estrutura argumental. O verbo move-se do núcleo lexical V° para o núcleo Rev° para verificar o traço reversivo e, em seguida, para T° para verificar o traço de tempo e, para terminar, ocorre um outro movimento para o núcleo ConcS° para que o traço de concordância com o sujeito seja verificado. Depois, a derivação é enviada para o *spell-out*. O SN *ife* ‘nós’ move-se de especificador do SVoice para especificador do SVoice que ocorre acima do ST onde verifica o caso nominativo e cumpre o PPE. O objecto *nsuwo* ‘porta’, gerado como complemento de SV continua objecto da construção reversiva.

Portanto, em Nyungwe a extensão reversiva está completamente lexicalizada e só ocorre em alguns verbos.

Depois de nesta sub-secção nos termos debruçado sobre a extensão reversiva nas línguas bantu e em Nyungwe, na subsecção que se segue descrevemos e analisamos a extensão intensiva.

### 5.1.7 Extensão intensiva

A extensão intensiva pertence ao grupo de =O, o grupo das extensões lexicais (cf. NGUNGA 2014:201). Na literatura, esta extensão é descrita como reforçando a acção descrita pelo verbo, indicando cuidado, força, intensidade. Expressa a “extensão”, amplificação ou intensificação da acção tanto no tempo como no espaço (LODHI 2002; COCCHI 2008; KAMFULI 2009; SITOIE 2009). Segundo Friesen (2002), a extensão intensiva é de natureza puramente adverbial e é produtiva, isto é, pode ocorrer em vários verbos. Contudo, existem línguas, Tshiluba (COCCHI 2008), em que ela ocorre em um número limitado de verbos.

Morfologicamente, em algumas línguas, como o caso do Changaná (LANGA 2007) e Nyungwe (tal como a seguir veremos), o morfema da extensão intensiva parece ser a reduplicação da extensão causativa e, em outras, como os casos de Mbonge (FRIESEN 2002) e Bemba (KAMFULI 2009), não.

Igualmente, de acordo com Zemba (2015), em Kunda, uma língua bantu falada na Zâmbia, todas as formas intensivas são usadas quando a ocasião pede causativas. Provavelmente, seja porque nesta língua, tal como acontece em Changaná e Nyungwe, em termos de forma, a marca da extensão intensiva seja a reduplicação da marca da extensão causativa.

O nosso interesse neste estudo é descrever os contextos verbais em que esta extensão (co-)ocorre e analisar as implicações dessa ocorrência à luz do PM.

### 5.1.7.1 A Extensão Intensiva em Nyungwe

Como já se pode prever a partir da explicação acima, o morfema da extensão intensiva em Nyungwe é *-isis-*. Esta extensão apenas altera a semântica do verbo em que ocorre, indicando que a acção do verbo é realizada com intensidade. Portanto, apenas altera a morfologia do verbo, mas não afecta as relações sintácticas entre este e os seus argumentos.

Ela, diferente do que vimos em relação à extensão reversiva, não está lexicalizada e ocorre em verbos transitivos e intransitivos.

Vejamos os exemplos abaixo:

- 65.a) ku-dok-a  
15-anoitecer-VF  
'anoitecer'
- b) ku-ndza-dok-eses-a .  
expl-MT-Anoitecer-Intes-VF  
'ficará muito escuro.'
- 66.a) ku-bvumb-a  
15-chover-VF  
'chover'
- b) mbvula yi-da-mbvumb-isis-a.  
9-chuva 9-MT-chover-Int-VF  
'choveu torrencialmente/com intensidade.'

O exemplo em (65.a) serve para mostrar que partimos de um verbo intransitivo meteorológico *kudoka* 'anoitecer', um verbo sem nenhum argumento. Em (65.b) mostramos a afixação da extensão intensiva em Nyungwe e podemos perceber que a estrutura morfológica do verbo alterou, mas a estrutura argumental não. Portanto, continua um verbo intransitivo, sem nenhum argumento.

O mesmo pode ser dito em relação ao exemplo (66.a e b). Em (66.a), o verbo selecciona um nominal cognato *mbvula* 'chuva' que pode ser substituído pelo morfema impessoal **ku-**. No mesmo exemplo, é possível perceber-se a presença da extensão intensiva **-isis-** na estrutura do verbo, isto é, depois da raiz e antes da VF. Esta extensão acrescenta a noção de intensidade na acção verbal. Passando de choveu em (66.a) para choveu torrencialmente/com intensidade no exemplo (66.b).

Nos exemplos abaixo descrevemos a ocorrência desta extensão num verbo inergativo e inacusativo. Vejamos os exemplos:

- 67.a) ku-cok-a  
15-sair-VF  
'sair'
- b) Sonya a-n-cok-eses-a.  
Sónia 1-MT-sair-Int-VF  
'a Sónia sairá muito hoje.'
- 68.a) ku-gw-a.  
15-cantar-VF  
'cair'
- b) Ema w-a-gw-eses-a.  
Ema 1-MT-cair-Int-VF  
'a Ema caiu com intensidade.'

Nos exemplos acima, mostramos que começamos a derivação a partir de dois verbos diferentes: um inergativo, *kucoka* 'sair', exemplo (67.a) e um verbo inacusativo, *kugwa* 'cair' em (67.a). A seguir, nos exemplos (68.b) e (68.b) mostramos a flexão dos verbos e a ocorrência da extensão intensiva. Ela, como se pode ver, não modificou a estrutura argumental destes verbos. Os argumentos externos destes verbos, Sonya e Ema continuariam argumentos externos dos verbos não derivados.

Até agora estivemos a discutir a ocorrência da extensão intensiva em verbos intransitivos. Nos exemplos abaixo, ilustramos as implicações desta ocorrência em verbos transitivos.

- 69.a) ku-chol-a  
15-partir-VF  
'partir'
- b) Pundayi a-da-chol-a muti.  
Pundayi 1-MT-partir-VF 3-pau  
'a Pundayi partiu o pau.'
- c) Pundayi a-da-chol-eses-a muti.  
Pundayi 1-MT-partir-Rev-VF 3-pau  
'a Pundayi partiu o pau com intensidade/em pedaços minúsculos.'
- 70.a) ku-pas-a  
15-dar-VF  
'dar'
- b) Sara a-ndza-pas-a m'putahaye mayi.  
Sara 1-MT-dar-VF 3-bolo de milho 1-mãe  
'a Sara dará uma casa à mãe em benefício do Tundayi.'
- c) ?Sara a-ndza-pas-isis-a mputahaye mayi.  
Sara 1-MT-dar-Int-VF 3-bolo de milho 1-mãe  
'Sara dará, com certeza, um bolo de milho casa à mãe.'
- d) Sara a-ndza-pas-isis-a mputahaye mayi.  
Sara 1-MT-dar-Int-VF 3-bolo de milho 1-mãe  
'Sara fará entregar, com certeza, um bolo de milho casa à mãe.'

Para terminar, temos os exemplos (69.a-c) e (70.a-c). No exemplo (69.a), o verbo *kuchola* ‘partir’ é um verbo que selecciona dois argumentos: um externo (Pendayi) e outro interno (*muti* ‘pau’). A afixação da extensão intensiva não altera a sua estrutura argumental, ou seja, o verbo *kucholesesa* ‘partir com intensidade/em pedaços minúsculos’ selecciona os mesmos argumentos seleccionados pelo verbo *kuchola* ‘partir’. A alteração está apenas na estrutura morfológica e na semântica deste verbo, que parece mais adverbial.

O verbo *kupasa* ‘dar’ em (70.a) selecciona três argumentos: um externo, Sara, e dois internos (*mputahaye* ‘bolo de molho’ e *mayi* ‘mãe’), exemplo (69.b). A ocorrência da extensão intensiva em (69.c) não alterou esta estrutura argumental, mas sim a estrutura morfológica e semântica. Por conseguinte, semanticamente, o verbo passa a significar que a acção realmente irá ocorrer.

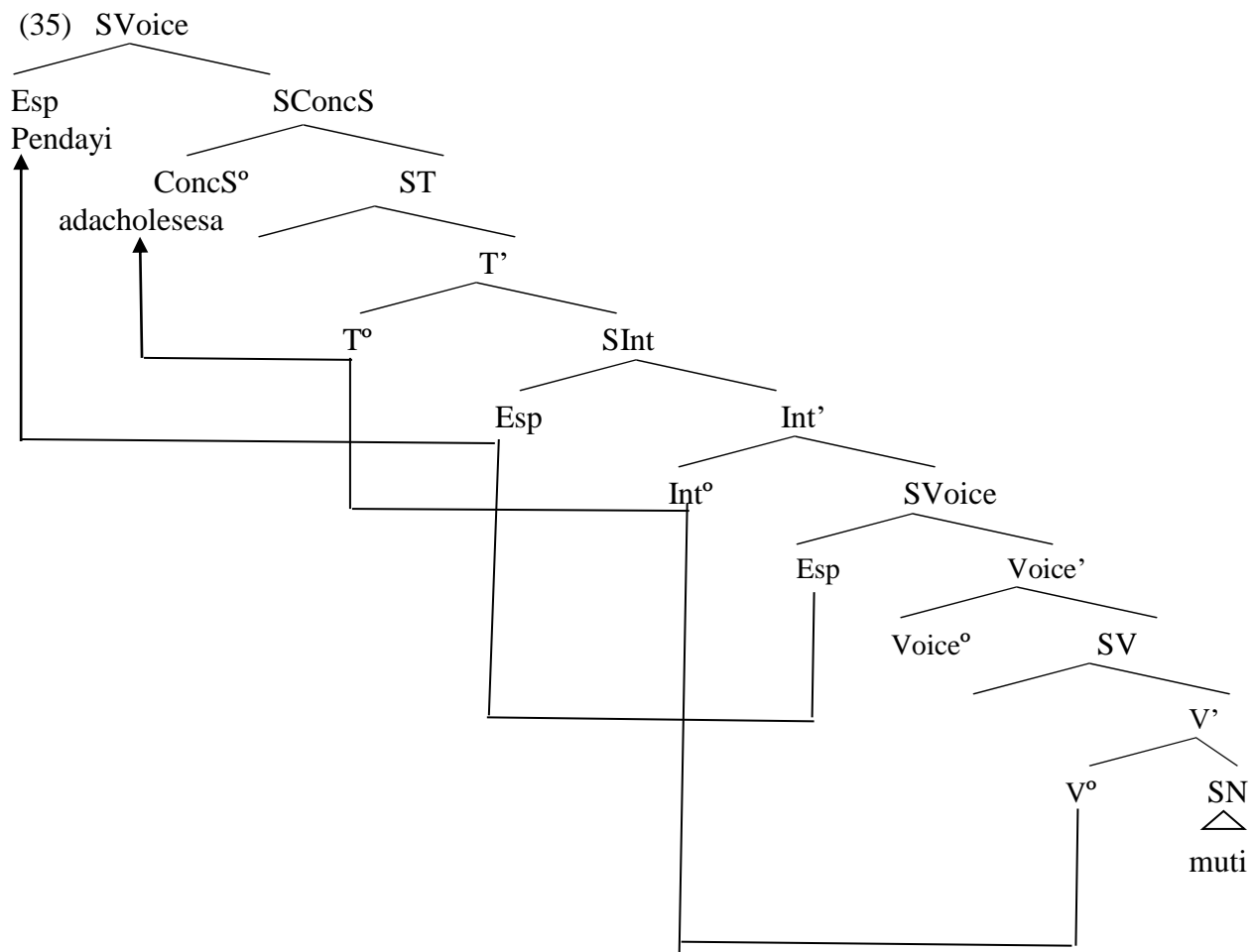
O exemplo (69.d) serve para mostrar que para alguns falantes, a semântica do verbo *kupasisisa* não pode ser limitada a ‘dar com intensidade/certeza’, mas deve ser a ela acrescida a noção de causatividade ‘fazer dar com intensidade/certeza’ algo a alguém. Para estes falantes, deixar a frase como está em (69.c) não a torna agramatical, mas pouco aceitável. Outros ainda referem que a frase é agramatical, pois, o verbo derivado é estranho.

O julgamento do primeiro grupo de falantes parece estar relacionado com o que Zemba (2015) observou em Kunda, o facto de as formas intensivas estarem a ser usadas quando a ocasião pede causativas. No caso em apreço, estaríamos numa situação em que a semântica de causação, por a extensão intensiva ser a reduplicação da causativa, estar a influenciar a semântica do verbo intensivo.

O julgamento do segundo grupo de falantes provavelmente tem a ver com o facto de termos no radical três fricativas alveolares não-vozeadas, uma no radical e outras na extensão.

A nossa representação arbórea irá cingir-se em (69.c), por ser a estrutura argumental de um verbo transitivo, e por ser a construção transitiva intensificada mais consensual. A extensão intensiva por ser =O determinou a escolha de apenas um exemplo para ilustrar a estrutura arbórea de um verbo intensificado, pois, diferentes estruturas arbóreas não trariam muita novidade.





Na árvore acima representamos a estrutura argumental do verbo *kuchola* ‘partir’. A interpretação que se tira dela é de que este é um verbo transitivo com dois argumentos: um externo com o papel de agente (Pendayi) e um interno, com o papel de tema *muti* ‘pau’. O SN Pendayi é gerado no especificador do SVoice, acima do SV, mas move-se para receber caso nominativo e cumprir o PPE no especificador do SVoice acima do ST.

Por sua vez, o verbo tem a obrigação de se mover do núcleo lexical para receber o traço intensivo no núcleo Int° e de lá volta a mover-se para verificar o traço de tempo no núcleo [T°/ST]. Em seguida a derivação é enviada para o *spell-out*.

Para concluir esta sub-secção, podemos dizer que todos os exemplos aqui apresentados corroboram a ideia de que a extensão intensiva ocorre em todos os verbos (transitivos e intransitivos), é de natureza adverbial e não altera a estrutura argumental dos verbos. O morfema

que marca a extensão intensiva constitui, na forma, a reduplicação do morfema da extensão causativa.

## **5.2 Resumo da sub-secção**

Na sub-secção que agora termina estivemos a analisar a ocorrência das EVs em Nyungwe. Nela vimos que as extensões causativa e applicativa acrescentam o número de argumentos sendo que a primeira um agente mais alto (introduzido pelo SVoice) e a segunda um argumento aplicado (introduzido no especificador de SApl, onde recebe papel temático) que pode desempenhar vários papéis temáticos. Estas duas extensões podem ocorrer em verbos transitivos e intransitivos. Vimos que o PM explica de forma adequada a ocorrência destas duas EVs.

As extensões passiva, recíproca e estativa reduzem o número de argumentos e impõem restrições para a ocorrência em certos verbos. A passiva pode ocorrer em verbos intransitivos (acrescenta-se o morfema expletivo) e em transitivos. A extensão recíproca apenas pode ser afixada em radicais de verbos transitivos com SN complexo, cujos membros são animados ou capazes de movimentar-se. A estativa não pode ocorrer em verbos meteorológicos e inacusativos.

Para terminar, falamos das extensões reversiva e intensiva, as que mantêm o número de argumentos. Vimos que a extensão intensiva que ocorre em todos os verbos (transitivos e intransitivos), é adverbial. Contrariamente a esta, a extensão reversiva está completamente lexicalizada e só ocorre em alguns verbos.

O PM, concretamente a teoria de verificação de traços, explica de forma adequada a ocorrência das EVs em Nyungwe.

A seguir, na sub-secção 5.3 analisamos a (co-)ocorrência das extensões verbais em Nyungwe.

## **SECÇÃO 5.3: A CO-OCORRÊNCIA DE DUAS EXTENSÕES VERBAIS**

### **5.3.0 Introdução**

A quantidade de estudos (ALSINA 1999; BAKER 1988; FERNANDO 2008; HYMAN 2002; KATUPHA 1991; KARI 1995; KAMFULI 2009; LANGA 2013; MATHANGWANE 2001; GOOD 2005; NGUNGA 1999, 2000, 2004; WAWERU 2011, só para mencionar alguns) que analisam a múltipla afixação dos morfemas derivacionais constitui uma prova inequívoca do grande interesse no debate sobre a co-ocorrência das extensões verbais nas línguas bantu nas últimas décadas.

De acordo com Fernando (2008), no debate sobre os factores que condicionam a co-ocorrência das extensões verbais nas línguas bantu, um dos problemas que sempre se colocou é se a abordagem devia ser baseada na semântica (BYBEE 1985; RICE 2000), na sintaxe (BAKER 1985) ou na morfologia (HYMAN & MCHOMBO 1992; BRESNAN & MOSHI 1993; ALSINA & MCHOMBO 1993 e HYMAN 2002).

O presente estudo pretende retomar resumidamente o referido debate passando em revista o que se defende em cada um destes pressupostos teóricos. Tomemos a abordagem semântica como ponto de partida. Esta abordagem defende que a ordem dos afixos derivacionais é determinada pela função semântica e pela abrangência de cada afixo. Com efeito, os afixos que têm maior relevância para a acção da raiz do verbo ocorrerem imediatamente a seguir a esta (BYBEE 1985) e (RICE 2000). Os estudos que levaram às diferentes conclusões partiram de interesses distintos. Bybee (1985) analisou os afixos flexionais e Rice (2000) discutiu os casos em que os afixos não são rigidamente ordenados e na possibilidade de alternância de sequência.

Na perspectiva sintáctica, de que Baker (1985) é uma das principais figuras, cada um dos afixos derivacionais que ocorre no radical está relacionado com uma operação sintáctica. Deste modo, a ordem dos afixos derivacionais reflecte a ordem das etapas de derivações sintácticas que devem ocorrer embora ressalve que essa ordem não é rigorosamente fixa. Portanto, a perspectiva sintáctica defende que a morfologia mapeia a sintaxe.

Finalmente, na perspectiva morfológica (HYMAN 2002), a ordenação dos afixos é determinada pela morfologia. Segundo o autor, as línguas impõem restrições morfotácticas específicas para as quais não há uma explicação extra-morfológica. Contudo, Hyman propõe o CARP (causativa, applicativa, recíproca e passiva) como um modelo padrão que explica a ordem dos sufixos derivacionais nas línguas bantu. Para o autor, a ordem dos morfemas CAUS-APPL

era parte do modelo de ordenação dos afixos verbais no Proto-Bantu (doravante PB) e, por isso, este continua sendo o modelo padrão de ordenação destes morfemas na maioria destas línguas. Assim, segundo Waweru (2011), para Hyman (2002), é possível que a ordenação dos afixos esteja directamente determinada pela morfologia apropriada dessa língua. Ou seja, as línguas podem impor restrições morfotácticas específicas para as quais não há uma explicação extra morfológica. Para Waweru (2011), se esta posição estivesse correcta seria de esperar que casos houvesse em que os afixos equivalentes aparecessem arbitrariamente como AB em uma língua e BA em outra.

O estudo de Ngunga (1999) pode ser usado para sustentar, em parte, a posição de Hyman (2002). De acordo com o autor, em línguas como Yao, existem três factores que determinam a combinação e ordem de qualquer número de morfemas de extensões verbais e seus alomorfes. Esses factores são: fonotáctico, morfotáctico e morfossintáctico

O autor, usando exemplos mostra que, em Ciyao, o factor fonotáctico é determinante na ordem de extensões verbais, porque determina que sufixo X deve ocorrer ou não ocorrer num contexto fonológico Y. O autor afirma, por exemplo, que na língua que ele estudou, para os casos de alomorfes de extensões verbais, qualquer sufixo que termine em /y/ precedido de uma consoante não pode ser seguido de sufixos que não iniciem com /a/.

Por outro lado, o factor morfotáctico determina que a co-ocorrência de certos sufixos derivacionais é restringida a determinadas posições no tema verbal. Para exemplificação o autor mostra que numa situação em que se quer combinar a extensão impositiva -ik- com outras, esta deve ocorrer imediatamente a seguir ao radical verbal e as outras extensões a seguir a ela. Portanto, este factor determina que sufixo X deve preceder ou seguir um sufixo Y.

O último factor é o morfossintáctico. Segundo o autor, a co-ocorrência das extensões verbais é condicionada pela maneira como a afixação dos sufixos derivacionais afecta a estrutura argumental inerente à raiz. Assim, não será permitida a sequência de sufixos do tipo -O em raízes de verbos intransitivos por serem sufixos que reduzem a valência do verbo, provocando uma situação de “destransitivização” de bases não transitivas. Nestes casos, segundo o autor, a afixação de um sufixo bloqueia qualquer afixação imediatamente subsequente de outro sufixo. Logo, este factor determina que cada sufixo altere a base à qual se afixa.

Mais tarde, Ngunga (2004), citando Guthrie (1962), veio reforçar a ideia de factores morfossictáticos como determinando a ordem de afixação das extensões verbais nas línguas bantu.

De acordo com o autor, Guthrie (1962) afirma que nas línguas bantu não é permitida a co-ocorrência das extensões do tipo: negativa-negativa independentemente da natureza transitiva do que vem antes ou depois. Esta restrição de co-ocorrência, segundo o autor, é resolvida com a combinação correcta das extensões numa perspectiva que permita, desde que estejam salvaguardados os factores acima, alternar a adição e a eliminação de argumentos numa sequência do tipo: positiva-negativa-positiva, negativa-positiva-negativa; positiva-positiva-negativa e negativa-positiva-positiva.

A proposta Hyman (2002) ignora Guthrie (1962) e, conseqüentemente, é em Ngunga (2004) parcialmente refutada por propor uma sequência de extensões verbais do tipo negativa-negativa, ou seja, recíproca-passiva, e parcialmente aceite por propor a sequência do tipo: positiva-positiva na sequência causativa-aplicativa. Nesta perspectiva vemos a combinação de duas perspectivas anteriormente referidas: semântica e sintáctica.

Good (2005) também critica a proposta de ordenação das extensões verbais de Hyman (2002, 2003). De acordo com o autor, a ordem actual dos afixos derivacionais em bantu pode estar relacionada com a sua ordenação no PB. Igualmente, a oposição entre os trabalhos de Baker (1988) e de Hyman (2002) levanta a questão sobre como é que era a ordenação de sufixos verbais no PB.

Segundo o autor, talvez, por exemplo, os efeitos morfológicos observados por Hyman representem uma inovação no sentido de congelamento da ordem destes morfemas em algumas línguas bantu, o que não seria necessariamente problemático para o Princípio do Espelho (PE), uma vez sabido que, frequentemente, a morfologia torna-se fixa ao longo do tempo, sem com isso se pretender sugerir que o PE deva ser excluído dos efeitos da mudança histórica normal.

Portanto, pode ser que a ordenação dos sufixos no PB tenha sido como Hyman (2003) propõe, isto é, morfológicamente determinada. Mas isto mostraria que o PE está errado, mas que as línguas bantu não fornecem uma sustentação pacífica para a perspectiva teórica de Hyman (2002, 2003).

Para Good (2005), e talvez olhando para o contexto do trabalho de Guthrie (1962), há boas evidências de que no PB havia uma ordem fixa desses sufixos e, assim, a perspectiva morfológica de Hyman (2003a) foi herdada e não constitui nenhuma inovação.

Igualmente, segundo Good (2005), o PE tem sido considerado uma teoria restritiva no debate sobre como é que os morfemas de mudança de valência dos verbos devem ser ordenadas nos verbos. O PE apenas sugere que os morfemas cuja semântica tem um escopo mais restrito para o significado da raiz devem ocorrer mais próximo da raiz do que os morfemas de escopo semântico mais amplo.

Por outro lado, Buell e Sy (2005), na explicação da ordenação dos afixos derivacionais, defendem uma estreita correspondência entre a morfologia e a sintaxe. Para estes autores, as palavras são construídas na sintaxe, usando-se para tal mecanismos sintáticos habituais. Além disso, em relação ao movimento do núcleo, a ordem dos morfemas na estrutura de superfície do núcleo complexo é tida como reflexo da ordem das operações de adjunção do núcleo, conforme exigido pelo PE.

Além do estudo acima, Pylkkänen (2008) também analisa as restrições de co-ocorrência das extensões causativa e aplicativa nas Lbs. Para a autora, o PE e a proposta morfológica de Hyman (2002) não analisam a possibilidade de as restrições de co-ocorrência das EVs nas Lbs poder estar a revelar propriedades de interface sintaxe-semântica no domínio verbal. Ainda de acordo com a autora, a ordem Apl-Caus pode ser impossível sempre que o aplicativo for alto e o causativo não poder introduzir argumentos, isto é, o causativo c-seleccionar uma raiz ou um Sv. Nos casos em que esta ordem é gramatical, o núcleo Caus<sup>o</sup> pode seleccionar um SV com argumento externo, o que não acontece quando o núcleo Caus<sup>o</sup> c-selecciona uma raiz e/ou um SV.

Em suma, a co-ocorrência e a ordem de afixos podem ser explicados sob três perspectivas amplas, a saber: sintática, semântica e morfológica.

Porém, Waweru (2011) defende que as três abordagens apenas dão algumas explicações sobre a distribuição dos sufixos derivacionais nas línguas bantu. Elas apenas lidam com alguns afixos selecionados. Por exemplo, o modelo proposto de Hyman (2002) é baseado na análise de quatro afixos (causativo, aplicativo, recíproco e passivo) e Baker em três (aplicativo, causativo e passivo).

Neste trabalho, usaremos o PE para explicar a ordem de (co-)ocorrência das extensões verbais em Nyungwe. Contudo, seguindo Good (2005) e Waweru (2011) usaremos, sempre que necessário, as outras duas perspectivas teóricas (morfológica e semântica).

### **5.3 A Co-ocorrência de Extensões Verbais em Nyungwe**

Depois de na sub-seção 5.1 termos descrito e analisado as sete as EVs que ocorrem em Nyungwe, a presente sub-seção analisa à luz do PE a co-ocorrência das causativa, applicativa, passiva, recíproca, estativa, reversiva e intensiva. O nosso objectivo é analisar as possíveis ordens de co-ocorrência destas extensões na formação de novos verbos e, em seguida, discutir as suas implicações sintácticas.

No entanto, porque temos verbos formados a partir de duas (2), três (3) e quatro (4) EVs, dividimos o tema em mais uma sub-seção. A presente sub-seção, organizada em oito sub-seções, trata apenas da co-ocorrência de duas EVs. Assim, na sub-seção, a 5.3.1, tratamos da co-ocorrência da causativa com as outras seis extensões. Depois, na sub-seção 5.3.2, a co-ocorrência da extensão applicativa com as outras cinco EVs; na sub-seção 5.3.3, a co-ocorrência da extensão passiva e as outras quatro extensões; na 5.3.4, a co-ocorrência da recíproca com as outras três. Na sub-seção 5.3.5 descrevemos a co-ocorrência da extensão estativa com duas. A sub-seção 5.3.6 é dedicada a co-ocorrência da extensão reversiva com as restantes ainda não combinadas com esta se ainda existirem. Na sub-seção 5.3.7 combinamos a extensão intensiva com a única EV com a qual esta ainda não tenha sido combinada. Para terminar, na sub-seção 5.4, apresentamos o resumo desta sub-seção.

#### **5.3.1 A co-ocorrência da extensão Causativa e outras EVs**

A presente sub-seção dedicar-se-á à análise da co-ocorrência da extensão causativa com cada uma das outras extensões, começando pela applicativa.

##### **5.3.1.1 Causativa e applicativa**

Nesta sub-seção, optamos por apresentar a ordem de co-ocorrência das extensões causativa e applicativa em Nyungwe em verbos intransitivo e transitivo. Vejamos os exemplos abaixo:

- |      |   |   |                       |                       |                       |
|------|---|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 1.a) | mwana<br>1-criança  | a-da-bis-a<br>1-MT-esconder-VF                | bzakudya.<br>8-comida |                       |                       |
|      | 'a criança escondeu comida.'  |   |                       |                       |                       |
| b)   | akazi<br>2-mulher   | a-da-bis-is-a<br>2-MT-esconder-Caus-VF        | mwana<br>1-criança    | bzakudya.<br>8-comida |                       |
|      | 'as mulheres fizeram a criança esconder a comida.'                  |   |                       |                       |                       |
| c)   | mwana<br>1-criança  | a-da-bis-ir-a<br>2-MT-esconder-Apl-VF         | yavu<br>1-avó         | bzakudya.<br>8-comida |                       |
|      | 'a criança escondeu a comida em benefício da avó.'                  |   |                       |                       |                       |
| d)   | akazi<br>2-mulher   | a-da-bis-is-ir-a<br>2-MT-esconder-Caus-Apl-VF | yavu<br>1-avó         | bzakudya.<br>8-comida |                       |
|      | 'as mulheres fizeram alguém esconder a comida em benefício da avó.' |   |                       |                       |                       |
| e)   | akazi<br>2-mulher   | a-da-bis-ir-is-a<br>2-MT-esconder-Apl-Caus-VF | bzakudya.<br>8-comida |                       |                       |
|      | 'as mulheres fizeram alguém esconder a comida em benefício da avó.' |   |                       |                       |                       |
| f)   | *akazi<br>2-mulher  | a-da-bis-ir-is-a<br>2-MT-esconder-Apl-Caus-VF | mwana<br>1-criança    | yavu<br>1-avó         | bzakudya.<br>8-comida |

O exemplo (1.a) serve apenas para mostrar que partimos de um verbo transitivo não derivado. No exemplo (1.b), ao verbo não derivado, acrescentou-se a extensão causativa. Por isso, passamos a ter uma estrutura bi-eventiva: o evento causador e o causado. Consequentemente, um agente causador (*akazi* 'mulheres') e um agente causado (*mwana* 'criança'). No exemplo (1.c), ilustramos que quando o verbo é derivado por uma extensão applicativa passa a seleccionar um argumento interno com o papel temático de beneficiário da acção verbal, o SN *yavu* 'avó'.

A seguir, o exemplo (1.e) serve para mostrar que a ordem de co-ocorrência destas EVs pode ser alterada para aplicativo-causativo, sem resultar numa construção agramatical. Mas quando isso acontece o argumento aplicado passa a não ser obrigatório. Portanto, o verbo passa a seleccionar um agente mais alto, o causador, mas sem o agente causado/afectado e a ocorrência do objecto aplicado ou o beneficiário passa a ser opcional.

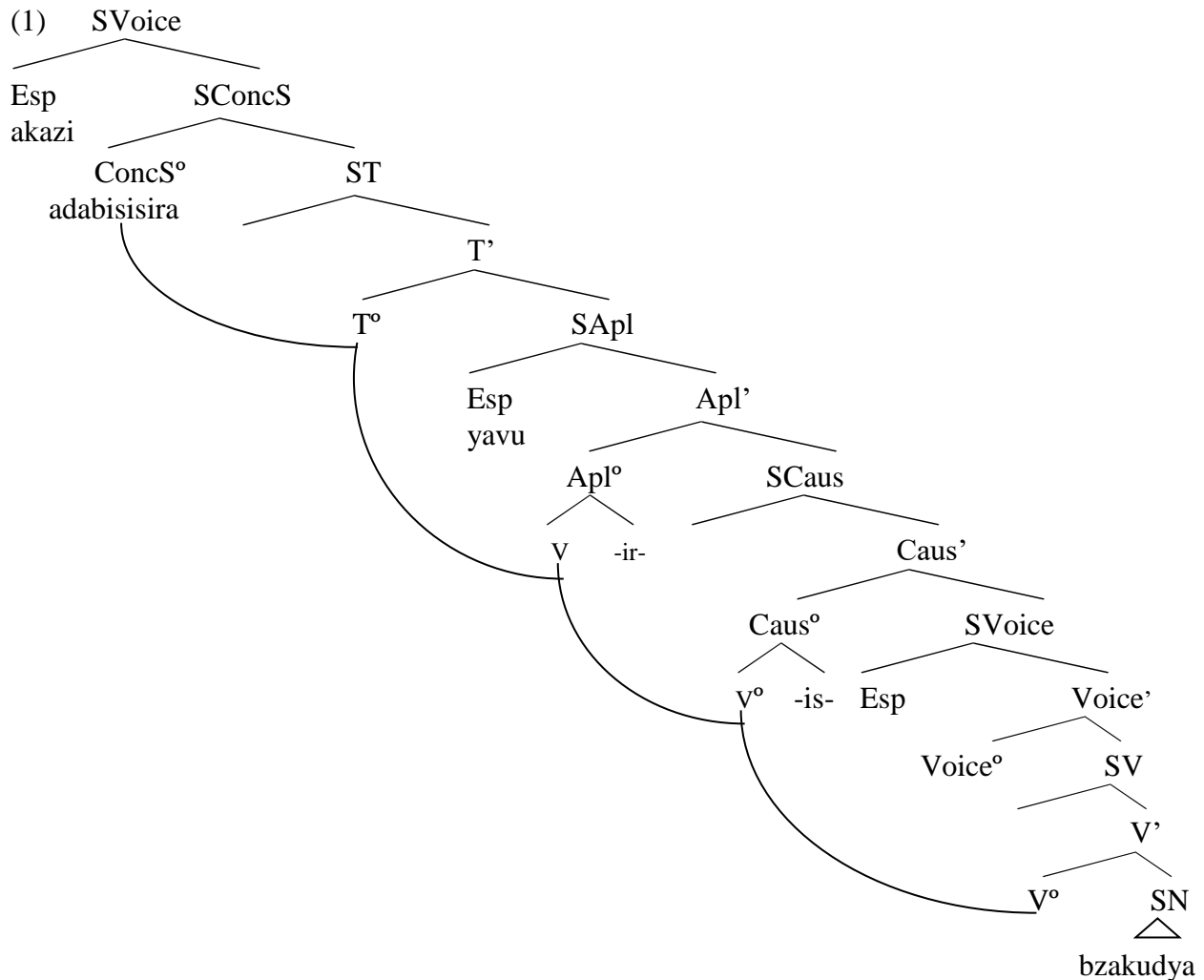
Assim, o exemplo (1.f) é agramatical não por causa da ordem das EVs, mas porque o agente causado não pode estar foneticamente realizado. A realização fonética de *mwana* 'criança' colocaria uma situação em que teríamos argumentos a mais para espaços limitados na estrutura arbórea, uma vez que estas duas extensões levam à introdução de argumentos externos, na proposta de Pykkänen (2008). Portanto, é agramatical porque o *Cause* selecciona, tendo em conta os dados acima, selecciona um SV-fásico e o aplicativo é alto.

Este pressuposto é bem ilustrado em Pykkänen (2008), quando refere o seguinte:



“...the morpheme order Appl-Cause should be impossible whenever the applicative is high and the causative is unable to embed external arguments—that is, whenever the causative is either root- or verb-selecting... in those cases where the order Appl-Caus is grammatical, the causative is able to embed a true external argument, which root and verb-selecting causatives cannot do...”  
 Pykkänen (2008:126)<sup>5</sup>

Tendo em conta este exemplo (1.f) e a citação acima, defendemos que estamos perante uma ordem de co-ocorrência em que o aplicativo é alto e, por isso, o causativo não pode incorporar um argumento externo. No capítulo VI retomaremos este tema.



<sup>5</sup> “...a ordem Apl-Caus será impossível sempre que o aplicativo for alto e o Caus não poder selecionar um SV com um argumento externo, isto é, sempre que o causativo selecionar uma raiz ou um SV... nos casos em que a ordem Apl-Caus é gramatical, o causativo é capaz de selecionar um argumento externo, o que o causativo que seleciona uma raiz e um SV não podem...” Pykkänen (2008:126) (nossa tradução)

Na árvore acima, ilustramos a estrutura argumental do verbo *kubisisira* ‘roubar por alguém’. Vemos que o agente mais alto (*akazi* ‘mulheres’) é introduzido pelo SVoice, O agente mais baixo não está explicitamente realizado daí que no especificador de SVoice não ocorra nenhum SN. O beneficiário (*yavu* ‘avó’) é introduzido no especificador do SApl onde recebe caso acusativo atribuído pelo núcleo Apl<sup>o</sup> e o SN (*bzakudya* ‘comida’), gerado como complemento do V<sup>o</sup>, não se move e recebe caso dativo atribuído pelo verbo. Portanto, tem os seus traços verificados neste nível. O movimento é apenas do verbo, do núcleo V<sup>o</sup> para Caus<sup>o</sup> a fim de que possa receber o traço causativo. Daqui, move-se para receber traço aplicativo em [Apl<sup>o</sup>/SApl]. Depois, ocorre um outro movimento para verificar o traço de tempo no núcleo T<sup>o</sup> e, para terminar, ocorre um outro movimento para o núcleo ConcS<sup>o</sup> para que o traço de concordância com o sujeito seja verificado. O especificador de SVoice mais baixo não é ocupado, porque o argumento externo ou o agente afectado não pode co-ocorrer com o beneficiário pelos motivos acima descritos. Esta projecção mostra que cada um dos afixos derivacionais que ocorre no radical está relacionado com uma operação sintáctica. Destarte, a ordem dos afixos derivacionais reflecte a ordem das etapas de derivações sintácticas que devem ocorrer. A seguir mostramos o que acontece quando a derivação é a partir de um verbo intransitivo:

- |      |   |   |                        |                        |
|------|---|---|------------------------|------------------------|
| 2.a) | ntsikana<br>1- menina<br>‘a menina saltará.’              | a-ndza-mog-a.<br>1-MT-saltar-VF               |                        |                        |
| b)   | baba<br>1-pai<br>‘o pai fará a menina saltar.’            | a-ndza-mog-es-a<br>1-MT-saltar-Caus-VF        | ntsikana.<br>1- menina |                        |
| c)   | ntsikana<br>1- menina<br>‘a menina saltará pela Tsoka.’   | a-ndza-mog-er-a<br>1-MT-saltar-Apl-VF         | Tsoka.<br>Tsoka        |                        |
| d)   | baba<br>1-pai<br>‘o pai fará a menina saltar pela Tsoka.’ | a-ndza-mog-es-er-a<br>1-MT-saltar-Caus-Apl-VF | Tsoka<br>Tsoka         | ntsikana.<br>1-menina  |
| e)   | baba<br>1-pai<br>‘o pai fará a menina saltar pela Tsoka.’ | a-ndza-mog-er-es-a<br>1-MT-saltar-Apl-Caus-VF | (Tsoka)<br>(Tsoka)     | ntsikana.<br>1- menina |

A diferença entre os exemplos acima e os apresentados a partir de (2.a) está em (2.d) e (2.e). No exemplo (2.d), os dois argumentos internos co-ocorrem: O beneficiário (Tsoka) e o agente mais baixo (*ntsikana* ‘menina’) provavelmente por se tratar de um verbo inergativo, sem

argumento interno. Logo, tem dois espaços disponíveis para serem ocupados pelo agente causado e pelo beneficiário. Em (2.e) alteramos a ordem de co-ocorrência das extensões de Caus-Apl para Apl-Caus e a construção é gramatical e a semântica do verbo Apl-Caus é: ‘fazer alguém saltar por alguém’, isto é, é similar à semântica do verbo Caus-Apl. A diferença está nas propriedades de c-selecção, aqui o objecto aplicado, tal como vimos em (1.e) é opcional. Contudo, apesar de o nosso trabalho considerar que o argumento aplicado é opcional, para alguns falantes, este é obrigatório. Igualmente, as propriedades de c-selecção deste verbo mostram que esta ordem de co-ocorrência pode ser explicada à luz do princípio semântico. Deste modo, consideramos que a extensão causativa têm escopo mais amplo. No entanto, mesmo com as explicações aqui dadas, chamamos a atenção da necessidade de estudos detalhados que determinem os contextos morfo-sintácticos, ou então as propriedades de interface sintaxe-semântica no domínio verbal, tal como refere Pykkänen (2008).

Na ordem Apl-Caus acima apresentada, tendo em conta a variante dos falantes que consideram que o objecto aplicado é obrigatório, estaremos perante uma situação em que o aplicativo é alto e o verbo derivado c-selecciona um argumento externo, o argumento da extensão causativa. O que não poderia acontecer de acordo com a Pykkänen (2008). Uma resposta mais rápida e económica é defendermos que assim acontece porque o verbo não derivado é intransitivo. A pergunta que colocamos é: será que o núcleo Causativo em Nyungwe c-selecciona, ao mesmo tempo, um SV-fásico e SV? Esta pergunta ganha mais ênfase quando a ordem Apl-Caus é agramatical em verbos inacusativos. Vejamos mais um exemplo:

- |      |  |                         |           |           |
|------|--|-------------------------|-----------|-----------|
| 3.a) | Sekerani   | w-a-gw-a.               |           |           |
|      | Sekerani   | 1-MT-cair-VF            |           |           |
|      | ‘a Sekerani caiu.’                                 |                         |           |           |
| b)   | nyoka  | y-a-gw-es-a             | Sekerani. |           |
|      | 9-cobra  | 1-MT-cantar-Caus-VF     | Sekerani  |           |
|      | ‘a cobra fez cair a Sekerani.’                     |                         |           |           |
| c)   | Sekerani   | w-a-gw-er-a             | mayi.     |           |
|      | Sekerani   | 1-MT-cantar-VF          | 1-mãe     |           |
|      | ‘a Sekerani caiu em benefício da mãe.’             |                         |           |           |
| d)   | nyoka  | yi-da-gw-es-er-a        | mayi      | Sekerani. |
|      | 9-cobra  | 1-MT-cair-Caus-Apl-VF   | 1-mãe     | Sekerani  |
|      | ‘a cobra fez a Sekerani cair em benefício da mãe.’ |                         |           |           |
| e)   | *nyoka   | yi-da-gw-er-es-a        | Sekerani  | mudindi.  |
|      | 9-cobra  | 1-MT-cantar-Apl-Caus-VF | Sekerani  | 18-cova   |

Com os exemplos acima quisemos mostrar a ordem de (co-)ocorrência das extensões causativa e applicativa num verbo inacusativo. O exemplo (3.d) mostra que a ordem destes morfemas derivacionais é Caus-Apl. Nele vemos igualmente que os dois argumentos seleccionados pelo verbo, em virtude da ocorrência destas duas extensões, estão foneticamente realizados como argumentos internos do verbo derivado. No exemplo (3.e) é possível perceber que a alteração da ordem das EVs para Apl-Caus origina numa construção agramatical para os falantes entrevistados apesar da saturação dos argumentos seleccionados pelo verbo derivado. Mais uma vez, esta ordem não pode ser explicada à luz do princípio semântico nem sintáctico. Esta ordem pode estar a mostrar uma inovação em relação à ordem destas duas extensões no PB, como referiu Good (2005). Vejamos a ordem que se segue.

### 5.3.1.2 Extensão causativa e passiva

Na sub-secção anterior estivemos a analisar a co-ocorrência da extensão causativa e applicativa. Esta sub-secção é reservada à descrição da ordem de co-ocorrência das extensões causativa e passiva. Veja-se os exemplos a seguir:

- 4.a) Maria a-da-tenth-a mabasiya.  
 Maria 1 -MT-queimar-VF 6-bacias  
 ‘a Maria queimou as bacias.’
- b) ciphalewale ci-da-tenth-es-a Maria mabasiya.  
 relâmpago 7-MT-queimar-Caus-VF Maria 6-bacias  
 ‘o relâmpago fez a Maria queimar as bacias.’
- c) mabasiya ma-da-tenth-edw-a (na Maria).  
 6-bacias 6-MT-queimar-Pas-VF (pela Maria)  
 ‘as bacias foram queimadas pela Maria.’
- d) Maria a-da-tenth-es-edw-a mabasiya (na ciphalewale).  
 Maria 1-MT-queimar-Caus-Pas-VF 6-bacias (pelo relâmpago)  
 ‘o relâmpago fez com que a Maria queimasse as bacias.’
- e) mabasiya ma-da-tenth-es-edw-a (na ciphalewale).  
 6-bacias 6-MT-queimar-Caus-Pas-VF (pelo relâmpago)  
 ‘o relâmpago fez com que as bacias fossem queimadas.’
- f) \*mabasiya ma-da-tenth-edw-es -a (Maria) (na ciphalewale).  
 6-bacias 6-MT-queimar-Pas-VF (Maria) (na ciphalewale)

Os exemplos (4.a-c) são apresentados como passos para se chegar à co-ocorrência das extensões causativa e passiva. Isto é, são exemplos para se chegar ao exemplo (4.d). Neste exemplo, vemos que o objecto Maria (agente causado) introduzido pela extensão causativa foi

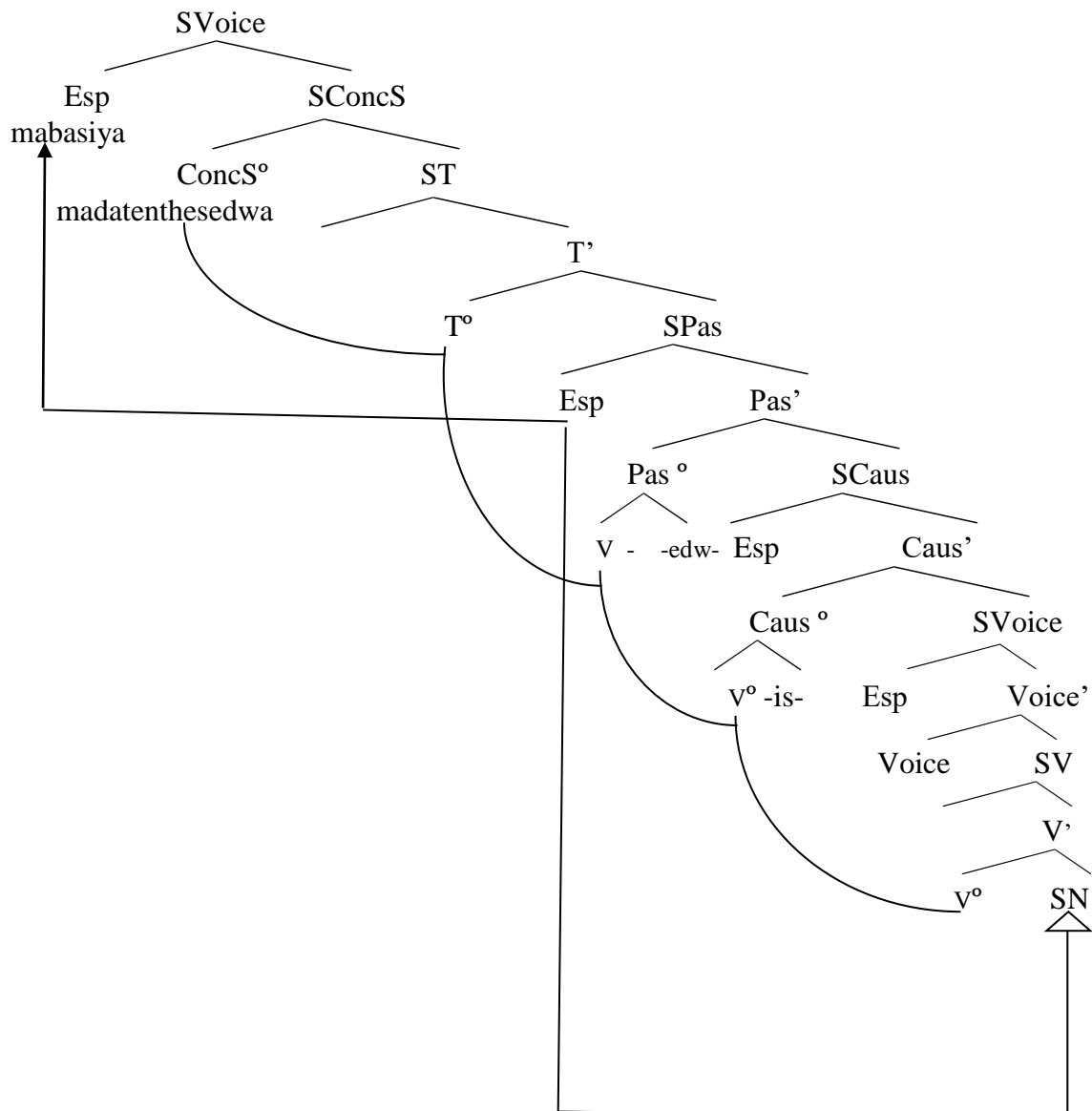
promovido para a posição de sujeito e o objecto indirecto *mabasiya* ‘bacias’ passou a ser o objecto da construção causativa-passiva.

No entanto, no exemplo (4.e) apresentamos uma situação em que partimos do pressuposto de que o agente causado Maria já foi relegado a adjunto quando a extensão passiva ocorre na estrutura verbal e, porque o candidato com características para ocupar a posição de sujeito é o SN *mabasiya* ‘bacias’, este é promovido para esta posição. Assim, o agente mais alto passa a ocorrer como adjunto.

Para terminar, temos o exemplo (4.e) onde mostramos que a ordem de co-ocorrência destas EVs deve ser Caus-Pas e não o contrário. O exemplo serve igualmente para ilustrar que tanto o agente causado como o agente causador podem não ocorrer quando a extensão passiva é afixada ao verbo.

O exemplo (4.f) reflecte o que os falantes referiram em relação a inversão da ordem de co-ocorrência destes morfemas de Caus-Pas para Pas-Caus. Esta última, tendo em conta o exemplo, resulta numa construção agramatical. Para explicar esta agramaticalidade usamos o princípio semântico de (BYBEE 1985; RICE 2000). Assim, consideramos que esta ordem fixa deve-se ao facto de a extensão causativa ter maior escopo sobre a semântica do verbo, e, por isso, cabe a ela ocupar a posição imediatamente a seguir a raiz.

(2)



No diagrama acima, mostramos a estrutura argumental da construção causativa-passiva do exemplo (4.e), a passivização de um evento causado. O SN (*mabasiya* ‘bacias’) antes objecto indirecto no exemplo (4.b) e objecto directo em (4.a) é gerado como complemento de  $V^\circ$ , mas por ter sido promovido à sujeito, move-se para especificador de SPas para o pressuposto minimalista de movimento curto. Em seguida, move-se para especificador do SVoice onde recebe caso nominativo e cumpre o PPE. O verbo, por sua vez, move-se do núcleo  $V^\circ$  para verificar o traço causativo em  $Caus^\circ$ . Em seguida, o núcleo  $V^\circ+is-$  (verbo causativo) move-se

para Pas° para que se afixe a extensão passiva e, em seguida para T° para verificar o traço de tempo. Depois, move-se para ConcS° para que o traço de concordância com o sujeito seja verificado. Este por ser o último traço a ser verificado, a derivação é enviada para o *spell-out*.

Para terminar, importa referir que os exemplos aqui analisados ilustram mais uma vez que em Nyungwe, o objecto directo e o indirecto podem ser passivizados e que a morfologia mapeia a sintaxe. Vejamos, a seguir, as extensões causativa e recíproca co-ocorrem.

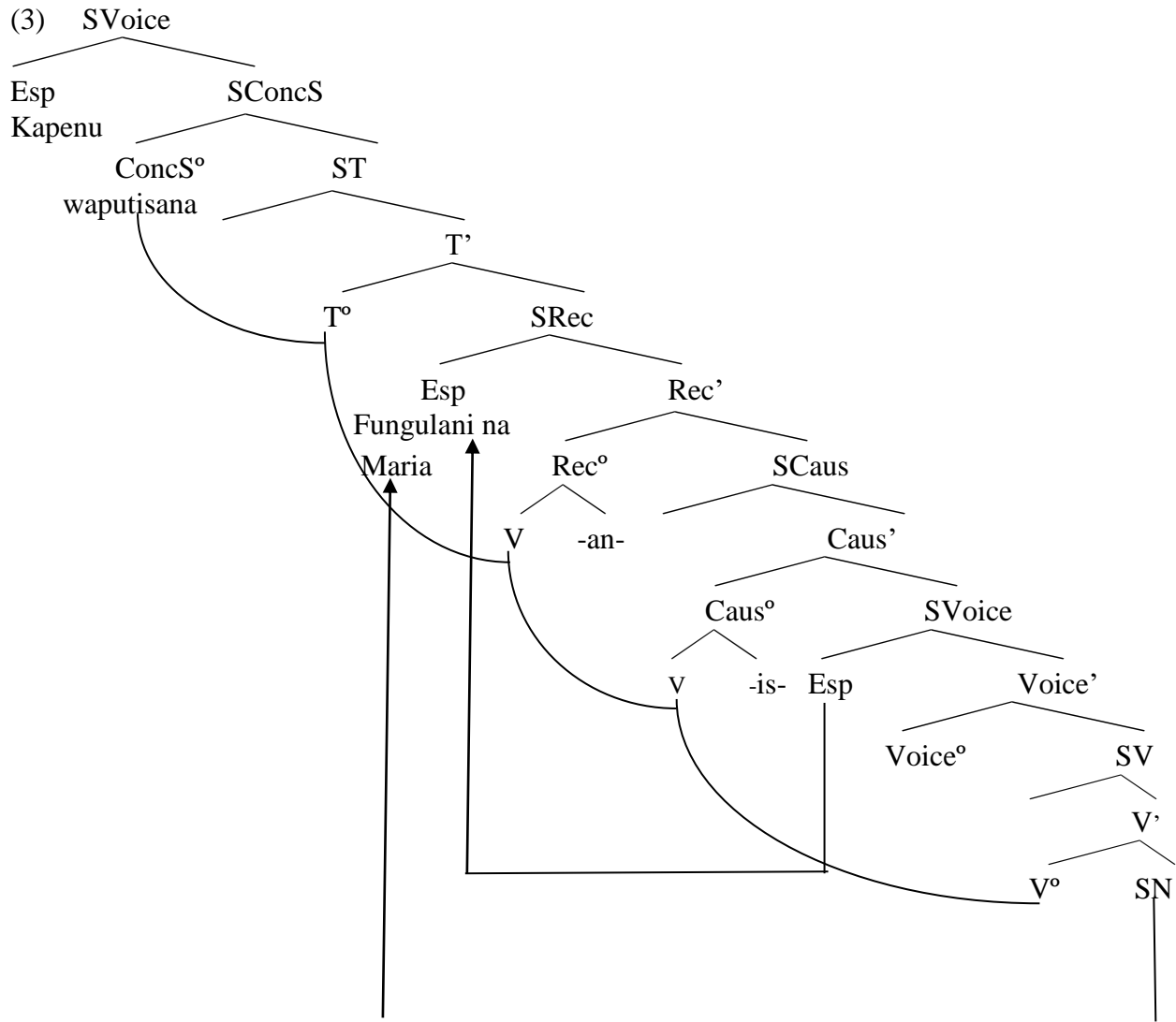
### 5.3.1.3 Extensão causativa e recíproca

A seguir, vejamos, nos exemplos abaixo, o que acontece com a co-ocorrência da extensão causativa com a recíproca:

- 5.a) Fungulani w-a-put-a Maria.  
 Fungulane 2-MT-provocar-VF Maria  
 ‘o Fungulane provocou a Maria.’
- b) Maria w-a-put-a Fungulani.  
 Maria 2-MT-provocar-VF Fungulane  
 ‘a Maria provocou o Fungulane.’
- c) Fungulani na Maria w-a-put-an-a.  
 Fungulane e Maria 2-MT-provocar-Rec-VF  
 ‘o Fungulane e a Maria provocaram-se.’
- d) Kapenu wa-put-is-an-a Fungulani na Maria.  
 Kapenu 1-MT-provocar-Caus-Rec-VF Fungulani na Maria  
 ‘o Kapenu fez que o Fungulane e a Maria se provocassem.’
- e) Kapenu wa-put-an-is-a Fungulani na Maria.  
 Kapenu 1-MT-provocar-Rec-Caus-VF Fungulani na Maria  
 ‘o Kapenu fez com que alguém provocasse Fungulane e a Maria.’

Dos exemplos acima destacaremos (5.c), onde a ocorrência da extensão recíproca levou a que o SN antes simples fosse complexo (composto pelos nomes Fungulani e Maria). No exemplo (5.d), quando no verbo co-ocorrem as extensões causativa e recíproca, o verbo passa a seleccionar um agente causador e um SN objecto complexo. A extensão causativa é responsável pela transitividade do verbo intransitivo de (5.c). O exemplo ilustra que a inversão da ordem para Rec-Caus, o verbo perde a semântica de reciprocidade, o que mostra que neste caso a extensão recíproca tem um escopo restrito para o significado do verbo, usando o PE.

No diagrama abaixo apresentamos a estrutura arbórea de (5.d):



Na árvore acima vemos que a extensão causativa ocorre depois da recíproca. O verbo move-se de V° para Caus° para verificar o traço causativo. Em seguida, move-se para Rec° para a afixação da extensão recíproca. Depois, verifica o traço de tempo em [T°/ST]. A seguir, ocorre um outro movimento para o núcleo ConcS° para a verificação de concordância com o sujeito.

A ocorrência da extensão causativa levou a que o verbo passasse a seleccionar um agente, o causador (o SN Kapenu), introduzido pelo SVoice, o mais alto. Quando a extensão recíproca foi afixada, os SN Fungulani e Maria formaram um SN complexo. A formação deste SN complexo acontece com o movimento dos SNs sujeito e objecto das frases não derivadas (Fungulane e Maria para ocupar a posição de especificador do SRec).



Como vemos, cada operação morfológica está directamente relacionada com o número de movimentos que devem ocorrer até que a derivação convirja e seja enviada ao *spell-out*.

#### 5.3.1.4 Extensão causativa e estativa

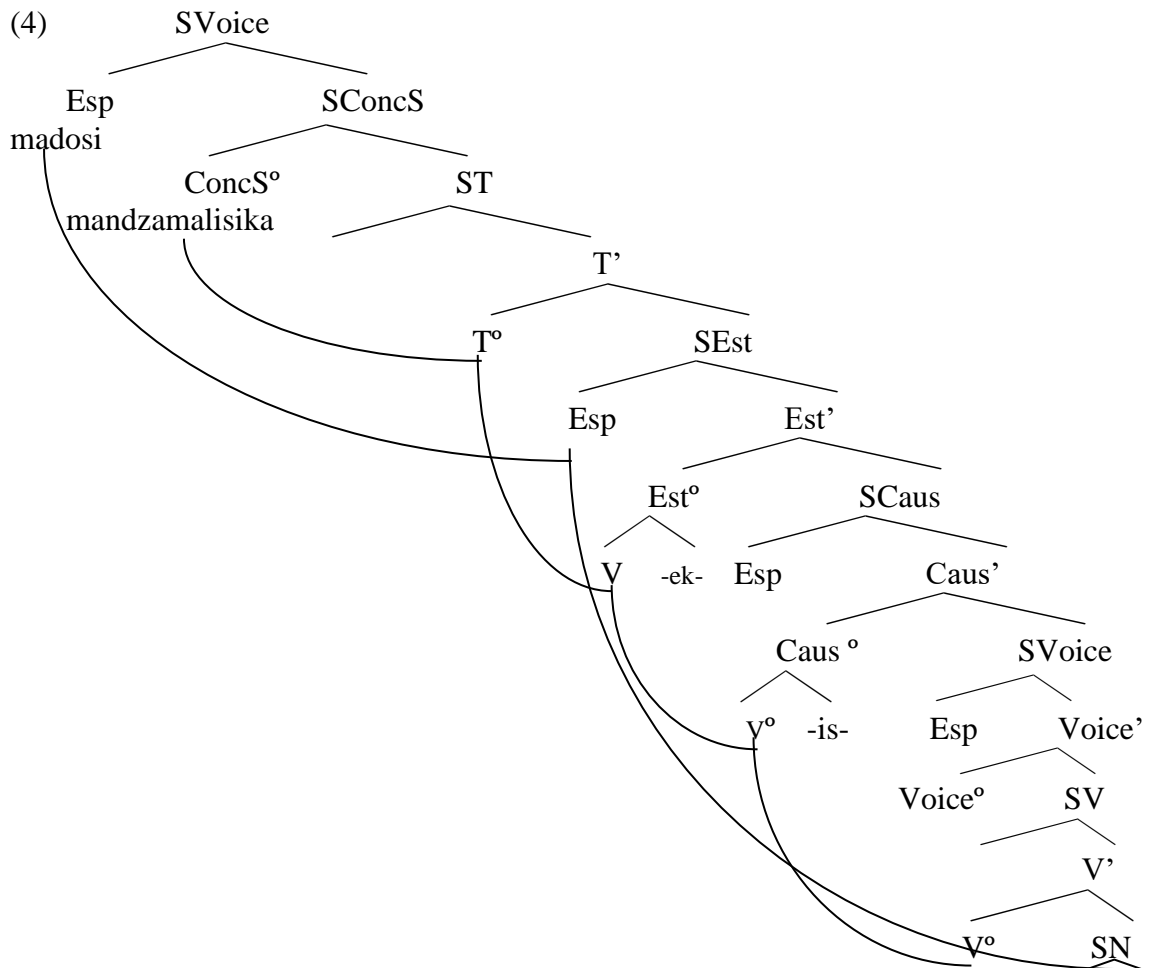
Nesta sub-secção analisaremos a co-ocorrência das extensões causativa e estativa. Veja-se os exemplos abaixo:

- 6.a) Kapenu a-ndza-mal-a madosi.  
 Kapenu 1-MT-acabar-VF 6-doce  
 ‘o Kapenu acabará o tabaco.’
- b) madosi ma-ndza-mal-ek-a.  
 6-doce 6-MT-acabar-Est-VF  
 ‘o doces serão acabáveis.’
- c) mayi a-ndza-mal-is-a Kapenu madosi.  
 1-mãe 1-MT-acabar-Caus-VF Kapenu 6-doce  
 ‘a mãe fará o Kapenu acabar os doces.’
- d) madosi ma-ndza-mal-is-ik-a.  
 6-doce 6-MT-acabar-Caus-Est-VF  
 ‘os doces serão possíveis de serem feitos acabar.’
- e) \*madosi ma-ndza-mal-ik-is-a.  
 6-doce 6-MT-acabar-Est-Caus-VF

Antes de analisar os exemplos acima, lembremos que a extensão estativa indica, entre outras coisas, que o sujeito do verbo tem o potencial para se submeter à acção expressa pelo radical não derivado sem que haja nenhum agente implicado em tal estado, condição ou potencialidade. Ela reduz o número de argumentos ou participantes na frase, sendo que o agente é o que se perde e o paciente/tema torna-se tema exclusivo e hierarquicamente mais alto. Nos exemplos acima, combinamos duas extensões: a causativa e estativa. No exemplo (6.a) mostramos que partimos de uma situação em que o verbo é não derivado. Nele, o verbo tem dois argumentos, um externo Kapenu e um interno *madosi* ‘doces’. Em (6.b) afixamos a extensão estativa no radical, o que causa a perda do agente enquanto o paciente passa a ocupar a posição de sujeito com o papel temático de tema. O exemplo (6.c) serve para mostrar que, quando se acrescenta a extensão causativa numa construção como a (6.a), passamos a ter uma construção bi-eventiva: o evento causador, cujo agente é *mayi* ‘mãe’ e o evento causado cujo agente é Kapenu.

No entanto, no exemplo (6.d), em que as extensões causativa e estativa co-ocorrem, perdem-se os dois agentes da causativa e o paciente passa a ser o papel temático exclusivo e hierarquicamente mais alto. Para terminar, com o exemplo (6.e) mostramos que a ordem de ocorrência destas extensões é Caus-Est e não Est-Caus. Semanticamente, a extensão causativa tem escopo mais no verbo derivado que a estativa.

Vejamos a projecção de (6.d) no diagrama que se segue:



No diagrama, ilustramos a estrutura argumental do verbo causativo-estativo que é o núcleo da frase no exemplo (6.d) e que constitui a estativização de um evento causado. No

diagrama, é visível que o paciente (*madosi* ‘doces’) move-se do lugar de complemento do V° para especificador do SEst, respeitando o princípio de movimento curto, e deste núcleo para [Esp/SVoice] onde cumpre o PPE.

Outro movimento visível na árvore acima é do verbo. Move-se do núcleo V° para Caus° para que se afixe a extensão causativa. Em seguida, o radical V°+is- move-se para o núcleo Est° para que se afixe o morfema da extensão Estativa e, em seguida para o núcleo ConcS° para a afixação do morfema de concordância com o sujeito. Para terminar, move-se em seguida para T° para verificar o traço de tempo. Depois, a derivação é enviada para o *spell-out*.

Em suma, devemos reter que na co-ocorrência das extensões causativa e estativa, apesar de se excluir os agentes causador e causado da construção causativa, o evento causado ou a ser causado permanece expresso na semântica do verbo.

Na árvore, mostramos igualmente que a morfologia espelha a sintaxe e vice-versa. Assim, a sintaxe tem acesso a tudo o que a morfologia faz. Por isso, todos os movimentos que aqui mostramos reforçam mais ainda a relação entre a morfologia e a sintaxe.

### 5.3.1.5 Extensão causativa e reversiva

A sub-secção que se segue vamos estudar a co-ocorrência das extensões causativa e reversiva. Veja-se os exemplos abaixo:

- |      |  |                         |         |          |         |
|------|--|-------------------------|---------|----------|---------|
| 7.a) | Samaliya                               | w-a-fung-a              | nsuwo.  |          |         |
|      | Samaliya                               | 1-MT-fechar-VF          | 3-porta |          |         |
|      | ‘a Samaliya fechou a porta.’           |                         |         |          |         |
| b)   | Samaliya                               | w-a-fung-ul-a           | nsuwo.  |          |         |
|      | Samaliya                               | 1-MT-fechar-Rev-VF      | 3-porta |          |         |
|      | ‘a Samaliya abriu a porta.’            |                         |         |          |         |
| c)   | Samu                                   | w-a-fung-ul-is-a        |         | Samaliya | nsuwo.  |
|      | Samu                                   | 1-MT-fechar-Rev-Caus-VF |         | Samaliya | 3-porta |
|      | ‘o Samu fez a Samaliya abrir a porta.’ |                         |         |          |         |
| d)   | *Samu                                  | w-a-fung-is-ul-a        |         | Samaliya | nsuwo.  |
|      | Samu                                   | 1-MT-fechar-Caus-Rev-VF |         | Samaliya | 3-porta |

Nos exemplos acima, em (7.a) apresentamos uma frase em que o verbo é não derivado. Depois, em (7.b), quando se afixa a extensão reversiva ao radical, passamos a ter uma inteira reversão do significado da acção expressa pelo verbo não derivado, de fechar para abrir. No exemplo (7.d) serve para ilustrar que estas duas extensões apenas podem co-ocorrer numa ordem

fixa (Rev-Caus), pois, a ordem Caus-Rev resulta numa construção que não é aceite pelos falantes de Nyungwe. A agramaticalidade desta construção é em Ngunga (1999) explicada através do factor morfológico: a co-ocorrência de certos sufixos derivacionais é restringida a determinadas posições no tema verbal. No nosso exemplo, a extensão reversiva -ul- sempre deve ocorrer imediatamente a seguir ao radical verbal e as outras extensões a seguir a ela.

### 5.3.1.6 Extensão causativa e intensiva

O morfema da extensão intensiva (-isis-) é, na forma, reduplicação da extensão causativa (-is-). Ela só altera a semântica do verbo em que ocorre, indicando que a acção do verbo é realizada com intensidade.

Vejamos os exemplos abaixo:

- 8.a) Ema w-a-gw-a.  
 Ema 1-MT-cair-VF  
 ‘a Ema caiu.’
- b) Ema w-a-gw-eses-a.  
 Ema 1-MT-cair-Int-VF  
 ‘a Ema caiu com intensidade.’
- c) \*Ema w-a-gw-es-eses-a.  
 Ema 1-MT-cair-Caus-Int-VF
- 9.a) Pundayi a-da-chol-a muti.  
 Pundayi 1-MT-partir-VF 3-pau  
 ‘a Pundayi partiu o pau.’
- b) Pundayi a-da-chol-eses-a muti.  
 Pundayi 1-MT-partir-Int-VF 3-pau  
 ‘a Pundayi partiu o pau com intensidade/em pedaços minúsculos.’
- c) \*Pundayi a-da-chol-eses-es-a muti.  
 Pundayi 1-MT-partir-Int-Caus-VF 3-pau

Como se pode observar, os exemplos acima mostram que estas duas extensões não podem co-ocorrer devido ao factor fonotático (NGUNGA 1999). De acordo Ngunga (1999) este factor determina que sufixo X deve ocorrer ou não ocorrer num contexto fonológico Y. Daí que, o sufixo -isis-/-eses- não deve ocorrer antes ou depois de -is-/-es- para que se evite a sequência de três fricativas num mesmo verbo. Portanto, afixa-se a um radical derivado por uma EV que termine pela fricativa /s/ não se pode afixar uma outra EV cuja vogal é seguida por uma outra fricativa.

Depois de nesta sub-seção termo-nos referido à co-ocorrência das extensões Caus-Apl; Caus-Pas; Caus-Rec; Caus-Est; Caus-Rev; Caus-Int, a sub-seção que se segue é reservada à descrição e análise da ordem de ocorrência da extensão applicativa e outras seis EVs em análise neste trabalho.

No entanto, para não sermos repetitivos em relação ao que dissemos na subsecção 5.3.1.1, quando estivemos a analisar a co-ocorrência das extensões causativa e applicativa, na análise das EVs que podem co-ocorrer com a extensão applicativa não incluímos a causativa. A nossa análise começa com a co-ocorrência das extensões applicativa e passiva.

### 5.3.2 A co-ocorrência da extensão applicativa e outras EVs

Nesta sub-seção, vamos estudar a co-ocorrência da extensão applicativa com outras extensões, começando pela extensão passiva.

#### 5.3.2.1 A extensão applicativa e a passiva

Na sub-seção que agora começa, analisamos a co-ocorrência das extensões applicativa e passiva em Nyungwe. Considerem-se os exemplos abaixo:

- 10.a) Ceza a-da-bwer-a.  
 Ceza 1-MT-vir-VF  
 ‘a Ceza veio.’
- b) Ceza a-da-bwer-er-a ka-ntsikana.  
 Ceza 1-MT-vir-Apl-VF 12-menina  
 ‘a Ceza veio pela menina.’
- c) ka-ntsikana ka-da-bwer-er-edw-a. (na Ceza)  
 12-menina 12-MT-vir-Apl-Pas-VF (por Ceza)  
 Lit.: a menina foi feita vir (por alguma razão). (pela Ceza):  
 ‘a menina foi trazida (por alguma razão). (pela Ceza)
- d) \*ka-ntsikana ka-da-bwer-edw-er-a. (na Ceza)  
 12-menina 12-MT-vir-Pas-Apl-VF (por Ceza)
- 11.a) Tsoka a-da-chol-a muti.  
 Tsoka 1-MT-partir 3-pau  
 ‘Tsoka partiu o pau.’
- b) Tsoka a-da-chol-er-a mwana muti.  
 Tsoka 1-MT-partir 3-criança 3-pau  
 ‘Tsoka partiu o pau pela criança.’
- c) mwana a-da-chol-er-edw-a muti (na Tsoka).  
 3-criança 1-MT-partir-Apl-Pas-VF 3-pau (por Tsoka)  
 Lit.: à criança foi partido o pau (por Tsoka).  
 ‘o pau foi partido em benefício da menina (por Tsoka).’

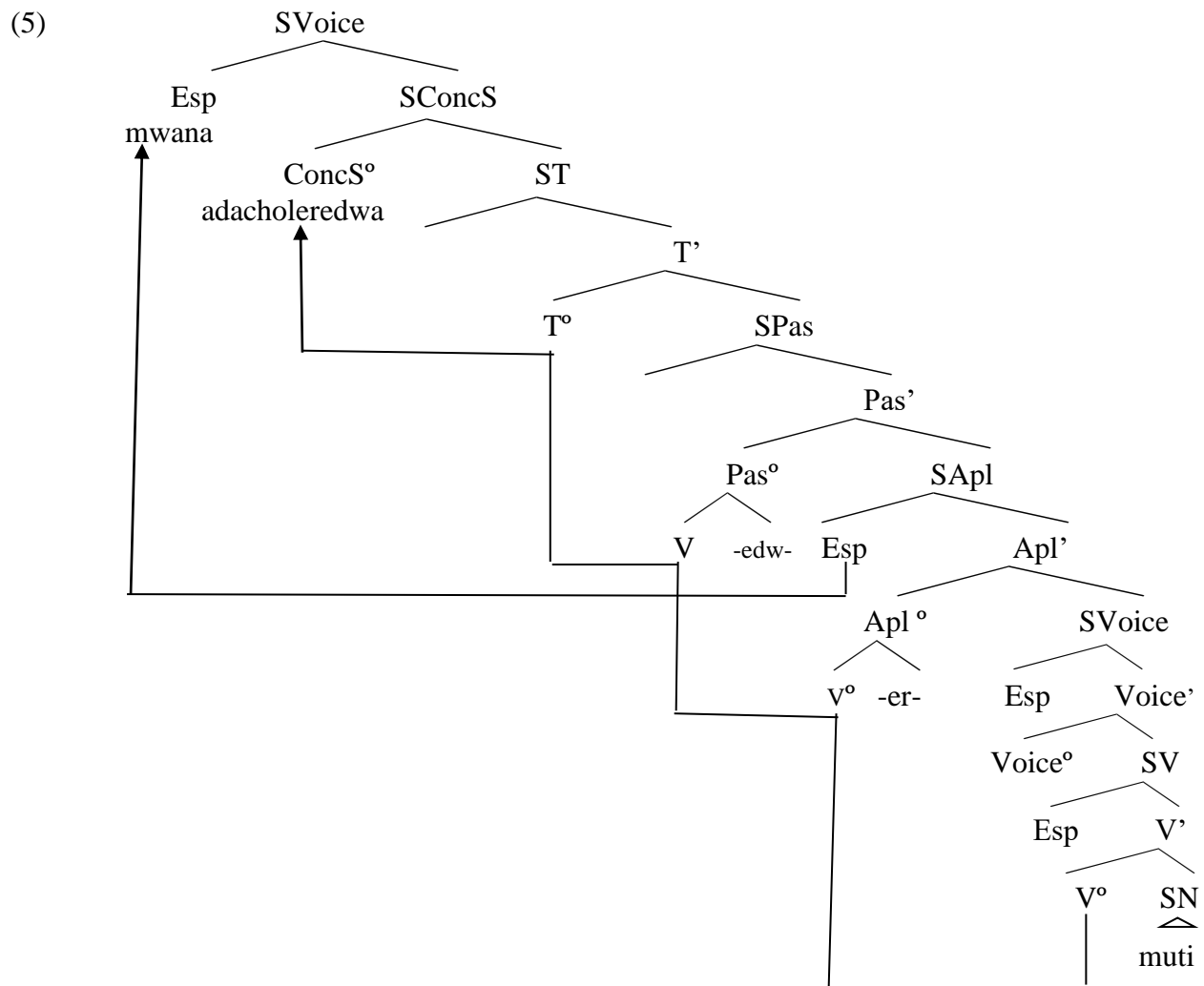
d) *mwana	a-da-chol-edw-er-a	muti	(na Tsoka).
3-criança	1-MT-partir-Pas-Apl-VF	3-pau	(por Tsoka)

Nos exemplos acima, as alíneas ((10.a) e (11.a),) servem para mostrar a forma não derivada de cada verbo, isto é, *kubwera* ‘vir’ *kuchola* ‘partir’, respectivamente. Em (10.b) e (11.b) ilustramos a ocorrência da extensão applicativa. E, para terminar, em (10.c) e (11.c), mostramos não apenas a ordem de co-ocorrência destes morfemas derivacionais, mas também as implicações sintáticas dessa ocorrência. É possível perceber que o argumento acrescentado pela extensão applicativa, o beneficiário, por ser o objecto directo, é o candidato mais próximo a ocupar, através do movimento, a posição de sujeito e quando isso acontece, o agente da frase não derivada ocorre na frase applicativo-passiva como adjunto.

A alteração da ordem de co-ocorrência das extensões applicativa e passiva de Apl-Pas para Pas-Apl, resulta em construções não aceites pelos falantes. A agramaticalidade desta construção resulta do facto de, por o verbo ser intransitivo e a extensão passiva ser –O, esta ao ocorrer criar uma situação de intrasitivização de um já intransitivo. Portanto, estamos perante uma situação em que a extensão passiva –O ocorre num verbo sem nenhum argumento interno a ser alçado para a posição de sujeito.

Outra explicação desta ordem fixa de co-ocorrência destes morfemas é através da proposta semântica. Consequentemente, consideramos que o morfema applicativo tem um escopo mais amplo para o significado da raiz e, por isso, ocorre mais próximo desta e o morfema passivo tem escopo mais restrito.

A seguir apresentamos o diagrama do exemplo (11.c):



No diagrama acima, vemos que a extensão passiva diminui a valência do verbo através da promoção para o lugar de sujeito, do beneficiário *mwana* ‘criança’, introduzido pela extensão applicativa. No especificador do SVoice, o SN *mwana* ‘criança’ recebe caso nominativo e cumpre o PPE. Este movimento mostra que a língua já usa a noção de economia na escolha entre o alçamento do SN *mwana* ‘criança’ ou do SN objecto do verbo *muti* ‘pau’. Este último seria o candidato a ocupar a posição de especificador de SVoice se o primeiro não existisse.

Através do diagrama, é possível perceber igualmente que o verbo passa por três movimentos antes de a derivação ser enviada para o *spell-out*. O primeiro movimento acontece do núcleo lexical para o núcleo Apl° onde se afixa a extensão applicativa e depois, ocorre um outro movimento para Pas° para verificar o traço passivo. A seguir, o verbo derivado move-se

para T° onde recebe o morfema que marca o tempo e daqui ocorre um outro movimento para a verificação do último traço, o de concordância. Em seguida, a derivação é enviada para o *spell-out* e de lá para as interfaces.

A amplitude da significação dos morfemas derivacionais está sintacticamente reflectida, pois, a morfologia, mais uma vez mapeia a sintaxe.

A seguir, vamos ver o que acontece com a co-ocorrência das extensões applicativa e recíproca.

### 5.3.2.2 Extensão applicativa e recíproca

Como temos vindo a ver, a extensão applicativa é +O e a recíproca é -O. Deste modo, estes seus traços têm implicações sintácticas diferentes quando as duas extensões co-ocorrem. Veja-se os exemplos que se seguem:

- 12.a) mayi            w-a-der-a.  
       1-mãe        1-MT-pilar-VF  
       ‘a mãe pilou.’
- b) mayi            w-a-der-er-a            wana.  
       1-mãe        1-MT-pilar-Apl-VF    2-crianças  
       ‘a mãe pilou para as crianças.’
- c) mayi na        wana            w-a-der-er-an-a.  
       1-mãe e      2-crianças    2-MT-pilar-Apl-Rec-VF  
       ‘a mãe e as crianças pilaram em benefício mútuo.’
- d) \*mayi na        wana            w-a-der- an- er-a.  
       1-mãe e      2-crianças    2-MT-pilar-Apl-Rec-VF

Nos exemplos acima apresentamos a co-ocorrência das extensões applicativa e recíproca num verbo inergativo. O exemplo (12.a) apenas serve para mostrar a frase não derivada. A seguir, em (12.b), o verbo é applicativizado, daí que tenha passado de intransitivo para transitivo, seleccionando um argumento interno com o papel de beneficiário, o SN *wana* ‘crianças’. No exemplo (12.c), quando se afixa a extensão recíproca ao verbo, o SN sujeito obrigatoriamente deve ser complexo para denotar que a acção verbal é sofrida pelos dois sujeitos e, por isso, o SN *wana* ‘crianças’ move-se para formar o SN complexo com o SN *mayi* ‘mãe’. Consequentemente, uma vez que fica desprovido de objecto, o verbo passa a ser intransitivo e a semântica passou a ser as crianças e a mãe pilaram uma para a outra e vice-versa.



O exemplo (12.d) serve para mostrar a ordem fixa de co-ocorrência destas duas EVs, tendo em conta o seu escopo semântico. Deste modo, a applicativa é a que tem o escopo mais amplo.

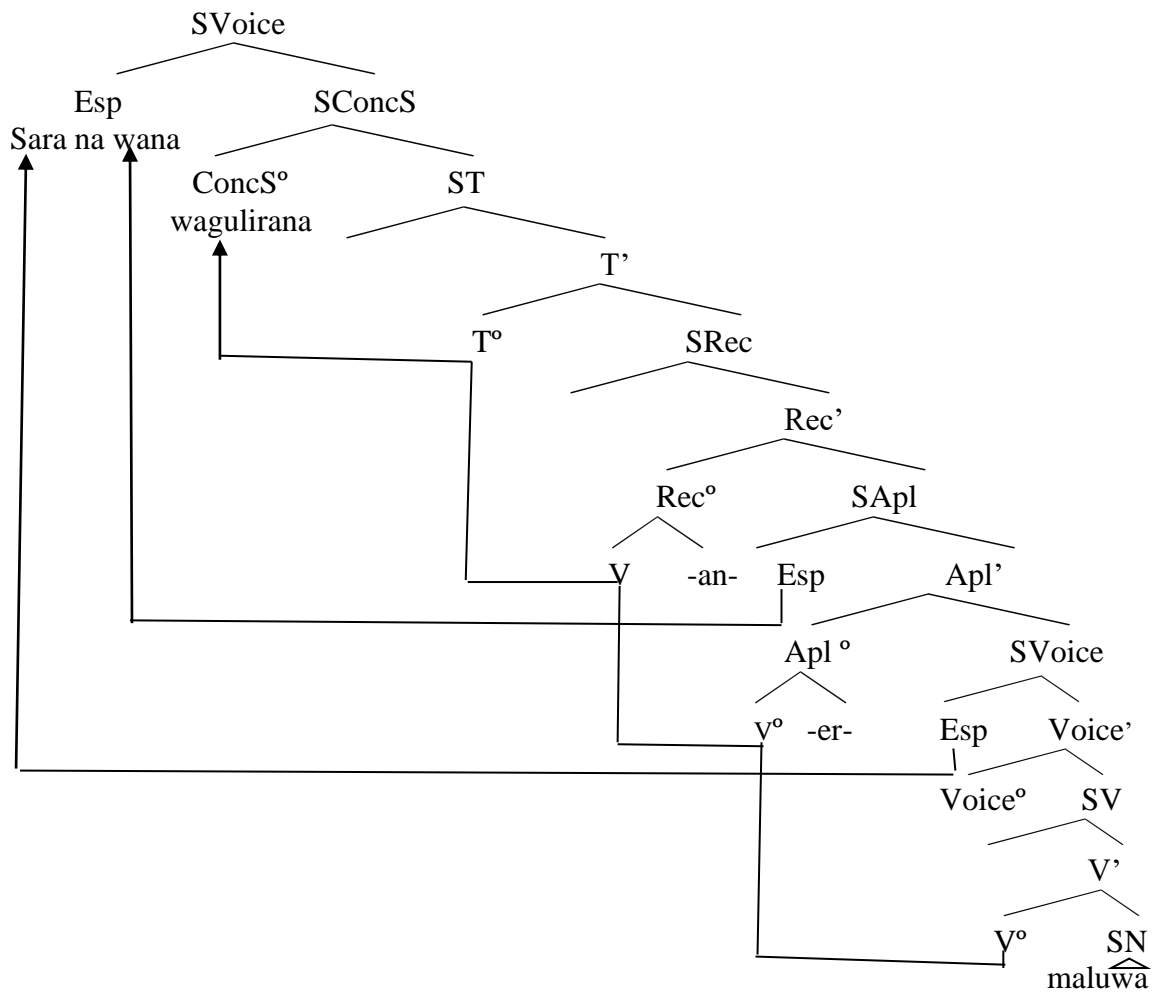
Vejamos o que acontece nos exemplos abaixo quando o verbo é transitivo:

- 13.a) Sara            w-a-gul-a            maluwa.  
 Sara            1-MT-comprar-VF    6-flores  
 ‘a Sara comprou flores.’
- b) Sara            w-a-gul-ir-a            wana            maluwa.  
 Sara            1-MT-comprar-Apl-VF 2-crianças    6-flores  
 ‘a Sara comprou flores para as crianças.’
- c) Sara    na    wana            w-a-gul-ir-an-a            maluwa.  
 Sara    e    2-crianças    2-MT-pilar-Apl-Rec-VF    6-flores  
 ‘a Sara e as crianças compraram flores umas para as outras.’
- d) \* Sara na    wana            w-a-gul-an-ir-a            maluwa.  
 Sara e    2-crianças    2-MT-pilar-Rec-Apl-VF    6-flores

O exemplo (13.a) mostra que o verbo comprar é monotransitivo. Em (13.b) quando acrescentamos a extensão applicativa o verbo passa a ser di-transitivo, seleccionando um beneficiário que obrigatoriamente ocorre depois do verbo derivado e o argumento *maluwa* ‘flores’ que no verbo derivado era objecto directo passou a ocupar o lugar extremo direito da frase como se de objecto indirecto se tratasse em frase canónica de Português. No entanto, no exemplo (13.c), quando a extensão recíproca ocorre depois da applicativa, o SN beneficiário move-se para formar um SN complexo com o sujeito Sara e a construção volta a ser monotransitiva, mas com a semântica de que a Sara não foi a única a comprar flores para as crianças, estas também compraram para a Sara.

Para terminar, o exemplo (13.d) mostra, mais uma vez, que a ordem de co-ocorrência destas extensões, mesmo em verbo transitivo deve ser Apl-Rec. A extensão applicativa por ser a extensão com o escopo mais amplo ocorre imediatamente a seguir ao radical e a recíproca por ter um escopo mais restrito ocorre depois da applicativa. No diagrama abaixo apresentamos o diagrama de (13.c).

(6)



Na árvore acima, mostramos todos os passos da derivação do exemplo (13.c). Começamos pelo exemplo (13.a) e, a seguir, quando a extensão applicativa ocorre no radical através do movimento do  $V^\circ$  para o núcleo  $Apl^\circ$ , o verbo passa a seleccionar o SN beneficiário *wana* ‘crianças’ que ocorre no especificador do SApl. Em seguida, o verbo move-se para  $Rec^\circ$  para verificar o traço recíproco. Em seguida para o núcleo  $T^\circ$  para verificar o traço de tempo. Para terminar, o verbo move-se mais uma vez para o núcleo de  $ConcS^\circ$  para verificar o traço de concordância com o sujeito.

O SN objecto *wana* ‘crianças’, por ser o mais próximo, é o primeiro a mover-se de especificador do SApl para SVoice acima do ST e só depois é que o SN Sara também o faz de

especificador do SVoice acima do SV para formar o SN complexo no especificador do SVoice. Este movimento leva à saturação do traço de caso e ao cumprimento do PPE.

Seguindo o PE, sugerimos que são os escopos semânticos dos sufixos derivacionais que mapeiam as sequências de movimentos sintáticos que devem ocorrer.

#### 5.3.2.4 Extensão aplicativa e estativa

Depois de termos falado da co-ocorrência das extensões aplicativa e recíproca, na subsecção a seguir vamos descrever a co-ocorrência das extensões aplicativa e estativa. Vejamos os exemplos:

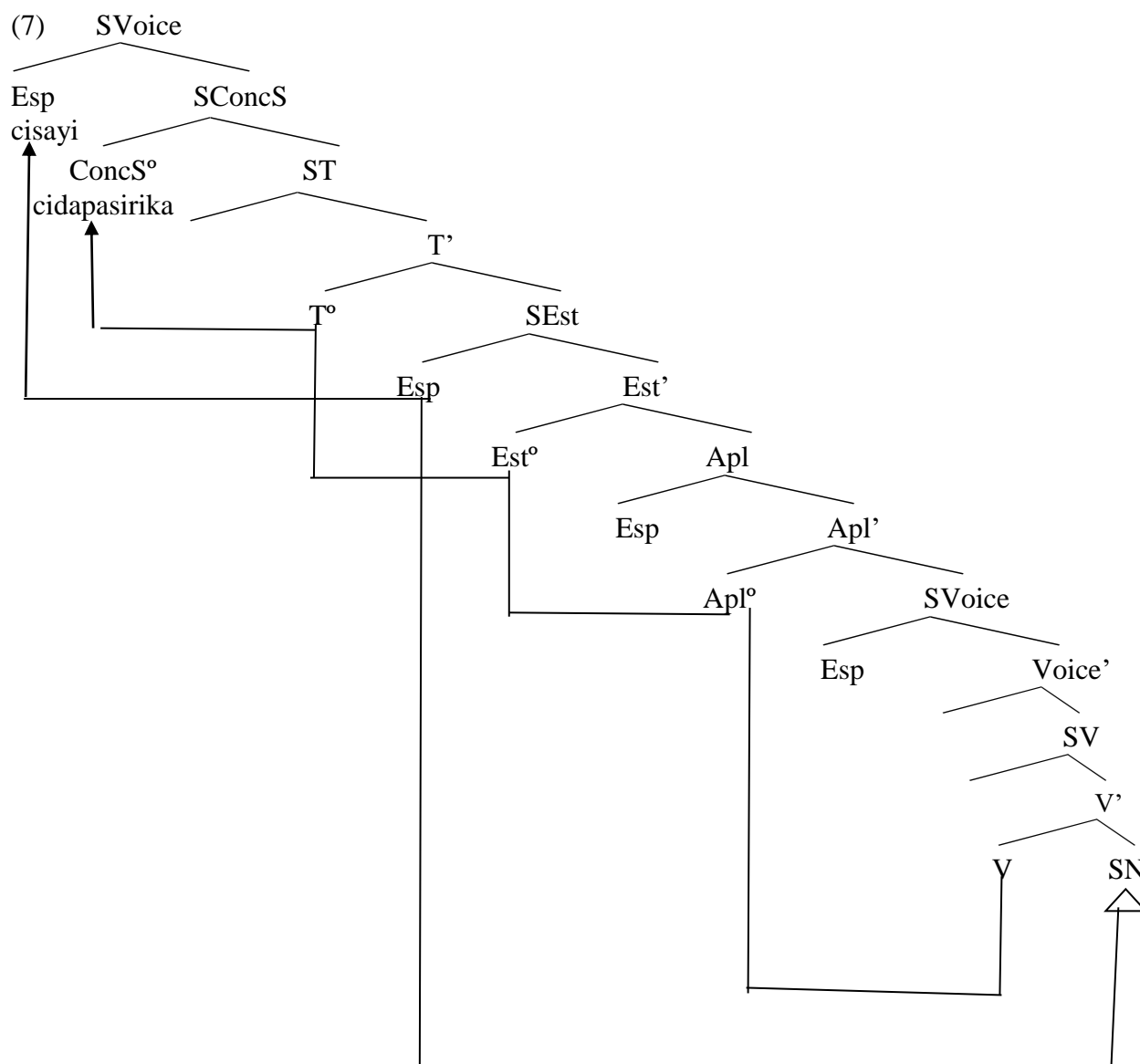
- 14.a) Siriza a-ni-phik-a.  
 Siriza 1-MT-cozinhar-VF  
 ‘a Siriza cozinhará.’
- b) Siriza a-ni-phik-ir-a n’nyumba.  
 Siriza 1-MT-cozinhar-Apl-VF 18-casa  
 ‘a Siriza cozinhará dentro de casa.’
- c) n’nyumba mu-ni-phik-ir-ik-a.  
 18-casa 18-MT-cozinhar-Apl-Est-VF  
 ‘é cozinhável dentro de casa.’
- d) \*n’nyumba mu-ni-phik-ik-ir-a.  
 18-casa 18-MT-cozinhar-Est-Apl-VF

Nos exemplos acima mostramos a ocorrência e co-ocorrência das extensões aplicativa e estativa. A nossa descrição começa com a base não derivada que é o exemplo (14.a) e, no exemplo (14.b), vemos que logo que acrescentamos a extensão aplicativa, o verbo passa a seleccionar mais um argumento, no caso o locativo *n’nyumba* ‘dentro de casa’. Mas quando ocorre a extensão estativa, o agente não ocorre nem como adjunto e *n’nyumba* ‘dentro de casa’ continua a ser locativo apesar de estar na posição de sujeito e sendo o papel temático hierarquicamente superior. No exemplo (14.d) mostramos que para os falantes, a ordem Est-Apl resulta num verbo não gramatical. Esta agramaticalidade pode ser explicada à luz do princípio semântico segundo o qual os morfemas com maior escopo sobre a semântica do verbo ocorrem próximo ao radical. Assim, em Nyungwe vemos mais uma ordem em que a extensão estativa -ik-, quando combinada com uma extensão +O, não pode ocorrer imediatamente a seguir ao radical, pois, combinada, ela não é a que tem o escopo mais amplo. Vejamos o que acontece quando o verbo é transitivo.

- 15.a) Siriza            a-da-pas-a    cisayi            yavu.  
 Siriza            1-MT-dar-VF 7-caril            1-avó  
 ‘a Siriza deu caril à avó.’
- b) Siriza            a-da-pas-ir-a    yavu    cisayi.  
 Siriza            1-MT-dar-VF    1-avó    7-caril  
 ‘a Siriza deu caril à avó.’
- c) cisayi            ci-da-pas-ir-ik-a.  
 7-carril            7-MT-dar-Apl-Est-VF  
 ‘o carril foi entregável em benefício de alguém.’
- d) \*cisayi            ci-da-pas-ik-ir-a            yavu  
 7-caril            7-MT-dar-Est-Apl-VF    1-avó

Através dos exemplos acima, pretendíamos mostrar o que acontece quando as extensões aplicativa e estativa co-ocorrem num verbo di-transitivo cujos argumentos desempenham os seguintes papéis temáticos: agente>tema>beneficiário, como se pode ver no exemplo (15.a). No exemplo (15.b), mostramos que a ordem dos papéis temáticos alterou para agente>beneficiário>tema por causa da extensão aplicativa. Em seguida, em (15.c) quando se acrescenta ao verbo aplicativo a extensão estativa, o verbo fica intransitivo e o tema passa a ser o sujeito e ocorre como o único argumento do verbo. Portanto, perdeu-se o agente e o beneficiário. Semanticamente, a construção (15.b) passou de ‘a Siriza deu caril à avó’ para ‘o caril foi entregável//entregue em benefício de alguém’. Portanto, o caril teve o potencial de ser entregável//entregue mesmo sem nenhum agente implicado na potencialidade. No exemplo (15.d), vemos que a ordem de co-ocorrência destas EVs é sempre Apl-Est e nunca o contrário, pelo motivo acima exposto.

Vejamos a projecção de (15.c):



Na árvore acima, podemos ver que quando o verbo aplicativo é estativizado, o SN *cisayi* ‘caril’ move-se do lugar de complemento do SV, onde é gerado, para especificador do SEst, para cumprir o princípio de movimento curto, mas depois volta a mover-se para especificador do SVoice para cumprir o PPE e receber caso nominativo.

O movimento do verbo obedece a ordem de ocorrência dos morfemas verbais. Assim, o verbo move-se do núcleo  $V^{\circ}$  para  $Apl^{\circ}$  para verificar o traço aplicativo. O morfema que se segue depois do aplicativo é o estativo, por isso, o verbo volta a mover-se, mas, desta vez, para

verificar o traço estativo no núcleo [Est°/SEst]. Em seguida, o radical aplicativo-estativo move-se para o núcleo de ConcS° para a verificação de concordância com o sujeito. O último movimento do verbo derivado é para receber o traço de tempo e [T°/ST] e só depois que este traço é saturado a derivação é enviada ao *spell-out* e de lá para as interfaces FF e FL.

No diagrama podemos ver que o número de derivações morfológicas reflecte o número de derivações sintácticas que devem ocorrer.

#### 5.3.2.4 Extensão aplicativa e reversiva

A sub-secção anterior esteve centrada na análise da co-ocorrência das extensões aplicativa e reversiva. A presente sub-secção é reservada ao estudo da co-ocorrência das extensões aplicativa e reversiva. Olhemos para os exemplos que se seguem:

- 16.a) ife t-a-fung-a nsuwo.  
 nós MS-MT-fechar-VF 3-porta  
 ‘nós fechamos a porta.’
- b) ife t-a-fung-ul-a nsuwo.  
 nós MS-MT-fechar-Rev-VF 3-porta  
 ‘nós abrimos a porta.’
- c) \*ife t-a-fung-ir-ul-a alendo nsuwo.  
 nós MS-MT-fechar-Apl-Rev-VF 2-hóspedes 3-porta
- d) ife t-a-fung-ul-ir-a alendo nsuwo.  
 nós MS-MT-fechar-Rev-Apl-VF 2-hóspedes 3-porta  
 ‘nós abrimos a porta para os hóspedes.’

Tendo em conta que a extensão reversiva indica uma inteira reversão do significado da acção expressa pelo verbo não derivado, no exemplo (16.a) apresentamos o verbo ‘fechar’ e no exemplo (16.b) apresentamos a forma derivada daquele verbo através da extensão reversiva e o significado passou a ser ‘abrir’. No exemplo (16.c) mostramos que a ordem de co-ocorrência destes morfemas derivacionais deve ser Rev-Apl, tal como mostramos no exemplo (16.d) e não o contrário cuja estrutura resultante é agramatical. Vejamos um outro exemplo em que a extensão reversiva está lexicalizada:

- 17.a) ife ti-ndza-tsudz-ul-a mandoto.  
 nós MS-MT-raiz-Rev-VF tranças  
 ‘nós desmancharemos as tranças.’
- b) \*ife ti-ndza-tsudz-ir-ul-a baba mandoto.

- |    |     |                       |       |           |
|----|-----|-----------------------|-------|-----------|
|    | nós | MS-MT-raiz-Apl-Rev-VF | 1-pai | 6-tranças |
| c) | ife | ti-ndza-tsudz-ul-ir-a | baba  | mandoto.  |
|    | nós | MS-MT-raiz-Rev-Apl-VF | 1-pai | 6-tranças |
- ‘nós desmanharemos as tranças em benefício do pai.’

Como vimos no capítulo anterior, em Nyungwe apenas existe *kutsudzula* ‘desmanchar’ e não *\*kutsudza* que significaria ‘trançar’. Partindo desta base, o exemplo (17.a) serve para mostrar que a descrição da co-ocorrência destas EVs parte de um verbo derivado *kutsudzula* ‘desmanchar’. Daí que, como se pode prever, entre a extensão reversiva e a raiz verbal não pode ocorrer nenhuma outra extensão porque o verbo derivado resultante é agramatical para os falantes, tal como ilustra o exemplo (17.b). Portanto, a ordem deve ser Rev-Apl, como acontece em (17.c). A agramaticalidade do verbo resultante da ordem Apl-Rev pode facilmente ser explicada à luz do princípio morfológico de Ngunga (1999). Estamos perante um caso em que em Nyungwe, por a extensão reversiva estar lexicalizada em muitos verbos e, mesmo nos poucos em que não está, quando combinada com outras EVs, ela deve ocorrer imediatamente a seguir ao radical verbal e as outras extensões a seguir a ela. Vamos interromper por enquanto o debate para retomarmos quando estivermos a falar da co-ocorrência das extensões verbais tendo como base a extensão reversiva para que a discussão seja mais explícita. Nessa altura, retomaremos estes exemplos na discussão. A respectiva estrutura arbórea será construída quando estivermos a falar da co-ocorrência da extensão reversiva com outras extensões.

### 5.3.2.5 Extensão aplicativa e intensiva

Na literatura, a extensão intensiva é descrita como reforçando a acção descrita pelo verbo, indicando cuidado, força, intensidade. Ela pertence ao grupo de =O, o grupo das extensões que mantém a estrutura argumental dos verbos não derivados. Esta subsecção pretende analisar se ela pode co-ocorrer ou não e qual é a ordem dessa co-ocorrência. Veja-se os exemplos que se seguem:

- |       |         |   |           |       |
|-------|---------|---|-----------|-------|
| 18.a) | Pendayi | a-da-chol-a   |           | muti. |
|       | Pendayi | 1-MT-partir-VF  |           | 3-pau |
|       |         | ‘a Pendayi partiu o pau.’                                       |           |       |
| b)    | Pendayi | a-da-chol-er-eses-a   | mwana     | muti. |
|       | Pendayi | 1-MT-partir-Apl-Int-VF  | 1-criança | 3-pau |
|       |         | ‘a Pendayi partiu completamente o pau em benefício da criança.’ |           |       |
| c)    | Pendayi | a-da-chol-eses-er-a   | mwana     | muti. |

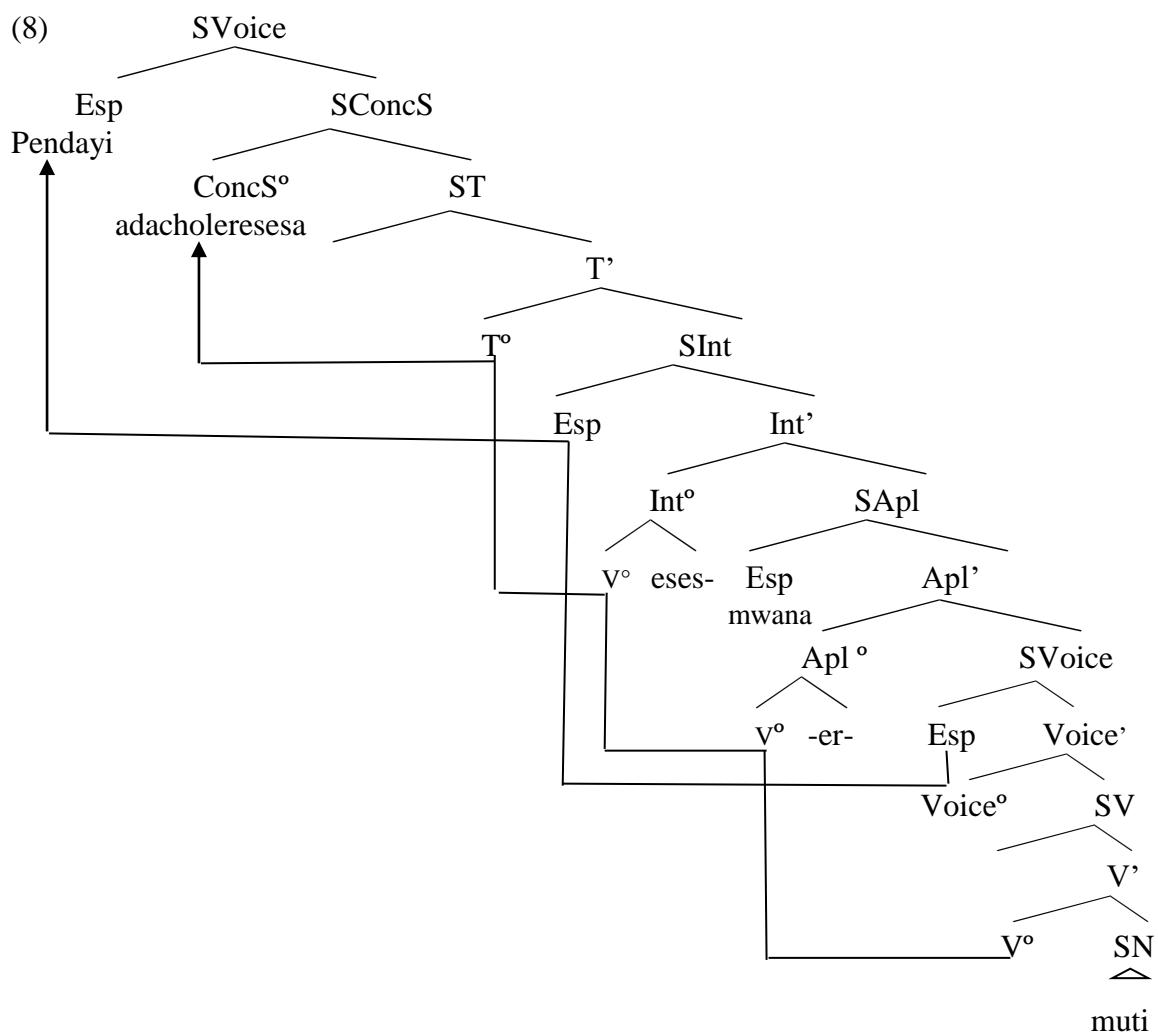
- |       |   |                        |                 |                 |  |
|-------|---|------------------------|-----------------|-----------------|--|
|       | Pendayi   | 1-MT-partir-Int-Apl-VF | 1-criança       | 3-pau           |  |
|       | 'a Pendayi partiu completamente o pau em benefício da criança.' |                        |                 |                 |  |
| 19.a) | Sara  | a-ndza-pas-a           | mputahaye       | mayi.           |  |
|       | Sara  | 1-MT-dar-VF            | 3-bolo de milho | 1-mãe           |  |
|       | 'a Sara dará um bolo de milho à mãe.'                           |                        |                 |                 |  |
| b)    | Sara  | a-ndza-pas-ir-isis-a   | mayi            | mputahaye.      |  |
|       | Sara  | 1-MT-dar-Int-VF        | 1-mãe           | 3-bolo de milho |  |
|       | 'Sara dará, com certeza, um bolo de milho à mãe.'               |                        |                 |                 |  |
| c)    | Sara  | a-ndza-pas-isis-ir-a   | mayi            | mputahaye.      |  |
|       | Sara  | 1-MT-dar-Int-AplVF     | 1-mãe           | 3-bolo de milho |  |
|       | 'Sara dará, com certeza, um bolo de milho à mãe.'               |                        |                 |                 |  |

Nos exemplos acima, vemos que as extensões applicativa e intensiva podem co-ocorrer na ordem em que nos propusemos analisar aqui: Apl-Int. Nos exemplos (18.a) e (19.a) mostramos as frases cujos verbos são não-derivados. Em seguida, a partir dos exemplos (18.b) e (19.b) podemos perceber que a extensão intensiva apenas reforçou a ideia da acção verbal sem diminuir ou aumentar os argumentos seleccionados pela extensão passiva que a antecede.

Os exemplos (18.c) e (19.c) mostram que a ordem de co-ocorrência destes morfemas derivacionais pode ser alterada sem que isso signifique agramaticalidade do verbo resultante. Neste trabalho propomos que as implicações sintácticas destas EVs permite que a ordem seja alterada.

Vejamos o diagrama de (18.b).





O diagrama acima ilustra dois movimentos: do verbo e do SN. O verbo move-se de  $V^\circ$  para o núcleo  $Apl^\circ$  para verificar o traço aplicativo. Depois move-se para o núcleo  $[Int^\circ/SInt]$  para que se afixe o morfema da extensão intensiva. A seguir, ocorre um outro movimento do verbo para verificar o traço de tempo no núcleo  $T^\circ$  e em seguida para o núcleo  $ConcS^\circ$  para a saturação do último traço. Depois, a derivação é enviada para o *spell-out*.

O SN *Pendayi*, por sua vez, move-se de especificador do *SVoice* para o especificador do *SInt* para que o traço de intensidade seja saturado. A seguir, move-se para especificador do *SVoice* mais alto para cumprir o PPE e receber caso nominativo.

No diagrama, cada um dos afixos derivacionais que ocorre no radical está relacionado com uma operação sintática. Destarte, a ordem dos afixos derivacionais reflecte a ordem das etapas de derivações sintáticas que devem ocorrer. Portanto, a morfologia mapeia a sintaxe.

### 5.3.3 A co-ocorrência da extensão Passiva e outras EVs

Na sub-secção 5.3.1.2 vimos que a extensão passiva não pode co-ocorrer com a causativa na ordem Pas-Caus. Na sub-secção 5.3.2.1 vimos igualmente que a extensão passiva só pode co-ocorrer com a applicativa na ordem Apl-Pas e não o contrário. É por isso que nesta sub-secção, começamos a análise da co-ocorrência a partir da extensão recíproca.

#### 5.3.3.1 A extensão passiva e recíproca

As extensões passiva e recíproca são sufixos derivacionais do tipo -O. Por isso, só se podem afixar a verbos transitivos, aqueles que têm o lugar para objecto na sua estrutura argumental. Consequentemente, elas não podem co-ocorrer, uma vez que a primeira extensão a ser afixada reduz a valência do verbo tornando-o intransitivo. Por outras palavras, com a afixação de uma destas extensões ao verbo transitivo, elimina-se o objecto candidato à redução pela segunda extensão. Considerem-se os seguintes exemplos:

- 20.a) Roza na Maria w-a-gwiny-an-a.  
Rosa e Maria 2-MT-empurrar-Rec-VF  
'a Rosa e a Maria empuraram-se.'
- b) \*w-a-gwiny-edw-an-a (Roza na Maria).  
2-MT-empurrar-Pas-Rec-VF Rosa e Maria
- c) \*w-a-gwiny-an-edw-a (Roza na Maria).  
2-MT-empurrar-Rec-Pas-VF Rosa e Maria
- 21.a) Siriza na yavu a-da-lang-an-a.  
Siriza e 1-avó 1-MT-aconselhar-Rec-VF  
'a Siriza e a avó aconselharam-se.'
- b) \*a-da-lang-edw-an-a (Siriza na yavu).  
2-MT-empurrar-Pas-Rec-VF Siriza e 1-avó
- c) \*a-da-lang-an-edw-a (Siriza na yavu).  
2-MT-empurrar-Rec-Pas-VF Siriza e 1-avó
- 22.a) baba na mayi a-ndza-pas-an-a maluwa.  
pai e mãe 1-MT-dar-Rec-VF 6-flores  
'o pai e a mãe ofereceram-se flores.'
- b) \*maluwa ma-ndza-pas-iw-an-a (baba na mayi).  
6-flores 6-MT-dar-Pas-Rec-VF pai e mãe
- c) ?maluwa ma-ndza-pas-an-idw-ana (baba na mayi).

6-flores            6-MT-dar-Rec-Pas-VF            pai    e    mãe  
'as flores serão entregues mutuamente pelo pai e pela mãe.'

Nos exemplos acima, mostramos que as extensões passiva e recíproca não podem co-ocorrer por restrição morfossintáctica. O princípio morfossintáctica é um dos factores mencionados por Ngunga (1999) como determinante da co-ocorrência das extensões. De acordo com o autor, a co-ocorrência das extensões verbais é condicionada pela maneira como a sua afixação afecta a estrutura argumental inerente à raiz. Como referimos na introdução, a extensão passiva intransitiviza o verbo em que ocorre e a afixação da extensão recíproca “destransitiviza” verbos já intransitivos. Nos nossos exemplos temos em (20.a) e (21.a), os verbos tornaram-se intransitivos depois da afixação da extensão recíproca. Por isso, nos exemplos em (20.b) e (21.b), a extensão passiva encontra uma base já intransitiva. Daí a agramaticalidade dos verbos resultantes. Para terminar, através dos exemplos (20.c) e (21.c) mostramos que mesmo que alteremos a ordem de co-ocorrência destes morfemas derivacionais para Rec-Pas, o verbo resultante é, pela mesma razão que a ordem Pas-Rec, agramatical.

No exemplo em (22.a), trouxemos um verbo ditransitivo *kupasa* ‘dar’ que passou a ser monotransitivo depois que o beneficiário e o agente formaram um SN complexo. No entanto, contrariamente ao que seria de se esperar, a promoção do tema para o lugar de sujeito e a ocorrência do SN complexo como adjunto não é suficiente para tornar a construção gramatical. No exemplo (22.c) onde a ordem de co-ocorrência das extensões verbais é Rec-Pas, a construção resultante é, diferentemente do que vimos até agora, aceite por alguns falantes e não aceite por outros. Os falantes que aceitam esta construção o fazem, segundo eles, partindo do pressuposto de que não estão perante uma informação nova. Teoricamente, diferentemente do que dissemos anteriormente, em casos iguais a este, vemos o cumprimento da ordem CARP proposta por Hyman (2002). Esta ordem Rec-Pas é determinada pela morfologia e reflecte a ordem de co-ocorrência destes morfemas no PB (GOOD 2005).

### 5.3.3.2 A extensão passiva e estativa

Estas duas extensões pertencem ao grupo -O, ou seja, ao grupo das extensões que diminuem o número de argumentos do verbo. Tendo em conta este pressuposto e o que vimos nos exemplos anteriores quando estivemos a falar da co-ocorrência das extensões passiva e

recíproca, a hipótese é de que a ordem Pas-Est resulte em construções agramaticais em Nyungwe. Vejamos os exemplos abaixo:

- |       |                                     |                        |            |               |
|-------|-------------------------------------|------------------------|------------|---------------|
| 23.a) | mwana                               | a-da-sw-a              | khapo.     |               |
|       | 1-criança                           | 1-MT-partir-VF         | 5-copo     |               |
|       | 'a criança partiu o copo.'          |                        |            |               |
| b)    | khapo                               | yi-da-sw-ew-a.         |            |               |
|       | 5-copo                              | 5-MT-partir-Pas-VF     |            |               |
|       | 'o copo está partido.'              |                        |            |               |
| c)    | *khapo                              | yi-da-sw-edw-ek-a.     |            |               |
|       | 5-copo                              | 5-MT-partir-Pas-Est-VF |            |               |
| d)    | *khapo                              | yi-da-sw-ek-edw –a.    |            |               |
|       | 5-copo                              | 5-MT-partir-Est-Pas-VF |            |               |
| 24.a) | Sandu                               | a-ndza-yikh-a          | m'wala     | pamphasa.     |
|       | Sandu                               | 1-MT-pôr-VF            | 3-pedra    | 16-esteira    |
|       | 'o Sandu irá por pedra na esteira.' |                        |            |               |
| b)    | mwala                               | u-ndza-yikh-iw-a       | pamphasa   | (na Sandu). . |
|       | 3-pedra                             | 3-MT-pôr-Pas-VF        | 16-esteira | (por Sandu)   |
|       | 'o Sandu irá por pedra na esteira.' |                        |            |               |
| c)    | *mwala                              | u-ndza-yikh-iw-ik-a    | pamphasa   | (na Sandu). . |
|       | 3-pedra                             | 3-MT-pôr-Pas-VF        | 16-esteira | (por Sandu)   |
| d)    | *mwala                              | u-ndza-yikh-ik-iw-a    | pamphasa   | (na Sandu). . |
|       | 3-pedra                             | 3-MT-pôr-Pas-VF        | 16-esteira | (por Sandu)   |

Os exemplos (23.c) e (24.c), onde as extensões passiva e estativa co-ocorrem confirmam a nossa hipótese: as construções resultantes são agramaticais em Nyungwe. A co-ocorrência destas EVs é condicionada pela maneira como a afixação dos sufixos derivacionais afecta a estrutura argumental inerente à raiz. Portanto, a língua Nyungwe não permite a sequência de sufixos do tipo –O, confirmando, desta forma, o factor morfo-sintáctico. Este factor explica também a agramaticalidade das construções (23.d) e (24.d).

### 5.3.3.3 A extensão passiva e reversiva

A extensão passiva, como já sabemos, é -O e a reversiva =O (afecta a morfologia, mas não a sintaxe). Seguindo os pressupostos teóricos do PE, partimos da hipótese de que, por terem efeitos sintácticos distintos, estas duas extensões podem co-ocorrer. Veja-se o que nos dizem os exemplos:

- 25.a) João w-a-las-a nkhumba.  
 João 1-MT-ferir-VF 9-porco  
 ‘o João feriu o porco (usando uma lança).’
- b) nkumba y-a-las-iw-a (na João).  
 9-porco 9-MT-ferir-Pas-VF (por João)  
 ‘o porco foi ferido (pelo João).’
- c) \*nkumba y-a-las-iw-ul-a (na João).  
 9-porco 9-MT-ferir-Pas-Ver-VF (por João)
- d) \*nkumba y-a-las-ul-iw a (na João).  
 9-porco 9-MT-ferir-Rev-Pas-VF (por João)
- 26.a) Siriza a-da-fung-ul-a nsuwo.  
 Siriza 1-MT-abrir-Rec-VF 3-porta  
 ‘a Siriza abriu a porta.’
- b) \*nsuwo u-da-fung-edw-ul-a (na Siriza).  
 3-porta 3-MT-abrir-Pas-Rev-VF (por Siriza)
- c) nsuwo u-da-fung-ul-idw-a (na Siriza).  
 3-porta 3-MT-abrir-Rev-Pas-VF (por Siriza)  
 ‘a porta foi aberta (pela Siriza).’

Os exemplos acima mostram que, apesar de terem implicações distintas sobre a raiz, as extensões Pas-Rev não podem co-ocorrer. A semântica da extensão reversiva (reversão do significado da acção expressa pelo verbo não derivado) só pode ocorrer em verbos compatíveis com esta semântica, daí a agramaticalidade do exemplo (25.c). Além disso, o exemplo (26.b) mostra que a extensão reversiva restringe a ocorrência de alguma morfologia entre ela e a raiz verbal. Portanto, estamos perante dois cenários teóricos: uma ordem de ocorrência que pode ser explicada tendo em conta o PB, defendendo que o Nyungwe preservou a morfologia do PB e a extensão reversiva continua a ocorrer depois da raiz, ou a abordagem semântica que defende que a ordem dos afixos derivacionais é determinada pela função semântica e pela abrangência de cada afixo. Assim, defendemos que a extensão reversiva é a que tem maior relevância para a acção da raiz do verbo e por isso, ocorre imediatamente a seguir a esta (BYBEE 1985 e RICE 2000). Neste trabalho defendemos que o escopo da extensão reversiva sempre foi maior desde o PB e que, por isso, esta ocorre imediatamente a seguir a raiz verbal.

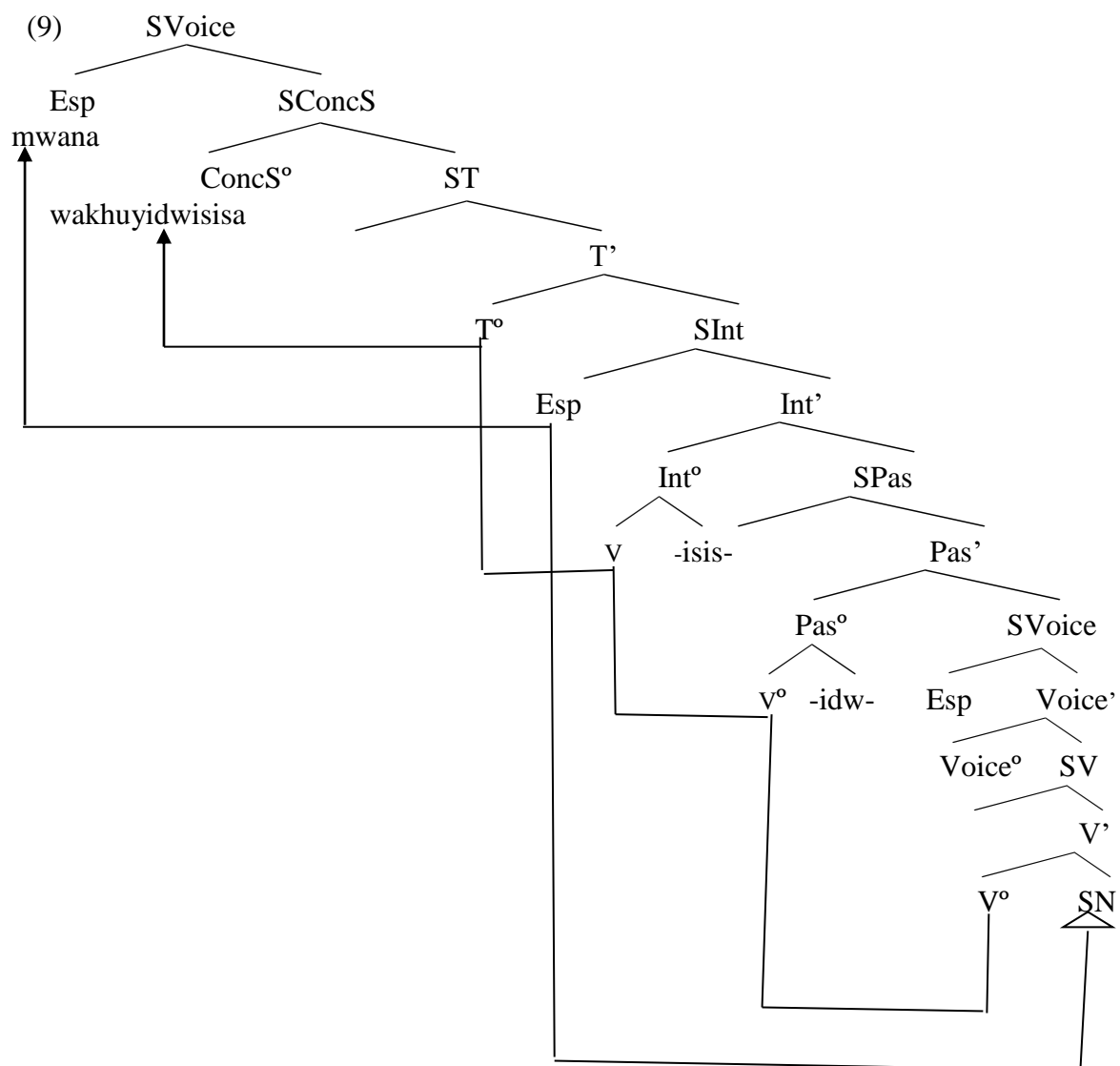
No exemplo (25.c) mostramos que a extensão reversiva apenas ocorre em verbos compatíveis com a semântica de reversão. Neste exemplo, onde a semântica do verbo permite a ocorrência da extensão reversiva, a ordem Rev-Pas resulta num verbo aceite pelos falantes de Nyungwe.

### 5.3.3.4 A extensão passiva e intensiva

À semelhança do que vimos nos exemplos anteriores, estas duas extensões por serem -O e =O podem co-ocorrer. Olhemos o que nos dizem os exemplos abaixo:

- 27.a) Pendayi a-ndza-funy-a bzakubvala.  
 Pendayi 1-MT-dobrar-VF 8-roupa  
 ‘a Pendayi dobrará a roupa.’
- b) bzakubvala bzi-ndza-funy-idw-a (na Pendayi)  
 8-roupa 8-MT-dobrar-Pas-VF (por Pendayi)  
 ‘a roupa será dobrada pelo Pendayi.’
- c) bzakubvala bzi-ndza-funy-idw-isis-a (na Pendayi).  
 8-roupa 8-MT-dobrar-Pas-Int-VF (por Pendayi)  
 ‘a roupa será completamente dobrada pelo Pendayi.’
- d) bzakubvala bzi-ndza-funy-isis-idw-a (na Pendayi)  
 8-roupa 8-MT-dobrar-Caus-Pas-VF (por Pendayi)  
 ‘a roupa será completamente dobrada pelo Pendayi.’
- 28.a) Semo w-a-khuy-a mwana.  
 Semo 1-MT-tocar-VF 1-criança  
 ‘o Semo tocou na criança.’
- b) mwana w-a-khuy-idw-a (na Semo).  
 1-criança 1-MT-tocar-Pas-VF (por Semo)  
 ‘a criança foi tocada pelo Semo.’
- c) mwana w-a-khuy-idw-isis-a (na Semo).  
 1-criança 1-MT-tocar-Pas-Int-VF (por Semo)  
 ‘a criança foi tocada intensamente pelo Semo.’
- d) mwana w-a-khuy-isis-idw-a (na Semo).  
 1-criança 1-MT-tocar-Pas-Int-VF (por Semo)  
 ‘a criança foi tocada intensamente pelo Semo.’

A gramaticalidade dos exemplos (27.c) e (28.c) confirmam o que já tínhamos referido. As extensões passiva e intensiva podem co-ocorrer e na ordem Pas-Int. Portanto, morfo-sintacticamente, depois de uma extensão que diminui os argumentos verbais pode ocorrer uma outra do tipo =O. Nos exemplos (27.d) e (28.d), a extensão intensiva ocorre antes da passiva. Com este exemplo pretendemos mostrar que esta ordem também resulta num verbo aceite pelos falantes e mais ainda, a semântica do verbo derivado a partir desta ordem não altera. No entanto, nesta subsecção, a ordem de ocorrência destas EVs a ser sintacticamente representada é: Pas-Int. Propomos que a morfologia mapeia a sintaxe. Vejamos o diagrama abaixo:



A árvore acima ilustra que quando a extensão passiva ocorre no radical verbal, o SN *mwana* ‘criança’, objecto na frase não derivada, move-se da posição de complemento de V° para a de especificador do SVoice onde recebe o caso nominativo e cumpre o PPE. Depois, a derivação é enviada para o *spell-out* e de lá para as interfaces: FF e FL.

Na árvore vemos também que o verbo move-se do núcleo [V°/SV] para o núcleo [Pas°/Spas] para que se afixe a extensão passiva e deste modo verificar o traço passivo. Em seguida, ocorre um outro movimento para o núcleo Int° para a verificação do traço intensivo. O último movimento do verbo ocorre de Pas-Int para T°, onde verifica o traço de tempo. Em

seguida para ConcS° para a afixação do prefixo de concordância com o sujeito. Depois que todos os traços são verificados, a derivação é enviada ao *spell-out* e de lá para as interfaces.

Os movimentos tanto do SN objecto como do verbo mostram que cada operação morfológica está relacionada com uma operação sintática. Assim, a ordem dos afixos derivacionais reflecte a ordem das etapas de derivações sintáticas que devem ocorrer. Portanto, a morfologia mapeia a sintaxe.

### 5.3.4 A co-ocorrência da extensão recíproca e outras EVs

A sub-secção anterior esteve reservada a análise das EVs que podem co-ocorrer com a passiva. A presente sub-secção é reservada a descrição e análise das extensões que podem co-ocorrer com a recíproca.

#### 5.3.4.1 Extensão Recíproca e Causativa

Recordamos ao leitor que na sub-secção 5.3.1.3 vimos que as extensões causativa e recíproca podem co-ocorrer na ordem Caus-Rec. Os exemplos que se seguem são para testar se é possível a ordem Rec-Caus. Partimos do pressuposto de que por terem implicações sintáticas distintas elas podem co-ocorrer na ordem que aqui propomos. Vejamos:

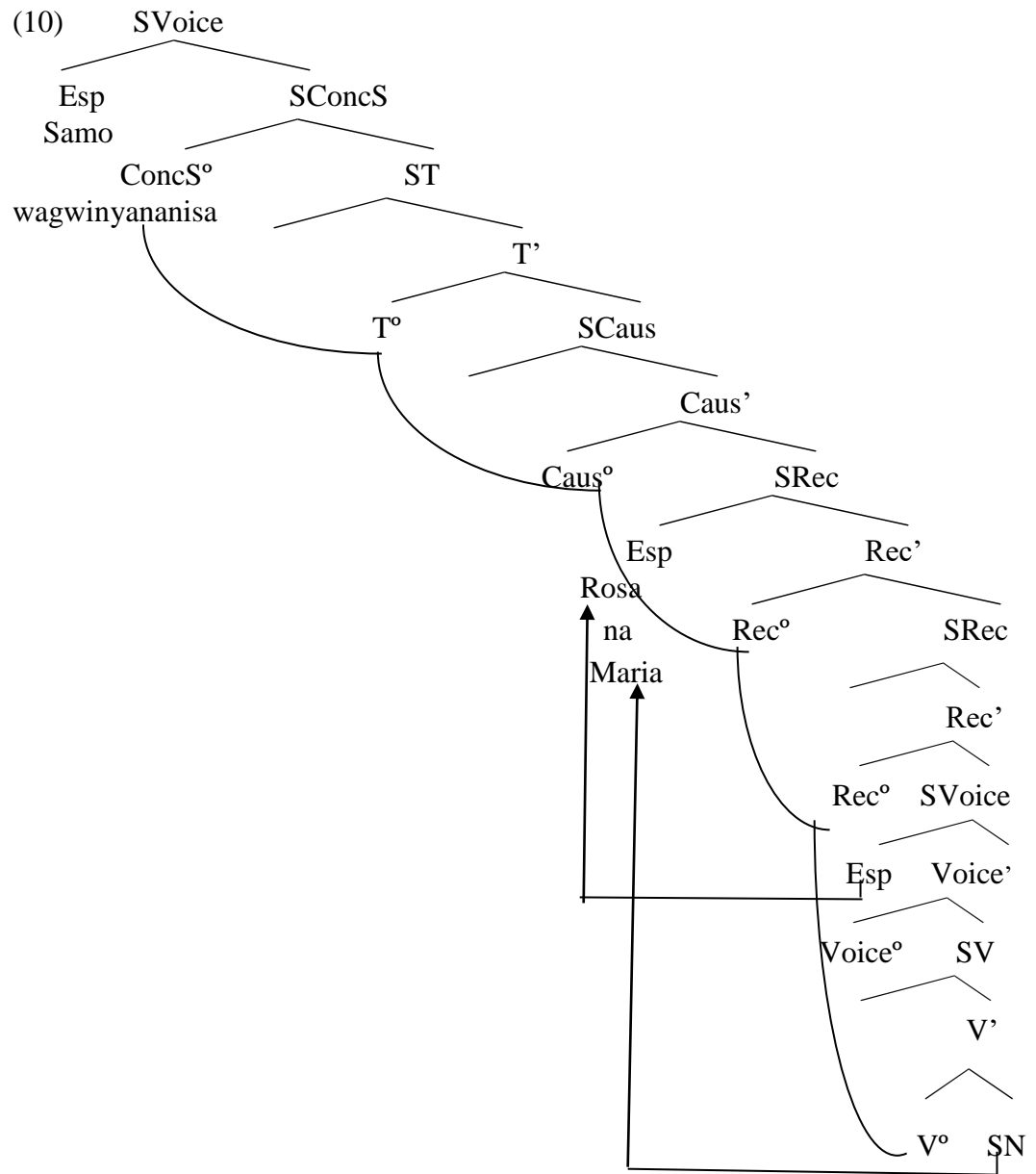
- 29.a) Fungulani na Maria w-a-put-an-a.  
 Fungulane e Maria 2-MT-provocar-Rec-VF  
 ‘o Fungulane e a Maria provocaram-se.’
- b) Kapenu wa-put-an-an-is -a Fungulani na Maria.  
 Kapenu 1-MT-provocar-Rec-Rec-Caus-VF Fungulani na Maria  
 ‘o Kapenu fez com que o Fungulane e a Maria se provocassem mutuamente.’
- 30.a) Roza na Maria w-a-gwiny-an-a  
 Rosa e Maria 2-MT-empurrar-Rec-VF  
 ‘a Rosa e a Maria empurraram-se.’
- b) Samo w-a-gwiny-an-an-is-a Roza na Maria.  
 Samo 1-MT-empurrar-Rec-Caus-VF Rosa e Maria  
 ‘o Samo fez com que a Rosa e a Maria se empurrassem mutuamente.’

Os exemplos (29.c) e (30.c) mostram que as extensões causativa e recíproca podem co-ocorrer na ordem Rec-Caus. No entanto, nos exemplos (29.b) e (30.b) ilustramos que para que o verbo derivado tenha a semântica de reciprocidade, deve-se reduplicar a extensão recíproca, pois, caso contrário, teremos apenas a semântica de causativização. Por conseguinte, com a ordem Rec-Caus, o significado do verbo derivado *kugwinyanisa* seria -‘fazer empurrar’ e não ‘fazer



com que se empurrarem mutuamente’, obtido quando se reduplica a extensão recíproca *kugwinyananisa*.

Sintacticamente, a extensão causativa transitiviza o verbo recíproco acrescentando o evento causador e, conseqüentemente, o agente mais alto, Kapenu e Samo. Estamos perante uma situação em que o factor morfo-sintáctico explica a alternância da ordem de co-ocorrência destas duas extensões verbais de Caus-Rec para Rec-Caus. Além disso, a reduplicação da extensão recíproca pode ser usada para confirmar que a extensão com escopo mais amplo para o significado do verbo ocorre imediatamente a seguir a este. Agora, vejamos o diagrama da construção (30.b):



Na estrutura arbórea acima podemos ver que a morfologia mapeia a sintaxe e, por isso, os movimentos tanto do verbo como dos SNs visam verificar traços que não seriam de outra forma verificados. Primeiro, o verbo move-se do núcleo  $V^\circ$  para o núcleo  $Rec^\circ$  para que se afixe o primeiro morfema da extensão recíproca. A seguir, ocorre mais um movimento para o segundo núcleo  $Rec^\circ$  para que o outro morfema da extensão recíproca seja afixado e se passe a ter a

semântica de reciprocidade. Depois, o verbo recíproco move-se para Caus<sup>o</sup> para verificar o traço causativo. Em seguida, o verbo recíproco-causativo move-se para verificar o traço de tempo no núcleo T<sup>o</sup>. Depois, verifica o último traço através do movimento para o núcleo ConcS<sup>o</sup>.

A ocorrência da extensão causativa levou a que o verbo passasse a seleccionar um agente causador, o SN Kapenu, introduzido pelo SVoice acima do ST.

Vejamos, a seguir, o que acontece quando ao radical recíproco se acrescenta a extensão estativa:

### 5.3.4.2 Extensão recíproca e estativa

Por serem -O, as extensões recíproca e estativa não podem co-ocorrer. Veja-se os exemplos abaixo:

- |       |                                       |                   |  |
|-------|---------------------------------------|-------------------|--|
| 31.a) | khapo na<br>5-copo e                  | palatu<br>5-prato | bzi-da-sw-ek-a.<br>8-MT-partir-Est-VF          |
|       | 'o copo e o prato estão partidos.'    |                   |  |
| b)    | *khapona<br>copo e                    | palatu<br>5-prato | bzi-da-sw-an-ek-a.<br>8-MT-partir-Rec-Est-VF   |
| c)    | *khapona<br>copo e                    | palatu<br>5-prato | bzi-da-sw-ek-an-a.<br>8-MT-partir-Est-Rec-VF   |
| 32.a) | folha na<br>tabaco e                  | nyumba<br>9-casa  | bzi-ndza-gak-ek-a.<br>8-MT-arder-Est-VF        |
|       | 'o tabaco e a casa serão acendíveis.' |                   |  |
| b)    | *folha na<br>tabaco e                 | nyumba<br>9-casa  | bzi-ndza-gak-an-ek-a.<br>8-MT-arder-Rec-Est-VF |
| c)    | *folha na<br>tabaco e                 | nyumba<br>9-casa  | bzi-ndza-gak-ek-an-a.<br>8-MT-arder-Est-Rec-VF |

Os exemplos (31.b) e (32.b) ilustram que, em Nyungwe, a co-ocorrência das extensões recíproca e estativa é condicionada pela maneira como a afixação dos sufixos derivacionais afecta a estrutura argumental inerente à raiz (NGUNGA 1999). Assim, a sequência de sufixos do tipo -O, como é o caso do exemplo acima, resulta em construções agramaticais. Igualmente, nos exemplos (31.c) e (32.c) ilustramos que mesmo invertendo a ordem de co-ocorrência destas EVs, as suas implicações sintácticas, levam a que o verbo derivado seja agramatical. A seguir analisamos a co-ocorrência das extensões recíproca e reversiva.

### 5.3.4.3 Extensão recíproca e reversiva

Por as extensões recíproca e reversiva serem -O e =O, respectivamente, acreditamos que não há restrições para a sua co-ocorrência. Vejamos os exemplos abaixo:

33.a)	Maria			a-da-fuk-ul-a	manjoka.
	Maria			1-MT-raiz-Rev-VF	6-mandioca
	'a Maria desenterrou a mandioca.'				
b)	*Maria	na	John	a-da-fuk-an-ul-a	manjoka.
	Maria	e	John	2-MT-raiz-Rec-Rev-VF	6-mandioca
c)	?Maria na	John		a-da-fuk-ul-an-a	manjoka.
	Maria e	John		2-MT-raiz-Rev-Rec-VF	6-mandioca
34.a)	Siriza			a-ndza-fung-ul-a	nsuwo.
	Siriza			1-MT-abrir-Rec-VF	3-porta
	'a Siriza abrirá a porta.'				
b)	*Siriza	na	mayi	a-ndza-fung-an-ul-a	nsuwo.
	Siriza	e	mãe	2-MT-abrir-Rec-VF	3-porta
c)	?Siriza		na	mayi a-ndza-fung-ul-an-a	nsuwo.
	Siriza	e	mãe	2-MT-abrir-Rev-Rec-VF	3-porta
	'a Siriza e a mãe abrirar-se-ão mutuamente a porta.'				

Os exemplos (33.b) e (34.b) servem para mostrar que as extensões recíproca e estativa não podem co-ocorrer na ordem que aqui propomos por restrições morfofactáticas. Por indicar uma reversão do significado do verbo não derivado e por estar em muitos casos fossilizada, a extensão reversiva não permite que nenhum morfema o separe do radical, mesmo em situações em que a extensão reversiva pode ser separada do radical, como ilustra o exemplo (34.a). Neste exemplo, se retirarmos o morfema **-ul-** do verbo, teremos o verbo *-fung-* 'fechar'. Os exemplos (33.b) e (34.b) mostram que a inversão da ordem de co-ocorrência destas EVs para Rev-Rec resulta em construções gramaticais em Nyungwe. Este é mais um exemplo que mostra que o factor morfofactático determina a ordem de co-ocorrência das EVs em Nyungwe. A seguir estudamos a ordem recíproca-intensiva. O exemplo (33.c) é semanticamente estranha para todos os falantes entrevistados. O verbo derivado é gramatical, mas quando inserido numa frase a construção é semanticamente esquisita.

### 5.3.4.4 Extensão recíproca e intensiva

Antes de apresentamos exemplos que reflectam a ordem de co-ocorrência das extensões recíproca e intensiva, recordamos ao leitor que a semântica do verbo em que a extensão intensiva

ocorre indica que a acção do verbo é realizada com intensidade. Em termos sintácticos, esta extensão é, à semelhança da reversiva, =O. Prestemos atenção aos exemplos que se seguem:

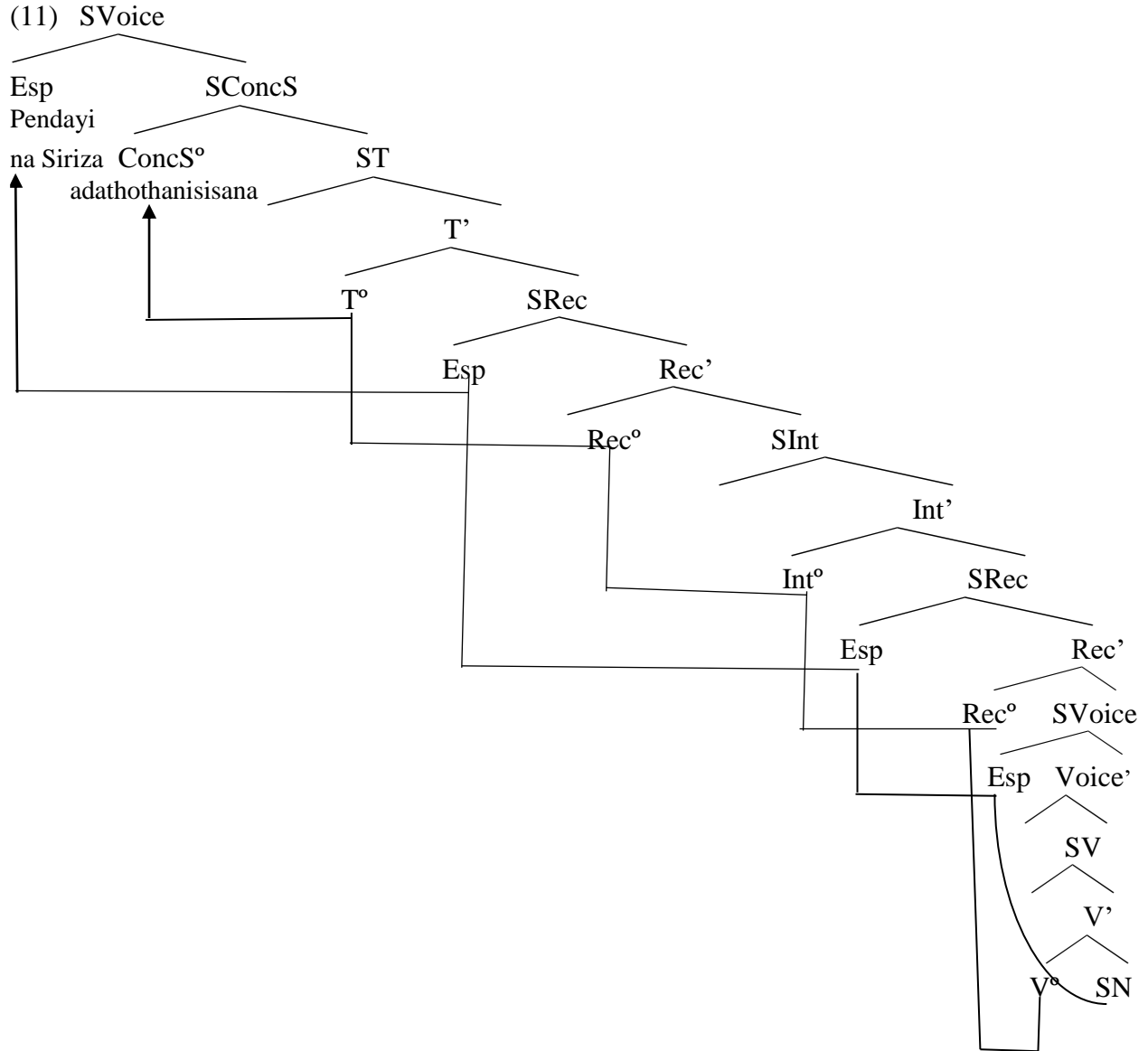
- 35.a) Pendayi na Siriza a-da-thoth-an-a.  
 Pendayi e Siriza 2-MT-expulsar-Rec-VF  
 ‘a Pendayi e a Siriza expulsaram-se.’
- b) Pendayi na Siriza a-da-thoth-an-isis-an-a.  
 Pendayi e Siriza 2-MT-expulsarar-Rec-Int-Rec-VF  
 ‘a Pendayi e a Siriza expulsaram-se definitivamente.’
- c) Pendayi na Siriza a-da-thoth-an-isis-a.  
 Pendayi e Siriza 2-MT-expulsarar-Rec-Int-Rec-VF  
 ‘a Pendayi e a Siriza fizeram expulsaram (alguém) com intensidade.’
- d) \*Pendayi na Siriza a-da-thoth-isis-an-a.  
 Pendayi e Siriza 2-MT-expulsarar-Int-Rec-VF
- 36.a) mbava na mulendo a-da-tenth-an-a.  
 1-ladrão e 1-hóspede 8-MT-queimar-Rec-VF  
 ‘o ladrão e o hóspede queimaram-se.’
- b) mbava na mulendo a-da-tenth-an-isis-an-a.  
 1-ladrão e 1-hóspede 8-MT-queimar-Rec-Int-Rec-VF  
 ‘o ladrão e o hóspede queimaram-se intensa e mutuamente.’
- c) mbava na mulendo a-da-tenth-an-isis-a.  
 1-ladrão e 1-hóspede 8-MT-queimar-Rec-Int-VF  
 ‘o ladrão e o hóspede queimaram-se intensamente.’
- d) \*mbava na mulendo a-da-tenth-isis-an-a.  
 1-ladrão e 1-hóspede 8-MT-queimar-Rec-Int-VF

Os exemplos (35.c) e (36.c) mostram que em Nyungwe, as extensões recíproca e intensiva podem co-ocorrer na ordem Rec-Int desde que a extensão recíproca seja novamente acrescida depois da ocorrência da intensiva, ficando-se com a sequência: Rec-Int-Rec. Portanto, para que os verbos *kuthotha* ‘expulsar’ e *kutentha* ‘queimar’ expressem a semântica de reciprocidade, a extensão recíproca deve ser reduplicada. Os exemplos (35.c) e (36.c) mostram que a sequência Rec-Int expressa causatividade, reforçando a ideia, mais uma vez, de que a extensão intensiva é afinal a reduplicação da causativa.

Seguindo o PE, os morfemas cuja semântica tem um escopo mais restrito para o significado da raiz, como recíproca, ocorrem mais próximos da raiz que o morfema com o escopo semântico mais amplo, intensiva.

Para os exemplos (35.d) e (36.d) defendemos que a alteração da ordem para Int-Rec resulta num verbo que segundo os falantes não existe na língua. A agramaticalidade destes exemplos deriva do facto de a extensão intensiva ter um escopo semântico mais amplo.

A seguir apresentamos o mapeamento sintáctico do exemplo (35.b):



O diagrama acima mostra que a morfologia mapeia a sintaxe e, por isso, a sintaxe tem acesso a tudo o que acontece na morfologia. Consequentemente, cada morfema que ocorre na estrutura verbal implica uma derivação sintáctica.

A árvore ilustra dois movimentos: do verbo e do SN agente. O verbo primeiro move-se do núcleo V° para o núcleo Rec° para que se afixe o primeiro morfema da extensão recíproca. Em seguida move-se para o núcleo Int° para verificar o traço de intensidade. Depois, ocorre um

outro movimento para o segundo núcleo Rec<sup>o</sup> para que o segundo morfema da extensão recíproca seja afixado no radical verbal. A seguir, o verbo recíproco move-se para verificar o traço de tempo em T<sup>o</sup>. Depois deste traço ocorre um outro movimento para o SConcS para a verificação do traço de concordância com o sujeito. Este é o último traço a ser verificado e, por isso, daqui a derivação é enviada para o *spell-out*.

O sujeito, por sua vez, move-se de especificador do SN para Esp do Rec<sup>o</sup> onde se forma o SN complexo. Depois move-se para o especificador do segundo Rec<sup>o</sup> para que o movimento não seja longo, pois, nos movimentos dos itens lexicais, durante a derivação deve-se sempre optar pelo mais curto e só ocorre o mais longo como último recurso. A derivação só converge quando ocorre um outro movimento para o especificador do SVoice onde o SN complexo recebe caso nominativo e cumpre o PPE (toda a frase deve ter sujeito).

A sub-secção que se segue analisa a co-ocorrência da extensão estativa como outras extensões e a ordem em que elas aparecem na estrutura do verbo derivado.

### 5.3.5 A co-ocorrência da extensão Estativa e outras EVs

Na sub-secção 5.3.4 analisamos a co-ocorrência das EVs em Nyungwe usando como base a extensão recíproca. A presente sub-secção é reservada à descrição da co-ocorrência das extensões estativas e outras que temos vindo a analisar. Começamos por analisar a ordem Est-Rev.

#### 5.3.5.1 Extensão estativa e reversiva

A extensão estativa, tal como temos vindo a fazer menção, é -O e a reversiva é =O. Estas características sintáticas dão-nos bases seguras para partir do pressuposto de que elas podem co-ocorrer. Olhemos o que nos dizem os exemplos abaixo:

- |       |                          |                       |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 36.a) | cimbo                    | ci-ni-bv-ek-a.        |
|       | 7-canção                 | 7-MT-ouvir-Est-VF     |
|       | 'a canção será audível.' |                       |
|       | b)                       | *cimbo                |
|       |                          | ci-ni-bv-ek-ul-a.     |
|       |                          | 7-canção              |
|       |                          | 7-MT-ouvir-Est-Rev-VF |
|       | c)                       | *cimbo                |
|       |                          | ci-ni-bv-ul-ek-a.     |
|       |                          | 7-canção              |
|       |                          | 7-MT-ouvir-Rev-Est-VF |
| 37.a) | nsuwo                    | u-ndza-fung-uk-a.     |
|       | 3-porta                  | 3-MT-abrir-Est-VF     |

- ‘a porta abrir-se-á.’
- b) \*nsuwo            u-ndza-fung-uk-ul-a.  
3-porta            3-MT-abrir-Est-Rev-VF
- c) nsuwo            u-ndza-fung-ul-ik-a.  
3-porta            3-MT-abrir-Rev-Est-VF  
‘a porta será abrível.’

Os exemplos em (36.b) e (37.b) refutam a nossa hipótese, pois mostram que a construção resultante da co-ocorrência destas duas extensões resulta numa construção que, embora derivada não é reconhecida pelos falantes de Nyungwe. A extensão reversiva, apesar de não afectar a estrutura argumental do verbo em que ocorre, por estar quase que completamente lexicalizada, é restritiva e não permite que ela seja muito produtiva em situações derivacionais.

O exemplo (36.c) mostra que a inversão da ordem de co-ocorrência destas duas Evs de Est-Rev para Rev-Est. resulta num verbo agramatical. Portanto, há, em Nyungwe, uma restrição morfoláctica que restringe a ordem Est-Rev. Importa referir igualmente que nos exemplos que temos estado a apresentar neste capítulo, as extensões reversiva e passiva quando co-ocorrem com outras EVs, fazem-no numa ordem fixa: imediatamente a seguir a raiz verbal.

Mas, quando co-ocorrem, a extensão estativa é a que ocorre a seguir a raiz verbal quando o significado do verbo não é compatível com a semântica de reversão, o exemplo (36.c).

Contrariamente ao que verificamos no exemplo (36.c), em (37.c), onde a semântica do verbo permite a ocorrência da extensão reversiva, a ordem de co-ocorrência destas EVs é sempre Rev-Est. Esta ordem de co-ocorrência é também válida em casos em que ela está fossilizada.

### 5.3.5.2 Extensão estativa e intensiva

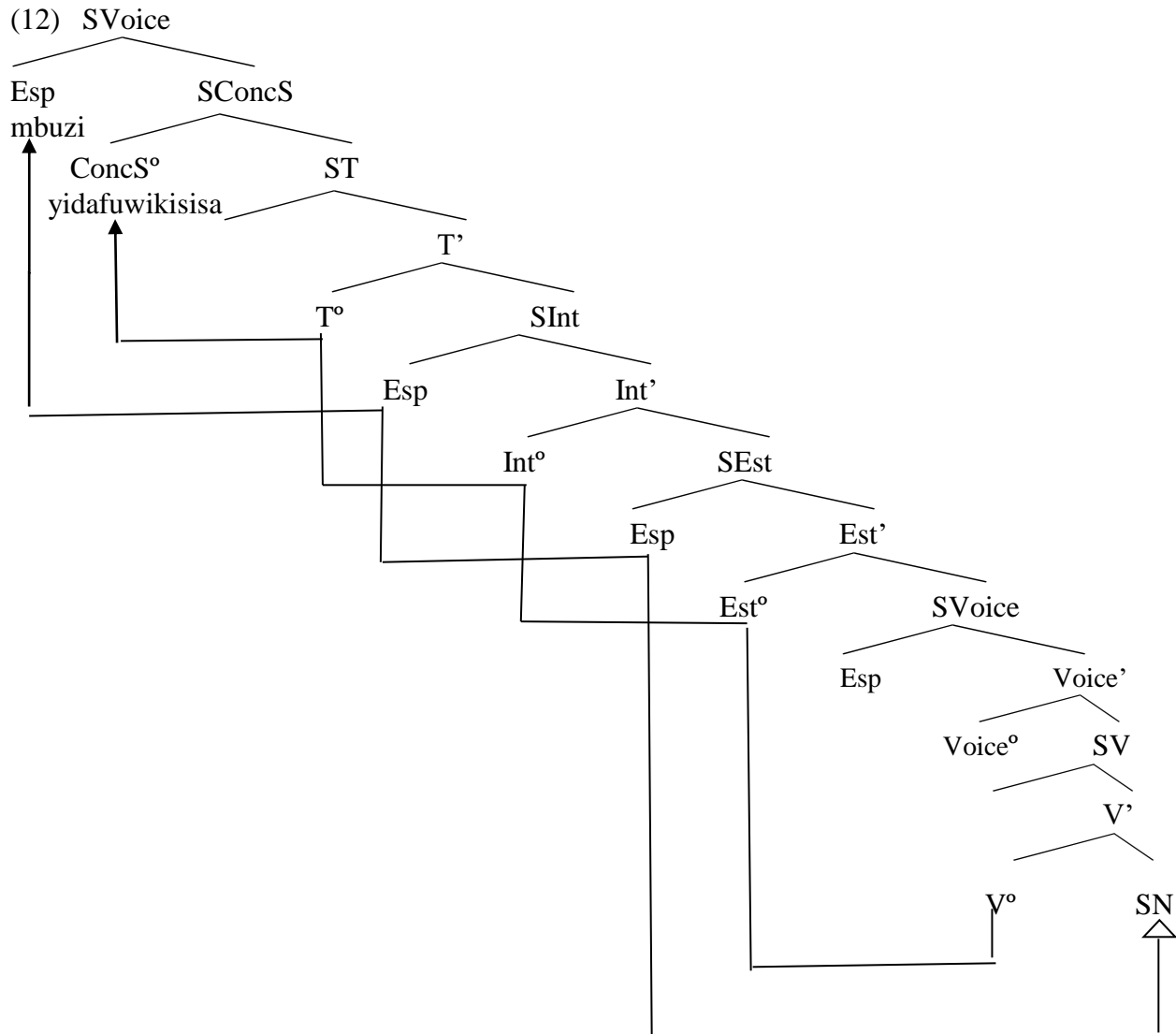
Depois de termos exposto os contextos em que as extensões estativa e reversiva co-ocorrem, este espaço é reservado à análise da co-ocorrência das extensões estativa (-O) e intensiva (=O). Vejamos os exemplos abaixo:

- 38.a) cingwe            ci-da-gwat-ik-a.  
7-corda            7-MT-cortar-Est-VF  
‘a corda foi cortável.’
- b) cingwe            ci-da-gwat-ik-isis-a.  
7-corda            7-MT-cortar-Est-Int-VF  
‘a corda foi intensamente cortável.’
- c) cingwe            ci-da-gwat-isis-ik-a.  
7-corda            7-MT-cortar-Int-Est-VF



- ‘a corda foi intensamente cortável.’
- 39.a) mbuzi yi-da-fuw-ik-a.  
 9-cabrito 9-MT-criar-Est-VF  
 ‘o cabrito foi criável.’
- b) mbuzi yi-da-fuw-ik-isis-a.  
 9-cabrito 9-MT-criar-Est-Int-VF  
 ‘o cabrito foi intensamente criável.’
- c) mbuzi yi-da-fuw-isis-ik-a.  
 9-cabrito 9-MT-criar-Int-Est-VF  
 ‘o cabrito foi intensamente criável.’

Os exemplos acima são até agora os únicos que mostram que a extensão estativa pode co-ocorrer com outras extensões numa situação em que ela está adjacente à raiz. Os exemplos em (38.b) e (39.b) ilustram claramente aquilo que estamos a dizer. Estes exemplos preservam a função sintáctica e semântica de cada extensão no novo verbo derivado. Nos exemplos (38.c) e (39.c) mostramos que a inversão da ordem de co-ocorrência destas EVs para Int-Est não resulta num verbo gramatical com a mesma semântica. Veja-se a seguir a projecção sintáctica de (39.b):



No diagrama, a ordem dos afixos derivacionais reflecte a ordem das etapas de derivações sintácticas que devem ocorrer. Portanto, é a morfologia a mapeiar a sintaxe.

No diagrama, vemos, igualmente, que ocorrem dois movimentos: do verbo e do objecto *mbuzi* ‘cabrito’. O verbo move-se de V° para o núcleo Est° para verificar o traço estativo. Depois move-se para [Int°/SInt], para que se afixe o morfema da extensão intensiva. Em seguida, move-se para verificar o traço de tempo no núcleo T° e daqui para o SConcS para a verificação do traço de concordância com o sujeito. Deste núcleo, a derivação é enviada para o *spell-out*.

A afixação da extensão estativa tornou o verbo intransitivo. Relegou-se o sujeito e o objecto moveu-se para especificador do SEst verificar o traço estativo, em seguida ocorreu um outro movimento para especificador de SInt para que o traço de intensidade fosse saturado. Por

fim, ocorreu um último movimento para especificador do SVoice onde recebe caso nominativo e cumpre o PPE.

Depois de nesta sub-secção termos discutido a ordem de co-ocorrência da extensão estativa e outras extensões, na sub-secção 5.3.6, a que se segue, está reservada à extensão reversiva.

### 5.3.6 A extensão reversiva e a intensiva

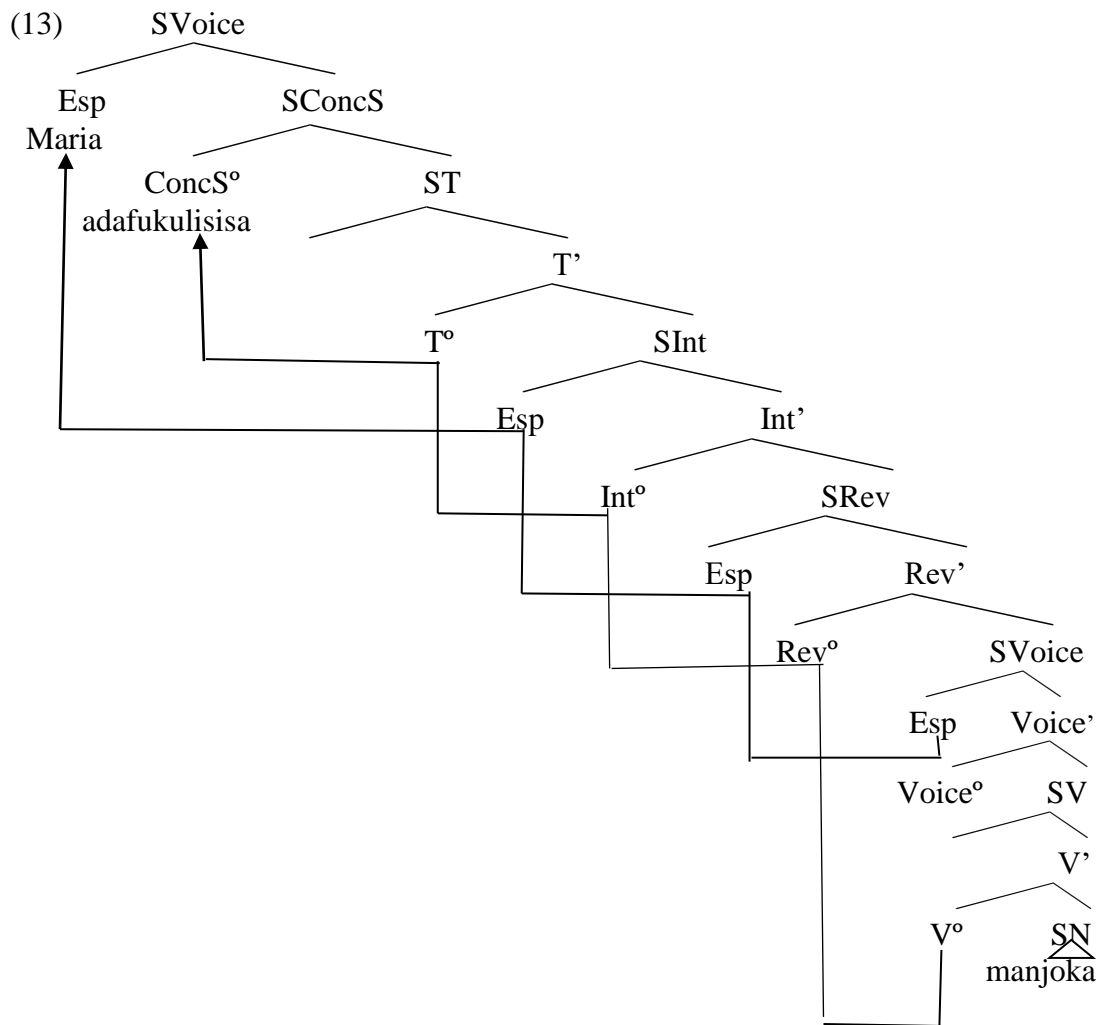
Tendo em conta os exemplos que temos vindo a apresentar neste trabalho, a extensão reversiva em Nyungwe pode ser considerada como estando em via de lexicalização em pouquíssimos verbos e completamente lexicalizada em muitos outros. Além disso, a restrição morfoctáctica que permite que esta EV ocorra sempre imediatamente a seguir à raiz verbal, ajuda a prever que ela pode, à luz do que temos vindo a fazer menção nas sub-secções anteriores, co-ocorrer na ordem em que aqui propomos e com todas as extensões em análise no presente trabalho. A ordem aqui apresentada ainda não foi referida anteriormente.

#### 5.3.6.1 Extensão reversiva e intensiva

As extensões reversiva e intensiva, podem co-ocorrer por terem efeitos sintácticos semelhantes. As duas são =O, isto é, não afectam a estrutura argumental do verbo em que ocorrem. Vejamos os exemplos que se seguem:

- |       |         |   |            |
|-------|---------|---|------------|
| 40.a) | Siriza  | a-da-fung-ul-a                                    | nsuwo.     |
|       | Siriza  | 1-MT-abriu-Rec-VF                                 | 3-porta    |
|       |         | ‘a Siriza abriu a porta.’                         |            |
| b)    | Siriza  | a-da-fung-ul-isis-a                               | nsuwo.     |
|       | Siriza  | 1-MT-abriu-Rev-Int-VF                             | 3-porta    |
|       |         | ‘a Siriza abriu a porta com intensidade.’         |            |
| c)    | *Siriza | a-da-fung-isis-ul-a                               | nsuwo.     |
|       | Siriza  | 1-MT-abriu-Int-Rev-VF                             | 3-porta    |
|       |         | ‘a Siriza abriu a porta com intensidade.’         |            |
| 41.a) | Maria   | a-da-fuk-ul-a                                     | manjoka.   |
|       | Maria   | 1-MT-raiz-Rev-VF                                  | 6-mandioca |
|       |         | ‘a Maria desenterrou a mandioca.’                 |            |
| b)    | Maria   | a-da-fuk-ul-isis-a                                | manjoka.   |
|       | Maria   | 1-MT-raiz-Rev-Int-VF                              | 6-mandioca |
|       |         | ‘a Maria desenterrou a mandioca com intensidade.’ |            |
| c)    | *Maria  | a-da-fuk-isis-ul-a                                | manjoka.   |
|       | Maria   | 1-MT-raiz-Int-Rev-VF                              | 6-mandioca |

Nos exemplos acima, é possível perceber que as extensões reversiva e intensiva podem co-ocorrer na ordem Rev-Int. O verbo derivado traz consigo a semântica de reversão e intensificação. A impossibilidade da inversão da ordem de co-ocorrência destas duas extensões mostra um congelamento da ordem destes morfemas em relação ao PB e que a morfologia, em alguns casos, se torna fixa ao longo do tempo (GOOD 2005). Para além desta explicação, podemos usar o factor morfoctáctico de Ngunga (1999). Assim, em Nyungwe quando a extensão reversiva ocorre com outras EVs, esta ocorre imediatamente a seguir ao verbo. Vejamos a árvore da frase (41.b):



No diagrama acima apresentamos o mapeamento sintáctico resultante da afixação das extensões reversiva e intensiva, a estrutura verbal da frase (41.b). Nela, vemos a ocorrência de dois movimentos: da raiz verbal para verificar o traço reversivo em [Rev<sup>o</sup>/SRev] e depois deste núcleo para [Int<sup>o</sup>/SInt] onde se afixa a extensão intensiva. A seguir, o verbo reversivo-intensivo move-se para verificar o traço de tempo no núcleo T<sup>o</sup> e a seguir a derivação é enviada para o *spell-out*.

O agente também se move de especificador do SVoice mais baixo para especificador do SRev e SInt para preservar o movimento curto. O último movimento do SN ocorre para verificar o caso nominativo e cumprir o PPE no SVoice.

Depois de nesta sub-secção termos analisado a co-ocorrência das extensões reversiva e intensiva, na sub-secção que se segue debruçamo-nos sobre a co-ocorrência intensiva e estativa.

### 5.3.7 A co-ocorrência da extensão intensiva e a extensão estativa

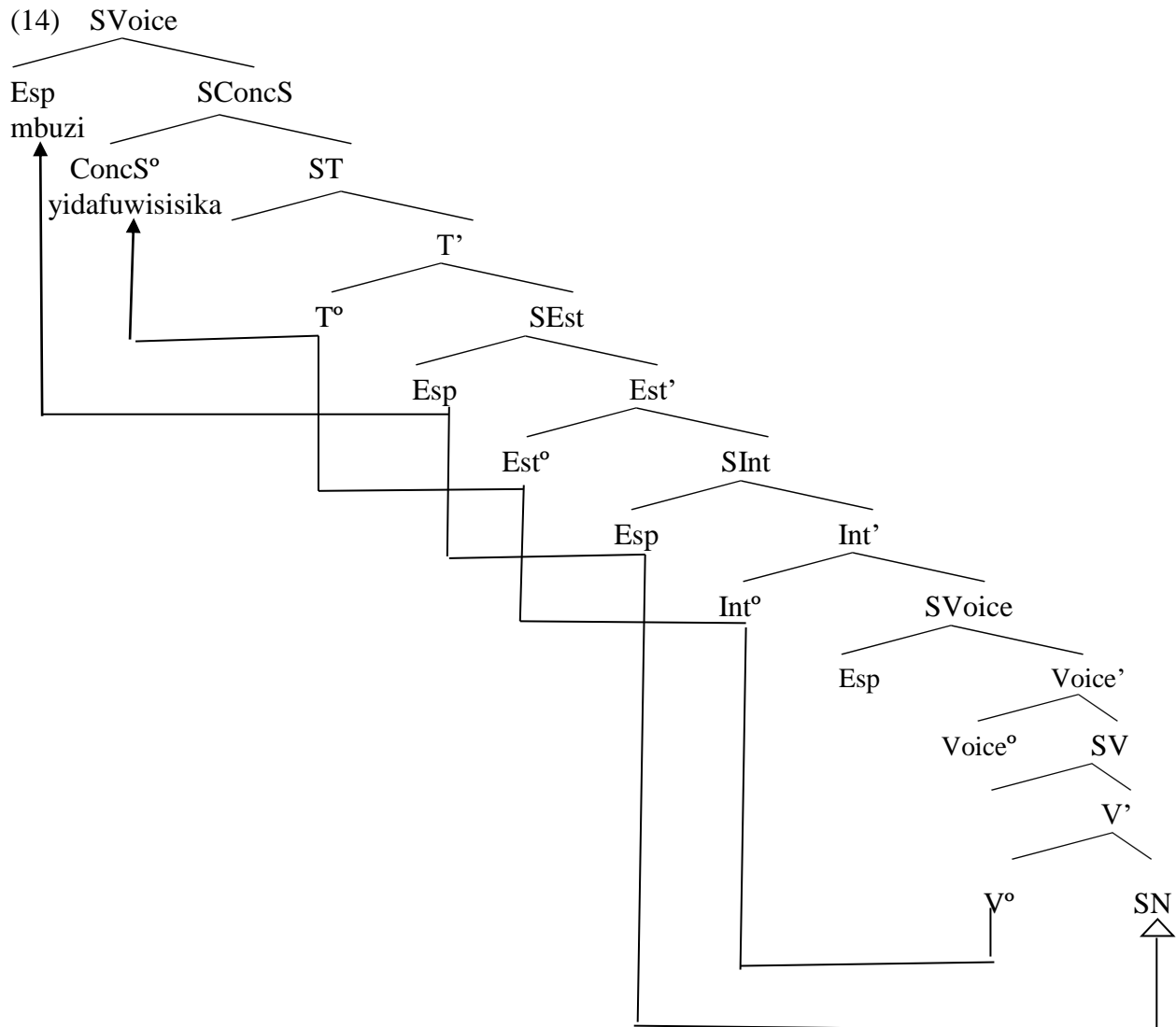
A presente sub-secção, tal como referimos, é reservada à análise das EVs que podem co-ocorrer com a intensiva em Nyungwe. Esta extensão, por ser apenas adverbial, reforçando a acção descrita pelo verbo, indicando cuidado, força, intensidade, expressa a “extensão”, amplificação ou intensificação da acção tanto no tempo como no espaço. Ela pode co-ocorrer, como vimos em todas as sub-secções deste capítulo, com todas as EVs em análise neste trabalho, excluindo, obviamente, a extensão causativa, a reversiva e recíproca. Dos exemplos apresentados ao longo deste capítulo escolhemos apenas a ordem Intensiva-Estativa para compor esta subsecção.

#### 5.3.7.1 Extensão intensiva e estativa

As duas que aqui apresentamos são =O e –O, respectivamente. Considerem-se os exemplos que apresentamos abaixo:

- 42.a) mayi                    a-da-fuw-isis-a                    mbuzi  
       1-mãe                    1-MT-criar-Est-VF                    9-cabrito  
       ‘mãe criou cabrito por muito tempo.’
- b) mbuzi                    yi-da-fuw-isis-ik-a.  
       9-cabrito                    9-MT-criar-Est-Int-VF  
       ‘o cabrito foi intensamente criável.’

A extensão intensiva, como temos vindo a referir, mantém os argumentos do verbo não derivado. Mas a extensão estativa é -O. Por isso, no exemplo (65.b), vemos que quando estativizado, o verbo exclui o agente *mayi* ‘mãe’ e, conseqüentemente, o objecto é movido para a posição de sujeito, passando a ser o único papel temático superior. A seguir apresentamos a estrutura arbórea do exemplo (65.b), a seguir:



No diagrama acima, é possível perceber que a ordem dos afixos derivacionais reflecte a ordem das etapas de derivações sintácticas que devem ocorrer. Portanto, é a morfologia a mapear a sintaxe.

No diagrama vemos igualmente dois movimentos: do verbo e do SN objecto *mbuzi* ‘cabrito’. O verbo move-se de [V°/SV] para o núcleo [Int°/SInt] para verificar o traço de intensidade. Em seguida, move-se para o núcleo [Est°/SEst], para que se afixe o morfema da extensão estativa. Para terminar, move-se para verificar o traço de tempo no núcleo T° e para o núcleo ConcS° para a verificação do traço de concordância com o sujeito. Em seguida, a derivação é enviada para o *spell-out* e de lá para as interfaces.

A afixação da extensão estativa tornou o verbo intransitivo. Perde-se o sujeito e, por isso, o objecto move-se do complemento do SV para especificador do SInt para verificar o traço de intensidade e depois para o especificador do SEst para verificar o traço estativo. Em seguida, move-se para especificador do SVoice onde recebe caso nominativo e cumpre o PPE.

#### **5.4 Sumário da sub-secção**

Na sub-secção que agora termina, analisamos a co-ocorrência das extensões verbais em Nyungwe à luz de dois pressupostos teóricos do PE. Usamos os pressupostos teóricos desta teoria para explicar, por exemplo, os casos de reduplicação do morfema da extensão recíproca como estratégia para salvaguardar a semântica de reciprocidade quando depois dela ocorrem outras EVs.

No entanto, porque, por exemplo, o PE não explicaria a restrição de co-ocorrência das EVs que envolve a separação da raiz e a extensões reversiva e estativa, socorremo-nos da proposta morfológica de Hyman (2002), herdada do PB (GOOD 2005), e dos factores fonotáctico, morfotáctico e morfo-sintáctico de Ngunga (1999). Afirmamos que esta ordem (Rev+outras EVs) provavelmente esteja relacionada com a ordem de ocorrência deste morfema no PB, por um lado, e que a co-ocorrência de certos sufixos derivacionais é restringida a determinadas posições no tema verbal, por outro lado. Mas, quando nos deparamos com situações em que a extensão estativa, mesmo ocorrendo imediatamente a seguir à raiz, resulta numa construção agramatical, olhamos para os efeitos sintácticos das EVs que co-ocorrem e explicamos a razão da agramaticalidade de construções que envolvam extensões do tipo –O, o factor morfo-sintáctico. Além disso, vimos que o factor morfotáctico determina a co-ocorrência das extensões estativa e reversiva. Igualmente, usamos o princípio fonotáctico proposto por Ngunga (1999) para explicar a restrição da co-ocorrência Caus-Int.

## SUB-SECÇÃO 5.5: A CO-OCORRÊNCIA DE TRÊS EXTENSÕES VERBAIS

### 5.5.0 Introdução

Na sub-secção anterior mostramos dez novos verbos formados através de co-ocorrência das sete EVs que são objecto de análise no presente trabalho. A presente sub-secção é centrada na descrição e análise de verbos derivados através da co-ocorrência de três e quatro EVs em Nyungwe. Para não sermos repetitivos, apenas apresentamos os exemplos que confirmem ou não a ordem de co-ocorrência que propomos. A sub-secção está organizada em outras três: a primeira que compreende esta pequena introdução e a co-ocorrência de três EVs, a segunda em que analisamos a co-ocorrência de quatro EVs e a terceira, e última, em que apresentamos o sumário do capítulo.

### 5.5.1 A Co-ocorrência de três extensões verbais

Esta sub-secção começa com a análise da co-ocorrência das extensões causativa, applicativa e passiva que a seguir apresentamos.

#### 5.5.1.1 Extensões causativa, applicativa e passiva

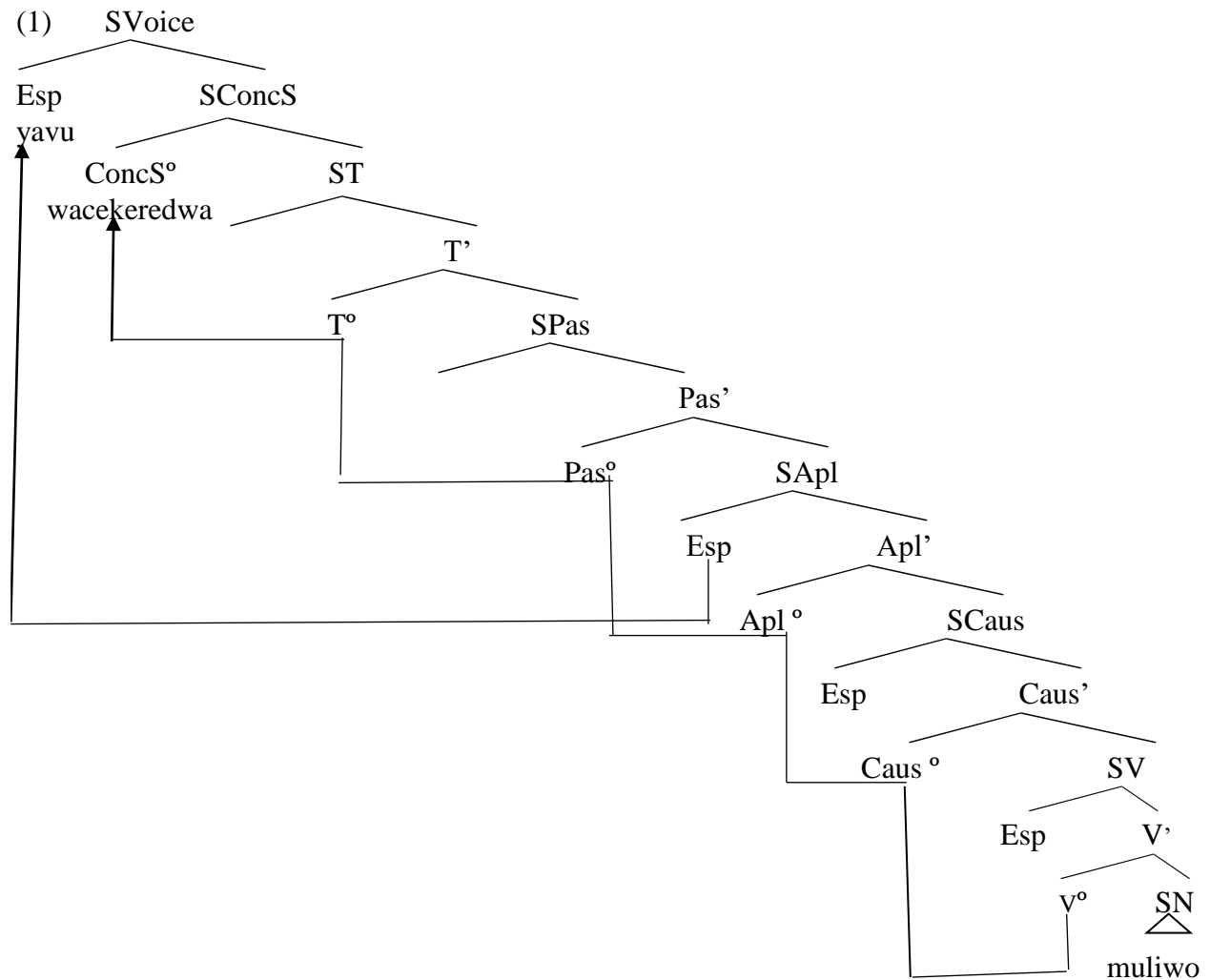
As EVs aqui apresentadas são: +O; +O e -O, respectivamente. Vejamos os exemplos a seguir:

- |      |  |                             |           |              |
|------|--|-----------------------------|-----------|--------------|
| 1.a) | mwana  | w-a-cek-a                   |           | muliwo.      |
|      | 1-criança  | 1-MT-cortar-VF              |           | 3-verdura    |
|      | 'a criança cortou a verdura.'                            |                             |           |              |
| b)   | mayi   | w-a-cek-es-a                | mwana     | muliwo.      |
|      | 1-mãe  | 1-MT-cortar-Caus-VF         | 1-criança | 3-verdura    |
|      | 'a mãe fez a criança cortar a verdura.'                  |                             |           |              |
| c)   | mayi   | w-a-cek-es-er-a             | yavu      | muliwo.      |
|      | 1-mãe  | 1-MT-cortar-Caus-VF         | 1-avó     | 3-verdura    |
|      | 'a mãe fez alguém cortar verdura em benefício da avó.'   |                             |           |              |
| d)   | yavu   | w-a-cek-es-er-edw-a         | muliwo    | (na mayi).   |
|      | 1-avó  | 3-MT-cortar-Caus-Apl-Pas-VF | 3-verdura | (pela 1-mãe) |
|      | 'a verdura foi cortada em benefício da avó (pela mãe).'  |                             |           |              |
|      | 'alguém foi feita cortar verdura para a avó (pela mãe).' |                             |           |              |

O exemplo (1.d) mostra que a ordem de co-ocorrência destes morfemas é Caus-Apl-Pas, tal como ocorrem na estrutura de superfície. O exemplo (1.c) ilustra mais uma vez que porque as extensões causativa e applicativa introduzem um argumento externo (PYLKKÄNEN 2008), o



agente afectado não pode ocorrer, pois não teria espaço na estrutura arbórea. No entanto, apesar de não estar foneticamente realizado, ele continua implicitamente presente, como se pode ver pelo significado de (1.c). Quando a extensão passiva ocorre, o beneficiário *yavu* ‘avó’ é promovido para a posição de sujeito e este, por sua vez, passa para oblíquo. Vejamos, a seguir, o mapeamento sintáctico de (1.d):



O diagrama ilustra o mapeamento sintáctico do exemplo (1.d), que resulta da frase cujo verbo é não derivado, (1.a). A primeira extensão que ocorre imediatamente a seguir ao raiz e a causativa. Por isso, o verbo move-se de V° para verificar o traço causativo no núcleo Caus° e a construção passa a ser bi-eventiva apesar de o agente mais baixo não estar explícito foneticamente. A razão para que o carácter bi-eventivo não esteja explícito é a ocorrência da

extensão aplicativa no radical. Esta ocorrência obrigou a que o radical V<sup>o</sup>-Caus<sup>o</sup> se movesse para [Apl<sup>o</sup>/SApl<sup>o</sup>], núcleo que introduz o beneficiário. Depois, o radical V<sup>o</sup>-Caus<sup>o</sup>-Apl move-se para verificar o traço passivo no núcleo Pas<sup>o</sup>. Em seguida, o radical Caus<sup>o</sup>-Apl<sup>o</sup>-Pas<sup>o</sup> move-se para verificar o traço de tempo em T<sup>o</sup> e, por último, o traço de concordância com o sujeito no núcleo [ConcS<sup>o</sup>/SConcS].

No diagrama ocorre igualmente um outro movimento, o do SN. Este movimento ocorre quando o verbo causativo-aplicado move-se para verificar o traço passivo em [Pas<sup>o</sup>/SPas]. Com este movimento promove e obriga o movimento do SN beneficiário, o mais próximo, para ocupar a posição de sujeito onde recebe o caso nominativo e cumpre o PPE.

O tema não se move, continua como complemento do verbo onde recebe o caso dativo.

### 5.5.1.2 Extensões causativa, recíproca e aplicativa

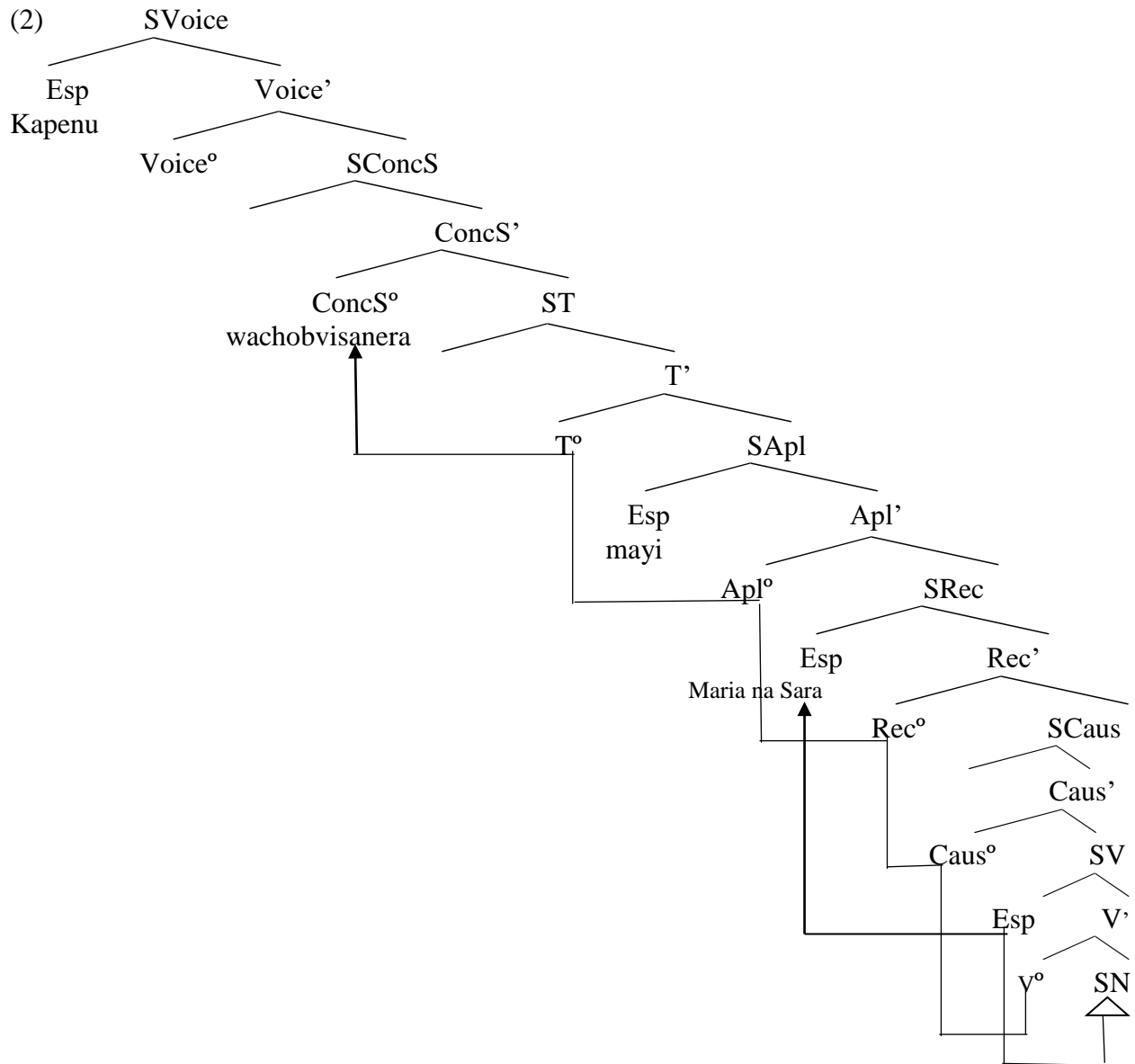
O verbo que aqui apresentamos é resultado de três EVs com as seguintes características sintáticas: +O; -O e +O. Vejmos os exemplos abaixo:

- 2.a) Sara w-a-chobv-a Maria.  
Sara 2-MT-empurrar-VF Maria  
'a Sara empurrou a Maria.'
- b) Maria w-a-chobv-a Sara.  
Maria 2-MT-empurrar-VF Sara  
'a Maria empurrou a Sara.'
- c) Sara na Maria a-chobv-an-a.  
Sara e Maria 2-MT-empurrar-Rec-VF  
'a Sara e a Maria empurraram-se.'
- d) Kapenu w-a-chobv-is-an-a Maria na Sara.  
Kapenu 1-MT-empurrar-Caus-Rec-VF Maria e Sara  
'o Kapenu fez com que a Maria e a Sara se empurrassem.'
- e) Kapenu w-a-chobv-is-an-er-a mayi Maria na Sara.  
Kapenu 1-MT-provocar-Caus-Rec-Apl-VF 1-mãe Maria e Sara  
'o Kapenu fez com que a Sara e a Maria se empurrassem pela mãe.'

Nos exemplos acima apresentados mostramos os passos percorridos até se chegar ao exemplo (2.e). Este exemplo ilustra que a sequência de co-ocorrência destes morfemas é Caus-Rec-Apl e a semântica do verbo derivado obedece a esta ordem de co-ocorrência.

Os argumentos seleccionados pelo verbo derivado cumprem o princípio do PE segundo o qual os morfemas cuja semântica tem um escopo mais restrito para o significado da raiz devem ocorrer mais próximo deste. O verbo derivado por estas três EVs primeiro selecciona o

beneficiário como objecto directo e só depois o SN recíproco. A seguir apresentamos a árvore do exemplo (2.e):



A árvore acima apresentada materializa a ideia defendida pelo PE, segundo o qual a morfologia mapeia a sintaxe. A derivação sintáctica reflecte a ordem em que os morfemas ocorrem. O verbo não derivado é monotransitivo. Quando ao radical se acrescenta a extensão causativa, o verbo move-se para verificar o traço causativo no núcleo Caus°. Depois, porque a

seguir ao morfema causativo ocorre o recíproco, o V-Caus move-se para o núcleo Rec<sup>o</sup> onde se afixa o morfema da extensão recíproca. A seguir, o verbo V-Caus-Rec move-se novamente para o núcleo Apl<sup>o</sup> onde verifica o traço aplicativo. Em seguida, o verbo V-Caus-Rec-Apl verifica o traço de tempo em [T<sup>o</sup>/ST]. Para terminar, o radical move-se para o núcleo [ConcS<sup>o</sup>/SConcS] para verificar o traço de concordância com o sujeito.

O SN objecto move-se do lugar de complemento onde é gerado, especificador do SV para o especificador do SRec onde se forma o SN complexo.

Para terminar, temos o agente causador que, como temos vindo a referir, é introduzido pelo SVoice.

A seguir, apresentamos mais um verbo derivado resultante de mais uma ordem de co-ocorrência de três EVs em Nyungwe.

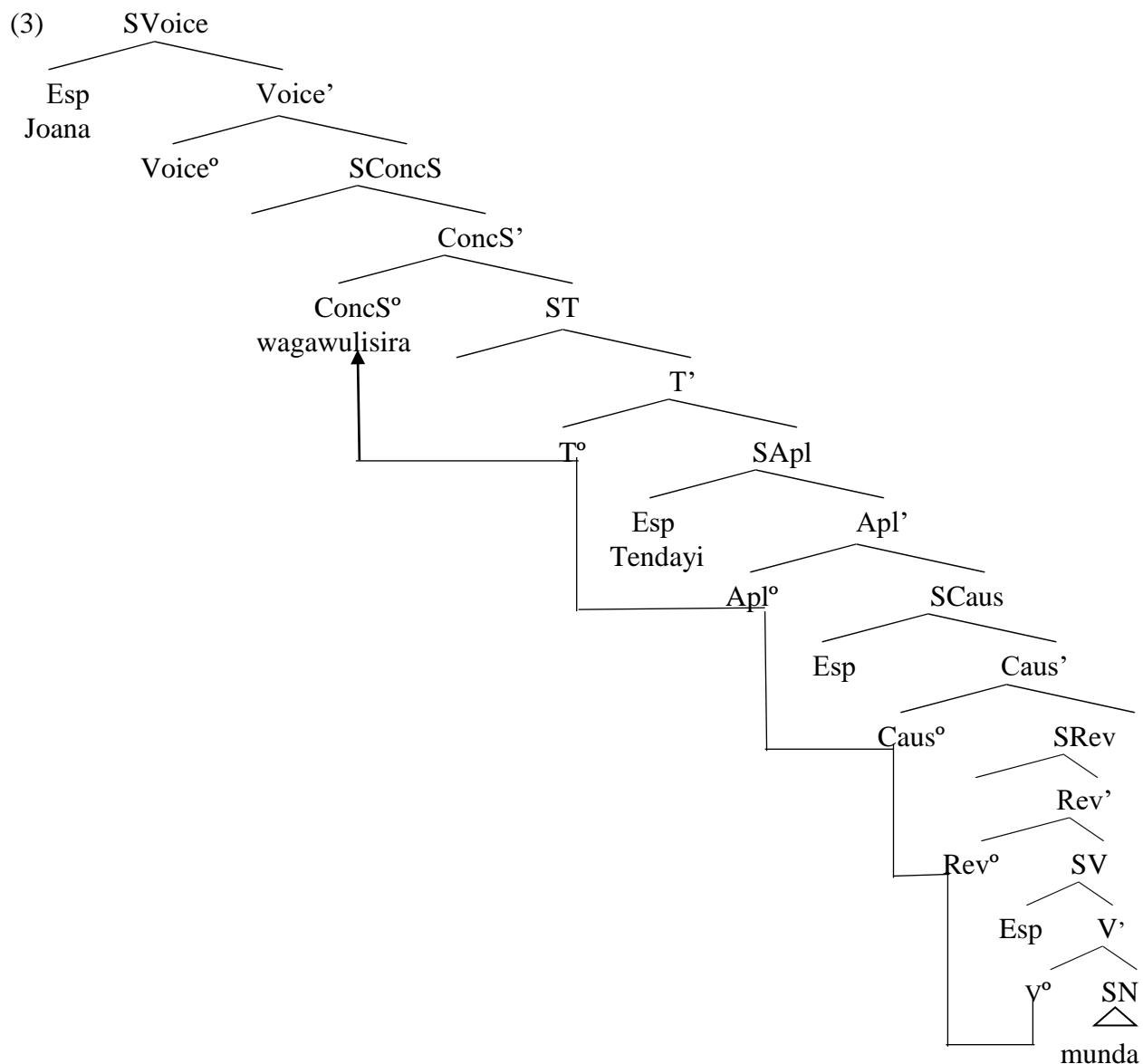
### 5.5.1.3 Extensões reversiva, causativa e applicativa

Estas EVs são =O; +O e +O. Teoricamente, elas podem co-ocorrer. Atente-se aos exemplos que se seguem:

- 3.a) Maria w-a-gaw-ul-a munda.  
 Maria 2-MT-raiz-Rev-VF 3-campo de cultivo  
 ‘a Maria lavrou o campo de cultivo.’
- b) Joana w-a-gaw-ul-is-a Maria munda.  
 Joana 1-MT-raiz-Rev-Caus-VF Maria 3-campo de cultivo  
 ‘a Joana fez a Maria lavar o campo de cultivo.’
- c) Joana w-a-gaw-ul-is-ir-a Tendayi munda.  
 Joana 1-MT-raiz-Rev-Caus-Apl-VF Tendayi 3-campo de cultivo  
 ‘a Joana fez alguém lavar o campo de cultivo pelo Tendayi.’

Antes de falarmos dos exemplos acima, recordamos ao leitor que na sub-secção anterior vimos que a extensão reversiva não permite que entre ela e a raiz verbal ocorra alguma morfologia. Logo, as extensões causativa e applicativa só podem o-ocorrer depois da extensão reversiva.

O exemplo (3.c) mostra mais uma vez que o agente causado não pode co-ocorrer com o beneficiário. Portanto, nesta língua, estas duas EVs introduzem argumentos externos. A seguir, o diagrama de (3.c):



No diagrama apresentado acima apenas vemos o movimento do verbo porque o SN *munda* ‘campo de cultivo’ não se move e recebe caso estrutural dativo atribuído pelo V°. O agente causador é introduzido pelo SVoice. A raiz verbal move-se de V° para verificar o traço reversivo no núcleo Rev°. Em seguida, move-se para verificar o traço causativo no núcleo Caus°. Depois, o radical verbal V+Rev+Caus volta a mover-se para verificar o traço aplicativo no núcleo Apl°. O traço tempo obriga o movimento seguinte do núcleo Apl° para [T°/ST] onde recebe o morfema de tempo. A seguir, ocorre um último movimento do radical

V°+Rev°+Caus°+Apl°+T° para [ConcS°/SConcS] onde verifica o traço de concordância com o sujeito.

Importa igualmente referir que o núcleo Apl° é responsável pela introdução do beneficiário Tendayi na derivação e pela atribuição de caso acusativo a este.

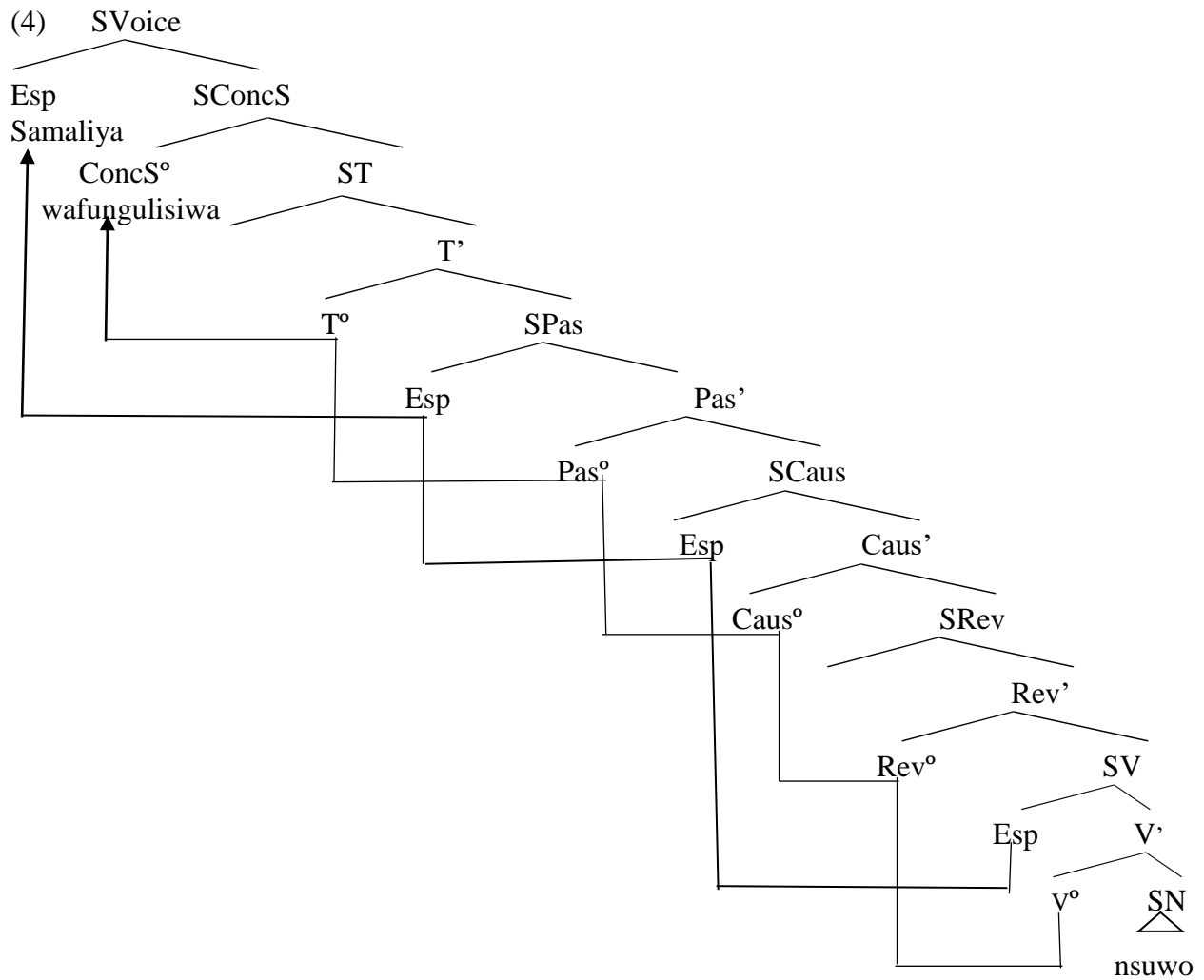
A seguir apresentamos um outro verbo derivado de três EVs.

#### 5.5.1.4 Extensões reversiva, causativa e passiva

Nesta ordem de co-ocorrência estamos perante EVs +O, =O e –O. Portanto, cada EV aqui apresentada tem um efeito próprio sobre o radical verbal em que ocorre. Vejamos os exemplos abaixo:

- |      |  |                             |          |         |        |
|------|--|-----------------------------|----------|---------|--------|
| 4.a) | Samaliya                               | w-a-fung-a                  | nsuwo.   |         |        |
|      | Samaliya                               | 1-MT-fechar-VF              | 3-porta  |         |        |
|      | 'a Samaliya fechou a porta.'           |                             |          |         |        |
| b)   | Samaliya                               | w-a-fung-ul-a               | nsuwo.   |         |        |
|      | Samaliya                               | 1-MT-fechar-Rev-VF          | 3-porta  |         |        |
|      | 'a Samaliya abriu a porta.'            |                             |          |         |        |
| c)   | Samu                                   | w-a-fung-ul-is-a            | Samaliya | nsuwo.  |        |
|      | Samaliya                               | 1-MT-fechar-Rev-Caus-VF     | Samaliya | 3-porta |        |
|      | 'o Samu fez a Samaliya abrir a porta.' |                             |          |         |        |
| d)   | Samaliya                               | w-a-fung-ul-is-iw-a         | nsuwo    | (na     | Samu). |
|      | Samaliya                               | 1-MT-fechar-Rev-Caus-Pas-VF | 3-porta  | (por    | Samu)  |
|      | 'fez-se a Samaliya abrir a porta.'     |                             |          |         |        |

Dos exemplos apresentados acima centrar-nos-emos no exemplo (4.d). Neste exemplo vemos que o agente causado é o candidato mais próximo para ocupar a posição de sujeito quando a construção é passivizada. No entanto, lembramos ao leitor que nesta língua, o objecto indirecto nsuwo, também pode ocupar a posição de sujeito nas construções passivas. Vejamos a árvore que reflecte o mapeamento sintáctico das EVs que a seguir apresentamos:



Na árvore acima mostramos que a ordem de co-ocorrência dos morfemas derivacionais aqui apresentados é Rev-Caus-Pas na morfologia, na sintaxe e por extensão na semântica. O agente causador provocou a reversão completa da acção descrita pelo verbo não derivado. Deste modo, o verbo primeiro move-se para verificar o traço reversivo, a seguir para Caus°, núcleo responsável pela introdução da extensão causativa no radical. Em seguida, o movimento é forçado pelo núcleo Pas° onde o radical V-Rev-Caus deve receber o morfema da extensão passiva. Depois que este traço é saturado, ocorre um outro movimento para o núcleo [T°/ST] para a verificação do traço de tempo e no fim, para ConcS° para a afixação do morfema de concordância com o sujeito.

O SN Samaliya que antes era objecto, depois que o verbo recebeu o morfema causativo, também se move de especificador do SV para especificador do SCaus e depois para especificador do Spas em resultado da ocorrência da extensão passiva no radical. No fim. Move-se para especificador SVoice.

A seguir mostramos que é possível formar mais um verbo derivado a partir de três EVs.

### 5.5.1.5 Extensões Causativa, Recíproca e Passiva

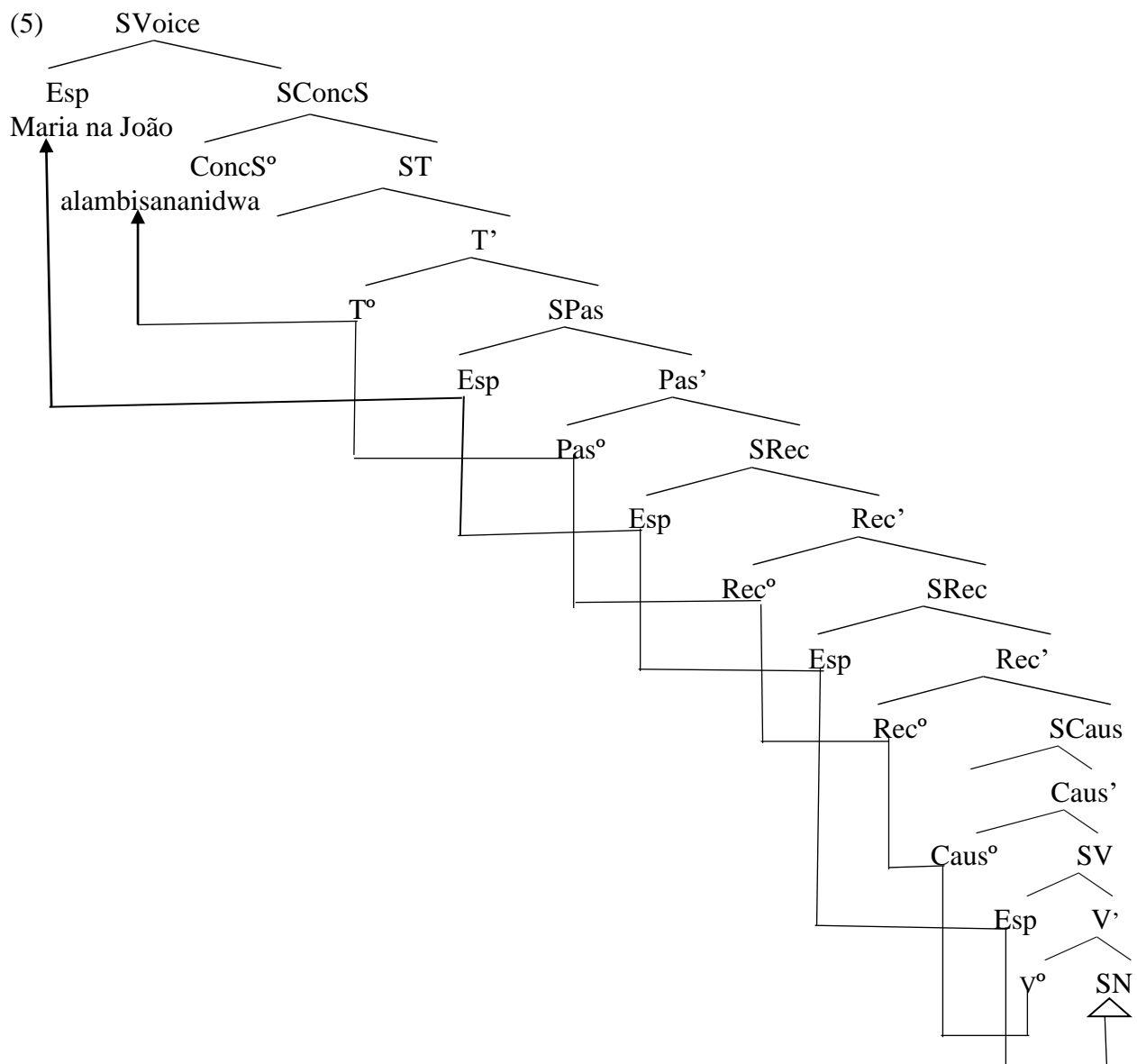
Nesta ordem de co-ocorrência estamos perante extensões verbais com as seguintes implicações sintácticas: +O, -O e –O, respectivamente.

Vejamos os exemplos que se seguem:

- 5.a) Maria w-a-lamb-a João.  
 Maria 1-MT-negar-VF João  
 ‘a Maria não quis o João.’
- b) João w-a-lamb-a Maria.  
 João 1-MT-negar-VF Maria  
 ‘o João não quis a Maria.’
- c) Maria na João w-a-lamb-an-a.  
 1-pai e 1-mãe 2-MT-negar-Rec-VF  
 ‘a Maria e o João não se quiseram mutuamente.’
- d) baba w-a-lamb-is-an-a Maria na João.  
 1-pai 2-MT-negar-Caus-Rec-VF Maria e João  
 ‘o pai fez com que a Maria e o João não se quiseram mutuamente.’
- e) Maria na João a-lamb-is-an-an-idw-a na baba.  
 Maria e João 2-MT-negar-Caus-Rec-Rec-Pas-VF (pelo 1-pai)  
 ‘a Maria e o João foram feitos negarerm-se mutuamente (pelo pai).’

Os exemplos acima mostram que as extensões recíproca e passiva podem co-ocorrer não apenas num verbo ditransitivo, tal como vimos subsecção 6.4 do capítulo VI, mas também em verbos transitivizados através da extensão causativa, pois, esta torna o verbo intransitivo em transitivo. O verbo ficou intransitivo depois que o verbo ficou com a semântica de reciprocidade, obtida através da reduplicação da extensão recíproca. Portanto, a reduplicação da extensão recíproca é uma exigência semântica, codificada na sintaxe. O morfema -is- acrescentou o agente causador e a passiva por sua vez, voltou a intransitivizar o verbo Caus<sup>o</sup>-Rec<sup>o</sup>, promovendo o objecto para ocupar a posição de sujeito. Logo, o agente mais alto passa a adjunto. A seguir apresentamos a projecção sintáctica de (5.e):





Na árvore acima, a morfologia mapeia a sintaxe. A derivação sintáctica reflecte a ordem em que os morfemas co-ocorrem. O verbo não derivado é monotransitivo. Quando ao radical se acrescenta a extensão causativa, o verbo move-se para verificar o traço causativo no núcleo Caus°. Depois, move-se para o núcleo Rec° onde recebe o morfema da extensão recíproca. Mas, para que o verbo tivesse uma semântica de reciprocidade, a língua exige a reduplicação da extensão recíproca e, por isso, o radical V-Caus-Rec move-se para verificar o segundo traço de reciprocidade no núcleo Rec°. A seguir, o verbo V-Caus-Rec-Rec volta a mover-se para o núcleo

Pas° onde verifica o traço passivo. Depois, o verbo V-Caus-Rec-Rec-Pas verifica o traço de tempo em T° e para terminar, move-se para o núcleo [ConcS°/SConcS] para verificar o traço de concordância com o sujeito. Deste núcleo, a derivação é enviada ao *spell-out*.

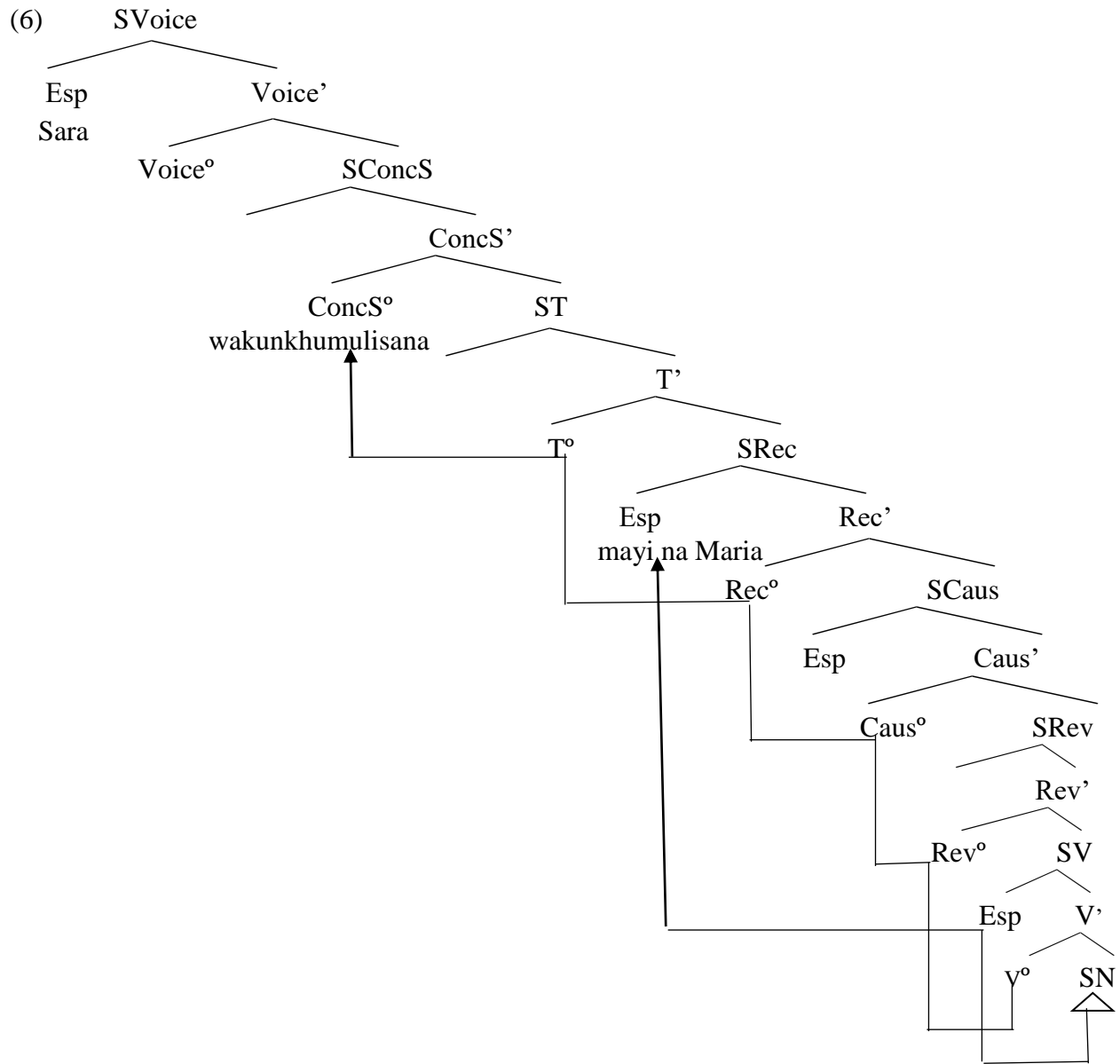
O SN objecto move-se do lugar de complemento de SN onde é gerado, para especificador do SV para formar um SN complexo. Deste núcleo move-se para especificador do SRec, pois, foi formado justamente porque ocorreu no radical a extensão recíproca. Respeitando desta forma o princípio de movimentos curtos. Em seguida, deste núcleo, o SN complexo move-se novamente do para o segundo especificador do SRec, onde se reforça a semântica de reciprocidade. A seguir, o movimento mais curto é para o especificador do SPas. No fim, move-se para especificador SVoice, em virtude de ter sido promovido a sujeito pela extensão passiva.

#### 5.5.1.6 Extensões reversiva, causativa e recíproca

Na ordem de co-ocorrência que agora propomos, estamos perante três EVs com comportamentos sintáctico distinto. A primeira é +O, a segunda =O e a terceira –O. Vejamos, a seguir, o que acontece quando elas co-ocorrem:

- 6.a) mayi a-da-kunkhum-ul-a Maria.  
 1-mãe 1-MT-raiz-Rev-VF Maria  
 ‘a mãe sacudiu a Maria.’
- b) Maria a-da-kunkhum-ul-a mayi.  
 Maria 1-MT-raiz-Rev-VF 1-mãe
- c) mayi na Maria a-da-kunkhum-ul-an-a.  
 1-mãe e Maria 2-MT-raiz-Rev-Rec-VF  
 ‘a mãe e a Maria sacudiram-se.’
- d) Sara a-da-kunkhum-ul-is-an-a mayi na Maria.  
 Sara 2-MT-raiz-Rev-Caus-Rec-VF 1-mãe e Maria  
 ‘a Sara fez a mãe e a Maria sacudirem-se.’

Dos exemplos acima, para a nossa análise interessa-nos apenas falar de (6.d). Este exemplo serve para mostrar que em Nyungwe é possível termos uma ordem de co-ocorrência das extensões reversiva, causativa e recíproca. A seguir, a representação arbórea deste exemplo:



Na árvore acima vemos que a morfologia mapeia a sintaxe e vice-versa. Nela ilustramos dois movimentos: do verbo e do SN.

O verbo não derivado é monotransitivo. O primeiro morfema derivacinal que se acrescenta à raiz é o reversivo, é por isso que vemos o primeiro movimento de  $V^\circ$  para  $[Rev^\circ/SRev]$  onde se verifica o traço reversivo. Depois da extensão reversiva ocorre no radical a

extensão causativa. Por isso, vemos o movimento do núcleo Rev<sup>o</sup> para o núcleo [Caus<sup>o</sup>/SCaus] onde ao radical se afixa a extensão causativa. Em seguida, ocorre um outro movimento para [Rec<sup>o</sup>/SRec] para a afixação da extensão recíproca. Depois o radical derivado através das três extensões move-se para verificar o traço de tempo em T<sup>o</sup> e, no fim, move-se para o núcleo [ConcS<sup>o</sup>/SConcS] para verificar o traço de concordância com o sujeito.

O SN objecto primeiro move-se do lugar de complemento onde é gerado, para especificador do SV e vice-versa para mostrar como se chega ao SN complexo. Deste núcleo move-se para especificador do SRec.

Para terminar, temos o agente causador que, como temos vindo a referir, nesta língua é introduzido pelo SVoice que é um núcleo separado do Caus.

A seguir apresentamos mais uma ordem de co-ocorrência de três EVs em Nyungwe.

### 5.5.1.7 Extensões estativa e intensiva e aplicativa

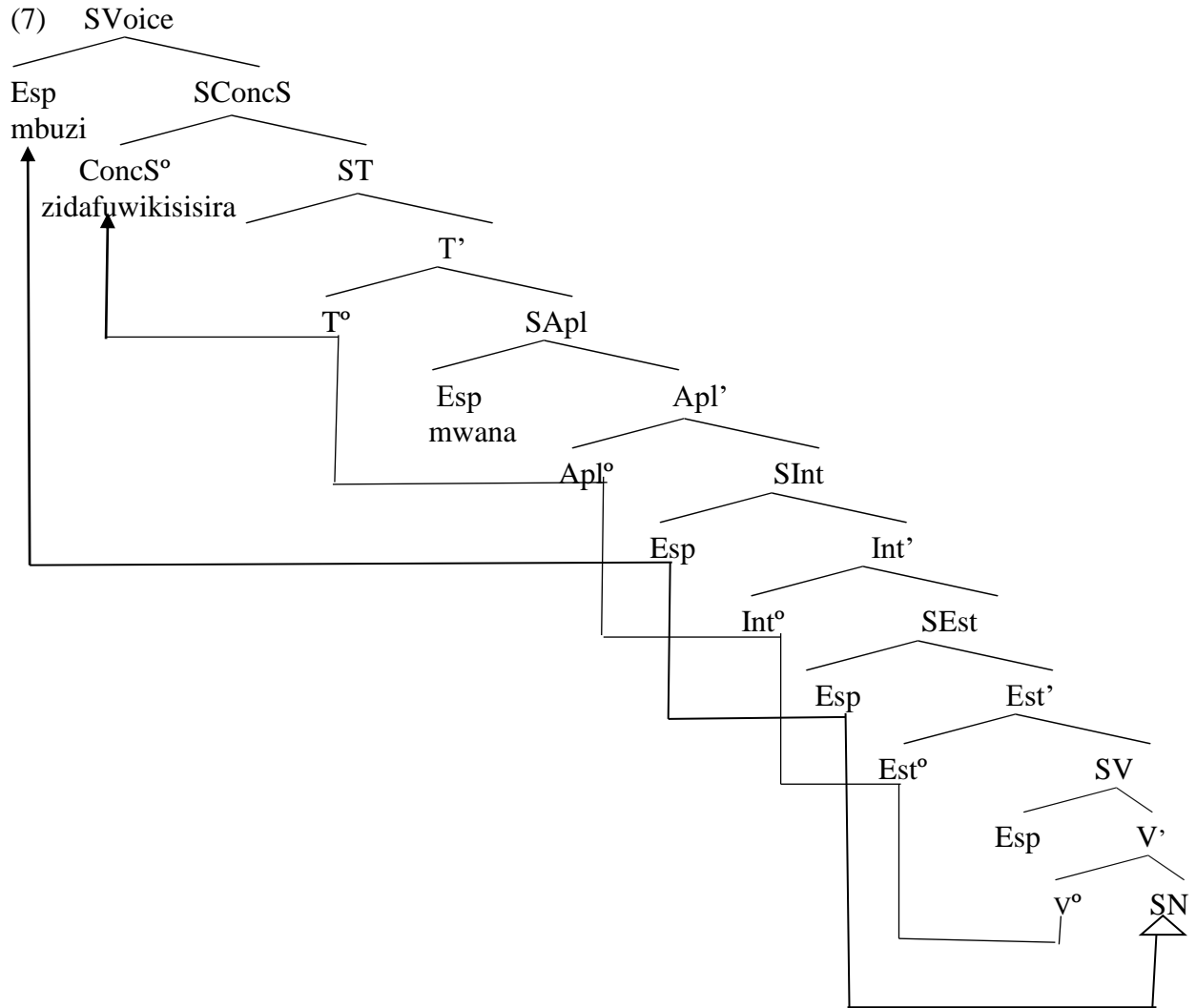
A extensão aplicativa, como tem sido referido na literatura, é +O, aumenta o número de argumentos na frase. A estativa é -O e a intensiva, =O. Vejamos, a seguir o que acontece quando elas co-ocorrem:

- 7.a) Kapenu a-da-fuw-a mbuzi.  
 Kapenu 1-MT-criar-VF 9-cabritos  
 ‘o Kapenu criou cabritos.’
- b) mbuzi zi-da-fuw-ik-a.  
 9-cabritos 9-MT-criar-Est-VF  
 ‘os cabritos foram criáveis.’
- c) mbuzi zi-da-fuw-ik-isis-a.  
 9-cabritos 9-MT-criar-Est-Int-VF  
 ‘os cabritos foram intensamente criáveis.’
- d) mbuzi zi-da-fuw-ik-isis-ir-a mwana.  
 9-cabritos 9-MT-criar-Est-Int-Apl-VF 1-criança  
 ‘os cabritos foram intensamente criáveis em benefício da criança.’

Nos exemplos acima, em (7.b) mostramos que quando a extensão estativa, a primeira na ordem aqui proposta, ocorre no radical, o verbo derivado passa a ser intransitivo, excluído-se o agente e promovendo o tema passa a posição de sujeito. Quando acrescentamos a extensão intensiva, em (7.c), o verbo apenas passa a ter uma semântica diferente, preservando os seus argumentos. No entanto, no exemplo (7.c) mostramos que com o acréscimo da extensão

aplicativa, o verbo Est-Int passa a seleccionar um beneficiário. Logo, o verbo passou a ser intransitivo.

A seguir, apresentamos o diagrama da frase (7.c).



Na árvore acima visualizamos dois movimentos decorrentes do mapeamento sintáctico da frase do exemplo (7.c): do verbo e do tema. O verbo move-se de V° para [Est°/SEst] onde verifica o traço estativo. Em seguida, para [Int°/SInt] onde se afixa a extensão intensiva. Depois, ocorre um outro movimento para [Apl°/SApl] para verificar o traço aplicativo. O núcleo tempo também tem um traço a ser verificado, por isso obriga o movimento do radical do núcleo Apl°

para T°. No fim, a derivação converge quando ocorre o último movimento do verbo para o núcleo [ConcS°/SConcS] para verificar o traço de concordância com o sujeito.

O tema move-se de complemento do SV para especificador do SEst e a seguir para especificador do SInt e só no fim é que se move para o lugar de especificador do SVoice onde recebe o caso nominativo.

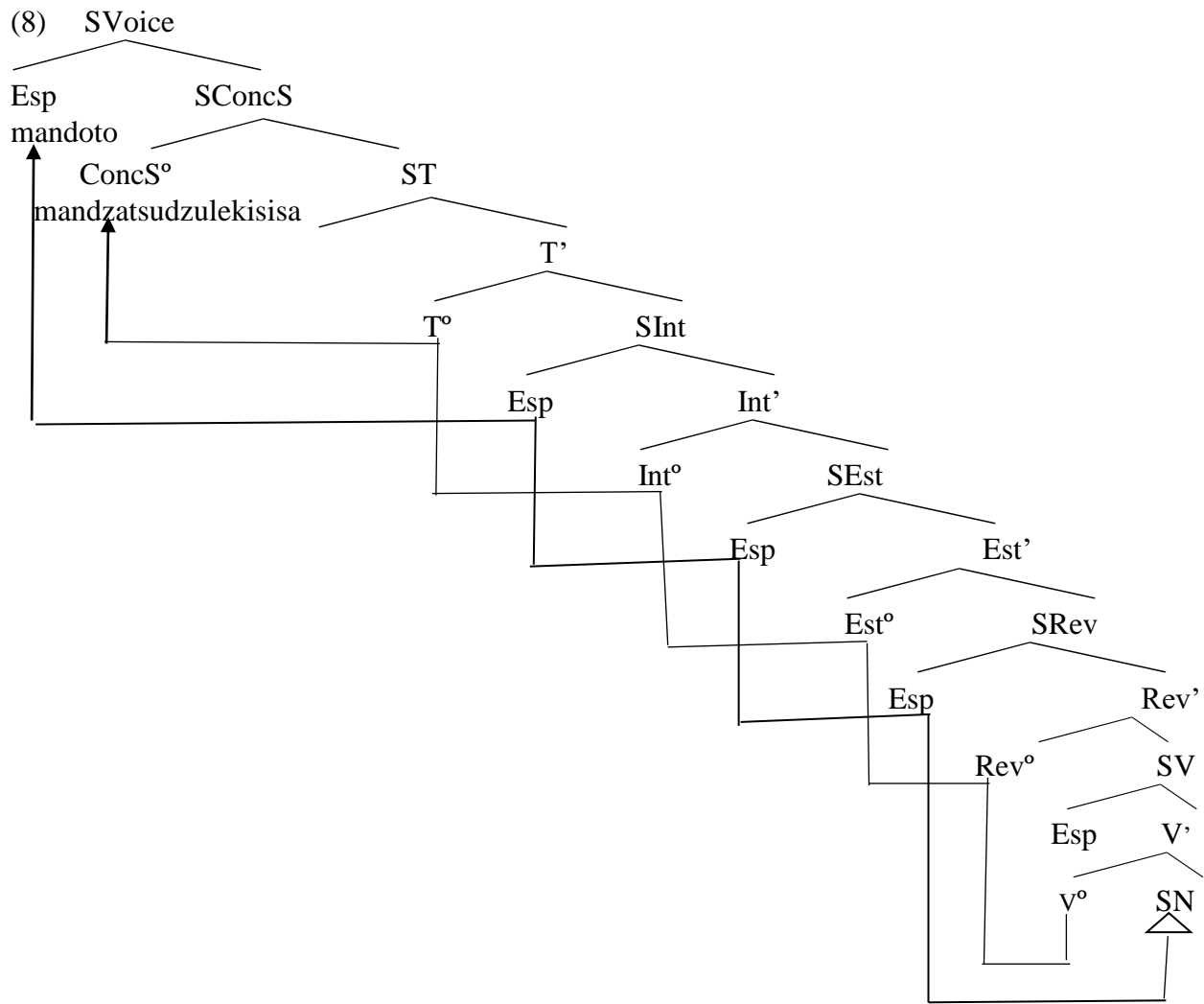
A seguir apresentamos mais uma possível ordem de co-ocorrência das EVs em Nyungwe.

### 5.5.1.8 Extensões reversiva, estativa e intensiva

A ordem de co-ocorrência que agora nos propusemos a analisar é composta por extensões do tipo: =O (altera a morfologia e não a semântica, a reversiva); -O (diminui o número de argumentos, a estativa) e a intensiva (=O, mantém o número de argumentos da frase). Vejamos os exemplos abaixo:

- 8.a) Maria a-ndza-tsudz-ul-a mandoto.  
 Maria 1-MT-raiz-Rev-VF 6-tranças  
 ‘a Maria desmanchará as tranças.’
- b) mandoto ma-ndza-tsudz-ul-ik-a. .  
 6-tranças 6-MT-raiz-Rev-Est-VF  
 ‘as tranças serão desmancháveis.’
- c) mandoto ma-ndza-tsudz-ul-ik-isis-a. .  
 6-tranças 6-MT-raiz-Rev-Est-Int-VF  
 ‘as tranças serão completamente/intensamente desmancháveis.’

Nos exemplos acima, vemos que em (8.a), onde o verbo é derivado através da extensão reversiva, este seleciona dois argumentos: um interno *mandoto* ‘tranças’ e um externo Maria. No entanto, quando ocorre no radical a extensão estativa, este passa a selecionar apenas um, que é o tema, movido de argumento interno para o lugar de externo, pois, perdeu-se o sujeito. No exemplo (8.c), onde se acrescenta a extensão intensiva, o verbo muda morfológica e semanticamente, mas também o número de argumentos verbais de (8.b) A seguir, apresentamos o mapeamento sintático de (8.c):



No diagrama acima mostramos o mapeamento sintático que reflete a co-ocorrência dos morfemas, o Rev-Est-Int. A raiz verbal move-se para verificar o traço reversivo no núcleo Rev°. A seguir para Est°, núcleo responsável pela afixação da extensão estativa no radical. Em seguida, ocorre um outro movimento para o núcleo Int°, onde o radical recebe o morfema da extensão intensiva. Depois que este traço é saturado, ocorre um outro movimento para T° para a verificação do traço de tempo e no fim, para ConcS° para a afixação do morfema de concordância com o sujeito. A seguir, a derivação é enviada para o *spell-out* e de lá para as interfaces FF e FL.

O objecto *mandoto* ‘tranças’ também se move de complemento do SV para ocupar a posição de sujeito no especificador do SVoice. A seguir apresentamos mais uma possibilidade de co-ocorrência de três EVs em Nyungwe.

### 5.5.1.9 Extensões passiva, intensiva e estativa

Na presente ordem de co-ocorrência, temos três EVs (-O; =O e -O, respectivamente). Atente-se aos exemplos a seguir:

- 9.a) Semo w-a-khuy-a mwana.  
 Semo 1-MT-tocar-VF 1-criança  
 ‘o Semo tocou na criança.’
- b) mwana w-a-khuy-idw-a (na Semo).  
 1-criança 1-MT-tocar-Pas-VF (por Semo)  
 ‘a criança foi tocada pelo Semo.’
- c) mwana w-a-khuy-idw-isis-a (na Semo).  
 1-criança 1-MT-tocar-Pas-Int-VF (por Semo)  
 ‘a criança foi tocada intensamente pelo Semo.’
- d) mwana w-a-khuy-idw-isis-ik-a.  
 1-criança 1-MT-tocar-Pas-Int-Est-VF  
 ‘a criança foi intensamente tocável.’

Dos exemplos acima apresentados, a combinação das três extensões (passiva, intensiva e estativa) que são aqui objecto de análise, ocorre no exemplo (9.d). Por ordem de ocorrência no radical vemos que a extensão passiva alça para a posição de sujeito o objecto e relega o agente da frase não derivada para a posição de adjunto. Em (9.c), a extensão intensiva manteve o número de argumentos verbais. Mas, no exemplo (9.d), quando a extensão estativa ocorre no radical, exclui completamente o adjunto ‘por Semo’ e o verbo passa a ser completamente intransitivo. Não representaremos o mapeamento sintáctico de (9.d) por que a única novidade em relação ao diagrama anterior está apenas nas extensões que obrigam o movimento tanto do verbo como do tema.

Sendo assim, apresentamos, a seguir, a última ordem possível de co-ocorrência das EVs em estudo.

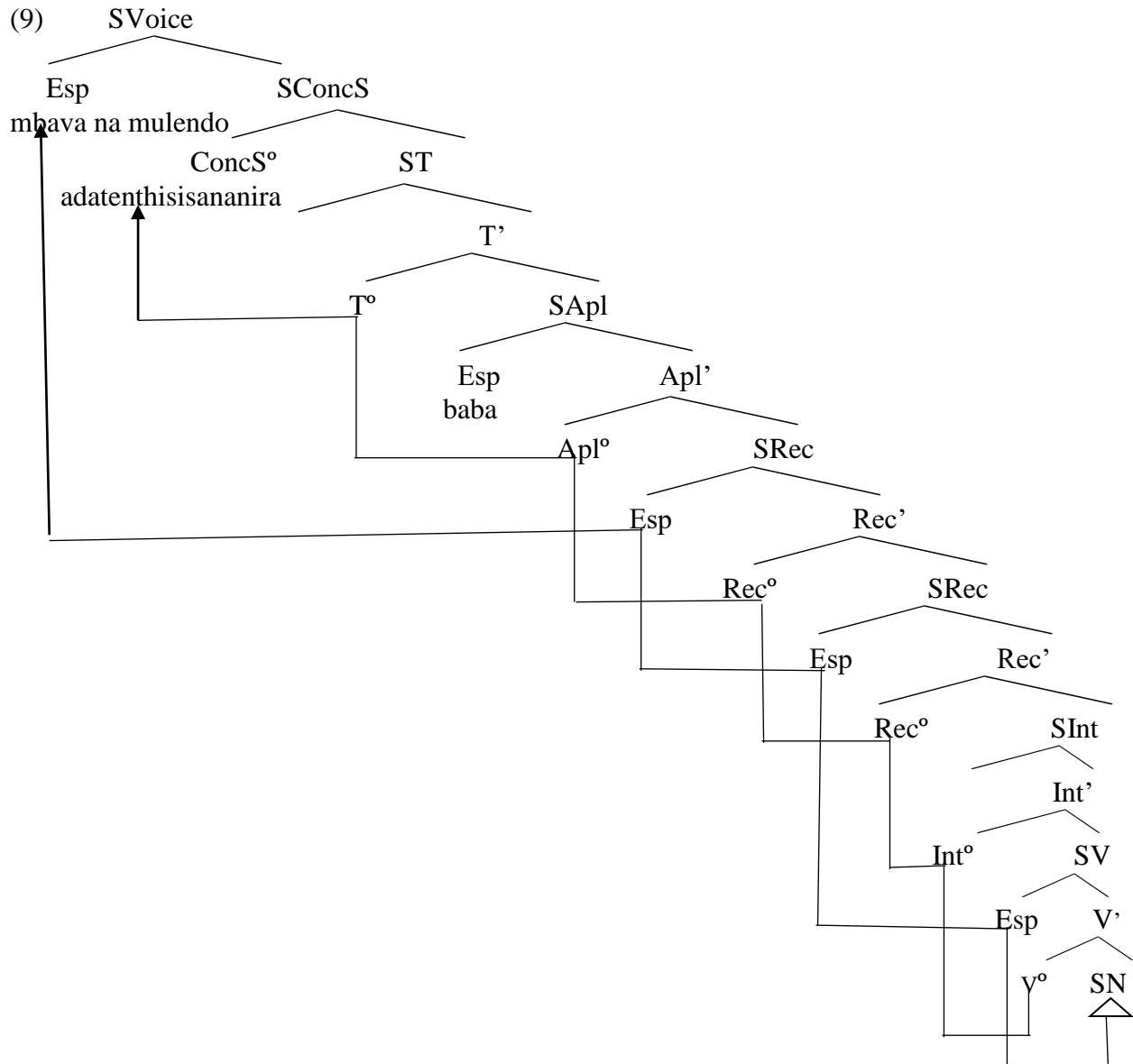


### 5.5.10 Extensões intensiva e recíproca e applicativa

Nesta ordem de co-ocorrência estamos perante extensões com funções sintácticas distintas. A primeira é =O, a seguida é –O e a terceira também +O. Vejamos, nos exemplos abaixo, o que acontece quando elas co-ocorrem:

- 10.a) mbava yi-da-tenth-a mulendo.  
 9-ladrão 9-MT-queimar-VF 1-hóspede  
 ‘o ladrão queimou o hóspede.’
- b) mulendo a-da-tenth-a mbava  
 1-hóspede 1-MT-queimar-VF 9-ladrão  
 ‘o hóspede queimou o ladrão.’
- c) mbava yi-da-tenth-isis-a mulendo.  
 1-ladrão 9-MT-queimar-Int-VF 1-hóspede  
 ‘o ladrão queimou intensamente o hóspede.’
- d) mulendo a-da-tenth-isis-a mbava  
 1-hóspede 1-MT-queimar-Int-VF 9-ladrão  
 ‘o hóspede queimou intensamente o ladrão.’
- e) mbava na mulendo a-da-tenth-isis-an-a.  
 1-ladrão e 1-hóspede 8-MT-arder-Int-Rec-VF  
 ‘o ladrão e o hóspede queimaram-se mutuamente.’
- f) mbava na mulendo a-da-tenth-isis-an-an-ir-a baba.  
 1-ladrão e 1-hóspede 8-MT-arder-Int-Rec-Rec-Apl-VF 1-pai  
 ‘o ladrão e o hóspede queimaram-se mutuamente em benefício do pai.’

Dos exemplos acima interessa-nos o (10.e) onde mostramos a primeira ordem de co-ocorrência das extensões intensiva e recíproca. A extensão intensiva apenas acrescenta à semântica do verbo a noção de intensiva. Contrariamente a intensiva, a recíproca moveu o objecto para formar um SN complexo, deixando o verbo intransitivo. Mas, no exemplo (10.f), onde se acrescenta ao radical verbal as extensões intensiva e recíproca e a extensão applicativa, o verbo passa a ser transitivo, seleccionando um SN (*baba* ‘pai’) com o papel temático de beneficiário. Importa acrescentar que antes da afixação da extensão applicativa, para preservar a semântica de reciprocidade, a língua obriga a que se reduplique a extensão recíproca antes da ocorrência da extensão applicativa. A seguir apresentamos o mapeamento sintáctico do exemplo (10.d):



Na árvore acima mostramos que a derivação sintáctica reflecte a ordem em que os morfemas co-ocorrem. O verbo não derivado é monotransitivo. Quando ao radical se acrescenta a extensão intensiva, o verbo move-se para verificar o traço intensivo no núcleo Int°. Depois, move-se para o núcleo Rec° onde recebe o morfema da extensão recíproca. Mas, para que o verbo reforce a semântica de reciprocidade, obriga a reduplicação da extensão recíproca e, por isso, o radical V-Int-Rec move-se para verificar o segundo traço de reciprocidade no segundo núcleo de [Rec°/SRec]. A seguir, o radical volta a mover-se para o núcleo Apl° onde verifica o traço aplicativo. Depois, move-se para verificar o traço de tempo em T° e, para terminar, move-

se para o núcleo [ConcS°/SConcS] para verificar o traço de concordância com o sujeito. Depois que todos os traços são verificados, a derivação é enviada ao *spell-out*.

Quando a extensão aplicativa ocorre no radical, o verbo derivado passa a seleccionar um beneficiário que ocorrer no especificador do SApl.

O SN objecto move-se do lugar de complemento onde é gerado, para especificador do SV para formar um SN complexo. Deste núcleo move-se para especificador do SRec, pois foi formado justamente porque no verbo ocorre um morfema recíproco. Deste núcleo move-se novamente para o segundo especificador do SRec e daqui para o especificador SVoice, para cumprir o PPE e receber caso nominativo. Mais uma vez vemos o cumprimento do princípio minimalista de movimentos curtos.

A sub-secção que agora termina mostrou que é possível, em Nyungwe, a partir da combinação de três de cada uma das sete EVs em análise neste trabalho (causativa, aplicativa, passiva, recíproca, estativa, reversiva e intensiva) formar dez novos verbos derivados.

Na sub-secção que se segue pretendemos experimentar se é possível a co-ocorrência das quatro EVs propostas por Hyman (2002), que são: causativa, aplicativa, recíproca e passiva (CARP).

## 5.6 A co-ocorrência de quatro Extensões Verbais

Tal como referimos, a presente sub-secção trata da co-ocorrência de quatro EVs proposta por Hyman (2002).

### 5.6.1 Extensões causativa, aplicativa, recíproca e passiva

Nesta ordem de co-ocorrência temos quatro EVs com as seguintes implicações sintácticas: +O; +O; -O e -O. Vejamos os exemplos a seguir:

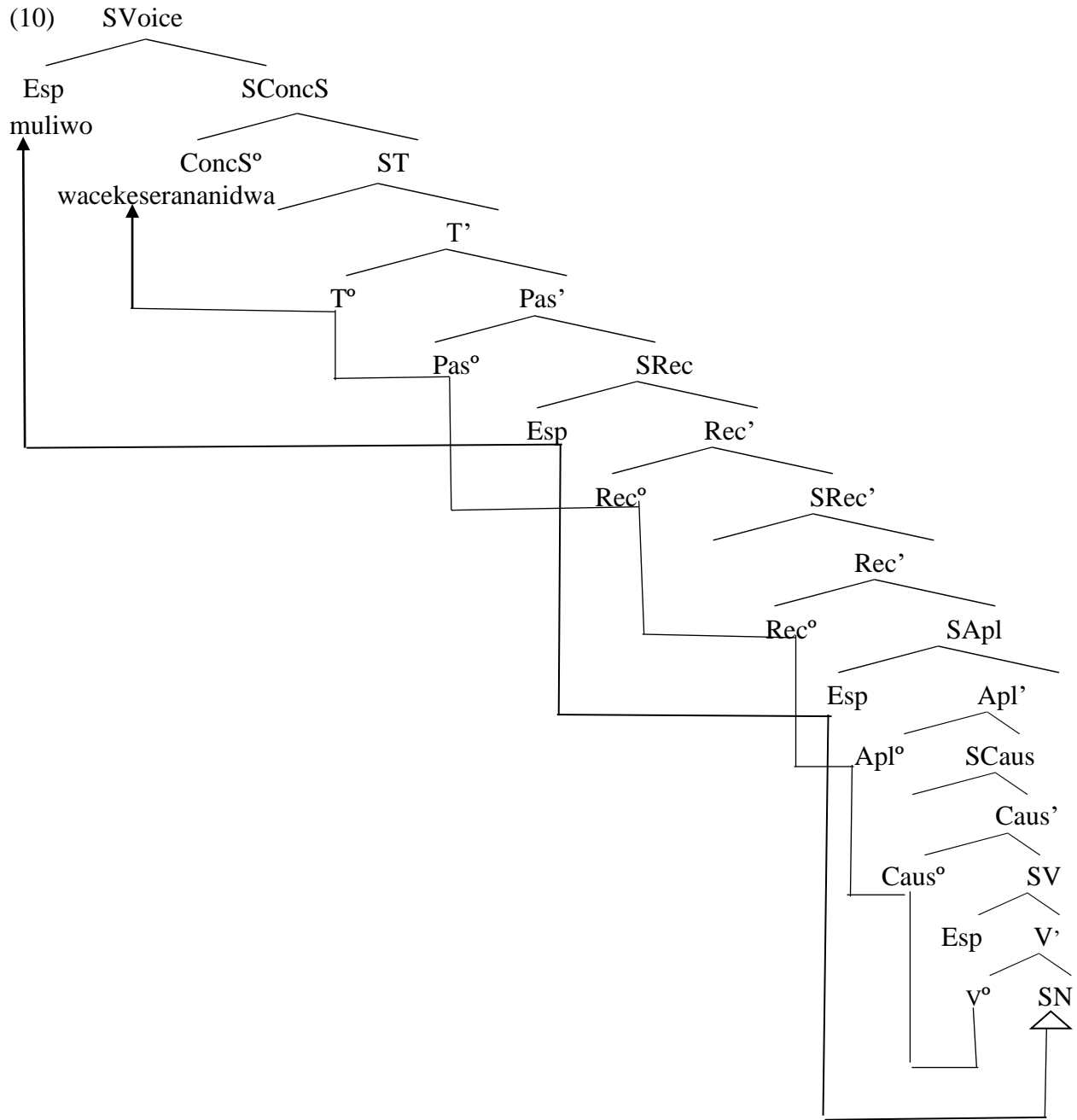
- |       |  |                     |           |           |
|-------|--|---------------------|-----------|-----------|
| 11.a) | mwana  | w-a-cek-a           |           | muliwo.   |
|       | 1-criança  | 1-MT-cortar-VF      |           | 3-verdura |
|       | 'a criança cortou a verdura.'                          |                     |           |           |
| b)    | ine  | n-a-cek-es-a        | mwana     | muliwo.   |
|       | eu   | 1-MT-cortar-Caus-VF | 1-criança | 3-verdura |
|       | 'eu fiz a criança cortar a verdura.'                   |                     |           |           |
| c)    | ine  | n-a-cek-es-er-a     | yavu      | muliwo.   |
|       | 1-mãe  | 1-MT-cortar-Caus-VF | 1-avó     | 3-verdura |
|       | 'a mãe fez alguém cortar verdura em benefício da avó.' |                     |           |           |
| d)    | ine na yavu  | t-a-cek-es-er-an-a  |           | muliwo.   |

eu e 1-avó MS-MT-cortar-Caus-Apl-Pas-VF 3-verdura  
'eu e a mãe fizemos alguém cortar verdura em nosso benefício.'

- e) muliwo w-a-cek-es-er-an-an-edw-a (ine na yavu).  
3-verdura MS-MT-cortar-Caus-Apl-Rec-Rec-Pas-VF (eu e a avó)  
'a verdura foi por alguém cortada em nosso benefício (eu e avó).'

Nos exemplos acima, em (11.a) estamos perante um verbo não derivado que selecciona um argumento externo *mwana* 'criança' e um interno *muliwo* 'verdura'. No exemplo (11.b) ocorre a primeira extensão no radical e como consequência passamos a ter uma construção bi-eventiva. A seguir, no exemplo (11.c), vemos que no radical causativo ocorre a extensão applicativa e como resultado da ocorrência deste morfema, o novo verbo derivado passa a seleccionar mais um argumento interno, o beneficiário *yavu* 'avó' e o agente causado passa a não ter uma realização fonética. No exemplo (11.d), quando se afixa a extensão recíproca o beneficiário move-se para o lugar de sujeito para que se possa acrescentar um SN complexo, seleccionado pelo verbo causativo-aplicativo-recíproco. No exemplo (11.e) afixou-se a última extensão, a passiva. Consequentemente, reduplica-se o morfema da extensão recíproca para preservar-se a semântica de reciprocidade e o objecto *muliwo* 'verdura' passa a ser o novo sujeito.

Como se pode ver, este exemplo mostra o cumprimento do modelo de co-ocorrência das EVs nas LBs, o CARP, proposto por Hyman (2002). Na árvore abaixo apresentamos o mapeamento sintáctico do exemplo (11.e):



No diagrama apresentado acima percebe-se que a derivação morfológica mapeia a derivação sintáctica. O verbo não derivado é monotransitivo. Quando ao radical se acrescenta a extensão causativa, o verbo move-se para verificar o traço causativo no núcleo Caus°. Depois, move-se para o núcleo Apl° para a afixação da extensão applicativa. Em seguida, ocorre um outro movimento para o núcleo Rec° para a afixação da extensão recíproca e novamente para Rec°,

onde se acrescenta mais um morfema recíproco como forma de garantir que o verbo tenha a semântica de reciprocidade mesmo depois da ocorrência da EV seguinte. A seguir, o verbo V-Caus-Apl-Rec-Rec volta a mover-se para o núcleo Pas<sup>o</sup> onde verifica o traço passivo. Depois, o radical V-Caus-Apl-Rec-Rec-Pas verifica o traço de tempo em T<sup>o</sup> e para terminar, move-se para o núcleo [ConcS<sup>o</sup>/SConcS] para verificar o traço de concordância com o sujeito. Este é o último traço a ser verificado antes da derivação ser enviada para o *spell-out*.

Depois de todo o processo derivacional do verbo, o SN objecto é o único argumento verbal que prevalece, por isso, é promovido a sujeito pela extensão passiva e conseqüentemente, move-se do lugar de complemento do SV para especificador do aplicativo, a seguir para o especificador do SRec e no fim, para o especificador do SVoice para cumprir o PPE.

## **5.7 Sumário da sub-seção**

Neste capítulo vimos que podemos formar nove novos verbos a partir da co-ocorrência de três EVs. As implicações sintáticas da co-ocorrência destes verbos foi à luz do pressuposto teórico do PE segundo o qual a morfologia mapeia a sintaxe e vice-versa. Outro princípio teórico usado foi: os morfemas de mudança de valência dos verbos devem ser ordenadas de acordo com o seu escopo semântico. Assim, os morfemas cuja semântica tem um escopo mais restrito para o significado da raiz devem ocorrer mais próximo da raiz do que os morfemas de escopo semântico mais amplo. Usamos deste princípio para explicar os casos de reduplicação do morfema da extensão recíproca nas ordens: Caus-Rec-Pas e intensiva e recíproca e aplicativo, como estratégia para salvaguardar, no novo verbo, a semântica de reciprocidade.

Ainda neste capítulo testamos a possibilidade de formação de um novo verbo a partir de quatro EVs, seguindo a ordem CARP, proposta por Hyman (2002). Vimos que em Nyungwe estas quatro EVs podem co-ocorrer na ordem proposta Hyman (2002).

## CAPÍTULO VI: JUSTIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TEÓRICAS ADOPTADAS

### 6.0 Introdução

Depois de no capítulo anterior termos descrito e analisado a formação de novos verbos a partir da co-ocorrência de três e quatro EVs, o presente capítulo é dedicado às propostas teóricas que nos levaram a considerar que em Nyungwe, tal como se propõe que aconteça em todas as línguas do mundo, o argumento externo não é directamente seleccionado pelo verbo e, por isso, é introduzido por um outro núcleo, o SVoice cujo papel é relacionar o argumento externo ao SV.

Defendemos igualmente que, tendo em conta Pylkkänen (2002, 2008), em Nyungwe os núcleos Voice<sup>o</sup> e Caus<sup>o</sup> são separados e podem estar fonologicamente realizados. Para provar a nossa intuição, usamos construções causativo-reflexivas, causativo-passivas e causativo-estativas que comprovam a possibilidade de existência de construções causativas sem as relacionar a nenhum argumento externo causador.

Além disso, adoptámos os testes propostos por Pylkkänen (2002, 2008) para provar que em Nyungwe o núcleo Caus<sup>o</sup> selecciona um SV-fásico e que o aplicativo é alto.

Como se pode prever a partir das nossas propostas teóricas, dividimos o capítulo em três subsecções, sendo que na primeira debruçamo-nos sobre a introdução de argumentos. A seguir, analisamos a selecção do núcleo cause<sup>o</sup>, e, para terminar, a subsecção III, onde apresentamos testes que nos levam a considerar que em Nyungwe, ocorre um aplicativo alto.

### 6.1 Introdução de argumentos

De acordo com Morais (2006), um dos grandes desafios que sempre se colocou às teorias de estrutura dos argumentos do verbo é perceber como são projectados na estrutura sintáctica os elementos que são importantes para a construção dos eventos e como se obtém o seu significado.

Este assunto também é debatido em Pylkkänen (2008) que começa afirmando que:

“A comprehensive theory of linguistic representations must minimally (i) define the nature of the primitive building blocks that enter into linguistic computation, (ii) characterize the manner in which the basic elements combine into complex representations, and (iii) identify the ways in which languages may differ with respect to their inventory of possible representations”<sup>6</sup> Pylkkänen (2008:1).

---

<sup>6</sup> “Uma teoria abrangente das representações linguísticas deve minimamente (i) definir a natureza da construção dos blocos primitivos que entram numa computação linguística, (ii) caracterizar a maneira pela qual os elementos básicos combinam em representações complexas, e (iii) identificar os caminhos pelos quais as línguas podem diferir em relação aos seus inventários de possíveis representações”. (nossa tradução)

Esta citação mostra que a teoria linguística tem, entre outros, o papel de caracterizar a maneira como os argumentos básicos combinam numa representação complexa e identificar os caminhos pelos quais as línguas podem diferir em relação aos inventários de possíveis representações. Portanto, a forma como os argumentos combinam numa representação pode ser usada para parametrizar as línguas (cf. Pylkkänen 2008, para mais detalhes).

No entanto, importa referir que este tema foi inicialmente problematizado por Marantz (1984) que, de acordo com Morais (2006), observou que, enquanto os objetos são argumentos directamente seleccionados pelo verbo e com papel temático atribuído por este, o mesmo não pode ser dito em relação aos sujeitos, pois, estes não têm o mesmo estatuto. São um argumento “adicional”, embora exigido em muitos ambientes sintácticos.

A partir do estudo de Marantz (1984), várias propostas teóricas e empíricas seguiram. Uma delas pertence a Kratzer (1996) que através da abordagem neo-Davidsoniana, afirma, tal como Marantz (1984), que “...*the external argument of a verb is not an argument of the verb...*”<sup>7</sup> Kratzer (1996:112). Para justificar a sua ideia, a autora recupera os exemplos usados por Marantz (1984: 49), dos quais citamos apenas os dois<sup>8</sup> seguintes:

- 1.a) take a bus to New York<sup>9</sup>
- b) take a nap<sup>10</sup>
- 2.a) kill a conversation<sup>11</sup>
- b) killing an evening watching TV<sup>12</sup>

Para Marantz (1984), estas expressões só são possíveis se os argumentos externos não forem directamente seleccionados pelo verbo. Nelas, o verbo e o objecto directo formam um significado especial, o que não acontece com o argumento externo. Deste modo, para Marantz (1984), os objectos são argumentos dentro do domínio do SV, onde recebem papel temático atribuído pelo verbo. Portanto, o argumento externo só pode ser introduzido por um outro núcleo, que não foi referido por Marantz (1984).

---

<sup>7</sup> “o argumento externo do verbo não é um argumento do verbo”. (nossa tradução)

<sup>8</sup> Para mais detalhes (cf. Kratzer 1996:113-114).

<sup>9</sup> pegar machimbombo para Nova York. (nossa tradução)

<sup>10</sup> pegar uma soneca. (nossa tradução)

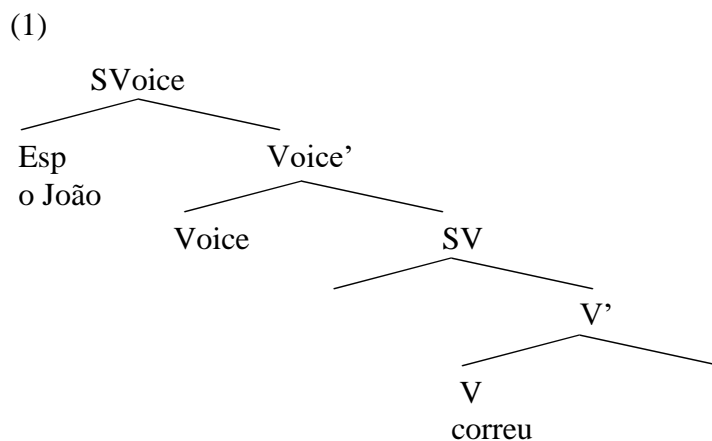
<sup>11</sup> matar a conversa. (nossa tradução)

<sup>12</sup> matar a noite assistindo TV. (nossa tradução)



É a partir daqui que inicia o trabalho de Kratzer (1996) que não só sistematizou as ideias de Marantz (1984), como ainda afirmou que os argumentos externos são introduzidos por um núcleo funcional, o *Voice*, cujo papel é apenas relacionar o argumento externo ao evento descrito pelo verbo. Ele tem como complemento o SV através de uma regra denominada Identificação do Evento. Portanto, está acima do SV. Neste caso, o argumento externo é gerado como especificador de *voice*. Vejamos, a seguir, a estrutura parcial do exemplo abaixo:

4.a) o João correu.



O diagrama acima resume o que dissemos até agora. Nele, o evento expressa uma actividade, por isso, o argumento externo tem o papel temático de *agente*.

Mas, se o evento fosse causativo, seria causador; estativo, ou inacusativo, o argumento externo seria interpretado como tema, experienciador, ou possuidor (MORAIS 2006). Como se pode ver, a variação no significado do argumento externo é determinada pela natureza ou propriedades do SV.

Num estudo recente Alexiadou (2014) refere que o termo *Voice* de Kratzer (1996) é usado de três maneiras: primeira, denotando uma particular alternância na estrutura argumental de um verbo; segunda, uma categoria morfo-sintáctica do verbo e, por fim, como um núcleo sintáctico que introduz o argumento externo do verbo. Neste estudo designamos *Voice* o núcleo que introduz o argumento externo do verbo e que ocorre separado do núcleo Causativo.

A Nossa intuição vem da existência de construções causativas que não introduzem um argumento externo causador: causativo-reflexivas, construções causativo-passivas e causativo-estativas que comprovam a possibilidade de existência de construções causativas sem as relacionar a nenhum participante. A escolha deste tipo de construções deriva do pressuposto de que os morfemas reflexivo, passivo e estativo têm sido tratados na literatura das línguas bantu (DOM, KULIKOV and BOSTOEN 2017; SIEDEL and DIMITRIADIS 2003) como sendo a realização de *Voz*, concretamente da Média (*Middle Voice*).

A ideia de que em construções causativas o núcleo *Voice*<sup>o</sup> (Kratzer 1996) pode estar fonologicamente realizado por um morfema separado do *Caus*<sup>o</sup> foi sugerida por Pylkkänen (2002, 2008). De acordo com a autora, a causativização nem sempre acrescenta o número de argumentos sintácticos seleccionados pelo verbo, pois em algumas línguas do mundo podemos encontrar construções causativas que não introduzem um argumento externo causador. Logo, a introdução de um argumento sintáctico não é a propriedade principal das construções causativas. O que nela encontramos é um núcleo causativo que, combinado com um predicado não causativo, introduz na semântica do verbo não derivado o evento causado. A variação paramétrica da realização das causativas reside em dois aspectos: o núcleo causativo pode ocorrer como um núcleo sintáctico ou pode estar incorporado ao núcleo *Voice*, formando um núcleo complexo. Esta última proposta resulta num núcleo causativo que introduz um argumento externo mesmo se *vCaus* estiver semanticamente separado de *Voice*.

Outra variação linguística reside no tamanho do complemento dos constituintes do Causativo, assunto a ser tratado na sub-secção 2. Por enquanto voltemos à primeira variação, concretamente, à ideia de que o núcleo causativo pode ocorrer separado de *Voice*, a proposta adoptada neste trabalho.

## **6.2 Hipotese de Pylkkänen (2002, 2008): Desagregação dos núcleos *Voice*<sup>o</sup> e *Caus*<sup>o</sup>**

Pylkkänen (2008) usa exemplos de Japonês e Finlandês para mostrar que há línguas em que os núcleos Causativo e *Voice* estão desassociados. Para a autora, uma das evidências empíricas para a separação destes dois núcleos reside no facto de estas duas línguas permitirem construções causativas sem argumento externo, ou seja, o agente causador; a chamada causativa de adversidade.

Vejamos, a seguir, o exemplo (5) retirado de Pylkkänen (2008: 90):

## Japonês

5.      Taroo-ga                  musuko-o          sin-ase-ta.  
         Taro-NOM                  son-ACC          die-CAUS-PAST  
(i)      ‘Taro caused his son to die.’  
(ii)     ‘Taro’s son died on him.’ (causativa de adversidade)

De acordo com a autora, esta é uma causativa de adversidade porque tem um morfema causativo, mas não tem um significado causativo óbvio. No entanto, a construção tem um significado causativo que é similar ao referido na análise bi-eventiva. Esta causativa de adversidade destaca a existência de um evento causado sem relacionar a si nenhum participante.

De modo que no exemplo acima, o SN *Taroo-ga* ‘Taro’ é interpretado como argumento externo na interpretação (i) e agente afectado em (ii). Não é clara a semântica causativa. Para provar a sua intuição, a autora usa a frase passiva do exemplo (6). O exemplo que se segue foi retirado de Pylkänen (2008: 90):

## Japonês (Construção Causativa Passiva)

6.      musuko-o          sin-ase-rare-ta.  
         son-ACC                  die-CAUS-PASS-PAST  
(i)      ‘The son was caused to die.’  
(ii)     \* ‘Somebody’s son died on them.’ (argumento afectado implícito)

De acordo com a autora, o exemplo mostra que a causativa apenas tem uma leitura de adversidade, visto que apesar de não ter um argumento externo, tem uma semântica de causação. A causativa de adversidade envolve um núcleo causativo que introduz o evento causado, mas não um argumento externo.

A autora contrasta a passiva acima com uma outra passiva de adversidade com um significado similar, mas sem morfema causativo.

## Construção Passiva de adversidade (*adversity Passives*)

7.      Taroo-ga          musuko-nio      sin-are-ta.  
         Taro-NOM          son-DAT          die-PASS-PAST  
         ‘Taro’s son died on him.’

Contrariamente ao que vimos no exemplo anterior, a passiva acima não tem uma interpretação de adversidade (*adversity interpretation*). No exemplo abaixo pode-se perceber que

apenas a causativa de adversidade pode ser modificada pelo Sintagma Preposicional (SP, doravante) que não introduz nenhuma especificação de evento causativo.

De acordo com Pylkkänen (2002, 2008) somente as causativas de adversidade têm um evento causativo que é ausente na passiva de adversidade.

Veja-se os exemplos retirados de Pylkkänen (2008:91):

Causativa de Adversidade + SP que expressa um evento de causação

8. Taroo-ga      sensoo-ni-yotte      musuko-o      sin-ase-ta.  
 Taro-NOM      war-by                      son-ACC      die-CAUS-PAST  
 ‘Taro’s son was caused to die on him by the war.’

Passiva de Adversidade + SP que expressa um evento de causação

9. \* Taroo-ga      sensoo-ni-yotte      musuko-o      sin-ase-ta.  
 Taro-NOM      war-by                      son-ACC      die-CAUS-PAST  
 ‘Taro’s son died on him by the war.’

Segundo Pylkkänen (2008), o SP é um modificador que pode ser usado para especificar um argumento implícito, como se vê no exemplo em (9), pois se a estrutura não tem um argumento implícito, tal como a inacusativa, é impossível termos um SP. Nos exemplos em (8), apesar da ocorrência da causativa, nenhum argumento externo foi introduzido. Portanto, em Japonês as causativas lexicais com leitura de adversidade não introduzem um argumento externo. Além disso, estes exemplos mostram que as causativas de adversidade tem um evento implícito ausente na passiva de adversidade e este argumento implícito não é um agente.

Recordamos que de acordo com Pylkkänen (2002, 2008) SP é um modificador a ser usado para especificar um evento implícito. É por isso que não poderá ocorrer em estruturas sem que não tenham argumentos implícitos. Considere-se os exemplos que se seguem:

Inacusativo: Sem argumento externo implícito

- 10a) \* Yasai-ga                      Hanako-ni-yotte      kusa-tta.  
 vegetable-NOM      Hanako-por                      apodrecer-PASS-PAS  
 \*‘os vegetais foram apodrecidos por Hanako.’

Inacusativo: Sem argumento causador implícito

- b) \* Yasai-ga                      Hanako-ni-yotte      kusa-tta.  
 vegetais-NOM                      Hanako-por                      apodrecer-PASS-PAS  
 \*‘os vegetais foram apodrecidos por Hanako.’

A agramaticalidade dos exemplos acima ilustram que os verbos inacusativos não têm um argumento externo implícito mesmo se houver um evento causador implícito.

De acordo com Pylkkänen (2008: 91-99), tal como em Japonês, em Finlandês é possível a causativização de um verbo inergativo sem que isso signifique a introdução de um argumento externo. O resultado é uma construção causativa com um argumento partitivo pré-verbal e com um significado desiderativo. A seguir, apresentamos os exemplos retirados de (Pylkkänen 2008: 95):

- 12.a) Maija-a            laula-tta-a  
      Maija-PART sing-CAUS-3SG  
      ‘Maija feels like singing.’
- b) Maija-a            naura-tta-a  
      Maija-PART laugh-CAUS-3SG  
      ‘Maija feels like laughing.’

De acordo com Pylkkänen (2008), a construção desiderativa causativa de Finlandês é similar a causativa de adversidade do Japonês pelo facto de ter uma morfologia de causativa apesar de não ter um significado causativo óbvio. De acordo com a autora, esta construção tem um núcleo causativo, mas não tem um núcleo Voice. O argumento partitivo do exemplo (10.a) não é argumento externo. Em Finlandês, o Caso objecto é partitivo e não acusativo, quando o evento descrito pelo verbo é atélico (*atelic*). O teste aspectual revela que a causativa desiderativa é estativa. Deste modo, os argumentos partitivos dos exemplos acima são sujeitos derivados de verbos estativos e, por isso, não podem ser argumentos externos.

A causativa desiderativa de Finlandês tem as mesmas restrições da causativa de adversidade de Japonês: o seu argumento implícito deve ser interpretado como um evento. Em Finlandês e Japonês, os núcleos funcionais Cause e Voice são projectados de forma independente.

Seguindo Pylkkänen (2002, 2008), a seguir mostramos que em Nyungwe Voice e Caus são núcleos separados que podem estar fonologicamente realizados.

A nossa intenção pode ser enquadrada na tentativa de responder à pergunta que persiste e é colocada por Legate (2014: 111): “...*why is there little morphological attestation of the distinct Voice vs. v<sup>o</sup> heads crosslinguistically...*?”<sup>13</sup> ”

### 6.2.1 O parâmetro desagregação de voice em Nyungwe

Nesta sub-secção apresentamos construções causativas que não projectam um argumento externo causador protótipo. Estamos a falar de construções causativo-reflexivas, causativo-passivas e causativo-estativas.

#### Construções reflexivas

Em construções causativa-reflexivas em Nyungwe, *Voice* e *Cause* são dois núcleos funcionais fonologicamente realizados através de dois morfemas diferentes: o reflexivo (-bzi-), para o núcleo Voice<sup>o</sup> e o causativo (-is-), como realização de caus<sup>o</sup>.

A nossa análise propõe um tratamento alternativo do morfema reflexivo que é relativamente diferente do que é proposto na literatura: um afixo de de-transitivização, tal como outros afixos que alteram a valência dos verbos (COURTOIS 1899; MARTINS 1991; MATSINHE 1994) ou marca de objecto tendo em conta a sua posição na estrutura verbal, imediatamente antes da raiz verbal, posição canonicamente ocupada pela marca de objecto (STOROSHENKO 2009). No entanto, um pouco similar a proposta por Alexiadou (2014: 19), “...*middle Voice is the non-active counterpart of Kratzer’s active Voice and gives rise to reflexives, passives and dispositional middles in Greek type languages...*”<sup>14</sup> e uma das estratégias de marcação da voz média nas línguas bantu (DOM, KULIKOV & BOSTOEN 2017) e de forma particular em Lusaamia (GRIMES 2002; MARLO 2015).

A discussão começa com a apresentação de verbos transitivos reflexivos. Como sabemos, um verbo transitivo não derivado tem pelo menos dois argumentos: um externo e um interno. No entanto, quando a eles se afixa um morfema reflexivo e um morfema causativo, o *output* é um verbo reflexivo que tem um evento causador sem um argumento externo prototípico. Vejamos os exemplos em (11a-c) e (12a-c), abaixo:

---

<sup>13</sup> “...porque é que há poucas evidências morfológicas para a distinção dos núcleos Voice e Causativo trans-linguisticamente...” Legate (2014:111) (nossa tradução).

<sup>14</sup> “...a Voz Média é a contraparte não activa da Voz activa de Kratzer e é realizada através de construções reflexivas, passivas e posicionais em línguas como o Grego...” (nossa tradução).

- 13a) mamuna a-da-sirir-a n'-kazi.  
 1-homen 1-MT-apreciar-VF 1-mulher  
 'o homem apreciou a mulher.'
- b) mamuna a-da-sirir-**is**-a n'-kazi.  
 1-homem 1-MT-apreciar-Caus-VF 1-mulher  
 'o homem fez (alguém) apreciar a mulher.'
- c) n'kazi a-da-**bzi**-sirir-**is**-a.  
 1-mulher 1-MT-Refl-apreciar-Caus-VF  
 'a mulher fez com que ela própria fosse apreciada.'
- 14a) ntsikana a-ph-a n-tshwaya.  
 1-menina 1.MT-matar-VF 9-piolho  
 'a menina matou o piolho.'
- b) ntsikana a-ph-**es**-a n-tshwaya.  
 1-menina 1.MT-matar-Caus-VF 9-piolho  
 'a menina fez (alguém) matar o piolho.'
- c) ntsikana a-**bzi**-ph-**es**-a.  
 1-menina 1.MT-Refl-matar-Caus-VF  
 'a menina fez com que ela própria fosse morta.'

Nos exemplos acima, os verbos, *-sirir-* 'apreciar' em (13) e *-ph-* 'matar' em (14), tem dois argumentos cada: os argumentos externos *mamuna* 'homem' (13a) e *ntsikana* 'menina' in (14a) e dois argumentos internos: *n'kazi* 'mulher' em (13a) e *ntshwaya* 'piolho' in (14a). Nos exemplos seguintes, (13b) e (14b) mostramos que a afixação do morfema causativo, os argumentos externos em (13a) e (14a) passaram a ser interpretados como sendo agentes causadores e um evento de causação é acrescido ao primeiro.

Nos exemplos (13c) e (14c), diferente do que vimos nos exemplos anteriores, (13a, b) e (14a, b), o argumento nominativo na posição de sujeito passou a ser interpretado como um argumento afectado. Portanto, os SNs *n'kazi* 'mulher' e *ntsikana* 'menina' não devem ser interpretados como agentes do evento causador mas, um agente afectado do evento causado. Por conseguinte, temos o evento causador que não relaciona nenhum participante a ele. É partindo de construções como as dos exemplos (13c) e (14c) que propomos que **-bzi-** é a realização fonológica de Voice<sup>o</sup> e **-is-**, como já sabemos, é a realização fonológica de cause<sup>o</sup>.

Nos próximos exemplos trazemos mais evidência para provar que aos argumentos nominativos em (13c) e (14c) se acrescentarmos o sintagma preposicional referindo um argumento implícito, estes SNs continuarão a ser interpretados como argumentos afectados e não causadores. Olhemos para os exemplos:

15. Construção Causativa-reflexiva+**na**-expressando um agente implícito  
 n'kazi a-da-**bzi**-sirir-**is**-a. na mamuna

1-mulher      1-MT-Refl-apreciar-Caus-VF      pelo homem  
 ‘a mulher e o homem fizeram com que eles próprios fossem apreciados.’

- Construção Causativa-reflexiva+**na**-expressando um agente implícito
16.    ntsikana      a-**bzi**-ph-**es**-a      na ntshwaya.  
 1-menina      1.MT-Refl-matar-VF      pelo piolho  
 ‘a menina e o piolho fizeram com que eles próprios fossem mortos.’

Os dados até aqui apresentados levam-nos à conclusão de que as construções causativas reflexivas envolvem um núcleo causativo que apenas introduz o evento causador, mas não um argumento externo causador, pois, o SP introduzido por **na** não especifica um agente implícito, continuando este a ser um agente afectado.

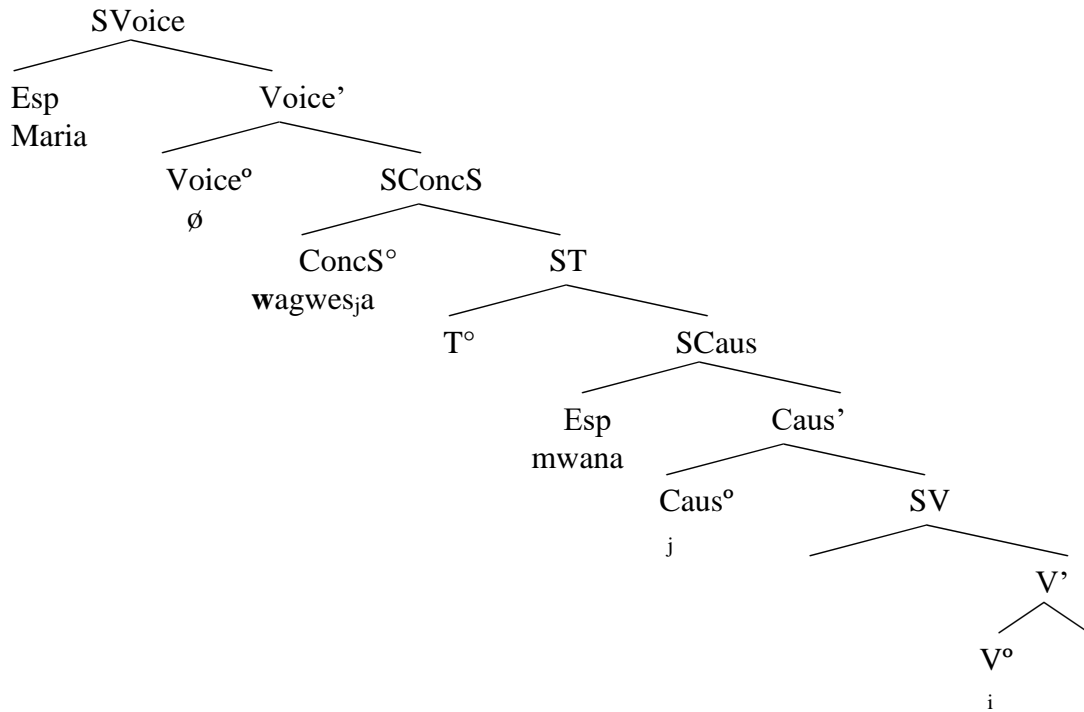
A seguir, apresentamos dados de construções similares, usando construções causativo-reflexivas formadas a partir de verbos inacusativos (verbos intransitivos sem nenhum argumento externo). Vejamos os exemplos (17a) e (18a) que se seguem:

- 17a)    mwana      w-a-gw-a.  
 1-criança      1.MT-cair-VF  
 ‘a criança caiu.’
- b)    Maria      w-a-gw-es-a      mwana.  
 Maria      1.MT-cair-Caus-VF      1-criança  
 ‘a Maria fez a criança cair.’
- c)    Maria      w-a-**bzi**-gw-**es**-a.  
 Maria      1-TM-Refl-fall-Caus-VF  
 ‘a Maria fez com que ela própria caísse.’
- 18a)    mwana      a-ndza-gak-a.  
 1-criança      1-MT-queimar-VF  
 ‘a criança queimará.’
- b)    nyansala      a-ndza-gak-**is**-a      mwana.  
 1-maluco      1-MT-queimar-Caus-VF      1-criança  
 ‘o maluco fará a criança queimar.’
- c)    mwana      a-ndza-**bzi**-gak-**is**-a.  
 1-criança      1-MT-Refl-queimar-Caus-VF  
 ‘a criança fará com que ela própria se queime.’

Os exemplos em (17b) e (18b) mostram que em Nyungwe podemos ter construções causativas a partir de verbos inacusativos e quando tal acontece, o verbo derivado passa a seleccionar um novo argumento externo. Em casos similares, teremos uma estrutura similar a que propomos a seguir:

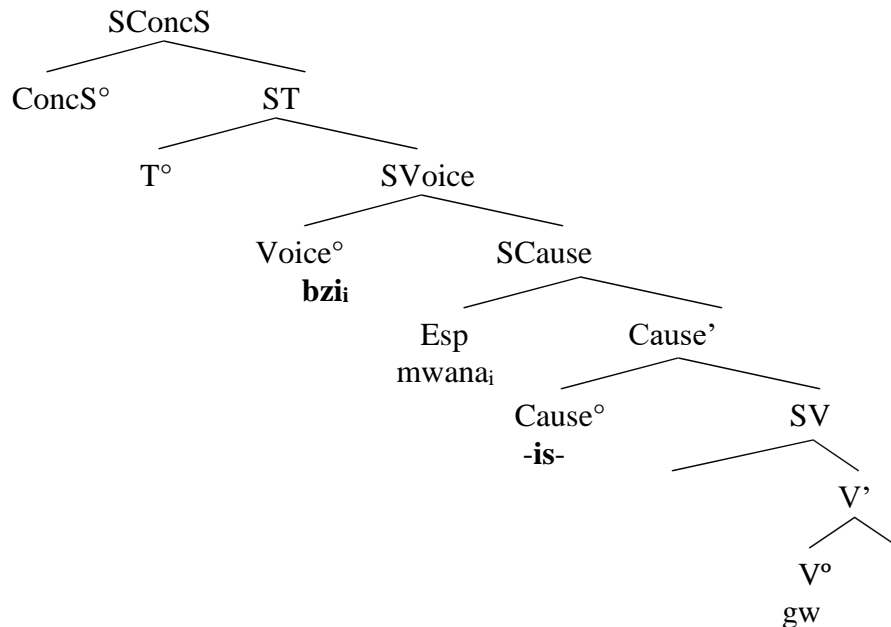
(2)





No diagrama acima indicamos no especificador do SVoice temos um argumento externo agentivo sem nenhuma realização fonológica e um SCaus que introduz o evento causador. Mas, em construções causativo-reflexivas como (17c) e (18c) o núcleo causativo introduz apenas o evento causador e não um argumento externo. Deste modo, não temos um núcleo Voice que relacionaria um agente ao evento causador. A seguir apresentamos a estrutura de construções similares a estas:

(3)



No diagrama (3) está representada a proposta de estrutura argumental de construções causativo-reflexivas que não silenciam um argumento externo causador. Esta árvore representa a estrutura parcial do exemplo (17c), onde é possível perceber que o SVoice ocorre acima do SCause, pois, nele não se pode projectar o argumento externo (causador) porque o argumento nominativo em (17c) não é um argumento externo causador. Importa referir que a projecção do SVoice visa dar conta da realização fonológica do núcleo Voice° (-bzi-). Acima do SVoice percebemos que ocorrem outros dois núcleos: ST e SConcS.

Temos consciência de que esta estrutura pode levantar uma discussão sobre a possível violação do Princípio A da Teoria de Ligação, mas intencionalmente preferimos deixar este tema para um próximo trabalho, pois, como referiu Ibara (s/d) alguns princípios da teoria de ligação, nomeadamente, o Princípio A, não conseguem explicar a distribuição das construções reflexivas por estas poderem ocorrer fora da sua categoria de domínio e sujeito acessível, como é o caso.

Por enquanto, continuamos a nossa discussão propondo que em Nyungwe, é possível a causativização de um verbo inergativos sem que isso signifique a introdução de mais um argumento sintáctico. Para isso, na estrutura do verbo para além do morfema causativo deve ocorrer o morfema reflexivo (-bzi-). Vejamos os exemplos que se seguem:

- 19a) mayi a-da-mog-a.  
1-mãe 1-MT-saltar-VF  
'a mãe saltou.'
- b) Maria a-da-mog-es-a mayi.  
Maria 1-TM-saltar-Caus-VF 1-mãe  
'a Maria fez a mãe saltar.'
- c) mayi a-da-**bzi**-mog-es-a.  
1-mãe 1-MT-Refl-saltar-Caus-VF  
'a mãe fez com que ela própria saltasse.'
- 20a) mbwaya yi-ndza-thamang-a  
9-cão 9-MT-correr-VF  
'o cão correrá.'
- b) mbuzi yi-ndza-thamang-is-a mbwaya.  
1-cabrito 1-MT-correr-Caus-VF 9-cão  
'o cabrito fará o cão correr.'
- c) mbwaya yi-ndza-**bzi**-thamang-**is**-a.  
9-cão 9-MT-Refl-correr-Caus-VF  
'o cão fará com que ele próprio corra.'

Os dados apresentados nos exemplos (19) e (20) mostram que apesar de os verbos *-mog-* 'saltar' e *-thamang-* 'correr' serem inergativos, em construções reflexiva-causativas (19c) e (20c) não projectam um argumento externo causativo, tal como acontece em em casos de verbos inacusativos e transitivos. Nestas construções, exemplos (19c) e (20c), os SNs *mayi* 'mãe' e *mbwaya* 'cão' são argumentos afectados. É tendo em conta este pormenor que neste trabalho assumimos que (-**bzi**-) é a realização fonológica de Voice em Nyungwe quando estamos perante construções causativo-reflexivas.

A segunda evidência que nos fez sugerir a desagregação de Voice em Nyungwe deriva de construções causativo-passivas. Seguindo Wang (2010), a voz passiva é a descrição do processo de um certo evento sob ponto de vista do paciente. De acordo com o autor, as construções passivas podem ser classificadas em duas categorias, passiva com agente (passiva agentiva), aquelas em que o agente estará implícito no contexto e a passiva sem agente (passiva não agentiva), onde não ocorre nenhum agente. Igualmente, Toyota (2011) propôs que as características gramaticais para se definir a voz passiva são: sintácticas, ocorrência de uma marca formal, operação de redução da valência dos verbos, existência de uma contraparte activa e semântica, transitividade.

Para os propósitos deste estudo, através de construções causativa-passivas, propomos que o morfema passivo (-*iw*-) é a realização do núcleo Voice projectado separadamente do núcleo causativo (-*is*-) projectado pelo SCaus. A partir desta proposta estamos a assumir que a voz passiva impede a realização de um argumento externo causador mesmo quando na estrutura verbal ocorre o morfema causativo. Portanto, por economia, uma derivação sem um argumento externo não quer a projecção de um núcleo *Voice* (ALEXIADOU & DORON 2007). O que acabamos de referir pode ser visto nos exemplos que se seguem:

- 21a) mamuna a-da-sirir-a n'-kazi.  
 1-homem 1-MT-gostar-VF 1-mulher  
 'o homem gostou da mulher.'
- b) mamuna a-da-sirir-*is*-a n'-kazi.  
 1-homem 1-MT-gostar-Caus-VF 1-mulher  
 'o homem fez (alguém) gostar da mulher.'
- c) n'kazi a-da-sirir-*is-**idw***-a (na mamuna).  
 1-mulher 1-MT-gostar-Caus-Pas-VF (pelo homem)  
 '(o homem) fez com que a mulher fosse gostada.'
- 22a) mwana a-ndza-badul-a muti.  
 1-criança 1-MT-partir-VF 3-pau  
 'a criança partirá o pau.'
- b) mwana a-ndza-badul-*is*-a muti.  
 1-criança 1-MT-partir-Caus-FV 3-pau  
 'a criança fará com que (alguém) parta o pau.'
- c) muti u-ndza-badul-*is-**iw***-a (na mwana).  
 3-pau 1-MT-partir-Caus-Pas-VF  
 'a criança fará com que o pau seja partido.'

Nos exemplos (21a) e (22a), mostramos que o verbo transitivo *-sirir-* 'gostar' e *-badul-* 'partir' têm dois argumentos: o argumento externo *mamuna* 'homem' e *mwana* 'criança', e os argumentos internos: *n'kazi* 'mulher' e *muti* 'pau', respectivamente. Nos exemplos seguintes, (21b) e (22b), quando ao verbo se afixa o morfema causativo, mais um argumento é acrescentado à estrutura argumental do verbo, mesmo que o agente afectado não esteja fonologicamente realizado. Ele está implicitamente realizado. Diferentemente do que acontece nos exemplos (21b) e (22b), nos exemplos (21c) e (22c), quando na estrutura verbal se afixa o morfema passivo, os SNs agentes dos exemplos (21b) para (22b) passam a ser adjuntos e, por isso, eles não podem ser projectados no especificador do *SVoice*. Além disso, o argumento externo *n'kazi* 'mulher' e *mwana* 'criança' nos exemplos (21c) e (22c) devem ser interpretados como sendo argumentos afectados e, por isso, não podem ocorrer no especificador do *SVoice*. Com base

nestes dados sugerimos que temos um núcleo *Voice* e *Cause* fonologicamente realizados, mas sem um argumento agentivo.

Agora, apresentamos dados usando um verbo inacusativo. Vejamos os exemplos abaixo:

- 23a) mwana w-a-gw-a.  
1-criança 1-MT-cair-VF  
'a criança caiu.'
- b) Maria w-a-gw-**es**-a mwana.  
Maria 1-MT-cair-Caus-VF 1-criança  
'Maria fez a criança cair.'
- c) mwana w-a-gw-**es-edw**-a (na Maria).  
1-criança 1-MT-cair-Caus-Pas-VF (pela Maria)  
'Maria foi feita cair (pela Maria).'
- 24a) mwana a-ndza-gak-a.  
1-criança 1-MT-queimar-VF  
'a criança queimará.'
- b) nyansala a-ndza-gak-**is**-a mwana.  
1-maluco 1-MT-queimar-Caus-VF 1-criança  
'o maluco fará a criança queimar.'
- c) mwana a-ndza-gak-**is-idw**-a (na nyansala).  
1-criança 1-MT-queimar-Caus-Pas-VF (pelo maluco)  
'a criança será feita queimar (pelo maluco).'

Dos exemplos acima, o nosso interesse reside em (23c) e (24c) onde mostramos que os verbos inacusativos podem ser causativizados e passivizados ao mesmo tempo, e quando tal acontece, os argumentos internos dos exemplos (23b) e (24b) tornam-se os novos sujeitos. Estes novos sujeitos, tal como vimos nos exemplos anteriores, devem ser interpretados como afectados e os argumentos antes sujeitos na frase causativa tornam-se adjuntos e, por causa disso, não podem ocorrer no especificador *SVoice*. Deste modo, este núcleo não será ocupado por nenhum argumento.

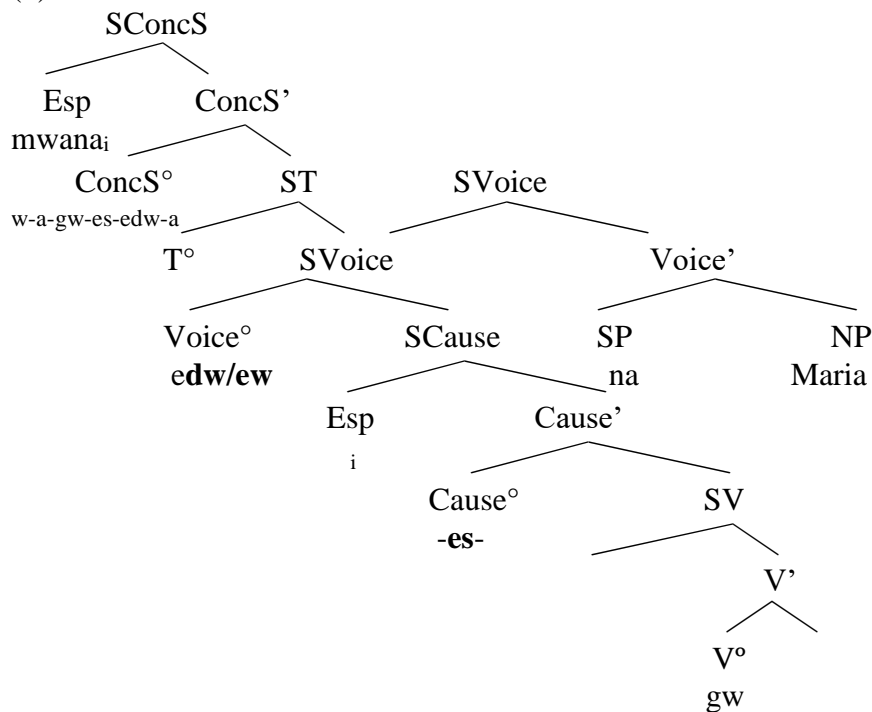
Nos exemplos que se seguem apresentamos dados que mostram o que acontece quando o verbo é inergativo. Vejamos os exemplos abaixo:

- 25a) mayi a-da-mog-a.  
1-mãe 1-MT-saltar-VF  
'a mãe saltou.'
- b) Maria a-da-mog-**es**-a mayi.  
Maria 1. MT-saltar-Caus-VF 1-mãe  
'a Maria fez a mãe saltar.'
- c) mayi a-da-mog-**es-edw**-a (na Maria).  
1-mãe 1-MT-saltar-Caus-Pas-VF (pela Maria)

- ‘a mãe foi feita saltar (pela Maria).’
- 26a) mbwaya yi-ndza-thamang-a.  
9-cão 9-MT-correr-VF  
‘o cão correrá.’
- b) mbuzi yi-ndza-thamang-**is**-a mbwaya.  
1-cabrito 1-TM-correrá-Caus-VF 9-cão  
‘o cabrito fará o cão saltar.’
- c) mbwaya yi-ndza-thamang-**is-idw**-a (na mbuzi).  
9-cão 9-MT-correr-Caus-Pas-VF (pelo cabrito)  
‘o cão será feito correr (pelo cabrito).’

Os dados em (25) e (26) ilustram que apesar dos verbos *-mog-* ‘saltar’ e *-thamang-* ‘correr’ serem inergativos, em construções causativo-passivas em (25c) e (26c), os morfemas causativo e Voice<sup>o</sup> estão fonologicamente realizados. Nestas construções, não temos fonologicamente realizado o argumento externo causador, no especificador do SVoice. Deste modo, tendo em conta os dados acima apresentados, em construções causativo-passivas e tendo em conta que a passiva é um tipo de voz, assumimos que **-idw-**/**-iw-** é a realização fonológica do núcleo Voice<sup>o</sup> em Nyungwe. Para construções similares a esta, nós propomos o diagrama apresentado abaixo:

(4)



O diagrama (4) mostra que o argumento nominativo Maria não deve ser interpretado como agente. É um adjunto. Portanto, assumimos que em termos descritivos, temos uma construção causativa que não projecta um argumento externo agente. Igualmente, o SN *mwana* ‘criança’ é projectado no especificador do S<sub>Cause</sub> por ser um agente afectado, mas que se move para o especificador do S<sub>ConcS</sub> quando o verbo se move para verificar o traço de concordância como sujeito.

A Terceira e última evidência que trazemos neste trabalho para sugerir que em Nyungwe os núcleos Voice e Cause são projectados separadamente reside em construções causativo-estativas. Tal como acontece na passiva, a morfologia estativa impede a realização do argumento externo. A morfologia estativa deriva verbos intransitivos, pois apenas permite concatenação (*merge*) do argumento da raiz na derivação (ALEXIADOU & DORON 2007). Em construções causativo-estativa deriva-se um verbo intransitivo sem relacionar a si nenhum participante causador. Nestas construções, temos um núcleo Voice realizado pelo morfema **-ek-** e um núcleo Cause realizado por um morfema causativo morpheme **-is-**. Vejamos os exemplos que se seguem:

- 27a) *mwana*                    *a-ndza-mal-a*                    *madosi*.  
       1-criança                1-MT-acabar-VF                6-doces  
       ‘a criança acabará os doces.’
- b) *mayi*                        *a-ndza-mal-is-a*                *madosi*  
       1-mãe                    6-MT-acabar-Caus-VF        6-doces  
       ‘a mãe fará com que (a criança) acabe os doces.’
- c) *madosi*                    *ma-ndza-mal-is-ik-a*.  
       6-doces                    6-MT-acabar-Caus-Est-VF  
       ‘(alguém) fará com que os doces acabem.’
- 28a) *mamuna*                *a-da-sirir-a*                    *n’-kazi*.  
       1-homem                1-MT-gostar-VF                1-mulher  
       ‘o homem gostou da mulher.’
- b) *mamuna*                *a-da-sirir-is-a*                *n’-kazi*.  
       1-homem                1-MT-gostar-Caus-VF        1-mulher  
       ‘o homem fez (alguém) gostar da mulher.’
- c) *n’kazi*                    *a-da-sirir-is-ik-a*.  
       1-mulher                1-MT-like-Caus-Est-VF  
       ‘(alguém) fez com que a mulher fosse gostada’

Os verbos dos exemplos acima apresentados são transitivos. No exemplo (27a), o verbo *-mal-* ‘acabar’ tem dois argumentos *mwana* ‘criança’, o argumento externo e *madosi* ‘doces’, o argumento interno. No exemplo seguinte, (27b), acrescentou-se à estrutura verbal o morfema

causativo e, por isso, um novo argumento é introduzido apesar de não estar fonologicamente realizado. No exemplo (27c), ao verbo causativo adicionou-se o morfema estativo e o verbo ditransitivo tornou-se intransitivo. Em consequência disto, o tema passou a ser o único argumento do verbo e passa a ocupar a posição de sujeito.

O verbo *-sirir-* ‘gostar’ em (28a) tem igualmente dois argumentos: o argumento externo *mamuna* ‘homem’ e o argumento interno *nkazi* ‘mulher’. No exemplo (28b) com a afixação do morfema causativo, um novo argumento é acrescido à estrutura do verbo, o agente afectado, o argumento mais baixo, mas não fonologicamente realizado. O exemplo (28c) serve para mostrar que com a afixação do morfema estativo ao verbo causativo, o objecto foi promovido a posição de sujeito e passa a ser o único argumento do verbo.

Nos exemplos (27c) e (28c), os argumentos externos *madosi* ‘doces’ e *nkazi* ‘mulher’ não devem ser interpretados como agentes e, por via disso, não podem ser projectados no especificador do SVoice. Portanto, em termos descritivos temos um evento causador que não relaciona a si nenhum agente causador. Deste modo, com base nos exemplos (27c) e (28c), propomos que **-ik-** é a realização fonológica de Voice<sup>o</sup> e **-is-** a realização fonológica de cause<sup>o</sup>.

A seguir apresentamos outros exemplos que provam que em Nyungwe podemos ter um núcleo causativo que não relaciona a si nenhum argumento causador. Vejamos os exemplos que se seguem:

- 29a) nyumba yi-da-gak-a  
 9-casa 9-MT-queimar-VF  
 ‘a casa queimou.’
- b) nyansala a-da-gak-is-a nyumba.  
 1-maluco 1-MT-queimar-Caus-VF 9-casa  
 ‘o maluco queimou a casa.’
- c) nyumba yi-da-gak-is-ik-a  
 9-casa 9-MT-queimar-Caus-Est-FV  
 ‘a casa foi queimada.’

No exemplo (29b), mostramos mais uma vez que em Nyungwe podemos encontrar verbos inacusativos causativizados. Este processo de derivação leva ao acréscimo de um novo argumento causador à estrutura argumental do novo verbo. No exemplo (29c), o SN tema *nyumba* ‘house’ foi movido para a posição de sujeito. Assim, temos uma construção causativa que não projecta agente. Nestas construções Voice está fonologicamente realizado através do morfema estativo **-ik-** e o núcleo Cause através do morfema causativo **-is-**.

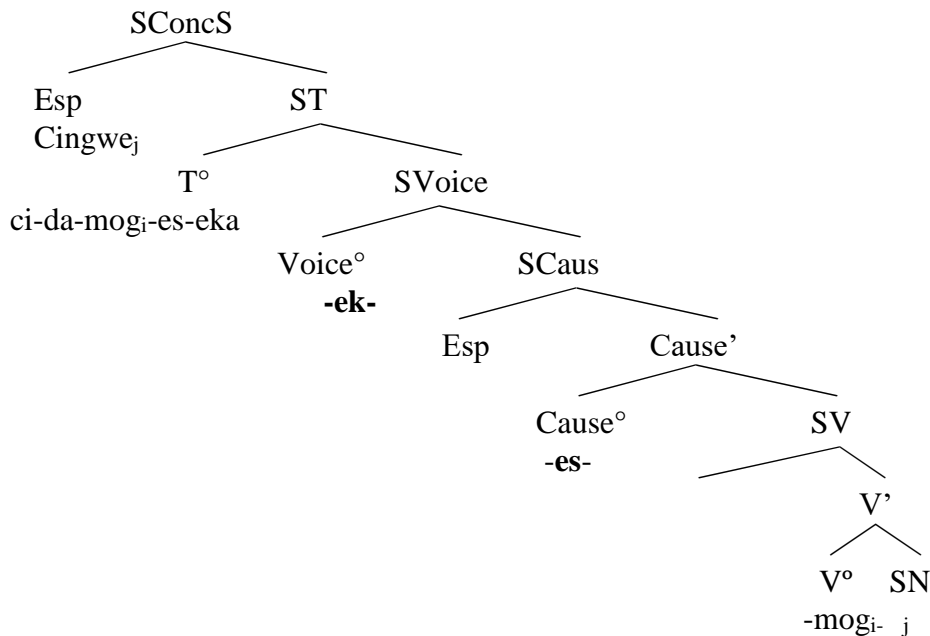


No exemplo que se segue, o verbo causativo-estativo é derivado a partir de um verbo inergativo. Nele podemos perceber que a projecção do SVoice visa apenas dar conta da realização do núcleo Voice°.

- 30a) *mayi*                    *a-da-mog-a.*  
       1-mãe                    1-MT-saltar-VF  
       ‘a mãe saltou.’
- b) *Maria*                    *a-da-mog-es-a*                    *mayi*                    *cingwe.*  
       *Maria*                    1. MT-saltar-Caus-VF    1-mãe                    7-corda  
       ‘a Maria fez a mãe saltar a corda.’
- c) *cingwe*                    *ci-da-mog-es-ek-a.*  
       7-corda                    7-MT-saltar-Caus-Est-VF  
       ‘a corda foi feita saltável.’

Os dados apresentados no exemplo (30a) mostram que a derivação é feita a partir de um verbo inergativo. No exemplo seguinte, (30b), a afixação do morfema causativo tornou o verbo transitivo e este passou a seleccionar mais dois argumentos: o agente afectado *mayi* ‘mãe’ e o tema *cingwe* ‘corda’. No exemplo (30c), onde ao verbo causativo do exemplo anterior, (30b), se acrescenta o morfema estativo, este passa a ser intransitivo, com apenas um único argumento, o tema *cingwe* ‘corda’ que é alçado para a posição de sujeito. Tal como temos vindo a ver a partir dos exemplos (27-29), o SN tema alçado para a posição de sujeito não pode ser interpretado como sendo um SN agente causador. Por conseguinte, defendemos que em construções causativo-estativas o morfema **-ik/ek-** é a realização fonológica de Voice° e **-is-** é a realização fonológica de cause°. A seguir apresentamos a proposta de estrutura arbórea para estas construções:

(5)



O diagrama (5) esboça a estrutura de construções similares ao exemplo (30c). No diagrama, o SVoice é projectado apenas para dar conta da realização do núcleo Voice° **-ik-** acima do SCaus que está igualmente realizado através do morfema **-is-**. Importa acrescentar que para cumprir o PPE, propomos que o argumento externo deve ocorrer no especificador do SConcS.

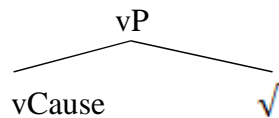
Em suma, propomos a desagregação dos núcleos Voice° e Caus° em Nyungwe porque podemos encontrar nesta língua construções em que a afixação do morfema causativo não leva à projecção de um argumento externo causador. Estamos a falar de construções causativo-reflexivas, causativo-passivas e causativo-estativas. Mais, podemos encontrar a realização fonológica de Voice através dos morfemas reflexivo, passivo e estativo.

A seguir falamos da parametrização da selecção do Caus°.

### 6.3 Selecção do núcleo Causativo

Segundo Pylkkänen (2002, 2008), dependendo do parâmetro de cada língua o  $v^\circ$  Cause pode c-seleccionar três complementos: uma raiz. Veja-se a árvore abaixo:

(6)



Nesta árvore mostramos que o  $v^\circ$  Cause em algumas línguas pode c-seleccionar uma raiz. A evidência de que o cause selecciona uma raiz surge do facto de, em algumas línguas, (i) não ser possível ocorrer nenhuma morfologia verbal entre o núcleo  $\text{Caus}^\circ$  e a raiz; e (ii) não poder ocorrer nenhuma modificação dessa raiz por meio de advérbios orientados para o agente.

A partir desta proposta Pylkkänen (2002, 2008) desenvolve uma hipótese sobre causativização que segue as mais recentes propostas acerca da interface morfologia-sintaxe em que nomes e verbos não são primitivos sintácticos, pois de acordo com a autora, derivam de estruturas funcionais na sintaxe. Portanto, entram para a sintaxe raízes neutras e núcleos funcionais categoriais; v (para derivar verbos), n (nomes), a (adjectivos) e assim por diante.

Depois desta breve apresentação do funcionamento de línguas em que o  $v^\circ$  Cause selecciona uma raiz, a seguir abordamos a hipótese de c-selecção de um Sv.

### 6.3.1 $v^\circ$ Cause c-selecciona um Sv

Pylkkänen (2002, 2008), usa as construções causativas em Bemba para explicar o que acontece quando numa língua o  $v^\circ$  Cause c-selecciona um Sv. De acordo com a autora, em Bemba, é possível uma modificação do evento causado através de advérbios de modo. Vejamos os exemplos abaixo:

Advérbio de Modo não Orientado para Agente Pylkkänen (2008: 115)

31. naa-butwiish-ya Mwape ulubilo.  
MT-correr-Caus Mwape rápido  
a) 'eu fiz Mwape correr rapidamente.'  
b) cf '\*eu depressa fiz Mwape correr.'

De acordo com a autora, este exemplo serve para mostrar que o advérbio de modo *ulubilo* 'rápido' tem escopo sobre o agente afectado e não o mais alto, daí a agramaticalidade da tradução em (b), em que o advérbio tem escopo sobre o agente mais alto.

Este exemplo apenas não seria suficiente para fundamentar a sua hipótese, por isso Pylkkänen (2002, 2008), mostra que o causativo em Bemba não permite que advérbios orientados para o agente mais alto tenham escopo sobre o agente afectado. Vejamos os exemplos abaixo retirados de Pylkkänen (2008: 115):

### Advérbio de modo orientado para o agente

32. naa-mu-fuund-ishya uku-laanda iciBemba ku-mufulo.  
 MS-MT-ele-aprender-Caus falar Bemba de propósito  
 a) ‘eu, de propósito, fiz ele aprender a falar Bemba.’  
 b) cf \*‘eu fiz ele de propósito aprender a falar Bemba’

33. naa-butwiish-ya umuana ukwiitemenwa.  
 MT-correr-Caus rapaz desejosamente  
 a) \*‘eu fiz o rapaz correr desejosamente.’  
 b) cf ‘eu, desejosamente, fiz o rapaz correr.’

De acordo com Pylkkänen (2002, 2008), nestas construções, o advérbio orientado para o agente não pode ter escopo sobre o evento causado. Isto significa que esta língua permite escopo de advérbio agentivo apenas acima do  $v^{\circ}$  Cause. A terceira e última característica de línguas em que  $v^{\circ}$  Cause c-selecciona um Sv é a possibilidade da ocorrência de morfologia verbal entre o morfema causativo e a  $\sqrt{\quad}$ . Em Pylkkänen (2002, 2008), podemos encontrar exemplos de ocorrência dos morfemas estativo e aplicativo entre a raiz e o morfema causativo. A seguir apresentamos os referidos exemplos:

Pylkkänen (2008: 115)

34. naa-tem-**ek**-eshya iciimuti.  
 MS-MT-cortar-Est-Caus pau  
 ‘eu fiz com que o pau fosse cortado.’

No exemplo acima é possível perceber que entre o morfema causativo e a raiz ocorre o morfema estativo **-ek-**, um parâmetro que ocorre em línguas que c-seleccionam um Sv. A seguir mostramos que em Bemba é possível a ocorrência do morfema do aplicativo alto, mas este não pode ser capaz de ter escopo sobre o evento causado. Vejamos os exemplos abaixo:

Pylkkänen (2008: 116)

35. Mwape aa-boomb-**ela** Mutumba.

‘Mwape trabalhou para Mutumba.’

36. \*naa-tem-**en**-eshya Mwape Mutumba iciimuti.

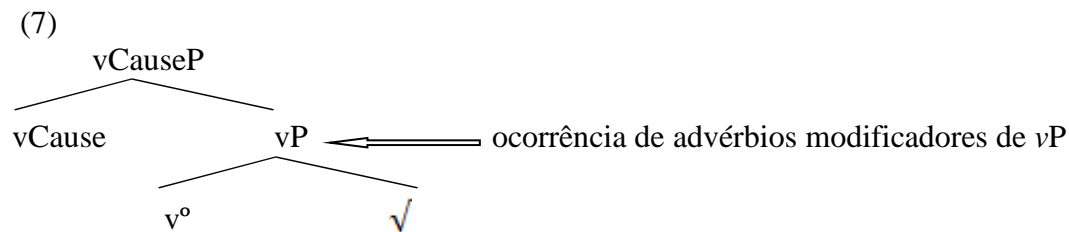
MS-MT-cortar-Ben-Caus Mwape Mutumba pau

‘eu fiz Mwape cortar o pau por Mutumba.’

Em Bemba porque o aplicativo é alto, este pode ocorrer em verbos inergativos como é o caso de trabalhar, mas este não pode ter escopo sobre o evento causado, por isso, a agramaticalidade do exemplo (36).

Portanto, em línguas em que o  $\nu^\circ$  Cause c-selecciona um Sv, é possível a afixação de outros morfemas entre o Caus $^\circ$  e a raiz; a modificação do evento causado por meio de advérbios modificadores de Sv, mas não é possível que advérbios orientados para o agente tenham escopo abaixo do  $\nu^\circ$  Cause. Nestas línguas não é igualmente possível que o aplicativo alto tenha escopo sobre o  $\nu^\circ$  Cause.

Este parâmetro é resumido em Pylkkänen (2008: 105) na estrutura arbórea que se segue:



Na árvore acima, está apresentada a estrutura argumental em que o Caus $^\circ$  c-selecciona um Sv.

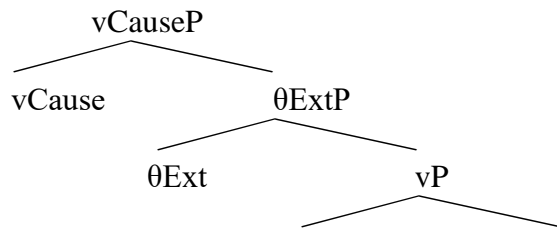
### 6.3.2 $\nu^\circ$ Cause c-selecciona um Sv-fásico

De acordo com Pylkkänen (2008) há línguas em que o núcleo Caus $^\circ$  c-selecciona um Sv-fásico, isto é, um Sv com argumento externo<sup>15</sup>. O Caus $^\circ$  que selecciona um Sv-fásico não apresenta nenhuma das restrições que o Caus $^\circ$  que c-selecciona um Sv ou uma raiz apresentam.

Veja-se a árvore abaixo retirada de Pylkkänen (2008: 105):

<sup>15</sup> “... those that have no restrictions on adverbial modification (phase-selecting)...phase-selecting causatives should not exhibit any restrictions on the type of verbal morphology they allow between the root and Cause; all verbal heads should be possible, including high applicatives” Pylkkänen (2008:105 e 106).

(8)



Na árvore (viii) está apresentada a estrutura verbal de um núcleo Caus<sup>o</sup> que c-seleciona um Sv-fásico. De acordo com Pylkkänen (2008), em línguas em que tal acontece, é possível a ocorrência de vários morfemas entre a raiz e o Caus<sup>o</sup>. A autora usa dados de Venda e Luganda que a seguir apresentamos:

### **Venda**

Recíproca antes de causativo Pylkkänen (2008: 117-118)

37. -vhon-an-is-a                    ‘causar verem-se mutuamente.’  
ver-Rec-Caus

Reversiva antes de causativo

38. -tib-ul-is-a                    ‘causar a remoção de uma tampa.’  
remover-Rev-Caus

### **Luganda**

Recíproca antes de causativo Pylkkänen (2008:117-118)

39. -laba-ga-za                    ‘causar verem-se mutuamente.’  
ver-Rec-Caus

Estativa antes de causativo

40. -lab-i-s-a                    ‘tornar visível.’  
remover-Est-Caus

Os exemplos apresentados acima ilustram que entre o morfema causativo e a raiz podem ocorrer outros morfemas derivacionais. Nos exemplos acima temos antes da extensão causativa e depois do radical, as extensões recíproca e reversiva em Venda e recíproca e estativa em Luganda.

A segunda característica de línguas em que o Caus<sup>o</sup> c-selecciona um Sv fásico é a possibilidade de ocorrência da morfologia de aplicativo alto entre o morfema causativo e a raiz. Vejamos os exemplos que se seguem retirados de Pylkkänen (2008: 118):

**Venda**

41. -tshimbil-e-dz-a                    ‘causar [andar por].’  
andar-Apl-Caus

**Luganda**

42. -tambul-i-z-a                    ‘causar [andar por].’  
andar-Apl-Caus

A ocorrência do morfema aplicativo entre a raiz e o morfema causativo em verbos inergativos mostra, de acordo com Pylkkänen (2002, 2008), que estamos perante um aplicativo alto. A terceira e a última característica de línguas em que o Sv cause c-selecciona um Sv-fásico é a possibilidade de modificação agentiva do evento causado. Vejamos os exemplos apresentados a seguir:

**Venda**

Recíproca antes de causativo Pylkkänen (2008: 119)

43. Muunhambadzi o-reng-is-a                    Katonga                    modoro nga dzangalelo.  
Salesman                    MS.MT-comprar-Caus-VF                    Katonga                    carro com entusiasmo  
‘o vendedor fez Katonga comprar o carro com ansiosamente.’

**Lugada**

44. Omusomesa                    ya-wandi-s-a                    Katonga ne                    obu nyikivu.  
teacher                    MS.MT-escrever-Caus-VF                    Katonga com                    a dedicação  
‘o professor fez Katonga escrever com dedicação.’

Como podemos ver a partir dos exemplos acima podemos perceber que em Venda e em Luganda o evento causado pode ser modificado através de advérbios orientados para o agente. Portanto, os advérbios ansiosamente e com dedicação tem escopo sobre o evento causado em (43) e (44), respectivamente. A discussão de Pylkanen (2002, 2008) referente a selecção do núcleo causativo é sistematizada na tabela que se segue.

Tabela (i) Diagnósticos de cause que selecciona um Sv-fásico (Pylkanen 2008: 106)

Diagnósticos	Seleção de Sv
✚ Permite a ocorrência de morfologia entre a raiz e o causativo	Sim
✚ Possibilita a modificação adverbial do evento causado	Sim
✚ Permite a modificação adverbial do evento causado através de advérbios orientados para o agente	Sim
✚ Permite a morfologia de aplicativo alto entre a raiz e o causativo	Sim

A tabela (i) mostra que se numa língua o cause selecciona um Sv-fásico, não teremos nenhuma das restrições acima apresentadas referentes a línguas em que o cause selecciona um Sv, por exemplo.

#### 6.4 Seleção do núcleo Causativo em Nyungwe

Na presente sub-seção apresentamos dados que nos levam a assumir que em Nyungwe o núcleo causativo selecciona um sv-fásico.

Assim, para começarmos a nossa análise, apresentamos, a seguir, dados referentes ao primeiro diagnóstico: **possibilidade de ocorrência de morfologia entre a raiz e o causativo:**

- 45.a) Kapenu w-a-put-an-is-a Fungulani na Maria.  
 Kapenu 1-MT-provocar-Rec-Caus-VF Fungulane na Maria  
 ‘o Kapenu fez com que o Fungulane e a Maria se provocassem.’
- b) Fungulani a-ndza-yim-ik-is-a mitete.  
 Fungulane 1-MT-provocar-Est-Caus-VF 4-caniço  
 ‘o Fungulane fez pôr em pé os caniços.’
- c) mayi a-da-nemb-edw-es-a na mwana.  
 1-mãe 1-MT-provocar-Pas-Caus-VF pela 1-criança  
 ‘a criança fez a mãe ser inscrita.’
- d) Fungulani w-a-fung-ul-is-a nsuwo.  
 Fungulane 1-MT-abrir-Rev-Caus-VF 3-porta  
 ‘o Fungulane fez abrir a porta.’

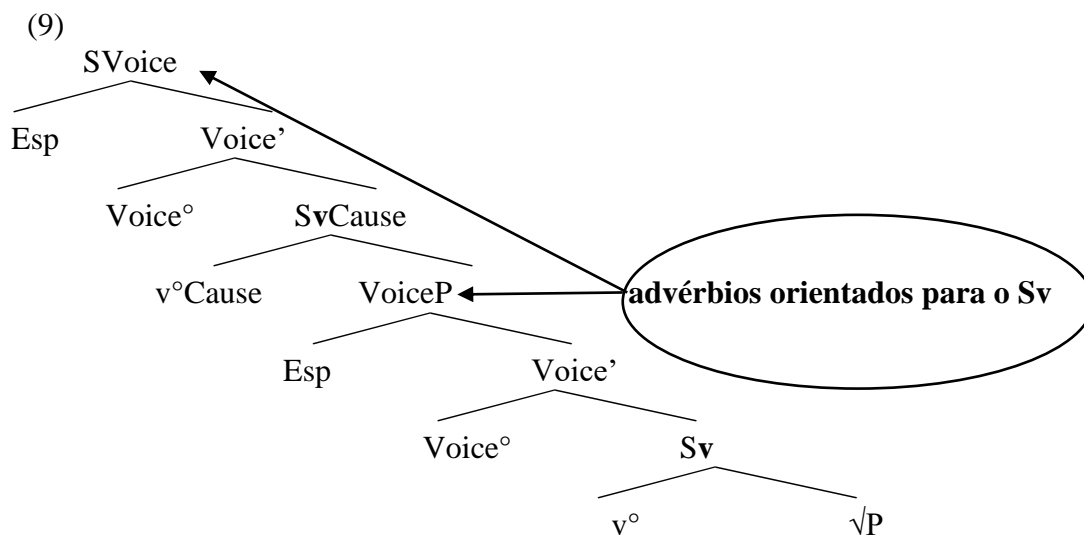
Os exemplos em (45.a-d) mostram que é possível a ocorrência de outras EVs entre a raiz e o núcleo Caus°. Em (45.a) entre a raiz e o morfema causativo ocorre a extensão recíproca. No exemplo (45.b), a extensão estativa, a seguir no exemplo (45.c), a extensão passiva e para terminar, no exemplo (45.d), a extensão reversiva e só depois a causativa. Portanto, em



Nyungwe, podemos encontrar dados que sustentam o primeiro diagnóstico, mas como estes dados isolados não são suficientes, a seguir apresentamos mais dados para testar o segundo diagnóstico.

### Possibilidade de modificação adverbial do evento causado.

De acordo com Pylkanen (2002, 2008), em línguas em que o Cause selecciona um Sv ou um Sv-fásico é possível a modificação adverbial através de advérbios orientados para o Sv. Estamos a falar de uma estrutura como a que a seguir apresentamos, adaptada de Camargos (2013: 130):



O diagrama (9) mostra que os advérbios orientados para o Sv podem ter escopo acima e abaixo do Sv Cause. Portanto, podem ocorrer em adjunção ao Sv Cause ou ao verbo principal. Agora olhemos para os dados para testar o escopo dos advérbios orientados para o Sv.

Tendo em conta os dados fornecidos por um dos nossos falantes nativos, em Nyungwe é possível a modificação adverbial do evento causado através de advérbios orientados para o Sv. Vejamos os exemplos abaixo:

46. mayi a-da-wox-is-a mwana cimanga mwa kankulumiza.  
 1-mãe 1-MT-assar-Caus-VF criança 7-maçaroca com pressa  
 (i) ‘a mãe fez a criança assar a maçaroca *rapidamente*.’  
 (ii) ‘a mãe, *rapidamente*, fez a criança assar a maçaroca.’

No exemplo acima apresentamos um verbo transitivo causativizado. Como podemos ver, o advérbio *mwa kankulumiza* ‘rapidamente’ pode ter escopo sobre o evento causado, o exemplo (i) e sobre o evento causador, a interpretação (ii). A seguir apresentamos mais um exemplo:

47. ntsikana a-phik-is-a yavu cisayi mwa kukalipa.  
 1-menina 1-MT-assar-Caus-VF 1-avó 7-caril com zanga  
 (i) ‘a menina fez a avó cozinhar o caril *mal humorada*.’  
 (ii) ‘a menina fez, *mal humorada*, a avó cozinhar o caril.’

A gramaticalidade das interpretações acima apresentada mostra mais uma vez que o advérbio orientado para o vP acima *mwa kukalipa* ‘mal humorado’ podem modificar tanto o vP Cause como o evento causado. Na interpretação (i), a avó realiza a acção mal humorada, mas em (ii) é a menina que mal humorada faz a avó cozinhar o caril.

O diagnóstico que acabamos de testar dá-nos evidência de que o vP Cause em Nyungwe pode seleccionar um vP-fásico. No entanto, estas duas evidências isoladas continuam insuficientes para se chegar a tal conclusão, por isso, a seguir testamos mais uma evidência:

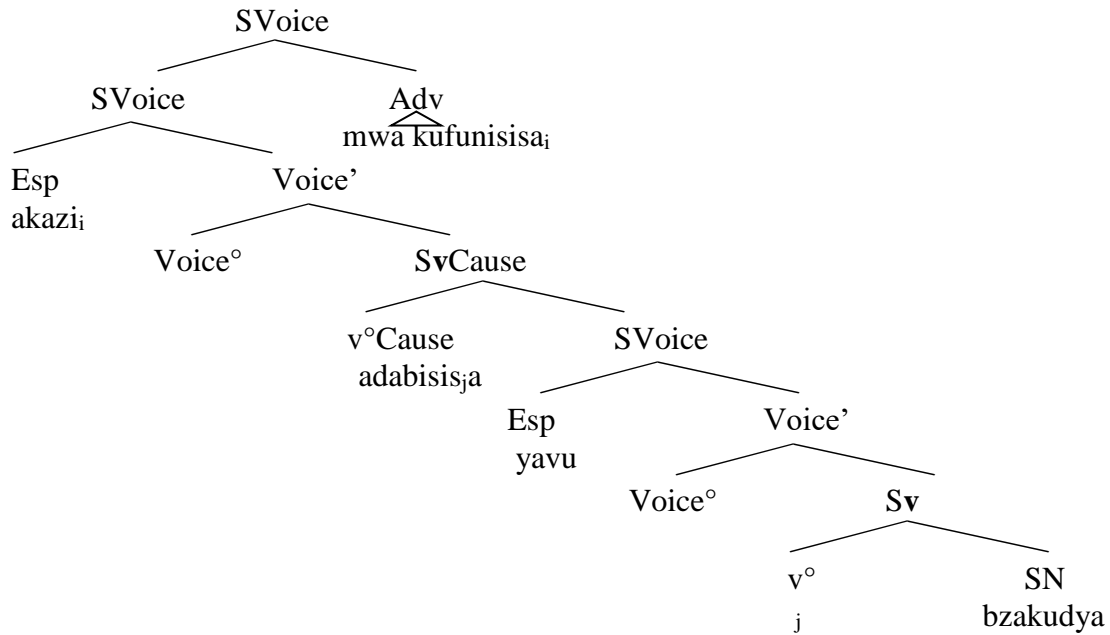
#### **Modificação agentiva do evento causado**

- 48.a) akazi a-da-bis-is-a yavu bzakudya mwa kufunisisa.  
 2-mulher 2-MT-esconder-Caus-VF 1-avó 8-comida com muito querer  
 (i) ‘as mulheres fizeram a avó esconder a comida *entusiasticamente*.’  
 (ii) ‘as mulheres, *entusiasticamente*, fizeram a avó esconder a comida.’
- b) baba a-ndza-mog-es-a Tsoka na untima.  
 1-pai 1-MT-saltar-Apl-Caus-VF Tsoka com 14-coração  
 (i) ‘o pai fará a Tsoka saltar *com dedicação*.’  
 (ii) ‘o pai, *com dedicação*’ fez a Tsoka saltar.’

Nos exemplos acima, através de um verbo transitivo e inergativo, mostramos que em Nyungwe, tal como acontece em Venda e Luganda, os advérbios orientados para o agente *mwa kufunisisa* ‘entusiasticamente’ e *na untima* ‘com dedicação’ podem ter um escopo tanto sobre o agente do evento causado, ou seja, o agente mais baixo como sobre o agente mais alto. Portanto, em Nyungwe é possível a modificação agentiva do evento causado. A estrutura argumental que

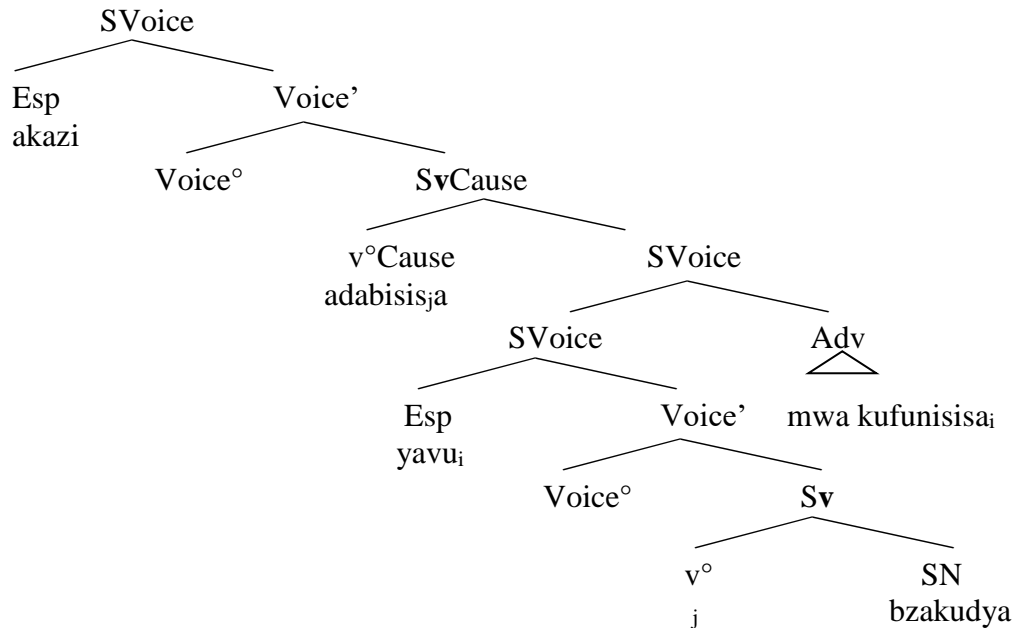
se segue sistematiza o escopo dos advérbios agentivos acima, adaptado de Camargos (2013: 137):

(10)



Na árvore acima representamos a interpretação (ii), onde quando os advérbios orientados para o agente têm escopo sobre o agente mais alto. Portanto, ocorrem em adjunção ao agente do evento causador. Mas quando estes advérbios têm escopo sobre o Sv teremos a seguinte estrutura:

(11)



A árvore acima capta a interpretação (i), onde o advérbio tem escopo sobre o evento causado e, por isso, ocorre em adjunção ao agente mais baixo.

Para terminar, apresentamos dados que testam o último diagnóstico: possibilidade de ocorrência de morfologia de aplicativo alto entre a raiz e o causativo:

Para Pylkkänen (2002, 2008), quando numa língua Sv Cause selecciona um Sv-fásico, é possível a ocorrência de morfologia de aplicativo alto entre o cause e a raiz.

Os exemplos que a seguir apresentamos mostram que em Nyungwe tal é possível.

- 49.a) baba a-ndza-mog-es-a ntsikana.  
1-pai 1-MT-saltar-Caus-VF 1- menina  
'o pai fará a menina saltar.'
- b) ntsikana a-ndza-mog-er-a Tsoka.  
1- menina 1-MT-saltar-Apl-VF Tsoka  
'a menina saltará em benefício da Tsoka.'
- c) baba a-ndza-mog-er-es-a Tsoka ntsikana.  
1-pai 1-MT-saltar-Apl-Caus-VF Tsoka 1- menina  
'o pai fará a menina saltar pela Tsoka.'  
'o pai fará alguém saltar pela Tsoka.'
- 50.a) mayi a-da-sirir-is-a yavu mwana.  
1-mãe 1-MT-apreciar-Caus-VF 1-avó 1-criança  
'a mãe fez a avó apreciar a criança'
- b) mayi a-da-sirir-ir-is-a baba mwana.  
1-mãe 1-MT-apreciar-Apl-VF 1-pai 1-criança

‘a mãe fez a avó apreciar a criança em benefício do pai’

- c) \*mayi a-da-siriz-is-ir-a yavu baba mwana.  
1-mãe 1-MT-apreciar-Caus-Apl-VF 1-avó 1-pai 1-criança

Ao usarmos o verbo inergativo acima, *kumoga* ‘saltar’, em (49.a) pretendemos mostrar que estamos perante um aplicativo alto. Consequentemente, a morfologia do aplicativo alto pode ocorrer entre a raiz e o morfema aplicativo e este pode ter escopo abaixo do cause.

Com o exemplo (50.a-c) pretendemos mostrar que quando a morfologia do aplicativo alto ocorre num verbo transitivo, há uma restrição de co-ocorrência do agente afectado e do objecto aplicado. O candidato eleito para ocupar a posição de objecto directo, tal como se pode ver no exemplo (50.b) é apenas o objecto aplicado. É por isso que a construção (50.c) é agramatical.

Portanto, os testes aqui realizados provam que em Nyungwe o núcleo Caus<sup>o</sup> selecciona um Sv-fásico.

A seguir analisamos a tipologia de aplicativo em Nyungwe.

## 6.5 Aplicativo Alto

No capítulo V do nosso trabalho, vimos que o morfema aplicativo altera a valência do verbo, introduzindo um objecto, com diversos papéis temáticos: beneficiário, malefeciário, alvo, instrumento, razão/motivo, localização ou tema. Porém, para Pylkkänen (2002; 2008), um olhar desatento ao que ocorre em construções aplicativos pode levar à conclusão segundo a qual elas têm um significado semelhante em todas as línguas. Esta semelhança é apenas aparente, pois, para além da variação dos papéis temáticos dos objectos aplicados, estas construções têm também propriedades sintácticas distintas. De acordo com Pylkkänen (2002; 2008), as línguas bantu (Chaga) e o Inglês têm construções de duplo objecto com um argumento benefactivo mas, apenas em Chaga este argumento pode ser adicionado a um verbo inergativo.

Por isso, na literatura, afirma-se que há dois tipos de construções aplicativos: simétricas e assimétricas (JEONG 2006). De acordo com Baker (1988), a diferença entre elas reside no facto de: em construções assimétricas, apenas o objecto aplicado pode ter reais propriedades de objecto directo (passivização e concordância). Portanto, o objecto directo é sintacticamente ausente e o objecto aplicado comporta-se como objecto sintáctico. Igualmente, nestas construções, um objecto aplicado pode ser adicionado a verbos transitivos, mas não em predicados inergativos. No entanto, o mesmo não pode ser dito em relação a construções

aplicativas simétricas onde os dois objectos (directo e aplicado) são sintacticamente activos e o argumento aplicado pode ocorrer em verbos transitivos e intransitivos.

Pylkkänen (2002, 2008), mais tarde, acompanhando o essencial desta discussão e com base em princípios lexicais e semânticos, postulou a existência de dois tipos de aplicativos: alto e baixo, conceitos que estão relacionados também com a sua posição na árvore (VIEIRA 2006).

O aplicativo alto ocorre acima do SV e denota a relação entre o evento descrito pelo verbo e o indivíduo; o baixo ocorre abaixo do SV e denota a relação entre dois indivíduos. A autora ilustra a sua proposta teórica usando exemplos de Chaga e Inglês. As duas línguas têm construções de duplo objecto, mas apenas em Chaga um argumento extra pode ser adicionado em verbos inergativos (cf. PYLKKÄNEN 2002; 2008, para mais detalhes).

Os aplicativos altos são como núcleos introdutores de argumentos externos, pois acrescentam um novo participante ao evento descrito pelo verbo. Contrariamente a estes, os aplicativos baixos não têm nenhuma relação semântica com o verbo, pois estabelecem uma relação de transferência de posse entre os dois objectos.

Este estudo segue a proposta teórica de Pylkkänen (2008) sugerindo que o aplicativo em Nyungwe é alto. Dos testes que a autora usa neste trabalho adoptamos dois.

A nossa análise começa com o primeiro teste: restrições de transitividade:

“only high applicative heads should be able to combine with unergative. Since low applicative heads denote a relation between the direct object and the indirect object, a low applicative head cannot appear in a structure that lacks a direct object” Pylkkänen (2008:18)<sup>16</sup>

Para o nosso trabalho, da citação acima, devemos reter o seguinte: o morfema de aplicativo alto deve ser capaz de ocorrer em verbos inergativos.

A autora usa dados da língua Chaga para evidenciar a ocorrência do aplicativo alto em uma das LBs. Vejamos o exemplo a seguir retirado de Pylkkänen (2008: 11):

## Chaga

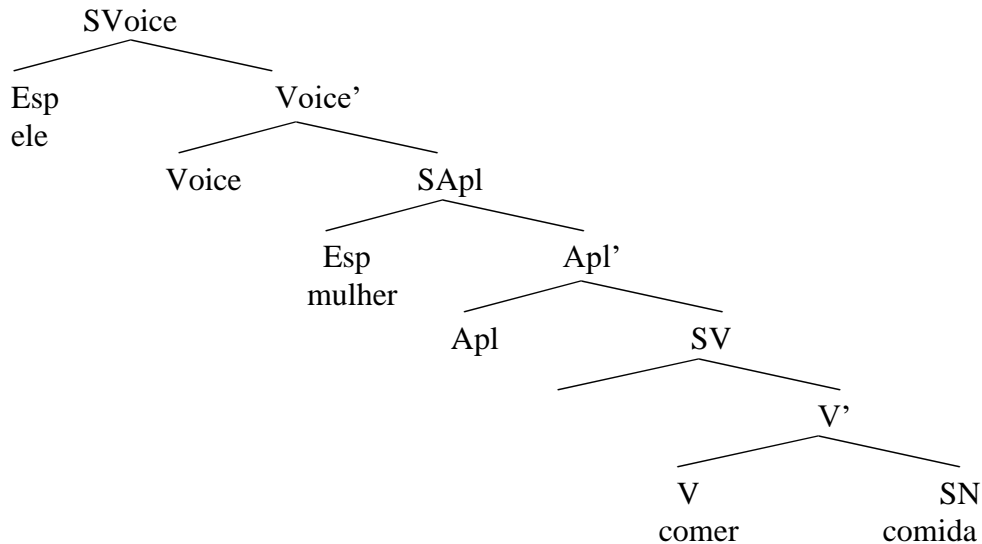
51.a) N-á'-í'-lyì-í-à                      **m-kà**                      k-élyá.  
FOC-1s-PR-comer-Appl-VF      **1-mulher**                      7-comida  
'ele está a comer em detrimento da **mulher**.'

<sup>16</sup> “Apenas os núcleos de aplicativos alto podem ocorrer em verbos inergativos. Visto que os núcleos de aplicativos baixos denotam a relação entre o objecto directo e o indirecto, o núcleo de um aplicativo baixo não pode ocorrer numa estrutura sem objecto directo.” (nossa tradução)

- b) N- á'-i-zrìc-í-à mbùyà.  
 FOC-1s-PR-correr-Appl-VF 9-amigo  
 'ele está a correr pela amigo.'

Neste exemplo, a extensão applicativa introduziu um argumento beneficiário, mas nela não há a semântica de transferência de posse. A seguir a árvore da estrutura acima adaptada de Viera (2006):

(12)



A árvore acima mostra que na proposta de Pykkänen (2002, 2008), tanto o SApl como o núcleo Voice são núcleos funcionais acima do SV, combinado com este através da regra Identificação do Evento. Para a autora, os dois introduzem argumentos externos, sendo que o primeiro introduz o argumento aplicado e o Voice, o agente. O aplicativo ocorre acima do SV por ser alto (denota a relação entre um evento e o indivíduo). Assim, o SN mulher está numa relação benefactiva com o evento *comer*, mas não tem nenhuma relação com o objecto comido, o SN comida, como resultado de alguém estar a comer a comida.

Em Inglês esta interpretação semântica resulta numa construção agramatical pois, em Inglês a relação entre o objecto directo e o indirecto é obrigatória. Vejamos os exemplos que se seguem:

52.a) Jane baked Bill a cake.

'Jane assou um bolo para Bill'

b) \* He ate the wife food.

Semanticamente, a interpretação do exemplo (52.a) não pode ser, Jane assou o bolo para Bill para que este não pudesse fazê-lo. Nesta frase, semanticamente, Jane deve ter pelo menos a intenção de que Bill receba o bolo.

Na sub-secção que se segue apresentamos dados que ilustram o que acontece em Nyungwe. A discussão a ser feita na sub-secção que se segue deve ser considerada como sendo inicial, pois, os dados de que dispunhamos não nos permitiram testar o *depictive modification* que ocorre em línguas em que o aplicativo é alto..

### 6.5.1 Aplicativo Alto em Nyungwe

Na sub-secção anterior apresentamos de forma sucinta a discussão levantada por Pylkkänen (2002, 2008) sobre a variação paramétrica dos aplicativos nas línguas naturais.

Na presente sub-secção começamos a nossa discussão apresentando exemplos de ocorrência da extensão aplicativa em verbos inergativos e estativos em Nyungwe. Vejamos os exemplos que se seguem:

- 53.a) ku-bwer-a  
15-vir-VF  
'vir'
- b) Ceza                    a-da-bwer-er-a                    ka-ntsikana.  
Ceza                    1-MT-vir-Apl-VF                    12-menina  
'Ceza veio pela menina.'
- 54.a) ku-cok-a  
15-sair-VF  
'sair'
- b) Samu                    a-n-cok-er-a                    mayi.  
Samu                    1-MT-sair-Apl-VF                    1-mãe  
'Samu saiu pela mãe.'
- 55.a) ku-thamang-a  
15-correr-VF  
'correr'
- b) Samu                    a-ndza-thamang-ir-a                    mayi.  
Samu                    1-MT-correrá-Apl-VF                    1-mãe  
'Samu correrá pela amanhã.'
- 56.a) ku-mal-a  
15-acabar-VF  
'acabar'



- b) Kapenu a-nku-mal-ir-a mwana madosi.  
 Kapenu 1-MT-acabar-VF 1-criança 6-doce  
 ‘o Kapenu está a acabar doces em detrimento da criança.’

Nos exemplos em (53-56), mostramos que em Nyungwe ocorre o aplicativo alto, pois a extensão applicativa ocorre em verbos inergativos e transitivos.

Para provar que a nossa hipótese é certa recorremos aos exemplos em Inglês de Pylkkänen (2008: 20):

Unergative verb

- 57.a) \*I ran him.

Static verb

- c) \*I held him the bag.

A agramaticalidade dos exemplos acima mostra que em Inglês o aplicativo é baixo, e, por isso, não permite que ocorra em verbos não compatíveis com a semântica de transferência de posse. O outro diagnóstico para evidenciar a ocorrência de um tipo de aplicativo e não do baixo é a semântica do verbo não derivado em que o aplicativo pode ocorrer.

“Since Low applicatives imply a transfer of possession, they are nonsensical with verbs that are completely static... High applicatives, on the other hand, should have no problem combining with verbs such as hold...” Pylkkänen (2008:18)<sup>17</sup>

Para Pylkkänen (2008), é a semântica do verbo não derivado que seleciona ou não um tipo de aplicativo. Assim, o verbo estativo é compatível apenas com o aplicativo alto. Veja-se exemplos de Nyungwe:

- 58.a) ku-khal-a  
 15-morar-VF  
 ‘morar’

- b) Suzi a-da-khal-ir-a mayi kwa baba wace.  
 Suzi 1-MT-morar-Apl-VF 1-mãe em pai dele

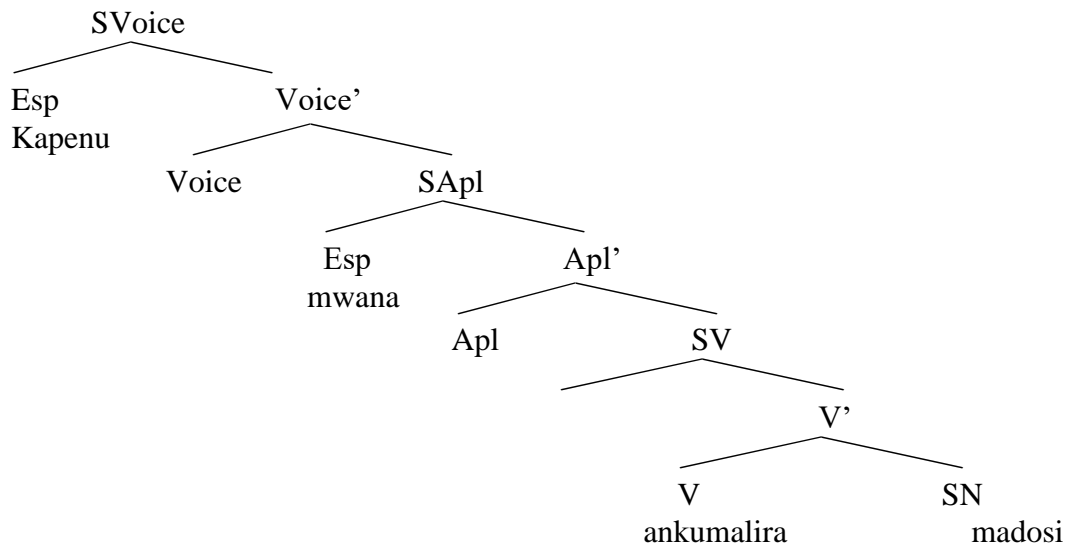
<sup>17</sup> "Uma vez que os aplicativos baixos implicam uma transferência de posse, será absurdo eles ocorrerem em verbos que são completamente estáticos... os aplicativos altos, por outro lado, não devem ter nenhum problema de ocorrer em verbos como segurar..." (nossa tradução)

- ‘Suzi morou em benefício da mãe em casa do pai.’
- 59.a) ku-phat-a  
15-segurar-VF  
‘segurar’
- b) Siriza a-da-phat-ir-a n-kazi gumbo.  
Siriza 1-MT-sair-Apl-VF 1-mãe 5-pasta  
‘Siriza segurou a pasta pela mulher.’

Os exemplos acima provam que o aplicativo alto pode ocorrer em verbos estativos, sendo as construções resultantes gramaticais.

Portanto, com base nos testes acima o aplicativo que ocorre em Nyungwe é alto. Logo, o núcleo Apl ocorre acima do SV, tal como ilustra a árvore parcial do exemplo (56.b) que se segue:

(13)



Na árvore acima podemos ver que o aplicativo ocorre acima do SV. O SN *mwana* ‘criança’ estabelece uma relação benefactiva com o evento de acabar e não tem nenhuma relação com o SN *madosi* ‘doces’, o objecto a ser acabado.

Chegados a esta fase recapitulamos os três aspectos que compõem esta secção: em Nyungwe Voice° e Caus° são núcleos separados e que o Voice pode estar fonologicamente realizado; S<sub>Caus</sub> c-selecciona um Sv-fásico e o aplicativo é alto.

No capítulo que se segue apresentamos as conclusões do trabalho.

## **CAPÍTULO VII: CONCLUSÕES**

### **7.0 Introdução**

No presente trabalho, analisamos a (co-)ocorrência de sete das extensões verbais em Nyungwe à luz do Programa Minimalista, com enfoque para as propostas teóricas de movimento como: traços e verificação de traços, movimento como último recurso e atribuição de caso na relação especificador núcleo. A nossa análise estendeu-se a abordagens mais recentes enquadradas no PM, nomeadamente: a selecção de argumentos (a separação dos núcleos Voice<sup>o</sup> e Caus<sup>o</sup>), a selecção do núcleo causativo, e a tipologia de aplicativos.

### **7.1 Reverificação dos objectivos, questão de partida e hipóteses**

O presente trabalho, como já foi referido, tinha como objectivos os seguintes:

Primeiro, descrever as extensões verbais que ocorrem em Nyungwe.

Para o alcance deste objectivo, elaboramos um questionário morfológico. Este questionário era composto por 1826 verbos não derivados e as possíveis extensões verbais que ocorrem em Nyungwe, segundo Martins (1991) e Courtois (1890) e foi respondido por quatro falantes nativos de Nyungwe. A selecção das raízes verbais teve em conta a seguinte tipologia: raízes verbais de estrutura -C-, -CVC-; -CVCVC- e -CVCVCVC- (intransitivos, transitivos e ditransitivos). Ao indicarem a extensão verbal que podia ocorrer em cada verbo, os falantes estavam a confirmar que as EVs que compunham o questionário ocorriam na língua. Portanto, com base na informação fornecida por estes, as sete EVs (causativa, applicativa, passiva, recíproca, reversiva, reversiva e intensiva) analisadas no presente trabalho ocorrem em Nyungwe e em todos dos verbos de acordo com as suas especificidades semantânticas e morfossintáticas, óbvias. Ou seja, de acordo com restrições que foram neste trabalho identificadas e analisadas. Além disso, este questionário permitiu-nos descobrir, por exemplo, que a extensão passiva (-O) pode ocorrer em verbos intransitivos (meteorológicos) e inacusativos e que as sete EVs podem ocorrer em verbos cujos radicais têm a estrutura: -C-, -CVC-; -CVCVC- e -CVCVCVC-.

O segundo objectivo era analisar a (co-)ocorrência das extensões verbais em Nyungwe à luz do Programa Minimalista. Para alcançarmos este objectivo, desenhámos e aplicámos um questionário sintáctico em que estavam escritas frases em Português cujos verbos (derivados) foram retirados do questionário morfológico, obedecendo as categorias acima descritas. Os nossos consultores linguísticos forneceram-nos as traduções equivalentes em Nyungwe. No

entanto, durante o trabalho de campo, tivemos que fazer um outro questionário sintático composto por perguntas de esclarecimento em relação às frases previamente definidas por forma a que obtivéssemos dos falantes a informação que pretendíamos. Assim, produzimos um outro questionário que usamos na entrevista semi-estruturada. Contudo, como forma de contribuir para a documentação da língua e futuros estudos nesta e em outras áreas, preferimos manter todas as frases dos falantes respondidas no primeiro questionário sintático.

Da análise dos dados obtidos observámos o seguinte:

i) As extensões causativa e applicativa acrescentam o número de argumentos: a) a primeira um agente mais alto (introduzido pelo SVoice que ocorre acima do ST) e b) a segunda um argumento aplicado (introduzido no especificador de SApl, onde recebe caso, atribuído pelo núcleo aplicativo). Estas duas extensões podem ocorrer em verbos transitivos e intransitivos. Todavia, nos verbos transitivos, o agente mais baixo não é foneticamente realizado. Mas é sempre recuperado semanticamente.

ii) Igualmente, as extensões passiva, recíproca e estativa reduzem o número de argumentos e impõem restrições para a ocorrência em certos verbos. A passiva pode ocorrer em verbos intransitivos (acrescentando-se o morfema expletivo) e em transitivos. A extensão recíproca apenas pode ser afixada a radicais de verbos transitivos com SN complexo, cujos membros são animados ou capazes de se movimentar. A estativa não pode ocorrer em verbos meteorológicos e inacusativos.

iii) Para terminar, as extensões reversiva e intensiva, mantêm o número de argumentos. Vimos que a extensão intensiva é adverbial, por isso ocorre em todos os verbos (transitivos e intransitivos). A extensão reversiva, por sua vez, está completamente lexicalizada e só ocorre em alguns verbos cuja semântica é compatível com a sua função.

Neste trabalho, analisámos também a co-ocorrência das extensões verbais em Nyungwe e usamos como alicerces teóricos adicionais o PE, segundo o qual a morfologia mapeia a sintaxe e vice-versa, e os morfemas de mudança de valência dos verbos devem ser ordenados de acordo com o seu escopo semântico. Assim, os morfemas cuja semântica tem um escopo mais restrito para o significado da raiz devem ocorrer mais próximo da raiz do que os morfemas de escopo semântico mais amplo. O primeiro pressuposto teórico foi usado para mostrar a ordem dos morfemas no diagrama arbóreo. O último foi usado para explicar, por exemplo, os casos de

reduplicação do morfema da extensão recíproca como estratégia que Nyungwe usa para salvaguardar a semântica de reciprocidade quando ela é seguida por outras EVs.

No entanto, porque o PE não explicaria a restrição de co-ocorrência das EVs que envolvem a separação da(s) raiz(es) e as extensões reversiva e estativa, socorremo-nos dos factores fonotático, morfotático e morfossintático de Ngunga (1999) e de Hyman (2002). Assim, afirmámos que esta ordem (Rev+outras EVs) provavelmente esteja relacionada com a ordem de ocorrência deste morfema no PB, por um lado, e, além disso, que esta ordem de (co-)ocorrência é restringida pelas suas posições no tema verbal, por outro lado.

Mas, quando nos deparámos com situações em que a extensão estativa, mesmo ocorrendo imediatamente a seguir à raiz, leva a uma construção agramatical, olhamos para os efeitos sintáticos das EVs que com ela (co-)ocorriam e explicámos que depois de uma extensão -O não pode ocorrer uma outra com o mesmo efeito sintático. Trata-se das combinações Est-Pas; Est-Rec; Rec-Pas; Rev-Rec. Portanto, usamos o factor morfo-sintático.

Também, usámos o princípio fonotático proposto por Ngunga (1999) para explicar a restrição da (co-)ocorrência das extensões Caus-Int, defendendo que a extensão intensiva -isis/-eses- não deve ocorrer antes ou depois de -is/-es- para se evitar a ocorrência de três fricativas alveolares numa única palavra. Logo, a um radical derivado por uma EV que termine em /s/ não se pode afixar uma outra EV cuja vogal é seguida pela consoante /s/.

Usámos igualmente a perspectiva semântica para explicar a agramaticalidade de verbos derivados da ordem de (co-)ocorrência das extensões Apl+Caus que não seria explicada à luz do princípio morfossintático de Ngunga (1999).

O presente trabalho também trouxe exemplos de casos de combinações das EVs que apesar de se ter usado a perspectiva semântica para explicar a razão da sua gramaticalidade, carecem de mais estudos que determinem essa agramaticalidade. Trata-se das combinações Pas-Caus; Pas-Apl; Est-Caus; Est-Apl; Rec-Apl; Apl-Caus num verbo transitivo e inacusativo. Neste capítulo, vimos que podemos formar nove novos verbos a partir da co-ocorrência de três EVs e um a partir de quatro EVs onde testámos a ordem CARP, proposta por Hyman (2002) e concluímos que em Nyungwe estas quatro EVs podem co-ocorrer, como se pode ver a seguir:

1. ku-cek-es-er-an-an-edw-a  
15-cortar-Caus-Apl-Rec-Rec-Pas-VF

‘fazer ser cortado em benefício de (duas pessoas)’

As duas pessoas acima devem ter sido previamente expressas no discurso.

O trabalho mostrou que o movimento de todos os itens lexicais que compunham cada derivação sintáctica ocorreu sempre que o item lexical tinha um traço a ser verificado e que não podia ser verificado de nenhuma outra forma que não fosse através do movimento. No entanto, os vestígios foram apagados por esta ser a operação mais económica, seguindo Nunes (2004), que propôs a impossibilidade de uma cadeia ter mais de um elo foneticamente realizado devido ao Axioma de Correspondência Linear de Kayne (1994).

Vimos, ainda, que os papéis temáticos são atribuídos a relação Esp-núcleo, o caso nominativo, por exemplo. No entanto, ficou pouco claro em relação ao caso atribuído aos outros SNs. Um debate que este trabalho deixa em aberto na língua.

O terceiro e último objectivo deste trabalho era avaliar a aplicabilidade do PM à análise da morfo-sintaxe do Nyungwe, o que se relaciona com a questão de partida:

Será que o PM explica os fenómenos sintácticos decorrentes da (co-)ocorrência das extensões verbais em Cinyungwe?

cujas possíveis respostas constituíram as nossas hipóteses de pesquisa:

- i) O PM fornece uma adequação explicativa para a (co-)ocorrência das extensões verbais em Nyungwe.
- ii) Através da proposta segundo a qual a operação *Mover* só ocorre para a verificação de traços morfológicos, o PM explica de forma adequada todos os fenómenos relacionados com a (co-)ocorrência das extensões verbais em Nyungwe.
- iii) A co-ocorrência das extensões verbais em Nyungwe, tal como vimos a partir da descrição teóricas levantadas no PM, não pode ser explicada à luz de CHOMSKY (1995).

Portanto, o trabalho mostra que o PM explica de forma parcial a co-ocorrência das EVs em Nyungwe. Daí, o uso de Baker (1988); Ngunga (1999) e de Hyman (2002) para explicar porque é que as extensões verbais (co-)ocorrem na ordem em que o fazem.

Através de Chomsky (1995), não poderíamos explicar a introdução do argumento externo, a separação dos núcleos *Voice* e *Caus*<sup>o</sup>; a selecção do *Caus*<sup>o</sup> e a não ocorrência do agente afectado quando as extensões causativa e applicativa co-ocorrem.

Teoricamente, este trabalho traz três propostas: (i) tal como se propôs que acontecesse em outras línguas, o agente é sempre introduzido por um *SVoice*. (ii) em Nyungwe, os núcleos

*Voice*<sup>o</sup> e *Caus*<sup>o</sup> estão separados e têm realização fonológica; o núcleo *Caus*<sup>o</sup> selecciona um SV-fásico. A terceira e última, os dados analisados apontam para a ocorrência do aplicativo alto que introduz um argumento externo (que estabelece uma relação com o evento). No entanto, lembramos ao leitor que estas propostas teóricas enquadram-se no Programa Minimalista, concretamente, na tentativa de se desenvolver ideias de economia de derivação e de representação, uma vez que o PM está assente na ideia de que a GU contém apenas o que é necessário para atender às nossas necessidades conceptuais, físicas e biológicas.

## 7.2 Novas áreas de investigação

Apesar de ter trabalhado com 1826 verbos, a presente pesquisa apenas analisou a (co-) ocorrência de apenas sete extensões verbais tendo que também foram descritas por Martins (1991) e Courtois (1899): causativa, applicativa, passiva, recíproca, estativa, reversiva e intensiva. É por isso que este trabalho não pode, de forma alguma, ser considerado como refletindo o número de todas as EVs que ocorrem em Nyungwe, isto é, são necessários mais estudos que respondam não só às lacunas que este estudo tem, mas também que ampliem a descrição das EVs que ocorrem na língua.

Sob o ponto de vista teórico, são necessários estudos que tragam novas abordagens teóricas para a análise do mesmo problema ou de outros que, no fim, poderão permitir a construção de uma gramática da língua em análise. Deve continuar no centro da discussão, por exemplo, a natureza de aplicativos em Nyungwe que talvez sugiram a ocorrência do aplicativo baixo tendo em conta o verbo *kupasa* ‘dar’ e por não termos testado, tendo em conta os dados que tínhamos a disposição o *depictive modification* que ocorre em línguas em que o aplicativo é alto. É preciso que se encontre uma explicação para o acréscimo do morfema expletivo quando uma EV -O ocorre em verbos meteorológicos; a separação de *voice*<sup>o</sup> e *Caus*<sup>o</sup>, concretamente a possibilidade de violação do Princípio A na realização de *Voice* em construções causativo-reflexivas e a selecção de *Caus*<sup>o</sup>.

Portanto, estamos a assumir que as propostas aqui trazidas não devem ser tomadas como definitivas, isto é, devem ser discutidas usando o mesmo ou outros pressupostos teóricos.

## Referências bibliográficas

- ALEXIADOU, A. 2014. Active, middle, and passive: the morpho-syntax of Voice. *Catalan Journal of Linguistics* 13. Pp. 19-40.
- ALEXIADOU, A. & E. Doron. 2007. The syntactic construction of two non-active voices: passive and middle. *GLOW XXX Workshop: Global selective comparison*.
- ALEXIADOU, A. & E. Schafer. 2007. The syntactic construction of two non-active voices: passive and middle. *GLOW XXX Workshop: Global selective comparison*.
- ALLERTON, D. 1979. *Essentials of grammatical theory*. London: Routledge & Kegan Paul.
- AMIN, W. s/d. Models of Generative Grammar. University of Baghdad.
- ARAÚJO, D. s/d. A Linguística Ontem e Hoje. PUCRS.
- ANDRADE, T. 2011. A gramática e a linguística no ensino da língua: Que caminhos seguir? *Babel: Revista Eletrônica de línguas e literaturas estrangeiras, n°1, Dez.*
- AUDRING, J. & G.
- BAKER, M. 1988. *Incorporation: A Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago: University of Chicago Press.
- BATIBO, H. 2005. Language Decline and Death in Africa: Courses, Consequences and Challenges. *Multilingual Matters*. Clevedon.
- BAUER, L. 2003. *Introducing Linguistic Morphology*. 2ª edição. Georgetown University Press.
- BIRCHENALL, L. & O. MÜLLER. 2014. La Teoría Lingüística de Noam Chomsky: del Inicio a la Actualidad. *Lenguaje* 42 (2). Pp. 417- 442.
- BOOIJ. 2007. Constructional Licensing in Morphology and Syntax. G. Booi et al (eds). *On-line Proceedings of the Fifth Mediterranean Morphology Meeting (MMM5), Fréjus 15-18 September 2005*. University of Bologna.
- BOOIJ, G. 2005. Compounding and Derivation: evidence for Construction Morphology. W. Dressler. D. Kastovsky and F. Rainer (eds). *Demarcation in Morphology*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. Pp. 109-132.
- BOOIJ, G. 2002. *The Morphology of Dutch*. Oxford: Oxford University Press.
- BORGES, J. 2001. O empreendimento gerativo. In Mussalim, F. e Bentes, A. (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos, vol.3*. São Paulo: Cortez. Pp. 93-129.
- BOSTOEN, K. & Y. NZANG-BIE. 2010. On how “middle” plus “associative/reciprocal” became “passive” in the Bantu A70 languages. *Linguistics* 48–6. Pp. 1255–1307.
- BOGDAN, R. & S. BIKLEN. 2010. *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à*



- Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- BOŠKOVIĆ, Z. 2013. Principles & Parameters Theory and Minimalism. In Dikken, M. 2013. *The Cambridge Handbook of Generative Syntax*. United Kingdom: Cambridge University Press.
- BOŠKOVIĆ, Z. s/d. Last Resort with Move and Agree in Derivations and Representations. University of Connecticut.
- BOŠKOVIĆ, Z. & NUNES, J. 2007. The copy theory of movement: A view from PF. In Corver, N. & Nunes, J. *The copy theory of movement*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. Pp. 13-74.
- BURING, D. 2005. *Binding Theory*. Los Angeles: Cambridge University Press.
- BUELL, L. & M. SY. s/d. A Fixed Hierarchy for Wolof Verbal Affixes. Los Angeles. University of California.
- BUELL, L. 2005. Issues in Zulu Verbal Morphosyntax. PhD thesis. Los Angeles: University of California.
- BUCHSTALLER, I. & G. KHATTAB. 2013. Population Samples. Podesva, Robert J. & Sharma, Devyani (eds). *Research Methods in Linguistics*. Cambridge: CUP. Pp. 74-95
- BHATTACHARYA, T. 2006. Butterpillar or Caterfly? The Bangla Passive in a Minimalist Parser. *Proceedings of MPSIL Symposium, IIT*. Mumbai.
- BLENCH, R. 2011. *Does Kordofanian constitute a group and if not, where does its languages fit into Niger-Congo?* United Kingdom: Cambridge CB1 2AL.
- BLISS, H. 2009. Comparing APPLs and Oranges: The Syntax of Shona Applicatives. University of British Columbia.
- BRUENING, B. 2006. The Morphosyntax and Semantics of Verbal Reciprocals. University of Delaware.
- CAMARGOS, Q. 2015. O Parâmetro “Agregação de Voice” e as Funções de V-zinho em Quatro Línguas Indígenas Brasileiras. *Linguística*, vol. 31-2. Pp. 111-129.
- CAMARGOS, Q. 2013. Estruturas causativas em Tenetehára: uma abordagem minimalista. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- CARNIE, A. 2002. *Syntax: Generative Introduction*. Oxford: Blackwell.
- COCCHI, G. 2008. “Verbal Extensions in Tshiluba”. *Lingua-1*. Pp. 75-89.
- COOK, V. & M. NEWSON. 1996. *Chomsky’s Universal Grammar: An Introduction*.

- Oxford: Blackwell Publishers Ltd.
- COURTOIS, V. 1899. *Elementos de Grammatica Tetense: Língua Chinyungwe, Idioma fallado no Districto de Tete e em toda a vasta Região do Zambeze Inferior*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- COLE, D. 1961. Doke's Classification of Bantu Languages. In *Contributions to the History of the Bantu Linguistics. Papers contributed by C. M. Doke and T. D. Cole (1935-1960)*. Witwatersrand University Press.
- COMRIE, B. 1985. *Tense*. Cambridge University Press.
- COWART, W. 1997. *Experimental syntax: Applying objective methods to sentence judgments*. Newbury Park, CA: SAGE Publications.
- CUERVO, M. 2015. Causatives without a Cause. *A Journal of Theoretical, Experimental and Interdisciplinary Research. Syntax 18:4, December*. Pp. 388-424.
- CULICOVER, P. 1997. *Principles and Parameters: an Introduction to Syntax*. London: Oxford University Press.
- CHABATA, E. 2007. The Nambya Verb with Special Emphasis on the Causative. PhD Thesis. University of Oslo.
- CHAVULA, J. 2016. Verbal derivation and valency in Citumbuka. Universiteit Leiden.
- CHESI, C. 2005. An introduction to Phase-based Minimalist Grammars: why move is Top-Down from Left-to-Right. *CISCL*. University of Siena.
- CHOMSKY, N. 2002. *On Nature and Language*. Cambridge: Cambridge University Press
- CHOMSKY, N. 1995. *The Minimalist Program*. Massachusetts: The MIT Press, Cambridge.
- CHOMSKY, N. 1965. *Aspects of the Theory of Syntax*. 1ª edição. Massachusetts: The MIT Press, Cambridge.
- CHELLIAH, S. 2013. Fieldwork for Language Description. In Podesva, R. & Sharma, D. (ed.). *Research Methods in Linguistics*. Cambridge: CUP. Pp. 51-73.
- CHIZZOTTI, A. 2010. *Elaboração de um Projecto de Pesquisa*. São Paulo: Cortez Editora.
- DAMONTE, F. 2007. In The Mirror Principle and the Order of Verbal Extensions: Evidence from Pular. G, Booij et al (eds.). *On-line Proceedings of the Fifth Mediterranean Morphology Meeting (MMM5) Fréjus 15-18 September 2005*. University of Bologna.
- Da CÂMARA, C. 2015. As Implicações Sintáticas da Co-ocorrência das extensões Causativa e

- Aplicativa em Cinyungwe à luz do Princípio de Espelho. In Ngunga, A. (ed.). 2015. *Elementos de Linguística Teórica e Descritiva das Línguas Bantu*. Coleção: As Nossas Línguas XIV. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA)-UEM.
- DE SOUSA, M. s/d. Sintaxe do Português I. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Letras clássicas e Vernáculas. Universidade de São Paulo. Aula 6.
- DIERCKS, M. 2010. Agreement With Subjects in Lubukusu. PhD Thesis. George Town University.
- DIERCKS, M. 2010. Parameterizing Case: Evidence from Bantu. Pomona College.
- DILLINGER, M. & A. Palácio. 1996. Linguística gerativa: Desenvolvimento e Perspectivas uma entrevista com Noam Chomsky. Universidade Federal de Alagoas. Maceió. Pp. 20-43.
- DOKE, C. 1966. Language. In Schapera, I. (ed.). *Bantu- Speaking Tribes of South Africa*. 8ª edição. London: Great Britain.
- DOKE, C. 1954. *The Southern Bantu Languages*. London: Oxford University Press.
- DOKE, C. 1943. *Outline Grammar of Bantu*. Department of African Languages. Rhodes University communication, nº 12, 1982.
- DOM, S., L. KULIKOV & K. BOSTOEN. 2017. Middle voice in Bantu: Setting the stage for further research. Unpublished ms. Ghent University.
- DROSTE, F. & J. JOSEPH. 1991. Ed. *Linguistic Theory and Grammatical Description*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- DUPEYRON, P. 1900. *Pequeno vademecum da lingua bantu na provincia de Moçambique ou breve Estudo da Língua Chi-Yao ou Adjaua comparada com os Dialectos de Sena, Tete e Quelimane e seguida d'um Vocabulário da mesma Língua e da de Quelimane*. Administração do Novo Mensageiro do Coração de Jesus.
- EPSTEIN, S. & T. SEELY. 2002. Introduction: On the Quest for Explanation. In Epstein, Samuel & Seely, T. (ed.) *Derivation and Explanation in the Minimalist Program*. Blackwell Publishing Company.
- ELWELL, R. 2006. *Reexamining Lexical Integrity: The Case of Verbal Extensions in Bantu*. Department of Linguistics. University of Texas at Austin.
- FERNANDO, M. 2013. The Causative and Anticausative Alternation in Kikongo (Kizombo). PhD Thesis. Faculty of Arts and Social Sciences. Stellenbosch University.
- FERNANDO, M. 2008. An Analysis of Verbal Affixes in Kikongo with Special Reference to

- Form and Function. MA thesis. University of South Africa.
- FILHO, J. 2011. DP: uma visão a partir do Programa Minimalista. *Leitura*. Maceió. Pp 193-213.
- FRIESEN, L. 2002. Valence Change and Oroko Verb Morphology (Mbonge Dialect). MA Dissertation. University of North Dakota.
- FUZER, C. 2004. A Linguística no Tempo: Pontos de vista sobre a linguagem. Universidade Federal de Santa Maria.
- GAMON, M. s/d. Can Minimalism Meet Binding Theory? University of Washington.
- GEORGALA, E. 2012. Applicatives in their Structural and Thematic Function: A Minimalist Account of Multitransitivity. PhD Dissertation.
- GIVÓN, T. 1971. On the Verbal origin of the Bantu verb suffixes. *Studies in African Linguistics* 2, n°2. Pp. 145-163.
- GOERTZ, G. s/d. Use of causatives in Navajo: Syntax and morphology. University of New Mexico.
- GOOD, J. 2006. Constraining morphosyntactic templates: A case study of Bantu verbal suffixes. *LSA Annual Meeting, Albuquerque, January 8*.
- GOOD, J. 2005. *Reconstructing morpheme order in Bantu: The case of causativization and applicativization*. Germany: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology.
- GUTHRIE, M. 1967. *Classification of the Bantu Languages*. London: Pall Mall.
- GÜLDEMANN, T. 2010b. Proto-Bantu and Proto-Niger-Congo: Macro-areal typology and linguistic reconstruction. To appear in König, Christa and Osamu Hieda (eds). *International Symposium of the Center of Corpus-Based Linguistics and Language Education (CbLLE)*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- GUILLERMO, L. 2007. El Programa Minimalista y el Problema de Platón. Reflexiones sobre la aportación del minimalismo a los desafíos del desarrollo lingüístico. *ELUA*, 21. Universidad de Oviedo.
- GRIMES, S. 2002. The use of the reflexive marker in Lusaamia. Indiana University.
- HABIB, M. 2005. *A history of literature criticism*. Blackwell Publishing. Australia.
- HALLE, M. & M. ALEC. 1993. Distributed Morphology and the pieces of inflection. In K. Hale and J. Keyser, (eds). *The View from Building 20*. Cambridge: MA, Press. MIT. Pp. 111-176.

- HALE, K. & S. KEYSER. 1993. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In Hale, K. and Keyser, S. J. (Orgs.) *The view from building 20*. Cambridge: MIT Press.
- HEDINGER, R. 1985. The verb in Akoose. *Studies in African Linguistics* 16 (1). Pp. 1–55.
- HENDERSON, B. 2007. The Syntax of Agreement in Bantu Relatives. Frederick Hoyt et al (eds) e Stephen Wechsler (series ed.). *Texas Linguistics Society 9: Morphosyntax of Underrepresented Languages*. CSLI Publications. Pp. 167-184.
- HENDERSON, B. 2006. Multiple Agreement, Concord and Case Checking in Bantu. Olaoba, A. e Michael A. Pemberton (eds). *Selected Proceedings of the 36<sup>th</sup> Annual Conference on African Linguistics*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project. Pp. 60-65.
- HORTON, A. 1949. A Grammar of Luvale. Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- HORROCKS, G. 1987. *Generative Grammar*. London: Longman Group UK Limited.
- HYMAN, L. 2010. The Macro-Sudan Belt and Niger-Congo Reconstruction. University of California. Berkley.
- HYMAN, L. 2007a. Niger-Congo Verb Extensions: Overview and Discussion. Doris L. Payne e Jaime Peña. *Selected Proceedings of the 37<sup>th</sup> Annual Conference on African Linguistics*. Cascadilla Proceedings Project Somerville, MA. Pp. 149-163.
- HYMAN, L. 2007b. Reconstructing the Proto-Bantu Verbal Unit: Internal Evidence. Berkeley: University of California. In Nancy C. Kula & Lutz Marten (eds). Bantu in Bloomsbury: Special issue on Bantu linguistics. *SOAS Working Papers in Linguistics*. Pp. 201-211.
- HYMAN, L. 2002. “Suffix Ordering in Bantu: a Morphocentric Approach”. In G. Booij and J. van Marle (eds.). 2002. *Yearbook of Morphology*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. Pp. 245-281.
- HYMAN, L. & J. MATHANGWANE. 1998. Tonal domain and depressor consonants in Ikalanga. In HYMAN, L. e Kisseberth, C. (eds.). *Theoretical Aspects of Bantu Tone*. Stanford: CSLI. Pp. 195-230.
- HYMAN, L. & F. KATAMBA. 1991. The augment in Luganda tonology. *Journal of African Languages and Linguistics*, 12. Pp. 1-45.

- JARNALDO, A. s/d. Complementos Verbais Preposicionados: Um Diálogo entre Gramáticas e o Programa Minimalista. Universidade de Brasília.
- JEFFERIES, A. 2000. This is this, and Here are some Examples: Verbalisers and Extensions in Shona. *Zambezia*, XXVII (I).
- JEONG, Y. 2006. The Landscape of Applicatives. PhD Thesis. Washington: University of Maryland.
- KAMFULI, B. 2009. A Grammar of Verbal Extensions in Bemba. MA Dissertation. Lusaka: University of Zambia.
- KARI, E. 1995. Extensional Suffixes in Degema. *Afrikanistische Arbeitspapiere*, 44. Pp 149-168.
- KATAMBA, F. & J. STONHAM. 2006. *Morphology*. 2ª edição. New York: St. Martin's Press.
- KATUPHA, J. 1991. The Grammar of Emakhuwa Verbal Extensions: An Investigation of the Role of Extension Morphemes in Derivational Verbal Morphology and Grammatical Relations. PhD Thesis SOAS. University of London.
- KATUSHEMERERWE, F. 2013. Computational morphology and Bantu language learning. An implementation for Runyakitara. PhD Thesis. University of Groningen.
- KAPLAN, J. 1989. *English Grammar, Principles and Facts*. USA: Prentice Hall.
- KENEDY, E. 2013. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto
- KENEDY, E. 2008. *Gerativismo*. In Martelotta, M. Eduardo (Org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Editora Contexto, Pp. 127-140.
- KIMENYI, A. 2013. Comitatives or Reciprocals. [www.kimenyi.com/comitatives-reciprocals.php](http://www.kimenyi.com/comitatives-reciprocals.php) (acessado a 30/12/2016).
- KIBORT, A. 2004. Passive and passive-like constructions in English and Polish. PhD Thesis. Research Centre for English and Applied Linguistics. University of Cambridge.
- KULA, N. & M. LUTZ. 2010. Argument Structure and agency in Bemba passives. In Legère, K. e Thornell, C. (eds). *Bantu Languages: Analyses, Description and Theory (East African Languages and Dialects, 20)*. Cologne: Rüdiger Köppe. Pp. 115-130.
- KHUMALO, L. 2014. On the Reciprocal in Ndebele. *Nordic Journal of African Studies* 23(3). Pp 140–161.
- KHUMALO, L. 2009. The Passive and Stative Constructions in Ndebele: A Comparative Analysis. *Nordic Journal of African Studies* 18(2). Pp. 154–174.

- KHUMALO, L. 2007. An Analysis of the Ndebele Passive Construction. University of Oslo. PhD thesis.
- KRATZER, A. 1996. "Severing the External Argument from Its Verb." In John Rooryck and Laurie Zaring (eds.). *Phrase Structure and the Lexicon*. Dordrecht: Kluwer. Pp. 109–137.
- LAM, O. 2007. The Applicative Affix and Morpheme Ordering in Chichewa. Butt, M. e King, T. (eds). *Proceedings of the LFG07 Conference*. CSLI Publications.
- LANGA, D. 2014. Combinação e Ordem das extensões verbais em Changana. Universidade Federal de Minas Gerais (Não publicado).
- LANGA, D. 2007. Verbal Extensions in Changana: A Re-statement. Akindele et al. (eds). *LASU: Journal of the Linguistics Association of Southern African Development Community [SADC] Universities, vol 3*. Linguistics Association of SADC. Pp. 51-60.
- LARSON, R. 1988. On the double object construction. *Linguistic Inquiry, vol. 19*. Pp. 335-391.
- LASNIK, H. & T. LOHNDAL. 2013. Brief Overview of the History of Generative Syntax. In Dikken, M. 2013. *The Cambridge Handbook of Generative Syntax*. United Kingdom: Cambridge University Press.
- LETSOLO, R. 2002. Syntactic Domain in Ikalanga. PhD Dissertation. University of Michigan.
- LEITCH, M. 2007. Minimal Verbal and Adjectival Inflection in Dibole. *SOAS Working Papers in Linguistics, vol. 15*. Pp. 121-134.
- LIEBER, R. 2010. *Introducing Morphology*. Cambridge University Press.
- LEGATE, J. 2014. Voice and v. Lessons from Acehnese. Keyser, S. (ed.). *Linguistic Inquiry Monography*. London: The MIT Press Cambridge, Massachusetts.
- LODHI, A. 2002. Verbal extensions in Bantu \*(the case of Swahili and Nyamezi). *Africa & Asia: Goteborg working papers on Asian and African languages and literatures, 2*. Pp. 4-26.
- LOIS TYSON, L. 2006. *Critical Theory today*. 2ª edição. New York: Routledge.
- LUSEKELO, A. 2012. Inflectional and Derivational Morphology in Optimality Theory: Multiple object-nouns and co-occurrence of verbal extension in Kinyakyusa. PhD Dissertation. University of Botswana.
- MACALANE, G. 2013. *A variação paramétrica das interrogativas parciais em Cinyanja*. Coleção "As nossas Línguas IX". Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA)-UEM.

- MAHO, J. 2007. The Linear Ordering of TAM/NEG Markers in Bantu languages. *SOAS Working Papers in Linguistics*, vol.15. Pp. 213-225.
- MAHO, J. 2001. *Few People many Tongues. The language of Namibia*. Gamsberg Macmillan.
- MANGOYA, E. 2013. *Segmental Phonology of Barwe with some articulatory phonetics*. Coleção: As Nossas Línguas IX. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA)- UEM.
- MAIA, M. s/d. *Estrutura e Processamento Sintáticos de Línguas Naturais*. Museu Nacional. UFRJ.
- MARTINS, M. 1991. *Elementos da Língua Nyungwe*. Lisboa: Editorial Além-mar.
- MARCOLLI, I. 2015. Implicações teóricas dos verbos leves para o estudo de estrutura argumental. Tese de doutoramento. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Brasil.
- MARTINS, G. 2000. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas.
- MARTEN, L. & N. KULA. 2014. Benefactive and substitutive applicatives in Bemba. *JALL* 35(1). Pp 1–44.
- MARLO, M. 2015. Exceptional Properties of the Reflexive in Bantu languages. *Nordic Journal of African Studies* 24 (1). Pp. 1-22.
- MARLO, M. 2007. The verbal tonology of Lumarachi and Lunyala-West: two dialects of Luluyia (Bantu, J.30, Kenya). PhD dissertation. University of Michigan.
- MATTHEWS, P. 2014. *Oxford Concise Dictionary of Linguistics*. United Kingdom: Oxford University Press.
- MATSINHE, S. 1994. The Status of Verbal Affixes in Bantu Languages with Special Reference to Tsonga: Problems and Possibilities. *South African Journal of African Languages*. University of South Africa. Pp. 163-176.
- MAVIMBELA, B. The Applied and Inchoative Extensions in Zulu. MA Mini Dissertation. South Africa: Rand Afrikaans University.
- MEEUSSEN, A. 1967. *Bantu Grammatical Reconstructions*. Tervuren: Annales do Musée Royale de l’Afrique Centrale.
- MEINHOF, C. 1948. *Die Christianisierung der Sprachen Afrikas*. Basel.
- MEIRELES, J. & E. RAPOSO. 1978. *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. 2ª edição. Coimbra: Sucessor.



- MIGUEL, F. 2010. A Entrevista como instrumento para Investigação em Pesquisas Qualitativas no campo da Linguística Aplicada. *Revista Odisseia-PPg EL/UFRN, n° 5* [Janeiro-Junho].
- MITI, L. 2006. *Comparative Bantu Phonology and Morphology: A Study of the Sound Systems and Word Structure of the indigenous Languages of Southern Africa*. Pretoria: The Center for Advanced Studies of African Society (CASAS).
- MOOKETSI, J. 2006. Verb Derivation and Transitivity Valence in Setswana. University of Botswana. MA Thesis.
- MORAIS, M. 2006. Argumentos Dativos: Um Cenário para o Núcleo Aplicativo no Português europeu. *Revista da ABRALIN, vol. 5, n° 1 e 2*. Pp. 239-266.
- MUZALE, H. 1998. Linguistic and Socio-cultural aspects in Interlacustrine Bantu names. *Kiswahili 61*. Pp. 28-52.
- MUGARI, V. 2012. An Event Semantic Structure Analysis of Shona Causative Constructions. *International Journal of Linguistics, vol. 4, n° 2*. Pp. 110-123.
- MUTAKA, N. & P. TAMANJI. 2000. *An Introduction to African Linguistics*. Lincom Europa.
- MCPHERSON, L. & M. PASTER. 2009. Evidence for the Mirror Principle and Morphological Templates in Luganda Affix Ordering. In Akinloye Ojo and Lioba Moshi (eds.). *Selected Proceedings of the 39th Annual Conference on African Linguistics*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project. Pp. 56-66.
- MCHOMBO, S. 2007. Argument Binding and Morphology in Chichewa. In Frederick Hoyt, Nikki Seifert, Alexandra Teodorescu, and Jessica White (eds.) and Stephen Wechsler (series ed.) *Texas Linguistics Society 9: Morphosyntax of Underrepresented Languages*. CSLI Publications.
- MCHOMBO, S. 1993. "On the Binding of the Reflexive and the Reciprocal in Chichewa". In: S. A. Mchombo (ed.). *Theoretical Aspects of Bantu Grammar*. Stanford: CSLI Publications. Pp. 181-207.
- MWAMZANDI, M. 2012. The Role of Givenness in Swahili Reciprocals. *Studies in the Linguistic Sciences: Illinois Working Papers*. Pp. 58-80.
- NEVES, J. 1996. Pesquisa qualitativa- Características, usos e possibilidades. *Cadernos de Pesquisas em Administração, vol.1, n° 3, 2° SEM*. São Paulo.

- NEWMAYER, F. 2013. Goals and methods of generative syntax. In Dikken, M. 2013. *The Cambridge Handbook of Generative Syntax*. United Kingdom: Cambridge University Press.
- NESPOLI, Z. et al. 2007. História da Linguística. In *História da Linguística*. Universidade Castelo Branco. Rio de Janeiro.
- NGONYANI, D. & P. GITHINJI. 2006. The asymmetric nature of Bantu applicatives constructions. *Lingua 116*. Pp. 31-63.
- NGONYANI, D. 2001. The Morphosyntax of Negation in Kiswahili. *AAP 68, Swahili Forum VIII*. Pp. 17-33.
- NGONYANI, D. 1998. Properties of Applied Objects in Kiswahili and Kindendeule. *Studies in African Linguistics, vol. 27, n° 1*. Indiana University. Pp. 67-95.
- NGONYANI, D. 1996a. The Morphosyntax of Applicatives. PhD Thesis. Los Angeles: University of California.
- NGONYANI, D. 1995. Towards a Typology of Applicatives in Bantu. *Paper Presented at the Annual Conference on African Linguistics*. Los Angeles.
- NGUNGA, A. 2014. *Introdução à Linguística Bantu*. 2ª edição. Maputo: Imprensa Universitária.
- NGUNGA, A. 2004. *Introdução à Linguística Bantu*. 1ª edição. Maputo: Imprensa Universitária.
- NGUNGA, A. 2000. *Lexical Phonology and Morphology of the Ciyao Verb*. California: Leland Stanford University.
- NGUNGA, A. 1999. Restrições na combinação e ordem dos sufixos verbais em Ciyao. Simango, A. (ed.). *Folha Linguística, 3*. Maputo: Imprensa Universitária. Pp. 8-18.
- NGUNGA, A. 1997. Lexical Phonology and Morphology of the Ciyao Verb Stem. PhD Dissertation. Berkeley: University of California.
- NGUNGA, A. & C. da CÂMARA. 2014. Tempo e aspecto verbais em Cinyungwe: descrição preliminar. In Ngunga, Armindo (ed.). *Temas de Gramática de Línguas Bantu I*. Coleção: “As nossas Línguas XIII”. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA)-UEM.
- NGUNGA, A. & C. SIMBINE. 2012. *Gramática Descritiva da Língua Changana*. Coleção: “As nossas Línguas V”. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA)-UEM.
- NGUNGA, A. & O. FAQUIR. 2011. *Padronização da ortografia de Línguas Moçambicanas: Relatório do III Seminário*. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA).

- NUNES, J. 2004. *Linearization of Chains and Sideward Movement*. MIT Press, Cambridge, Mass.
- NUNES, J. s/d. *X'-Structure and Minimalism*. Universidade de São Paulo.
- NUNES, J. s/d. Explorando a Teoria de Movimento por Cópia no Programa Minimalista. E. Albano, T. Alkmim, M. Coudry e S. Possenti. *Saudades da Língua*. Mercado de Letras. Pp. 205-213. A sair.
- NURSE, D. 2007. Did the Proto-Bantu verb have a synthetic or an Analytic Structure? *SOAS Working Papers in Linguistic. Memorial University of Newfoundland, vol. 15*. Pp. 239-256.
- NURSE, D. 2003. Aspect and Tense in Bantu Languages. In Derek, N. & Philippon, G. 2003. *The Bantu Languages*. Série 4. London: Routledge. Pp. 90-120.
- ODDEN, D. 1996. *The Phonology and the Morphology of Kimatuumbi*. New York: Oxford University Press.
- ONAMBÉLÉ, C. 2012. Modelling Inclusive Imperative: A computational Minimalism Perspective. *GG@G (Generative Grammar in Geneva) 8*. Pp. 23-37.
- OROZ, H. 1996. Observaciones sobre el Programa Minimalista. *BFUCh XXXV (1995- 1996)*. Pp. 139-150.
- OUHALLA, J. 1994. *Introducing Transformational Grammar: From Principles and Parameters to Minimalism*. London: Arnold Edward.
- POLLOCK, J. 1989. Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP. *Linguistic Inquiry, vol. 20, n°3*. The MIT Press. Pp. 365-424.
- PYLKKÄNEN, L. 2008. *Introducing Arguments*. Cambridge MA: The MIT Press.
- PYLKKÄNEN, L. 2002. *Introducing Arguments*. MIT PhD dissertation.
- RADFORD, A.1981. *Transformational Syntax*. London: Cambridge University Press.
- RAPOSO, E. 1999. *O Programa Minimalista*. Lisboa: Editorial Caminho.
- RIBEIRO, E. 2008. A Perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. *Evidência Araxá, n°4*. Pp. 129-148.
- RIZZI, L. 1990. *Relativized Minimality*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- RUGEMALIRA, J. 1993. Runyambo Verb Extensions and Constructions on Predicate Structure. PhD Thesis. University of California. Berkeley.

- SALGADO, S. 2009. *Ciência Linguística: da origem Saussureana ao percurso sociolinguístico. Centésima Edição. Ano IX.*
- SAPIR, E. 1921. *Language: An Introduction to the Study of Speech.* New York: Harcourt, Brace.
- SIEDEL, F. 2008. *A Grammar of Yeyi. A Bantu Language os Southern Africa.* Germany: DIP-Digital-Print, Witten.
- SEIDL, A. & DIMITRIADIS, A. 2003. Statives and Reciprocal Morphology in Swahili. *Théories linguistiques et langues subsahariennes.*
- SILVA, F. 2011. As Dicotomias Saussureanas e suas Implicações sobre os Estudos Linguísticos. *Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG Inhumas-vol.3, nº 2.* Pp. 38-55.
- SITOE, B. 2009. A Categoria das Extensões Verbais em Changana. *Folha Linguística, vol. 14.* Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Universidade Eduardo Mondlane.
- SITOE, B. & A. NGUNGA. 2000. (eds.). *Relatório do II Seminário sobre a padronização da ortografia de línguas moçambicanas.* Maputo: Editora Escolar.
- SIMPSON, A. & Z. WU. s/d. Agreement, Shells and Focus.
- SIMANGO, S. 2012. The Semantics of Locative Clitics and Locative Applicatives in ciCewa. Bruce Connell, B. e Rolle, N. (eds.). *Selected Proceedings of the 41st Annual Conference on African Linguistics, Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project.* Pp. 141-149.
- SIMANGO, S. 1998. "Lexical and Syntactic Causatives in Bantu. *Linguistic Analysis, 29.* Pp. 69-86.
- SONG, J. 1996. *Causatives and Causation: Universal-typological Perspective.* New York: Longman.
- SCHADEBERG, T. 2003. Derivation. In Derek, N. & Philippson, G.2003. *The Bantu Languages.* Série 4. London: Routledge. Pp. 90-101.
- SMITH, E. 2011. *A Handbook of the Ila language.* 2ª edição. Lincom Europa.
- STEGEN, O. 2002. Derivational Processes in Rangì. *Studies in African linguistics 31 (2).* Pp. 129-153.
- STOROSHENKO, D. 2009. Investigating the Shona Reflexive zvi. Akinloye Ojo and Lioba Moshi (eds). *Selected Proceedings of the 39<sup>th</sup> Annual Conference on African Linguistics: Linguistic Research and Languages in Africa. Cascadilla Proceedings Project Somerville, MA.*
- STOROSHENKO, D. s/d. The Syntactic and Semantic Status of the Reflexive and

- Reciprocal in Shona. Simon Fraser University.
- SHIM, J. 2001. On Satisfaction of the EPP in the Minimalist Program. Sogang University.
- SCHÄFER, F. 2007. On the nature of anticausative morphology: External arguments in change-of-state contexts. PhD Thesis. Institut für Linguistik/Anglistik der Universität Stuttgart.
- SCHÜTZE, C. 1996. The empirical basis of linguistics: Grammaticality judgments and linguistic methodology. University of Chicago Press.
- SWILLA, I. 1998. Tense in Chindali. *Afrikanistische Arbeitspapiere*, 54. Pp 95-125.
- TANDA, V. & A. NEBA. 2005. Negation in Mokpe and Two Related Coastal Bantu Languages of Cameroon. *African Study Monographs*, 26(4). Pp. 201-219.
- TOYOTA, J. 2011. The Grammatical Voice in Japanese: A Typological Perspective. Cambridge Scholars Publishing.
- TEIXEIRA, E. 2003. A análise de Dados na Pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais. *Desenvolvimento em Questão. ano 1, nº 2, Jul/Dez*. Editora Unijui. Pp. 177-201.
- VIEIRA, M. 2006. Os Núcleos Aplicativos em Paumarí (Família Arawá). *Estudos da Lingua(gem)*. vol.4, nº2. Pp. 117-136.
- WAL, J. 2012. Subject Agreement and the EPP in Bantu Abreeing Inversion. *Cambridge occasional papers in linguistics*, vol. 6. Pp. 201-236.
- WANG, Y. 2010. Classification and SLA Studies of Passive Voice. *Journal of Language Teaching and Research*, vol. 1, nº. 6. Pp. 945-949.
- WAWERU, M. 2011. Gikũyũ Verbal Extensions: A Minimalist Analysis. PhD Thesis. Kenyatta University.
- WHALEY, L. 1997. *Introduction to Typology. The unity and diversity of languages*. London: SAGE Publications.
- WHITELEY, W. 1968. *Some Problems of Transitivity in Swahili*. University of London.
- WOOLFORD, E. 1993. Symmetric and Asymmetric Passives. *Natural Language and Linguistic Theory* 11. Pp. 679-728.
- ZEMBA, M. 2015. A Grammatical Sketch of Kunda Language. MA Dissertation. Lusaka: University of Zambia.
- ZWART, J. 1998. Review Article. The Minimalist Program, by Noam Chomsky. MIT Press. Cambridge. 1995. *Journal of Linguistics* 34. Pp. 213-226.